



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXV Nº 57, QUINTA-FEIRA, 17 DE DEZEMBRO DE 2020



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)

1ª Secretária

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Deputado Expedito Netto (PSD-RO)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

(cargo vago)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLIC-SP)

1º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Soraya Santos (PL-RJ)

1º Secretário

Deputado Mário Heringer (PDT-MG)

2º Secretário

Deputado Expedito Netto (PSD-RO)

3º Secretário

Deputado André Fufuca (PP-MA)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Rafael Motta (PSB-RN)

2º - Deputado Geovania de Sá (PSDB-SC)

3º - Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

4º - Deputado Paulão (PT-AL)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 23ª SESSÃO, DELIBERATIVA REMOTA (CN), EM 16 DE DEZEMBRO DE 2020

1.1 – ABERTURA	24
1.2 – ORDEM DO DIA	
1.2.1 – Item 1	
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9/2020, que <i>dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências.</i>	24
1.2.2 – Questões de Ordem	
Suscitada pelo Deputado Carlos Zarattini e respondida pela Presidência.	25
Suscitada pelo Deputado Paulo Ganime e respondida pela Presidência.	31
Suscitada pelo Deputado Kim Kataguiri e respondida pela Presidência. <i>Encaminhamento de recurso da decisão da Presidência à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados.</i> .	36
1.2.3 – Item 1 (continuação)	
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9/2020, que <i>dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências.</i> Proferido o Parecer nº 35/2020-PLEN-CN pelo Senador Irajá; e apresentados os Requerimentos nºs 81 a 87/2020.	39
1.2.4 – Questão de Ordem	
Suscitada pelo Deputado Elias Vaz e respondida pela Presidência.	47
1.2.5 – Item 1 (continuação)	
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9/2020, que <i>dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências.</i> Aprovado o Substitutivo (prejudicado o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9/2020) (votação nominal).	54
Correção do erro material identificado no inciso XI, seção 1, do anexo III do Substitutivo. Aprovado.	103
Redação Final do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9/2020 (Parecer nº 36/2020-PLEN-CN). Aprovada. Ao Senado Federal.	103



1.2.6 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Deputado Vinicius Poit e respondida pela Presidência. 104

1.2.7 – Item 3

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 41/2020, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 93.020.997,00, para os fins que especifica. Aprovado o Substitutivo*, após **Parecer nº 37/2020-PLEN-CN**, proferido pelo Deputado Cacá Leão (prejudicado o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 41/2020). Ao Senado Federal. 106

1.2.8 – Item 2

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29/2020, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Regional e do Turismo, crédito suplementar no valor de R\$ 48.338.517,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Retirado da pauta.* 110

1.3 – ENCERRAMENTO 110

2 – ATA DA 24ª SESSÃO, DELIBERATIVA REMOTA (CN), EM 16 DE DEZEMBRO DE 2020

2.1 – ABERTURA 114

2.2 – ORDEM DO DIA

2.2.1 – Item 1

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9/2020, que *dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências. Aprovado o Substitutivo* (prejudicado o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9/2020). 114

Redação Final do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9/2020. **Aprovada.** À sanção. 116

2.2.2 – Item 3

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 41/2020, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 93.020.997,00, para os fins que especifica. Aprovado o Substitutivo* (prejudicado o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 41/2020). À sanção. 116

2.3 – ENCERRAMENTO 117

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DAS 23ª E 24ª SESSÕES

3.1 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

3.1.1 – Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9/2020

Declarações de Voto 119

Ofício nº 119/2020, de justificativa de ausência 127

Ofício nº 591/2020, do Ministério da Economia 129



Parecer nº 35/2020-PLEN-CN (**Vide item 6**)

Redação final (Parecer nº 36/2020-PLEN-CN) (**Vide item 6**)

Requerimentos nºs 81 a 87/2020-CN 172

Listas de votação 186

3.1.2 – Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 41/2020

Ofícios nºs 580 e 590/2020, do Ministério da Economia 250

Parecer nº 37/2020-PLEN-CN 275

4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – Comunicação

Da Deputada Adriana Ventura, que solicita esclarecimentos sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2021 (PLOA 2021) (**Ofício nº 61/2020**) 297

4.1.2 – Ofício do Ministro de Estado da Economia

Nº 589/2020, na origem, contendo proposta de alteração no Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29/2020 300

4.1.3 – Término de prazos

Término do prazo, em 14 de dezembro de 2020, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 974/2020. 346

Término do prazo, em 14 de dezembro de 2020, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 984/2020. 346

4.1.4 – Veto

Veto Total nº 55/2020, aposto ao Projeto de Lei nº 3364/2020 (**Mensagem nº 726/2020, do Presidente do República**). 349

PARTE III

5 – ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 6/2020 358

6 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

Emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9/2020 (PLDO 2021). (**Suplemento "A"**)

Pareceres nºs 35 e 36/2020-CN, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9/2020 (PLDO 2021). (**Suplemento "B"**)

7 – COMISSÕES MISTAS 359

8 – COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS 379



9 – COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS	397
10 – COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO	401
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	405
12 – COMPOSIÇÃO DA MESA	409
13 – LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS	410



Ata da 23ª Sessão, Deliberativa Remota (CN),
em 16 de dezembro de 2020

2ª Sessão Legislativa Ordinária de 56ª Legislatura

Presidência da Sra. Soraya Santos e do Sr. Diego Tavares.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 30 minutos e encerra-se às 16 horas e 14 minutos.)



**PLEN - Sessão do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados
(virtual) - para 16/12/2020 10:00
Em Andamento**

PLEN

Titular	Presença/Hora Suplente	Presença/Hora	
PLEN (513 vagas)			
Abílio Santana (PL-BA)	P [E] 10:28:27.206		
Abou Anni (PSL-SP)	P [E] 10:38:27.400		
Acácio Favacho (PROS-AP)	P [E] 12:33:03.520		
Adolfo Viana (PSDB-BA)	P [E] 10:38:05.400		
Adriana Ventura (NOVO-SP)	P [E] 10:08:24.226		
Adriano do Baldy (PP-GO)	P [E] 08:53:20.173		
Aécio Neves (PSDB-MG)	P [E] 08:27:26.936		
Afonso Florence (PT-BA)	P [E] 12:33:24.543		
Afonso Hamm (PP-RS)	P [E] 12:41:05.830		
Afonso Motta (PDT-RS)	P [E] 09:31:27.536		
Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)	P [E] 10:08:41.796		
Airton Faleiro (PT-PA)	P [E] 10:40:46.306		
AJ Albuquerque (PP-CE)	P [E] 12:32:43.210		
Alan Rick (DEM-AC)	P [E] 09:32:06.723		
Alceu Moreira (MDB-RS)	P [E] 10:48:04.266		
Alcides Rodrigues (PATRIOTA-GO)	P [E] 08:32:37.763		
Alê Silva (PSL-MG)	P [E] 08:14:31.766		
Alencar S. Braga (PT-SP)	P [E] 12:32:14.076		
Alessandro Molon (PSB-RJ)	P [E] 10:34:56.656		
Alex Manente (CIDADANIA-SP)	P [E] 10:32:41.056		
Alex Santana (PDT-BA)	P [E] 10:24:39.730		
Alexandre Frota (PSDB-SP)	P [E] 09:46:56.300		
Alexandre Leite (DEM-SP)	P [E] 08:58:06.233		
Alexandre Padilha (PT-SP)	P [E] 12:32:46.183		
AlexandreSerfiotis (PSD-RJ)	P [E] 10:42:50.150		
Alexis Fonteyne (NOVO-SP)	P [E] 08:04:58.333		
Alice Portugal (PCdoB-BA)	P [E] 10:51:29.346		
Aliel Machado (PSB-PR)	P [E] 12:45:18.140		

Quórum
Presença

507



Aline Gurgel (REPUBLICANOS-AP)	P [E] 10:37:14.300		
Aline Sleutjes (PSL-PR)	P [E] 08:12:27.563		
Altineu Côrtes (PL-RJ)	P [E] 10:33:51.560		
Aluisio Mendes (PSC-MA)	P [E] 11:09:14.166		
Amaro Neto (REPUBLICANOS-ES)	P [E] 09:51:31.040		
André Abdon (PP-AP)	P [E] 10:36:20.140		
André de Paula (PSD-PE)	P [E] 08:08:37.166		
André Ferreira (PSC-PE)	P [E] 10:35:02.696		
André Figueiredo (PDT-CE)	P [E] 11:33:26.470		
André Fufuca (PP-MA)	P [E] 11:18:01.300		
André Janones (AVANTE-MG)	P [E] 10:15:21.133		
Angela Amin (PP-SC)	P [E] 08:28:18.536		
Antonio Brito (PSD-BA)	P [E] 08:17:06.900		
Arlindo Chinaglia (PT-SP)	P [E] 10:40:48.393		
Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP)	P [E] 12:37:47.396		
Aroldo Martins (REPUBLICANOS-PR)	P [E] 09:24:08.100		
Arthur Lira (PP-AL)	P [E] 15:44:21.280		
Arthur O. Maia (DEM-BA)	P [E] 12:32:28.970		
Átila Lins (PP-AM)	P [E] 08:36:02.720		
Átila Lira (PP-PI)	P [E] 10:00:27.356		
Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE)	P [E] 10:47:56.856		
Áurea Carolina (PSOL-MG)	P [E] 11:48:19.820		
Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ)	P [E] 09:06:49.806		
Bacelar (PODE-BA)	P [E] 10:13:15.750		
Baleia Rossi (MDB-SP)	P [E] 14:54:15.280		
Benedita da Silva (PT-RJ)	P [E] 10:31:22.640		
Benes Leocádio (REPUBLICANOS-RN)	P [E] 09:30:14.490		
Beto Faro (PT-PA)	P [E] 10:25:36.553		
Beto Pereira (PSDB-MS)	P [E] 11:44:26.433		
Beto Rosado (PP-RN)	P [E] 14:19:40.296		
Bia Cavassa (PSDB-MS)	P [E] 09:50:59.980		
Bia Kicis (PSL-DF)	P [E] 08:04:31.383		
Bibo Nunes (PSL-RS)	P [E] 10:12:47.916		



Bilac Pinto (DEM-MG)	P [E] 09:12:24.486		
Bira do Pindaré (PSB-MA)	P [E] 10:40:02.830		
Boca Aberta (PROS-PR)	P [E] 09:03:44.930		
Bohn Gass (PT-RS)	P [E] 11:01:38.946		
Bosco Costa (PL-SE)	P [E] 10:31:51.333		
Bosco Saraiva (SOLIDARIEDADE-AM)	P [E] 08:13:56.473		
Bozzella (PSL-SP)	P [E] 10:02:34.453		
Bruna Furlan (PSDB-SP)	P [E] 08:11:51.750		
Cacá Leão (PP-BA)	P [E] 10:20:16.143		
Camilo Capiberibe (PSB-AP)	P [E] 10:42:38.076		
Cap. Alberto Neto (REPUBLICANOS-AM)	P [E] 10:33:44.846		
Cap. Fábio Abreu (PL-PI)	P [E] 10:19:10.630		
Capitão Augusto (PL-SP)	P [E] 08:22:19.076		
Capitão Wagner (PROS-CE)	P [E] 09:36:15.426		
Carla Dickson (PROS-RN)	P [E] 10:23:48.526		
Carla Zambelli (PSL-SP)	P [E] 08:36:23.043		
Carlos Bezerra (MDB-MT)	P [E] 10:41:28.220		
Carlos Chiodini (MDB-SC)	P [E] 09:42:48.180		
Carlos Gaguim (DEM-TO)	P [E] 08:16:52.423		
Carlos Gomes (REPUBLICANOS-RS)	P [E] 09:02:16.640		
Carlos Jordy (PSL-RJ)	P [E] 10:05:28.370		
Carlos Sampaio (PSDB-SP)	P [E] 08:18:12.943		
Carlos Veras (PT-PE)	P [E] 10:32:58.116		
Carlos Zarattini (PT-SP)	P [E] 11:27:14.553		
Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC)	P [E] 10:13:12.370		
Caroline de Toni (PSL-SC)	P [E] 10:33:41.373		
Cássio Andrade (PSB-PA)	P [E] 10:27:49.046		
Celina Leão (PP-DF)	P [E] 12:38:18.036		
Célio Moura (PT-TO)	P [E] 11:02:58.580		
Célio Silveira (PSDB-GO)	P [E] 09:47:38.600		
Célio Studart (PV-CE)	P [E] 11:08:14.160		
Celso Maldaner (MDB-SC)	P [E] 10:03:50.573		
Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP)	P [E] 09:52:23.333		



Celso Sabino (PSDB-PA)	P [E] 12:34:01.163		
Cezinha Madureira (PSD-SP)	P [E] 12:32:03.370		
Charles Fernandes (PSD-BA)	P [E] 08:45:06.190		
Charlles Evangelis (PSL-MG)	P [E] 09:12:42.993		
Chico D' Angelo (PDT-RJ)	P [E] 10:07:25.786		
Chiquinho Brazão (AVANTE-RJ)	P [E] 09:44:53.410		
Chris Tonietto (PSL-RJ)			
Christiane Yared (PL-PR)	P [E] 10:01:07.140		
Christino Aureo (PP-RJ)	P [E] 10:17:26.216		
Clarissa Garotinho (PROS-RJ)	P [E] 08:07:29.590		
Claudio Cajado (PP-BA)	P [E] 08:56:19.710		
Cleber Verde (REPUBLICANOS-MA)	P [E] 10:34:17.500		
Coronel Armando (PSL-SC)	P [E] 08:16:53.243		
Coronel Tadeu (PSL-SP)	P [E] 10:46:08.223		
CoronelChrisóstom (PSL-RO)	P [E] 09:12:02.210		
Cristiano Vale (PL-PA)	P [E] 08:16:18.046		
Da Vitória (CIDADANIA-ES)	P [E] 11:22:48.466		
Dagoberto Nogueira (PDT-MS)	P [E] 09:01:47.710		
Damião Feliciano (PDT-PB)	P [E] 08:23:33.900		
Daniel Almeida (PCdoB-BA)	P [E] 11:32:44.950		
Daniel Coelho (CIDADANIA-PE)	P [E] 12:33:34.433		
Daniel Freitas (PSL-SC)	P [E] 08:06:47.380		
Daniel Silveira (PSL-RJ)	P [E] 10:38:00.490		
Daniel Trzeciak (PSDB-RS)	P [E] 08:26:58.300		
Daniela Waguinho (MDB-RJ)	P [E] 10:14:54.583		
Danilo Cabral (PSB-PE)	P [E] 08:26:26.553		
Danilo Forte (PSDB-CE)	P [E] 08:05:18.330		
Danrlei (PSD-RS)	P [E] 12:39:18.206		
David Miranda (PSOL-RJ)	P [E] 10:42:58.773		
David Soares (DEM-SP)	P [E] 08:36:18.190		
DelAntônioFurtado (PSL-RJ)	P [E] 09:06:13.950		
Deleg. Éder Mauro (PSD-PA)	P [E] 10:46:54.510		
Delegado Marcelo (PSL-MG)	P [E] 09:21:22.053		
Delegado Pablo (PSL-AM)	P [E] 08:46:15.670		
Delegado Waldir (PSL-GO)	P [E] 09:36:24.476		



Denis Bezerra (PSB-CE)	P [E] 10:31:22.240		
Diego Andrade (PSD-MG)	P [E] 13:11:08.633		
Diego Garcia (PODE-PR)	P [E] 08:35:08.406		
Dimas Fabiano (PP-MG)	P [E] 10:58:28.950		
Domingos Neto (PSD-CE)	P [E] 11:10:45.710		
Domingos Sávio (PSDB-MG)	P [E] 10:37:29.980		
Dr Zacharias Calil (DEM-GO)	P [E] 08:44:07.366		
Dr. Frederico (PATRIOTA-MG)	P [E] 12:31:52.486		
Dr. Jaziel (PL-CE)	P [E] 12:33:07.323		
Dr. Leonardo (SOLIDARIEDADE-MT)	P [E] 11:11:53.380		
Dr. Luiz Ovando (PSL-MS)	P [E] 09:13:17.990		
Dr.Luiz Antonio Jr (PP-RJ)	P [E] 11:43:30.763		
Dra. Vanda Milani (SOLIDARIEDADE-AC)	P [E] 11:11:57.430		
Dra.Soraya Manato (PSL-ES)	P [E] 09:25:09.263		
Dulce Miranda (MDB-TO)	P [E] 08:05:08.500		
Edilazio Junior (PSD-MA)	P [E] 11:50:01.233		
Edio Lopes (PL-RR)			
EdmilsonRodrigues (PSOL-PA)	P [E] 10:41:56.290		
Edna Henrique (PSDB-PB)	P [E] 08:39:11.476		
Eduardo Barbosa (PSDB-MG)	P [E] 08:09:46.123		
Eduardo Bismarck (PDT-CE)	P [E] 09:04:11.110		
Eduardo Braide (PODE-MA)	P [E] 08:07:02.963		
Eduardo Costa (PTB-PA)	P [E] 09:32:50.246		
Eduardo Cury (PSDB-SP)	P [E] 09:08:38.826		
Eduardo da Fonte (PP-PE)	P [E] 13:09:42.426		
EduardoBolsonaro (PSL-SP)	P [E] 08:09:17.073		
Efraim Filho (DEM-PB)	P [E] 12:31:48.596		
Elcione Barbalho (MDB-PA)	P [E] 09:39:39.220		
Eli Borges (SOLIDARIEDADE-TO)	P [E] 08:12:29.556		
Eli Corrêa Filho (DEM-SP)	P [E] 09:08:31.546		
Elias Vaz (PSB-GO)	P [E] 10:39:58.900		
Elmar Nascimento (DEM-BA)	P [E] 08:24:57.430		
Emanuel Pinheiro N (PTB-MT)	P [E] 10:31:56.503		
Emidinho Madeira (PSB-MG)	P [E] 08:50:39.563		
Enio Verri (PT-PR)	P [E] 10:40:52.230		



Enrico Misasi (PV-SP)	P [E] 12:31:21.326		
Erika Kokay (PT-DF)	P [E] 10:37:16.580		
Eros Biondini (PROS-MG)	P [E] 10:32:13.236		
EuclidesPettersen (PSC-MG)	P [E] 08:17:07.853		
Evair de Melo (PP-ES)	P [E] 10:31:51.883		
Expedito Netto (PSD-RO)	P [E] 12:34:59.060		
Fábio Henrique (PDT-SE)	P [E] 08:16:46.830		
Fábio Mitidieri (PSD-SE)	P [E] 12:10:55.130		
Fábio Ramalho (MDB-MG)	P [E] 12:34:00.760		
Fabio Reis (MDB-SE)	P [E] 08:45:47.343		
Fabio Schiochet (PSL-SC)	P [E] 12:32:27.486		
Fábio Trad (PSD-MS)	P [E] 08:03:26.703		
Fausto Pinato (PP-SP)	P [E] 10:53:56.963		
Felício Laterça (PSL-RJ)	P [E] 08:56:59.443		
Felipe Carreras (PSB-PE)	P [E] 09:50:19.763		
Felipe Rigoni (PSB-ES)	P [E] 12:09:15.500		
FelipeFrancischini (PSL-PR)	P [E] 12:32:28.820		
Félix Mendonça Jr (PDT-BA)	P [E] 09:00:40.376		
FernandaMelchionna (PSOL-RS)	P [E] 11:42:48.150		
Fernando Coelho (DEM-PE)	P [E] 08:57:54.703		
FernandoMonteiro (PP-PE)	P [E] 10:31:44.526		
FernandoRodolfo (PL-PE)	P [E] 12:23:22.106		
Filipe Barros (PSL-PR)	P [E] 12:33:01.170		
Flávia Arruda (PL-DF)	P [E] 10:55:08.600		
Flávia Moraes (PDT-GO)	P [E] 11:05:10.606		
Flaviano Melo (MDB-AC)	P [E] 08:51:44.010		
Flávio Nogueira (PDT-PI)	P [E] 08:42:28.113		
Flordelis (PSD-RJ)	P [E] 10:34:26.430		
Francisco Jr. (PSD-GO)	P [E] 09:03:08.960		
Franco Cartafina (PP-MG)	P [E] 08:59:47.066		
Fred Costa (PATRIOTA-MG)	P [E] 11:08:06.540		
Frei Anastacio (PT-PB)	P [E] 10:40:45.510		
Gelson Azevedo (PL-RJ)	P [E] 10:57:30.536		
Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE-CE)	P [E] 10:14:41.813		
General Girão (PSL-RN)	P [E] 08:20:53.980		



General Peternelli (PSL-SP)	P [E] 10:17:07.600		
Geninho Zuliani (DEM-SP)	P [E] 08:14:23.303		
Geovania de Sá (PSDB-SC)	P [E] 08:08:45.040		
Gervásio Maia (PSB-PB)	P [E] 08:30:18.313		
Giacobo (PL-PR)	P [E] 11:23:34.833		
Gil Cutrim (PDT-MA)	P [E] 12:31:45.493		
Gilberto Abramo (REPUBLICANOS-MG)	P [E] 08:11:49.183		
GilbertoNascimento (PSC-SP)	P [E] 10:07:42.270		
Gilson Marques (NOVO-SC)	P [E] 09:31:11.990		
Giovani Cherini (PL-RS)	P [E] 12:31:36.086		
Giovani Feltes (MDB-RS)	P [E] 09:49:18.280		
Glauber Braga (PSOL-RJ)	P [E] 11:05:29.140		
Glaustin da Fokus (PSC-GO)	P [E] 08:07:01.850		
Gleisi Hoffmann (PT-PR)	P [E] 12:32:48.193		
Gonzaga Patriota (PSB-PE)	P [E] 10:50:18.706		
Greyce Elias (AVANTE-MG)	P [E] 09:54:31.460		
Guiga Peixoto (PSL-SP)	P [E] 12:37:46.226		
Guilherme Derrite (PP-SP)	P [E] 10:37:28.520		
Guilherme Mussi (PP-SP)	P [E] 12:39:06.050		
Gurgel (PSL-RJ)	P [E] 10:31:28.283		
Gustavo Fruet (PDT-PR)	P [E] 10:32:42.236		
Gustinho Ribeiro (SOLIDARIEDADE-SE)	P [E] 09:46:50.216		
Gutemberg Reis (MDB-RJ)	P [E] 12:05:49.650		
Haroldo Cathedral (PSD-RR)	P [E] 09:39:08.393		
Heitor Freire (PSL-CE)	P [E] 11:34:26.893		
Heitor Schuch (PSB-RS)	P [E] 12:33:31.130		
Helder Salomão (PT-ES)	P [E] 10:42:44.346		
Hélio Costa (REPUBLICANOS-SC)	P [E] 09:30:35.040		
Hélio Leite (DEM-PA)	P [E] 08:15:58.553		
Helio Lopes (PSL-RJ)	P [E] 08:07:56.570		
Henrique Fontana (PT-RS)	P [E] 12:33:04.590		
Hercílio Diniz (MDB-MG)			
Herculano Passos (MDB-SP)	P [E] 09:57:22.846		
HermesParcianello (MDB-PR)	P [E] 09:36:33.340		



Hildo Rocha (MDB-MA)			
Hiran Gonçalves (PP-RR)	P [E] 08:25:49.086		
Hugo Leal (PSD-RJ)	P [E] 10:09:56.110		
Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)	P [E] 10:12:06.030		
Idilvan Alencar (PDT-CE)	P [E] 10:34:35.050		
Igor Kannário (DEM-BA)	P [E] 10:34:33.216		
Igor Timo (PODE-MG)	P [E] 12:38:17.526		
Iracema Portella (PP-PI)	P [E] 12:41:49.150		
Isnaldo Bulhões Jr (MDB-AL)	P [E] 12:37:03.370		
Israel Batista (PV-DF)	P [E] 08:05:34.243		
Ivan Valente (PSOL-SP)	P [E] 12:35:48.053		
Jandira Feghali (PCdoB-RJ)	P [E] 12:14:56.623		
Jaqueline Cassol (PP-RO)	P [E] 08:45:43.113		
Jefferson Campos (PSB-SP)	P [E] 09:04:27.520		
Jerônimo Goergen (PP-RS)	P [E] 13:06:39.166		
Jéssica Sales (MDB-AC)	P [E] 11:44:00.770		
Jesus Sérgio (PDT-AC)	P [E] 10:44:51.526		
Jhc (PSB-AL)	P [E] 12:40:46.010		
Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS-RR)	P [E] 12:13:41.643		
João C. Bacelar (PL-BA)	P [E] 12:32:46.753		
João Campos (REPUBLICANOS-GO)	P [E] 12:18:41.036		
João Daniel (PT-SE)	P [E] 11:12:43.593		
João H. Campos (PSB-PE)	P [E] 10:36:28.806		
João Maia (PL-RN)	P [E] 08:10:23.783		
João Marcelo S. (MDB-MA)	P [E] 08:06:17.563		
João Roma (REPUBLICANOS-BA)	P [E] 10:31:21.556		
Joaquim Passarinho (PSD-PA)	P [E] 08:14:25.186		
Joenia Wapichana (REDE-RR)	P [E] 10:48:54.253		
Joice Hasselmann (PSL-SP)	P [E] 12:39:39.026		
Jorge Braz (REPUBLICANOS-RJ)	P [E] 08:58:05.460		
Jorge Goetten (PL-SC)	P [E] 09:35:44.653		
Jorge Solla (PT-BA)	P [E] 11:23:18.386		
José Airton (PT-CE)	P [E] 10:39:47.966		
José Guimarães (PT-CE)	P [E] 10:52:06.186		



Jose Mario Schrein (DEM-GO)	P [E] 08:07:37.443		
José Medeiros (PODE-MT)	P [E] 10:38:48.680		
José Nelto (PODE-GO)	P [E] 10:44:13.133		
José Nunes (PSD-BA)	P [E] 12:33:16.243		
José Priante (MDB-PA)	P [E] 12:32:52.560		
José Ricardo (PT-AM)	P [E] 11:04:09.056		
José Rocha (PL-BA)	P [E] 09:05:40.683		
Joseildo Ramos (PT-BA)	P [E] 10:37:11.910		
Josimar Maranhãozi (PL-MA)	P [E] 10:38:03.050		
Juarez Costa (MDB-MT)	P [E] 09:39:57.143		
Julian Lemos (PSL-PB)	P [E] 11:07:38.553		
Júlio Cesar (PSD-PI)	P [E] 09:02:09.953		
Julio Cesar Ribeir (REPUBLICANOS-DF)	P [E] 08:37:01.100		
Júlio Delgado (PSB-MG)	P [E] 10:35:28.563		
Juninho do Pneu (DEM-RJ)	P [E] 08:38:06.136		
Junio Amaral (PSL-MG)	P [E] 08:28:20.326		
Júnior Ferrari (PSD-PA)	P [E] 10:08:08.283		
Junior Lourenço (PL-MA)	P [E] 10:36:55.800		
Júnior Mano (PL-CE)	P [E] 10:31:13.423		
Juscelino Filho (DEM-MA)	P [E] 08:19:09.490		
Kim Kataguirí (DEM-SP)	P [E] 09:11:24.063		
Laercio Oliveira (PP-SE)	P [E] 10:25:08.500		
Lafayette Andrada (REPUBLICANOS-MG)	P [E] 10:36:37.420		
Lauriete (PSC-ES)	P [E] 08:07:59.013		
Leandre (PV-PR)	P [E] 09:00:39.876		
Leda Sadala (AVANTE-AP)	P [E] 09:42:16.933		
Leo de Brito (PT-AC)	P [E] 10:32:25.640		
Léo Moraes (PODE-RO)	P [E] 10:27:56.810		
Léo Motta (PSL-MG)	P [E] 12:35:29.356		
Leonardo Monteiro (PT-MG)	P [E] 10:43:44.210		
Leônidas Cristino (PDT-CE)	P [E] 11:20:27.133		
Leur Lomanto Jr. (DEM-BA)	P [E] 09:04:04.520		
Lídice da Mata (PSB-BA)	P [E] 10:39:07.016		
Lincoln Portela (PL-MG)	P [E] 10:09:18.476		
Liziane Bayer (PSB-RS)	P [E] 09:42:34.256		



Loester Trutis (PSL-MS)	P [E] 08:13:28.320		
Lourival Gomes (PSL-RJ)	P [E] 08:18:13.083		
Lucas Gonzalez (NOVO-MG)	P [E] 09:41:40.646		
Lucas Redecker (PSDB-RS)	P [E] 08:13:42.760		
Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE-GO)	P [E] 09:29:42.373		
Luciano Bivar (PSL-PE)			
Luciano Ducci (PSB-PR)	P [E] 10:58:46.910		
Lucio Mosquini (MDB-RO)	P [E] 12:38:28.236		
Luis Miranda (DEM-DF)	P [E] 08:55:52.916		
Luis Tibé (AVANTE-MG)	P [E] 09:53:02.730		
Luisa Canziani (PTB-PR)	P [E] 11:12:21.003		
Luiz Carlos (PSDB-AP)	P [E] 10:47:42.363		
Luiz Carlos Motta (PL-SP)	P [E] 11:02:10.796		
Luiz Lima (PSL-RJ)	P [E] 08:32:07.770		
Luiz Nishimori (PL-PR)	P [E] 09:50:22.960		
Luiz P. O.Bragança (PSL-SP)	P [E] 08:13:37.090		
Luiza Erundina (PSOL-SP)	P [E] 10:31:23.513		
LuizAntônioCorrêa (PL-RJ)	P [E] 11:10:51.990		
Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR)	P [E] 08:52:30.036		
Luizianne Lins (PT-CE)	P [E] 10:37:47.050		
Magda Mofatto (PL-GO)	P [E] 09:54:50.110		
Major Fabiana (PSL-RJ)	P [E] 09:00:27.170		
Mara Rocha (PSDB-AC)	P [E] 08:37:13.913		
Marcel van Hattem (NOVO-RS)	P [E] 10:25:59.400		
Marcelo Álvaro (PSL-MG)	P [E] 09:38:33.843		
Marcelo Aro (PP-MG)	P [E] 10:18:17.436		
Marcelo Brum (PSL-RS)	P [E] 11:20:45.773		
Marcelo Calero (CIDADANIA-RJ)	P [E] 09:17:49.210		
Marcelo Freixo (PSOL-RJ)	P [E] 09:30:52.920		
Marcelo Moraes (PTB-RS)	P [E] 12:35:51.733		
Marcelo Nilo (PSB-BA)	P [E] 10:39:37.813		
Marcelo Ramos (PL-AM)	P [E] 10:46:35.316		
Marcio Alvino (PL-SP)	P [E] 08:15:04.863		
Márcio Biolchi (MDB-RS)	P [E] 08:27:08.783		



Márcio Jerry (PCdoB-MA)	P [E] 10:48:20.106		
Márcio Labre (PSL-RJ)	P [E] 08:10:34.370		
Márcio Marinho (REPUBLICANOS-BA)	P [E] 11:52:44.400		
Marco Bertaiolli (PSD-SP)	P [E] 12:33:07.930		
Marcon (PT-RS)	P [E] 10:39:23.653		
Marcos A. Sampaio (MDB-PI)	P [E] 12:20:33.440		
Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)	P [E] 12:49:31.660		
Margarete Coelho (PP-PI)	P [E] 12:24:52.390		
MargaridaSalomão (PT-MG)	P [E] 12:17:25.860		
Maria do Rosário (PT-RS)	P [E] 10:43:41.660		
Maria Rosas (REPUBLICANOS- SP)	P [E] 09:03:30.053		
Mariana Carvalho (PSDB-RO)	P [E] 08:18:58.973		
Marília Arraes (PT-PE)	P [E] 10:44:17.640		
Marina Santos (SOLIDARIEDADE-PI)	P [E] 10:33:58.366		
Mário Heringer (PDT-MG)	P [E] 13:45:36.913		
MárioNegromonte Jr (PP-BA)	P [E] 09:58:30.440		
Marlon Santos (PDT-RS)	P [E] 08:54:37.720		
Marreca Filho (PATRIOTA-MA)	P [E] 10:43:39.640		
Marx Beltrão (PSD-AL)	P [E] 10:34:53.680		
Maurício Dziedrick (PTB-RS)	P [E] 11:51:42.103		
Mauro Benevides Fº (PDT-CE)	P [E] 10:20:03.106		
Mauro Lopes (MDB-MG)	P [E] 09:44:39.626		
Mauro Nazif (PSB-RO)	P [E] 10:32:02.433		
Merlong Solano (PT-PI)	P [E] 10:49:13.420		
Miguel Lombardi (PL-SP)	P [E] 09:35:53.396		
Milton Vieira (REPUBLICANOS- SP)	P [E] 09:56:00.153		
Misael Varella (PSD-MG)	P [E] 08:08:59.480		
Moses Rodrigues (MDB-CE)	P [E] 10:04:23.903		
Natália Bonavides (PT-RN)	P [E] 10:32:11.120		
Nelson Barbudo (PSL-MT)	P [E] 09:03:21.580		
Nereu Crispim (PSL-RS)	P [E] 08:52:26.186		
Neri Geller (PP-MT)	P [E] 10:09:21.523		
Newton Cardoso Jr (MDB-MG)	P [E] 10:47:15.256		



Nicoletti (PSL-RR)	P [E] 08:52:58.940		
Nilson Pinto (PSDB-PA)	P [E] 11:14:22.643		
Nilson Stainsack (PP-SC)	P [E] 08:30:39.850		
Nilto Tatto (PT-SP)	P [E] 10:38:51.540		
Nivaldo Albuquerque (PTB-AL)	P [E] 10:33:49.280		
Norma Ayub (DEM-ES)	P [E] 08:22:59.923		
Odair Cunha (PT-MG)	P [E] 11:37:06.543		
Olival Marques (DEM-PA)	P [E] 08:24:03.153		
Orlando Silva (PCdoB-SP)	P [E] 10:36:49.986		
Osires Damaso (PSC-TO)	P [E] 08:42:08.693		
Osmar Terra (MDB-RS)	P [E] 09:42:32.136		
Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE)	P [E] 08:51:42.800		
Otoni de Paula (PSC-RJ)	P [E] 12:37:21.243		
Otto Alencar (PSD-BA)	P [E] 09:10:16.450		
Padre João (PT-MG)	P [E] 11:40:03.553		
Pastor Eurico (PATRIOTA-PE)	P [E] 11:47:28.496		
Pastor Gil (PL-MA)	P [E] 10:45:12.283		
Pastor Isidório (AVANTE-BA)	P [E] 09:55:49.980		
Patrus Ananias (PT-MG)	P [E] 10:48:17.733		
Paula Belmonte (CIDADANIA-DF)	P [E] 11:39:04.450		
Paulão (PT-AL)	P [E] 12:38:04.800		
Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)	P [E] 12:33:06.020		
Paulo Azi (DEM-BA)	P [E] 09:11:32.846		
Paulo Bengtson (PTB-PA)	P [E] 10:55:54.583		
Paulo Freire Costa (PL-SP)	P [E] 08:08:34.453		
Paulo Ganime (NOVO-RJ)	P [E] 09:28:57.023		
Paulo Guedes (PT-MG)	P [E] 10:36:46.423		
Paulo Magalhães (PSD-BA)	P [E] 10:32:18.353		
Paulo Martins (PSC-PR)	P [E] 10:00:55.510		
Paulo Pereira (SOLIDARIEDADE-SP)	P [E] 12:39:11.550		
Paulo Pimenta (PT-RS)	P [E] 08:07:21.746		
Paulo Ramos (PDT-RJ)	P [E] 10:16:50.053		
Paulo Teixeira (PT-SP)	P [E] 11:40:01.670		
Pedro A Bezerra (PTB-CE)	P [E] 10:24:03.403		



Pedro Cunha Lima (PSDB-PB)	P [E] 08:03:35.706		
Pedro Lucas Fernan (PTB-MA)	P [E] 10:38:47.766		
Pedro Lupion (DEM-PR)	P [E] 12:35:02.610		
Pedro Paulo (DEM-RJ)	P [E] 12:43:33.980		
Pedro Uczai (PT-SC)	P [E] 12:34:05.893		
Pedro Westphalen (PP-RS)	P [E] 08:51:26.303		
Perpétua Almeida (PCdoB-AC)	P [E] 12:35:55.790		
Pinheirinho (PP-MG)	P [E] 08:31:16.990		
Policial Sastre (PL-SP)	P [E] 11:37:37.000		
Pompeo de Mattos (PDT-RS)	P [E] 10:57:11.056		
Pr Marco Feliciano (REPUBLICANOS-SP)	P [E] 08:43:16.586		
Prof Marcivania (PCdoB-AP)	P [E] 12:00:16.406		
Profª Dorinha (DEM-TO)	P [E] 09:09:11.516		
Profª Rosa Neide (PT-MT)	P [E] 11:14:54.743		
Professor Alcides (PP-GO)	P [E] 10:10:43.726		
Professor Joziel (PSL-RJ)	P [E] 12:15:26.063		
Professora Dayane (PSL-BA)	P [E] 08:08:35.796		
Rafael Motta (PSB-RN)	P [E] 11:01:49.436		
Raimundo Costa (PL-BA)	P [E] 12:37:40.923		
Raul Henry (MDB-PE)	P [E] 09:56:49.103		
Reginaldo Lopes (PT-MG)	P [E] 11:06:43.820		
Rejane Dias (PT-PI)	P [E] 10:42:23.460		
Renata Abreu (PODE-SP)	P [E] 08:30:53.143		
Renato Queiroz (MDB-RR)	P [E] 08:22:55.036		
Renildo Calheiros (PCdoB-PE)	P [E] 11:35:47.400		
Ricardo Barros (PP-PR)	P [E] 12:41:42.910		
Ricardo Guidi (PSD-SC)	P [E] 10:37:22.423		
Ricardo Izar (PP-SP)	P [E] 10:31:21.890		
Ricardo Silva (PSB-SP)	P [E] 10:53:42.753		
Ricardo Teobaldo (PODE-PE)	P [E] 12:31:31.690		
Robério Monteiro (PDT-CE)	P [E] 09:37:58.920		
Roberto Alves (REPUBLICANOS- SP)	P [E] 09:09:07.790		
Roberto de Lucena (PODE-SP)	P [E] 08:06:31.993		
Rodrigo Agostinho (PSB-SP)	P [E] 10:24:03.350		
Rodrigo Coelho (PSB-SC)	P [E] 09:09:32.900		



Rodrigo de Castro (PSDB-MG)	P [E] 10:50:23.370		
Rodrigo Maia (DEM-RJ)	P [M] 10:28:43.000		
Rogério Correia (PT-MG)	P [E] 12:33:56.986		
Roman (PATRIOTA-PR)	P [E] 11:22:15.440		
Ronaldo Carletto (PP-BA)	P [E] 09:21:04.216		
Rosana Valle (PSB-SP)	P [E] 09:27:30.030		
Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ)	P [E] 12:31:42.983		
Rose Modesto (PSDB-MS)	P [E] 08:02:37.570		
Rubens Bueno (CIDADANIA-PR)	P [E] 10:29:37.293		
Rubens Otoni (PT-GO)	P [E] 12:31:45.396		
Rubens Pereira Jr. (PCdoB-MA)	P [E] 12:32:32.450		
Rui Falcão (PT-SP)	P [E] 10:32:05.480		
Ruy Carneiro (PSDB-PB)	P [E] 10:01:27.060		
Sâmia Bomfim (PSOL-SP)	P [M] 11:18:10.000		
Samuel Moreira (PSDB-SP)	P [E] 10:42:36.180		
Sanderson (PSL-RS)	P [E] 10:59:46.420		
Santini (PTB-RS)	P [E] 08:10:26.596		
Sargento Fahur (PSD-PR)	P [E] 10:01:25.126		
Schiavinato (PP-PR)	P [E] 08:52:13.600		
Sebastião Oliveira (AVANTE-PE)	P [E] 08:48:18.573		
Sérgio Brito (PSD-BA)	P [E] 09:04:44.060		
Sergio Souza (MDB-PR)	P [E] 11:48:39.276		
Sergio Toledo (PL-AL)	P [E] 10:47:20.326		
Sergio Vidigal (PDT-ES)	P [E] 12:38:39.056		
Severino Pessoa (REPUBLICANOS-AL)	P [E] 10:39:02.226		
Shéridan (PSDB-RR)	P [E] 13:57:10.716		
Sidney Leite (PSD-AM)	P [E] 12:31:58.590		
Sílas Câmara (REPUBLICANOS-AM)	P [E] 12:32:51.020		
Sílvia Cristina (PDT-RO)	P [E] 09:59:23.790		
Sílvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE)	P [E] 09:49:49.170		
Soraya Santos (PL-RJ)	P [E] 10:39:19.253		
SóstenesCavalcante (DEM-RJ)	P [E] 08:26:35.736		
Stefano Aguiar (PSD-MG)	P [E] 09:51:28.270		
Stephanes Junior (PSD-PR)	P [E] 12:01:44.986		



SubtenenteGonzaga (PDT-MG)	P [E] 12:50:03.950		
Tabata Amaral (PDT-SP)	P [E] 09:32:54.206		
Tadeu Alencar (PSB-PE)	P [E] 12:42:45.900		
Talíria Petrone (PSOL-RJ)	P [E] 11:55:14.653		
Ted Conti (PSB-ES)	P [E] 10:30:16.426		
Tereza Nelma (PSDB-AL)	P [E] 08:43:49.850		
Tiago Dimas (SOLIDARIEDADE-TO)	P [E] 11:10:38.486		
Tiago Mitraud (NOVO-MG)	P [E] 09:30:12.843		
Tiririca (PL-SP)	P [E] 09:42:54.793		
Tito (AVANTE-BA)	P [E] 09:39:37.456		
ToninhoWandscheer (PROS-PR)	P [E] 08:47:27.970		
Túlio Gadêlha (PDT-PE)	P [E] 10:30:45.430		
Uldurico Junior (PROS-BA)	P [E] 12:34:38.380		
Vaidon Oliveira (PROS-CE)	P [E] 09:31:51.206		
Valdevan Noventa (PL-SE)	P [E] 08:43:39.883		
Valmir Assunção (PT-BA)	P [E] 10:36:24.520		
Vander Loubet (PT-MS)	P [E] 09:03:40.333		
Vanderlei Macris (PSDB-SP)	P [E] 08:56:43.560		
Vavá Martins (REPUBLICANOS-PA)	P [E] 10:35:55.506		
Vermelho (PSD-PR)	P [E] 09:24:07.200		
Vicentinho (PT-SP)	P [E] 10:37:23.293		
Vicentinho Júnior (PL-TO)	P [E] 12:31:21.283		
Vilson da Fetaemg (PSB-MG)	P [E] 08:17:19.036		
Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP)	P [E] 09:47:13.430		
Vinicius Farah (MDB-RJ)	P [E] 11:00:06.480		
Vinicius Gurgel (PL-AP)	P [E] 10:56:00.510		
Vinicius Poit (NOVO-SP)	P [E] 09:29:00.813		
Vitor Hugo (PSL-GO)	P [E] 08:20:39.590		
Vitor Lippi (PSDB-SP)	P [E] 10:28:01.140		
Waldenor Pereira (PT-BA)	P [E] 10:32:22.980		
Walter Alves (MDB-RN)	P [E] 10:48:33.560		
Weliton Prado (PROS-MG)	P [E] 08:28:03.280		
Wellington (PL-PB)			
Wilson Santiago (PTB-PB)	P [E] 10:40:22.896		



WladimirGarotinho (PSD-RJ)	P [E] 10:45:27.100		
Wolney Queiroz (PDT-PE)	P [E] 10:14:19.596		
Zé Carlos (PT-MA)	P [E] 08:49:21.443		
Zé Neto (PT-BA)	P [E] 09:25:35.883		
Zé Silva (SOLIDARIEDADE-MG)	P [E] 11:31:56.496		
Zé Vitor (PL-MG)	P [E] 09:52:44.260		
Zeca Dirceu (PT-PR)	P [E] 10:33:34.220		

P = Presença contabilizada no quórum;

Pi = Presença contabilizada no quórum do início da reunião;

P* = Presença não contabilizada por ultrapassar o total de vagas do partido/bloco



ABERTURA DA SESSÃO

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Segundo o Regimento Comum do Congresso Nacional, art. 28, as sessões somente serão abertas com a presença mínima de um sexto da composição de cada Casa do Congresso: 14 Senadores e 86 Deputados.

O sistema de participação acusa a presença de 253 Srs. Deputados e Sras. Deputadas nesta sessão do Congresso Nacional.

Há número regimental. Portanto, declaro aberta a presente sessão.

Nos termos do art. 7º do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal, que institui o sistema de deliberação remota, informo que a sessão será iniciada diretamente na Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Declaro aberta a Ordem do Dia.

Constam da pauta os Projetos de Lei do Congresso Nacional nº 9, 29 e 41, de 2020.

Passa-se à deliberação das matérias.

Discussão na Câmara dos Deputados, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências.

Ao projeto foram apresentadas 2.205 emendas.

Enquanto aguardamos o Senador Irajá, que é o Relator de Plenário, nós vamos abrir inscrição para os oradores.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Sra. Presidente, posso apresentar uma questão de ordem?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Pode, Deputado.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Sra. Presidente, V.Exa. já iniciou a Ordem do Dia?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Já a iniciei, Deputado. Eu iria conceder a palavra ao Deputado Vanderlei Macris. Se V.Exa. quiser, ele pode falar primeiro.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Pode ser, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Concedo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB - SP. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, nobres Sras. e Srs. Congressistas, mais do que nunca o Congresso Nacional brasileiro precisa manter o foco na defesa da Justiça, que é um anseio pertinente e antigo da população brasileira.

Demandas importantes da sociedade e que têm grande relevância para o norteamento correto do País são alguns dos temas que precisamos enfrentar, combater e vencer, como diria Mário Covas em relação à sua própria vida.

Aqui temos, por exemplo, por mais de 2 anos, a votação da proposta de emenda à Constituição que permite o cumprimento da pena em condenação de segunda instância. No entanto, a Proposta de Emenda Constitucional nº 199, de 2019, encontra-se parada na Comissão Especial. E esta decisão precisa ser tomada pelo Presidente desta Casa e pelos Srs. Parlamentares que hoje comandam essa Comissão, garantindo que possamos, de alguma forma regimental, Sras. e Srs. Congressistas, discutir e votar um tema da maior relevância como esse. Esta paralisação nos diz que a proposta não será votada neste ano. Este é o caminho, ao que parece, estamos trilhando.

Não sabemos quem será o novo Presidente. O pior de tudo é que há candidatos a Presidente desta Casa que estão comprometendo-se a não deliberar sobre essa matéria, porque muitos interesses existem



no sentido de que a prisão em segunda instância não seja mais discutida nesta Casa. Há candidatas a Presidente da Casa que estão comprometendo-se, pelo menos, segundo os rumores dos bastidores deste trabalho de eleição do novo Presidente, a acabar com a Lei de Ficha Limpa. São temas como esses que é impossível imaginar que possamos ver debatidos no Congresso Nacional.

Acabar com a prisão em segunda instância? Não! Esta luta precisa continuar. Acabar com a Lei de Ficha Limpa? Não! Esta luta vai ser mantida. É assim que nós precisamos trabalhar nestes tempos. Nós temos que acabar com a impunidade em nosso País e fazer com que os corruptos não tenham mais possibilidade de proteção em liberdade, que é o que está acontecendo agora.

Por isso, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a condenação em segunda instância é central para o Parlamento brasileiro. Nós vamos terminar este ano, e, muito provavelmente, a discussão e votação dessa matéria será protelada.

Mas quero dizer a todos os Parlamentares que nós estaremos prontos, no início do ano que vem, em um movimento suprapartidário, inclusive com o autor da proposta, com o Presidente da Comissão Especial, para votar essa matéria. Vamos pressionar o novo Presidente a debater e discutir a questão da prisão em segunda instância.

Esse é um tema do qual o Parlamento brasileiro não pode fugir de debater, de discutir, porque é uma das questões mais importantes para acabarmos com a impunidade.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Muito obrigada, Deputado Vanderlei Macris.

Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao nosso amigo Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, formulo a presente questão de ordem, com base no art. 66 da Constituição Federal e nos arts. 104-A e 106 do Regimento Comum do Congresso Nacional, relativamente ao trancamento da pauta do Congresso por vetos não apreciados dentro de 30 dias.

Conforme o texto expresso da Constituição Federal, toda e qualquer deliberação pelo Congresso Nacional fica sobrestada, na hipótese de haver vetos não deliberados em 30 dias, contados do seu recebimento pela Mesa Diretora. No específico, há 22 vetos sobrestando a pauta, com um deles trancando a pauta desde 2019. Apesar dessa regra, a pauta convocada para o dia de hoje não traz qualquer um desses 22 vetos, mas apenas PLNs.

Primeiro, é preciso pontuar que os comandos constitucionais são imperativos e de cumprimento obrigatório. Não há que se falar em flexibilização dessas regras por conjuntura política ou sanitária, tampouco não se vislumbra a possibilidade de mitigação de comando constitucional por norma hierarquicamente inferior, como, por exemplo, atos assinados pela Mesa Diretora do Congresso ou pelas Mesas das duas Casas.

Dito isso, se não há, na própria Constituição, norma que flexibilize a regra de trancamento da pauta, não se poderá fazer qualquer outro normativo. Assim, aprovar o PLN relativo à LDO, sem deliberação dos já citados 22 vetos, significa, a um só tempo, violar a Constituição Federal e macular o próprio processo de votação da LDO de um vício insanável.

Além disso, esclareço que o argumento de que os vetos trancam apenas a pauta de sessões conjuntas também não prospera: primeiro, porque a Constituição não permite outro formato de sessão — por força constitucional, as sessões do Congresso são, conceitual e rigorosamente, conjuntas; segundo, porque as sessões remotas não afastaram esse caráter conjunto, o que houve foi apenas um ajuste tecnológico para viabilizar as deliberações, considerando o distanciamento geográfico de nós Parlamentares, tanto é que, nas últimas deliberações do Congresso, na hora da Câmara deliberar, Senadores fizeram uso da



palavra, oferecendo, inclusive, pareceres em plenário. Por último, lembramos que as deliberações em sessões conjuntas sempre são tomadas Casa a Casa, tomam-se primeiros os votos de uma Casa, para depois ir à outra, a depender do resultado. Isso sempre foi feito, sem nunca descaracterizar a natureza conjunta das sessões.

Diante do exposto, Sra. Presidente, requeiro imediata inclusão dos já citados 22 vetos na pauta da presente sessão.

É a questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Zarattini, eu vou fazer uma resposta formal à questão de ordem que V.Exa. acaba de ler. Lembro que existe um ato das duas Mesas que modificou esse procedimento por força da COVID, daí, a minha resposta formal. Porém, eu vou dar uma resposta e uma solução a esse entendimento também.

Em resposta aos questionamentos apresentados pelo nobre Deputado Zarattini sobre o sobrestamento da pauta do Congresso Nacional, por força dos vetos que estariam aguardando a deliberação, a Presidência esclarece que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em face das circunstâncias atuais que envolvem as medidas de isolamento social e a proibição de aglomerações, como forma de combater a propagação da COVID-19, editaram o Ato Conjunto nº 2, de 2020, que prevê deliberação das matérias de competência do Congresso Nacional separadamente nas duas Casas, em sessões unicamente subsequentes.

Dessa forma, considerando que o trancamento da pauta pelos vetos presidenciais se dá nas sessões conjuntas do Congresso Nacional, art. 66, § 4º, da Constituição Federal, e que os projetos de lei de matéria orçamentária, ainda segundo a Constituição Federal, art. 166, precisam ser aprovados pelas duas Casas, mas não necessariamente em uma sessão conjunta, não há óbice à apreciação de matérias orçamentárias pelas duas Casas, separadamente, mesmo diante da existência de vetos que só trancam as pautas das sessões, como disse, conjuntas, nos estritos termos do texto constitucional.

Esse entendimento já foi objeto de questões de ordem respondidas, nas sessões de 2 de abril e 13 de maio de 2020, e está, portanto, amplamente consolidado, não tendo havido questionamento nas sessões seguintes, das quais houve deliberação de PLNs, ainda que houvesse vetos sobrestando a pauta, muito menos a judicialização da matéria.

Por fim, esta Presidência relembra que as atuais circunstâncias são, de fato, excepcionais, mas o Parlamento está fazendo a sua parte.

Foram deliberados 39 vetos, com centenas de dispositivos, no ano de 2020, mesmo com a pandemia e com as medidas de isolamento social. Decerto, há vetos na agenda do Congresso Nacional, mas esta Mesa entende, pelas razões já expostas, que não há óbice legal nem constitucional à deliberação das matérias orçamentárias.

Ante o exposto, indefiro a questão de ordem.

Porém, Deputado Carlos Zarattini, agora sim, respondendo a V.Exa., muito embora eu esteja indeferindo o seu pedido pelos motivos expostos, quero dizer que nós iremos votar a LDO, e, se V.Exa. conseguir construir um consenso, não de todos, mas de alguns vetos, esta Presidência terá total disposição de inseri-los na pauta. Nós precisamos ver o número, o quórum e quais serão esses vetos.

Então, a questão de ordem está indeferida por esta Presidência. No entanto, até votarmos a LDO, nada impede — e V.Exa. tem muita articulação com todas as Lideranças de todos os partidos —, se houver entendimento, que nós possamos absorver alguns vetos. Esta Presidência se coloca à disposição para inseri-los nesta pauta.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Pois não, Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputada Soraya



Santos, primeiro, quero cumprimentá-la por esse entendimento. Discordo dos motivos do indeferimento, como exposto aqui já previamente na nossa questão de ordem. Consideramos que as sessões são conjuntas, ainda que feitas de forma remota, mas também queremos fazer uma consideração.

Em primeiro lugar, em todas as vezes que votamos PLNs, foi devido a acordos firmados com todos os partidos dessas duas Casas, por meio das suas Lideranças, acordos em que houve discussão prévia sobre os vetos que seriam votados. Portanto, nós tivemos essa possibilidade de entendimento.

Eu lamento, Sra. Presidente, que hoje ocupa a Presidência da sessão, que o Presidente do Congresso Nacional não tenha feito nenhuma tentativa de entendimento em relação aos vetos. O Senador Davi Alcolumbre, que inúmeras vezes buscou esse entendimento, desta vez não buscou. E digo a V.Exa. que ele não buscou porque sabe que a Oposição não faria nenhum gesto aqui de recorrer ao Supremo Tribunal Federal para impedir a votação da LDO, porque nós sabemos muito bem que é a LDO que permite a movimentação do Orçamento a partir de 1º de janeiro do ano que vem. E nós não faremos isso — nós não faremos isso! Nós vamos discutir a LDO. Queremos debater a LDO, vamos fazer os nossos destaques e não vamos obstruir a votação da LDO.

Mas quero dizer a V.Exa. e à Mesa Diretora do Congresso Nacional o seguinte: o que houve aqui hoje foi um atropelamento da Oposição e da possibilidade de fazermos o jogo parlamentar e discutir vetos que deveriam constitucionalmente ser discutidos. Então, na solução que V.Exa. propõe, eu espero que tanto o Líder do Governo no Congresso Nacional, o Senador Eduardo Gomes, como o Presidente Davi Alcolumbre chamem uma reunião de Líderes para que possamos ouvir os Líderes e, quanto aos vetos, ver o que é possível votar. Da nossa parte, a disposição é votar os 22 vetos que estão obstruindo a pauta.

Então, essa é a nossa posição, Sra. Presidente. Eu agradeço a sua compreensão e solicito que V.Exa. se comunique com o Senador Davi Alcolumbre, para que se convoque, enquanto nós estamos votando aqui, uma reunião de Líderes para que possamos tentar chegar a um acordo. Eu já propus anteriormente que esse acordo fosse feito, mas infelizmente ele não foi realizado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Zarattini, mais uma vez parabenezo V.Exa. pelo entendimento de que a LDO é absolutamente urgente neste momento. E essa é uma consciência em relação a qualquer divergência política, tendo em vista que fala mais alto a responsabilidade com o próprio País.

Por isso, muito embora esta Presidência tenha negado o pedido de V.Exa., nós vamos partir para a votação da LDO e, durante a votação, estaremos nos comunicando com o Presidente e com o Líder do Governo, o Deputado Eduardo Gomes, para que possam propiciar o acordo. Esta Presidência não conseguirá, com certeza, apreciar todos os vetos, mas é possível apreciar alguns vetos durante o entendimento. Temos essa disposição.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu gostaria de fazer um registro, já pedindo à Deputada Professora Dorinha que ocupe a tribuna para falar em nome da bancada feminina. Em seguida, vou passar a palavra ao Deputado Vinicius Poit.

Temos um momento muito importante a ser registrado, um momento muito importante que aconteceu aqui. Hoje, nesta Casa, a bancada feminina, com a deliberação unânime deste Plenário, fez jus ao reconhecimento das mulheres, dando nome de personalidades femininas a espaços públicos da Câmara, para que essas mulheres possam inspirar muitas meninas no futuro.

Então, para o Plenário 13, buscamos o nome de uma cientista, vencedora do primeiro prêmio internacional. As mulheres cientistas têm, ao longo de gerações, elevado o nome da ciência deste País. Para o plenário onde funciona a Comissão de Viação e Transportes, o nome escolhido foi da primeira mulher a pilotar. Para o Plenário 2, um plenário de fundamental importância, o segundo maior plenário desta Casa, na ala das Comissões, foi dado o nome da Deputada da Ceci Cunha. Lembramos assim a



violência política, esse foi um momento muito importante. Na condição de 1ª Secretária, tive o prazer de percorrer cada um desses espaços.

À ala da galeria de fotos que homenageia as mulheres eleitas, mostrando o esforço que o Brasil vem fazendo para a eleição de mulheres, demos o nome de uma professora, uma guerreira do Rio Grande do Norte, sobre quem a nossa Deputada Professora Dorinha vai falar.

E ao principal corredor de acesso a este Plenário demos o nome de Tereza de Benguela, uma mulher que pregou o direito à liberdade, que representa tantas mulheres negras neste País, que tem uma luta pelo direito de ir e vir, pela aplicação do art. 5º, que já determina igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, parabéns pela iniciativa do projeto de resolução! V.Exa. muito dignifica a nossa bancada.

Passo a palavra V.Exa., nossa Coordenadora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO. Para discursar. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de, em nome da bancada feminina, dizer que sim nós tivemos um ano difícil. com enormes desafios, com votações de projetos muito importantes para as mulheres, para a sociedade.

A nossa atuação Parlamentar não se limita apenas a fatos e envolvimento diretamente relacionados a nós mulheres, mas ao envolvimento de cada Parlamentar com a sua história, com o seu trabalho e de onde fala. E neste mês de dezembro, finalizando os 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, nós tivemos oportunidade de votar dez projetos importantes, que trataram, por exemplo, do marco de enfrentamento à violência contra a mulher, da criação e garantia de recursos específicos para o uso do Fundo Nacional de Segurança Pública no combate à violência, da preocupação da mulher em relação à violência e do enfrentamento à violência política e institucional.

Para nós, é motivo de grande orgulho, Deputada Soraya Santos, nossa Líder da bancada feminina e 1ª Secretária, a iniciativa que assumimos nesta Casa de, pela primeira vez, colocar em espaços públicos que representam a nossa sociedade, no debate e na construção de iniciativas legislativas importantes, o nome de mulheres. E são mulheres com diferentes histórias, como V.Exa. mesmo mencionou.

A votação e aprovação da resolução permitiu a homenagem à Tereza de Benguela, um ícone de resistência como mulher negra e como guerreira, que assumiu um quilombo, após a morte de seu marido, e mostrou, nessa responsabilidade, a qualidade de gestão, de cuidado com as pessoas, de cuidado com a alimentação, inclusive, criando conhecimento e fazendo história. Tereza de Benguela dá nome a um dos espaços mais importantes da Casa e traz para nós uma homenagem importante. Oficialmente, o dia 25 de julho é reconhecido como Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.

Dando sequência aos espaços denominados, nós tivemos oportunidade de passar rapidamente em cada uma das Comissões. Ceci Cunha denomina um dos plenários mais importantes desta Casa, o Plenário 2. Ceci Cunha, na verdade, Josefa Santos Cunha, foi médica, exerceu um trabalho importante na garantia dos direitos, no respeito às mulheres, foi eleita Deputada Federal em 1992 e exerceu um mandato com grande distinção. Infelizmente, Ceci Cunha foi assassinada, num grande simbolismo de violência política e de feminicídio. Essa representação em um espaço tão importante é para nós um marco para todo o trabalho da bancada feminina no enfrentamento à violência contra a mulher, para a possibilidade e a capacidade da mulher ocupar diferentes espaços.

Anésia Pinheiro Machado também deixou sua marca, porque foi uma das primeiras aviadoras. Pilotando um monomotor, ela voou de Nova York para o Rio de Janeiro, completou voos importantes, foi uma ativista. O mais importante é que Anésia hoje está presente na Câmara dos Deputados, representando a atuação da mulher em diferentes espaços políticos, como ela fez.



A Comissão de Ciência e Tecnologia recebeu o nome de Marília Chaves Peixoto. Ela foi uma notável pesquisadora, a primeira mulher brasileira eleita para Academia Brasileira de Ciências, quebrou paradigmas ao se dedicar à matemática, à engenharia, dirigiu um gabinete de mecânica, destacando-se na sua produção.

E também inauguramos e entregamos para a Câmara dos Deputados a galeria de fotos que homenageia as Deputadas. Hoje nós somos 77 Parlamentares, uma representação muito aquém ainda da nossa presença na população brasileira. Somos mais de 52% da população brasileira, temos hoje representação e olhares de diferentes Estados e queremos mais. Queremos ter a ousadia e queremos ter a oportunidade de dar voz às mulheres que estão presentes na sociedade brasileira garantindo a economia, cuidando das suas famílias, presentes nas ciências exatas e em todas as áreas.

Por isso nós queremos sim discutir a ocupação e a presença da mulher na representação política, na direção de órgãos importantes, na Mesa Diretora da Câmara, na relatoria de projetos importantes. Nosso mandato não é um mandato de segunda linha. Chegamos aqui representando a sociedade, temos o direito de dar voz a ela. Não chegamos aqui por algum favor, chegamos aqui pelo voto, pelo trabalho. Isso não nos impede de enxergar que nossa sociedade é desigual, que as oportunidades são desiguais, mas nós vamos construir por meio da educação, da cultura e também da política a nossa representação.

Parabéns à Deputada Soraya! Parabéns à Deputada Tereza Nelma, que vai falar também como uma Deputada que faz história! Parabéns a todas as mulheres, muitas delas silentes, muitas delas desconhecidas, mas que estão fazendo a sua parte no espaço em que vivem.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Concedo a palavra à Deputada Tereza Nelma. (*Pausa.*)

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP) - Sra. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deixe-me só encerrar esta parte da sessão, Deputado.

Eu só vou conceder a palavra às Deputadas, porque acabamos de inaugurar esses espaços. Assim que elas falarem, eu abro a palavra para V.Exa.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP) - Perfeitamente, Sra. Presidente. Eu compreendo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Concedo a palavra à Deputada Tereza Nelma.

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL. Para discursar. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, Deputada Soraya Santos, Sra. Secretária da Mulher, Deputada Professora Dorinha, na condição de Coordenadora Adjunta da Secretaria da Mulher, estou muito feliz por este momento. Eu fiz um esforço grande para estar aqui. Como todos sabem, estou enfrentando o quinto câncer, uma recidiva de colo de útero, mas eu não poderia deixar de estar aqui num momento tão importante como este em que colocamos em corredores e em três plenários o nome de mulheres, quando se observou, que entre os corredores e os plenários desta Casa não havia nenhum deles com o nome de mulher. Com a iniciativa da nossa querida 1ª Secretária, a Deputada Soraya Santos, e da Secretaria da Mulher, que tem à frente a Deputada Dorinha, nós hoje realizamos esse grande feito. Há 10 dias, eu li sobre o porquê do relatório, o porquê do nome de Ceci Cunha. Eu tenho muito orgulho, eu me emociono muito com isso. Eu quero falar de Ceci Cunha, que nasceu em Feira Grande, Município de Alagoas, e depois foi para Arapiraca, onde, voltando depois da universidade, fez sua vida na obstetrícia. Ela ajudou muitos alagoanos e alagoanas hoje já jovens e adultos a nascerem com muita competência e muita humildade. Depois ingressou na política por necessidade, por ser uma mulher que sempre esteve à frente de todos nós, que sempre nos



orgulhou muito. Ceci Cunha, nós a temos muito na lembrança. Exerceu, como médica, uma profissão que ela abraçava com muito amor. Ela disse que, como médica, poderia ajudar muita gente, mas que, como política, sabia que ajudaria muito mais.

Foi com esse espírito combativo, solidário e de muito compromisso com os mais necessitados e com as mulheres que Ceci Cunha, em 1998, no dia da sua diplomação, ao visitar a sua irmã na Gruta de Lourdes, um bairro de Maceió, acompanhada do seu esposo, foi assassinada brutalmente em uma chacina que ceifou a vida de quatro pessoas, dentre elas a de Ceci Cunha, a de seu esposo e a de mais dois familiares. Foi muito chocante, mas hoje já dizemos: foi um crime de violência política clássico. A ambição de poder pelo poder, a ambição de estar à frente do Parlamento ceifou a vida de uma mulher, uma mulher que é uma grande referência para todos os alagoanos e para o nosso Brasil.

Assim, a Câmara dos Deputados, onde ela desempenhou tão bem o seu mandato, não poderia deixar de colocar o nome de Ceci Cunha no Plenário 2 do Anexo II. Eu fico muito feliz, como alagoana e como arapiraquense que sou, por estar fazendo aqui esta homenagem e dizer para todas nós mulheres que estamos aqui no plenário, Deputada Erika Kokay, Deputada Sâmia Bomfim, Deputada Adriana Ventura, o quanto nós nos orgulhamos deste momento que vivemos aqui.

Nós estamos em um momento muito sério em que nós queremos, sim, discutir a violência política e como ela nos afeta no nosso dia a dia, como ela nos transgride no nosso dia a dia. Queremos ocupar o espaço, ter a nossa representatividade, andar lado a lado, homem e mulher, mas queremos ocupar o espaço porque, além das nossas competências, nós sabemos, nós podemos, nós queremos. Hoje para mim é um dia muito especial. Eu fiz um esforço para estar aqui. Estou muito feliz por esta oportunidade de estar no plenário da Câmara dos Deputados e por fazer parte desse grupo. Somos 77 mulheres, e as nossas lutas são suprapartidárias. Nós temos que fazer esse exercício diário e contínuo de estar sempre juntas, tendo um olhar à frente, o olhar de ocupar espaço com a nossa representatividade. Então, obrigada por esta oportunidade, Deputada Soraya Santos, como Presidente hoje dos trabalhos. Agradeço a todas as minhas colegas e à Deputada Professora Dorinha também.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputada Tereza Nelma. A luta de V.Exa. é sempre uma inspiração.

Aliás, Deputada Erika, que já vai fazer uso da palavra, eu queria dizer que depois do assassinato da Ceci Cunha, em 1998, Deputado Peternelli, somente agora, nesta legislatura, nós elegemos uma mulher alagoana, a Deputada Tereza Nelma, que já traz essa marca de resistência.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Para discursar. Sem revisão da oradora.) - Eu começo fazendo uma homenagem muito especial à Deputada Tereza Nelma, que lembra muito uma associação que fazemos a um poema de João Cabral de Melo Neto. O poema diz que a pedra está entranhada no sertanejo, e eu digo, fazendo uma associação, que a coragem está entranhada nas mulheres.

A Deputada Tereza Nelma é a expressão da coragem que as mulheres carregam, da fé na vida que as mulheres carregam, de todos os dias superarem todos os pedaços de uma lógica e de um olhar colonial que considera a mulher parte da propriedade daqueles que se sentem donos do próprio País. A Deputada Tereza Nelma é um exemplo para cada uma de nós, para cada um de nós. E nós estamos aqui para dizer que ela nos faz acreditar mais na vida. Ela nos faz acreditar mais e mais na função que a bancada feminina exerce nesta Casa, que é a função de escutar todas as vozes.

Eu penso que todo mundo tem voz, como a mulher que está ali com as mãos estendidas chorando a morte do seu menino. As mulheres que choram a morte dos seus filhos têm uma voz e falam através da sua luta, assim como as mulheres que estão todos os dias lutando por creches, lutando para que todos os dias tenhamos políticas públicas, as mulheres que enfrentam todos os dias esse sexismo estruturante que



permeia e que faz com que tenhamos um filtro e que as relações sociais sejam vistas a partir da lógica patriarcal, da lógica machista e sexista.

Por isso, o dia de hoje é uma resposta desta Casa a uma tentativa de invisibilização das mulheres. Nós estamos aqui, nós estamos nos plenários com os nossos nomes, com o nome da primeira aviadora, com o nome de uma mulher engenheira. E aí lembramos que há pouco encerramos os 21 dias de ativismo na luta pela não violência contra as mulheres. Lembramos, no dia 6 de dezembro, o Massacre de Montreal, em que um homem assassina mulheres dizendo que as mulheres não deveriam estar no curso de engenharia. E estabelecemos o Dia do Laço Branco, que é o envolvimento dos homens na luta de combate à violência contra as mulheres. Nesta Casa, damos ao plenário da ciência e tecnologia o nome de uma engenheira, para dizer que lugar de mulher é onde ela quiser. Mas nós também colocamos em um plenário o nome de Ceci Cunha, vítima de uma violência política, que atinge de forma intensa as mulheres. Se temos violência, as violências sempre vão carregar no seu bojo a violência de gênero. Os períodos violentos de profunda desumanização da nossa história, seja escravidão, colonialismo e a ditadura, sempre carregaram a violência de gênero. Essa ditadura, alguns batem palmas para ela. Querem reviver as salas escuras da tortura, que sempre carregaram a tortura de gênero também.

Nós inauguramos aqui, tiramos, descerramos e colocamos nítida a placa com o nome de Tereza de Benguela, que representa a luta por igualdade racial, a luta por liberdade. A luta por liberdade sempre é a luta das mulheres, liberdade sobre os nossos corpos, liberdade sobre as nossas vozes. Liberdade! Liberdade é a luta que as mulheres travam todos os dias! Então, no dia de hoje, nós inauguramos o nome de mulheres em vários espaços desta Casa, rompendo a invisibilização que querem nos impor.

Nós estamos aqui, a maior bancada desta Casa, que é a bancada feminina, para dizer que, enquanto tivermos uma sub-representação feminina nos espaços de poder, a democracia está ameaçada ou não está pulsante, enquanto tivermos milhões de mulheres que têm medo de voltar para a casa, porque serão vítimas de uma violência que despersonaliza e que vai arrancando mulheres delas mesmas, a existência humana e a vivência plena dessa própria humanidade.

Por isso, encerro, Deputada Soraya Santos, parabenizando V.Exa., porque sei que essa construção no dia de hoje contou com a sua atuação decisiva e proativa. Parabenizo a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que coordena a Secretaria da Mulher desta Casa e não tem deixado que nenhuma pauta que seja relevante para a sociedade deixe de ter o recorte das mulheres. Nós mulheres, com a Deputada Soraya e hoje com a Deputada Professora Dorinha, sempre discutimos todas as questões, porque a luta das mulheres é a luta por uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Em nome da Deputada Soraya Santos, da Deputada Dorinha e da Deputada Tereza Nelma, eu parabenizo todas as mulheres em todos os cantos deste País e digo: hoje, nomes de mulheres estão em vários espaços desta Casa. É um dia para que nós possamos festejar e apenas termos como alimento de uma trajetória com que nós deparamos todos os dias, com essa lógica sexista, patriarcal, essa lógica machista.

Parabéns a todas as mulheres desta Casa e a todas as mulheres deste País.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputada Erika.

Com a palavra o Deputado Vinicius Poit, que fará uma questão de ordem. (*Pausa.*)

Deputado Paulo Ganime, havia uma questão de ordem a pedido do Deputado Vinicius Poit. V.Exa. pode fazê-la?

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Posso, sim, Presidente.

A questão de ordem baseia-se no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, que estabelece que os projetos de lei relativos ao Orçamento, citando especificamente a LDO em seu *caput*, deverá ser apreciada



por uma Comissão Mista de Deputados e Senadores, a CMO.

O que estamos observando aqui é um flagrante descumprimento da Constituição Federal. Não é nem uma questão regimental, mas é da nossa Constituição Federal. Por isso, esta é nossa questão de ordem, Presidente.

Eu gostaria de deixar claro que entendemos a necessidade urgente de votar a LDO. Entendemos a necessidade de que isso seja votado para evitar um *shot down*, mas me preocupa muito porque, mais uma vez, não é a primeira vez, esta Casa abre um precedente em relação não apenas a uma questão regimental — sobre o Regimento nós podemos fazer por acordo de procedimento, por uma resolução interna ou por um ato da Mesa —, mas por se tratar, sim, de uma questão constitucional.

A CMO não foi instalada não por conta da pandemia, porque vimos já algumas vezes a tentativa de instalação da Comissão Mista de Orçamento; ela não foi instalada por briga de poder. Foi por questão de briga de poder que não se permitiu que a CMO fosse instalada. Se estivéssemos falando aqui da excepcionalidade da pandemia, poderíamos entender e avançar dessa forma. Mas quando falamos sobre uma questão política, que colocou o País atrás de interesses de poder, isso é um absurdo, isso nós não podemos aceitar, Presidente.

Então, é muito lamentável avançarmos com essa lei, uma lei fundamental e importantíssima, a LDO, sem que isso tenha tramitado da forma correta, dando tempo para o bom debate, para a boa discussão.

Mais uma vez, nem mesmo o prazo, que é da CMO, de 3 dias, para que o relatório seja apresentado e seja votado e seja discutido, foi cumprido no Plenário do Congresso Nacional. O texto chegou ontem, tivemos pouquíssimo tempo para analisar e para votar. Então, já abrimos vários precedentes ao longo deste ano, inclusive baseados na questão de ordem anterior, feita pelo Deputado Zarattini, com relação à votação de projetos de lei orçamentária antes da votação de vetos, que trancariam a pauta. Aceitamos abrir esse precedente, e concordo também com o Deputado Zarattini no sentido de que, quando aceitamos isso, foi por questões que acordamos juntos, e mesmo assim foi algo inconstitucional. Mas agora estamos abrindo um precedente não por uma questão de pandemia, não por uma necessidade urgente, mas por conta do interesse da Presidência da CMO, que era a disputa política de partidos e Parlamentares.

Então, isso é lamentável. Por isso, fazemos aqui a questão de ordem, Presidente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Paulo Ganime, em relação ao questionamento do Deputado Zarattini, esta Presidência inclusive já decidiu, com base em ato conjunto da Mesa do Congresso Nacional, a partir de que, por mais de uma vez, se votaram matérias, independentemente dos vetos que trancam a pauta.

Com relação à fala de V.Exa., eu estou registrando esse protesto, vez que V.Exa., na sua mesma fala, mostra o limite de tempo.

Nós não podemos deixar de votar a LDO.

Entendemos o registro sobre a dificuldade de instalar a CMO não só por questões de pandemia — V.Exa. cita aqui —, mas por disputa, como no caso de outras Comissões. Então, houve a dificuldade nesse sentido da CMO, assim como em relação a outras Comissões, neste ano excepcional que nós estamos vivendo.

A Mesa aguardou até o limite do prazo para pautar a matéria diretamente em Plenário, nos termos regimentais previstos. Portanto, eu acolho como registro essa fala. Nós vamos votar a LDO, pelo limite do prazo, e mais tarde nós podemos nos pronunciar sobre o tema.

Tem a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/PL - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero aqui também fazer o meu protesto em relação ao Presidente do Congresso Nacional.



Nós tivemos uma convocação para a instalação da CMO com quórum estabelecido, e o Presidente, assim que se estabeleceu o quórum, desautorizou a reunião da CMO. Um absurdo, Sra. Presidente! Foi um absurdo isso!

Eu acho que o Presidente do Congresso não deveria ter suspenso a reunião da CMO, desde quando já havia quórum estabelecido, simplesmente porque a reunião certamente não daria o resultado que o Presidente desejaria. Isso é muito ruim para o Presidente de um Poder, para o nosso Presidente do Congresso Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Fica feito o registro, Deputado.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra o Deputado Marcelo Ramos.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu quero aqui reforçar tanto a fala do Deputado Paulo Ganime, quanto a fala do Deputado José Rocha. Mas, além disso, Deputada Soraya Santos, o mais grave não é que o Congresso Nacional excepcione a regra constitucional para trazer a matéria direto ao Plenário. O mais grave é que isso seja feito sem o compromisso de instalar a CMO. Nós vamos votar a LDO hoje sem nenhum compromisso de que nós teremos CMO para analisar a lei orçamentária a partir de fevereiro do ano que vem.

Eu acho que o mínimo que deveria ser construído como um acordo político aqui nesta Casa é que fique estabelecido como condição para a votação da LDO neste momento o compromisso de instalar a CMO antes do recesso parlamentar. É brincadeira! Nós estaremos abrindo uma exceção sem nenhuma certeza de que nós teremos CMO para votar a lei orçamentária. Nós vamos analisar 2 mil emendas diretamente no Plenário. Isso é uma brincadeira! Nós estamos artificializando e abrindo mão do papel do Parlamento na elaboração das peças orçamentárias do País.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Marcelo Ramos, V.Exa. tem total razão. Quero dizer que como membro da Mesa acolho essa proposta. Vou levá-la para que, posteriormente, ou durante a sessão, nós possamos responder. Particularmente, posiciono-me a favor da sugestão de V.Exa.

Hoje é uma urgência, é a votação da LDO, não podemos parar o País. Assim como disse ao Deputado Zarattini, a maturidade deste Plenário em defesa do País faz-nos votar a LDO. Particularmente, como membro da Mesa, comungo com V.Exa. de suas palavras.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Pelo PT, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Só um momento.

Com a palavra a Deputada Sâmia Bomfim.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Nós estamos fazendo essa discussão da sessão para debater a LDO. No entanto, há uma série de irregularidades, como já foi muito bem demonstrado pelo Deputado Zarattini. A Constituição e o Regimento no Congresso determinam que é necessário votar os vetos antes de entrar na questão orçamentária.

Quero destacar duas coisas. Primeiro, esta LDO é muito ruim em muitos aspectos, o principal deles é que não prevê, por exemplo, orçamento específico para o tema do Programa Nacional de Imunizações. Da forma como está previsto, precisaria competir com outros recursos do orçamento corrente, o que é muito ruim, porque não há questão mais prioritária neste País, neste momento, do que garantir que a nossa população possa, de fato, ser imunizada.

Nós compreendemos a urgência de votar a LDO. Sem a LDO, afinal de contas, não pode haver nenhum tipo de investimento por parte do Governo, e não somos nós aqueles que vão definir que as pessoas



não vão ter os seus salários pagos, que o Brasil não vai funcionar. No entanto, a responsabilidade por isso acontecer não é da Oposição. A responsabilidade, na verdade, de essa hipótese se apresentar é do Governo, que está incapaz de cumprir o que o Regimento e o que o Congresso Nacional determinam, que é necessário votar os vetos.

Ainda especificamente sobre os vetos, eles estão sendo discutidos há muitos meses. Formalmente não foram, de fato, discutidos no Colégio de Líderes, que, afinal de contas, nem foi sequer convocado, mas o fato é que já há um posicionamento comum sobre alguns deles.

Eu queria destacar alguns que são fundamentais: a garantia, por exemplo, de uma indenização para os familiares dos trabalhadores da saúde que estão na linha de frente no enfrentamento da COVID-19 e que, porventura, venham a morrer no exercício da sua função; o tema do pacote anticrime, amplamente debatido por esta Casa, que se chegou a um consenso sobre os vetos; a garantia de auxílio emergencial e de crédito para os trabalhadores da agricultura familiar, no momento em que o País, inclusive, passa por um problema de abastecimento de alimentos; além, é claro, da Lei do Saneamento, porque é possível, sim, derrubar um dos vetos.

Não há motivo, a partir da compreensão desse acordo, para que eles não sejam pautados. V.Exa. sugeriu que eles possam ser discutidos após a sessão da LDO. Nós poderíamos, inclusive, aceitar essa possibilidade. No entanto, há sessões da Câmara e do Senado convocadas para hoje à tarde, ou seja, não haveria tempo hábil para encerrar a sessão do Congresso, para discutir a LDO, depois ainda discutir o tema do vetos, para chegar a essas sessões.

Então, o nosso apelo — aproveitando agora que o representante do Governo está aqui no plenário — é para que haja um compromisso público, ao microfone, acordado no sentido de que nós possamos, de fato, votar esses vetos, senão nós estaremos incorrendo num problema de inconstitucionalidade, não regimental, e ainda num problema de indisposição política com o povo brasileiro, que precisa de que esses vetos sejam derrotados.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputada Sâmia e Deputado Afonso Florence, antes que eu passe a palavra a outros Deputados, eu vou repetir, porque essa questão de ordem sobre os vetos já foi decidida por esta presidência.

Eu vou ler novamente e vou também fazer o encaminhamento da solução que dei.

Em resposta aos questionamentos apresentados pelo Deputado Carlos Zarattini e agora pela Deputada Sâmia Bomfim — e que fique estendido a todos os partidos — sobre o sobrestamento da pauta do Congresso Nacional por vetos que estariam aguardando deliberação, a Presidência esclarece o seguinte:

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em face das circunstâncias atuais que envolvem medidas de isolamento social e proibição de aglomerações na forma de combater a propagação da COVID-19, editaram o Ato Conjunto nº 2, de 2020, que prevê a deliberação das matérias de competência do Congresso Nacional separadamente nas duas Casas, em sessões unicamente subsequentes.

Desta forma, considerando que o trancamento de pauta dos vetos presidenciais se dá nas sessões conjuntas do Congresso Nacional, art. 66, § 4º, da Constituição Federal, e que os projetos de lei de matéria orçamentária, ainda segundo a Constituição Federal, art. 166, precisam ser aprovados nas duas Casas, não há óbice à apreciação das matérias orçamentárias pelas duas Casas separadamente, mesmo diante da existência de vetos que só trancam a pauta das sessões conjuntas, como disse, no estrito termo do texto constitucional. Esse entendimento, Deputada Sâmia Bomfim, já foi objeto de questões de ordens respondidas nas sessões de 2 de abril e de 13 de maio de 2020 e está, portanto, amplamente consolidado, não tendo havido questionamento nas sessões seguintes, nas quais houve deliberação dos PLNs, ainda que houvesse vetos sobrestando a pauta, muito menos judicialização da matéria.



Por fim, esta Presidência relembra que as atuais circunstâncias são de fato excepcionais, mas o Parlamento está fazendo a sua parte. Foram deliberados 39 vetos com centenas de dispositivos no ano de 2020, mesmo com a pandemia e as medidas de isolamento social.

De certo, há vetos na agenda do Congresso Nacional, mas esta Mesa entende, pelas razões expostas, que não há óbice nem legal, nem constitucional à liberação das matérias orçamentárias.

Ante o exposto, indeferi a questão de ordem, só para atualizar a resposta que dei.

Porém, em respeito a esse questionamento e à ponderação que foi feita pelo Deputado Carlos Zarattini, estamos aguardando o Líder do Governo. Para esta Presidência, enquanto estiver aqui na Mesa, se houver acordo para a apreciação de alguns vetos, nada impede que possamos colocá-los. Então, estamos esperando o Líder do Governo no Congresso Nacional para que isso possa ser feito. Deixo claro o indeferimento como decisão da Mesa. Porém, essa Presidência entende que, se houver acordo para deliberar alguns vetos, acrescentaremos não os 22, mas alguns que possamos fazer após a reunião de Líderes com o Líder do Governo.

Deputado Afonso Florence, é o mesmo assunto?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado. Era esse assunto, mas também há um outro.

Com relação a esse assunto, solicito a V.Exa. que faça constar em ata a mesma questão de ordem da parte do PT. V.Exa. se antecipou e respondeu ao Líder Deputado Carlos Zarattini e à Líder Deputada Sâmia Bomfim. Eu havia pedido a palavra. Por favor, registre que o PT fez o mesmo questionamento, e nós estaremos contemplados com a devolutiva da questão de ordem.

Com relação à pauta do Congresso Nacional e à conjuntura política, quero registrar, como coordenador da bancada do PT na CMO, com Parlamentares da Câmara e do Senado, que marcamos presença em todas as reuniões convocadas para a instalação da CMO. A disputa política em torno da Presidência passou para nós ao largo. Não se justifica a CMO não ter sido instalada.

O PLOA — Projeto de Lei Orçamentária Anual é muito ruim, pois retira recursos da educação e da saúde e joga o Orçamento da União para o subsolo. Quanto ao PLDO, houve avanços no relatório mais recente. Quero destacar aqui, saudando o Relator, o acatamento das emendas apresentadas pelo PT, pelo PCdoB e pela Oposição — cito aqui o Deputado Alexandre Padilha e a Deputada Jandira Feghali — com o propósito de garantir recursos para a implementação universal da vacinação do povo brasileiro. Há ainda outras importantes pendências. Nós precisamos apontar. Eu me reporto ao Relator. Precisamos garantir, no anexo de metas, recursos para que o País tenha o Mais Bolsa Família — o Projeto de Lei nº 4.086, de 2020, do PT, está tramitando na Casa — e o Renda Emergencial. O próprio Governo está cogitando a necessidade de prorrogação desse benefício. Temos que garantir recursos também para a agricultura familiar, para o PAE — Programa de Alimentação Escolar e para o PNAE — Programa Nacional de Alimentação Escolar, e subsídio creditício para a produção de alimentos. Estamos vendo a carestia aí. Este é um apelo que eu faço ao Relator, porque nós precisamos, na LDO, do lastro para que os recursos venham dos PLNs para a educação e inclusive para a universalização da banda larga.

Com relação aos vetos, já foi dito, estou contemplado, mas tenho que destacar aqui, para concluir, a importância de derrubarmos o veto da Lei Assis Carvalho para termos instrumentos para a produção de alimentos. Nós não estamos querendo apenas defender a agricultura familiar de uma minicarestia, pela ausência do PRONAF — Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, do PEA e do PNAE, da política de estoques, pela política de desmonte da CONAB.

Além disso, há a derrubada do Veto nº 16 da Lei nº 1.4026, do saneamento, que foi fruto de um acordo. Há outros vetos importante, mas faço este resumo, dentro do meu tempo.

Obrigado, Sr. Presidente.



Eu peço que haja a divulgação da posição do PT nos Anais das Casas.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada. Haverá registro e divulgação, Deputado Afonso Florence.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Kim Kataguiri. Em seguida, vou chamar o Deputado Bibó Nunes e o Deputado Paulo Ganime, já designando o Senador Irajá como Relator de Plenário.

Concedo a palavra ao Deputado Kim Kataguiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu gostaria de apresentar duas questões de ordem.

Primeiro, apresento uma reclamação, nos termos do art. 96 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que se aplica subsidiariamente, no caso de omissão do Regimento Comum do Congresso Nacional. E, dependendo da resposta para a segunda questão de ordem, faço a interposição de um recurso também. Eles se dão com base no art. 165 da Constituição da República de 1988, sobre a Lei Orçamentária e a tramitação, conforme apresentado, mas, creio, não decidido.

O Deputado Paulo Ganime levantou a questão, e o Deputado Marcelo Ramos também, sobre a não tramitação da Lei Orçamentária na Comissão Mista de Orçamento. É claro que todos nós entendemos que precisamos decidir hoje sobre a LDO. Acho que não há divergência sobre isso. Cabe registrar e marcar.

Antes de concluir, aproveito para fazer aqui outra questão de ordem, Sra. Presidente. O tempo de questão de ordem na sessão do Congresso Nacional é de 5 minutos, e a Mesa tem dado 3 minutos. Peço que se faça essa correção.

Continuo a questão de ordem.

Falo sobre a não tramitação na Comissão Mista de Orçamento, mesmo porque o que nós tivemos, nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, foi a decisão do Supremo Tribunal Federal de que medidas provisórias poderiam tramitar sem passar pela Comissão Mista, porque a previsão constitucional da medida provisória é a mesma previsão constitucional da Comissão Mista de Orçamento, que deve passar por Comissão para, então, ser analisada pelo Plenário da Câmara. Contudo, diferentemente do que houve com medida provisória, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a resolução da Mesa para tratar de medida provisória era constitucional. Portanto, mesmo sem passar por Comissão Especial, medidas provisórias puderam ser aprovadas por esta Casa, por este Congresso Nacional. Esta mesma decisão não foi estendida para o Orçamento, e se trata de questão constitucional. Como não houve extensão da decisão do Supremo Tribunal Federal para a questão orçamentária, não acredito que esteja na autonomia de resoluções da Mesa do Congresso Nacional mudar a tramitação constitucional de uma peça orçamentária.

Como já foi bem colocado aqui, não foi em razão da pandemia que a Comissão Mista de Orçamento não foi instalada, mas em razão de uma disputa de poder, de uma disputa política. Então, a justificativa da pandemia utilizada na própria resolução para tratar de medidas provisórias também não caberia para a questão do Orçamento.

Para além disso, após a resposta de V.Exa. em relação a esta questão de ordem, eu gostaria de dizer que recentemente nós tivemos uma discussão neste Parlamento sobre a questão de o Supremo Tribunal Federal usurpar competência do Poder Legislativo, rasgar a Constituição Federal para interferir em outro Poder. Com que moral o Parlamento, o Congresso Nacional...

Ainda não foi corrigido, Sra. Presidente, o tempo de questão de ordem no painel.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Kim Kataguiri, esta Presidência não está se baseando nos 5 minutos. Poderia até ter sido registrado o tempo, mas esta Presidência tem conduzido o trabalho de modo a que V.Exas. concluam o raciocínio da questão de ordem. Por isso, eu não estou preocupada com esse registro, porque esta Presidência não cortará a voz de V.Exa.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) - Perfeito. Obrigado, Sra. Presidente.



O que eu quero questionar é isto: como o Parlamento, posteriormente — e faço questão de que isto fique registrado nos Anais da Casa —, vai questionar medida do Supremo Tribunal Federal que diz respeito ao texto constitucional, se a própria Casa, no uso das suas atribuições, desrespeita o texto da Constituição para tratar de matéria que é de competência da própria Casa?

Eu acredito que isso, no longo prazo, talvez no médio prazo, cobre o seu preço. Quando o Supremo Tribunal Federal tomar uma decisão ou quando algum Ministro do Supremo lançar uma liminar, monocraticamente, interferindo em atribuições deste Parlamento, este Parlamento não vai poder posar de legalista, este Parlamento não vai poder posar de defensor da Constituição, porque o próprio Parlamento desrespeita a Constituição, ao não instalar a Comissão e analisar diretamente em Plenário uma peça de 420 páginas, que é uma peça de ficção, diga-se de passagem. Para quem estiver interessado em ler romances, informo que acabou de sair um relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias, estipulando um crescimento, para o ano que vem, de 3,2% e taxa básica de juros de 2%, o que todos nós sabemos que não vai acontecer. O próprio Governo sabe que não vai acontecer.

Quero marcar também, Sra. Presidente, o desrespeito do Governo ao não trazer o Líder do Congresso Nacional para a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que deveria ser uma das peças mais importantes para se evitar que no ano que vem tenhamos a paralisação dos serviços públicos.

Obrigado, Sra. Presidente.

Espero a decisão de V.Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Kim, eu concordo plenamente com V.Exa. em gênero e número, mas discordo em grau, porque o grau está sendo medido justamente pela urgência da matéria. Nós vamos votar a LDO. Sobre os demais pontos, assim como falei com o Deputado Marcelo Ramos, concordo plenamente com V.Exa. Acolherei todos esses registros que se fizeram nesse momento. No que depender de mim, na reunião da Mesa o meu voto é a favor da obrigatoriedade da instalação da CMO, mas, como V.Exa. sabe, eu sou uma dentro da Mesa. Nós teremos que levar este assunto não só ao Presidente Davi Alcolumbre, mas também aos demais membros da Mesa. O que estou declarando aqui é que concordo plenamente. Acho que é um dever nosso a aplicação da Constituição, mas chegamos a um ponto em que a LDO precisa ser votada, para não pararmos o País.

E registro que este Parlamento deixou mais do que nunca, durante o ano inteiro, a marca da responsabilidade. Não deixou de votar matérias e não deixará o País sem votar a LDO. Porém, declaro o meu voto de concordância no sentido de que a CMO possa ser instalada para que possa ser discutido o Orçamento, pela urgência de tempo.

Este é o entendimento que esta Presidência faz, deixando claro o registro de todas as manifestações e já declarando abertamente a minha posição no sentido da abertura da CMO. A LDO é uma questão de responsabilidade; para a CMO, nós temos que fazer esse movimento.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, então, para que nós possamos posteriormente levar essa questão a voto e não criar esse precedente perverso, dado o indeferimento da questão de ordem, como todos nós sabemos que vamos deliberar sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias hoje, eu gostaria de recorrer da decisão de V.Exa. para que o recurso seja encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a fim de não firmarmos esse precedente para as próximas Legislaturas.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Concordo. Está acolhido o recurso de V.Exa.

Com a palavra o Deputado Bibó Nunes.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssima Presidente Soraya Santos.



Nobres colegas, é uma satisfação estar nesta sessão.

Eu abro o espaço aqui para manifestar a minha alegria, porque saí, há pouco, de uma solenidade no Planalto em que o Presidente declarou que vai autorizar 20 bilhões de reais para a compra de vacinas para todos os brasileiros, vacinas que independem de nacionalidade, contanto que tenham a aprovação e a certificação da ANVISA. Digo isto para os brasileiros e para os 27 Governadores: o Governo quer, de fato, vacinar a todos e não tem como não se preocupar com a saúde da totalidade dos brasileiros.

Quero também aproveitar a oportunidade, digníssima Presidente, para dizer que ontem poderíamos ter votado a possibilidade de cota para mulheres nas eleições. As mulheres, nas eleições, estão crescendo cada dia mais. Na última eleição de Porto Alegre, na última eleição, 30% dos Parlamentares foram mulheres. Isso é para que vejam que o gaúcho gosta e admira muito mulheres.

Eu, particularmente, ainda digo mais: admiro aqui muitas Parlamentares, mesmo sendo contrárias, mesmo sendo de Oposição, como a Deputada Erika Kokay, que é combativa e aguerrida. Não pensa como eu, mas tem o meu respeito, assim como a Deputada Luiza Erundina, a quem muitas vezes já elogiei aqui também. Eu combato com palavras, mas sempre respeitando.

Aproveito para dizer que as mulheres merecem e precisam ter mais espaço na política. Já disse da tribuna que a política só será séria quando tivermos a maioria de mulheres nos Parlamentos. E sugiro aqui, neste momento em que estamos discutindo quem será o Presidente da Casa, que tenhamos uma candidata mulher a Presidente da Câmara dos Deputados. Sugiro a nobre Deputada Soraya Santos, por ser uma Parlamentar aguerrida e por ter pleno conhecimento dos trâmites da Casa. Precisamos ter uma mulher disputando a Presidência da Câmara. Eu indico V.Exa., por sua competência, porque as mulheres têm que ter cada vez mais visibilidade. Se depender de mim, as mulheres comandam o mundo.

Muito obrigado, nobre Deputada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Muito obrigada pela deferência, Deputado Bibó Nunes.

Com a palavra o Deputado Paulo Ganime, para que encerre as suas palavras, porque precisamos abrir a votação. *(Pausa.)*

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Peço que me conceda 30 segundos, por favor, Sra. Presidente.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, eu queria só destacar alguns pontos em relação à fala de V.Exa.

Primeiro, falo em relação à questão dos vetos, o que foi questão de ordem em outras sessões. Foi questão de ordem sim, foi definido que poderíamos votar daquela forma, mas também foi dado como resposta que aquilo não abriria precedentes. Também foi contestado, sim, em outras sessões, algumas como questão de ordem. Em outras, eu me posicionei pessoalmente aqui, dizendo que mais uma vez estávamos abrindo precedentes, que não queríamos que aquilo fosse precedente. Não fiz questão de ordem em outras sessões, até porque isso já estava definido. Mas foi alvo de acordo prévio entre os Líderes.

Portanto, eu gostaria que isso ficasse registrado, porque não queremos abrir precedentes. Não estou questionando a decisão, mas, sim, a argumentação.

Volto também aqui à fala do Deputado Marcelo Ramos. Concordo plenamente com S.Exa. em que deveríamos ter, no mínimo, um acordo para que a Lei Orçamentária Anual – LOA não fosse votada sem a instalação da Comissão. E mais, reforço que haja um compromisso do Presidente do Congresso Nacional de que, antes da votação da LDO de hoje, a CMO será instalada ainda este ano, antes do recesso.

Volto também a um ponto — e conversei, inclusive, com o Deputado Marcelo Ramos: respeitamos muito V.Exa., que conduz com bastante veemência e com muito respeito esta sessão e todas as outras



sessões que V.Exa. preside, tanto as do Congresso Nacional quanto as da Câmara dos Deputados, mas, como V.Exa. mesma disse, V.Exa. não tem todos os votos à mesa. Por isso, entendo que, para que esses compromissos sejam firmados, é fundamental a presença, neste plenário, do Presidente do Congresso Nacional, assim como também a do Líder do Governo. Acho que não devemos avançar em nenhum acordo, em nenhuma discussão, e nem mesmo na votação da LDO, sem que haja aqui a presença, o acordo e a confirmação por parte do Presidente do Congresso Nacional.

Por último, Sra. Presidente, reforço que a urgência que se instalou hoje para que seja votada esta LDO no dia de hoje, sem que se respeite a nossa Constituição, é gravíssimo. E volto ao ponto falado pelo Deputado Kim Kataguiri: abrimos precedentes para que depois o STF, roubando e usurpando o nosso pré-requisito, a nossa função como Casa Legislativa, nós não tenhamos mais como questionar também decisões do STF em respeito à Constituição, porque nós estamos aqui a desrespeitando. Nós só estamos tendo esta urgência hoje porque não houve a definição e a instalação da CMO antes, e não por fato externo, não por causa da pandemia ou por algum outro fato fora do controle do Presidente do Congresso Nacional, mas por uma decisão política e de disputa de poder. Isso não pode ser razão e justificativa para que votemos desta forma.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Paulo Ganime. Peço só um instantinho, Deputado Claudio Cajado.

Designo o Senador Irajá como Relator de Plenário para, em conformidade com o Ato Conjunto nº 2, de 2020, e com o Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 155, de 2020, dar parecer ao projeto em substituição à CMO.

Enquanto V.Exa., Senador Irajá, encaminha-se à tribuna, eu gostaria de dar a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Claudio Cajado. *(Pausa.)*

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Sra. Presidente, eu gostaria de pedir 30 segundos, por favor.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputada Soraya Santos.

Quero apenas pedir que se registre que a Liderança do Governo se faz presente nesta sessão, por meio da minha pessoa, que sou Vice-Líder.

E eu pediria que o assessor Daniel, que está do lado de fora, pudesse adentrar o plenário, porque nós não temos nenhuma assessoria. V.Exa. tem que autorizar expressamente, para que ela possa adentrar o plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Está autorizado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - E quero dizer que o Líder, o Senador Eduardo Gomes, está acompanhando a sessão. Nós iremos encaminhar todos os entendimentos possíveis no transcorrer desta sessão, sem problema algum.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigado, Deputado Claudio Cajado. Está autorizada a entrada do Sr. Daniel.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Concedo a palavra ao Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Deputada Soraya Santos, meus pares, Deputados e Senadores, que estão aqui nesta sessão importante do Congresso Nacional, todos que nos acompanham pela *Rádio Câmara* e pela *TV Câmara*, pela *Rádio Senado* e *TV Senado*, em especial os meus tocantinenses dos 139 Municípios do nosso Estado, inicialmente eu gostaria de agradecer. É com este sentimento que inicio este discurso na tribuna da Câmara dos



Deputados, onde eu tive o privilégio de estar por 8 anos, em dois mandatos, e fazer grandes amizades com os Congressistas desta Legislatura, e também das Legislaturas anteriores.

É com este espírito de gratidão que eu quero iniciar este discurso, agradecendo ao meu Líder do partido no Senado Federal, o Senador Otto Alencar, e, na pessoa de S.Exa., a toda a nossa bancada dos 12 Senadores que compõem aquela Casa. Agradeço a confiança de me delegar um trabalho de extrema responsabilidade, a relatoria da nossa LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias da União. Foi graças a essa confiança, e por terem referendado meu nome dentro da bancada, que eu estou aqui representando o PSD do Brasil e do Estado do Tocantins.

Quero estender os meus cumprimentos ao Senador Marcio Bittar, que também assumiu a tarefa e a responsabilidade de relatar a LOA, que será aprovada no ano que vem. É um trabalho feito a quatro mãos, junto comigo, na relatoria da LDO, e tem como objetivo garantir à União a aplicação dos recursos federais arrecadados através de todos os impostos que são pagos pelo cidadão brasileiro e pela cidadã brasileira do País. Por isso, quero registrar ao Senador Marcio Bittar, Senador do Estado do Acre o meu reconhecimento pelo trabalho conjunto que nós fizemos aqui na LDO, sempre orientados pela responsabilidade, pela transparência e, acima de tudo, pela disciplina, para que nós apresentássemos um relatório que fosse responsável com o País e compatível com a necessidade do Governo Federal, dos Governos Estaduais e dos 5.500 Municípios que compõem a nossa Federação.

Gostaria de agradecer o apoio das Lideranças do Governo. Agradeço ao Líder Fernando Bezerra, do Senado Federal, ao Líder Ricardo Barros, da Câmara dos Deputados, e aos Líderes da Oposição.

De maneira também especial, eu preciso registrar a dedicação e o apoio que recebi de todos os membros da CMO, o que foi fundamental. Orientaram-me e ajudaram-me em todos os momentos. Trabalharam essas últimas semanas, praticamente, até aos sábados e aos domingos, sem horário, mas sem indisposição, em momentos importantes para o debate, junto ao Governo Federal e ao Parlamento, em relação às sugestões recebidas pelos Congressistas desta Casa e do Senado. Foram muito importantes. Quero agradecer, na pessoa do Wagner, do Rafael e da Ana, todo o apoio com que me ampararam ao longo dessas últimas semanas, para a construção deste ótimo relatório, que atende às necessidades do nosso País.

De forma especial, também quero registrar, Presidente Soraya Santos, o apoio importante de dois grandes Relatores da LDO e da LOA do ano passado, que estão sendo executadas este ano. Refiro-me ao Deputado Cacá Leão e ao Deputado Domingos Neto, que foram grandes conselheiros, pessoas que me orientaram, que me ajudaram na construção desse relatório, pela experiência que tiveram no ano passado. Com esse amadurecimento, pudemos apresentar um relatório ainda melhor do que o que estamos presenciando neste exercício do ano de 2020.

Eu também queria registrar a minha gratidão à minha equipe. Quero agradecer, na pessoa da minha Chefe de Gabinete, a amiga Hildenê, e do Vilmar, que também responde pelo nosso Legislativo, na pessoa deles quero agradecer a confiança dessa equipe competente que tenho no Senado Federal. Deram-me também todo o suporte durante a construção deste belo trabalho que estamos hoje entregando ao País e entregando ao nosso Congresso Nacional.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, é uma honra a missão de liderar, como Relator, a Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021, encaminhada a este Congresso Nacional pelo Presidente da República, nos termos da Constituição Federal.

Há uma responsabilidade em assumir este trabalho desafiador, no momento mais difícil da história moderna em nosso País e também no mundo, que enfrentamos em 2020. Falo desta pandemia do coronavírus, que tem assolado famílias do nosso País e também do mundo. A pandemia causou, infelizmente, mais de 180 mil óbitos. A essas famílias, a minha plena e total solidariedade, e também aos mais de 6 milhões de pessoas que foram infectadas até o presente momento.



Porém, graças à tempestiva atuação da Presidência deste Colegiado, ao regulamentar um regime excepcional de deliberação da LDO adequado ao contexto atual, e à colaboração dos meus pares, ao apresentarem mais de 2.200 emendas ao projeto, creio que conseguimos chegar a um texto que responda aos anseios da maioria dos representantes da sociedade, que compõem este Parlamento.

Após avaliarmos de forma minuciosa e disciplinada as diversas e meritórias contribuições parlamentares e acatarmos muitas delas de forma parcial ou integral, gostaria de destacar alguns pontos contemplados no substitutivo ora apresentado.

Primeiramente, alcançamos a prioridade para 2021, ao lado da agenda para a primeira infância e do Programa Casa Verde e Amarela, recentemente aprovado pelo Legislativo, com atenção especial aos Municípios com população inferior a 50 mil habitantes.

Entendemos que o programa cumpre um papel essencial no momento econômico pelo qual passa o País. Esse programa garante dinamismo à economia local e também permite a muitas famílias realizarem o sonho de ter o seu lar, a casa própria, o teto, para proteger a sua família e também os seus entes queridos.

Além disso, teremos o fomento na geração de empregos e no setor da construção civil, que é o grande demandador de empregos diretos e também indiretos. Este é um ponto-chave do meu relatório, e fico muito satisfeito e honrado em poder priorizar essa importante ação, que é do nosso Programa Casa Verde e Amarela.

Eu venho trabalhando, Presidente Soraya, um entendimento com o nosso Relator Marcio Bittar, para que nós possamos iniciar a grande execução do Programa Casa Verde e Amarela, que foi lançado neste ano pelo Governo Federal. Esta ação deve ser priorizada dentro do Orçamento. E, é claro, na LOA, é preciso garantir os recursos necessários para que o programa possa ser iniciado e para que atenda aos 27 Estados da nossa Federação. O nosso Relator Marcio Bittar já me revelou a sua disposição em priorizar também na LOA este programa, destinando quase 3 bilhões de reais ao Ministério do Desenvolvimento Regional, do Ministro Rogério Marinho, para que nós iniciemos, a partir de 2021, a construção de 100 mil casas populares, de 100 mil habitações em todo o Brasil, para aquelas pessoas que têm como faixa de renda até 1,8 mil reais, portanto a população mais sensível, que mais demanda a habitação popular em todo o Brasil.

Eu também queria destacar que, com relação às prioridades para 2021, busquei avaliar relevantes preocupações apresentadas pelos meus pares, ao sugerirem prioridades e metas para a administração pública federal. Devido ao exíguo tempo para a análise das inúmeras sugestões, e para evitar injustiças com sugestões meritórias, decidimos pelo acolhimento integral dessas emendas apresentadas ao anexo de prioridades e metas.

Quanto às metas fiscais, restabelecemos a metodologia de cálculo já consagrada nas LDOs anteriores e, justamente, a meta do resultado primário do ano seguinte para um patamar factível, em linha com as projeções trazidas no Projeto de Lei Orçamentária para 2021, apresentado pelo Poder Executivo. Destaco que o ajuste realizado buscou compatibilizar a meta proposta com as últimas alterações legislativas ocorridas desde o envio da LDO a esta Casa, sobretudo com os impactos da prorrogação da desoneração da folha de pagamento para 2021, que permitirá a manutenção de inúmeros empregos, o que reputo, como dito, ainda mais importante nos tempos de hoje, de crise sanitária e de recessão econômica.

Com relação ao regramento das emendas impositivas, buscamos conferir maior celeridade à execução das programações inseridas no Orçamento. Além disso, seguindo o que determina a Constituição Federal, majoramos a reserva para atendimento de emendas de bancada impositivas para 1% das receitas correntes líquidas. Implementamos, a exemplo das emendas individuais impositivas, o dispositivo de transferência especial, conhecido como fundo a fundo, em que o recurso sai direto da União para a conta do Município, que, por sua vez, precisa prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado e ao Tribunal de Contas da



União. Isso será amplamente fiscalizado pelo Ministério Público e pelos órgãos competentes.

Essa medida objetiva desburocratizar e agilizar a destinação dos recursos federais aos Municípios e, claro, à nossa população. Ademais, elencamos despesas que, por sua relevância, não poderão ser acometidas por contingenciamentos em 2021.

Destacamos, neste aspecto, as ações voltadas ao combate da pandemia da COVID-19, ao Programa de Pesquisa e Inovação Agropecuária da EMBRAPA, além dos principais projetos em defesa do nosso País, todos fundamentais para garantir o bom desempenho do Estado brasileiro em suas mais diversas atribuições.

Por fim, em relação à regra de ouro, foram mantidas as regras estabelecidas pela LDO.

Voto do Relator

Diante deste breve resumo dos tópicos contemplados na matéria em apreciação pelo Plenário, propomos a aprovação do PLN nº 9, de 2020, do Congresso Nacional, nos termos do substitutivo ora apresentado, bem como das emendas apresentadas, conforme os pareceres em anexo e também a complementação de voto.”

Eu gostaria, Sra. Presidente, para concluir as minhas palavras, de reforçar dois importantes legados. Na condição de Relator da LDO, eu gostaria de dar esta contribuição ao País.

A primeira grande contribuição, eu disse anteriormente, é o início de um programa habitacional, lançado este ano, chamado Casa Verde e Amarela, por meio do qual, a partir do ano que vem, nós iniciaremos a construção destas casas. Este é um anseio, uma expectativa de milhões de famílias brasileiras dos 27 Estados da Federação.

Infelizmente, durante estes 2 últimos anos, não tivemos praticamente nenhuma execução de casas populares em todo o País. Deixamos a desejar. Eu faço aqui também mea-culpa como congressista e Senador eleito pelo Estado do Tocantins.

Mas nós vamos reparar esse engano, reparar esse atraso. Para o ano que vem, existe a determinação do MDR, a disposição do Governo Federal e, claro, de nós Parlamentares de resgatarmos este importante programa habitacional para a construção de casas populares em todo o Brasil.

Como disse, há um entendimento com o Relator Marcio Bittar para que sejam alocados, no Orçamento Geral da União, 3 bilhões de reais, Deputado Júlio Cesar, para o início deste importante programa que permitirá a construção de 100 mil casas populares, pelo menos, durante o ano de 2021.

Há outro legado que quero deixar, uma marca importante — acredito que seja a expectativa de todos os Municípios do País, dos 5.500 Municípios da Federação —, e que foi um importante avanço: aprovamos, no Congresso Nacional, a conhecida PEC 61. Ela permitiu que os recursos da União pudessem, através de transferência especial, chegar de forma célere aos Municípios, por meio das emendas individuais a que cada Parlamentar tem direito. Durante estes 2 anos, foi um grande teste para o País e funcionou bem. Nós agora estamos ampliando esse benefício, essa vantagem, essa desburocratização para as emendas também impositivas de bancada. Acho que assim nós iremos contemplar todos os Municípios, sejam pequenas, médias ou grandes cidades do País, o que evita que uma emenda da bancada, quando alocada no Orçamento da União e destinada a um Estado ou mesmo a vários Municípios, leve 2 anos, no mínimo, para ser executada. O País e a população não podem esperar tanto tempo. Com essa medida adotada na LDO, nós iremos simplificar esse caminho, sem contar que não haverá cobrança de *spreads* bancários e desperdício de dinheiro público. Nós ganharemos tempo, eficiência e teremos mais recursos nas nossas cidades do interior do País.

Esse é o legado, minha Presidente Soraya, que eu quero deixar, entre outras medidas importantes que foram incorporadas ao texto.

Muito obrigado pelo apoio e muito obrigado pela confiança de V.Exas. **(A íntegra do Parecer**



nº 35/2020-PLEN-CN encontra-se publicada em Suplemento à presente edição - Vide item 6 do Sumário)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Senador Irajá.

Em discussão o PLN nº 9, de 2020.

A primeira oradora inscrita é a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Eu gostaria, antes de entrar na discussão, de dizer que nós não poderíamos estar fazendo esta sessão sem que pudéssemos analisar os vetos. Os vetos!

E por que digo isso? Os vetos significam que é o Parlamento que dá a última palavra sobre as matérias que transitam pelo Congresso. Quando não se discutem os vetos, está-se possibilitando que o Executivo usurpe uma função que é do Poder Legislativo. Nós temos vetos que estão para ser apreciados há mais de 1 ano. E esta Casa, portanto, deveria estar apreciando esses vetos, vetos que são fundamentais. Nós estamos falando, por exemplo, de todo um projeto, o chamado Projeto Assis Carvalho, transformado em lei, que diz respeito à agricultura familiar; de termos a condição de reparação para os familiares das pessoas vítimas da COVID, que estão na linha de frente desse enfrentamento.

Talvez a Presidência da República não tenha entendido que os heróis e heroínas deste País já não usam farda, usam jalecos. Jalecos brancos. E é por isso que nós não podemos concordar com a LDO que não assegure que tenhamos para a saúde, para a educação, para a assistência, para a segurança alimentar e segurança nutricional um valor mínimo para que possamos manter esses serviços e ampliá-los, porque são mais demandados nessa crise trançada que o Brasil vivencia, uma crise sanitária aliada a uma crise econômica, a uma crise social, a uma crise ética e ambiental, provocadas pelo Presidente da República.

Mas é preciso também atentar que nós temos que resgatar a política de valorização do salário mínimo. Na proposta do Governo, o salário mínimo não é reajustado nem pelo INPC acumulado nos últimos 12 meses. Portanto, há uma perda real do valor do salário mínimo. Ah, bons tempos de Luiz Inácio Lula da Silva, quando o salário mínimo cresceu mais de 70%, crescimento real além da própria inflação!

E o auxílio emergencial? O auxílio emergencial é fundamental para que nós possamos ativar a economia. É preciso olhar o povo brasileiro. O povo brasileiro é invisibilizado por quem está na Presidência da República, que não se sensibiliza com mais de 181 mil mortes. Como é possível admitir que nós tenhamos um decréscimo de 40 bilhões de reais na saúde? Que nós tenhamos uma verba discricionária para a educação menor do que a que tínhamos em 2014? Aliás, como é possível admitir que nós tenhamos aprovado nesta Casa a drenagem de recursos públicos para a educação privada? Esta Casa tem o compromisso de reparar esse ataque à educação pública, porque o que foi apresentado aqui pode possibilitar a retirada de mais de 16 bilhões de reais da educação pública. Por isso, em defesa da saúde, da educação, da assistência, da segurança alimentar, porque a fome voltou neste País, em defesa de um salário mínimo que possa corrigir as desigualdades históricas, mostrando-nos que as casas-grandes e senzalas metafóricas literalmente ainda existem neste País, nós vamos apresentar esses destaques, para que possamos corrigir as injustiças que estão postas nessa proposta de um Governo que invisibiliza a população brasileira e que acha que a fome é natural, que o sexismo pode ser propalado, que o machismo pode ser propalado e que estufa o peito cheio de fascismo para ostentar uma faixa presidencial.

Para que tenhamos justiça, há que se ter um auxílio emergencial, há que se ter uma correção do salário mínimo pelas condições e pela lei que já estão dadas e que estão sendo desrespeitadas. É preciso assegurar a manutenção e a ampliação de recursos na saúde, na educação, na assistência, na segurança alimentar e nutricional, para que este País se faça grande e vivencie a sua grandeza. É preciso valorizar o seu povo, e não jogar o povo brasileiro nessa lógica de desprezo, de ausência de empatia, uma lógica de que o Governo não coordena o País para que tenhamos as respostas necessárias, um Governo que fala em



armas, em armas, em armas!

Ora, nós precisamos de vacina, nós precisamos de renda, nós precisamos de políticas públicas de qualidade. O Brasil não precisa de armas, o Brasil precisa de livros e de dignidade.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputada Erika Kokay.

Para falar contra, concedo a palavra ao Deputado Rogério Correia. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Alencar Santana Braga, para falar a favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Presidenta, sou o Deputado Rogério Correia. Eu estava acessando o áudio.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Restituída a palavra ao Deputado Rogério Correia.

Bom dia, Deputado!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Deputada Soraya Santos, e muito obrigado.

Deputada Soraya, nós do Partido dos Trabalhadores fizemos muitas emendas, e as principais não foram acatadas. Isso dá a dimensão do que o Governo pretende fazer com o Orçamento do ano que vem. Um Orçamento, como disse a Deputada Erika Kokay, onde não caberá o povo, os pobres. Estes estarão fora do Orçamento. O ganho real do salário mínimo não foi acatado pelo Relator, claro que orientado pelo Governo. O orçamento autorizado da saúde corrigido pela inflação e pelo crescimento populacional também não foi agraciado com a emenda do Relator. O orçamento da educação corrigido pela inflação e pelo crescimento populacional também não foi acatado pelo Relator. Vejam que nem o salário mínimo, nem o orçamento da saúde, nem o orçamento da educação serão corrigidos pela inflação.

Sugerimos também que os investimentos públicos deveriam ser de, no mínimo, 1% do Produto Interno Bruto, o que também não foi acatado pelo Relator. Priorização do investimento público nas áreas de saneamento básico, resíduo sólido, recursos hídricos, habitação de interesse social, mobilidade urbana, infraestrutura turística também não foram acatados pelo Relator. Portanto, as questões de habitação também não tiveram o privilégio de ter na Lei de Diretrizes Orçamentárias diretrizes para alcançar e colocar o povo no Orçamento. Ora, disse o Deputado Kim, e nisso eu concordo, que estamos diante de uma peça de ficção. O crescimento ano que vem será muito menor do que o Governo planejou dentro do Orçamento. E por isso mesmo ele planeja o arrocho, que, aliás, é a única medida que o Paulo Guedes entende sobre economia.

Ele não coloca o País para voltar a crescer e se desenvolver. Isso nos dá uma saudade imensa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Presidenta Dilma, porque o Orçamento era colocado também para o crescimento da economia. As pessoas tinham acesso à educação, à saúde, tinham acesso ao aumento do salário mínimo, tinham acesso a recursos que ampliavam também a economia do Brasil.

Agora vem a tese do arrocho, do ultraliberalismo. Infelizmente, esta é a Lei de Diretrizes Orçamentárias que será aprovada no Congresso Nacional. E provavelmente a Lei Orçamentária Anual irá no mesmo sentido.

Nós não deixamos de lutar e esperamos poder reverter este quadro. E uma das reversões — e aqui eu termino, Deputada — ocorrerá amanhã, quando nós votaremos novamente o FUNDEB. E eu espero que nós possamos votá-lo como ele veio agora do Senado, o Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica apenas para a escola pública.

Parabéns aos Senadores, que ontem corrigiram um grande equívoco da Câmara Federal! Que amanhã a Câmara não repita o mesmo erro!

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Rogério Correia.



Com a palavra o Deputado Alencar Santana Braga, para falar a favor. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Zeca Dirceu. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Jorge Solla. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Valmir Assunção. *(Pausa.)*

Passa-se à orientação de bancada.

Como orienta o PT, Deputado Afonso Florence? *(Pausa.)*

Está encerrada a discussão.

Passa-se à votação do substitutivo, que tem preferência regimental, ressalvados os destaques.

Para orientar a bancada, como vota o Bloco...

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Presidente, pela ordem. Nós não vamos ter discussão?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Nós chamamos. São seis oradores inscritos, e eu chamei os seis, Deputado Paulo Ganime.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Foram só seis?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Seis, e já encerrei a discussão. Agora vou fazer a orientação de bancada.

Para orientar a bancada, como vota o Bloco PL/PP/PSD/Solidariedade/Avante, Deputado Cacá Leão?

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente Soraya, primeiro, eu quero elogiar o relatório do Senador Irajá Abreu.

Eu tive a oportunidade de relatar esta mesma matéria ano passado e sei da dificuldade para se construir um texto dessa magnitude, ainda mais sem a Comissão Mista de Orçamento instalada, que seria o local para se fazer essa discussão.

Então eu quero parabenizar o Senador Irajá Abreu pelo texto, agradecer o diálogo e a parceria, e dizer que o Bloco vota "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como vota o Bloco PSL/PTB/PROS, Deputado Felipe Francischini? *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado General Peternelli.

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Bloco é totalmente favorável a essa parte. Isso trava o País. É necessária essa aprovação, é necessário também que a CMO delibere as partes que temos que votar.

Orientamos favoravelmente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o PT, Deputado Enio Verri? *(Pausa.)*

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem. Quero fazer um pedido: a lista de destaques ainda não está disponível. Quero pedir à Mesa...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Vou pedir à Mesa, Deputado Paulo Ganime.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Enquanto não disponibiliza, Deputado Paulo Ganime, a Mesa informa que há cinco destaques: um do Cidadania, um do PSOL, um do PT, um do NOVO e um do PT da Câmara; digo, três do PT. Então, é um total de oito destaques que vamos disponibilizar. **(Requerimentos nºs 81 a 87/2020-CN - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

Como vota o PT, Deputado Enio Verri? *(Pausa.)*

Deputado Carlos Zarattini, V.Exa. pode orientar pelo PT? É a LDO, o texto principal, ressalvados os destaques.



O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Perfeito, Sra. Presidente. Nós vamos orientar aqui pelo Partido dos Trabalhadores da Câmara.

Nós somos favoráveis à aprovação dessa LDO com todas as ressalvas que nós vamos apresentar nos destaques. Mas principalmente faço aqui uma crítica à Mesa do Congresso Nacional, particularmente ao Presidente, que não instalou a Comissão Mista de Orçamento, o que nos deixou nessa situação de estarmos votando aqui, no final do ano, essa lei tão importante que nós não vamos discutir com profundidade, não vamos avaliar com profundidade.

Eu quero dizer, Sra. Presidente, que o que garante a aprovação democrática de uma lei é o debate entre os Congressistas. É nesse debate que ouvimos a opinião das correntes partidárias e que ouvimos a opinião dos Estados, das pessoas que representam as mais diversas regiões do Brasil. E nós vamos votar uma LDO sem essa avaliação que é extremamente necessária.

Então, com o nosso protesto, votamos favoravelmente; porém, com essa crítica que achamos que é pertinente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Zarattini.

Eu vou pedir que se registrem no painel os partidos que já orientaram pelo Bloco. Então, o encaminhamento é "sim" para os seguintes partidos: PL, PP, PSD, Solidariedade, Avante; pelo Bloco, PSL, PTB, PROS.

O SR. RENATO QUEIROZ (MDB - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o MDB orienta "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Só um momentinho, por favor. O PT também orienta "sim".

Até a atualização do mapa, Deputado Rodrigo de Castro, eu vou chamar pelo painel, porque vai facilitar.

Deputado...

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP) - Pelo NOVO...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Só um momentinho.

Como orienta o MDB?

O SR. RENATO QUEIROZ (MDB - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o MDB orienta "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o Republicanos, Deputado Jhonatan de Jesus? *(Pausa.)*

Deputada Rosangela Gomes, como orienta o Republicanos? Bom dia!

A SRA. ROSANGELA GOMES (REPUBLICANOS - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, amiga. Boa tarde a esta Casa. Boa tarde aos Deputados e Deputadas.

Quero parabenizar a bancada feminina pela desenvoltura, pelo brilhante trabalho que vem realizando nesta Casa, pelas conquistas, pelas propostas aprovadas durante esta semana de ativismo e também pela implementação dos projetos.

E quero dizer, Deputada Soraya, a todos os companheiros e companheiras que o Republicanos irá acompanhar o relatório do Senador Irajá, porque entende que, neste momento em que o nosso País passa por uma crise profunda, momento em que a economia sofre um grande baque com a questão do período pandêmico, nós não podemos ficar sem votar a questão da educação, da assistência social, da saúde principalmente. Nós precisamos votar — e votar com urgência — essa proposta.

Vamos acompanhar o Relator. Votaremos "sim", Deputada Soraya.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputada Rosangela.

Como orienta o PSDB, Deputado Rodrigo de Castro? Aproveito para cumprimentá-lo, porque



assumiu a Liderança do PSDB neste momento.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Deputada Soraya Santos, quero agradecer o seu cumprimento e dizer da nossa satisfação. Mas quero lamentar, minha cara Presidente, colegas, a não instalação da Comissão de Orçamento este ano. Realmente é um debate muito importante para esta Casa. Nós ficamos com um ano extremamente prejudicado graças a essa não instalação da Comissão de Orçamento. Nós vamos votar um Orçamento sem os debates, prejudicando inclusive a análise, prejudicando o diálogo com diferentes setores. Realmente, esse é um ponto lamentável para todos nós.

Com relação a esse tema, o PSDB orienta "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o PSB, Deputado Alessandro Molon? (*Pausa.*)

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu vou orientar.

Nós orientamos "sim", mas eu gostaria de fazer também algumas ressalvas. Nós inclusive queremos aqui, Presidente, garantir a apreciação dos destaques que nós apresentamos. Eu gostaria de fazer uma questão de ordem. Então, eu pediria que se colocasse o tempo para uma questão de ordem.

Sra. Presidente, gostaria de fazer uma questão de ordem com fundamento no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, e no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, que dispõe sobre a CMO. O *caput* do art. 132-A da referida resolução estabelece como marco temporal o início da Ordem do Dia da sessão do Congresso Nacional para a apresentação de destaques.

Ocorre, todavia, que, na situação peculiar decorrente da pandemia, em que as sessões deliberativas são realizadas de forma remota, e especialmente no caso do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020, cujo relatório somente foi apresentado na tarde de ontem, parece-nos razoável que haja uma autorização excepcionalíssima para que os destaques do PSB sejam acolhidos e deliberados.

A complexidade do tema exigiria um estudo pormenorizado do texto apresentado na tarde de ontem, antes da deliberação pelos Plenários de ambas as Casas, uma vez que a CMO não está instalada. O art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, assim estabelece: *Art. 128. A apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer 3 (três) dias úteis após a sua distribuição — quer dizer, nós não temos respeitado essa situação pelo caráter excepcional —, nos casos do relatório do Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual, do relatório do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e do relatório do Projeto de Lei do Plano Plurianual, e 2 (dois) dias úteis nos casos das demais proposições, salvo se a CMO dispensar esse último prazo por deliberação da maioria absoluta de seus membros.* Ademais, nos termos do Ato Conjunto das Mesas da Câmara e do Senado para deliberação de matérias congressuais, a sessão remota é aberta diretamente na Ordem do Dia, tornando ainda mais abreviado o prazo para que as bancadas possam elaborar seus destaques.

Diante do exposto, tendo em vista que tanto a apreciação do PLDO pela CMO, como também o prazo regimentalmente estipulado para a sua deliberação foram, mediante consenso entre todas as bancadas, relativizados em prol da apreciação remota, é razoável que a admissão dos destaques ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias seja, de maneira excepcionalíssima e sem criação de precedente, autorizada pela Mesa do Congresso Nacional como medida apta a respeitar o equilíbrio de forças entre a Mesa do Congresso Nacional e as bancadas partidárias e a possibilitar a ampla discussão da matéria.

Achamos que é razoável, porque, se formos falar da questão do prazo — entramos meia hora depois que começou a reunião —, nós teríamos também que colocar que pelo Regimento teria que ter 3 dias de prazo para analisar o relatório.

Então, pensamos que é razoável haver essa excepcionalidade, para permitir que os destaques do PSB



sejam analisados por esta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Elias Vaz, já respondendo à questão de ordem, temos uma questão clara no Regimento que é de prazo, e esse prazo está vencido.

Porém, trago para V.Exa. duas situações. O partido de V.Exa. apresentou duas emendas, ainda que atemporais. A primeira, Deputado Elias, já foi acolhida pelo Relator. Portanto, já foi atendida. Na hora do pronunciamento pela Liderança do PSB, V.Exa. pode falar dessa, que já está contemplada pelo Relator. A segunda foi rejeitada, porque ele mesmo já colocou que não tem condição de atendê-la.

Então, muito embora não possamos aceitar essa questão de ordem, porque é claro o Regimento na questão de tempo, a Mesa se preocupou em responder no mérito a V.Exa. trazendo a notícia de que uma foi acolhida e a outra foi rejeitada.

V.Exa. fez a orientação "sim"?

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO) - "Sim". Presidente, um dos destaques é sobre a questão do salário mínimo. Acharmos muito importante fazer essa discussão aqui. O salário mínimo tem que ter uma política de valorização de um aumento real.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Foi justamente essa, Deputado Elias Vaz, que foi atendida.

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO) - E a segunda é a questão do recurso audiovisual.

A informação que eu tive da assessoria do Relator é que não teria sido atendida.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Está aqui. Depois, se V.Exa. puder vir aqui, vamos mostrar.

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO) - Tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Vamos abrir o tempo de Liderança durante a votação. Recomendo a V.Exa. que no seu tempo de fala faça esse registro em relação ao Senador Irajá, que entendeu pertinente e já acolheu no seu texto.

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO) - Está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o PDT?

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PDT vota "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o Democrata, Deputado Kim Kataguiri?

Eu sei que há um pedido de V.Exa. para falar pelo tempo de Liderança. Eu vou sugerir que o faça durante a votação.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Exatamente. Perfeito.

"Sim", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o PTB? (*Pausa.*)
Como orienta o Podemos?

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O Podemos orienta "sim", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputada Sâmia Bomfim, como orienta o PSOL?

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PSOL orienta "não".

Evidentemente, nós sabemos da importância de se aprovar a LDO no dia de hoje, mas não a qualquer custo, não de toda forma e não de um jeito que represente retrocessos para a população brasileira.



Nessa LDO, há a previsão de redução de recursos na área da saúde — e nós estamos no contexto de plena pandemia, que já matou mais de 180 mil brasileiros —; na área da educação; na área da segurança alimentar, ou seja, não há garantia nem sequer de que a população brasileira terá acesso à alimentação; e não está explícito que vai haver verba destinada exclusivamente para a vacinação, o que para nós é a principal preocupação. Em função disso, também apresentamos um destaque.

E, claro, ainda que a Presidenta tenha feito a sugestão de que podemos posteriormente chegar a um acordo para votar os vetos, nós ainda não tivemos um retorno do Líder do Governo. É fundamental que, encerrando esta sessão, possamos devolver para a sociedade brasileira aquilo que o Congresso Nacional aprovou, mas, infelizmente, de forma autoritária, o Governo Bolsonaro vetou, como, por exemplo, a indenização para os familiares dos trabalhadores da saúde que morrem combatendo a pandemia da COVID-19.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputada Sâmia Bomfim. Como orienta o PSC? (*Pausa.*)

Como orienta o Cidadania, Deputado Arnaldo Jardim?

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente Soraya Santos, eu gostaria de cumprimentá-la pela realização desta sessão e de saudar o Senador Irajá pelo relatório, feito em circunstâncias adversas. Não é o cenário que nós gostaríamos, mas temos certeza de que foi um bom trabalho.

Quero mencionar três questões de forma muito objetiva, Presidente Soraya Santos.

Primeiro, quando veio a proposta originária da LDO, muito nos preocupou o fato de que, na previsão de utilização do sistema de duodécimos, no caso não ser aprovada a LOA, a Lei Orçamentária — e é o caso concreto deste ano —, a LDO veio com regramento diferente daquele que se adota historicamente e previu que os duodécimos possam se estender a gastos feitos pelo Governo Federal não só com despesas correntes, mas também com despesas de capital — leia-se: investimentos e inversões financeiras. Isso nos preocupou bastante.

Nós apresentamos a Emenda nº 23560002, e quero destacar que ela foi acatada pelo Relator, o Senador Irajá, o que permitiu que nós voltássemos à tradição de autorizar a prática dos duodécimos, porque isso é fundamental para que o Governo não tenha nenhum problema de continuidade, mas para gastos restritos às despesas correntes, não para despesas de capital. Queremos saudar o acolhimento dessa emenda, porque isso será necessário em janeiro.

Menciono muito rapidamente outro aspecto, referente a uma emenda também de nossa autoria e acatada. Essa emenda destaca o RENOVABIO, a instituição dos CBIOs e as políticas de biocombustíveis.

Por derradeiro, menciono um tema que certamente é caro a V.Exa., querida Presidente Soraya Santos, por isso me permita pedir a sua atenção e ajuda junto ao Relator. Nós apresentamos um destaque — e eu antecipo isso por economia processual — que se refere a uma emenda da Senadora Eliziane Gama, nossa Líder no Senado Federal, tão conhecida por todos nós. Na discriminação das entidades que podem receber repasses de verbas públicas, se faz menção a uma série de segmentos da sociedade, como, por exemplo, adolescentes e idosos. A menção proposta na emenda de autoria da Senadora Eliziane Gama é às associações de mulheres adultas. Há um conjunto importante delas na pauta que enfrentamos esta semana, relativa à violência contra a mulher. Essas entidades fazem toda a diferença. E cito isso para dar um exemplo. Há outras iniciativas relacionada à renda igualmente importantes. Apresentei esse destaque. Para que ele depois não tenha que ser votado, quero fazer um apelo ao Senador Irajá para que o acolha já e, entre as entidades que são passíveis de receber recursos diante de todas as regras logicamente estabelecidas, inclua a menção às associações de mulheres adultas, evitando assim, repito, a necessidade



de votação do destaque que fizemos de uma iniciativa tão importante da Senadora Eliziane Gama. Muito obrigado, Presidente Soraya Santos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Arnaldo Jardim. Como orienta o PCdoB, Deputado Márcio Jerry?

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Soraya Santos, boa tarde. Meus cumprimentos.

Votamos "sim", muito embora lamentemos a forma do processo. É muito ruim que aprovemos a LDO sem o debate necessário. Recebemos do Executivo uma proposta insuficiente para a realidade do País e do seu povo e temos ainda um substitutivo também muito aquém das necessidades graves do povo brasileiro.

Lamentamos muito que não tenha havido a implantação, a instituição da Comissão Mista de Orçamento, como muitos aqui igualmente lamentaram. Nós nos somamos a essas vozes, porque, de fato, a pandemia não impediria o funcionamento pleno da CMO e que tivéssemos debatido corretamente a Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma lei tão importante para o País. Nós a estamos aprovando com muitas lacunas que poderiam ter sido supridas no necessário debate na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

No entanto, quero, Presidente Soraya Santos, parabenizar o Relator, o Senador Irajá, e destacar o acolhimento por parte dele de uma emenda apresentada pela nossa bancada, através da nossa Deputada Jandira Feghali, para incluir na lei uma ação para a vacinação contra a COVID-19 em nosso País, uma ação muito importante e que não estava na proposta inicial. Dessa proposta se originou outra, apresentada pelo Deputado Alexandre Padilha, da bancada do PT, para assegurar também a universalização da vacinação em nosso País. Essas são iniciativas importantes que evidenciam o quanto precisamos aperfeiçoar não apenas a proposta que veio do Governo, mas também, através de destaques, o substitutivo apresentado.

O PCdoB, com as ressalvas aqui postas, lamentando que assim tenha sido conduzido o processo, vota favoravelmente à LDO, esperando aperfeiçoar a proposta durante os debates e a votação das emendas.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Márcio Jerry.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP) - Sra. Presidente, peço a palavra para orientar o NOVO?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Só um momentinho, Deputado Vinicius Poit.

Peço aos Líderes que usem o tempo regimental de 1 minuto, porque depois, durante o processo de votação, concederei a palavra às Lideranças.

Como orienta o NOVO, Deputado Vinicius Poit?

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, a senhora sabe o respeito e a admiração que tenho por V.Exa. Quero apenas fazer um posicionamento duro do NOVO.

Vamos orientar "sim", em nome da urgência e em nome da responsabilidade com o nosso País, mas preciso lembrar a questão de ordem levantada há pouco pelo meu Líder, em relação ao desrespeito à Constituição, uma vez que nem a CMO instalamos, e outra questão de ordem levantada anteriormente, em relação aos vetos, porque nós estamos atropelando o processo regimental da Casa. E quero lembrar a responsabilidade fiscal. Todo brasileiro sabe que não pode gastar mais do que ganha. Todo brasileiro está afundado em dívidas. Todo brasileiro quer o País melhor. Aí o Governo, que deveria dar o exemplo, não dá: não tem meta fiscal; não sabe quanto vai sobrar no bolso no ano que vem; e, neste ano, Sra. Presidente, viu mais do que triplicar a dívida do País, fez o nosso câmbio se desvalorizar mais do que o da Argentina e fez o Risco Brasil ser maior do que o risco dos países da América Latina combinado. Isso não é exemplo de responsabilidade fiscal para o povo.



Sra. Presidente, nós temos que gastar menos do que arrecadamos. E, na hora de gastar, temos que gastar levando em conta a prioridade da população. Por isso, é preciso privatizar, sim, a CEAGESP e enxugar, sim, o Governo, para colocar os recursos em saúde, educação e segurança.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada.

Deputado André Ferreira, como orienta o PSC?

O SR. ANDRÉ FERREIRA (PSC - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PSC encaminha "sim", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o Avante? *(Pausa.)*

Já orientou: "sim".

Como orienta o Patriota, Deputado Fred Costa? *(Pausa.)*

Como orienta o PV, Deputado Enrico Misasi?

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PV encaminha o voto "sim", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta a REDE, Deputada Joenia?

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Presidente Soraya.

A REDE vai orientar "sim", porque tem responsabilidade com todos, mas lamenta a ausência dos debates, ressaltados os dos destaques. O nosso País precisa realmente ter uma lei que possa abranger este momento pelo qual ele passa, com a pandemia, e que possa olhar os direitos sociais. A REDE vai orientar "sim", mas pede atenção aos debates necessários desta tão importante lei.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputada Joenia.

Como orienta a Maioria? *(Pausa.)*

Como orienta a Minoria? *(Pausa.)*

Como orienta a Oposição? *(Pausa.)*

Como orienta o Governo? *(Pausa.)*

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente Soraya, a quase totalidade dos partidos da Oposição está orientando "sim", mas deixando muito claro que é inadmissível que não tenhamos instalado a Comissão Mista de Orçamento e até mesmo a Comissão de Constituição e Justiça, porque, na tramitação da LDO e posteriormente da LOA, temos grandes debates e enfrentamos temas muito importantes na CMO. Lamentavelmente, não pudemos ter o funcionamento da Comissão e trouxemos a LDO direto para o plenário.

Parabenizando o Relator, o Senador Irajá, a Oposição, por conta do posicionamento do PSOL, libera as bancadas.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado André Figueiredo.

Como orienta o Governo? *(Pausa.)*

Está aberta a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, o Governo quer orientar.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Pois não, Deputado Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- Primeiro, quero parabenizar, como outros Líderes já o fizeram, o Senador Irajá Abreu pela apresentação do relatório. De fato, não houve o debate que estamos habituados a fazer na Comissão Mista de Orçamento,



porém, nós temos que levar em consideração que este período de pandemia fez com que as Comissões não atuassem de forma regular.

E o relatório deixou claro que o Relator, auxiliado pelo Deputado Cacá Leão e pelo Deputado Domingos Neto, contemplou as regiões e estabeleceu as diretrizes e as premissas para o Orçamento, que será votado no ano que vem. E essas diretrizes efetivamente estão muito boas.

Por isso, o Governo orienta aos seus Deputados, à sua base, o voto "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Cajado.

Para falar...

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM) - Sra. Presidente, eu peço o tempo de Líder do PL.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Está registrado aqui, Deputado Marcelo. Falará agora o Deputado Carlos Zarattini, depois, o Deputado Kim Kataguiri e, a seguir, pelo tempo destinado ao PL, falará V.Exa., Deputado Marcelo Ramos.

Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini, pela Liderança do PT.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, Sra. Presidenta, eu acabei de ouvir agora, na cerimônia de lançamento do plano de vacinação do Presidente da República, o General Pazuello dizer: "*Para que essa angústia?*" E, ontem, o Presidente disse que não vai se vacinar, que ninguém vai obrigá-lo a se vacinar.

Ora, nós estamos com mais de 180 mil mortes neste País por conta da COVID-19. Nós temos um ambiente em que a COVID-19 volta a se alastrar, a pandemia aumenta. Não temos recursos previstos para o ano que vem nem para a vacinação nem para o tratamento dos infectados e doentes. E o Governo trata isso da mesma forma como vem tratando desde o início, em março deste ano, quando tratava isso como uma gripezinha.

A economia do Brasil está se arrebrandando: são 20 milhões de desempregados e milhares de empresas falidas. E o Sr. Paulo Guedes continua dizendo, com a maior cara de pau, que vai recuperar a economia em V, quer dizer, que vai haver uma grande expansão da economia.

Ora, o nosso Brasil está passando por um desmonte, por uma situação jamais vista! Grandes empresas brasileiras vêm sendo desmontadas, como a PETROBRAS, da qual o Governo já vendeu os gasodutos e agora vai vender oito refinarias, deixando na mão das multinacionais o refino de petróleo no Brasil. Este Governo desmonta a PETROBRAS, desmonta a ELETROBRAS, e o fruto dessa política de destruição do patrimônio nacional é aquilo que nós vimos acontecer no Amapá.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nós precisamos tomar uma atitude. Este Congresso Nacional não pode assistir a esta situação do País como se fosse normal. Nós não estamos vivendo aqui uma situação normal!

O Sr. Barroso, Ministro do Supremo Tribunal Federal, deu uma entrevista ontem a uma rádio e disse que nós vivemos uma normalidade democrática. Que normalidade democrática é essa, se as pessoas, milhões de brasileiros, estão cada vez mais vivendo na miséria, o País não tem empregos e vivemos esta pandemia absurda?

Nós somos o terceiro país em número de infectados, o segundo em número de mortes e o primeiro em número de mortes por pessoas infectadas. Esses são os nossos recordes, as medalhas de ouro, de prata e de bronze do Sr. Jair Bolsonaro e de sua equipe destruidora do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Peço só mais 1 minuto para concluir.

Este Congresso Nacional, a partir do ano que vem, tem que aprofundar a discussão sobre o País e de fato tomar medidas concretas para avaliar este Governo.



Esperamos que o próximo Presidente ou a próxima Presidenta da Câmara dos Deputados, Deputada Soraya, tenha a coragem necessária de abrir um processo de *impeachment* do Presidente, com base nos mais de 50 pedidos que estão na mesa da Presidência da Câmara dos Deputados. É necessário fazer essa discussão, para que este Congresso possa fazer a avaliação dos crimes de responsabilidade do Sr. Jair Messias Bolsonaro, os quais não são poucos e estão levando à destruição do Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Zarattini.

Deputado Kim Kataguiri, V.Exa. pode fazer uso da palavra agora.

Após a fala do Deputado Kim, eu vou encerrar a votação, começar a votação do primeiro destaque e, durante o processo de votação, darei sequência à lista de oradores, para que possamos ganhar tempo, pois nós temos sete destaques aqui na mesa.

Tem a palavra o Deputado Kim Kataguiri, pela Liderança do DEM.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidente.

Acho que o painel de votação mostra bastante bem que existe uma disposição da Casa de aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Eu, pessoalmente, votarei a favor, apesar de uma série de críticas que tenho a fazer ao projeto enviado pelo Governo. Mas gostaria de ressaltar que a desculpa de que *"Ah! O Governo é bom, o Governo funciona, Bolsonaro é o monopolista das virtudes; o Congresso é que atrapalha"* não se sustenta.

Vejam que na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma das votações mais importantes para o Governo não paralisar os serviços públicos, o PT, o PDT, o PSB, partidos de oposição, estão votando favoravelmente à matéria, justamente por entenderem a magnitude da responsabilidade de aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano que vem, mesmo que isso signifique uma ajuda, ainda que indireta, ao Governo.

Sra. Presidente, o PLDO apresentado pelo Governo Bolsonaro é uma peça de ficção, é um romance. O Governo está trabalhando com uma expectativa de crescimento do PIB de 3,2%, já descontada a inflação, e com uma taxa de juros média de 2,1%. Eu faço um compromisso público aqui, no plenário da Câmara dos Deputados: se no ano que vem se confirmar essa previsão do Governo nesta lei orçamentária absolutamente irreal de termos um crescimento do PIB de 3,2% e uma taxa de juros de 2,1%, eu dou cambalhota de cueca na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Isso aqui não existe! A receita com a qual o Governo está trabalhando não existe. E o Ministro Paulo Guedes adora dizer que o Brasil vai surpreender. Até agora, só surpreendeu na lentidão para termos a vacina e finalmente haver a retomada econômica no ano que vem.

O Governo não apresenta um projeto para as privatizações e diz: *"Ah, o Governo não privatiza porque o Congresso não aprova"*. O Governo nem sequer apresentou o projeto de privatização. E na Lei de Diretrizes Orçamentárias não existe a previsão de nenhuma privatização. E, se alguém ainda acreditava que o Governo iria privatizar alguma coisa, veja o discurso do Presidente Jair Bolsonaro na CEAGESP, um discurso que caberia perfeitamente na boca de qualquer Parlamentar da Oposição ou na boca do ex-Presidente Lula ou da ex-Presidente Dilma: *"Não deixarei sucatear esta estatal, ela é de vocês. Podem confiar em mim"*. Esse é um discurso que caberia perfeitamente na boca de qualquer líder sindicalista, de qualquer líder de esquerda. E dezenas e dezenas de estatais não dependem da aprovação do Congresso Nacional para serem privatizadas, inclusive a EBC, que o Bolsonaro chamava de "TV Lula", que o Bolsonaro sempre criticou pelos apadrinhados políticos que eram colocados nessa estatal.

As únicas empresas estatais que precisam de aval do Congresso Nacional para serem privatizadas são: o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, os Correios, a PETROBRAS e os bancos regionais. E nenhum



deles o Bolsonaro diz que vai privatizar, pelo contrário, já disse que é contra a privatização do Banco do Brasil, da Caixa, dos Correios e da PETROBRAS, com um velho discurso de que são empresas estratégicas. Estratégicas para quem? Estratégicas para o Governo, que agora tem uma nova base e precisa colocar os seus apadrinhados políticos dentro dessas empresas estatais.

Além disso, o Governo excluiu o investimento em estatais da transparência da sua prestação de contas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, com um aumento de mais de 100 bilhões de reais nos gastos do Governo. Meu tataraneto, que nem sequer nasceu ainda, já está devendo, devido a essa Lei de Diretrizes Orçamentárias enviada pelo Governo.

Inicialmente, o projeto previa 150 bilhões de reais de déficit; agora, já está prevendo déficit de 247 bilhões de reais! De onde é que surgiram esses 100 bilhões de reais de rombo, esses 100 bilhões de reais de déficit? De onde é que o Governo tirou esse rombo?

As despesas obrigatórias trazem aumento de salário para o funcionalismo público, ou seja, aumento de gasto com folha de pagamento.

Aprovamos, aqui, um socorro para os Estados, ontem mesmo, na sessão da Câmara dos Deputados. E, hoje, Deputados e Senadores da base do Presidente da República, do Governo, votam um projeto que aumenta a despesa obrigatória, uma Lei de Diretrizes Orçamentárias que aumenta a despesa obrigatória, quando ontem condicionamos o socorro aos Estados a corte de despesa obrigatória, um saldo de mais de 31,6 bilhões de reais. Em 2019, tivemos corte nas despesas obrigatórias, que é o que tem que acontecer. É preciso tirar as contas da elite do funcionalismo público de Brasília do lombo do trabalhador, do lombo de quem emprega, de quem empreende, de quem produz.

E eu chamo a atenção, Sra. Presidente, para mais um aspecto, que não me canso de repetir nesta tribuna: continuam as renúncias fiscais, os privilégios para determinados setores que fazem *lobby* neste Congresso Nacional e no Palácio do Planalto. Continuam os incentivos de mais de 330 bilhões de reais em renúncia tributária, incentivo que não foi criado neste Governo, vem de Governos passados, mas ainda é sustentado por este Governo, e isso inclui 177 milhões de reais de renúncia tributária para táxi. O Governo que se diz moderno, o Governo que se diz liberal está defendendo um orçamento que coloca mais peso ainda nas costas do trabalhador.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Kim Kataguiri.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Apenas quero registrar que a Minoria liberou as bancadas, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Anuncio o resultado da votação: SIM, 444 votos; NÃO, 10 votos; nenhuma abstenção. **(Lista de votação - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto, ressalvados os destaques.

Passa-se à votação da Emenda nº 41390002, de autoria da Líder do Cidadania, a Senadora Eliziane Gama, nos termos da Resolução nº 1, de 2006. **(Requerimento nº 81/2020-CN - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Sra. Presidente Soraya Santos, quero passar o encaminhamento para a Deputada Paula Belmonte, que o fará em nome do Cidadania, até porque nós tivemos uma notícia positiva por parte do Relator.

Ao fim do encaminhamento, nós poderemos tomar uma decisão com relação ao nosso destaque, à



nossa emenda, Deputada Soraya Santos.

Então, por favor, passe a palavra à Deputada Paula Belmonte, para que nós possamos inclusive, em seguida, retirar o destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada.

Tem a palavra a Deputada Paula Belmonte.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.)
- Bom dia a todos.

Hoje é um dia importante para nós. Com certeza, nós não estamos satisfeitos com a forma como está sendo feito esse processo — precisávamos realmente que a Comissão de Orçamento tivesse sido instalada —, mas sabemos que a urgência é necessária.

Quero dizer que o Cidadania ficou muito feliz com o fato de o Relator ter acatado a nossa emenda, que já está contemplada no relatório. Nós somos gratas, porque o tema mulher é um tema caro a todas nós, e é fundamental que existam investimentos nessa área.

Quero aproveitar esta oportunidade, Presidente, para ressaltar também que, pela primeira vez, tanto no projeto de lei quanto no relatório, trata-se a primeira infância como prioridade no investimento. Esse é um grande avanço e é motivo de grande comemoração para nós que defendemos a primeira infância, até porque nós estamos no Biênio da Primeira Infância do Brasil. E, quando nós fazemos um orçamento em que se destaca a primeira infância, começamos a ver que o Brasil está despertando para um tema fundamental para o futuro, economicamente falando.

Eu venho dizendo que muitas pessoas tratam dessa questão da primeira infância, Presidente, como uma política café com leite. Mas, na realidade, tratar a criança como prioridade absoluta é fundamental, conforme dispõe o art. 227 da Constituição Federal.

Portanto, quero elogiar mais uma vez o Relator, que contemplou no seu relatório a prioridade dos investimentos para a primeira infância, o que nos deixa felizes, em especial porque estamos, no momento, no Biênio da Primeira Infância do Brasil, uma proposta de nossa autoria, juntamente com Deputado Idilvan Alencar.

Muito grata. E que Deus nos abençoe.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Muito obrigada, Deputada Paula Belmonte.

O Cidadania retira, portanto, o destaque.

Passamos à votação da Emenda nº 41300010, de autoria da Líder do PSOL, a Deputada Sâmia Bomfim, nos termos da Resolução nº 1, de 2006. (**Requerimento nº 82/2020-CN - Vide Item 3.1.1 do Sumário**)

Enquanto a Deputada Sâmia Bomfim, que vai encaminhar a favor do destaque, se dirige à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Fábio Ramalho.

O SR. FÁBIO RAMALHO (MDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Soraya, primeiramente, parabéns pela condução da sessão.

Eu pediria ao Presidente do Congresso que instalasse a Comissão de Orçamento. Estamos votando hoje, aqui, no plenário, o que já deveríamos ter votado no mês de junho ou de julho. Isso é um absurdo, é uma falta de respeito com o Parlamentar e com o Parlamento brasileiro. Isso não pode acontecer. Completamos 1 ano sem nenhuma Comissão instalada. Esta ditadura tem que acabar. Esta Casa tem que ser a Casa do Parlamentar e do Parlamento, para defender os interesses do povo e, sobretudo, as necessidades maiores do Brasil.

Eu quero afirmar e reafirmar, Presidenta Soraya, que nós temos que acabar com a ditadura que impera neste Parlamento. O Presidente é somente o condutor deste Parlamento e deve conduzi-lo conforme



a Constituição Federal e o Regimento Interno, mas isso não está sendo respeitado.

Eu penso que chegou a hora de nós darmos um basta a esta ditadura, para que esta Casa, com independência, possa escolher, no próximo ano, um candidato que seja independente e seja, sobretudo, um defensor do Parlamentar e do Parlamento, que anda tão mal visto pelos brasileiros.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado.

Tem a palavra a Deputada Sâmia Bomfim, para encaminhar o destaque de sua autoria.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) - Apresentamos esse destaque para tratar do tema que, na nossa opinião, é o mais importante do País neste momento: a possibilidade de garantia de imunização para o povo brasileiro.

Aliás, eu acabei de ver a declaração do Ministro Pazuello supostamente apresentando um programa de vacinação para o Brasil. Novamente, foi uma grande vergonha: ele simplesmente repetiu aquela análise que havia enviado ao Supremo Tribunal Federal, com os mesmos erros e falácias. Não há nenhuma previsão de data de início ou de data de fim, não há etapas de vacinação. Ele exclui uma série de grupos vulneráveis que deveriam, sim, ser prioritários, como, por exemplo, os quilombolas, como, por exemplo, o conjunto dos profissionais da educação, e não somente os professores, porque a escola depende de todo o corpo profissional para que as aulas possam de fato acontecer. Ele também não garante a presença das pessoas com deficiência, que, como todos sabemos, são um grupo muito vulnerável às complicações que podem ocorrer em decorrência da COVID-19.

Então, o nosso destaque garante que, independentemente das escolhas políticas e da visão econômica do Governo, haja orçamento para o programa de vacinação. Da forma como está atualmente no relatório apresentado e aprovado pela Câmara, o orçamento da vacina concorre com as demais despesas correntes. Isso significa que, na atual lógica fiscalista, a partir da lógica imposta pelo teto de gastos, pode ser que as despesas com a vacina sejam cortadas. Vejam, diante da visão econômica que impera hoje no País, mas também diante da visão ideológica que o Governo tem, de não achar que a vacina é prioridade — pode parecer um absurdo —, de não dar a devida importância para o programa da vacinação, a nossa proposta é que possamos garantir um crédito extraordinário para o tema das vacinas, a fim de que o programa possa ser implementado independentemente da irresponsabilidade genocida do Governo Bolsonaro ou mesmo dessa indisposição de utilizar o orçamento público para aquilo que, de fato, é prioridade para o povo brasileiro.

Por isso, nós fazemos um apelo ao conjunto dos Líderes aqui presentes: que nós possamos aprovar esse destaque. Trata-se de uma questão de saúde pública. E nós sabemos que existe uma disposição, por parte deste Parlamento, de garantir que a população brasileira seja vacinada.

O que nós estamos propondo é somente que a LDO faça esse compromisso público. Vai haver, sim, recursos para garantir a vacinação do conjunto da população brasileira. Nós não iremos cair nessa lógica obscurantista que o Governo Bolsonaro quer impor para a população.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputada Sâmia Bomfim, está mantido o destaque?

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Para orientar contra o destaque, tem a palavra o Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Cumprimento a Presidente Soraya Santos, as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores, os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas.

Com relação ao destaque apresentado pelo PSOL, Deputada Sâmia Bomfim, Líder do partido, a



minha recomendação é pela rejeição do destaque, tendo em vista não a questão meritória, mas o fato de que a previsão do que foi apresentado nesse destaque é uma discussão que deverá ser feita não na LDO, mas na LOA. Refiro-me à garantia de recursos para a vacinação contra a COVID.

É claro que, se eu pudesse contemplar um pedido justo, necessário e urgente como esse, eu o faria com o maior prazer, mas, infelizmente, não é possível compatibilizar esse destaque com a LDO. Entretanto, eu me comprometo e me prontifico a, junto com a Deputada Sâmia Bomfim, somar esforços para o convencimento do Senador Marcio Bittar, que é o nosso Relator da LOA, a fim de que ele possa, dentro do seu relatório, contemplar essa ótima sugestão da Deputada Sâmia, contemplar o pedido feito pela Parlamentar.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Sâmia Bomfim. PSOL - SP) - Obrigada, Senador Irajá.

Em votação.

Orientação de bancada.

Como orienta o PT?

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, eu vou orientar.

Primeiro, quero avisá-la que estou sem conseguir votar. Não votei na última votação. Já falei com a Casa sobre isso. Estou com dificuldades no Infoleg.

Presidente, quero também saber se posso agregar o tempo de Líder.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Não, Deputada Professora Rosa Neide. V.Exa. está com o nome inscrito aqui. Quando começar a votação, eu chamo V.Exa. para falar pelo tempo de Liderança.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT) - Está certo.

O PT orienta "sim" ao destaque do PSOL, pois a emenda dispõe de garantias de recursos para a produção ou aquisição de vacinas contra a COVID-19.

Nós não podemos correr riscos de não ter recursos para a vacina. A ideia é que, por meio de um crédito orçamentário, os recursos para vacinas, estimados em 20 bilhões de reais, não concorram com as demais despesas.

Portanto, o PT apoia o destaque do PSOL e pede aos demais Parlamentares que analisem a situação brasileira neste momento, para que nós possamos ter a cobertura necessária para garantir vida à nossa população.

Obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputada Professora Rosa Neide.

Como orienta o PSL? *(Pausa.)*

Lembro que quem vota "sim" é a favor da emenda e quem vota "não" rejeita a emenda.

Como orienta o PL, Deputada Flávia Arruda? *(Pausa.)*

Como orienta o PP? *(Pausa.)*

Como orienta o MDB?

O SR. RENATO QUEIROZ (MDB - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o MDB orienta "não".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o PSD? *(Pausa.)*

Como orienta o Republicanos? *(Pausa.)*

O SR. VERMELHO (Bloco/PSD - PR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PSD acompanha o Relator.



A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Vermelho, quem vota "sim" é a favor do destaque do PSOL; quem vota "não" quer manter o texto do Relator.

O SR. VERMELHO (Bloco/PSD - PR) - Votamos pela manutenção do texto do Relator, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - O PSD vota "não".

Como vota o Republicanos, Deputada Rosangela Gomes?

A SRA. ROSANGELA GOMES (REPUBLICANOS - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o Republicanos acompanhará o Relator, votará "não" ao destaque, até porque tanto a Câmara dos Deputados como o Congresso Nacional, durante este período pandêmico, têm atuado com muita responsabilidade, como fez em relação ao auxílio emergencial, à transferência de recursos para a merenda escolar, à PEC do Orçamento de Guerra. Nós temos tido toda a responsabilidade com a população brasileira. E tenho certeza de que esta Casa, o Relator Irajá e o Governo trarão um planejamento de vacinação feito a contento para a população brasileira.

Por isso, o Republicanos vota "não" e ratifica o apoio ao relatório do Senador Irajá.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Cajado, como orienta o Bloco PP, PL, PSD, Solidariedade e Avante? Bloco PL/PP/PSD/SOLIDARIEDADE/AVANTE?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Vota com o Relator, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Repito o nome dos partidos do bloco, para que fique registrado no painel: PL, PP, PSD, Solidariedade e Avante votam "não".

Como orienta o PDT, Deputado André Figueiredo? (*Pausa.*)

Como orienta o PSB, Deputado Elias Vaz?

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PSB orienta "sim", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como vota o PDT? (*Pausa.*)

Como vota o DEM?

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Vota "não", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o PTB? (*Pausa.*)

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP) - O Bloco do PSL, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o Bloco do PSL?

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Orienta "não".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o Podemos?

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Acompanha o Relator, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o PSOL?

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Peço que a Deputada Luiza Erundina oriente, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra a Deputada Luiza Erundina.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, o PSOL, que é o autor, através de sua Liderança, desse destaque, não só defende a aprovação dele como também registra que a direção nacional do PSOL acaba de lançar uma campanha nacional em torno da seguinte palavra de ordem: "Vacina para todos já!". A campanha



está tendo ampla repercussão na sociedade, porque não há anseio e prioridade maior do que a garantia aos brasileiros e às brasileiras do único meio capaz de resolver esta crise sanitária no País. Também é condição para se começar a resolver os problemas da miséria, da pobreza e do desemprego em massa que todos os brasileiros e brasileiras tenham imediatamente condições objetivas de ser vacinados, o que já está se dando em outros países do mundo. Isso evidentemente precisa ser contemplado no Orçamento do próximo ano.

Portanto, o PSOL vota “sim” a este destaque e lembra a importância, a gravidade e a prioridade deste tema na atual conjuntura e o compromisso do PSOL de fazer com que esta questão seja encaminhada imediatamente pelo Governo Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputada Erundina.

Como orienta o PROS? (*Pausa.*)

Como orienta o PSC, Deputado André? (*Pausa.*)

Como orienta o PCdoB Deputado Márcio Jerry?

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, não há qualquer incompatibilidade formal na proposta apresentada pelo PSOL com a LDO. É possível incluí-la, sim, para que tenhamos efetivamente a garantia de recursos para a vacina.

Este é um tema caro ao País hoje. Estamos fazendo um esforço muito grande hoje para unir o País hoje sob essa palavra de ordem há pouco pronunciada pela Deputada Erundina: “Vacina para todos!”. Portanto, o destaque é fundamental, não tem nenhuma incompatibilidade formal com o texto e é algo que realmente reforça uma necessidade absoluta, urgente e inadiável do País hoje.

Votamos “sim”, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o Cidadania, Deputado Arnaldo Jardim?

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente Soraya, nós vamos encaminhar “sim” a essa proposta apresentada pelo PSOL, alertar a todos e até propor uma reflexão ao Governo.

A proposta sugere explicitamente que os recursos para a campanha de vacinação possam ser obtidos por crédito extraordinário, o que é, do ponto de vista do Governo, da gestão, até de alto interesse, porque esse valor não entraria no teto de gastos. Então me surpreende que o Governo possa eventualmente rechaçar isso. É uma medida correta. A vacina está aí, é um desafio para toda a sociedade brasileira. Acho que todos nós temos que estar unidos cientificamente em torno dessa questão. Abrindo-se a possibilidade de isso ser feito por crédito extraordinário, todos ganham.

Nós somos muito favoráveis a essa emenda e achamos que todos deveriam acatá-la, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o NOVO, Deputada Adriana Ventura?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do oradora.) - Presidente Soraya Santos, o NOVO orienta “não”, por uma questão técnica. Acreditamos que a intenção do PSOL tenha sido supermeritória, uma vez que temos que resguardar recursos para vacina, mas não cabe falar em crédito extraordinário quando estamos falando de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Sendo assim, orientamos “não”.

Aproveito o restante do meu tempo, Presidente, para reiterar a gravidade da não instalação da CMO, como já foi falado por vários colegas. Eu gostaria de pedir ao Presidente Davi Alcolumbre, que não se encontra presente hoje, nesta última sessão do Congresso Nacional, que ele nos informe, por favor, quando a CMO será instalada e quando discutiremos e votaremos a LOA, para que não aconteça com a LOA o que está acontecendo aqui: estamos votando a Lei de Diretrizes Orçamentárias fora do prazo, diretamente no plenário.



Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputada Adriana.

Como orienta o Patriota? *(Pausa.)*

Como orienta o PV, Deputado Enrico Misasi? *(Pausa.)*

Como orienta a REDE, Joenia Wapichana?

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - A REDE vai orientar "sim", acompanhando a emenda do PSOL, por ser legítima e por tratar de algo urgente para toda a população brasileira. Já houve muitas mortes, e a vacina vai ser uma prevenção. É uma medida urgente e necessária para todo o País. É muito responsável esta emenda.

A REDE vai acompanhar a emenda do PSOL.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta a Maioria? *(Pausa.)*

Como orienta a Minoria? *(Pausa.)*

Como orienta a Oposição, Deputado André Figueiredo? *(Pausa.)*

Como orienta o Governo, Deputado Claudio Cajado?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, pelas razões já expostas, o Governo orienta o voto "não", mantendo o texto do eminente Relator, o Senador Irajá Abreu.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Em votação.

(Procede-se à votação.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Já pode ser aberto o painel de votação. Tem a palavra, pelo tempo da Liderança do PL, a Deputada Flávia Arruda.

A SRA. FLÁVIA ARRUDA (Bloco/PL - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente Soraya Santos, eu quero aqui, em meu nome, em nome do nosso partido e, certamente, em nome de toda a bancada feminina, parabenizá-la e dizer que é uma honra para nós vê-la presidindo esta sessão com tanta sabedoria e com um posicionamento tão importante para todas nós num momento como este, ocupando os espaços de liderança que lhe são pertinentes e próprios.

Eu queria dizer, Deputada Soraya Santos, que nós estamos vivendo um momento absolutamente atípico na história do País e na história do mundo. Estamos vivendo este momento de pandemia, mas também estamos vivendo dentro do Parlamento um momento único. Nunca antes na história da República se votou uma LDO diretamente no plenário. Abriu-se um precedente histórico por conta da pandemia — nós compreendemos —, mas é injustificada a não instalação de uma Comissão de Orçamento.

Eu quero fazer coro com os meus colegas que me antecederam e foram muito enfáticos na defesa da instalação da Comissão de Orçamento, porque é nela que se discutem todas as pautas e todos os projetos de vários Parlamentares, Deputados e Senadores. Isso inclusive facilitaria hoje o trabalho do nosso Relator. Ele tem feito com excelência o relatório da LDO, mas o projeto deveria ter sido discutido antes numa Comissão de Orçamento.

A LDO é fundamental, é urgente, porque não podemos fechar o ano sem ela, mas eu quero deixar aqui o meu registro — e isto eu falo em nome do meu partido, do nosso partido — de que nós queremos condicionar a continuidade desta votação à imediata instalação da CMO.

Onde está o Presidente do Congresso para que possamos fazer, neste momento, esse acordo, essa proposta? Isso precisa ser chancelado pelo Presidente. V.Exa. preside de forma brilhante, mas apenas o Presidente hoje poderia fazê-lo, porque essa é uma prerrogativa exclusiva do Presidente do Congresso.

Nós membros da Comissão de Orçamento estamos aqui prontos, aptos e dispostos a trabalhar, seja de dia, seja de noite, porque sabemos da importância que é o orçamento público para o País, principalmente



neste momento de pandemia. Tivemos um ano difícil e ainda teremos um ano de 2021 com muitos problemas a serem enfrentados, tanto sanitários quanto sociais. Precisamos enfrentar e discutir o Orçamento, como sempre foi feito na história do Parlamento. Desde a Grécia antiga, quando se fundou o Parlamento, o tema principal do Parlamento é orçamento. Não podemos simplesmente discutir orçamento trazendo o projeto para o plenário e votando-o a toque de caixa.

Queremos aqui o compromisso do Presidente Davi Alcolumbre de que a Comissão será instalada. Não podemos trazer a LOA direto para o plenário.

Obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputada Flávia.

Tem a palavra o Deputado Vermelho.

O SR. RENATO QUEIROZ (MDB - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quero apenas que se corrija o painel. O MDB orientou "não".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - O MDB vota "não".

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) - Sra. Presidente, V.Exa. poderia conceder a palavra à Deputada Jandira por 30 segundos, por favor?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra o Deputado Vermelho.

O SR. VERMELHO (PSD - PR) - Presidente Soraya Santos, Deputados e Deputadas...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Espere só um momentinho, Deputado Vermelho, porque eu estou vendo que o Líder André Ferreira está na sala.

Como orienta o PSC, Deputado André Ferreira?

O SR. ANDRÉ FERREIRA (PSC - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PSC orienta "não", Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada.

O Deputado Vermelho tem a palavra.

O SR. VERMELHO (Bloco/PSD - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Soraya.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu quero inicialmente parabenizar o Relator, o nosso Senador Irajá, da nossa bancada, o PSD, que com muita presteza e muita dedicação apresenta neste dia de hoje o seu relatório. De uma maneira bastante especial, quero agradecer a ele também por acatar a Emenda nº 40.740.001, de minha autoria.

Nós já fizemos um trabalho muito grande no ano passado, com os Deputados Aécio Neves, Eduardo Bismarck e Júlio Cesar, quando aprovamos a transferência direta, transferência especial, das emendas impositivas dos Parlamentares. Isso foi um sucesso — e quem diz são os Municípios e os Prefeitos —, pela simplicidade e pela rapidez com que o recurso chega às nossas comunidades para que lá seja aplicado com decência e dignidade.

Tentamos naquela oportunidade também aprovar que as emendas de bancada fossem por transferências especiais. Não conseguimos por um pedido do Senado Federal. E agora esta emenda é acatada pelo nosso Relator, o Senador Irajá, e vai destravar muitas coisas.

É o fim da burocracia, esta burocracia que há tantos anos se fala em acabar e que a cada dia parece se enraizar ainda mais. Mas, desta vez, o Relator e este Congresso Nacional dizem "sim" também à transferência especial, à transferência direta das emendas de bancadas para os nossos Estados. É um passo importante, e, com certeza, Deputada Flávia, assim que instalarmos a Comissão de Orçamento, nós haveremos de discutir ainda com maior profundidade este assunto: dinheiro direto na conta dos Estados, simplificação. Para isso estamos aqui e para isso fomos eleitos. Quero agradecer esse fato importante.



E quero chamar a atenção desta Casa e da Mesa Diretora para a importância de pautar o Projeto de Lei nº 3.067, de 2020, de nossa autoria. Foz do Iguaçu, Paraná e o Brasil precisam desse socorro para o agente de turismo, para o guia de turismo, para os Microempreendedores Individuais — MEIs e as pequenas empresas do turismo nacional, que não tiveram apoio nenhum do Governo e que dele precisam neste momento para estarem preparados para a retomada do desenvolvimento e do crescimento do nosso País no ano de 2021.

Por isso, Presidente, gostaria que fosse pautado, pois ele já foi votado, em regime de urgência, o Projeto de Lei nº 3.067, que destina recursos ao setor do turismo, tão importante para o nosso Brasil.

Obrigado, Presidente Soraya. Obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

(Durante o discurso do Sr. Vermelho, a Sra. Soraya Santos, 1ª Secretária, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Diego Tavares.)

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Peço a palavra para orientar pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Diego Tavares. PP - PB) - Pode orientar, Deputado.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Gostaria que fosse adicionado o tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Diego Tavares. PP - PB) - O.k.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, o momento é de muita aflição para toda a população brasileira: há o medo da COVID, a disseminação do vírus, a preocupação com a segunda onda, a expectativa gerada com a vacina.

Inclusive, quero saudar a iniciativa do Governo de São Paulo, que tem também contribuído muito com a ciência do Brasil. Nós temos que entender que mais oportunidades de tratamento, mais acolhimento e mais investimentos significam mais vidas salvas. Ao mesmo tempo, há a preocupação com o combate aos desvios e às distorções que aconteceram.

Diante disso, o PSDB orienta "sim" ao destaque, exatamente abrigando essa motivação, para que possamos disponibilizar mais recursos para o combate a esta pandemia, que tem maltratado tanto a família brasileira.

Por outro lado, nós não podemos deixar de observar a preocupação com o controle desses recursos. Em nosso Estado, o Ceará, nós passamos por um momento de muita preocupação. Foi feito um hospital de campanha que teve uma vida muito curta no Estádio Presidente Vargas, e agora já há uma preocupação pela falta de UTIs e de tratamentos mais específicos com relação à COVID. E o que mais chama a atenção é exatamente o fato de que a desmobilização desse hospital de campanha, desse hospital de emergência, onde se gastaram muitos recursos para o combate à COVID que poderiam estar curando vidas, foi exatamente em função de uma operação da Polícia Federal buscando identificar desvios de recursos no hospital de campanha feito no Estádio Presidente Vargas.

Então, há uma preocupação, por um lado, em aumentar os recursos, mas também há uma preocupação em aumentar o controle desses recursos, para que eles possam, de fato, chegar a quem precisa, que são as pessoas mais carentes, que estão ávidas pela vacina e pelo tratamento digno, que precisam ser ofertados pela rede pública hospitalar para garantir essa assistência.

Diante disso, o PSDB reafirma o seu compromisso em vacinar, em prevenir e em cuidar da população. Muito obrigado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, se V.Exa. me permite, quero apenas deixar claro ao Plenário que o Governo Federal editou uma medida provisória hoje destinando 20 bilhões de reais para o seu compromisso com a aquisição e a distribuição de vacinas. Portanto, o Governo Federal está preocupadíssimo com essa questão.

Deputado Danilo Forte, colega de que nós todos gostamos, respeitamos e admiramos pelas suas



posturas, nós temos esta informação: o Governo acabou de editar uma medida provisória de 20 bilhões de reais, justamente para atender essas demandas com que V.Exa. demonstrou preocupação. Então, se V.Exa. mantiver a orientação pelo PSDB, eu respeito. Mas, apenas à guisa de informação, o Governo está preocupado e não deixará a população desassistida nessa questão da vacinação, da distribuição, da mobilização para que todos tenhamos, sim, todas as possibilidades de combater, e continuamente, como estamos fazendo, essa pandemia da COVID-19.

Digo isso até porque foi criada a ajuda emergencial. Também foram disponibilizados recursos específicos para os hospitais, através do orçamento que votamos especificamente para o combate à COVID durante o estado de calamidade pública.

Cada Estado e cada Município têm também a sua autonomia, a sua soberania, podem atuar segundo as suas diretrizes. Por isso, o Governo Federal tem dado apoio a eles, tem destinado recursos e continuará a fazê-lo.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Diante dessa explanação do Deputado Cajado, nós entendemos que a disponibilização desse recurso atende à demanda. Eu acho que esse é um recurso extra, dentro da viabilidade do Orçamento ainda deste ano.

Então, o PSDB muda a orientação para "não", exatamente compreendendo que esse suporte dos 20 bilhões de reais, com certeza, subsidiará a ampliação da demanda, diante da necessidade de combate à COVID, vírus que é o maior inimigo do Brasil hoje.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Obrigado, Deputado Danilo. Obrigado pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Diego Tavares. PP - PB) - Então, houve uma mudança de orientação do voto.

Eu queria pedir aos Srs. e às Sras. Deputadas que não votaram ainda que possam votar, para encerrarmos.

Por enquanto, nós iremos passar a palavra à Deputada Professora Rosa Neide, que está inscrita.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, demais pares.

Eu gostaria de justificar essa última votação. Eu estou com um problema no Infoleg que está sendo ajustado neste momento.

Sr. Presidente, demais Parlamentares, especialmente nesta manhã eu quero cumprimentar o Senado da República pelo excelente trabalho que fez na data de ontem em relação ao FUNDEB.

Neste momento estamos a discutir a LDO. Infelizmente, há cortes nas principais áreas sociais, e precisamos lembrar que retrocessos, especialmente em áreas tão importantes como a educação, são muito difíceis. Mas o FUNDEB deve ser garantido. Recursos públicos estão sendo vinculados às escolas públicas porque a oferta e a execução estatal da educação básica obrigatória são exigências de nossa Constituição.

Lutamos muito para que a PEC 108 fosse garantida e recursos públicos mais robustos pudessem valorizar a nossa educação. Empenhamo-nos muito trabalhando, na Câmara dos Deputados, o PL 4.372, de autoria da Deputada Professora Dorinha e outros, com a orientação da CNTE, da ANPED, da ANPAE, da UNE, da UBES, de todas as entidades do Fórum Nacional Popular de Educação, para que, através da mediação, tivéssemos o melhor projeto para regular o orçamento da educação. Infelizmente, o texto do PL que saiu da Câmara não foi o acordado com todos os Deputados e todas as Deputadas que militam na educação. Vimos que as divergências fizeram com que a Câmara fechasse um texto inconstitucional. Rejeitamos alterar regra de vinculação estrita dos recursos públicos às escolas públicas. Isso foi uma conquista constitucional. Mudar essa regra é afrontar o art. 213 da Constituição.

Estamos aqui a receber o texto novamente na Câmara. Amanhã teremos, com certeza, Deputados e



Deputadas voltando os olhos para a educação pública deste País. Não tenho nada contra nenhum avanço, mas não podemos ter retrocessos, inconstitucionalidades flagrantes.

A Câmara não pode deixar o País em uma situação frágil. Novos Prefeitos e Prefeitas assumirão no próximo ano. Temos que olhar com muito cuidado as considerações dos juristas brasileiros, a nota do MPF, a nota dos Tribunais de Contas, dos pesquisadores universitários, dos magistrados. Todos estão apontando a inconstitucionalidade e pedindo para que a Câmara se atenha ao relatório inicial, escrito pelo Deputado Rigoni, com a anuência dos profissionais da educação do País, dos pais e das mães e também de todos os Parlamentares que militam na educação, que compreendem, sabem o que estão dizendo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputada.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT) - Então, os juristas afirmam que o PL traz dispositivos que ofendem a Constituição...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputada Professora Rosa Neide, peço que conclua.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT) - ...e impõem severos impasses jurídicos para os próprios agentes governamentais. Mais especificamente, a controvérsia reside nas alíneas “e” e “f” do inciso I...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputada Professora Rosa Neide, peço que conclua.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT) - ...do §3º do art. 7º, oriundas de destaque aprovado na Câmara.

Amanhã teremos votação na Câmara e rogamos a todos: a Câmara não pode ficar tecendo situações que fragilizam a educação brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputada.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT) - Deputada Soraya, que preside a Mesa, uma grande Parlamentar, com certeza V.Exa. nos ajudará no dia de amanhã, para que possamos realmente finalizar a questão do FUNDEB e fazer o melhor para a educação pública brasileira.

Deputada Soraya, estou usando o tempo de Líder do partido dos Trabalhadores.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - É sessão conjunta...

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT) - Aqui agradeço à Liderança do partido.

Espero que possamos, na conversa com todos os Parlamentares, independentemente de coloração partidária, finalizar a discussão do FUNDEB e que o Governo possa sancionar essa regulamentação, para que tenhamos a educação pública necessária, a que todos nós temos direito no País.

Quero agradecer ao Líder Rogério Carvalho, do Senado, ao nosso Líder Enio e ao Deputado Waldenor, que é quem coordena a nossa bancada da educação na Câmara dos Deputados.

O FUNDEB é público!

Muito obrigada.

(Durante o discurso da Sra. Professora Rosa Neide, o Sr. Diego Tavares deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Soraya Santos, 1ª Secretária.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada.

Está encerrada a votação.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) - Deputada Soraya, por gentileza...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Só um momentinho, Deputado Márcio. Deputado Márcio, peço que V.Exa. desligue o microfone só por um momentinho, por favor. *(Pausa.)* Obrigada, Deputado Márcio Jerry.



(Procede-se à apuração.)

Anuncio o resultado da votação: SIM, 143 votos; NÃO, 319 votos. **(Lista de votação - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

Rejeitado.

Vou conceder 1 minuto ao Deputado Fábio antes de chamar a próxima votação.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) - Eu reitero...

O SR. FÁBIO RAMALHO (MDB - MG) - Deputada Soraya...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Peço só um momentinho para nós nos organizarmos. É tão importante que cada um possa ser ouvido e fale com tranquilidade.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) - Ouça-me, pois, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Reginaldo, assim que eu chamar a votação, eu vou permitir a sua fala. Depois, Deputado Márcio Jerry, eu vou atender um pedido da Deputada Jandira, que quer falar também. Eu até já mandei mensagem para ela.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) - O que iria pedir a V.Exa., Deputada, era a concessão da palavra à Deputada Jandira Feghali mesmo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Eu queria lhe responder que eu acabei de mandar mensagem para ela. Eu vou só organizar o início da votação e passarei a palavra para nossa Deputada Jandira Feghali.

Deputado Fábio Ramalho, concedo a V.Exa. literalmente 1 minuto.

O SR. FÁBIO RAMALHO (MDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputada Soraya Santos, nós estamos aguardando que o Presidente Davi Alcolumbre venha aqui à Casa, assuma a Presidência — eu sei que V.Exa. está conduzindo muito bem os trabalhos — e faça um compromisso, faça um acordo que será cumprido.

Senador Davi Alcolumbre, venha fazer o que é necessário neste momento. Venha a este plenário fazer o acordo para que seja instalada a CMO. Venha trabalhar para o povo brasileiro! Chegou a hora, chegou o momento de nós todos tomarmos uma decisão e fazermos com que seja instalada a Comissão de Orçamento! É isso o que o povo brasileiro espera de V.Exa., que tem feito um trabalho brilhante.

Neste momento, vamos instalar essa Comissão de Orçamento!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada.

Passamos à votação do destaque à Emenda nº 40950010, de autoria do Senador Rogério Carvalho, Líder do PT, nos termos da Resolução nº 1, de 2006.

Para encaminhar a favor...

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Presidente, pela ordem. Eu queria reforçar o apelo do Deputado Fábio.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Olhe só, Deputado Paulo Ganime, eu já dei a palavra a V.Exa.

Com todo o respeito a V.Exa., é importante que cada vez mais nós esclareçamos a quem nos acompanha que, quando se pede a palavra pela ordem, entende-se que se trata de questionamento a alguma coisa que está sendo feita durante o processo de votação.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - É exatamente isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Pela ordem, V.Exa. arguiu no início, em prol da instalação da CMO. E em todos os momentos eu estou deixando abertos os microfones aos Líderes, aos Deputados, para que registrem a indignação, que não é diferente da nossa, sobre a questão da



instalação da Comissão.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Mas agora não se trata de indignação, Presidente. V.Exa. me interrompeu. Se V.Exa. me permitisse...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Se não se tratar de algo relacionado a este destaque, eu gostaria de pedir a V.Exa., como Líder que é, que nós possamos abrir a discussão e fazer o encaminhamento da votação. Durante a votação, eu abro a palavra para V.Exa.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o apelo é justamente sobre o trâmite desta votação.

O pedido que foi feito inicialmente pelo Deputado Marcelo Ramos, que eu reforcei e que agora foi reforçado pelo Deputado Fábio Ramalho é apenas que, para nós darmos seguimento à votação — por isso pedi a palavra pela ordem, porque eu estou falando sobre o seguimento da votação —, esteja presente o Presidente do Senado e do Congresso Nacional, o Senador Davi Alcolumbre, e haja esse comprometimento de que nós vamos instalar a Comissão antes da votação da LOA. É só esse comprometimento que nós pedimos para avançarmos.

Eu não quero obstruir nada, eu não quero atrapalhar nada. Nós já votamos "sim". Mas nós gostaríamos que nosso pedido fosse atendido antes do encerramento desta votação.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Paulo Ganime, reitero e ratifico as minhas palavras. Nós estamos votando — e faço um registro do compromisso de todos os partidos com o País — a LDO, que chegou ao prazo máximo. No início, já fizemos esse mesmo pedido que V.Exa. apresenta e registramos o pedido do Deputado Marcelo Ramos, que foi o mesmo de vários Líderes, como V.Exa.

Então, o posicionamento é que nós vamos votar a LDO.

Quanto ao pedido, como eu disse, estou recolhendo, até como recurso da Mesa, caso ele não chegue... Estou declarando inclusive o meu voto como membro da Mesa: sou a favor.

Eu vou dar continuidade, pois nós temos mais destaques. Na votação, que é nominal, se V.Exas. entenderem que é necessário, podem fazer o registro do protesto, para o que têm todo o apoio da Presidência. Mas nós precisamos seguir, porque há sete destaques.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Peço a palavra, então, para falar no momento da votação, Presidente.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) - Sra. Presidente, durante a votação, V.Exa. poderia me conceder a palavra como Líder do PDT?

O SR. OTTO ALENCAR FILHO (Bloco/PSD - BA) - Quero orientar pelo PSD, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Orientação de bancada. **(Requerimento nº 83/2020-CN - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

Como orienta o PT? *(Pausa.)*

Como orienta o PSL? *(Pausa.)*

Deputada Margarete Coelho, V.Exa. poderia orientar pelo bloco?

A SRA. MARGARETE COELHO (Bloco/PP - PI. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, eu gostaria de registrar a minha felicidade, a minha satisfação de ver V.Exa. presidindo esta sessão, uma sessão importantíssima, uma sessão do Congresso Nacional. V.Exa. mais vez mostra a sua competência, a sua intimidade com o Regimento da Câmara e com o Regimento Comum também. É uma grande alegria!

Presidente, nós temos a Constituição, que tem que ser respeitada. Nós todos juramos respeitá-la. Temos uma responsabilidade sobre ela. A Constituição não é um pedaço de papel, é um contrato social, que todos nós temos o dever de cumprir.



Nós gostaríamos de ver sentado nessa cadeira, a fim de que pudesse assumir os compromissos necessários para que nós votemos a LDO, o Sr. Presidente Davi Alcolumbre. Nós temos convicção de que V.Exa. não podem assumir os compromissos que nós precisamos que sejam assumidos, não conosco, não com a nossa bancada, não com o nosso bloco, mas sim com o Brasil.

A nossa responsabilidade é com o orçamento público! Tudo no Brasil depende do orçamento público. Como nós vamos trabalhar e reivindicar a retomada da economia pós-pandemia, como vamos cumprir todos os deveres que nós vamos ter com esta Nação se nós nem sequer conseguimos instalar a CMO, para discutirmos, para que esta Casa se debruce sobre o Orçamento, para que todo Parlamentar possa cumprir o seu papel primordial, que é votar o Orçamento?

Então, nós gostaríamos de ver o Presidente do Congresso Nacional sentado nessa cadeira, assumindo o compromisso conosco de que instalará a CMO, tal qual rege o art. 166 da nossa Carta Cidadã.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Se V.Exa. rejeita a emenda e vota junto com o Relator, a orientação é "não".

A SRA. MARGARETE COELHO (Bloco/PP - PI) - A orientação é "não".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Senador Irajá, esta pergunta precisa ser feita: V.Exa. acolhe ou rejeita a emenda do PT?

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) - Nós temos, na verdade, dois destaques. V.Exa. fala do destaque do Senador Rogério Carvalho?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Sim.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator. Sem revisão do orador.) - Com relação à recomendação do Partido dos Trabalhadores, a emenda aditiva que trata dos valores do SUS prevê a indexação de despesas. Portanto, não é uma prerrogativa da LDO discutir esse tema, e sim da LOA, que nós iremos votar no ano que vem, através da relatoria do Senador Marcio Bittar.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Então, quem mantém o texto orienta "não". Quem vota com o PT é "sim".

Pois não, Deputado. Como orienta o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PDT vota "sim". Trata-se de incrementação e qualificação de recursos para a saúde, que são muito importantes para a população brasileira.

O PDT vai votar "sim", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o PT, Deputado Reginaldo Lopes?

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidenta, trata-se de um destaque extremamente importante do meu partido, do Líder Rogério Carvalho, Parlamentar do Senado.

Eu quero pedir a atenção dos Líderes, porque este destaque defende que a LDO garanta que o piso do SUS de 2020 seja mantido para o Orçamento de 2021, com a correção do IPCA. Isso é fundamental. Nós não superamos a pandemia. Precisamos manter a estrutura e a ampliação de um sistema que tinha vazios assistenciais. Uma rede foi construída, e precisamos financiá-la. É inaceitável que em 2021 os recursos do SUS sejam diminuídos, se comparados aos de 2020, considerando não recursos do orçamento ordinário, mas também os do orçamento extraordinário.

Presidenta, este destaque é fundamental para aqueles que querem superar a pandemia, vencer a COVID-19, mas, acima de tudo, defender o Sistema Único de Saúde.

Então, nós encaminhamos o voto "sim", Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Apenas para registro no painel, o



Bloco PL/PP/PSD/Solidariedade/Avante encaminhou "não".

Como vota o PSL? (*Pausa.*)

Como vota o MDB?

O SR. RENATO QUEIROZ (MDB - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o MDB encaminha o voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o PSD?

O SR. OTTO ALENCAR FILHO (Bloco/PSD - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, é sempre um prazer revê-la. Um abraço a todos os colegas.

O PSD orienta "não". Achamos que essa é uma discussão para um aumento acima do que já foi orçado, é uma discussão que temos que fazer na LOA, a partir de 2021.

Eu gostaria também de aproveitar, Presidente, para informar a todos os colegas que o relatório do projeto de modernização do câmbio, do qual eu sou Relator, já está pronto. O relatório já está no sistema.

Graças a Deus fizemos um trabalho muito profícuo com o Banco Central, com a Receita Federal, com vários órgãos, como a CVM, e com empresas do ramo financeiro. E eu espero que os colegas possam ler o relatório e ajudar, porque realmente a matéria é algo que vai transformar o nosso País.

Muito obrigado.

Um grande abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como vota o Republicanos, Deputada Rosângela Gomes?

A SRA. ROSANGELA GOMES (REPUBLICANOS - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, esta é uma emenda aditiva do Senador Rogério Carvalho com relação ao Sistema Único de Saúde — aliás, quero abrir parênteses para falar da importância desse sistema, que é um dos mais modernos do mundo.

Dentro dessa perspectiva, também quero aqui destacar o trabalho extremamente louvável, importante e dedicado dos profissionais de saúde no Brasil inteiro, principalmente neste momento pandêmico e difícil da nossa Nação. Ao lado deles, o Ministério da Saúde, através de seu Ministro-General Pazuello, também vem fazendo um trabalho de destaque, com muita responsabilidade, como é de praxe.

Neste momento, não há recursos sobrando. É necessário administrar o que temos com responsabilidade.

Portanto, o Republicanos irá manter o texto do Relator votando "não".

Obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputada Rosângela.

Como orienta o PSDB?

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Deputada Soraya Santos, parabéns pela condução dos trabalhos.

O PSDB orienta "não", mas reconhece a importância que hoje tem todo esse corpo de servidores da área da saúde, verdadeiros heróis nacionais, porque estão salvando famílias brasileiras. Eles estão expostos ao que há de pior hoje na saúde pública do Brasil e precisam receber reconhecimento e homenagem pelo belo trabalho que estão fazendo.

Diante da consolidação dos recursos que foram apresentados pelo próprio Governo com a medida provisória que suplementa 20 bilhões de reais, agora temos que agilizar a votação, para que possamos ter esse dinheiro o mais rápido possível na ponta.

Por isso, o PSDB orienta "não".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Danilo.

Como vota o PSB, Deputado Cássio Andrade?



O SR. CÁSSIO ANDRADE (PSB - PA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Deputada Soraya, o PSB vota "sim", tendo em vista a importância deste destaque.

Quero aproveitar o momento, Deputada, para parabenizar o Senado, que ontem voltou ao texto original do Relator Felipe Rigoni, do PSB. No processo de votação aqui da Câmara, haviam sido retirados 16 bilhões de reais do novo FUNDEB para sistemas particulares, como o Sistema S, o que, na nossa visão, na visão do PSB, é um verdadeiro erro, mas isso foi corrigido pelo Senado.

Esse projeto voltou para a Câmara. Esperamos convencer os nobres Parlamentares a manter essa votação do Senado e não permitir a retirada desses 16 bilhões de reais, tão importantes para a educação básica do nosso País. Especialmente para o nosso Estado, o Pará, um Estado de dimensões continentais, onde a população mais pobre carece muito de uma educação básica de mais qualidade, esse dinheiro, com certeza, fará falta.

Então, quero parabenizar o Senado pela volta desses 16 bilhões de reais, pela volta ao texto do Relator Felipe Rigoni. Espero que a Câmara possa seguir nesse mesmo sentido.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PDT já havia votado "sim", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Desculpe-me, Deputado.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) - Muito obrigado pela deferência.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como vota o DEM, Deputado Kim Kataguiri?

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O DEM orienta "não", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como vota o PTB, Deputado Pedro Lucas Fernandes? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL, Deputado Glauber Braga?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidenta, são três pontos. Primeiro, em relação ao destaque, que incrementa recursos para a área de saúde, para o fortalecimento do SUS, o voto e a orientação do PSOL é "sim".

Segundo, eu gostaria de pedir a V.Exa. que já colocasse entre aqueles que vão fazer uso da palavra pela Liderança o Deputado Edmilson Rodrigues, que está se despedindo da Câmara para dar cumprimento à sua tarefa como Prefeito de Belém.

Em terceiro lugar, quero dizer que dei entrada, no Senado Federal, em um requerimento mais especificamente solicitando ao Presidente do Senado, o Senador Davi Alcolumbre, que disponibilize os documentos, que podem estar no cofre do Senado, relativos à Comissão Parlamentar de Inquérito do BANESTADO, num processo de investigação que existe em relação às contas CC5. Até este momento, o Presidente do Senado Federal não deu qualquer resposta. Esta é a primeira sessão do Congresso Nacional que acontece depois que eu dei entrada nesse requerimento, e eu queria ter a oportunidade de cobrar isso dele pessoalmente.

Precisamos ter uma resposta. Existe na legislação a necessidade de que quem entra com o requerimento tenha a possibilidade não só do seu exercício regular, mas também de que isso ocorra num tempo que seja razoável. Como isso ainda não foi feito pelo Presidente do Senado Federal, ressalto aqui a minha cobrança pública, que peço que fique registrada em ata, para que ele efetivamente dê uma resposta sobre a abertura desses documentos em relação à Comissão Parlamentar de Inquérito do BANESTADO. Todos os



documentos, os que existirem, têm que ser publicizados.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Glauber. Já está registrado o seu pedido.

Como orienta...

O SR. PEDRO LUCAS FERNANDES (Bloco/PTB - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PTB orienta "não", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - O PTB, do Deputado Pedro Lucas Fernandes, vota "não".

Como orienta o PROS? (*Pausa.*)

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O Podemos é "não", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - O Podemos vota "não".

Como orienta o PROS? (*Pausa.*)

Como orienta o PSC? (*Pausa.*)

Deputado Márcio Jerry, como orienta o PCdoB? Vai ser a Deputada Jandira Feghali que vai orientar?

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente Soraya, o PCdoB orienta "sim", obviamente, lembrando à Casa que ontem o Senado e a Câmara receberam uma petição pública, subscrita por centenas de entidades e por milhares de pessoas do Brasil inteiro, exatamente reforçando o lançamento da campanha *O Brasil Precisa do SUS*.

Não adianta discursarmos que é importante fortalecer o SUS se não adotarmos medidas efetivas, concretas e previsões na LDO, para assegurarmos que haja na lei, na sequência, de fato, reforço de recursos para o Sistema Único de Saúde. Lembro que não há qualquer impedimento de formalidade para a incorporação da proposição feita à LDO. Portanto, fazê-lo é algo muito importante.

Nesse sentido, acatamos e aprovamos esta proposição apresentada pela bancada do PT no Senado, pela importância que ela tem e pelo que ela significa efetivamente de reforço ao SUS.

Votamos "sim", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada.

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente Soraya, o Podemos é "não".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - O Podemos vota "não", como já está registrado. Obrigada.

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO) - Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Arnaldo Jardim, como orienta o Cidadania?

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O Cidadania é "não", Sra. Presidente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o NOVO? (*Pausa.*) V.Exa. havia concluído, Deputado Arnaldo, ou eu o interrompi?

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Eu havia concluído, sim. O voto é "não".

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o NOVO, Deputado Tiago Mitraud?

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)



- O NOVO orienta "não", Presidente. Não faz nenhum sentido nós igualarmos os gastos do pico da pandemia, em 2020, aos gastos de 2021, quando não teremos, como todos esperamos, a mesma necessidade orçamentária de um ano tão atípico como este.

Então, o NOVO orienta "não".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o Patriota? *(Pausa.)*

Como orienta o PV? *(Pausa.)*

Como orienta a REDE, Deputada Joenia Wapichana? *(Pausa.)*

Como orienta a Maioria? *(Pausa.)*

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - A REDE orienta "sim", Sra. Presidente, acompanhando o PT.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada.

Como orienta a Maioria? *(Pausa.)*

Como orienta a Minoria? *(Pausa.)*

Como orienta a Oposição? *(Pausa.)*

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Deputada Soraya, a Minoria orienta "sim". Precisamos fortalecer o SUS. Em 2021, teremos ainda a pandemia, pessoas com sequelas e um trabalho que precisa ser resolvido.

Volto a dizer a V.Exa. que novamente não conseguirei votar. Mas acompanho o voto do PT votando "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Registrado, Deputada Professora Rosa Neide.

Como orienta o Governo?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, primeiro, quero registrar que o Deputado Neri Geller não conseguiu votar na votação anterior. Peço, portanto, que seja registrada a impossibilidade de o Deputado Neri Geller votar. Segundo, apesar da meritocracia deste destaque, ele é, em função do teto de gastos, inviabilizado, o que engessa ainda mais o Orçamento.

Por isso, o Governo orienta o voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Está aberto o processo de votação.

(Procede-se à votação.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes. Em seguida, Deputado Márcio Jerry, ouviremos a Deputada Jandira Feghali. *(Pausa.)*

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) - Gostaria de saber se eu estou na lista, Presidente.

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PSL, pelo bloco, orienta o voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Está registrado, Deputado Peternelli.

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP) - Presidenta, o PSL, pelo bloco, orienta o voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Já registramos, Deputado Peternelli. Com a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, em primeiro lugar, quero dizer que a LDO, mais uma vez, não traz de fato uma das principais políticas de valorização da economia, das economias populares, e, na minha opinião, um dos principais instrumentos de distribuição de renda e de aumento do mercado interno, um



instrumento importante para a retomada do crescimento econômico: a política de valorização do salário mínimo.

Há um grande equívoco, com a chegada de Michel Temer, devido ao golpe que aconteceu neste País, quando a política de valorização do salário mínimo foi interrompida. Hoje nós estamos assistindo às dificuldades em que se encontram os trabalhadores, as trabalhadoras, os aposentados, as pessoas de menor poder aquisitivo para se alimentarem e cuidarem da família.

Nós precisamos fazer um modelo econômico com algumas premissas, mas essas premissas devem ter convergência de ambos os lados, diante das várias experiências de políticas econômicas dos últimos 30 anos. Se há uma experiência positiva, Deputada Soraya, é a experiência da valorização do salário mínimo, na medida em que se valorizam 80% dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras, bem como a ampla maioria dos aposentados deste País.

Muitos privilégios precisam ser combatidos, isso é evidente. Existem pessoas que ganham acima do teto, além de muitos — mais de 10 mil servidores — do Poder Judiciário e do Poder Legislativo. Nós precisamos encontrar um caminho fiscal que garanta este reajuste e a retomada desta política que se iniciou, é preciso destacar e reconhecer, no Governo do Presidente Lula, uma política que, de fato, promoveu um grande crescimento econômico no Brasil.

Ao lado desta política, é evidente que, se nós queremos de fato um novo equilíbrio fiscal e responsabilidade fiscal no Brasil, precisamos enfrentar os super-ricos e os superprivilegiados deste País. É inaceitável que haja 2,1 milhões de pessoas, brasileiros e brasileiras, que não pagam Imposto de Renda no Brasil! Essas pessoas recebem, por ano, lucros e dividendos de 400 bilhões de reais, e não pagam nada de Imposto de Renda. Na verdade, elas recebem salários, mas usam de uma legislação criada por Fernando Henrique Cardoso em 1995 que permite ao Brasil não arrecadar mais de 110 bilhões de reais.

Portanto, nós precisamos encontrar um caminho para alcançar o verdadeiro equilíbrio fiscal, o que começa pela receita e pelo combate aos super-ricos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Reginaldo Lopes. Chamo para fazer uso da palavra a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu volto ao tema da vacina. Um dos pontos mais polêmicos e ausentes do Programa Nacional de Imunizações é exatamente o de não apontar a universalização da vacina — o plano não garante a vacinação de todo o povo brasileiro. Este foi um dos aspectos apontados pelos especialistas, para os quais esta é exatamente uma das causas para a não assinatura do programa.

Nós nos preocupamos em garantir esta meta na LDO, que não fala em valores: ela fala em diretrizes e metas. O Deputado Alexandre Padilha e eu temos larga militância no setor e fizemos esta emenda. Na LDO, não estava prevista a vacinação. Nós criamos esta ação. A partir daí, o Relator, o Senador Irajá, a quem agradecemos, criou a ação de vacinação, e nós fizemos a emenda de meta para vacinar 212 milhões de brasileiros. Aliás, o Senador Irajá incorporou esta emenda, aprovou a inclusão de 106 milhões de brasileiros na minha emenda e 106 milhões de brasileiros na emenda do Deputado Alexandre Padilha. Portanto, a meta para a vacinação de 212 milhões de brasileiros consta do anexo de metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovado por este Plenário no dia de hoje.

Portanto, eu quero agradecer o fato de as emendas terem sido incorporadas e de nós termos aprovado esta meta na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Esta é uma iniciativa importantíssima porque, na Lei Orçamentária, posteriormente, nós vamos ter que garantir este orçamento.

Diante do impacto ainda não calculado da necessidade de orçamento, a medida provisória de 20 bilhões não significa que teremos dinheiro suficiente por esta medida provisória, porque nós precisamos



garantir a compra das vacinas e de todos os insumos que teremos que prover ao povo brasileiro. Trata-se, desta forma, da garantia, pela LDO, da universalização das vacinas para todo o povo brasileiro.

Eu gostaria ainda, Presidenta Soraya, de dizer que esta questão do SUS que estamos votando neste momento é definidora para 2021. O argumento do teto de gastos é absolutamente lamentável, porque nós não trataremos apenas da pandemia: existe uma demanda represada de atendimento de cirurgias, uma série de atendimentos de assistência obstétrica, uma série de cirurgias e transplantes, tratamento de câncer. Tudo isso ficou represado por causa da pandemia.

Nós temos que continuar atentos à pandemia, que ainda está em curva ascendente. Nós temos que atender no SUS a todo o conjunto de patologias, além de ampliar não apenas o atendimento da atenção primária e o atendimento nos territórios, mas também o número de agentes de saúde. Portanto, aumentar o recurso para o SUS é decisivo. Cancelar o orçamento do SUS para algo menor que o de 2020 é criminoso!

É fundamental que aproveemos a emenda que está em votação neste momento no Plenário deste Congresso Nacional.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputada Jandira Feghali.

Eu vou encerrar a votação depois que o Deputado Afonso Motta fizer uso da palavra.

Deputado Afonso Motta, assim que V.Exa. terminar, nós encerraremos a votação. Desta forma, quem não votou terá tempo para consignar o voto.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Soraya Santos, é uma honra ocupar a palavra sob a presidência de V.Exa. nesta sessão do Congresso Nacional. Cumprimentando as Sras. e os Srs. Parlamentares, quero agradecer à minha bancada, a bancada do PDT, e especialmente ao nosso Líder Wolney Queiroz a deferência por poder ocupar este espaço.

Nós estamos encerrando mais um ano legislativo. É claro, este ano apresentou grandes desafios, especialmente por causa da pandemia, quando desenvolvemos um trabalho de mudança cultural no País. Todos nós nos adaptamos a este momento especial quando tivemos uma grande produtividade nesta Casa, dando prevalência às matérias em que havia a expressão e o consenso da maioria.

Obviamente, as reformas, tema essencial para o bom debate e para o desenvolvimento do nosso País, não foram alcançadas. Resta a pauta, importante, da reforma tributária, cujo debate será fundamental, e a nova conjuntura terá, sim, que ser considerada. Em relação à reforma federativa, é cada vez mais evidente a injustiça na transferência de recursos aos Municípios, onde a vida das pessoas acontece de fato.

Na reforma administrativa, um anseio geral, a proposta apresentada inicialmente pelo Governo fica muito longe de qualquer expectativa, já que ela não tem amplitude e não ataca os pontos essenciais para o devido ordenamento, a não ser o arrocho que ela produz na remuneração dos funcionários públicos, tão importantes para este País.

Há outra questão central, Sra. Presidente. A declaração da pandemia, ato mais importante promulgado por esta Casa, esgota-se em 31 de dezembro. Com isso, um conjunto de regulações da maior importância ficará sem sustentação. Há muitas referências na regulação geral que nós fizemos, tanto para a defesa da vida, como para o estímulo da atividade econômica e para a proteção, à expressão "enquanto durar a pandemia". O conceito legal, regulatório, de duração da pandemia está definido para até o dia 31 de dezembro.

Uma semana antes de nós encerrarmos as atividades do ano legislativo, eu deixo uma indagação para o Plenário da Câmara dos Deputados e para o Plenário do Senado Federal, neste Congresso Nacional: o que vai acontecer no dia seguinte, a partir de 1º de janeiro, com esta regulação que tem este condicionante, esta referência? Nós vamos ter que recuperar o tratamento da regulação da pandemia, porque a pandemia



não desaparece — nós queremos que ela acabe o mais breve possível — no início do próximo ano.

O "orçamento de guerra", o déficit de mais de 1 trilhão, a questão macroeconômica, outra preocupação de todos nós nesta Casa do Congresso Nacional, são pautas importantes, mas, antes, nós precisamos tratar, é claro, das questões que passam pelo auxílio emergencial, pela proteção da vida e pelo estímulo econômico, fundamentais nesta hora. Eu estou aqui a perguntar ao coletivo como vamos tratar destes assuntos.

Nós todos estamos envolvidos, o que é imperioso, assim como é imperiosa a aprovação da LDO nesta sessão do Congresso, na escolha da nova Mesa Diretora da Câmara. Nossa bancada, a bancada do PDT, está participando ativamente, com os partidos e as demais bancadas da Oposição, das articulações e dos entendimentos. Nós temos uma posição que diz que o PDT estará alinhado às visões que, em primeiro lugar, possam valorizar o Parlamento e, em segundo, que não agridam nossos princípios e nossas referências na disputa da próxima Mesa Diretora.

Seja qual for o escolhido, eu acredito que é fundamental para esta Casa a defesa e a altivez, primeiro, do Parlamento e, segundo, a defesa do Estado Democrático de Direito e nossa capacidade de continuarmos contribuindo para a sociedade brasileira através do nosso trabalho e da nossa regulação.

Encerro falando da vacina, que é a esperança de todos nós e do País. Todos estamos na expectativa de planejamento para que a vacinação ocorra com efetividade no nosso País, o que é, igualmente, uma expectativa de esperança: nós esperamos esta proteção porque o protocolo, a partir da vacinação, que é global, não será mais o mesmo. A partir de agora, o pressuposto maior do protocolo de saúde é a vacinação.

Muito obrigado por mais um ano legislativo nesta Casa.

Um abraço a todos!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Afonso Motta. Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Anuncio o resultado da votação: SIM, 135 votos; NÃO, 306 votos. **(Lista de votação - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

Foi rejeitado o destaque.

Passemos à votação do destaque para a supressão do inciso VII do art. 109 do substitutivo de autoria do Líder do NOVO, o Deputado Paulo Ganime, nos termos da Resolução nº 1, de 2006. **(Requerimento nº 84/2020-CN - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Tiago Mitraud. *(Pausa.)*

Deputado Tiago, peço um momento para que o Deputado Elias Vaz faça uma consulta.

Tem a palavra o Deputado Elias Vaz.

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputada Soraya, eu queria fazer mais um questionamento. Nós tivemos uma situação em que o Relator fez um complemento já depois do início da sessão. Ele trouxe aqui uma alteração na questão.

Esta situação é excepcional, nós não temos a peça orçamentária decidida e temos um dispositivo que autorizava o Governo a fazer gastos com as obrigações constitucionais. Uma alteração ampliou este rol para as despesas relacionadas ao Anexo 3.

Diante disso, eu faço a seguinte pergunta à Mesa: se eu discordar disso, já que aconteceu depois do início da sessão e não se pode fazer destaque depois do início da sessão, como isso é possível?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - V.Exa. pode, Deputado Elias, fazer destaque em relação unicamente a este tema.

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO) - Então, neste tema, é possível?



A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Este é tempestivo.

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO) - Está bem, Presidente. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra o Deputado Tiago Mitraud.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Presidente, este destaque apresentado pelo Partido Novo trata de um inciso incluído pelo Relator no art. 109 do substitutivo.

O art. 109 traz uma série de autorizações para a criação de cargos, para a reestruturação de carreiras e questões relacionadas a pessoal, mas, em todos os incisos, pelo menos em boa parte deles, já previstos no plano, no projeto de lei enviado pelo Governo, há sempre a ressalva de criação de cargos, funções e gratificações, desde que isso não implique aumento de despesa. O inciso V fala em reestruturação de carreiras que não implique aumento de despesa.

O inciso VII, que nós queremos suprimir, insere a possibilidade de haver a reestruturação de carreiras, desde que autorizada em lei anterior, mas que, ao contrário do intuito dos demais incisos deste artigo, permitiria que houvesse a reestruturação de carreiras com aumento de despesas.

Tendo em vista o déficit astronômico que nós tivemos neste ano por conta das ações de combate à pandemia, nós acreditamos que este déficit para o ano que vem será ainda extremamente grande. Isso mostra que nós estamos longe de resolver a questão fiscal do País, que afeta sobretudo a capacidade de investimento do próprio Governo para atender à população mais pobre. Portanto, não dá para admitirmos inserir um inciso na LDO que pode abrir uma brecha para aumentar salários no contexto em que estamos vivendo hoje.

Por isso, nós acreditamos que este inciso tem que ser suprimido do texto. Nós apresentamos o destaque para que ele seja votado aqui em separado, buscando sua rejeição. Com isso, não abrimos brechas para aumento de salários em plena situação fiscal extremamente deficitária, pois ainda estaremos na pandemia. Isso é, infelizmente, muito provável.

Cabe lembrar que, há alguns meses, este próprio Congresso, ao votar o Veto 17 do Presidente Jair Bolsonaro, foi muito bem lembrado pela sociedade brasileira de que, enquanto estamos enfrentando esta situação na economia, nós não podemos admitir aumento de despesa pública nem aumento de salário, especialmente para aqueles que não tiveram sua renda afetada pela pandemia.

Deste modo, abrir esta brecha significa um desrespeito à população brasileira, que, durante todo este ano, perdeu emprego, perdeu renda, enquanto aqueles que mantiveram a renda agora terão a possibilidade de aumento de salário num momento em que a economia brasileira ainda não se recuperou.

É este o meu encaminhamento, Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Tiago Mitraud. Como se manifesta o Relator, Senador Irajá, em relação ao destaque apresentado? V.Exa. o acolhe, ou não?

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) - Presidente, V.Exa. poderia reiterar o destaque, por gentileza?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Trata-se do Destaque nº 4, do Deputado Paulo Ganime, do NOVO.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, trata-se da supressão do inciso VII do art. 109 da reestruturação de cargos.

Embora seja meritório o pedido do Deputado Paulo Ganime, esta foi uma reivindicação de várias bancadas dos partidos aqui representados, na Câmara, no Senado, não diria que de forma unânime, 100%, mas praticamente 90% das bancadas apresentaram este pleito. A solicitação do Deputado Paulo é



justamente no sentido de revogar o objetivo pretendido, ou seja, o da reestruturação de cargos dentro do setor público, o que, a meu ver, seria uma injustiça cometida por este Parlamento.

Portanto, a orientação é pela rejeição do destaque, com todo o respeito ao pedido do excelentíssimo Deputado Paulo Ganime.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Orientação de bancadas.

Lembro que quem vota "sim" acolhe; quem vota "não" vota com o Relator.

Como orienta o PT, Deputado Reginaldo Lopes?

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, nós nos posicionamos favoravelmente ao encaminhamento do Relator, de fato, contrariamente ao destaque, e "sim" ao relatório porque, na minha opinião, se trata de projeto de reestruturação de carreiras anterior ao "orçamento de guerra". O contrário seria uma tremenda injustiça com o serviço público e algumas carreiras.

Portanto, nós orientamos o voto favorável à posição do Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Claudio Cajado, como orienta o Governo e o Bloco PL, PP, PSD, Solidariedade e Avante? Lembro que "não" mantém o texto; "sim" acolhe.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Voto "não", para manter o texto, Sra. Presidente.

Eu apenas queria referenciar que, no caso específico deste destaque, ele suprime as reestruturações de carreira. Na verdade, o Presidente já havia acatado esta sugestão, pelo Ministério da Economia, mas os aumentos com os quais já havia compromisso foram feitos antes da sanção do PL 173.

Portanto, o Governo orienta o voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Quem vota "não" vota com o Relator.

O Solidariedade também orientou "não", porque está dentro do bloco.

Como orienta o PSL, Deputado General Peterlini?

O SR. GENERAL PETERLINI (Bloco/PSL - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PSL orienta o voto "não", pela manutenção do texto.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - A Mesa gostaria de fazer um registro, porque houve uma orientação errada: quem vota "sim" vota com o Relator.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O voto é "sim", com o Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Quem vota "não" vota a favor do destaque. Onde se lê "não"...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - É "não", porque se trata de destaque.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) - Sra. Presidente, trata-se de destaque supressivo: "sim" é "sim" ao texto; "não" é para modificar o texto. Correto?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - É exatamente isso que nós estamos corrigindo, Deputado Kim.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) - Portanto, é preciso inverter no painel.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Nós estamos invertendo.

No caso de todos os partidos registrados como "não", peço, por gentileza, que seja registrado "sim", mantendo o texto do Relator.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) - No painel foi registrado ao contrário.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Está certo. É "sim". Destaque supressivo é "sim" ao relatório do Relator.



A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Esclareço, para a tranquilidade de todos, que quem vota "sim" vota com o Relator, para manter o texto do dispositivo destacado. Aqueles que quiserem retirar um pedaço do relatório, destacando-o, por iniciativa do NOVO, votam "não".

Está feita a devida correção.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PDT também vota "sim", pela manutenção do texto.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Afonso Motta, "sim".

Como orienta o Republicanos, Deputada Rosângela Gomes?

A SRA. ROSANGELA GOMES (REPUBLICANOS - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, eu gostaria de registrar que o Deputado João Roma não está conseguindo votar pelo aplicativo.

Com relação ao destaque do Deputado Paulo Ganime da supressão no inciso VII do art. 109, na questão da reestruturação, em que pese a louvável intenção do autor, nós iremos manter nossa posição votando com o brilhante relatório do Senador Irajá Abreu.

Nós votamos "sim" ao relatório e "não" ao destaque, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o MDB?

O SR. RENATO QUEIROZ (MDB - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o MDB vota "sim", pela manutenção do texto.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Bira do Pindaré, como orienta o PSD? (*Pausa.*)

Como orienta o PSDB, Deputado Danilo Forte?

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, nós não podemos, diante de uma pandemia como esta, fechar as portas para a possibilidade de ampliar os quadros da saúde pública do País, que são quadros de calamidade, quadros que envolvem vidas. Para salvar vidas, muitas vezes, é preciso aumentar o quadro e a eficiência da prestação do serviço.

Diante disso, manter o texto é importante, porque daí pode se originar a necessidade de ampliar a fase de contratação e abrir concursos para contratar gente, ampliando este exército de abnegados patriotas nacionais que estão salvando a vida dos brasileiros.

Por isso, nós orientamos "sim", pela manutenção do texto.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o DEM, Deputado Luis Miranda? (*Pausa.*)

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Só um momentinho, Deputado Bira do Pindaré. Agora eu estou colhendo o voto do DEM. Depois passo a palavra a V.Exa.

Como orienta o DEM, Deputado Luis Miranda?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente Soraya Santos, nós admiramos o relatório apresentado pelo Senador Irajá Abreu. Ele é muito amplo e contempla literalmente nossas necessidades no enfrentamento que teremos no ano de 2021. Nós certamente iremos acompanhar o Relator, mantendo o texto, mas é importante fazer aqui uma observação.

Não bastassem o enfrentamento da COVID e a necessidade de reestruturação de cargos, principalmente na área da saúde, já que nós ainda não sabemos para qual caminho iremos, agora deram início à possibilidade de vacinar a população brasileira, e nós não sabemos até que ponto precisaremos de um exército de profissionais para vacinar a população. Diante disso, a reestruturação de cargos pode se fazer necessária.

Portanto, nós achamos louvável o NOVO querer economizar para os cofres públicos os recursos necessários. Todavia, isso pode ir de encontro ao objetivo de salvar vidas.



A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra o Deputado Bira do Pindaré. *(Pausa.)*

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Governo muda a orientação, ou seja, libera a bancada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - O Governo libera. Tem a palavra o Deputado Bira do Pindaré.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, é evidente que nós somos contra este destaque do NOVO, que, aliás, não perde a oportunidade de atacar ou tentar atacar os servidores públicos, que, neste caso, seriam os mais atingidos.

Eu gostaria de aproveitar este tempo para protestar, com veemência, contra a postura do Governo em relação à vacinação no País. Nós chegamos ao cúmulo do negacionismo, chegamos a uma situação em que o Governo quer exigir a assinatura de um termo de responsabilidade de quem vai se vacinar, desestimulando a população e criando uma desconfiança em relação à ciência e à vacina. Isso é um absurdo, é uma violação do direito mais importante que nós temos, que é o direito à vida!

Ficam este registro e minha solidariedade às mais de 180 mil famílias que já perderam seus entes queridos nesta famigerada pandemia.

Nossa luta continua!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Bira.

Como orienta o Podemos?

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O Podemos orienta "sim"; acompanha o Relator, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Léo.

Como orienta o PSOL, Deputado Glauber Braga?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - A verdade é que o Ricardo Salles fingiu que saiu do Partido Novo, mas o Partido Novo não abre mão do Ricardo Salles, porque sempre quer passar a boiada, atacando o serviço público com dois objetivos prioritários.

O primeiro deles é por uma desregulamentação total, para garantir os interesses prioritariamente daqueles que estão no topo da pirâmide e que são os representantes dos negócios de mercado, mais especificamente os negócios envolvidos com o sistema financeiro.

Em segundo lugar, evidentemente eles querem fazer daquilo que deveria ser interesse público também um negócio privado.

A bancada do PSOL não entra nesse jogo e, por motivos óbvios, vota contra o destaque do Partido Novo e "sim" ao texto.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Glauber.

Como orienta o PROS? *(Pausa.)*

Como orienta o PSC, Deputado André Ferreira? *(Pausa.)*

Como orienta o PCdoB, Deputado Márcio Jerry?

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Partido Novo tem uma espécie de obsessão persecutória das carreiras de estado em nosso País, o que é um absurdo. Trata-se de desconhecimento da imensa importância que têm essas carreiras. Esse engessamento seria danoso, ainda mais num momento instável como este que estamos vivendo. Portanto, o PCdoB acompanha o Relator e vota "sim".

Aproveito, Presidente, para pedir à Mesa que registre, por favor, que a Deputada Professora Marcivania não conseguiu votar na segunda votação por conta de pane no sistema elétrico e também



na Internet em Santana, no Estado do Amapá, onde ela se encontra agora. Peço, portanto, que fique registrada a justificativa da Deputada Marcivania na segunda votação, pois ela não pôde efetuar seu voto. Ela votou com o partido, obviamente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Márcio Jerry. Deputado Arnaldo Jardim, como orienta o Cidadania?

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, o Cidadania indica "sim", propondo, portanto, que se mantenha o texto do Relator sobre a matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Arnaldo Jardim. Como orienta o NOVO?

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Partido Novo orienta "não".

É sempre bom lembrar aqui que já está autorizada a reestruturação de carreiras que não aumentam despesa. O que nós estamos suprimindo agora é a possibilidade de haver reestruturação de carreiras que aumentem despesa, porque é um absurdo colocar nas costas do cidadão comum pagador de impostos aumentos de carreira.

Nós estamos na iminência de fazer uma ampla reforma administrativa no País, que vai realizar uma grande mudança na estruturação das carreiras, torná-las mais flexíveis, mais amplas, e vamos agora permitir que haja aumento salarial, na situação econômica que vivemos, se aprovado esse inciso aqui inserido pelo Relator?

Gostaria de dizer que eu sempre fico aqui muito lisonjeado com as críticas dos partidos da extrema esquerda, aqueles que passam a mão na cabeça de ditador, que fere direitos humanos. Toda vez que eu ouço essas críticas, tenho certeza de que eu e o Partido Novo estamos no caminho certo.

O Partido Novo orienta "não", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o Patriota? (*Pausa.*) Como orienta o PV? (*Pausa.*)

Como orienta a REDE, Deputada Joenia Wapichana?

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Presidente Soraya, a REDE vai orientar "sim" ao texto e "não" ao destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Em votação.

Está aberto o processo de votação.

(Procede-se à votação.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros, pelo tempo de Liderança do Governo.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, ontem votamos aqui na Câmara e no Senado o PLP 101/20. O PLP 101 destinou um recurso orçamentário, eu diria, que permitiu a Estados e Municípios recursos muito significativos. São recursos de 216 bilhões de reais que foram, ontem, autorizados aqui pela Câmara e pelo Senado.

São recursos do espaço para operações de créditos, incluindo o Programa de Equilíbrio Fiscal, recursos para o Regime de Recuperação Fiscal e perdão das penalidades pelo descumprimento do teto do gasto público. Então, são 25 bilhões de reais do espaço para operações de crédito. Os Estados poderão fazer mais 25 bilhões em operações de crédito a partir da aprovação e da sanção deste projeto.

O Regime de Recuperação Fiscal se dá apenas para quatro Estados: Goiás, Minas Gerais, Rio de



Janeiro e Rio Grande do Sul. São Estados que estão em dificuldades financeiras muito amplas e que vão poder se beneficiar desse Regime de Recuperação Fiscal, que suspende o pagamento da dívida por alguns anos. São 130 bilhões de reais que deixarão de ser pagos em serviço da dívida neste projeto. E os Estados que descumpriram o teto de gastos deixarão de pagar como ônus, como multa, 43 bilhões de reais. Há ainda a postergação de pagamentos para organismos multilaterais, que nós autorizamos aqui, na ordem de 8 bilhões de reais.

Então, eu gostaria de deixar aqui os números para os Srs. Deputados e Senadores apreciarem.

Acre, 797 milhões; Alagoas, 783 milhões; Amazonas, 1,878 bilhão; Amapá, 168 milhões; Bahia, 1,036 bilhão; Ceará, 3,083 bilhões; Distrito Federal, 675 milhões; Espírito Santo, 2,491 bilhões; Goiás, 11,286 bilhões; Maranhão, 441 milhões; Minas Gerais, 42,927 bilhões; Mato Grosso do Sul, 360 milhões; Mato Grosso, 1,158 bilhão; Pará, 2,395 bilhões; Paraíba, 1,212 bilhão; Pernambuco, 1,678 bilhão; Piauí, 284 milhões; Paraná, 3,489 bilhões; Rio de Janeiro, 66,003 bilhões; Rio Grande do Norte, 305 milhões; Rondônia, 987 milhões; Roraima, 126 milhões; Rio Grande do Sul, Deputado Afonso, 50,171 bilhões; Santa Catarina, 3,206 bilhões; Sergipe, 545 milhões; São Paulo, 10,659 bilhões; e Tocantins, 240 milhões.

Isso soma espaço para operações de crédito, aumento de crédito, 25 bilhões; Regime de Recuperação Fiscal, 130 bilhões — esse só para os quatro Estados, o seu, Rio Grande do Sul, 25 bilhões; Rio de Janeiro, 52 bilhões; Minas Gerais, 42 bilhões; e Goiás, 9,519 bilhões —; mais 43 bilhões para tirar penalidades de quem estourou o teto de gastos — no caso do seu Estado, são 24 bilhões só em retirada de penalidades, Deputado Afonso —; e postergação de pagamentos para organismos multilaterais, 8,346 bilhões.

É essa a informação que eu queria passar a V.Exas.

Vou pedir à minha Presidente que me dê um tempinho para votar, antes de encerrar.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Aguardarei V.Exa. registrar seu voto, Deputado Ricardo, que hoje nos lidera junto ao Governo.

Convido para fazer uso da palavra, enquanto o Deputado Ricardo Barros vota, o Deputado Luis Miranda.

Eu quero declarar que, após a fala do Deputado Luis Miranda, eu vou encerrar a votação.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidenta Soraya Santos.

Eu gostaria de colocar aqui o meu agradecimento ao Relator, o Senador Irajá, um excelente Parlamentar, notório nos seus projetos, tanto que, na data de ontem, aprovou um projeto importantíssimo para a regularização fundiária do nosso País, matéria extremamente debatida em Comissão e que, na data de ontem, teve esse êxito. Eu espero, dentro do possível, que o Presidente Rodrigo Maia a coloque em pauta. E já me coloco à disposição para colaborar com o relatório, para que tenhamos condição de aprovar o mesmo texto, porque é um texto extremamente bem trabalhado; são desnecessárias alterações. Nós já sabemos o posicionamento de todas as bancadas e sabemos que temos votos para aprová-la aqui na Câmara dos Deputados. Isso é importante para aqueles que necessitam hoje ter as suas terras regularizadas, para poderem buscar crédito, investir no agronegócio, investir na sua região e principalmente gerar empregos, crescimento e renda para a nossa Nação.

Então, Senador, parabéns! E V.Exa. faz o mesmo agora na LDO.

Com a aprovação da nossa emenda, nós acrescentamos, na LDO, algo que não estava lá disponível, que são 50 projetos para a área de segurança pública. Não havia isso! Não iríamos, no ano de 2021, ampliar delegacias, batalhões, reformar estruturas para acrescentar no dia a dia da população brasileira segurança, o que faz uma nação ser considerada séria. É saber que você pode sair de manhã cedo para o trabalho e deixar sua família em casa, que seus filhos podem ir estudar, e você pode ter a certeza de que o



País em que você vive está investindo no patrimônio mais importante que um cidadão pode ter, que é a sua liberdade e a sua vida, a vida dos seus familiares, daqueles que você ama.

Quando o Senador acata nossa emenda, o nosso pedido para acrescentar na LDO 50 possibilidades, inclusive para o DF, de ampliarmos delegacias, incluímos novas delegacias, ampliarmos batalhões, investirmos no Corpo de Bombeiros, investirmos na Polícia Militar, investirmos na PRF, na Polícia Civil, é para que tenhamos um ano de 2021 mais próspero em relação àquilo que nós defendemos com coerência todo esse momento.

Sra. Presidenta, muito obrigado pela oportunidade de fazer este agradecimento. Às vezes fica esquecido o trabalho maravilhoso que foi feito aqui hoje, e quem ganhou foi a segurança pública. Tenho certeza de que toda a bancada da segurança está muito grata.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Luis Miranda. Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Vou proclamar o resultado: SIM, 412 votos; NÃO, 21 votos; abstenções, 2. **(Lista de votação - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

Mantido o texto do Relator.

Eu gostaria de chamar o Deputado Bohn Gass, que vai fazer o encaminhamento pelo PT. Nós temos três destaques do PT. Eu queria consultar o Deputado Enio Verri, ou quem estiver encaminhando pela Liderança do PT, se seria possível fazermos uma votação dos três destaques.

Deputado Bohn Gass, nós temos três destaques do PT. Eu indago a V.Exa. se podemos citar os três destaques, ver a posição do Relator em relação a cada um deles. Se for a mesma posição, poderíamos votar os três ao mesmo tempo?

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidenta Deputada Soraya, eles têm caráter diferente, e nós gostaríamos que fossem apreciados um por um. Já que têm conteúdos diferentes, é importante que seja feito esse debate, que interessa à Nação brasileira. Eu peço sua compreensão, sei do seu desejo de acelerar os trabalhos, mas são diferentes. Então, solicito que possamos fazer a defesa um por um.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Perfeito! E assim será, Deputado Bohn Gass. Cabe-me aqui indagar.

Passemos à votação do Destaque à Emenda nº 28710011, de autoria do Líder do PT, Deputado Enio Verri, nos termos da Resolução nº 1, de 2006. **(Requerimento nº 85/2020-CN - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

Para falar a favor e defender a emenda, tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Presidenta, esse tema trata do salário mínimo, o reajuste, a política em relação ao salário mínimo.

Todos nós sabemos que, se desde 2004, o salário mínimo não tivesse sido reajustado acima da inflação... A regra é apenas para repor a perda. Reajustar o salário mínimo pela inflação é repor a perda. Então, o trabalhador jamais terá condições de um ganho real.

Se nós pegarmos a análise do DIEESE, se o salário mínimo não tivesse de 2004 até 2019 um reajuste acima da inflação, pasmem — atenção, aposentados que recebem o salário mínimo; atenção, trabalhadores que recebem o salário mínimo; atenção, categorias que nos dissídios usam a referência do salário mínimo para fazer acordos —, o salário mínimo, que em 2019 estava em 998 reais, se fosse feito reajuste apenas pela inflação, estaria em 573 reais.



Se o salário mínimo, que no ano passado era de 998 reais, agora é de 1.045 reais, já é pouco — segundo o DIEESE, para se ter poder aquisitivo de compra, quando o salário mínimo foi criado, ele deveria ser de mais de 5 mil reais —, imaginem se estivesse sem o reajuste acima da inflação, seria de 573 reais.

Este Congresso Nacional precisa oferecer ao povo brasileiro a possibilidade de um reajuste real de salário. Neste ano, o Governo está propondo 1.088 reais. Calcula-se a projeção de expectativa de inflação desse período de 3,9%, que pode ser superada, porque há uma alta de alimentos. Portanto, poderá haver novamente alteração, como houve no início do ano. São duas votações que precisamos fazer em relação ao salário mínimo.

Nós queremos que a inflação esteja incorporada, porque repõe a perda, mas que tenha um valor real. Se nós analisarmos a lei, a nossa proposta, de 2 anos anteriores, na qual o crescimento do PIB era de 1,4%, o salário mínimo para 2021 não seria de 1.088 reais, mas estaria na faixa de 1.103 reais. *”Isso não é pouco? São apenas alguns reais!”* Sim! Para quem tem muito, isso é pouco, mas para o povo trabalhador, que vai comprar feijão, pagar conta de água, conta de luz, comprar gás, que está aumentando cada vez mais, a comida que está cada vez mais cara, qualquer real a mais no bolso é muito importante.

Estamos fazendo exatamente esta defesa de que o salário mínimo tenha a incorporação, não só da reposição da perda da inflação mas também que tenha um valor corrigido, real, para que o trabalhador tenha a possibilidade de melhorar seu poder aquisitivo.

Deputada Soraya Santos, o que acontece se o povo tem salário, dinheiro no bolso? O comércio vende. Se o comércio vende, a indústria produz. Se a indústria produz, vai haver geração de mais emprego. Esse é o grande debate. Bom salário significa mais emprego, recuperação da economia, consumo.

Por isso, agradeço aos colegas Deputados e a V.Exa. a compreensão e insisto na importância de fazer a defesa de destaque por destaque.

Portanto, salário mínimo deve ser com reajuste real, acima da inflação, para não só corrigir perdas mas também para melhorar a economia do Brasil, com mais consumo, ajudar o comércio e a indústria e gerar mais emprego.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Bohn Gass.

Consulto o Relator, Senador Irajá, se acolhe ou rejeita o destaque do PT.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, acompanhei atentamente a defesa do Deputado Bohn Gass, com quem tive o prazer, durante a legislatura anterior, de conviver por 4 anos, e considero meritória a sua proposta. Hoje, o trabalhador, na sua grande maioria, da massa salarial, recebe 1.045 reais, que, é claro, não é o suficiente para garantir a ele e a sua família uma vida digna e decente. Existe uma previsão na LOA, na PLOA, enviada pelo Governo Federal, que, a partir do ano que vem, haveria o reajuste para 1.067 reais, e que foi atualizado, no novo relatório, considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC, para 1.088 reais. É um acréscimo de 43 reais sobre o salário mínimo vigente. É claro que isso não garante ganho real ao trabalhador, é apenas a reposição da inflação nesse período. Isso não é o suficiente, mas já é um avanço importante. Eu queria destacar, Presidente, que tenho um projeto de minha autoria que foi apresentado ao Senado Federal e que trata da Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo, algo convergente com o que o Deputado Bohn Gass apresentou no destaque, em que estabelecemos um critério claro do que seria esse aumento real para o nosso trabalhador, que merece ter a sua condição valorizada. Lá é estabelecido o critério da inflação, que é o INPC, mais um gatilho de 6% para título de ganho real sobre o salário mínimo, que daria quase um acréscimo de 10% no cômputo final.

Esse projeto está tramitando no Senado, encontra-se ainda numa Comissão, deverá ser apreciado no Plenário e novamente encaminhado à Câmara dos Deputados.



Então, em virtude da atribuição que tenho na LDO, infelizmente preciso orientar pela rejeição do destaque. Quero deixar registrado que a minha convicção e a minha opinião é que todo argumento apresentado pelo Deputado Bohn Gass é razoável e necessário, mas a previsão dessas alterações tem que ocorrer na LOA e não na LDO, que está em discussão.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Senador Irajá.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, pela ordem.

Na chamada da minha orientação, eu tinha que o primeiro seria o destaque do qual fiz a defesa, que é referente à 002, mas V.Exa. anunciou a 011. Fiz a defesa, conforme estava na ordem que nos foi alcançada, da 002, que foi também o pronunciamento feito pelo nobre Relator, o Senador Irajá.

Estamos apreciando a 002, que é a política em relação ao salário mínimo? Quero apenas essa confirmação de V.Exa., porque, se estiver em votação outro destaque, preciso fazer a defesa dele.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Bohn Gass, mais uma vez agradeço a V.Exa., que está sempre atento.

Chamei a que termina com 11, mas no painel está registrada a Emenda nº 2862002, da qual V.Exa. fez a defesa e, de igual forma, o Relator se posicionou. Portanto, estou considerando chamada neste momento, retificando o anúncio original, a "Emenda nº 2662002", da qual V.Exa. já fez a defesa e igualmente o Senador Irajá a rejeitou.

Encaminhamento de bancada.

Quem orienta "sim" vota pela aprovação da emenda do PT; quem orienta "não" mantém o texto do Senador Irajá.

Como orienta o PT, Deputado Bohn Gass?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Pelo PT quem orienta é o Deputado Pedro Uczai.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Com a palavra o Deputado Pedro Uczai.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores vota "sim" por duas razões fundamentais. Já está comprovado na história que aumentar o salário mínimo além da inflação... O PIB não gera inflação. Essa foi a experiência que construímos no Governo Lula e no Governo Dilma. Em segundo lugar, quando você faz um aumento real do salário mínimo, você distribui não só a renda mas a possibilidade de consumo no mercado de massa. Portanto, você aquece a economia, e toda a sociedade ganha.

Por isso, estranhamos que o Governo não apoie o aumento mínimo do salário mínimo, para dar o mínimo de dignidade ao povo brasileiro, principalmente ao povo trabalhador.

A bancada do PT vota "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Cajado, como orienta o Bloco PL/PP/PSD/Solidariedade/Avante e o Governo, conjuntamente?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, como foi exposto pelo Relator, em que pesem os argumentos que justificam a apresentação do destaque, na verdade o reajuste do salário mínimo com ganho real, diante do teto de gastos, fica comprometido.

Nós estamos passando por um momento de crise fiscal. Está sendo realizado um esforço enorme para o ajuste, para a organização das contas públicas. Cada real acrescido no salário mínimo representa um impacto de 300 milhões de reais no Orçamento da União — cada 1 real acrescido! E a LDO que nós votamos, cujo parecer o querido Senador Irajá apresentou, já prevê o reajuste por conta da inflação medida



pelo INPC.

Portanto, a orientação do bloco e a do Governo é "não", rejeitando a emenda.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada.

Como orienta o PSL?

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (Bloco/PSL - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Bloco PSL/PTB/PROS compreende que a questão é de responsabilidade fiscal. Conforme foi apresentado agora pelo Líder do Governo, não é possível acatar essa emenda apresentada pelo Partido dos Trabalhadores, não obstante a sua pertinência e relevância, especialmente em virtude do impacto fiscal que vai representar, somente nas contas da União, como apresentado, de aproximadamente 350 milhões de reais.

Por esse motivo, o Bloco PSL/PTB/PROS orienta "não" à emenda apresentada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o MDB?

O SR. RENATO QUEIROZ (MDB - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O MDB orienta "não", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o Republicanos, Deputada Rosângela Gomes?

A SRA. ROSANGELA GOMES (REPUBLICANOS - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente Soraya Santos, eu gostaria de fazer uma justificativa com relação ao Deputado Ossesio Silva, que não conseguiu fazer a primeira votação de mérito por problemas técnicos no aparelho dele. Então, gostaria que a Mesa registrasse que o Deputado Ossesio Silva acompanhou a orientação partidária.

Em segundo lugar, eu gostaria de dizer que consideramos esse destaque do Líder Enio Verri louvável, mas temos que ter responsabilidade com a nossa economia. Em outros Governos, não foi possível dar ao povo brasileiro o salário que ele merece, para que tenha uma melhor qualidade de vida. Esse tema é inerente, específico da Comissão Mista de Orçamento. Então, nós queremos aqui também ratificar o compromisso do Presidente do Senado em fazer com que haja a instalação da CMO para tratarmos melhor desse tema.

Iremos acompanhar o Relator, votando "não" ao destaque do Líder Enio Verri.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o PSDB, Deputado Danilo Forte?

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidenta Soraya, o ideal seria que nós pudéssemos abrigar o sentimento da emenda apresentada, mas o orçamento é curto, e é preciso que nós tenhamos a compreensão das dificuldades e da necessidade do ajuste fiscal. É esta a nossa situação no momento que estamos vivendo.

É lógico que a matéria poderá ser abrigada na votação da Lei Orçamentária Anual, que será discutida no ano vem, e, diante disso, nós não podemos fazer graça com o chapéu alheio. É necessário responsabilidade, e nós acompanharemos a decisão do Relator, votando "não".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o PSB, Deputado Elias?

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidenta, o PSB orienta "sim", porque nós entendemos que a política do salário mínimo é fundamental para realmente promovermos a justiça social.

Aliás, isso é interessante. Se nós perguntarmos a manifestação de todos os Parlamentares aqui, todos reconhecerão que nós temos um problema muito grande e profundo no País, que é a desigualdade social. E a política do salário mínimo é uma ferramenta importante para combater a questão da desigualdade.

Portanto, o PSB entende que é fundamental nós termos uma política de valorização do salário



mínimo, e, sinceramente, este é o momento para fazermos isso. Por isso, entendemos que a emenda feita pelo PT está correta.

Nós orientamos "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o PDT, Deputado Afonso Motta?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - É impressionante como todas as argumentações dizem que a matéria é meritória e nenhuma das argumentações diz que nós estamos tratando do salário mínimo — daquilo que é mínimo para o cumprimento dos preceitos constitucionais!

Estamos tratando de um salário, uma remuneração que visa a atender o trabalhador. O PDT, a nossa bancada, é uma bancada trabalhista. Portanto, nesta hora, neste momento, nós não podemos deixar de votar favoravelmente, porque se trata da vida do trabalhador, daquilo que lhe é essencial.

Está aí o exemplo do auxílio emergencial, o significado que teve. Não é arrojando salário, diminuindo o salário mínimo, limitando o salário mínimo que nós vamos ter o progresso e o desenvolvimento do País.

Por isso, o PDT vota "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o DEM, Deputado Luis Miranda?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidenta Soraya Santos, é importante dizer que o relatório foi muito bem feito, como já se disse anteriormente.

Nós vamos acompanhar o Relator.

Quero aproveitar este restinho de tempo para informar a todos os membros da segurança pública que, além de o Relator ter incluído no seu parecer a possibilidade de expandirmos e criarmos novas unidades para os militares e para a Polícia Civil de todo o País, incluindo o Distrito Federal, aqui, no Distrito Federal, o Secretário Anderson Torres me deu uma informação extremamente importante.

Ele me informou, quanto à MP 971/20, para a qual nós fizemos um relatório seco, excluindo as emendas, que o Governo do Distrito Federal está na fase de conclusão desse texto e, na próxima semana, entregaremos para o Ministro Jorge as emendas que foram tão aclamadas pelo Corpo de Bombeiros, pela Polícia Militar e pela Polícia Civil. Nós entregaremos também, ainda este ano, um texto final para ser votado por esta Casa.

Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Luis Miranda.

Como vota o Podemos, Deputado Léo Moraes? *(Pausa.)*

Deputado Glauber, como orienta o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PSOL, evidentemente, vota a favor deste destaque.

É a política de valorização do salário mínimo! Não tem que prosperar o argumento utilizado pelo Relator de que esta matéria tem que ser tratada exclusivamente na Lei Orçamentária. Evidentemente, se aprovada a matéria na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ela tem uma força a mais para a aprovação na LOA.

Além disso, um dos Líderes da base do Governo falou de um impacto de 300 milhões de reais, se eu ouvi bem.

Primeiro que nisso não há o menor problema, porque a União emite moeda, e eu não vi a Secretaria falando em responsabilidade fiscal num momento em que vocês batem palma para um pacote de 1,2 trilhão de reais para os banqueiros.



E mais: a aprovação dessa medida de valorização do salário mínimo é uma forma de nos contrapormos ao que foi o primeiro ano do Governo Bolsonaro, quando o Brasil caiu 5 posições no *ranking* internacional do IDH e ficou 14 posições atrás de um país que tem estado muito presente na boca de alguns boçais bolsonaristas, que é Cuba — que ficou 14 pontos à frente do Brasil no *ranking* internacional do IDH.

Que aproveemos esta matéria, porque a sua aprovação dá a possibilidade concreta do fortalecimento da política de valorização do salário mínimo e conseqüentemente uma melhora também no IDH brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Glauber.

Como orienta o PSC, Deputado André Ferreira? (*Pausa.*)

Como orienta o PCdoB, Deputado Márcio Jerry?

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidenta, eu vou me apoiar nas palavras do eminente Relator, Senador Irajá, que, entre outras coisas, afirmou ser este destaque razoável e necessário. Eu concordo com a conclusão dele. Se é razoável e necessário, que ele seja acatado.

Também é preciso compreender que nós estamos tratando de salário mínimo. Cada centavo no salário mínimo do trabalhador brasileiro significa um impacto muito importante não apenas individualmente, mas no cômputo geral da economia do País.

Por fim, onde estiver o interesse do trabalhador, da imensa maioria do nosso povo, lá estará o PCdoB, razão pela qual apoiamos e orientamos o voto "sim" para o acatamento do destaque feito pela bancada do PT.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Márcio.

Como vota o Cidadania, Deputado Arnaldo Jardim?

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente Soraya, nós queremos dizer que votaremos "não", mas eu gostaria de entrar no mérito desta discussão.

Nós consideramos que, neste instante, não seria adequado, na circunstância em que vivemos, aprovar esse dispositivo na LDO, mas seremos insistentes em fazer esse debate quando da Lei Orçamentária Anual.

Consideramos que a política de valorização e de crescimento real do salário mínimo tem um efeito indutor da economia, além de ser uma questão de justiça social, e nos apoiaremos muito na experiência do auxílio emergencial. Todos nós sabemos que os cenários que se previam de diminuição do PIB só não ocorreram de forma mais dramática porque nós tivemos toda a virtuosidade que foi o auxílio emergencial, que nós defendemos e lutamos para que pudesse ser estendido pelo maior tempo possível.

Com isso, nós tivemos mais uma demonstração do efeito que a valorização salarial pode provocar na economia: valoriza o trabalhador, aumenta o seu poder aquisitivo e aquece a economia.

Por essas razões, nós votamos "não" neste instante, mas já estamos nos diferenciando, demarcando uma posição, uma firme convicção com relação ao debate que nós queremos fazer quando da discussão da LOA, a fim de que nos leve a uma política de retomada da valorização e do crescimento real do salário mínimo ano a ano.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Arnaldo Jardim.

Como vota o NOVO, Deputado Paulo Ganime?

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, o NOVO vota "não".

Nós entendemos que o aumento real do salário mínimo tem dois graves problemas.

O primeiro deles é orçamentário. Nós estamos falando de déficit fiscal. Nós temos uma LDO que apresenta um déficit fiscal absurdo, e esse aumento — nós sabemos também que o nosso orçamento é vinculado — vai provocar ainda mais déficit fiscal.



E o segundo ponto é o da economia real. O aumento do salário mínimo, acima, principalmente, do aumento de produtividade não gera o efeito que todos pensam, mas o efeito contrário: faz com que cada vez mais pessoas estejam fora do mercado de trabalho formal. Quando nós aumentamos o salário mínimo sem que isso implique aumento de produtividade ao mesmo tempo, o que fazemos? Fazemos com que as pessoas que estão ali, no limite do salário mínimo, não consigam ter emprego, não consigam ter trabalho.

Nós temos que aumentar, sim, o salário médio da população, gerando mais emprego, mais oferta de emprego e de trabalho e melhorando a nossa economia, e não aumentando artificialmente o salário mínimo através de uma canetada.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o PV, Deputado Enrico Misasi?

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O Partido Verde, Presidente Soraya, encaminha o voto pela manutenção do texto do Relator, Senador Irajá.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o Patriota? *(Pausa.)* Como orienta a REDE, Deputada Joenia Wapichana?

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, a REDE vai orientar "sim" à emenda do PT, para retomar a política de valorização real do salário mínimo, considerando a inflação e mais um pouco.

Eu quero aproveitar os segundos que me restam, Sra. Presidente, para parabenizar o líder indígena Mario Nicacio, que hoje foi diplomado Vice-Prefeito na cidade de Bonfim, em Roraima.

Mario Nicacio é da Rede Sustentabilidade e tem feito o seu trabalho junto com as organizações indígenas.

Quero desejar que ele tenha sucesso nesta gestão municipal e que considere os nossos valores indígenas nesse seu trabalho, com responsabilidade, seriedade, coletividade e compromisso com a saúde indígena, combatendo quaisquer medidas que possam levar à violência ou ao retrocesso das questões indígenas no Município de Bonfim.

Parabéns, Mario Nicacio Wapichana! Sucesso em Bonfim!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputada Joenia Wapichana. Está aberto o processo de votação nominal.

(Procede-se à votação.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, ontem, esta Casa iniciou um debate sobre a Medida Provisória nº 998, de 2020, que trata das energias renováveis.

Para nossa surpresa, quero enfatizar, observamos na medida provisória a possibilidade de uma mudança no que diz respeito aos incentivos para aquilo que é a redenção econômica do Nordeste brasileiro — o Nordeste brasileiro que tem um terço da população do País; o Nordeste brasileiro que responde por apenas 14% da produção da riqueza nacional e que busca sarar essa chaga de eterna busca de equilíbrio regional implementando o seu desenvolvimento e garantindo o seu futuro.

Num País de dimensões continentais como o nosso, um País em que a terra para a agricultura fica cada vez mais escassa e mais cara, e levando em conta que o Brasil tem um papel importante na economia mundial e que, neste momento de recessão econômica que o mundo atravessa, o que salvou a nossa economia foi o agro; num momento em que há escassez de chuvas no País — a baixa pluviometria acarreta



também a diminuição da geração de energia hidráulica; num momento em que o mundo todo condena a emissão de carbono; num momento em que têm diminuído os investimentos nas energias poluentes, principalmente no mundo mais moderno e mais avançado, como a Europa e os Estados Unidos, onde a curva da mudança da geração de energia é totalmente favorável às energias renováveis e às energias limpas, nós estamos adentrando uma contramão, ao desestimularmos a produção da energia eólica e da solar e, ao mesmo tempo, mantermos subsídios à energia térmica produzida a partir de carvão ou à produzida a partir do óleo *diesel*, que é altamente poluente.

Nós não podemos servir a um modelo de desenvolvimento que penaliza a sociedade, a qual busca diminuir a emissão de carbono, busca novas alternativas de distribuição de renda e busca, inclusive, desenvolver uma região já penalizada pela sua condição geográfica.

Eu mesmo, como Deputado Federal, tive a oportunidade, quando fui Relator da LDO, em 2014, de colocar incentivos para o curso de criação de técnicos em instalação e manutenção de energia fotovoltaica no IFCE de Caucaia, no Ceará.

Para a minha surpresa — agradável —, todos os jovens que ali se formaram saíram de lá empregados, exatamente porque a energia solar é uma alternativa viável, e nós não podemos nos deixar prender a modelos ultrapassados e discriminar aquilo que é a redenção econômica daquela região do País.

Eu agradeço à Presidente da Mesa, a Deputada Soraya Santos, pela compreensão e também estímulo Deputados e Senadores a se aprofundarem nesse debate, porque, se o Brasil tem condição de criar uma fonte de desenvolvimento, nós devemos estimular, sim, a transmissão da energia elétrica gerada no Nordeste, trazendo-a de lá para o Centro-Sul, para o centro do consumo, e ampliando aquilo que poderá ser a redenção econômica da nossa região.

Eu acredito que nós podemos adentrar com o Brasil na energia limpa e na energia renovável.

Muito obrigada, Deputada Soraya.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Danilo.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Enquanto se apura o resultado da votação, concedo 1 minuto ao Deputado Gilson Marques.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, nós estamos votando o aumento do salário mínimo e precisamos entender que isso gera exclusão social.

A partir do momento em que eu tenho, por exemplo, uma caneta que custa 2 reais e a coloco a venda por 7 reais, ninguém vai comprá-la. Com o emprego, é a mesma coisa: nós impossibilitamos a contratação de alguém que não tenha experiência ou que, infelizmente, no início da carreira, não tenha capacidade e competência para trabalhar e entregar aquele valor. Nós precisamos dar a essa pessoa a oportunidade de ser contratada, e, mais, precisamos dar aos outros a oportunidade empreenderem e de contratarem pessoas com salários mais baixos!

O Prêmio Nobel de Economia Milton Friedman diz que as trocas voluntárias existem quando beneficiam as duas partes envolvidas. Não tem como o Estado dizer, de cima para baixo, qual vai ser o salário de alguém. Nós precisamos de liberdade para aqueles que querem trabalhar por um salário mais baixo, mesmo que em início de carreira. A evolução do salário mínimo nos últimos anos tem sido enorme em relação à inflação, e cada vez mais nós estamos excluindo socialmente um número enorme de jovens, que não conseguem trabalhar.

Aliás, para quem não sabe, a criação do salário mínimo se deu para excluir os negros do mercado de trabalho — repito: para excluir os negros do mercado de trabalho! Estabeleceu-se um salário mínimo num



patamar tão alto que os empregadores decidiram demitir os negros e contratar brancos.

Somente a liberdade e as trocas voluntárias fazem o Brasil crescer e ter mais empregos e, somente assim, com concorrência, gerar salários mais altos.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada.

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, por favor, quero só registrar mais um voto "não". Eu não consegui votar pelo aplicativo.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Está registrado, Deputado General Peternelli.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) - Sra. Presidente, a Deputada Alice Portugal pede que seja registrada sua justificativa voto, pois não conseguiu votar na votação 4.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Sim, Deputado Márcio Jerry.

Vou proclamar o resultado: SIM, 130 votos; NÃO, 239 votos; abstenção, 1. (**Lista de votação - Vide Item 3.1.1 do Sumário**)

Mantido o texto do Relator.

Agora, sim, vamos verificar aqui no painel.

Passemos à votação do requerimento de destaque da Emenda nº 28710011, de autoria do Líder do PT, Deputado Enio Verri, nos termos da Resolução nº 1, de 2006. (**Requerimento nº 87/2020-CN - Vide Item 3.1.1 do Sumário**)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sra. Presidente, essa emenda trata do crescimento das demandas nas áreas da saúde e da educação, está certo?

Então, essa defesa quem vai fazer é o Deputado Pedro Uczai.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Pedro Uczai, estamos aguardando V.Exa.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) - Só para conferir se está correto o encaminhamento do Deputado Bohn Gass, quero saber se esse destaque se refere ao piso emergencial ou ao auxílio emergencial...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Só um momentinho, porque novamente houve um choque de registros.

Deputado Bohn Gass, nós chamamos a emenda de final 11, e eles registraram a emenda de final 55. V.Exa., Deputado Pedro Uczai, vai encaminhar a emenda de final 55 ou a emenda de final 11?

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) - Sim. Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Bohn Gass, então a Mesa chama...

Passemos a votação do destaque da emenda...

Corrigiram de novo no painel. Por favor!

Bom, nós já tínhamos chamado a emenda de final 11. Finalmente, corrigiram.

Deputado Bohn Gass, quem vai fazer a defesa da Emenda nº 28710011?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, a defesa da Emenda nº 28710011 quem vai fazer é o nosso querido Deputado Pedro Uczai.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Uczai.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em época de pandemia, de crise sanitária, de aumento da desigualdade social,



de aumento da violência e do desemprego no País, a bancada do Partido dos Trabalhadores, ao invés de discutir teto, propõe um piso emergencial para quatro áreas fundamentais; propõe quatro grandes diretrizes para enfrentar pandemia e o pós-pandemia.

O piso emergencial para a área da saúde seria um mínimo para fortalecer o Sistema Único de Saúde.

Os Deputados que atuaram diretamente no trabalho relacionado à pandemia estão convencidos de que ou fortalecemos o SUS, ou vamos ampliar o sofrimento de milhões de brasileiros e o número de mortos no País.

Em relação ao piso emergencial para a área da educação, indagamos como vamos superar os problemas sociais e econômicos, se não investirmos na educação de nossas crianças e de nossos jovens, para pensarem numa Nação.

Precisamos, ainda, pensar num piso emergencial para fortalecer o Sistema Único de Assistência Social — SUAS.

Por fim, é preciso enfrentar a fome. Até o final do ano, será eliminado o auxílio emergencial, que nós queremos manter — o Deputado Bohn Gass vai defender isso em seguida. Portanto, precisamos de um piso emergencial para a segurança alimentar que dê um mínimo de decência e de dignidade humana para o nosso povo brasileiro. Afinal, a pandemia expôs a desigualdade. A pandemia expôs que a maioria das pessoas que morreram neste País vítimas da COVID-19 são os mais pobres e os negros.

Este Parlamento precisa tomar posição e decidir.

Nesse sentido, surpreende-me como está sendo fácil, Deputado Afonso, defender o não aumento do salário mínimo, com o argumento do Relator, que propôs, num projeto de lei, a correção pela inflação, mais 6%. Agora, a correção será pela inflação, mais 1,4%. No mérito, se opõe.

Austeridade fiscal para os pobres. Para o setor financeiro, tudo. Metade do orçamento deste ano vai para o setor financeiro! A Emenda Constitucional nº 95 congela os gastos primários e discricionários e libera recursos para o setor financeiro, e os Deputados estão preocupados com a austeridade fiscal no que diz respeito aos mais pobres deste País, aos trabalhadores deste País. Para os pobres, não há recursos; para o salário mínimo não há recursos; já para os banqueiros, fazem a festa e tomam vinho francês.

Este Parlamento dirá que haverá um piso mínimo emergencial para a saúde; um piso mínimo emergencial para a educação; um piso mínimo emergencial para a assistência social, para fortalecer o SUAS; e, na área nutricional, um piso mínimo emergencial para enfrentar a fome? Ou vamos apenas fazer discursos, dizendo que estamos preocupados com a pandemia e com o pós-pandemia?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cada vez mais, vamos percebendo de que lado o Parlamento está: se do lado da elite, daqueles que vão concentrando renda, dinheiro — 40 brasileiros ficaram 190 bilhões mais ricos em época de pandemia —, ou do lado dos pobres e dos trabalhadores.

Eu começo a ver os pobres de Tocantins. O Senador diz que existe lá um projeto que determina o aumento do salário mínimo no Estado em 6%, mas, estando ele na relatoria do Orçamento, não corrige o valor do salário mínimo nem pela inflação, mais a variação do PIB.

É isso, Sra. Presidente. Espero que os Parlamentares criem o piso emergencial, para depois discutirem o valor do Orçamento.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Pedro.

Consulto o Relator, Senador Irajá, se acolhe o Destaque nº 28710011, do Deputado Enio Verri.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator. Sem revisão do orador.) - Presidente Deputada Soraya Santos, com relação à emenda apresentada, de final 55, do Partido dos Trabalhadores...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Não, não. Trata-se da emenda de final 11.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) - A emenda de final 11, que trata da extensão do auxílio emergencial,



não é isso?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Não. A emenda de final 55 trata do auxílio emergencial.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) - Ah! É a emenda que trata do piso emergencial.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Isso.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) - Da mesma forma como nós tivemos uma orientação pela rejeição do destaque, eu queria proceder com a mesma orientação, tendo em vista não o aspecto meritório, mas porque, infelizmente, dentro da LDO... Isso não é objeto desta discussão e, sim, da LOA, que é o orçamento no qual há a previsão desses gastos.

Portanto, a minha recomendação é pela rejeição do destaque apresentado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Orientação de bancadas.

Como orienta o PT, Deputado Bohn Gass?

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente Soraya, esta é a nossa emenda. Portanto, nós somos a favor.

Como o Deputado Pedro Uczai disse, quando é para os ricos, quando é para banqueiro, quando são isenções, quando são altos salários, são ilimitados. Então, não há limite. Agora, quando é para deixar uma criança na escola, quando é para atender uma pessoa no SUS, no hospital, quando é para atender uma pessoa de idade, um idoso, um assistente especial ou algum portador de deficiência, aí há limite, não se pode gastar. Dá para perceber essa hipocrisia? Quando é para os ricos, é ilimitado, quando é para os pobres, para o povo, há limite. Não dá para aceitar.

Nós precisamos colocar na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Senão depois, na LOA, vão dizer que não está na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então, aprova-se agora para poder colocar na LOA.

Somos a favor e queremos a aprovação deste destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Bohn Gass.

Mais uma vez lembro ao Plenário que quem quer manter o texto do Relator vota "não" e quem quer aprovar a emenda proposta, tão bem defendida pelo Deputado Pedro Uczai, vota "sim".

Como orienta o Bloco PSL/PTB/PROS?

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (Bloco/PSL - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Bloco PSL/PTB/PROS, de maneira absolutamente serena, compreende que a emenda deve ser rejeitada. Aqui nós apresentamos dois argumentos segundo os quais esta emenda deve ser rejeitada.

O primeiro argumento, de aspecto formal, é o de que esta matéria extrapola os limites constitucionalmente estabelecidos para a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Isso é muito claro. Então, o aspecto formal, constitucional, estaria sendo extrapolado se esta emenda fosse acatada.

O segundo aspecto é de ordem material. Na justificativa apresentada na emenda não há a menor menção ao impacto orçamentário e à fonte da qual esse recurso seria retirado para cobrir essas despesas, o que, obviamente, ultrapassa, extrapola a emenda constitucional do teto de gastos.

Por esse motivo, o Bloco PSL/PTB/PROS orienta "não" à emenda, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado.

Como orienta, Deputado Claudio Cajado, o Governo e o Bloco do PL/PP/PSD/Solidariedade/Avante?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, mais uma vez, nós temos que reconhecer o mérito, a boa intenção do autor da emenda. Porém, fica claro que nós temos uma determinação, uma orientação, uma regra constitucional que impede o "fura-teto", ou seja, temos o limite de teto de gastos. Esta emenda, ainda que seja meritória, impactaria, e teríamos que suprimir o teto de gastos, coisa que o Governo não fará. Por isso, ainda que tenhamos a convicção de que esta emenda é justa socialmente, não temos a possibilidade, neste momento, de fazê-lo,



principalmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Porém, nós nos comprometemos, na votação e discussão da Lei Orçamentária Anual, de verificar a possibilidade, com o acréscimo de receita para essa despesa — repito —, pela justiça das suas intenções.

O Governo e a base orientam o voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o MDB?

O SR. RENATO QUEIROZ (MDB - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, o MDB orienta "não".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o Republicanos, Deputada Rosângela Gomes?

A SRA. ROSANGELA GOMES (REPUBLICANOS - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Presidente Soraya Santos, demais Deputados e Deputadas, é lamentável, mais uma vez eu gostaria de registrar aqui, a não instalação da Comissão de Orçamento.

Eu já fiz parte, em outro momento, da Comissão de Orçamento, sei da importância desse debate proativo em todos os setores da nossa sociedade, mas eu gostaria que a Mesa, para ratificar o pedido dos demais Parlamentares, pedisse ao nosso querido Presidente Davi Alcolumbre que instalasse a Comissão Mista de Orçamento.

Temas tão importantes como estes, da alimentação, da educação, da assistência social, com tantas *nuances*, como as dos CRAS, dos CREAS, da população de rua, da saúde, nós tratamos durante o período da pandemia com muita responsabilidade e continuaremos a tratar, porém, na Lei Orçamentária.

O Republicanos vai encaminhar o voto "não" ao destaque e se manter com relação ao relatório do Senador Irajá Abreu.

Voto "não" e "sim" ao relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o PSB, Deputado Ted Conti?

O SR. TED CONTI (PSB - ES. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PSB, Sra. Presidente, apoia a emenda do PT e orienta "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Afonso Motta, como orienta o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Em primeiro lugar, quero justificar, na última votação, a participação do Deputado Mauro Benevides, que votou com a bancada.

Nós estamos falando aqui da incompreensão de um princípio universal, o da precarização. Cada vez mais aqueles que têm uma visão de mundo diferente da nossa — e é bom este debate — querem precarizar as relações sociais.

Em segundo lugar, é preciso compreender que a relação social é protetiva. Esse é um conceito também universal. As partes não são iguais, os interesses não são iguais. Aqueles que têm mais, aqueles que podem mais, devem contribuir com a responsabilidade social de proteger os mais fracos, os menos favorecidos.

Por isso, nós da bancada do PDT, trabalhistas, votamos a favor do destaque.

É muito importante e muito agradável este debate, em que as opiniões são divergentes. Fica claro quem são aqueles que contrariam os princípios universais da relação social.

Muito obrigado.

O PDT vota "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Afonso Motta. Como orienta, Deputado Luis Miranda, o DEM? (*Pausa.*)



Como orienta o Podemos, Deputado Léo Moraes? *(Pausa.)*

Deputado Glauber Braga, como orienta o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O destaque é bom, é positivo. Inclusive, na Coalização Direitos Valem Mais, o PSOL também teve a oportunidade de apresentá-lo. Então, evidentemente, nós vamos votar favoravelmente ao destaque do Partido dos Trabalhadores.

Eu quero lamentar que Deputados da base fundamentalista, ligados a Edir Macedo e ligados também a Malafaia, estejam aqui votando contra as famílias. Porque, quando você valoriza a saúde pública, quando você valoriza a educação pública e quando você valoriza a assistência social, que são exatamente essas medidas que estão sendo propostas, você está ajudando as famílias brasileiras, ajudando milhões de famílias brasileiras que estão passando por muitas necessidades. É lamentável que esses Parlamentares da bancada fundamentalista estejam votando contra as famílias brasileiras.

Eu quero justificar, Presidenta, que, na última votação, a Deputada Áurea Carolina, a Deputada Fernanda Melchionna, o Deputado Marcelo Freixo e o Deputado Edmilson Rodrigues votaram segundo a orientação do PSOL.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Glauber.

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Deputado Márcio Jerry, como vota o PCdoB?

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PCdoB vota “sim”, vota favorável ao destaque apresentado e chama a atenção do povo brasileiro para esta recorrência. Estamos tratando aqui de piso, de mínimo, para setores essenciais — saúde, educação, segurança alimentar, assistência social. É o mínimo para setores fundamentais, que, na sociedade, são o máximo. E há muito boa vontade em outros momentos para se dar o máximo para aqueles que já têm tudo. Por exemplo, sempre privilegiam essa banqueirada irresponsável do nosso País. Um debate sempre muito importante é plasmado por uma hipocrisia gigante. Defendem os menos favorecidos, mas não têm coerência com isso quando é possível fazê-lo, para aprovarmos leis como esta que neste momento estamos aqui a debater, a apreciar, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. É importante percebermos essa dimensão prática lá na ponta, de que aprovamos leis que ajudam a imensa maioria do povo ou não. Neste caso, aprovar esta emenda do Partido dos Trabalhadores significa proteger os que mais precisam das ações, das políticas públicas no nosso País.

“Sim”, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o Cidadania, Deputado Arnaldo Jardim?

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Nosso voto e contrário à emenda, Sra. Presidente.

O Cidadania vota “não”.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o NOVO, Deputado Paulo Ganime?

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o NOVO orienta “não”.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o Patriota? *(Pausa.)*
Como orienta o PV, Deputado Enrico Misasi?

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PV orienta “não”.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputada Joenia, como orienta a



REDE?

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - A REDE vota "sim" à emenda do PT, a emenda (*falha na transmissão*) saúde e educação. Justamente durante esta pandemia é que não deve haver redução. É muito importante esta emenda que o PT faz. Deve ser considerado por todos os Parlamentares o voto "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputada Joenia. Está aberto o processo de votação nominal.

(Procede-se à votação.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra o Deputado Delegado Pablo. *(Pausa.)*

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) - Sra. Presidente, peço 1 minuto para fazer a orientação. A nossa bancada não foi orientada. Mesmo que V.Exa. tenha mandado colocar o voto "sim" no painel, eu não tive a oportunidade de fazer a orientação.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Pedro Uczai, eu até concedo a palavra a V.Exa., mas o Deputado Bohn Gass orientou. Mesmo assim, vou pedir ao Deputado Pablo que aguarde 1 minuto e vou conceder a palavra a V.Exa., Deputado Pedro.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Temos profundo respeito pelos argumentos utilizados aqui, mas não estamos discutindo o teto, estamos discutindo o mínimo, um ponto de partida da cidadania brasileira para quatro áreas centrais: saúde, educação, assistência social e a questão da fome ou da nutrição. Portanto, para dispensar à cidadania brasileira, tu partes do mínimo e depois tu dizes o que vai contingenciar, se é para atender o teto.

A nossa bancada tem a posição clara de que precisamos revogar o teto dos gastos, que congelou por 20 anos áreas centrais da cidadania brasileira e deixou liberada para pagar a banqueiro metade do orçamento que se arrecada dos tributos deste País.

Por isso, a bancada do Partido dos Trabalhadores vota "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada.

Concedo a palavra ao Deputado Delegado Pablo, pelo PSL.

O SR. DELEGADO PABLO (Bloco/PSL - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado pela concessão da palavra.

Ocupo esta tribuna hoje para agradecer pela tramitação, para agradecer ao Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Apresentei uma emenda, que foi aprovada na legislação já votada por este Plenário, para inclusão de orçamento para a construção de um hospital pediátrico na cidade de Itacoatiara. Recebi o Prefeito Mário Abrahim aqui, neste plenário, e ele explicou a necessidade de atingirmos a saúde das crianças numa cidade-polo como Itacoatiara, no Estado do Amazonas. Coloquei essa emenda. Esse recurso, se Deus quiser, vai ser aprovado na Lei Orçamentária, para que possamos atender com saúde jovens e crianças da cidade de Itacoatiara, onde se pretende, com esse hospital, oferecer atenção especializada, com médicos especializados, seja na cidade de Itacoatiara, seja nas cidades vizinhas, como Urucurituba e Itapiranga, Municípios que dependem do hospital de Itacoatiara e agora vão poder ter essa atenção especializada para a infância.

É uma vitória para o Estado do Amazonas. É uma ação inédita, Presidente, esse investimento, para a infância e a juventude, na área de saúde.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidenta, questão de ordem.



A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Peço, por favor, que corrijam o painel. O PSDB encaminhou o voto "não", e está constando do painel o voto "sim".

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputada Soraya Santos.

Nós somos a favor da ideia, mas, infelizmente, entendemos que ela não poderá ser atendida. Portanto, o PSDB vota "não".

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Glauber Braga, V.Exa. está falando comigo?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Sim, Presidenta. Questão de ordem, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Pois não, Deputado Glauber.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Na sessão de ontem, Presidenta, esta mesma questão de ordem foi feita pela Líder do PCdoB, e foi respondido pelo Presidente que então estava conduzindo a sessão que as providências iam ser tomadas, só que o Parlamentar que acabou de utilizar a tribuna fez uso da palavra sem a utilização de máscara. Já existe uma regulamentação, adotada pela Mesa da Câmara dos Deputados, que a torna obrigatória no plenário da Casa, até porque essa é uma forma de exemplo para o conjunto da população brasileira e, ao mesmo tempo, de proteção às Parlamentares e aos Parlamentares que estão nesse recinto.

Que haja a obrigatoriedade da utilização de máscara no plenário. Ontem a Deputada Perpétua Almeida fez a mesma questão de ordem.

Eu peço a V.Exa., Presidenta, que tome as medidas administrativas que cabem à Mesa, para que os Parlamentares, inclusive o Parlamentar que fez uso da tribuna por último, utilizem a máscara. Se não houver o respeito por parte de algum Parlamentar a essa que é uma regra já adotada pela Câmara, que sofra as consequências de não dar cumprimento àquilo que foi aprovado pelos Parlamentares.

Falo isso com todo o respeito, mas com toda a firmeza necessária, porque não é natural que Parlamentares fiquem utilizando uma estratégia de natureza ideológica para colocar outras pessoas em risco, com uma posição que seja negacionista, como a do Presidente da República, ontem, quando disse que não vai usar, que não vai tomar vacina de jeito nenhum. O resultado disso é que uma parcela da população brasileira, 20%, já está repetindo, dizendo que não vai tomar as vacinas, exatamente a partir das orientações adotadas pelo Presidente da República, que fica o tempo inteiro boicotando o que seja um plano de vacinação.

Na Câmara dos Deputados, eu espero que imediatamente tomemos as medidas para que o Parlamentar que esteja no plenário faça a utilização da máscara, de acordo com o que já foi votado e deliberado por este próprio Parlamento.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Registrado. Obrigada, Deputado Glauber.

Vou encerrar a votação.

Deputado Paulo Ganime, posso conceder-lhe o tempo da Liderança na próxima votação? Pode ser? *(Pausa.)*

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidenta, desculpe-me. Eu fiz uma questão de ordem. É importante a manifestação da Mesa sobre a questão de ordem formulada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Eu respondi, Deputado Glauber, que acolhemos a questão de ordem. Assim que observarmos alguém sem máscara, vamos pedir que a coloque.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Muito obrigado.



A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - De nada, Deputado Glauber. Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Vou proclamar o resultado: SIM, 137 votos; NÃO, 265 votos. **(Lista de votação - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

Mantido o texto.

Passemos à votação do Destaque à Emenda nº 28710055, de autoria do Líder da bancada do PT, o Deputado Enio Verri, nos termos da Resolução nº 1, de 2006. **(Requerimento nº 86/2020-CN - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - O voto é "sim", Deputada Soraya, que está presidindo os trabalhos.

No ano que vem — atenção, Brasil! atenção, Deputados! —, não haverá mais auxílio emergencial. A pergunta é clara: o auxílio emergencial, que o Governo Bolsonaro queria que fosse de apenas 200 reais, que nós votamos para que fosse de 600 reais, que o Bolsonaro agora reduziu pela metade, foi ou não foi importante para o povo brasileiro? Foi ou não foi importante para a mãe, para a dona de casa, para o pai poder fazer o rancho e colocar comida na mesa da família? Foi ou não foi importante para as pessoas, neste período de pandemia, quando estavam desempregadas, terem esse recurso para pagar a conta de água e a conta de luz, que têm aumentado, ou para comprar o gás, cujo preço no Governo Bolsonaro tem aumentado tanto? Foi importante para os pais, para poderem comprar uma roupa nova para a criança que há tempos não tinha roupa nova, ou para pagar o aluguel ou até para comprar um remédio ou fazer outro pagamento? Todos vão dizer: *"Sim, foi muito importante"*. Pois bem. Termina agora o auxílio emergencial. A pandemia não terminou. Então, no ano que vem, a economia, que se restabeleceu um pouco nesse período em função do auxílio emergencial, não terá esse suporte. As pessoas vão precisar, no desemprego, de um complemento, de uma renda na família.

A emenda que estamos destacando é muito clara: precisa haver a continuidade do programa pelos próximos 12 meses. Em 2021, em janeiro, que está à nossa porta, daqui a 15 dias, não haverá mais auxílio emergencial. O nosso destaque é no sentido de que, nos próximos 12 meses, no ano de 2021, haja auxílio emergencial, de que neste tempo nós tenhamos condições de debater outro programa, o da renda mínima, básica, permanente para a população brasileira que necessita. O projeto do PT é muito mais do que de uma renda emergencial, é um projeto de renda básica, um projeto que precisamos debater, para incorporar nos orçamentos, nos recursos e nas políticas públicas.

Mas neste momento urge votarmos este projeto sobre a continuidade por mais 1 ano do Renda Emergencial. Atenção: não haverá mais renda emergencial. Então, precisamos aprovar este destaque, sob pena de serem causados grandes prejuízos para a economia e para a população. Senão o Brasil vai definitivamente para o *Mapa da Fome*, do qual o nosso Governo havia tirado o País. Eu peço a aprovação deste destaque porque, no ano que vem, não haverá, repito, a renda emergencial.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Bohn Gass.

Consulto o Relator, o Senador Irajá Abreu, sobre como se posiciona em relação ao destaque à Emenda nº 28710055, de autoria do Deputado Enio Verri.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputada Soraya, colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, do ponto de vista pessoal, eu tenho a convicção de que será necessário encontrarmos alguma solução agora, a partir de janeiro, para assistirmos àquelas pessoas que estão desempregadas, que estão desamparadas neste período trágico da nossa história, da



pandemia. Já fiz algumas manifestações na imprensa no sentido de que seria favorável a uma composição entre o Governo Federal e o Parlamento, para encontrarmos uma solução que seja compatível com a nossa realidade, com o Orçamento, para que, de forma gradual, aos poucos, nós possamos reduzir esses auxílios emergenciais.

Nós temos que lembrar que, nos 5 primeiros meses do auxílio, foram destinados 45 bilhões de reais por mês para assistir a quase 70 milhões de brasileiros. Depois, nos últimos meses, quando o auxílio foi reduzido de 600 reais para 300 reais, esse impacto foi de 25 bilhões de reais. Reduziu-se de 45 bilhões para 25 bilhões de reais mensais o impacto nos cofres da União.

Se compararmos com o Bolsa Família, com o orçamento do Bolsa Família, que atende a 14 milhões de famílias brasileiras, veremos que o impacto anual no Orçamento da União é de 36 bilhões — ou seja, durante todos os 12 meses do ano —, enquanto existia uma assistência de 25 bilhões por mês durante o auxílio emergencial. Agora, se nós somarmos o que existe no Cadastro Único, que são 29 milhões de famílias, com 14 milhões de famílias assistidas pelo Bolsa Família, estamos falando de 43 milhões de famílias que são, de alguma forma, amparadas pelo Governo, através de ações assistenciais. Mas temos hoje no guarda-chuva da União quase 70 milhões de brasileiros. Então, o que vamos fazer com os quase 25 milhões de brasileiros que, da noite para o dia, deixarão de receber algum tipo de apoio, algum tipo de auxílio do Governo Federal? Como nós vamos ignorar essa realidade? Essa é a preocupação que eu queria externar. Portanto, diante do destaque apresentado, eu gostaria, por coerência, de também recomendar a rejeição dele, porque nós não temos como assistir o objeto dentro da LDO, uma vez que se trata de uma discussão na LOA, que será discutida e aprovada no ano que vem.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Senador Irajá.

Quem votar "sim" na orientação de bancada votará a favor da aprovação da emenda; quem votar "não" votará com o texto do Relator.

Deputado Pedro Uczai, como orienta o PT?

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O Partido dos Trabalhadores vota "sim".

O Deputado Bohn Gass foi muito feliz há pouco. A partir de janeiro não haverá mais auxílio emergencial para 70 milhões de brasileiros, como confessado pelo Relator! O que vamos fazer com 25 milhões de brasileiros que não vão ter nenhum tipo de auxílio emergencial ou social das políticas públicas, com o desemprego aumentando no País?

É muito surpreendente que o discurso da opção política vai tomando conta do plenário. É o Governo Bolsonaro do lado dos ricos, dos banqueiros, da concentração de renda, da concentração do poder. Aos poucos, não tem salário mínimo, mas é meritório; não tem piso, mas é meritório; no auxílio emergencial, vamos excluir 25 milhões de brasileiros; é pelo ajuste fiscal, porque os banqueiros precisam ter estabilidade monetária e fiscal no País.

Por isso, a bancada vota "sim", com muita dignidade.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado.

Como orienta o Bloco PSL/PTB/PROS?

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (Bloco/PSL - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de maneira extremamente responsável com o orçamento público, pelos mesmos motivos apregoados anteriormente, o Bloco PSL/PTB/PROS é contra a emenda apresentada. Primeiro aspecto, porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias é lei em sentido formal, e a matéria apresentada, portanto, violaria essa norma formal. Segundo aspecto, porque não há qualquer previsão orçamentária neste momento na LDO para que essa matéria seja acatada. Então, por



esse motivo, esse assunto deve ser discutido em lei ordinária, por meio de uma nova lei a ser apresentada no Orçamento ou na Lei Orçamentária Anual.

O PSL/PTB/PROS, Sra. Presidente, vota, portanto, pela rejeição da emenda.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado.

Deputado Vicentinho Júnior, como orienta o Bloco PL/PP/PSD/Solidariedade/Avante?

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PL - TO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente Soraya, antes da orientação de bancada, devo dizer que em todas as oportunidades que me forem possíveis virei a este microfone da Casa pedir à Mesa, à Presidência do Presidente Rodrigo Maia, que pautar a PEC 397/17. É a tão sonhada PEC dos pioneiros do meu Estado do Tocantins.

Nós já estamos finalizando o ano. Há homens e mulheres, no meu Estado, que estão sonhando com isso. Alguns, em função da própria COVID, perderam a vida nesse período tão complicado e não poderão ver essa PEC ser aprovada na Câmara dos Deputados.

Então, eu pediria a V.Exa., a nossa Presidente, sempre carinhosa, que reforce esse pedido, para que nós possamos dar esse presente de final de ano a esses homens e mulheres que ajudaram a construir o meu Estado, o Tocantins.

O Bloco do PL orienta "não" nesta votação, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Vicentinho Júnior.

Como orienta o MDB?

O SR. RENATO QUEIROZ (MDB - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O MDB orienta "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputada Rosângela Gomes, como orienta o Republicanos?

A SRA. ROSANGELA GOMES (REPUBLICANOS - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, o Republicanos entende que o auxílio emergencial é extremamente importante para o nosso povo, mas nós não podemos deixar de ter responsabilidade com a coisa pública.

Nós fizemos todos os esforços concentrados nesta Casa durante o período de pandemia, votamos o auxílio, demos ao Governo, ao Poder Executivo, a prerrogativa de tocar o auxílio sem pedir autorização ao Plenário. Mas, embora seja meritória, essa matéria deve ser tratada na Comissão Mista de Orçamento, e não na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Portanto, nós iremos ficar com o Relator, votando "sim" ao texto do Relator e "não" ao destaque do Líder Enio Verri. É essa a nossa colocação, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Republicanos, "não".

Como orienta o PSDB?

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Deputada Soraya, o PSDB encaminha "não" à matéria, porque também entende que ela deve ser discutida na Comissão Mista de Orçamento.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Ted Conti, como orienta o PSB?

O SR. TED CONTI (PSB - ES. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PSB orienta "sim", por entender que nós estamos num momento gravíssimo. Nós temos no País mais de 14 milhões de pessoas desempregadas. Então, esse auxílio emergencial vai ser de extrema importância, principalmente nos Municípios pequenos, onde a arrecadação de impostos é menor. Nós precisamos movimentar o pequeno comércio.



Nós entendemos que é necessário votar a favor dessa emenda, e votamos "sim", até porque nós ainda estamos no meio de uma pandemia. O que a pandemia traz realmente é um impacto muito forte na economia de todo o mundo, e não só na do Brasil.

Portanto, o PSB orienta "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Afonso Motta, como orienta o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PDT orienta "sim", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o DEM? *(Pausa.)*

Como orienta o Podemos? *(Pausa.)*

Deputado Glauber Braga, como orienta o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSOL, com certeza, orienta "sim".

É importante que, neste momento, os brasileiros e as brasileiras que estejam conseguindo assistir a esta sessão gravem bem quem são aqueles Parlamentares que vão votar "não", porque estão dizendo que não querem a continuidade do auxílio emergencial para o ano de 2021.

Nós da bancada do PSOL queremos a aprovação do auxílio emergencial, mas não no jogo da direita liberal, que quer fazer um programa de renda mínima — às vezes defende isso —, mas, ao mesmo tempo, quer desmontar as garantias sociais do Estado, para que a pessoa tenha que pagar por saúde, por educação. Não! Nós defendemos o fortalecimento das garantias sociais e das políticas públicas que garantam direitos para as famílias. Além disso, defendemos que também o auxílio emergencial siga sendo pago no ano de 2021. Por esse motivo, o voto do PSOL é "sim."

Presidenta, uma notícia que acaba de chegar e que eu acho importante a Câmara inteira saber: o Ministério da Economia encaminhou para o Relator do PLN 9 uma solicitação de corte de mais de 500 milhões de reais no Bolsa Família. Esse é mais um absurdo que não pode ser aceito por nós. Que nos preparemos também para rejeitar essa solicitação do Ministério da Economia, se ela vier a ser incorporada pelo Relator no PLN 9.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Glauber.

Como orienta o PSC? *(Pausa.)*

Deputado Márcio Jerry, como orienta o PCdoB?

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidenta, o PCdoB orienta "sim" obviamente.

Este é mais um daqueles temas caros ao País. Nesta Casa, lá atrás, nós debatemos o auxílio emergencial quando o Governo era contra. Depois, o Governo convenceu-se, mas só queria conceder um auxílio de 200 reais. Debatemos, debatemos, e conquistamos 600 reais. Depois, queria parar. Nós asseguramos a manutenção, mas o Governo baixou o valor para 300 reais.

Agora, nós temos previsões sombrias para o futuro. A pandemia continua, afetando o desemprego fortemente no País. Enfim, o cenário é ruim no presente e as previsões são muito ruins para o futuro.

Ora, uma ação óbvia, necessária, preventiva para o País é exatamente a manutenção, entre outros benefícios, do auxílio emergencial. Isso é fundamental! É importante que ele tenha guarida na LDO para que nós possamos assegurá-lo na Lei Orçamentária.

Portanto, nós votamos "sim".

Aproveito para justificar que na última votação a Deputada Jandira Feghali não conseguiu concluir o voto, mas votou com a bancada. É o registro que faço à Mesa.



A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Registrado, Deputado.

Como orienta o Cidadania, Deputado Arnaldo Jardim?

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente Soraya, nós somos a favor de uma renda básica, universal. Somos ainda a favor de critérios que evitem fraudes como ocorreram com o auxílio emergencial. Somos a favor também de previsibilidade de fontes bem delineadas de recursos para isso. Não é aumentando uma frase na LDO, dizendo que fica prorrogado por 1 ano, que se garantirá efetivamente essa renda aos brasileiros.

Nós, neste instante, votamos “não”, mas não aceitamos aquilo que foi dito, que isso significa ser contra a renda básica. Fomos a favor neste ano do auxílio emergencial. Seremos a favor desse debate. Vamos defendê-la, mas que haja fundamentação, que signifique recursos disponíveis, que signifique critérios fixados, para que realmente seja algo que faça a diferença na vida das pessoas. O “não” agora é para que venha depois um projeto de renda básica bem fundamentado, alicerçado, atendendo a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Arnaldo.

Como vota o NOVO, Deputado Paulo Ganime?

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O NOVO orienta “não”, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o PV, Deputado Enrico Misasi?

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O Partido Verde, Presidente, também orienta o voto “não”. Seguimos muito na linha de argumentação do Líder Arnaldo Jardim, de que é preciso uma compreensão mais ampla do ponto de vista fiscal, do ponto de vista econômico, para que nós possamos, de fato — todo mundo é a favor —, atender os mais vulneráveis e tirá-los de sua vulnerabilidade extrema. Mas isso precisa ser discutido dentro de um quadro maior, com mais dados e de forma mais sólida.

Então, nós orientamos o voto “não” nesse destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Enrico.

Como orienta o Patriota, Deputado Fred Costa? *(Pausa.)*

Deputada, Joenia Wapichana, como orienta a REDE?

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, a REDE considera de extrema necessidade e urgência que os mais vulneráveis no País tenham acesso ao auxílio emergencial.

Nós não sabemos o dia de amanhã. Até o momento, a população brasileira não foi vacinada, e nós estamos vendo em muitos Estados que os casos estão em alta. Nós precisamos dar essa atenção à população brasileira.

Por essas razões, por termos um quadro incerto no País e por precisarmos apoiar os mais necessitados, a REDE vai orientar “sim” ao destaque do PT, que é de extrema importância para todo o País.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Claudio Cajado, como orienta o Governo?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Governo tem feito a parte dele e, modestamente, muito bem. Prorrogou, inclusive, o auxílio emergencial, que seria de 4 meses, até agora, no mês de dezembro. É um prazo fatal, mas a LDO não é a lei que tratará dessa questão e, sim, a Lei Orçamentária Anual.

Por isso mesmo, nós vamos assumir o compromisso de, no ano que vem, ao discutirmos a Lei Orçamentária Anual, instituímos, como falaram vários Líderes, ou por meio de uma renda específica, como é o caso da Renda Brasil, ou pelo aumento do Bolsa Família, com os recursos que hoje estão sendo



disponibilizados para o Bolsa Família. Se nós conseguirmos os recursos para aumentarmos os valores, o Governo Federal o fará, mas na peça certa, que é a Lei Orçamentária.

Por isso, o Governo orienta o voto "não" e se compromete a fazer essa discussão e, encontrando os recursos, a aumentar esses valores.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Cajado.

Está aberto o processo de votação nominal.

(Procede-se à votação.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Convido o Deputado Paulo Ganime para usar o tempo de Líder. *(Pausa.)*

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Sra. Presidente, só quero registrar que, na votação anterior, o Deputado Ivan Valente votou com a bancada do PSOL.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Registrado.

Enquanto o Deputado Paulo Ganime sobe à tribuna, concedo 1 minuto ao Deputado Zé Neto.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, não há objeção nem jurídica, nem administrativa, nem política. O que há é um Governo totalmente sem rumo. O que salvou o Brasil, sem dúvida, nem do setor empresarial, nem dos setores populares, nem da Oposição, nem do próprio Governo, foi o auxílio emergencial.

Então, a diretriz orçamentária agora é assegurar que esse debate ocorrerá, que ele será levado adiante e que nós vamos ter um rumo, em um Governo que está sem rumo. Não discutir agora e não estabelecer uma diretriz é mais um passo na direção do caos.

Estamos aqui, mais uma vez, o PT e a Oposição, registrando a nossa posição, no sentido de que tenhamos a continuidade do auxílio emergencial. Mais uma vez, estamos a cobrar isso do Governo Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Com a palavra o Deputado Paulo Ganime.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Só quero esclarecer, Presidente, se na tribuna posso ficar sem máscara.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Na verdade, eu vou pedir que venha uma pessoa, a exemplo do que já tem sido feito, para limpar a tribuna.

Neste momento, eu peço a V.Exa. que faça uso da máscara.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Está bem, sem problema. Só queria esclarecer. Eu entendo a demanda feita pelo Deputado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Hoje há mais Deputados presencialmente. O Relator está com o microfone dele. Estamos sem o assessor que faz a higienização. Portanto, é recomendável o uso da máscara, até como exemplo nosso.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado. Era só um esclarecimento, para entender qual era a demanda, porque eu não ouvi tudo.

Sra. Presidente, obrigado pelo tempo. Eu queria falar sobre a votação de hoje da nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias. É importante esta votação, é importante que nós garantamos o Orçamento, para evitar o *shutdown* e que o Governo, o País pare no ano que vem.

Mas eu venho aqui destacar dois pontos importantes. O primeiro é sobre o procedimento para o qual eu já fiz questão de ordem, já falei com V.Exa. e com demais Parlamentares. Não se respeitou o Regimento nem a Constituição pelo fato de não termos seguido o trâmite correto, passando pela Comissão Mista de Orçamento.

Isso dito, que já foi bastante explorado, gostaria de falar sobre o segundo ponto, que também é



muito grave: aquilo que consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias, não a lei em si, porque ela, na verdade, constata um fato muito grave sobre a situação fiscal do País. Chegaremos, no ano que vem, 2021, ao oitavo ano seguido de déficit primário, que começou em 2014, ainda no último ano do primeiro Governo Dilma. Desde então, não conseguimos equilibrar as nossas contas. Estamos com uma previsão de déficit primário para 2021 de 247,1 bilhões de reais, com previsão de novos déficits nos anos subsequentes. Isso faz com que se chegue ao final de uma década seguida de déficit.

Diante disso e também por conta da pandemia, que agravou ainda mais as nossas contas, as finanças públicas brasileiras, nós vamos chegar a uma relação dívida-PIB de 100%, algo muito distante dos nossos pares ou dos países em desenvolvimento.

Presidente, Srs. Deputados e especialmente Governo Federal, Presidente da República, precisamos urgentemente avançar com as reformas estruturantes. Temos tramitando nesta Casa a reforma tributária e a reforma administrativa, fundamentais para o ajuste fiscal, mas nada disso avança. Temos também a pauta de privatização. A da ELETROBRAS já está na Câmara, e há outras que esperamos o envio pelo Governo Federal. É importantíssimo que avancemos nisso, senão o Brasil vai parar, o País vai quebrar. Nós temos responsabilidade perante isso.

Precisamos avançar muito. O Brasil não pode ficar aguardando disputas políticas, tampouco interesses populistas pela permanência no Governo. A nossa LDO também faz com que se deixe clara essa situação. E é uma situação que estamos aceitando pacientemente a cada mês, a cada ano, discutindo temas não tão importantes para o Brasil, mas que atendem pautas específicas e individuais para o eleitorado de cada um.

Presidente, é premente que avancemos nessas reformas. Precisamos ter um protagonismo, o mesmo protagonismo que esta Casa gosta de ter para aprovar auxílios, medidas populares e populistas. Agora temos que ter coragem e a responsabilidade de sermos protagonistas este ano ainda, se possível, mas no mínimo em 2021, para que o Brasil não pare, não quebre, inclusive tirando saúde, segurança e educação da nossa população.

Espero que terminemos de votar hoje a LDO, mas finalizo aqui dizendo que não podemos e não iremos aceitar que votemos a LOA — Lei Orçamentária Anual sem a instalação da Comissão Mista de Orçamento.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Paulo Ganime.

A SRA. ROSANGELA GOMES (REPUBLICANOS - RJ) - Presidente Soraya Santos...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Só um momento, Deputada Rosangela Gomes, pois eu quero fazer um comunicado.

O Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, convoca Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, quarta-feira, dia 16 de dezembro, após a Sessão do Congresso Nacional, com a seguinte Ordem do Dia: Medidas Provisórias nºs 998 e 1.003, de 2020; e Projetos de Lei nºs 1.013 e 3.477, de 2020. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.

Pois não, Deputada Rosangela Gomes.

A SRA. ROSANGELA GOMES (REPUBLICANOS - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente Soraya, obrigada pela atenção, pelo carinho a mim dirigido e aos meus pares.

Eu cometi o erro de não justificar a não votação do Deputado Julio Cesar Ribeiro, do Distrito Federal, no Destaque nº 5. S.Exa. não conseguiu efetuar a votação e me pediu a gentileza de fazê-lo, e eu não consegui justificar, acabei esquecendo.

Gostaria que V.Exa., Presidente, considerasse a justificativa da ausência da votação do Destaque nº 5 do Deputado Julio, do DF.



A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputada. Está registrado. Para fazer uso da palavra, pela Liderança do PSC, convido o Deputado Otoni de Paula. *(Pausa.)*

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) - Eu já posso fazer a orientação?

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ) - Por gentileza.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) - Por gentileza, Presidente, só para reiterar, por favor, o destaque. Qual é o destaque?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Não há. Nós vamos apurar. Aguarde só um momento, Senador Irajá.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Vou proclamar o resultado: SIM, 156 votos; NÃO, 244 votos; abstenção, 1. **(Lista de votação - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

Está rejeitado.

Mantido o texto do Relator.

Concedo a palavra ao Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator. Sem revisão do orador.) - Presidente, obrigado.

Foi identificado um pequeno erro material no inciso XI da Seção I do Anexo III do substitutivo que apresentei. Na verdade, a redação é a mesma, que já consta no dispositivo, apenas suprimindo a partir da palavra "até".

Peço a gentileza de determinar a correção dos autógrafos.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Vou submeter a correção indicada ao Relator de Plenário, que já está aqui, apenas para convalidar o texto final.

Aqueles que são favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Sobre a mesa o parecer que oferece a redação final. **(A íntegra do Parecer nº 36/2020-PLEN-CN encontra-se publicada em Suplemento à presente edição - Vide item 6 do Sumário)**

Em votação a redação final.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final.

A matéria vai ao Senado.

Concedo a palavra ao Deputado Otoni de Paula.

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu tive a honra e a alegria de participar, esta semana, de evento promovido pela Associação dos Supermercadista do Estado do Rio de Janeiro — ASSERJ, que engloba todos os supermercadistas do nosso Estado. A entidade é presidida pelo meu querido amigo Fábio Queiroz. O evento promovido pela ASSERJ, o Retomada do Varejo, contou com a participação de várias entidades do varejo do Estado do Rio de Janeiro.

Srs. Deputados, o varejo do nosso Estado deu um *show* durante esta triste pandemia. Em momento algum, repito, em momento algum, houve desabastecimento do varejo no Estado do Rio de Janeiro. E tudo isso foi fruto de uma parceria entre o varejo e os personagens políticos do nosso Estado. Vai aqui a minha citação do belo trabalho do Governador em exercício, Cláudio Castro, do Presidente da nossa Assembleia Legislativa, André Ceciliano, e do Senador Flávio Bolsonaro. Toda essa máquina, toda essa engrenagem política foi facilitando que toda a burocracia e todos os entraves legais saíssem da frente dos varejistas para que eles pudessem cumprir o seu papel de entrega de produtos e de sustento da nossa



população. Por isso, estou nesta tribuna para parabenizar todos os trabalhadores do setor de varejo do Rio de Janeiro, que, durante a pandemia, assim como os profissionais de saúde, arriscaram as suas vidas, para alimentar a população carioca e fluminense.

Quero chamar a atenção do Governo Federal, do Presidente Bolsonaro, do Ministro Paulo Guedes para saber como setores que não retomaram ainda o seu crescimento, como o de bares e restaurantes e o de eventos, poderão agora já ter a contrapartida que o Governo Federal deu durante esta pandemia. É importante que o Governo Federal olhe para esses setores, que só estão conseguindo retomar o seu crescimento agora. Portanto, é preciso que aquele olhar de primeiro momento, que foi transversal para todos, agora se transforme em um olhar carinhoso para os setores que mais sofreram e que tardiamente votaram a funcionar.

Parabéns ao Estado do Rio de Janeiro e parabéns ao setor varejista do nosso Estado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada, Deputado Otoni.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sra. Presidente, quero apenas informar que o Deputado Bira do Pindaré não conseguiu, por problemas eletrônicos, votar, mas pediu para justificar o voto dele na última votação.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Justificadíssimo, Líder Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2020 (INCRA, Turismo, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e DNOCS). Valor: 48 milhões de reais.

Discussão na Câmara dos Deputados, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº...

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP) - Sra. Presidente, peço a palavra para apresentar uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Pois não, Deputado Vinicius Poit.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, minha questão de ordem se baseia no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Pelo referido artigo, o relatório do PLN 29/20 só pode ser deliberado 2 dias úteis após sua distribuição. Ora, o relatório só foi disponibilizado hoje, durante a presente sessão, com a inserção de diversas novas programações orçamentárias. Causa-nos um pouco de estranheza — com todo o respeito digo isso — que o relatório esteja no sistema com data de apresentação de 10 de dezembro, mas esteja datado como se tivesse sido elaborado no dia de hoje.

Constam ainda no relatório acontecimentos do dia 14 de dezembro, como o envio do ofício do Poder Executivo, o que seria impossível, caso o documento fosse realmente do dia 10 de dezembro.

Além do prazo que não foi respeitado, Sra. Presidente, o Relator não poderia ter incluído programação nova em seu relatório, de acordo com o que preceitua o parágrafo único do art. 144 da Resolução nº 1, de 2006.

Em virtude da extensa lista de irregularidades no relatório apresentado ao PLN 29/20, estamos solicitando que o PLN 29/20 seja retirado da Ordem do Dia, para correção desses equívocos apontados e, logicamente, quando corrigidos, seja submetido ao Plenário novamente.

Essa é a questão de ordem que submeto a V.Exa., Sra. Presidente, com todo o respeito, e há a questão da suplementação de programações orçamentárias que nem estavam no texto, de Ministérios que não estavam no texto. Não temos como fazer, portanto, a suplementação.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Vinicius...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, peço a palavra para contraditar.



A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Pois não, Deputado Cajado.

Já vou dar a resposta.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na verdade, Sra. Presidente, nós estamos aqui fazendo um esforço para votar matérias de interesse do País. Essas suplementações que foram aditadas ao PLN 29 dizem respeito a reforço de dotações, principalmente para pagamentos a organismos internacionais em relação aos quais o Brasil está em dívida. Isso significa que a imagem do Governo brasileiro e do nosso País como um todo está extremamente prejudicada, e nós queremos fazer com que, na virada do ano, essas questões sejam equacionadas.

Também existem questões a serem resolvidas pelo INCRA quanto ao aspecto fundiário, existem questões sobre manutenção de estradas federais. Pagamentos relativos à conservação de várias BRs precisam ser feitos. Então, se formos ver as especificações que foram expostas pela mensagem do aditamento, verificaremos que são meritórias, podem ser entendidas pelos Parlamentares.

V.Exa. poderia, então, suspender a sessão congressional por 10 minutos, para explicarmos ao nobre colega as razões que o Relator, que aqui está presente, o Deputado Domingos Neto, apresentará no relatório. Acredito que conseguiremos superar essa dificuldade.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra o Deputado Afonso Motta.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT também é a favor da retirada do projeto da pauta. Além das razões formais colocadas pelo eminente colega do NOVO, nós temos uma porção de questionamentos. Entendemos, portanto, que não é adequado o exame desta matéria nesta sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Esta Presidente vai tomar a decisão.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Pois não, Deputado.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, enquanto há essa dúvida e essa busca de entendimento, peço a anuência de V.Exa. e do Plenário para que votemos o PLN 41, que já estava publicado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Cacá, até em respeito...

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Em nome do Cidadania, Presidente Soraya, quero me manifestar também.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Só um momento, Deputado Arnaldo. A Presidência vai deliberar sobre a arguição do Partido Novo.

De fato, o Regimento é claro quanto ao encaminhamento do Partido Novo. O que esta Presidência pode fazer é inverter a ordem, para saber se há concordância dos partidos. Em não havendo, eu retiro de ofício o PLN 29, porque o Regimento é muito claro em relação ao tempo. Também poderemos fazer o esforço, Deputado Cacá, de votar o PLN seguinte.

Esta Presidência decide, portanto, inverter a chamada do PLN e também ratificar a posição do NOVO — o Regimento é claro, não permite interpretação diferente —, dando oportunidade para que haja acordo entre todos os partidos. Se não houver, eu já decido antecipadamente pela retirada do PLN 29.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Pois não, Deputado Kim KataguiRI.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não há acordo por parte do Democratas, que é o responsável pela autoria do requerimento de retirada de pauta do PLN 29. Concordamos com a inversão, para se votar o outro PLN da pauta, mas, quanto ao PLN 29, o Democratas insiste no requerimento de retirada desse projeto da pauta.



A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Deputado Kim, a Presidência já decidiu. Se não há acordo, nós vamos fazer a retirada. Mas estou levando em consideração também o pedido do Deputado Cajado. Nada impede que invertamos a pauta, para que haja a oportunidade de discutir a matéria. É soberana a decisão dos Líderes — isso também é regimental —, caso se mude o entendimento.

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 41, de 2020 (Projetos Norte e Nordeste Conectados, DNIT, FNAC, órgãos da Justiça e Segurança Pública e outros). Valor: 93 milhões de reais.

Discussão na Câmara dos Deputados, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 41, de 2020, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 93.020.997,00, para os fins que especifica.

Ao projeto foi apresentada uma emenda.

Designo o Deputado Cacá Leão como Relator de Plenário, em conformidade com o Ato Conjunto nº 2, de 2020, para que dê parecer sobre o projeto, em substituição à CMO, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Tem a palavra o Deputado Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Presidente Soraya, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, profiro parecer, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 41, de 2020, do Congresso Nacional, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos de Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 93.020.997,00, para os fins que especifica.

Peço licença aos pares para ir direto ao voto do Relator.

”Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo se encontra articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, uma vez que objetiva exclusivamente reforçar categoria de programação na Lei Orçamentária Anual — LOA 2020.

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO 2020 e do Plano Plurianual — PPA 2020-2023 e à sua conformidade com a LOA 2020.

Em 7 de dezembro de 2020, o Ministro da Economia encaminhou o Ofício SEI nº 580/2020/ME, solicitando as seguintes alterações no PLN:

I - no Ministério da Economia:

a) no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, inclusão de programação no Anexo I (aplicação) destinada à ação '219L - Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais', localizador '0001 - Nacional', no valor de R\$106.047.446,00 (cento e seis milhões, quarenta e sete mil e quatrocentos e quarenta e seis reais). Essa inclusão correrá à conta de excesso de arrecadação da fonte 175 - Taxas por Serviços Públicos; b) no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador, inclusão de programação no novo Anexo III (cancelamento) destinada à ação '0581 - Abono Salarial', localizador '0001 - Nacional', no valor de R\$ 106.047.446,00 (cento e seis milhões, quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e seis reais). Essa inclusão é necessária como compensação, a fim de que o crédito adicional fique compatível com os limites individualizados para despesas primárias, definidos pelo art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo em vista a inclusão de programação do item 'a' acima, com a utilização de excesso de arrecadação.

II - no Ministério da Infraestrutura, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT:

a) inclusão de programação no Anexo I (aplicação) - ação '212A - Dragagem de Adequação da



Navegabilidade em Portos', localizador '0020 - Na Região Nordeste', no valor de R\$ 4.198.226,00 (quatro milhões, cento e noventa e oito mil, duzentos e vinte e seis reais); e

b) inclusão de programação no Anexo II (cancelamento) - ação '127G - Construção de Terminais Fluviais', localizador '0001 - Nacional', no valor de R\$ 4.198.226,00 (quatro milhões, cento e noventa e oito mil, duzentos e vinte e seis reais).

III - nas Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios:

a) no âmbito dos Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, na ação orçamentária '00SE - Transferência Temporária a Estados, Distrito Federal e Municípios, nos Termos do Acordo nos Autos da ADO nº 25', no montante de 4 bilhões de reais, tendo em vista que o PLP 133/20 foi aprovado pelo Plenário do Senado, em 18 de novembro de 2020, podendo ser sancionado ainda em 2020. Com cancelamentos compensatórios no Ministério da Economia e nos Encargos Financeiros da União.

Em 14 de dezembro de 2020, o Ministro da Economia encaminhou o Ofício SEI nº 590/2020/ME, solicitando as seguintes alterações no PLN:

a) inclusão de programação no Anexo I (aplicação) - ação '7L92 - Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá - na BR-153/TO', localizador '0548 - No Município de Xambioá - TO', no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e

b) inclusão de programação no Anexo II (cancelamento) - ação '219Z - Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União', localizador '0010 - Na Região Norte', no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN 41/20-CN, na forma do substitutivo em anexo, que incorpora os ofícios encaminhados pelo Ministério da Economia, e pela rejeição da emenda apresentada.

Plenário do Congresso Nacional, em 15 de dezembro de 2020.

Deputado Cacá Leão

Relator." (**Íntegra do Parecer nº 37/2020-PLEN-CN - Vide Item 3.1.2 do Sumário**)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - O parecer concluiu pela aprovação do projeto na forma do substitutivo.

Em discussão a matéria, nos termos do parecer de Plenário. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passa-se à votação do substitutivo, que tem preferência regimental.

Orientação de bancada.

Como orienta o PT, Deputado Bohn Gass? (*Pausa.*)

Indago o seguinte aos Líderes dos partidos: V.Exas. querem fazer a orientação ou podemos colocar "sim" para todos os partidos?

O SR. RENATO QUEIROZ (MDB - RR) - Sim, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Sim.

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (Bloco/PSL - MG) - Sim, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Sim.

A SRA. ROSANGELA GOMES (REPUBLICANOS - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Presidente Soraya, o Republicanos, "sim", porque entende que esta matéria é extremamente importante para o nosso País.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que aprovam o projeto nos termos do parecer de Plenário permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Sra. Presidenta Soraya, eu quero orientar a



bancada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o Cidadania, Deputado Arnaldo Jardim?

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, eu não estou entendendo essa pressa. Nós estamos concorrendo para que possamos dialogar. Entendemos a inversão de pauta que V.Exa. propôs, quando priorizou o PLN 41. Quanto ao PLN 29, não há deliberação. Eu quero já reafirmar que nós somos a favor da retirada de pauta do PLN 29.

Com relação ao PLN 41, quero dizer que esse relatório do Deputado Cacá Leão não nos chegou anteriormente. Eu queria saber que providências poderiam ser tomadas para que tenhamos condições de analisar esse relatório, Presidenta. Ajude-nos, por favor, para tocarmos em bom clima a sessão.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA. Como Relator. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero só prestar um esclarecimento ao Deputado Arnaldo Jardim.

O relatório foi publicado na data correta, com o prazo correto, Deputado Arnaldo Jardim. Apenas aconteceu...

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Deputado Cacá, chegou-nos a informação de que V.Exa. procedeu a alterações no relatório...

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Exatamente. Houve apenas a correção de um erro de digitação. A planilha...

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Eu indago a V.Exa.: em que momento aconteceu essa alteração? Por favor, Deputado, quais foram as alterações feitas?

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Deputado Arnaldo Jardim, apenas uma planilha foi duplicada no relatório, onde houve um erro de digitação. Nós corrigimos esse erro de digitação. Inclusive, eu lhe peço desculpas pelo erro na hora da apresentação dessa planilha. Apenas retirei essa planilha que foi apresentada de forma duplicada.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Eu acho bom esclarecer isso. A nossa assessoria nos alertou de que havia sido feita modificação no relatório do Deputado Cacá Leão, a quem indago, mais uma vez, agradecendo a tolerância da Presidente, se houve, além da retirada da planilha, outra modificação e se a retirada implica que não haverá outra planilha que detalhe os gastos aí previstos.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Não, Deputado Arnaldo. Houve apenas a retirada dessa planilha, e, como eu disse, houve um erro de digitação. A palavra "aplicação" foi colocada de forma errada no relatório. Nós retiramos essa palavra porque ela poderia dar um sentido duplo. Foi apenas isso.

Garanto a V.Exa. que o relatório está correto como foi publicado. Apenas foi retirada essa planilha que estava duplicada no relatório, o que poderia sugerir que o PLN teria um valor maior do que o que foi apresentado, e também corrigido esse erro de digitação, relacionado à palavra "aplicação".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Está esclarecido, Deputado Arnaldo?

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Eu agradeço os esclarecimentos do Relator, o Deputado Cacá Leão. E acho importante que isso seja amplamente assegurado e explicitado a todos.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Eu é que agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Obrigada.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente Soraya...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que aprovam o projeto nos termos do parecer de Plenário permaneçam como se acham.

(Pausa.)



Aprovado o substitutivo.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente Soraya...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Fica prejudicado o projeto.

Fica dispensada a leitura da redação final, em face do disposto no art. 51, § 2º, do Regimento Comum do Congresso Nacional.

A matéria vai ao Senado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente Soraya...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Temos aqui o pedido do PDT de retirada, temos o pedido do NOVO, temos agora o pedido do Cidadania de retirada do PLN 29 e temos também o pedido do Democratas.

Indago ao Deputado Claudio Cajado, que solicitou que fizéssemos a inversão, se houve acordo ou se os Líderes de cada partido mantêm a posição de não acordo na votação do PLN.

Deputado Afonso Motta, V.Exa. mantém?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não, nós vamos retirar, Presidente. Nós vamos retirar.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Retirar o quê? O PLN?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) - Não, o nosso protesto, a nossa recusa à votação.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Então, o PDT se manifesta no sentido da concordância com a votação.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Pois não, Deputada Sâmia Bomfim.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL gostaria de resgatar a proposta de retirada do PLN da pauta, porque, entre outras coisas, ele prevê um decréscimo de cerca de 500 milhões no Programa Bolsa Família. Não temos como concordar com que ele entre. Estávamos caminhando no sentido de não votar essa pauta. Eu gostaria de retomar esse apelo.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - O PSOL se posiciona a favor da retirada de pauta.

Tem a palavra o Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidenta, nós estamos falando do PLN 29?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Isso.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Nós do PT somos pela retirada desse PLN da pauta, porque ele desfalca recursos originalmente destinados ao Programa Bolsa Família. Nós somos pela retirada, ou vamos orientar a rejeição.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Eu nem vou mais conceder a palavra a qualquer Líder, uma vez que não há concordância.

A Presidência já se manifestou em relação ao pedido do Partido Novo, com base no art. 128. Dessa forma, a Presidência retira, de ofício...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Ele retira 1 bilhão e 400 milhões da educação. Nós somos contra essa retirada de 1 bilhão e 400 milhões. Havia acordo com o Governo.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sra. Presidente, quero só fazer um esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Nós precisamos...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Quero só dar uma oportunidade ao Líder do Governo.



Havia um acordo de reposição de 1 bilhão e 400 milhões, e aqui não está indicado que foi repostado esse recurso para a educação.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Sra. Presidenta, nós mantivemos a proposta de retirada de pauta?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Sim, Deputado Arnaldo.

Não há acordo. Bastaria a discordância de um partido. O Partido Novo apresentou pedido. Esta Presidência já havia decidido, porque o Regimento não dá margem a interpretação, é taxativo.

Com a proposta de inversão, Deputado Cajado, fizemos uma tentativa. Porém, bastava a discordância de um partido. Houve a manifestação do Cidadania, do PSOL, do PT, e o Partido Novo manteve o pedido.

Dessa forma, dando oportunidade a entendimento do Plenário, esta Presidência decide pela retirada do PLN 29 da pauta.

ENCERRAMENTO

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - A Presidência declara encerrada esta sessão do Congresso Nacional.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 14 minutos.)



Ata da 24ª Sessão, Deliberativa Remota (CN),
em 16 de dezembro de 2020

2ª Sessão Legislativa Ordinária de 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Davi Alcolumbre.

(Inicia-se a sessão às 16 horas e 30 minutos e encerra-se às 16 horas e 44 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 56ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa Ordinária

24ª Sessão Deliberativa do CN no SF, às 16 horas
Presenças no período: 16/12/2020 07:00:00 até 16/12/2020 21:30:00
Votos no período: 16/12/2020 07:00:00 até 16/12/2020 21:30:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PDT	RO	Acir Gurgacz	X
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	X
Podemos	PR	Alvaro Dias	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X
PSD	MG	Antonio Anastasia	X
PSD	MT	Carlos Fávaro	X
PSD	RJ	Carlos Portinho	X
PSD	MG	Carlos Viana	X
PDT	CE	Cid Gomes	X
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X
MDB	SC	Dário Berger	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X
PROGRES	PB	Diego Tavares	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X
Podemos	CE	Eduardo Girão	X
MDB	TO	Eduardo Gomes	X
Cidadania	MA	Eliziane Gama	X
PROGRES	SC	Esperidião Amin	X
REDE	ES	Fabiano Contarato	X
MDB	PE	Fernando Coelho	X
PROS	AL	Fernando Collor	X
Podemos	PR	Flávio Arns	X
Republica	RJ	Flávio Bolsonaro	X
PT	PE	Humberto Costa	X
PSD	TO	Irajá	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X
PT	BA	Jaques Wagner	X
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	X
DEM	MT	Jayme Campos	X
PT	RN	Jean Paul Prates	X
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	X
PL	SC	Jorginho Mello	X
PSDB	SP	José Serra	X
PROGRES	TO	Kátia Abreu	X
Podemos	RS	Lasier Martins	X
PSB	DF	Leila Barros	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	X
MDB	GO	Luiz do Carmo	X
PROGRES	AC	Mailza Gomes	X
PSL	SP	Major Olimpio	X
PSDB	SP	Mara Gabrilli	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X
MDB	AC	Marcio Bittar	X

Emissão 17/12/2020 12:01:23





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 56ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa Ordinária

24ª Sessão Deliberativa do CN no SF, às 16 horas
Presenças no período: 16/12/2020 07:00:00 até 16/12/2020 21:30:00
Votos no período: 16/12/2020 07:00:00 até 16/12/2020 21:30:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
Podemos	ES	Marcos do Val	X
DEM	RO	Marcos Rogério	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X
Republica	RR	Mecias de Jesus	X
Republica	PB	Ney Suassuna	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X
Podemos	DF	Reguffe	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	X
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	X
PT	SE	Rogério Carvalho	X
Podemos	RJ	Romário	X
Podemos	ES	Rose de Freitas	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
MDB	MS	Simone Tebet	X
PSL	MS	Soraya Thronicke	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X
PDT	MA	Weverton	X
PROS	RN	Zenaide Maia	X
PSC	PA	Zequinha Marinho	X

Compareceram 75 senadores.



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – O sistema acusa a participação de 26 Senadores e Senadoras nesta sessão do Congresso.

Havendo número regimental para iniciarmos a sessão do Congresso Nacional, declaro aberta a sessão. Neste momento, as mãos serão baixadas, e reabertas as novas inscrições.

Nos termos do art. 7º do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal que institui o Sistema de Deliberação Remota, informo que a sessão será iniciada diretamente na Ordem do Dia.

Portanto, declaro aberta a Ordem do Dia.

Início da Ordem do Dia

Constam na pauta os Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 9 e 41, de 2020. (*Pausa.*)

Eu gostaria de passar a palavra ao Senador Irajá, que é o Relator da LDO, para que possamos começar a discussão até iniciarmos a votação quando atingirmos o quórum de 41 Senadores.

O Senador Irajá se encontra no Plenário? (*Pausa.*)

O Senador Irajá está se encaminhando para o Plenário, saindo da Câmara, do Plenário da Câmara dos Deputados.

Senador Marcos Rogério, solicito a V. Exa. que acione o Senador Irajá para que ele possa vir ao Plenário fazer a sua manifestação, como Relator da LDO.

Para a inscrição, os Senadores que estão inscritos, enquanto nós aguardamos a chegada do Relator da LDO.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – Cheguei, Presidente. Cheguei, cheguei, cheguei!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Pois não, Paulo. V. Exa. tem a palavra, pela ordem de inscrição, para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Presidente Davi.

Senadores e Senadoras que participam desta sessão, um abraço a todos.

Quero, em primeiro lugar, dar parabéns ao Izalci – e, naturalmente, a todos os Senadores e a V. Exa. – pela votação unânime do Fundeb no dia de ontem. E eu vou nessa mesma linha, Sr. Presidente.

O ano de 2020 foi desafiador para todos nós. A pandemia, a crise econômica, social e política estão sendo marcantes. Muitos setores da sociedade foram atingidos. Categorias inteiras amargaram duras perdas em seus vencimentos. Os professores foram drasticamente afetados.

Esses trabalhadores da área da educação fazem de tudo pela nossa juventude, pelos idosos, enfim, pelos alunos, muitas vezes com falta de estrutura e apoio do próprio Governo. Leia-se aqui Governos local e nacional.

Estamos, infelizmente, no *ranking* dos professores mais mal pagos do mundo. Segundo a OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a nossa média é 13% inferior à média da América Latina. Em relação aos países ricos, a diferença é ainda muito maior. O nosso professor recebe, por ano, cerca de US\$25 mil, ou seja, quase a metade do praticado nos 38 países ricos e integrantes, repito, da OCDE, que é de cerca de US\$49 mil. Isso representa a total desvalorização do professor brasileiro, o que nos deixa muito, muito preocupados com o descaso do Poder Público com nossos mestres. Alguns Estados, infelizmente, inclusive o meu, sequer pagam o piso nacional, que hoje é de cerca de R\$2,9 mil

Levantamento do Dieese diz que remunerações iniciais nas carreiras do magistério nas redes estaduais do Brasil de 2020 apontam para o fato de que 16 Estados não cumprem o piso, como eu falava antes. Recebemos a informação de que, em centenas de Municípios, os professores recebem em torno de R\$1 mil, ou seja, um salário mínimo. Eu recebi, pela manhã, o caso de São Caetano do Sul, São Paulo: R\$1.050,00.



A educação é a base de tudo, do desenvolvimento de um país, de uma nação. Os professores são instrumentos únicos de mudança de que um país precisa. São fundamentais na superação do analfabetismo, que atinge 11 milhões de jovens e adultos. O analfabetismo funcional atinge quase 30 milhões de brasileiros.

Temos o desafio de ampliar a escolarização para cerca...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – ... de 77 milhões de brasileiros que não conseguiram concluir a educação básica. Valorizar a educação e os trabalhadores dessa área é semear o futuro para a nossa Pátria. Isso é política humanitária. Como dizia Paulo Freire, educação se faz com amor e com coragem. Por isso, resolvi falar hoje, Presidente, sobre a situação dos professores e profissionais da educação, neste dia em que nós queremos aqui, mais uma vez, homenagear o Senado pela votação de ontem em relação ao Fundeb, e que o conjunto da peça orçamentária tenha sempre um olhar para a educação.

Obrigado, Presidente Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Obrigado, Senador Paim.

Vou chamar o próximo orador inscrito.

O Senador Irajá, Relator da LDO, já se encontra em Plenário.

Eu vou chamar o Senador Esperidião Amin. Em seguida, vou conceder a palavra ao Relator para fazer sua manifestação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Presidente, quero saudar a todos e dizer que, infelizmente, estou me mantendo em sessão remota por cautela médica, determinada em consenso com o médico.

E queria fazer minhas as palavras de reiteração, de aplauso pela decisão que o Senado tomou ontem em relação ao Fundeb. Acho que estamos todos em paz com a nossa consciência, com a consciência da sociedade brasileira. Continuamos a receber apelos para não aceitar o texto que veio da Câmara, ou seja, esses apelos para fazermos o que efetivamente fizemos soam para mim como um aplauso à decisão que tomamos.

E eu rogo que a Câmara dos Deputados volte ao texto original do projeto de regulamento do Fundeb, porque isso realmente, primeiro, traduz a ideia original da Câmara dos Deputados e a ideia consagrada no Senado Federal e muito bem relatada pelo Senador Izalci Lucas, a quem todos nós aplaudimos. Aplaudi há pouco de maneira muito afetuosa enquanto conversávamos antes do início desta sessão.

E quero aqui aproveitar para aplaudir também o desempenho do Senador Irajá agora ao apresentar o seu relatório da LDO na Câmara dos Deputados, que eu tive a oportunidade de acompanhar. E quero louvar a sua ação, a sua argumentação, o seu relatório e abrevio, assim, a minha fala para lhe dar o espaço que o Presidente já anunciou e certamente será igualmente analisado e aplaudido por todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Passamos agora à discussão do Senado Federal, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2020. O PLN dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências.

Ao projeto de lei foram apresentadas 2.205 emendas.

O projeto de lei foi relatado na Câmara dos Deputados pelo Relator de Plenário, Senador Irajá.

O parecer conclui pela aprovação do projeto na forma do substitutivo apresentado.

À matéria foram apresentados sete destaques na Câmara dos Deputados, e todos os destaques foram rejeitados.



Passamos à discussão da matéria, nos termos do parecer do Relator de Plenário, Senador Irajá.
Com a palavra o Relator, Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Davi Alcolumbre, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, como eu tive a oportunidade de fazer a leitura desse relatório lá na sessão do Congresso Nacional, no Plenário da Câmara dos Deputados, para nós economizarmos tempo, Presidente Davi, e darmos celeridade aos trabalhos aqui da nossa pauta hoje, eu quero me apegar àquele velho ditado popular que diz que manda quem pode, obedece quem tem juízo.

Por recomendação da maioria dos Senadores, eu vou poupar da leitura novamente desse relatório e, então, submeter à apreciação do Plenário, presencial e remoto, para que nós possamos avançar na pauta do dia de hoje.

Muito obrigado, Presidente.

Ah, detalhe: voto pela aprovação do PLN 8, na forma do substitutivo apresentado, apenas efetuando a correção no inciso XI, Seção I, Anexo III, suprimindo a partir da palavra "até".

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Só fazendo uma correção formal: é PLN 9. PLN 9, Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Então, retificando, PLN 9, não 8, como dito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Isso, isso. Muito obrigado.

Está encerrada a discussão.

Passa-se à votação do Substitutivo, que tem preferência regimental.

Eu gostaria de solicitar... Está faltando quórum de um Senador para a gente iniciar a votação.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco/DEM - AP) – Ah, já deu, já deu.

Passa-se agora, com amparo regimental... Com 42 Senadores, a gente pode iniciar a votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Encerrada a votação.

Aprovado o Substitutivo, fica prejudicado o projeto.

Passa-se à votação da redação final.

Sobre a mesa, o parecer que oferece a redação final.

Em votação a redação final.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, por unanimidade, a redação final.

A matéria vai à sanção presidencial, sendo concedido o prazo para a sistematização das decisões em Plenário.

Passamos agora à discussão do PLN 41, de 2020.

Discussão, no Senado Federal, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 41, de 2020.

Ao projeto foi apresentada uma emenda.

O projeto foi relatado, na Câmara dos Deputados, pelo Relator de Plenário, Deputado Cacá Leão.

O parecer concluiu pela aprovação do projeto, na forma do Substitutivo.

Em discussão a matéria, nos termos do parecer de Plenário. *(Pausa.)*

Está encerrada a discussão.

Passa-se à votação do Substitutivo, que tem preferência regimental.



Os Senadores e Senadoras que aprovam o projeto, nos termos do parecer de Plenário, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Está encerrada a votação.

Aprovado o Substitutivo, fica prejudicado o projeto.

Fica dispensada também a redação final, em face do disposto no art. 51, §2º, do Regimento Comum do Congresso Nacional.

A matéria vai à sanção presidencial.

Eu vou retomar a lista de oradores inscritos e vou transferir para a próxima sessão deliberativa ordinária do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 44 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DAS 23^a E 24^a SESSÕES

DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

**Projeto de Lei do Congresso Nacional nº
9/2020**





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **Gurgel – PSL/RJ**

DECLARAÇÃO DE VOTO

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 9/2020

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 45 do Regimento Comum do Congresso Nacional (RCCN) e o parágrafo único do art. 182 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), declaro que, na votação do DTQ 3 referente ao **PLN nº 9/2020**, realizada na Sessão do Congresso Nacional – Câmara dos Deputados (VIRTUAL) do dia 16/12/2020, **votei NÃO.**

Por falha no Sistema de Deliberação Remota (SDR) meu voto não foi computado.

Sala de Sessões, em 16 de dezembro de 2020.

GURGEL
Deputado Federal
PSL/RJ



DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 9, DE 2020
(PLDO 2021)

Senhor Presidente do Congresso Nacional:

Nos termos dos arts. 45 e 151 do Regimento Comum (Resolução nº 01/1970-CN) c/c arts. 293, II e 316 do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução nº 93/1970- SF), DECLARO QUE, na votação nominal do Destaque 05 ao PLN 09/2020, realizada na 1ª Sessão Deliberativa Extraordinária do Congresso Nacional (VIRTUAL) do dia 16/12/2020, votei NÃO.

Sala das sessões, em 16 de dezembro de 2020.



Deputado LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA



DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO
(Do Sr. General Peternelli)

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL (PLN) 9/2020 - *Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências.*



Senhor Presidente,

DECLARO QUE, **na votação nominal do PLN 9/2020 CN-Destaque 05 – Destaque da Emenda nº 2862002 apresentada ao PLN 9/2020 CN – reajuste do salário mínimo (nominal), realizada na Sessão (VIRTUAL) do dia 16/12/2020, votei “NÃO” ao citado Destaque, acompanhando a orientação do Partido PSL.** Por provável falha no Sistema de Deliberação Remota (SDR) e/ou no acesso à internet o meu voto não foi computado.

Sala de Sessões, em 16 de dezembro 2020.

Deputado GENERAL PETERNELLI (PSL/SP)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do deputado **Bozzella** – PSL/SP

Ofício N° 133/2020 - JB

Brasília, 16 de dezembro de 2020.

Ao Exmo. Senhor
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Declaração Escrita de Voto.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com base no art. 151 do Regimento Comum (Resolução nº 01/1970-CN) c/c arts. 293, II e 316 do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução nº 93/1970-SF), encaminho para o devido registro a presente DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO, por não ter conseguido registrar os votos no Sistema de Deliberação Remota (SDR), que apresentava inconsistências técnicas, tendo inclusive sido motivo de reclamação por diversos parlamentares em plenário, conforme segue:

- Voto **SIM**, ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2020 (PLDO 2021);
- Voto **NÃO**, ao Destaque nº 02, ao PLN 9/2020 CN;
- Voto **NÃO**, ao Destaque nº 06, ao PLN 9/2020 CN.

Certo de contar com a sua especial atenção para o atendimento do ora solicitado, fazendo com que prevaleça a prerrogativa do voto com o devido registro, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


BOZZELLA
Deputado Federal (PSL/SP)

Documento eletrônico assinado por Bozzella (PSL/SP), através do ponto SDR_56365, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato

LexEdit
CD205005720200





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL CHARLES FERNANDES

Brasília, 16 de Dezembro 2020

DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO

PLN Nº 9/2020

Nos termos do art. 45, do RCCN c/c o parágrafo único do artigo 182 do RICD, DECLARO QUE, na votação do PLN Nº 9/2020, realizada na Sessão Deliberativa do Congresso Nacional (VIRTUAL) do dia 16/12/2020, votei SIM, no destaque aditivo do PT/CD, referente à emenda nº 2862002.

Atenciosamente,

Charles Fernandes
Deputado Federal
PSD/BA

Sala das Sessões, 16 de Dezembro de 2020.

Câmara dos Deputados / Anexo III – 1º andar – Gabinete 587 / 70160-900 Brasília DF
Tel (61) 3215-5587/3587 – Fax (61) 3215-2587 / dep.charlesfernandes@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL CHARLES FERNANDES

Brasília, 16 de Dezembro 2020

DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO

PLN Nº 9/2020

Nos termos do art. 45, do RCCN c/c o parágrafo único do artigo 182 do RICD, DECLARO QUE, na votação do PLN Nº 9/2020, realizada na Sessão Deliberativa do Congresso Nacional (VIRTUAL) do dia 16/12/2020, votei SIM, no destaque aditivo do PT/CD, referente à emenda nº 28710055.

Atenciosamente,

Charles Fernandes
Deputado Federal
PSD/BA

Sala das Sessões, 16 de Dezembro de 2020.

Câmara dos Deputados / Anexo III – 1º andar – Gabinete 587 / 70160-900 Brasília DF
Tel (61) 3215-5587/3587 – Fax (61) 3215-2587 / dep.charlesfernandes@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL CHARLES FERNANDES

Brasília, 16 de Dezembro 2020

DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO

PLN Nº 9/2020

Nos termos do art. 45, do RCCN c/c o parágrafo único do artigo 182 do RICD, DECLARO QUE, na votação do PLN Nº 9/2020, realizada na Sessão Deliberativa do Congresso Nacional (VIRTUAL) do dia 16/12/2020, votei SIM, no destaque aditivo do PT/CD, referente à emenda nº 28710011.

Atenciosamente,

Charles Fernandes
Deputado Federal
PSD/BA

Sala das Sessões, 16 de Dezembro de 2020.

Câmara dos Deputados / Anexo III – 1º andar – Gabinete 587 / 70160-900 Brasília DF
Tel (61) 3215-5587/3587 – Fax (61) 3215-2587 / dep.charlesfernandes@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA FEDERAL JOICE HASSELMANN

Ofício nº 230/2020/GAB/JOICE

Brasília, 16 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Declaração Escrita de Voto

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com base nos arts. 45 e 151 do Regimento Comum (Resolução nº 01/1970-CN) c/c arts. 293, II e 316 do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução nº 93/1970-SF), encaminho para o registro e demais trâmites, a presente **DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO**, conforme segue, às votações nominais ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2020 (PLDO 2021), ocorridas na Sessão Deliberativa Plenária (VIRTUAL) do Congresso Nacional, dia 16/12/2020:

- DTQ nº 02 - PSOL/CD - EMENDA 41300010 – **VOTO NÃO**;
- DTQ nº 03 - PT/SF - EMENDA 40950010 – **VOTO NÃO**.
- DTQ nº 05 - PT/CD – EMENDA 2862002 – **VOTO NÃO**.

Informo, outrossim, que o registro escrito se dá por problemas técnicos de acesso ao Sistema de Deliberação Remota (SDR) – INFOLEG, o que impossibilitou o voto eletrônico, conforme reclamações suscitadas em Plenário.

Certa de contar com sua especial atenção para o atendimento do ora solicitado, fazendo com que prevaleça a prerrogativa de voto com o devido registro, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Deputada Federal **JOICE HASSELMANN**
Deputada Federal PSL/SP

Câmara dos Deputados – Praça dos Três Poderes - Anexo IV Gab. 825 Cep 70160-900 Tel 61.3215-2825

Documento eletrônico assinado por Joice Hasselmann (PSL/SP), através do ponto SDR_56364, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



Ofício nº 119/2020

Brasília, 17 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: **Justificativa de ausência em votação nominal da bancada do PSL**

Senhor Presidente,

O Partido Social Liberal – PSL – comunica a Vossa Excelência que o Deputado abaixo relacionado **justificou sua ausência** nas votações nominais da Sessão do Congresso Nacional, realizada em 16 de dezembro de 2020, às 10h, conforme especificado:

Dep. Alê Silva

- Destaque 5 do PLN 9/2020 (instabilidade na rede).

Dep. Nereu Crispim

- Destaque 4 do PLN 9/2020 (problemas técnicos no aplicativo).

Dep. Major Fabiana

- Destaque 04 do PLN 09/2020 (instabilidade na internet);
- Destaque 05 do PLN 09/2020 (instabilidade na internet);
- Destaque 06 do PLN 09/2020 (instabilidade na internet);
- Destaque 07 do PLN 09/2020 (instabilidade na internet).

Dep. Gurgel

- Destaque 03 do PLN 09/2020 (problemas técnicos no aplicativo).

Dep. Coronel Tadeu

- Destaque 05 do PLN 09/2020 (impossibilidade).



Dep. General Peternelli

- Destaque 05 do PLN 09/2020 (instabilidade na internet).

Dep. Loester Trutis

- Destaque 05 do PLN 09/2020 (problemas técnicos no aplicativo).

Dep. Luiz Ovando

- Votação do PLN 09/2020 (Compromisso no escritório político).

Dep. Junio Amaral

- Destaque 04 do PLN 09/2020 (problemas técnicos no aplicativo).

Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança

- Destaque 05 do PLN 09/2020 (problemas técnicos no aplicativo).

Outrossim, solicito que o conteúdo deste se faça constar da ata da referida sessão no Diário do Congresso Nacional.

Atenciosamente,

Dep. Felipe Francischini
Líder do PSL





MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Gabinete do Ministro da Economia

OFÍCIO SEI Nº 591/2020/ME

Brasília, 14 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes
70165-900 – Brasília – DF

Com cópia

À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO
Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C", Sala nº 8, Térreo
Câmara dos Deputados
70160-900 - Brasília - DF

Assunto: Nova proposta de redação para os arts. 2º, 6º, 42 e 115 e Anexo de Metas Fiscais do Projeto de Lei do Congresso Nacional - PLN nº 9/2020-CN.

Referência: Processo nº 10080.101766/2020-73.

Senhor Presidente,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, em anexo, sugestão de alteração do PLN nº 9/2020 - CN, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 - PLDO 2021, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências”, encaminhado por meio da Mensagem nº 179, de 15 de abril de 2020:

- nos art. 2º e Anexo IV, a fim de atualizar a meta de resultado primário, em decorrência de mudanças nas estimativas e projeções sobre o cenário econômico desde a elaboração do PLDO 2021;

- nos arts. 6º e 42, com o objetivo de aperfeiçoar os requisitos adicionais para a transição de empresas estatais entre os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento;

- no art. 115, com a finalidade de trazer maior detalhamento e clareza para a caracterização de "substituição de servidores" nos casos de contrato temporário e contratação terceirizada.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente

PAULO GUEDES

Ministro de Estado da Economia



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Nunes Guedes, Ministro de Estado da Economia**, em 15/12/2020, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12456272** e o código CRC **AAE50674**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 5º andar - Plano Piloto
CEP 70.048-900 - Brasília/DF
+55 (61) 34 12-2524 - e-mail gabinete.ministro@economia.gov.br

Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o processo nº 10080.101766/2020-73.

SEI nº 12456272





MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria de Orçamento Federal

OFÍCIO SEI Nº 315065/2020/ME

Brasília, 12 de dezembro de 2020.

Ao Senhor
Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 2º andar, sala 225
70048-900 - Brasília-DF

Assunto: Nova proposta de redação para os arts. 2º, 6º, 42 e 115 e Anexo de Metas Fiscais do Projeto de Lei do Congresso Nacional - PLN nº 9/2020-CN.

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 10080.101766/2020-73.

Senhor Secretário,

1. Encaminho, em anexo, Minuta de Ofício a ser enviado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, e Minuta de Ofício a ser enviado a sua Excelência o Senhor Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Congresso Nacional, de igual teor, que propõe modificação do PLN nº 9/2020 - CN, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 - PLDO 2021, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências”, encaminhado por meio da Mensagem nº 179, de 15 de abril de 2020, com objetivo de: atualizar a meta de resultado primário; aperfeiçoar os requisitos adicionais para a transição de empresas estatais entre os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento; e trazer maior detalhamento e clareza para a caracterização de "substituição de servidores" nos casos de contrato temporário e contratação terceirizada.

2. Em face do exposto, submeto à sua apreciação:

I - Minuta de Ofício à CMO (12396573);

II - Minuta de Ofício ao Presidente do Congresso Nacional (12303133);

III - Anexo aos ofícios, contendo a relação de sugestões de alteração do texto dos arts. 2º, 6º, 42 e 115 (12429749);

IV - Anexo aos ofícios, contendo sugestão de alteração do texto do Anexo IV (12429752);

V - Nota técnica elaborada em subsídio à sugestão de alteração dos arts. 6º e 42 (12303335); e

VI - Nota técnica elaborada em subsídio à sugestão de alteração do art. 115



(12303364).

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

GEORGE SOARES

Secretário de Orçamento Federal



Documento assinado eletronicamente por **George Alberto de Aguiar Soares, Secretário(a) de Orçamento Federal**, em 12/12/2020, às 12:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12429737** e o código CRC **A13FDBE5**.

SEPN 516, Lote 8, Bloco D - Bairro Asa Norte
CEP 70770-524 - Brasília/DF

(61) 2020-2570 - e-mail secad-sof@economia.gov.br - www.economia.gov.br

Processo nº 10080.101766/2020-73.

SEI nº 12429737





MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria de Orçamento Federal
Subsecretaria de Gestão Orçamentária

MINUTA DE OFÍCIO

À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO
Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C", Sala nº 8, Térreo
Câmara dos Deputados
70160-900 - Brasília - DF

Assunto: Nova proposta de redação para os arts. 2º, 6º, 42 e 115 e Anexo de Metas Fiscais do Projeto de Lei do Congresso Nacional - PLN nº 9/2020-CN.

Senhor Presidente,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, em anexo, sugestão de alteração do PLN nº 9/2020 - CN, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 - PLDO 2021, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências”, encaminhado por meio da Mensagem nº 179, de 15 de abril de 2020:

- I - nos art. 2º e Anexo IV, a fim de atualizar a meta de resultado primário, em decorrência de mudanças nas estimativas e projeções sobre o cenário econômico desde a elaboração do PLDO 2021;
- II - nos arts. 6º e 42, com o objetivo de aperfeiçoar os requisitos adicionais para a transição de empresas estatais entre os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento; e
- III - no art. 115, com a finalidade de trazer maior detalhamento e clareza para a caracterização de "substituição de servidores" nos casos de contrato temporário e contratação terceirizada.

Informo que Ofício de igual teor foi encaminhado a sua Excelência Senhor Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Congresso Nacional.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente
PAULO ROBERTO NUNES GUEDES
Ministro de Estado da Economia





Documento assinado eletronicamente por **Clayton Luiz Montes, Diretor(a)**, em 10/12/2020, às 19:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **George Alberto de Aguiar Soares, Secretário(a) de Orçamento Federal**, em 10/12/2020, às 20:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12396573** e o código CRC **5B109907**.

SEPN 516, Lote 8, Bloco D - Bairro Asa Norte
CEP 70770-524 - Brasília/DF

(61) 2020-2570 - e-mail secad-sof@economia.gov.br - www.economia.gov.br

Referência: ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 10080.101766/2020-73.

SEI nº
12396573





MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria de Orçamento Federal
Subsecretaria de Gestão Orçamentária

MINUTA DE OFÍCIO

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes
70165-900 – Brasília – DF

Assunto: Nova proposta de redação para os arts. 2º, 6º, 42 e 115 e Anexo de Metas Fiscais do Projeto de Lei do Congresso Nacional - PLN nº 9/2020-CN.

Senhor Presidente,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, em anexo, sugestão de alteração do PLN nº 9/2020 - CN, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 - PLDO 2021, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências”, encaminhado por meio da Mensagem nº 179, de 15 de abril de 2020:

- I - nos art. 2º e Anexo IV, a fim de atualizar a meta de resultado primário, em decorrência de mudanças nas estimativas e projeções sobre o cenário econômico desde a elaboração do PLDO 2021;
- II - nos arts. 6º e 42, com o objetivo de aperfeiçoar os requisitos adicionais para a transição de empresas estatais entre os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento; e
- III - no art. 115, com a finalidade de trazer maior detalhamento e clareza para a caracterização de "substituição de servidores" nos casos de contrato temporário e contratação terceirizada.

Informo que Ofício de igual teor foi encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente



PAULO ROBERTO NUNES GUEDES

Ministro de Estado da Economia



Documento assinado eletronicamente por **Clayton Luiz Montes, Diretor(a)**, em 10/12/2020, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **George Alberto de Aguiar Soares, Secretário(a) de Orçamento Federal**, em 10/12/2020, às 20:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12303133** e o código CRC **6219ED01**.

SEPN 516, Lote 8, Bloco D - Bairro Asa Norte
CEP 70770-524 - Brasília/DF

(61) 2020-2570 - e-mail secad-sof@economia.gov.br - www.economia.gov.br

Referência: ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 10080.101766/2020-73.

SEI nº
12303133



ANEXO AO OFÍCIO Nº /2020-ME

Sugestão de texto para alteração integral do artigo 2º do PLDO 2021

Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2021 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de déficit primário de R\$ 247.118.225.000,00 (duzentos e quarenta e sete bilhões cento e dezoito milhões duzentos e vinte e cinco mil reais) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV a esta Lei.

Parágrafo Único. Para fins dos limites para contratação de operações de crédito por entes subnacionais e concessão de garantias da União a essas operações, a projeção de resultado primário dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será aquela indicada no anexo de metas fiscais constante desta Lei.

Sugestão de texto para alteração do artigo 6º do PLDO 2021

Art. 6º

.....

§ 2º A empresa pública ou sociedade de economia mista integrante dos Orçamentos Fiscal e Seguridade Social, em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto, e que não tiver recebido ou utilizado recursos do Tesouro Nacional para pagamento de despesas com pessoal e de custeio em geral ou que tiver apresentado superávit financeiro de receitas próprias superior ao montante de recursos recebidos ou utilizados, poderá apresentar Plano de Sustentabilidade Econômica e Financeira, com vistas à revisão de sua classificação de dependência, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal.

§ 3º Na hipótese de aprovação do Plano de Sustentabilidade Econômica e Financeira de que trata o § 2º, a empresa pública ou sociedade de economia mista permanecerá nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União durante sua vigência.

Sugestão de texto para alteração do artigo 42 do PLDO 2021

Art. 42.

.....

§ 6º Permanecerão no Orçamento de Investimento as empresas públicas e sociedade de economia mista que tenham recebido do seu controlador ou utilizado recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou



de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária, desde que atendidas, cumulativamente, às seguintes condições, e observado o disposto em ato do Poder Executivo federal:

I - integrar o Orçamento de Investimento na Lei Orçamentária do exercício anterior;

II - estar incluída no Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997;

III - possuir Plano de Reequilíbrio Econômico e Financeiro aprovado e em vigor; e

IV - observar o disposto no § 9º do art. 37 da Constituição Federal.

.....

§ 10. Para o exercício de 2021, as empresas públicas e as de sociedades de economia mista somente poderão receber aportes da União para futuro aumento de capital se estiverem incluídas no Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 9.491, de 1997, exceto se:

I - tratar de aporte inicial para constituição do capital inicial de empresa criada por lei; e

II - envolver empresas financeiras para enquadramento nas regras do Acordo de Basileia.

§ 11. As empresas públicas e as sociedades de economia cujos investimentos são financiados com a participação da União para futuro aumento de capital manter-se-ão no Orçamento de Investimentos de forma a compatibilizar a programação orçamentária e o art. 2º, III, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Sugestão de texto para alteração integral do artigo 115 do PLDO 2021

Art. 115. Para apuração da despesa com pessoal prevista no art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser incluídas, quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, aquelas relativas à:

I - contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do disposto na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;



II – contratação de terceirização de mão de obra e serviços de terceiros, quando se enquadrar na hipótese do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º Caracterizam-se como substituição de servidores e empregados aquelas contratações para atividades que:

I - envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; ou

II - que sejam consideradas estratégicas ou sejam inerentes às competências institucionais finalísticas atribuídas legalmente ao órgão ou entidade contratante.

§ 2º As despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado:

I - quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, na forma do § 1º, deverão ser classificadas no GND 1 – Pessoal e encargos sociais e no elemento de despesa 04 – Contratação por Tempo Determinado; e

II - quando não caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, não se constituem em despesas classificáveis no GND 1 e deverão ser classificadas no elemento de despesa a 04 - Contratação por Tempo Determinado;

§ 3º As despesas de contratação de terceirização de mão de obra e serviços de terceiros, nos termos do § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, não se constituem em despesas classificáveis no GND 1, e devem ser classificadas no elemento de despesa 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.



Anexo IV
Metas Fiscais

IV.1 Anexo de Metas Fiscais Anuais

(Art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

ANEXO DE METAS ANUAIS

A) Introdução

O Anexo de Metas Fiscais integra o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO, tendo em vista a determinação contida no § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. No referido Anexo, são estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Nesse sentido, são apresentadas as perspectivas econômicas com base no cenário projetado para os exercícios de 2021 a 2023, com a estimativa dos principais parâmetros macroeconômicos necessários à elaboração do quadro fiscal referente a esse período. Com base em tais projeções, são definidos os objetivos e a estratégia de política fiscal para os próximos anos, assim como mencionadas as medidas necessárias para seu atingimento.

Posteriormente, é apresentado o cenário fiscal para os exercícios de 2021 a 2023, contendo as metas de resultado primário para o setor público consolidado, junto com a estimativa dos principais agregados de receitas e despesas primárias do Governo Central para aqueles anos. Também são explicitados os resultados nominais obtidos no período em questão, dado o cenário estabelecido, bem como a trajetória da dívida pública.

B) Perspectivas Econômicas

A emergência da pandemia relacionada ao novo coronavírus (Covid-19) constitui cenário desafiador para a realização de projeções econômicas para o triênio de 2021 a 2023, tendo em vista o elevado nível de incerteza para prever a extensão e a duração da pandemia e, conseqüentemente, a magnitude do seu impacto sobre o nível de atividade econômica global e doméstica.

Em que pese o impacto de curto prazo adverso da pandemia sobre o nível de atividade econômica, o cenário macroeconômico projetado para o triênio 2021 a 2023 prevê a retomada do crescimento econômico em nível moderado já a partir de 2021 e taxa de inflação sob controle, em linha com as metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Os principais parâmetros que embasaram o referido cenário são apresentados no quadro abaixo¹:

¹ O cenário macroeconômico baseia-se na Grade de Parâmetros da Secretaria de Política Econômica (SPE/ME) produzida em 09/11/2020.



Tabela 1: Grade de Parâmetros

PARÂMETROS	2021	2022	2023
PIB real (%)	3,2	2,5	2,5
PIB nominal (R\$ bilhões)	7.811,4	8.352,2	8.911,5
IPCA acumulado (%)	3,2	3,5	3,2
INPC acumulado (%)	3,2	3,5	3,4
IGP-DI acumulado (%)	4,4	4,0	3,5
Taxa Over - SELIC Acum ano (%)	2,1	3,7	5,2
Taxa de Câmbio Média (R\$/US\$)	5,3	5,1	5,0
Preço Médio do Petróleo (US\$/barril)	42,3	44,6	46,2
Valor do Salário Mínimo (R\$ 1,00)	1.088	1.123	1.163
Massa Salarial Nominal (%)	5,0	7,8	7,0

Fonte: SPE/FAZENDA/ME. Elaboração:SOF/FAZENDA/ME.

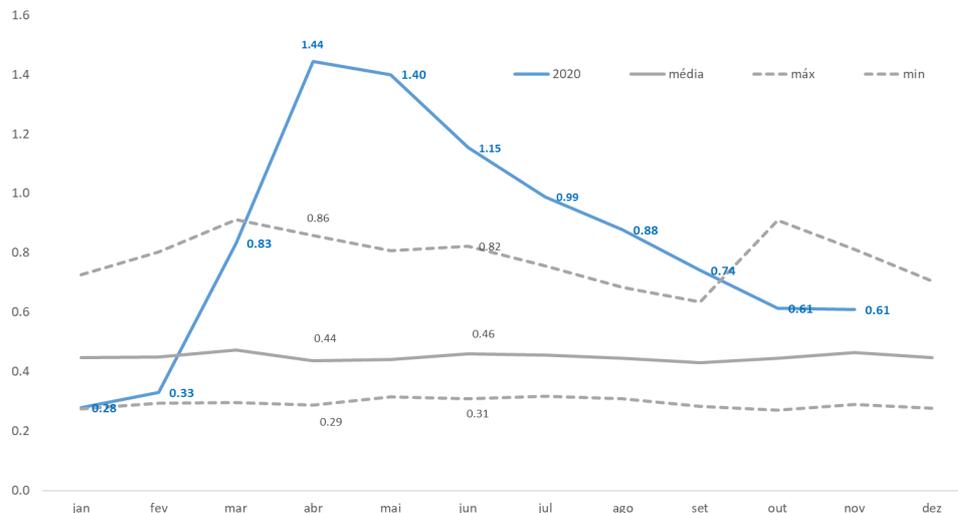
Apesar da continuidade do estado de calamidade pública, no presente momento já é possível afirmar que o cenário econômico se encontra muito mais estável que no início do ano, o que sinaliza maior segurança quanto às projeções dos diversos parâmetros. Ao se analisar a dispersão das projeções elaboradas pelo mercado ao longo do exercício com o período atual, constata-se que o grau de incerteza até então característico foi reduzido de forma substancial.

O choque econômico enfrentado pelo Brasil no início de 2020 foi muito abrangente e seus efeitos negativos sobre renda, emprego e hábitos das famílias foram rapidamente percebidos. Políticas econômicas adotadas pelo governo buscaram atenuar, pelo menos de forma parcial, os efeitos nefastos da pandemia de Covid-19. No decorrer de meses dessa calamidade, de proporções econômicas e de saúde pública, várias foram as análises e discussões de seus efeitos e ações. Desta maneira, todas essas dificuldades permearam também estimativas e projeções sobre os impactos na economia, principalmente no início da pandemia onde o conjunto de informações era significativamente limitado.

Nesse sentido, todas as dificuldades inerentes ao processo de elaboração de projeções econômicas durante a pandemia também estiveram presentes. Como esperado, não apenas as projeções de crescimento econômico foram fortemente reduzidas por todo o mundo, assim como a incerteza agregada aumentou em proporções inéditas quando as economias foram atingidas pela Covid-19. O tamanho do impacto imediato da paralisação da atividade era incerto, assim como também a velocidade da queda e da retomada e seus efeitos de longo prazo. Pode-se acrescentar a essa incerteza a dificuldade de funcionamento de alguns dos mecanismos tradicionais de respostas a choques, impedidos de funcionar por características intrínsecas a esse choque, como restrições relacionadas ao isolamento social.



Gráfico 1 - Desvio padrão do PIB 1 ano à frente - projeção FOCUS (2000-2020)



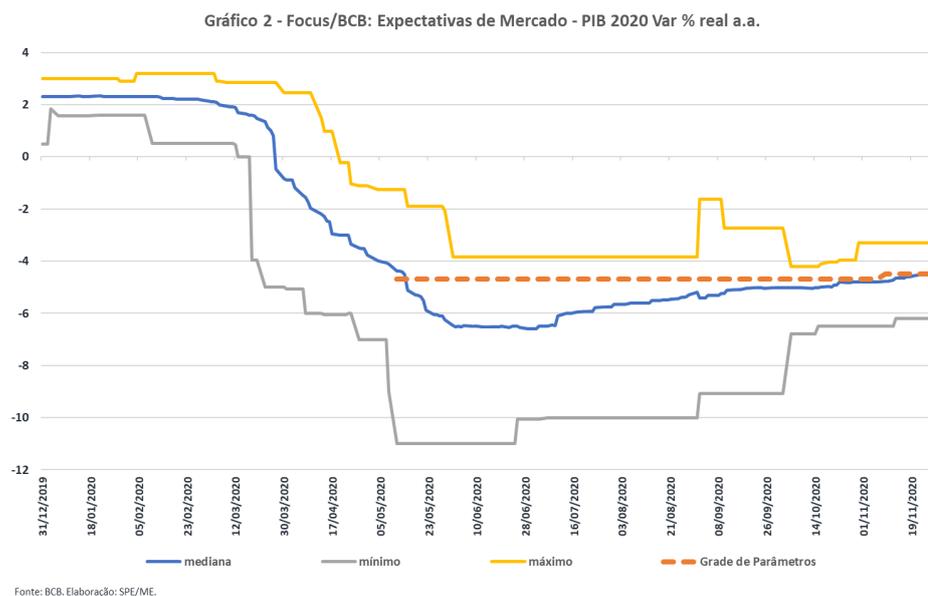
Fonte: Banco Central do Brasil

A incerteza das projeções para o PIB se elevou drasticamente com a pandemia. O desvio-padrão das estimativas, que são coletadas pelo Relatório Focus/BCB, superou significativamente o maior valor histórico (início em 2000). Enquanto o desvio-padrão², na média, para o mês de abril é de 0,44, o valor alcançado em abril deste ano foi de 1,44, superando o máximo anterior que era de 0,86 (abril de 2009). Embora elevada, a incerteza, medida pelo desvio-padrão, reduziu-se ao longo do ano e encontra-se atualmente dentro do intervalo histórico. É fato que apesar da redução do desvio-padrão, riscos de cenários extremos não contemplados pelo mercado podem elevar significativamente a incerteza.

Os modelos normalmente utilizados para estimação e projeção do PIB (estruturais e DSGE) se mostraram ineficazes diante da retração abrupta da economia. Esse é um caso clássico de aplicação da crítica de Lucas, que mostra que os modelos tradicionais, baseados em observações passadas, são incapazes de responder apropriadamente às mudanças estruturais, por serem invariantes às políticas econômicas e cenários onde há quebra estrutural. Portanto, desde o início da crise, o acesso a informações de alta frequência se tornou necessário para qualquer análise ou projeção. À medida em que o tempo passa e mais informações são coletadas, atualizações de projeções tornam-se possíveis.

² Para estimar o desvio-padrão 1 ano à frente, ponderou-se pela proporção da quantidade dos dias corridos multiplicado pelo desvio padrão das expectativas do PIB para o próximo ano e para o ano corrente.





As medidas do Governo Federal reduziram substancialmente os custos fixos, postergando ou mesmo reduzindo tributos durante esse período, e flexibilizando contratos de trabalho, possibilitando a redução de jornada ou suspensão de contratos durante o período de isolamento social ao mesmo tempo em que socorreram os trabalhadores afetados. Além disso, foram reduzidos os efeitos da crise sobre o endividamento, através de ações que subsidiaram e baratearam o crédito e limitaram a deterioração do colateral. Tais medidas salvaram diversas empresas da falência, reduzindo o impacto sobre a atividade e o emprego no curto e longo prazo. Embora o período de isolamento social no país seja um dos mais prolongados no mundo, o Brasil foi um dos países com políticas econômicas mais focadas dentre os emergentes e, como resultado, a atividade tem mostrado sinais de recuperação mesmo durante o isolamento.

Porém, deve-se destacar que embora tais políticas sejam um escudo de proteção à população e às empresas para esse período, não proporcionam um estímulo sustentável no longo prazo. Essas políticas não são capazes de ampliar a capacidade produtiva da economia e não seriam eficazes de forma permanente, apesar dos importantes efeitos imediatos que elas geram. Por outro lado, a redução dessas intervenções sistemáticas na economia em conjunto com a retomada da agenda de reformas estruturais e da consolidação fiscal proporcionarão taxas de crescimento de longo prazo mais elevadas.

Com a retomada do crescimento estimado do Produto Interno Bruto (PIB) para 2021, prevê-se também uma melhoria gradual das condições do mercado de trabalho, com recuperação do emprego formal, tendo como consequência a projeção apresentada de crescimento anual da massa salarial nominal. Para o salário mínimo, considerou-se a manutenção de seu valor real a partir da correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo em vista o previsto no inciso IV do Art. 7º da Constituição Federal e a ausência de legislação, desde 2020, que exija aumentos acima da inflação. Também se prevê, diante de tal cenário, o aumento gradual da taxa Selic a partir de 2021.



A credibilidade da política monetária, calcada no regime de metas de inflação, tem permitido ancorar satisfatoriamente as expectativas e projetar um cenário inflacionário benigno, com os índices de preços ao consumidor apresentando estabilidade no período – tanto o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor apurado pelo IBGE), quanto o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado também pelo IBGE). Nesse contexto, as taxas de juros também são projetadas em níveis historicamente baixos.

Apesar da tendência à apreciação e à maior volatilidade verificada no curto prazo, projeta-se que a taxa de câmbio retorne a patamares mais próximos da taxa de equilíbrio, permanecendo relativamente estável no período de projeção. Uma das hipóteses consideradas refere-se à manutenção do cenário de liquidez internacional, tendo em vista, inclusive, as políticas de estímulo adotadas para combater os efeitos econômicos da já citada pandemia. Quanto ao preço médio do barril do petróleo Brent, também se espera recuperação, tendo em vista a expectativa de retomada gradual da economia global no período de 2021 a 2023.

Cabe ressaltar que o cenário macroeconômico embute, de alguma forma, a possibilidade de aprovação das reformas estruturais, que serão mencionadas na próxima seção, em conformidade com as expectativas de mercado.

C) Estratégia de Política Fiscal

O objetivo da política fiscal no médio prazo é o controle da trajetória de crescimento da dívida pública em relação ao PIB. Para tanto, o Governo busca recorrentemente o equilíbrio das contas públicas, por intermédio do controle e do monitoramento do crescimento da despesa e do acompanhamento da arrecadação, tomando medidas tempestivas para correção de desvios e para prevenção quanto à materialização de riscos fiscais com impacto relevante no curto e médio prazo.

Esse objetivo está alinhado à estratégia do Governo Federal que visa a estabilidade macroeconômica e a melhor alocação e uso dos recursos públicos, assim como fomentar a produtividade da economia brasileira, preservando-se precipuamente o equilíbrio das contas públicas, de modo a permitir o crescimento econômico e a expansão da renda e do emprego no país, bem como a superação dos problemas sociais.

Dentre os avanços com vistas à busca pelo equilíbrio fiscal, destaca-se a instituição do Teto dos Gastos no âmbito do Novo Regime Fiscal, implementado em 2017, pela Emenda Constitucional (EC) nº 95, de 2016, que estabeleceu limite de crescimento das despesas primárias por um período de vinte anos, com base na inflação realizada. Essa medida proporcionou melhoria do controle da trajetória intertemporal da despesa pública primária, que, no passado recente, apresentava taxas de crescimento muito acima da inflação, tendo sido fator primordial para o crescimento da dívida pública na última década.

Adicionalmente, diversas medidas de curto prazo com vistas à racionalização do gasto público e à correção de eventuais irregularidades, sobretudo no campo administrativo, já foram tomadas. Nesse sentido, vale mencionar a edição da Medida Provisória nº 871, de 18 de janeiro



de 2019 (convertida na Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019), focada na melhoria da gestão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para combate a fraudes e irregularidades, revisão de benefícios por incapacidade, e redução da judicialização e dos gastos com benefícios indevidos ou pagos a maior.

No âmbito das reformas estruturais, destaca-se a recente aprovação da Reforma da Previdência pelo Congresso Nacional, consubstanciada na Emenda Constitucional nº 103/2019, que trata do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos. As despesas com benefícios previdenciários representam, no orçamento, a maior parcela das despesas primárias, e dado o envelhecimento populacional esperado para as próximas décadas, seu crescimento projetado no longo prazo, sob as regras vigentes até a aprovação da Reforma da Previdência, apontava para uma trajetória insustentável. Reformar o Sistema de Previdência Social, portanto, foi crucial para reduzir o ritmo de crescimento dessas despesas, resultando em menor pressão sobre as contas públicas.

A Nova Previdência e o Teto dos Gastos, aliados à austeridade na condução da política fiscal, geraram em 2019 um ambiente de menor risco fiscal, com queda dos juros de equilíbrio e expectativas de inflação ancoradas. As políticas voltadas para eliminar as fontes de má alocação de recursos na economia, por sua vez, contribuíram para aumentar a produtividade e a retomada do crescimento econômico.

Porém, a emergência da pandemia relacionada ao novo coronavírus impacta negativamente a situação fiscal no curto prazo, uma vez que resulta em efeitos adversos, tanto sobre as receitas públicas quanto sobre a despesa. Do lado da receita, o menor ritmo de atividade econômica tem um efeito redutor sobre a arrecadação. Na despesa, tanto a necessidade de reforçar a capacidade do sistema de saúde para enfrentar as causas e efeitos da pandemia, quanto os seus desdobramentos sobre o nível de atividade econômica e de emprego, resultam em uma maior pressão por gastos públicos.

Nesse sentido, foi reconhecido o estado de calamidade pública por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, o que dispensou a observância da meta de resultado primário constante da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de 2020, exceção prevista no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Digno de nota é a edição de medidas provisórias que abrem volume expressivo de créditos extraordinários para despesas que visam ao enfrentamento das causas e efeitos da pandemia, o que reflete a pronta ação do Governo Federal ao problema. Destaca-se que embora os créditos extraordinários não sejam computados no Teto dos Gastos, seu efeito, em termos fiscais, é a ampliação do déficit primário no exercício financeiro de 2020 e residualmente em 2021, e o esgotamento de recursos de superávits financeiros, além da necessidade de maior endividamento. Vale destacar que se estima volume de restos a pagar proveniente dos créditos extraordinários abertos em 2020, com impacto financeiro em 2021, bem como eventual reabertura.



Apesar da expectativa de retomada gradual do crescimento econômico a partir de 2021, os efeitos adversos da pandemia sobre a situação fiscal se prologam, uma vez que um aumento do déficit primário no exercício financeiro de 2020 implica o aumento da dívida pública. Adicionalmente, o ritmo de atividade econômica, menor do que o esperado para 2020, tem implicações negativas para a receita pública nos anos subseqüentes, uma vez que o crescimento econômico nos anos seguintes passa a se dar, em termos nominais, sobre uma base tributária menos favorável que a esperada anteriormente.

Dessa forma, o impacto adverso da pandemia reforça ainda mais o compromisso do Governo Federal com objetivos de austeridade e sustentabilidade fiscal de longo prazo, tornando-se ainda mais premente avançar na agenda de reformas estruturais.

Após a Reforma da Previdência, outras medidas estruturais consistentes com os objetivos de austeridade e sustentabilidade fiscal de médio e longo prazo já se encontram em razoável estágio de maturação. Dentre elas, destacam-se: a reforma tributária; a desmobilização de ativos – tendo como exemplo a redução do número de empresas estatais; o aumento da liberalização comercial; e a reforma administrativa. Os efeitos fiscais dessas medidas serão diretos, traduzindo-se em aumento das receitas e/ou redução de despesas e/ou redução do endividamento, ou efeitos indiretos, verificados pelo maior dinamismo da economia.

Dentre as reformas com efeito direto, destaca-se a reforma tributária, que avançará na direção de um sistema tributário mais simplificado, neutro do ponto de vista da receita total, com menores custos de fornecimento de informações às autoridades fiscais por parte das empresas e diminuição dos litígios tributários. Tal reforma busca a eliminação das redundâncias e das ineficiências, visando minimizar os custos de conformidade e melhorar o ambiente de negócios.

Outra reforma com impacto direto sobre as contas públicas é a reforma administrativa. A situação fiscal atual e o cenário de contração dos gastos discricionários demandam uma revisão no funcionamento da Administração Pública. A dinâmica das relações de trabalho no âmbito da Administração Pública Federal e a forma como as carreiras estão organizadas atualmente contribuem, sobremaneira, para distorções e ineficiências na atuação do setor público. Os modelos de aquisição de bens e contratação de serviços também devem ser revistos com o objetivo de reduzir o dispêndio com tempo e recursos e de aumentar a qualidade das compras.

A reforma administrativa pretende aprofundar a racionalização para alcançar também os equipamentos públicos presentes em todo o território nacional e eliminar sobreposições e redundâncias, notadamente aquelas existentes nas representações estaduais dos ministérios e de órgãos centrais. Pretende-se que essas iniciativas reduzam o peso do Estado sobre os cidadãos e as empresas, e que tenham como foco as políticas públicas e as relações administrativas no âmbito das diversas áreas de atuação governamental. Para isso, encontram-se em estudo medidas para desmobilização de ativos e redução do setor produtivo estatal, as quais possuem potencial de redução de custos no médio prazo.

Portanto, toda a agenda de reformas fiscais antes mencionada, com impacto direto e indireto nas contas públicas, une-se a outras medidas econômicas, como a abertura comercial,



que produzirá maior dinamismo na atividade econômica do País, reforçando e consolidando o quadro de austeridade e sustentabilidade fiscal pretendida, essencial para a retomada da confiança, da credibilidade, do investimento e do crescimento econômico de longo prazo forte, sustentável, equilibrado e inclusivo.

D) Perspectivas fiscais

Em abril foi formulada uma proposta de meta fiscal para o Governo Central em 2021 que seria atualizada em cada marco do processo orçamentário, tendo em vista a grande incerteza que se impunha à realidade do país, conforme descrito anteriormente. Era o início da deflagração da calamidade pública provocada pela pandemia de Covid-19, onde havia grandes flutuações em termos do comportamento dos agregados fiscais, sobretudo nas projeções de receitas para 2021.

Naquele momento, as estimativas indicavam um déficit primário para 2021 do Governo Central de R\$ 149,6 bilhões, claramente irrealista se comparado ao cenário atual e também com o projetado no Projeto de Lei Orçamentária de 2021 – PLOA 2021 – de R\$ 233,6 bilhões. Caso a meta tivesse sido fixada naquele patamar, haveria espaço significativamente reduzido para as despesas discricionárias, cujo valor no PLOA 2021 passaria de R\$ 96,1 bilhões para R\$ 12,1 bilhões, impossibilitando até o cumprimento de requisitos constitucionais de dotação mínima para as áreas de Saúde e Educação.

Na atualidade, contudo, tomando como base o cenário macroeconômico projetado, e tendo como principal parâmetro a meta de resultado primário, procedeu-se à atualização da estimativa dos principais agregados de receitas e despesas primárias, nessas considerando os limites estabelecidos pelo Novo Regime Fiscal, para o período compreendido entre 2021 e 2023. A meta de primário definida em valor nominal sempre foi a opção adequada, porém, em abril, não foi possível adotá-la pelas razões já expostas. Neste momento, no entanto, o cenário para 2021 está mais previsível e permite retorno à prática tradicional da meta nominal fixa.

Nesse sentido, está sendo considerado, para fins de projeção das despesas, apenas o arcabouço legal atualmente vigente, como, por exemplo, o preceito constitucional de manutenção do poder aquisitivo do salário mínimo, não levando explicitamente em consideração os impactos decorrentes das reformas e propostas ainda em discussão. Nas despesas, cabe destacar a inclusão da estimativa de pagamento de restos a pagar provenientes dos créditos extraordinários abertos em 2020 para combate à calamidade pública, além de eventuais reaberturas.

Sob tais hipóteses, a projeção dos agregados fiscais para o Governo Central apurou, para o período considerado, déficits primários cadentes, em consonância com os efeitos benéficos esperados do Teto dos Gastos para o controle das contas públicas e para ancorar o processo de consolidação fiscal de longo prazo, conforme demonstrado na Tabela 2 a seguir:



Tabela 2: Trajetória estimada do Resultado Primário

Esfera de Governo	2021		2022		2023	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
Governo Central	-247,12	-3,16	-178,93	-2,14	-150,13	-1,68
Estatais Federais	-3,97	-0,05	-4,23	-0,05	-4,52	-0,05
Estados, Distrito Federal e Municípios**	0,20	0,00	5,30	0,06	5,70	0,06
Setor Público Não Financeiro	-250,89	-3,21	-177,86	-2,13	-148,95	-1,67

** Indicativo.

Fonte: SOF e STN/FAZENDA/ME

No entanto, em que pese a eficiência do Teto dos Gastos no controle da maior parte das despesas primárias, sua composição interna ainda demonstra crescimento na participação dos gastos obrigatórios em detrimento dos gastos discricionários, o que tende a precarizar gradualmente a oferta de bens e serviços públicos e a pressionar, ou, até mesmo, eliminar investimentos importantes, reforçando ainda mais a necessidade de avanço na agenda de reformas estruturais.

Nesse sentido, é importante que alterações com vistas a proporcionar maior flexibilidade nas regras fiscais, tanto com relação aos gastos quanto à meta de resultado primário, fiquem restritas ao exercício fiscal de 2020. Passado o momento de crise, esse tipo de flexibilização deve ser evitado ao máximo para se evitar uma trajetória de persistente crescimento do endividamento. Os déficits primários observados nos últimos anos nas contas do Governo Federal requerem reforço ao compromisso com metas fixas de resultado primário, sendo a definição da meta um importante instrumento para contribuir com a trajetória decrescente para tais déficits e, no médio prazo, alcançar superávits primários. As projeções mostram a necessidade de resultados primários cada vez melhores com a finalidade de estabilizar a trajetória da dívida e permitir seu declínio no médio prazo. É preciso atenção para que não sejam adotadas práticas que enfraqueçam o arcabouço fiscal em um momento que o balanço das contas públicas já se mostra fragilizado.

Eventuais alterações no modelo de metas de primário provocam mudanças na percepção de risco de quem financia o governo, o que pode causar aumento de custos desse financiamento. É notória a relação positiva entre regras fiscais críveis e queda nos prêmios de risco de refinanciamento, como pôde ser observado à época da criação do Teto dos Gastos, pois logo após sua instituição as taxas de juros dos instrumentos de financiamento da dívida registraram queda relevante.

Desse modo, âncoras fiscais são importantes para uma perspectiva de redução da dívida pública e dos custos relacionados ao seu financiamento. A realização de reformas que reduzam a proporção de despesas obrigatórias e de receitas vinculadas no orçamento são importantes para melhorar o funcionamento das regras, mas não se deve abrir mão das regras. Adicionalmente, a redução da incerteza sobre a economia acontecerá naturalmente com uma agenda de reformas que melhore a previsibilidade do cenário fiscal e as perspectivas sobre a economia do país. Ademais, mesmo considerando as despesas primárias limitadas pelo Teto dos Gastos, a trajetória fiscal projetada ainda se mostra insuficiente para uma redução significativa do crescimento da dívida pública no médio prazo, dado o cenário macroeconômico posto. Sob as hipóteses



consideradas para a evolução das despesas primárias, seria necessário substancial esforço arrecadatório para gerar superávits suficientemente elevados para reverter no curto prazo a trajetória de crescimento da dívida pública, conforme se constata na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3: Projeções de Variáveis Fiscais

Variáveis (em % do PIB)	2021	2022	2023
Meta de Resultado Primário do Setor Público Não-Financeiro	-3,21	-2,13	-1,67
Resultado Nominal do Setor Público Não-Financeiro	-7,07	-6,83	-7,30
Dívida Líquida do Setor Público	69,73	72,86	75,94
Dívida Bruta do Governo Geral	94,46	94,71	95,48

Fonte: SOF e STN/FAZENDA/ME

Isso indica que, muito embora a contribuição do Novo Regime Fiscal e da Reforma da Previdência já seja considerável para o horizonte de 2021 a 2023, a continuidade da implementação da agenda de reformas estruturais mostra-se fundamental para um ajuste fiscal mais vigoroso, que efetivamente venha a consolidar uma trajetória de sustentabilidade de médio e longo prazo nas contas do Governo Federal.

No que tange especificamente à meta de resultado primário definida para o Governo Central, o art. 2º, do PLDO-2021, estabelece uma meta déficit primário de R\$ 247,1 bilhões, a partir da estimativa de receita levando em consideração o cenário e parâmetros econômicos postos, e referenciando a maior parte da despesa primária aos limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabeleceu o Teto dos Gastos. Assim, entende-se que tal regra fiscal se consolida, junto com a meta de resultado primário, como âncora da política fiscal, no sentido de alinhar as expectativas com respeito à realização da execução da despesa pública no médio prazo.



Mais detalhes das projeções das receitas e despesas que embasaram a estipulação das metas ora apresentadas encontram-se na Tabela 4 abaixo:

Tabela 4: Detalhamento das Variáveis Fiscais

LRf, art. 4º, § 1º

ESPECIFICAÇÃO	Preços Correntes					
	2021		2022		2023	
	R\$ Milhões	%PIB	R\$ Milhões	%PIB	R\$ Milhões	%PIB
A. GOVERNO CENTRAL	-247.118,2	-3,16	-178.926,0	-2,14	-150.133,9	-1,68
I - Receita Primária Total	1.595.421,6	20,42	1.733.842,6	20,76	1.852.307,1	20,79
I.1 - Receita Administrada pela RFB Líquida de Incentivos Fiscais, exceto RGPS	1.009.045,1	12,92	1.098.957,0	13,16	1.184.458,5	13,29
I.2 - Arrecadação Líquida para o RGPS	418.617,6	5,36	457.518,9	5,48	484.138,9	5,43
I.3 - Receitas Não Administradas pela RFB	167.758,9	2,15	177.366,7	2,12	183.709,6	2,06
II - Transferências por Repartição de Receitas	293.133,3	3,75	321.466,4	3,85	347.300,2	3,90
III - Receita Primária Líquida (I - II)	1.302.288,3	16,67	1.412.376,2	16,91	1.505.006,9	16,89
IV - Despesa Primária Total	1.549.406,6	19,84	1.591.302,2	19,05	1.655.140,8	18,57
IV.1 - Benefícios Previdenciários	710.405,2	9,09	749.580,8	8,97	791.643,4	8,88
IV.2 - Pessoal e Encargos Sociais	335.760,6	4,30	346.445,7	4,15	356.344,5	4,00
IV.3 - Outras Despesas Obrigatórias	264.470,2	3,39	242.072,8	2,90	256.559,8	2,88
IV.4 - Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira	238.770,6	3,06	253.202,9	3,03	250.593,1	2,81
IV.4.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo	154.838,5	1,98	160.242,7	1,92	165.751,3	1,86
IV.4.2 - Discricionárias	83.932,1	1,07	92.960,2	1,11	84.841,8	0,95
V - Resultado Primário Gov. Central (III - IV)	-247.118,2	-3,16	-178.926,0	-2,14	-150.133,9	-1,68
V.1 Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central	44.669,4	0,57	113.135,9	1,35	157.370,6	1,77
V.2 Resultado da Previdência Social	-291.787,6	-3,74	-292.061,9	-3,50	-307.504,5	-3,45
B - EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - META DE RESULTADO PRIMÁRIO	-3.970,0	-0,05	-4.232,9	-0,05	-4.518,5	-0,05
C - GOVERNO FEDERAL - META DE RESULTADO PRIMÁRIO (A+B)	-251.088,2	-3,21	-183.158,9	-2,19	-154.652,4	-1,74
D - GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS - RESULTADO PRIMÁRIO**	200,0	0,00	5.300,0	0,06	5.700,0	0,06
E - SETOR PÚBLICO NÃO FINANCEIRO - RESULTADO PRIMÁRIO (C+D)	-250.888,2	-3,21	-177.858,9	-2,13	-148.952,4	-1,67

Preços Constantes de 2020 (IGP-DI) (R\$ milhões)

ESPECIFICAÇÃO	Preços Constantes de 2020 (IGP-DI) (R\$ milhões)		
	2021	2022	2023
A. GOVERNO CENTRAL	-216.988,5	-150.720,2	-121.924,0
I - Receita Primária Total	1.400.900,8	1.460.520,6	1.504.261,1
I.1 - Receita Administrada pela RFB Líquida de Incentivos Fiscais, exceto RGPS	886.017,9	925.718,0	961.900,4
I.2 - Arrecadação Líquida para o RGPS	367.577,9	385.395,9	393.169,9
I.3 - Outras Receitas	147.305,0	149.406,7	149.190,8
II - Transferências por Repartição de Receitas	257.393,2	270.790,6	282.043,0
III - Receita Primária Líquida (I - II)	1.143.507,6	1.189.730,0	1.222.218,1
IV - Despesa Primária Total	1.360.496,1	1.340.450,2	1.344.142,1
IV.1 - Benefícios Previdenciários	623.789,5	631.417,3	642.894,7
IV.2 - Pessoal e Encargos Sociais	294.823,2	291.832,2	289.387,8
IV.3 - Outras Despesas Obrigatórias	232.224,9	203.912,6	208.352,6
IV.4 - Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira	209.658,6	213.288,1	203.507,0
IV.4.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo	135.959,9	134.982,1	134.606,8
IV.4.2 - Discricionárias	73.698,7	78.306,0	68.900,2
V - Meta do Resultado Primário Gov. Central (III - IV)	-216.988,5	-150.720,2	-121.924,0
V.1 Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central	39.223,1	95.301,2	127.800,8
V.2 Resultado da Previdência Social	-256.211,6	-246.021,4	-249.724,8
B - EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - META DE RESULTADO PRIMÁRIO	-3.486,0	-3.565,6	-3.669,4
C - GOVERNO FEDERAL - META DE RESULTADO PRIMÁRIO (A+B)	-220.474,4	-154.285,8	-125.593,4
D - GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS - RESULTADO PRIMÁRIO**	175,6	4.464,5	4.629,0
E - SETOR PÚBLICO NÃO FINANCEIRO - RESULTADO PRIMÁRIO (C+D)	-220.298,8	-149.821,3	-120.964,4

** Indicativo.

Fonte: Órgãos Diversos. Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

Previsão de Agregado Fiscal para Investimentos em Andamento

A EC nº 102/2019 introduziu, no art. 165, o § 12, que estabelece que integrará a lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 2 (dois) exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para



investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.

Com vistas a cumprir tal disposição e o disposto no art. 20 do PLDO-2021, cabe esclarecer que a previsão para as Despesas Discricionárias do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira prevê a proporção mínima de 9,6%³ do valor total para os investimentos em andamento para cada ano do período de 2021 a 2023.

Dessa forma, o referido percentual incide sobre a previsão para o agregado fiscal referente a valores das despesas discricionárias projetados no item IV.4.2 – Discricionárias da *Tabela 5 - Detalhamento das Variáveis Fiscais* deste anexo para o período de 2021 a 2023, possibilitando a obtenção das previsões de valores agregados destinados à alocação da proporção mínima de recursos para investimentos em andamento para cada lei orçamentária do período.

Em que pese a previsão para o total das discricionárias indicar uma queda no seu valor nominal no período, a adoção de um percentual mínimo fixo visa a preservar a participação dos recursos alocados para tal finalidade, tendo em vista o estoque ainda significativo de projetos de investimento em andamento.

Nessa perspectiva, o art. 21 do PLDO-2021 acrescenta novas regras para a inclusão de novas ações/subtítulos na Lei Orçamentária Anual – LOA, tendo em vista tornar mais criteriosa a criação de novos projetos de investimento no orçamento, contribuindo para a alocação de recursos naqueles em andamento.

Assim, com tais medidas, busca-se mitigar tendência de redução na alocação em investimentos em andamento observada nos últimos anos, mantendo níveis mínimos da alocação com base em referência do PLOA-2020, possibilitando maior previsibilidade para o planejamento e execução dos investimentos em andamento.

As principais premissas e hipóteses para a projeção dos agregados de receitas e despesas primárias apresentados na referida Tabela 5 encontram-se detalhadas na seção relativa ao “Anexo de Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores” mais adiante.

³ O percentual obtido foi calculado com base na proporção observada na alocação de dotações em investimentos em ações tipo projeto em relação ao conjunto apurado das despesas Discricionárias do Poder Executivo no âmbito do Projeto de Lei Orçamentária de 2020 - PLOA-2020. Para isso, o somatório dos valores do grupo de natureza de despesa “Investimentos” das despesas Discricionárias, marcadas com identificador de resultado primário RP 2, alocados em ações tipo projeto do Poder Executivo no PLOA-2020, num total de R\$ 7,0 bilhões, foi dividido pelo conjunto apurado das despesas Discricionárias do Poder Executivo no PLOA-2020, que totalizam R\$ 73,3 bilhões.



ANEXO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

A) Estimativa das Receitas Primárias para 2021 a 2023

Receita administrada pela RFB

As receitas primárias administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), em sua maioria, são estimadas tendo como base a arrecadação histórica recente, em geral relativa aos últimos doze meses, com aplicação dos parâmetros macroeconômicos adequados a cada uma. Consideram ainda o efeito de legislações que já tenham sido aprovadas, como é o caso das alterações introduzidas pela Lei nº 13.755/2018, que instituiu o Programa Rota 2030, no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e da Lei nº 13.799/2019, que prorrogou os benefícios do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE.

Arrecadação para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

As receitas previdenciárias também são projetadas em função de uma base de arrecadação, e aplicação de parâmetros macroeconômicos, notadamente referentes ao mercado de trabalho (massa salarial nominal). Também consideram os efeitos da Lei nº 13.606/2018 e da Lei nº 13.670/2018, que alteram normas relativas à contribuição previdenciária sobre a receita bruta e a prorrogação da desoneração da folha conforme a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.

Receitas não administradas pela RFB

Esse item compreende as receitas com concessões e permissões, complemento para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Contribuição ao Plano de Seguridade do Servidor, Contribuição do Salário-Educação, Exploração de Recursos Naturais, Dividendos e Participações, Operações com Ativos, Receitas Próprias, Convênios, taxas pelo exercício de poder de polícia, taxas por serviços públicos, pensões militares, entre outras.

As receitas de concessões e permissões consideram contratos vigentes, prevendo também o impacto de concessão da Lotex. Os demais itens são, em geral, projetados com base na arrecadação recente e parâmetros adequados, além da consideração de efeitos da legislação atual quando necessário, como foi o caso da aprovação da Emenda Constitucional nº 103/2019, que alterou a alíquotas da Contribuição para o Plano Previdenciário do Servidor Público - CPPS. Para certos casos, sobretudo relativos a receitas próprias de convênios, doações, serviços, aluguéis ou alienações, as projeções são feitas mediante processo participativo entre a Secretaria de Orçamento Federal - SOF e as Unidades Recolhedoras. Em linhas gerais, quando efetuada diretamente pela SOF, considera o histórico de arrecadação dos últimos 12 meses, atualizado pelos índices de preço e/ou quantidade aplicáveis a cada caso específico; quando subsidiadas/elaboradas pelas Unidades Recolhedoras consideram informações específicas dessas unidades que, caso validadas pela SOF, passam a ser consideradas para fins de estimativa.



B) Estimativa das Despesas Primárias para 2021 a 2023

Benefícios Previdenciários

A despesa com Benefícios Previdenciários engloba os benefícios que compõem o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), como aposentadorias, pensões, demais auxílios, sentenças judiciais e a despesa relativa à compensação entre os regimes de previdência. Os parâmetros que mais influenciam a estimativa desses gastos são o crescimento vegetativo dos benefícios e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado pelo IBGE, que corrige também o salário mínimo. Também são considerados o efeito de mudanças na legislação, tendo em vista a aprovação da Emenda Constitucional nº 103/2019, que trata do Regime Geral e Próprio dos servidores públicos.

Pessoal e Encargos Sociais

As projeções para as despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo Federal incorporaram o crescimento vegetativo da folha de pagamentos, que decorre de estudos das séries históricas, bem como da incorporação dos reajustes concedidos aos militares por meio da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, dos provimentos e de outros aumentos na despesa com pessoal e encargos sociais autorizados na Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020 - LOA 2020. No que se refere aos servidores civis da administração direta, às autarquias e às fundações, não foram previstos novos reajustes remuneratórios a partir de 2020. Entretanto, consideraram-se reajustes a serem negociados no âmbito das empresas estatais dependentes, que ocorrem historicamente por meio das negociações coletivas de trabalho. Na presente atualização dessa despesa, além da inclusão de dados realizados até considerou-se também a não efetivação de contratos temporários, especialmente em virtude da perda de eficácia da MP 922, que permitia contratar aposentados, e considera também a não contratação do quantitativo total nos hospitais federais.

Adicionalmente, previram-se novos provimentos no âmbito das Forças Armadas, do Banco de Professor Equivalente do Ministério da Educação e demais cargos e funções vagos.

Para os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União, a Defensoria Pública da União a previsão está de acordo com o Teto dos Gastos e com o Fundo Constitucional do Distrito Federal, conforme a Lei nº 10.633/2002 e Acórdão nº 1.224/2017 – TCU-Plenário.

A projeção dessa despesa para 2022 e 2023 tem como base a projeção de 2021 e hipóteses similares.



Outras Despesas Obrigatórias

Esse agregado compreende o conjunto de despesas obrigatórias cujo rito de execução orçamentária e financeira não se submete à programação mensal dos gastos estabelecidas pelo Poder Executivo. Estão compreendidas as despesas de custeio e investimento primárias dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União que, apesar de grande parte serem classificadas como despesas discricionárias, na perspectiva do demonstrativo, para o Poder Executivo, têm tratamento de despesas obrigatórias na sua totalidade, haja vista sua condição constitucional disposta no Art. 168:

“Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º”.

Além das despesas dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, os principais itens de despesa obrigatórias são:

- (i) Seguro-Desemprego e Abono Salarial: a projeção dessas despesas baseia-se em indicadores do mercado de trabalho e no reajuste do salário mínimo;
- (ii) Sentenças Judiciais: a projeção desse item é composta pelo valor dos precatórios expedidos até 1º de julho de 2020 corrigido pelo IPCA – E, pelo valor das sentenças das estatais dependentes e de outras decisões judiciais;
- (iii) Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB): dada a promulgação da Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020 considerou-se, no cenário para 2021 a 2023, o aumento da Complementação em questão nos termos da referida emenda, calculada sobre as projeções das receitas que compõem esse fundo atualizadas;
- (iv) Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV): projetados de acordo com seu crescimento vegetativo e o reajuste do salário mínimo. A projeção para o cenário aqui apresentado, de acordo com alterações legislativas recentes, considera ainda: (1) a concessão dos benefícios com o critério de elegibilidade de 1/2 salário mínimo durante a calamidade pública, em lugar dos atuais 1/4 de salário mínimo; (2) o não cômputo do benefício da LOAS ou de benefício previdenciários de até 1 salário mínimo no cálculo da renda familiar, para fins de elegibilidade; e (3) adiamento do cronograma de regularização no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico);
- (v) Indenizações relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e os Subsídios e as Subvenções Econômicas: projeções feitas de acordo com a política nacional referente a esses temas e a legislação vigente;
- (vi) Estimativa de reaberturas e pagamento de restos a pagar de créditos extraordinários com impacto em 2021, no valor de R\$ 31.612,5 milhões, com base em informações consolidadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, provenientes dos Ministérios da Saúde e da Cidadania, bem como da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.



Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira - Obrigatórias com Controle de Fluxo:

Consideram-se nesse grupo as despesas obrigatórias com benefícios aos servidores, militares e seus dependentes, bem como determinadas ações e programas obrigatórios na área da saúde e educação, além dos montantes para atendimento do Programa Bolsa-Família. Quanto às despesas com benefícios aos servidores, militares e seus dependentes, essas foram projetadas considerando o IPCA para o auxílio transporte, o dólar para os benefícios no exterior, e a manutenção do valor nominal dos demais benefícios, ajustado pelo quantitativo de beneficiários. A previsão dessas despesas se dá com base em informações enviadas pelos órgãos responsáveis, que fixam e distribuem as despesas sob seu controle de acordo com a legislação vigente e necessidades apuradas.

Neste item consta previsão para a despesa do Fundo Aeronáutico relativa à Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB, estimada em R\$ 1,8 bilhão em cada exercício, de 2020 a 2022. Essa ação contém a contraprestação administrativa da parceria público-privada pretendida para administração do SISCEAB, alocada em plano orçamentário específico, com a seguinte estimativa para o período considerado: R\$ 11,0 milhões para 2020; R\$ 129,5 milhões para 2021; R\$ 210 milhões para 2022; R\$ 210,0 milhões para 2023. Assim, demonstra-se o cumprimento da exigência estabelecida na alínea “b”, do art. 10, da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira - Discricionárias

As despesas discricionárias são aquelas sobre as quais se possui flexibilidade quanto ao momento de sua execução e discricionariedade de alocação das dotações orçamentárias de acordo com suas metas e prioridades. Caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para cumprimento da meta fiscal, no transcorrer da execução orçamentária, essa limitação recairá sobre esse item de despesa, de acordo com o que estabelece o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Para o cenário fiscal aqui projetado, recaiu sobre esse item de despesa o ajuste necessário para que se garanta o cumprimento do Teto dos Gastos relativo ao Novo Regime Fiscal no período de 2021 a 2023.



C) Comparação das metas e projeções com os anos anteriores

Tabela 5: Detalhamento das Variáveis Fiscais

LRF, art.4º, §2º, inciso II

ESPECIFICAÇÃO	2018		2019		2020**		2021		2022		2023	
	R\$ Milhões	%PIB	R\$ Milhões	%PIB	R\$ Milhões	%PIB	R\$ Milhões	%PIB	R\$ Milhões	%PIB	R\$ Milhões	%PIB
A. GOVERNO CENTRAL	-116.167,4	-1,69	-88.898,9	-1,23	-844.574,0	-11,70	-247.118,2	-3,16	-178.926,0	-2,14	-150.133,9	-1,68
I - Receita Primária Total	1.488.259,1	21,60	1.635.111,0	22,53	1.463.026,5	20,26	1.595.421,6	20,42	1.733.842,6	20,76	1.852.307,1	20,79
I.1 - Receita Administrada pela RFB Líquida de Incentivos Fiscais, exceto	905.038,4	13,14	946.035,1	13,04	894.808,1	12,39	1.009.045,1	12,92	1.098.957,0	13,16	1.184.458,5	13,29
I.2 - Arrecadação Líquida para o RGPS	391.181,8	5,68	413.331,3	5,70	402.710,3	5,58	418.617,6	5,36	457.518,9	5,48	484.138,9	5,43
I.3 - Receitas Não Administradas pela RFB	192.038,9	2,79	275.744,6	3,80	165.508,2	2,29	167.758,9	2,15	177.366,7	2,12	183.709,6	2,06
II - Transferências por Repartição de Receitas	256.723,7	3,73	288.330,8	3,97	272.953,8	3,78	293.133,3	3,75	321.466,4	3,85	347.500,3	3,90
III - Receita Primária Líquida (I - II)	1.231.535,4	17,88	1.346.780,2	18,56	1.190.072,8	16,48	1.302.288,3	16,67	1.412.376,2	16,91	1.505.006,9	16,89
IV - Despesa Primária Total	1.351.756,7	19,62	1.441.845,0	19,87	2.034.646,7	28,18	1.549.406,6	19,84	1.591.302,2	19,05	1.655.140,8	18,57
IV.1 - Benefícios Previdenciários	586.378,8	8,51	626.510,4	8,63	670.887,4	9,29	710.405,2	9,09	749.550,8	8,97	791.643,4	8,88
IV.2 - Pessoal e Encargos Sociais	298.020,9	4,33	313.087,3	4,31	324.594,4	4,50	335.760,6	4,36	346.465,7	4,15	356.344,5	4,00
IV.3 - Outras Despesas Obrigatórias	201.338,0	2,92	195.201,8	2,69	787.067,6	10,90	264.470,2	3,39	242.072,8	2,90	256.559,8	2,88
IV.4 - Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira	266.019,0	3,86	307.045,4	4,23	252.097,3	3,49	238.770,6	3,06	253.202,9	3,03	250.593,1	2,81
IV.4.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo	137.186,7	1,99	142.837,1	1,97	136.291,1	1,89	154.838,5	1,98	160.242,7	1,92	165.751,3	1,86
IV.4.2 - Discricionárias***	128.832,3	1,87	164.208,3	2,26	115.806,3	1,60	83.932,1	1,07	92.960,2	1,11	84.841,8	0,95
V - Discrepância Estatística e Ajuste Metodológico	4.053,9	0,06	6.165,8	0,08								
VI - Meta/Resultado Primário Gov. Central (III - IV + V)	-116.167,4	-1,69	-88.898,9	-1,23	-844.574,0	-11,70	-247.118,2	-3,16	-178.926,0	-2,14	-150.133,9	-1,68
VI.1 Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central	79.029,6	1,15	124.280,2	1,71	-576.396,9	-7,98	44.669,4	0,57	113.135,9	1,35	157.370,6	1,77
VI.2 Resultado da Previdência Social	-195.197,0	-2,83	-213.179,1	-2,94	-268.177,1	-3,71	-291.787,6	-3,74	-292.061,9	-3,50	-307.504,3	-3,45
B - EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - META DE RESULTADO PRIMÁRIO	3.466,4	0,05	10.291,8	0,14	-3.810,0	-0,05	-3.970,0	-0,05	-4.232,9	-0,05	-4.518,5	-0,05
C - GOVERNO FEDERAL - META DE RESULTADO PRIMÁRIO (A+B)	-112.701,0	-1,64	-78.607,1	-1,08	-848.384,0	-11,75	-251.088,2	-3,21	-183.158,9	-2,19	-154.652,4	-1,74
D - GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS - RESULTADO PRIMÁRIO *	4.442,8	0,06	16.735,2	0,23	-30.800,0	-0,43	200,0	0,00	5.300,0	0,06	5.700,0	0,06
E - SETOR PÚBLICO NÃO FINANCEIRO - RESULTADO PRIMÁRIO (C+D)	-108.258,2	-1,57	-61.871,9	-0,85	-879.184,0	-12,18	-250.888,2	-3,21	-177.858,9	-2,13	-148.952,4	-1,67

Preços Constantes de 2020 (IGP-DI) (R\$ milhões)

ESPECIFICAÇÃO	2018		2019		2020**		2021		2022		2023	
	R\$ Milhões	%PIB	R\$ Milhões	%PIB	R\$ Milhões	%PIB	R\$ Milhões	%PIB	R\$ Milhões	%PIB	R\$ Milhões	%PIB
A. GOVERNO CENTRAL	-138.844,7	-1,90	-100.194,0	-1,39	-844.574,0	-11,70	-247.118,2	-3,16	-178.926,0	-2,14	-150.133,9	-1,68
I - Receita Primária Total	1.778.786,2	24,47	1.842.872,0	25,46	1.463.026,5	20,26	1.400.900,8	18,00	1.460.520,6	17,75	1.504.261,1	16,54
I.1 - Receita Administrada pela RFB Líquida de Incentivos Fiscais, exceto	1.081.713,4	14,81	1.066.240,5	14,53	894.808,1	12,39	886.017,9	11,39	925.718,0	11,19	961.900,4	10,61
I.2 - Arrecadação Líquida para o RGPS	467.545,5	6,38	465.850,1	6,37	402.710,3	5,58	367.577,9	4,71	385.395,9	4,63	393.169,9	4,35
I.3 - Receitas Não Administradas pela RFB	229.527,4	3,12	310.781,4	4,22	165.508,2	2,29	147.305,0	1,89	149.406,7	1,81	149.190,8	1,65
II - Transferências por Repartição de Receitas	308.839,4	4,22	324.966,7	4,41	272.953,8	3,78	257.393,2	3,31	270.790,6	3,30	282.043,0	3,13
III - Receita Primária Líquida (I - II)	1.471.946,8	20,25	1.517.905,2	20,78	1.190.072,8	16,48	1.143.507,6	14,69	1.189.730,0	14,45	1.222.218,1	13,40
IV - Despesa Primária Total	1.615.636,8	21,85	1.625.049,1	22,04	2.034.646,7	28,18	1.360.496,1	17,60	1.340.450,2	16,37	1.344.142,1	14,84
IV.1 - Benefícios Previdenciários	700.847,3	9,49	706.116,2	9,57	670.887,4	9,29	623.789,5	8,11	631.417,3	7,70	642.894,7	7,13
IV.2 - Pessoal e Encargos Sociais	356.198,4	4,83	352.868,9	4,75	324.594,4	4,50	324.823,2	4,18	291.832,2	3,55	289.397,8	3,23
IV.3 - Outras Despesas Obrigatórias	240.641,8	3,26	220.004,6	2,93	787.067,6	10,90	232.224,9	2,98	203.912,6	2,49	208.352,6	2,31
IV.4 - Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira	317.949,3	4,30	346.059,3	4,61	252.097,3	3,49	209.658,6	2,71	213.288,1	2,61	203.507,0	2,26
IV.4.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo	163.967,3	2,19	160.986,3	2,13	136.291,1	1,89	135.959,9	1,75	134.982,1	1,64	134.606,8	1,50
IV.4.2 - Discricionárias***	153.982,0	2,06	185.073,0	2,48	115.806,3	1,60	73.698,7	0,94	78.306,0	0,95	68.900,2	0,76
V - Discrepância Estatística e Ajuste Metodológico	4.053,9	0,05	6.165,8	0,08								
VI - Meta/Resultado Primário Gov. Central (III - IV + V)	-138.844,7	-1,90	-100.194,0	-1,39	-844.574,0	-11,70	-247.118,2	-3,16	-178.926,0	-2,14	-150.133,9	-1,68
VI.1 Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central	94.457,2	1,27	140.071,5	1,87	-576.396,9	-7,98	39.223,1	0,50	95.301,2	1,16	127.800,8	1,40
VI.2 Resultado da Previdência Social	-233.301,9	-3,16	-240.265,5	-3,25	-268.177,1	-3,71	-256.211,6	-3,28	-246.021,4	-2,99	-249.724,8	-2,76
B - EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - META DE RESULTADO PRIMÁRIO	4.143,1	0,05	11.599,5	0,16	-3.810,0	-0,05	-3.486,0	-0,04	-3.565,4	-0,04	-3.669,4	-0,04
C - GOVERNO FEDERAL - META DE RESULTADO PRIMÁRIO (A+B)	-134.701,6	-1,85	-88.595,1	-1,19	-848.384,0	-11,75	-220.474,4	-2,85	-154.285,8	-1,89	-125.593,4	-1,39
D - GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS - RESULTADO PRIMÁRIO *	5.310,1	0,07	18.861,6	0,25	-30.800,0	-0,43	175,6	0,00	4.464,5	0,05	4.629,0	0,05
E - SETOR PÚBLICO NÃO FINANCEIRO - RESULTADO PRIMÁRIO (C+D)	-129.391,6	-1,78	-69.733,4	-0,94	-879.184,0	-12,18	-220.298,8	-2,85	-149.821,3	-1,84	-120.964,4	-1,34

* Indicativo.

** Com base em valores projetados no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º bimestre de 2020.

*** Para anos realizados e ano corrente, a despesa com emendas parlamentares figura na linha "IV.4.2 - Discricionárias". Para anos a realizar, as emendas são contabilizadas na Reserva de Contingência, isto é, na linha "IV.3 - Outras Despesas Obrigatórias".

Fonte: Origens Diversas. Elaboração: SOf/FAZENDA/ME.

Após apresentar um movimento de recuperação, a partir de 2018, e alcançar 22,53% do PIB em 2019, projeta-se uma queda da receita primária total para 20,26%⁴ do PIB em 2020 no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 5º bimestre. Nesse sentido, a atualização das projeções de receita para o exercício de 2020 pelos parâmetros indicados na Tabela 1 do presente anexo indicam uma ampliação da queda da receita primária total, em termos nominais, para R\$ 1.463,0 bilhões. A partir de 2021, espera-se um crescimento gradual da receita em percentual do PIB.

Em relação ao histórico da Receita Administrada pela RFB e da Arrecadação para o RGPS, a contribuição dos esforços de gestão fiscal de cunho estrutural, como a instituição do Teto dos Gastos e o encaminhamento da Reforma da Previdência, é evidente, uma vez que há impacto direto na atividade econômica, que decorre, sobretudo, de um ganho de credibilidade na política fiscal, o que se reflete positivamente, portanto, na arrecadação. Porém, também vale destacar iniciativas que visam a incrementar temporariamente a arrecadação, como a edição do Programa de Regularização Tributária (PRT/PERT), que buscou a regularização de dívidas tributárias exigíveis, parceladas ou com exigibilidade suspensa, resultando em grande contribuição para arrecadação de vários tributos administrados pela RFB. Tal Programa alcançou uma arrecadação total, no biênio 2017 a 2018, em torno de R\$ 40,0 bilhões, conforme informações da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Destacaram-se em 2018 e 2019 os leilões de concessões e permissões de serviço público, sendo registrado, inclusive, recorde de receitas relativas a tal rubrica em 2019, no montante de R\$ 93,3 bilhões. Os destaques no período foram os bônus de assinatura decorrentes de concessões de petróleo, em especial a realização do leilão do excedente da Cessão Onerosa, realizado em 06 de novembro de 2019. Já para 2020, prevê-se uma receita advinda de permissões e concessões mais modesta, de R\$ 5,2 bilhões, o que se verifica também para o período de 2021 a 2023, porém, apresentando uma tendência de crescimento. Os valores mais modestos previstos para os anos subsequentes se justificam, sobretudo, pelo volume significativo de concessões realizadas até 2019, período em que os ativos mais relevantes foram concedidos. Para 2021, as principais concessões previstas são as aeroportuárias.

Outra arrecadação que obteve desempenho marcante no período de 2018 e 2019 foi com a exploração de recursos naturais, notadamente com os *royalties* e a participação especial na exploração de petróleo e gás natural. Destaca-se o aumento expressivo do preço do barril de petróleo Brent verificado no mercado internacional, com uma cotação média de, respectivamente, US\$ 70 e US\$ 64 por barril. Todavia, diante da deterioração atual do cenário econômico global, projeta-se uma cotação média menos favorável em 2020, de US\$ 42,3 por barril, com uma recuperação gradual para o período de 2021 a 2023, o que contribui para uma projeção de receita relativa à

⁴ Considera, como base, a projeção atualizada do PIB constante na tabela 1 deste anexo.



exploração de recursos naturais, em média, de cerca de 8% abaixo do patamar observado em 2019.

Tendo em vista o contexto adverso, em que a busca pelo incremento de receitas tributárias resultaria em efeito recessivo, prejudicando, portanto, a recuperação econômica no curto e médio prazo, é premente avançar na agenda de reformas estruturais, conforme já citado, com vistas a possibilitar que a recuperação econômica se dê em bases mais sólidas e que haja ganhos de receita maiores que os previstos para o período de 2021 a 2023.

No que tange à despesa, em que pese os esforços e medidas adotadas nos últimos anos, verificou-se, no biênio 2018 e 2019, um crescimento nominal e relativo, alcançando 19,87% do PIB em 2019, o que decorre do crescimento das despesas obrigatórias, sobretudo, aquelas relacionadas ao pagamento de benefícios previdenciários no âmbito do RGPS, cuja relevância, dentre as despesas primárias, é a maior. A despesa com pessoal e encargos sociais, segunda mais representativa, apresenta queda no mesmo período em termos percentuais do PIB.

Em relação ao ano de 2020, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 5º bimestre aponta para uma despesa primária total de 28,18% do PIB. Nesse agregado destaca-se a queda das despesas discricionárias, tendo em vista que, com exceção da despesa com pessoal e encargos sociais, que se mostra decrescente em relação ao PIB, os demais agregados de despesa obrigatória continuam apresentando trajetória de crescimento. Cabe observar que, apesar de a Reforma da Previdência ter sido aprovada em 2019, seu efeito direto sobre a despesa previdenciária se dará de forma diluída ao longo do tempo. Porém, conforme já destacado, a sua aprovação foi positiva para ancorar as expectativas e reforçar a credibilidade da política fiscal, tendo impacto indireto positivo para a situação fiscal.

Dada a situação excepcional verificada em 2020, espera-se que a despesa primária total em proporção do PIB retome tendência declinante a partir de 2021, prevista em 19,64% do PIB para tal ano. Para 2023, projeta-se uma queda para 18,57% do PIB, o que reflete a limitação para crescimento da despesa primária imposta pelo Teto dos Gastos e a recuperação gradual da atividade econômica no período. Tal tendência é verificada para todos os agregados de despesa, obrigatórias e discricionárias.

Ainda no período de 2021 a 2023, projeta-se a tendência de redução da meta de déficit primário, tanto em termos nominais, quanto em relação ao PIB, o que reflete o movimento de queda relativa das despesas e o cenário de recuperação gradual da atividade econômica.

Por fim, acerca da trajetória do endividamento público, considerando a projeção para o déficit primário de R\$ 844,6 bilhões em 2020, conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º bimestre, bem como os demais



parâmetros do cenário macroeconômico, em particular, a taxa de variação do PIB real, estimamos que a DBGG/PIB alcançará 93,5% do PIB ao final de 2020, aumentando 19,3 p.p. do PIB em relação a 2019, quando a DBGG/PIB encerrou o ano em 74,3% do PIB. Por sua vez, a DLSP/PIB, conforme essa nova estimativa, terminaria 2020 em 66,6 % do PIB, contra 54,6% do PIB no ano anterior. Esses números evidenciam que o crescimento da dívida pública é notório em 2020, mas associado essencialmente ao contexto de reação fiscal aos efeitos da pandemia do novo coronavírus e seus impactos nas finanças públicas do Brasil.





MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria de Orçamento Federal
Subsecretaria de Assuntos Fiscais
Coordenação-Geral de Despesas com Pessoal e Sentenças

Nota Técnica SEI nº 55254/2020/ME

Assunto: Sugestão de alteração do art. 115 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 – PLDO 2021.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de sugestão de alteração do art. 115 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021, que trata da classificação orçamentária das contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e as despesas com serviços de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos.

ANÁLISE

2. Trata-se de sugestão de alteração do art. 115 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021, que trata da classificação orçamentária das contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e as despesas com serviços de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, tendo em vista demanda apresentada pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, conforme amplamente discutido em conjunto com esta Coordenação-Geral de Despesas com Pessoal e Sentenças.

3. A proposta tem por objetivo caracterizar no texto da lei a substituição de servidores e empregados públicos para fins de aplicação do caput do artigo, de forma a melhor alocação do orçamento nos grupos de natureza de despesa GND 1 – Pessoal e Encargos Sociais e GND 3 – Outras Despesas Correntes, nas hipóteses em que específica.

4. Assim, os incisos I e II, da proposta, determinam que deverão ser incluídas para apuração da despesa com pessoal prevista no art. 18 de Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, as despesas relativas à contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei nº 8.745, de 1993, e à contratação de terceirização de mão de obra e serviços de terceiros, quando ambos os casos caracterizarem substituição de servidor.

5. Os incisos I e II, do § 1º, do art. 115, por sua vez, caracterizam como substituição de servidores e empregados aquelas contratações para atividades que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; ou que sejam consideradas estratégicas ou sejam inerentes às competências institucionais finalísticas atribuídas legalmente ao órgão ou entidade contratante.

6. Por fim, os §§ 2º, 3º e 4º, determinam a adequada classificação orçamentária para cada caso específico, em nível de grupo de natureza de despesa e elemento de despesa.



7. Desta maneira, encaminha-se a seguinte sugestão de redação do art. 115 do PLDO-2021:

Art. 115. Para apuração da despesa com pessoal prevista no art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser incluídas, quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, aquelas relativas à:

I - contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do disposto na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

II – contratação de terceirização de mão de obra e serviços de terceiros, quando se enquadrar na hipótese do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º Caracterizam-se como substituição de servidores e empregados aquelas contratações para atividades que:

I - envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; ou

II - que sejam consideradas estratégicas ou sejam inerentes às competências institucionais finalísticas atribuídas legalmente ao órgão ou entidade contratante.

§ 2º As despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, na forma do § 1º, deverão ser classificadas no GND 1 – Pessoal e encargos sociais, elemento de despesa 04 – Contratações Temporárias.

§ 3º As despesas de contratação de pessoal por tempo determinado, não abrangidas no § 2º serão classificadas no GND 3 - Outras Despesas Correntes, elemento de despesa 04 – Contratações Temporárias.

§ 4º As despesas de contratação de terceirização de mão de obra e serviços de terceiros, nos termos do § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, serão classificadas no GND 3 - Outras Despesas, elemento de despesa 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.

8. Pretende-se com a presente alteração elucidar os casos em que há aplicação do art. 169, §1º, devendo, portanto, as contratações temporárias estarem sujeitas às autorizações da LDO e LOA anuais, bem como evidenciar a correta classificação orçamentária para os casos previstos.

CONCLUSÃO

9. Submete-se o assunto à consideração superior com a sugestão de encaminhamento da presente Nota Técnica, à Secretaria-Adjunta de Orçamento Federal para Gestão Orçamentária - SECAD/SOF para conhecimento e adoção das medidas pertinentes.

RECOMENDAÇÃO

10. Sugere-se encaminhar a presente Nota Técnica, à Secretaria-Adjunta de Orçamento Federal para Gestão Orçamentária - SECAD/SOF para conhecimento e adoção das medidas pertinentes.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

ANTONIO CARLOS FRISSO JUNIOR
Coordenador de Acompanhamento e Avaliação
de Despesas com Pessoal e Sentenças

Documento assinado eletronicamente

MYCHELLE CELESTE RABELO DE SÁ
Coordenadora-Geral de Despesas
com Pessoal e Sentenças



De acordo.

Documento assinado eletronicamente

LUIZ GUILHERME PINTO HENRIQUES
Subsecretário de Assuntos Fiscais



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Guilherme Pinto Henriques, Subsecretário(a)**, em 07/12/2020, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mychelle Celeste Rabelo de Sá, Coordenador(a)-Geral**, em 07/12/2020, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Carlos Frisso Júnior, Coordenador(a)**, em 07/12/2020, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12277077** e o código CRC **FA230FC9**.

Referência: Processo nº 10080.101759/2020-71.

SEI nº 12277077





MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria de Orçamento Federal
Subsecretaria de Assuntos Fiscais
Coordenação-Geral de Despesas com Pessoal e Sentenças

DESPACHO

Processo nº 10080.101759/2020-71

À SECAD-SOF,

Em retificação à Nota Técnica SEI nº 55254/2020/ME ()12277077, sugere-se a seguinte redação alternativa à proposta de alteração do art. 115, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 - PLDO 2021:

Art. 115. Para apuração da despesa com pessoal prevista no art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser incluídas, quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, aquelas relativas à:

I - contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do disposto na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

II - contratação de terceirização de mão de obra e serviços de terceiros, quando se enquadrar na hipótese do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º Caracterizam-se como substituição de servidores e empregados aquelas contratações para atividades que:

I - envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; ou

II - que sejam consideradas estratégicas ou sejam inerentes às competências institucionais finalísticas atribuídas legalmente ao órgão ou entidade contratante.

§ 2º As despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado:

I - quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, na forma do § 1º, deverão ser classificadas no GND 1 - Pessoal e encargos sociais e no elemento de despesa 04 - Contratação por Tempo Determinado; e

II - quando não caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, não se constituem em despesas classificáveis no GND 1 e deverão ser classificadas no elemento de despesa a 04 - Contratação por Tempo Determinado;

§ 3º As despesas de contratação de terceirização de mão de obra e serviços de terceiros, nos termos do § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, não se constituem em despesas classificáveis no GND 1, e devem ser classificadas no elemento de despesa 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.

Brasília, 08 de dezembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente

LUIZ GUILHERME PINTO HENRIQUES

Subsecretário de Assuntos Fiscais





Documento assinado eletronicamente por **Luiz Guilherme Pinto Henriques, Subsecretário(a)**, em 08/12/2020, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12313135** e o código CRC **AA0320E6**.

Referência: Processo nº 10080.101759/2020-71.

SEI nº 12313135





MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria de Orçamento Federal
Subsecretaria de Gestão Orçamentária

Nota Técnica SEI nº 55519/2020/ME

Assunto: Proposta de alteração do art. 6º e do art. 42 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 – PLDO-2021.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A presente Nota Técnica visa apresentar subsídios para apreciação de proposta de alteração do art. 6º e do art. 42 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 - PLDO 2021.
2. A modificação em comento tem como objetivo tornar mais transparente e estabelecer requisitos adicionais para a transição de empresas estatais entre os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento, de modo a conferir maior previsibilidade à aplicação do disposto no inciso III do art. 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e orientar a posterior regulamentação da matéria em ato do Poder Executivo.

ANÁLISE

3. Inicialmente cabe destacar a orientação do Tribunal de Contas da União, veiculada no Acórdão nº 89/2020-Plenário:

“9.2.1. conforme o art. 2º, inciso III, da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as empresas estatais dependentes devem ser incluídas no orçamento fiscal e da seguridade social, não havendo óbice a que o Poder Executivo, ao definir os procedimentos de transição para essa inclusão no caso concreto, pondere os princípios norteadores da Administração Pública, em especial o que dispõe a parte inicial do art. 1º, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, mormente quando decidir sobre aspectos sem plena regulamentação, como no caso de empresas dependentes de capital aberto;

9.2.2. o Poder Executivo, com vistas a conferir maior segurança jurídica ao processo, poderá regulamentar os procedimentos de inclusão de estatais no orçamento fiscal e da seguridade social, de forma que os efeitos da transição se deem ao longo de um período pré-determinado, fundamentado e de razoável duração; (...)”.
4. Considerando a possibilidade de instituição de um processo de transição das empresas estatais entre os regimes de dependência e não dependência, o Poder Executivo, com base nos itens 30 e 32 do Voto do Ministro Bruno Dantas no citado Acórdão, propôs no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 – PLDO 2021 – o ajuste dos dispositivos que disciplinam as entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e o Orçamento de Investimentos.
5. Em suma, o referido Projeto prevê que as empresas estatais com Plano de Sustentabilidade ou Reequilíbrio Econômico-Financeiro aprovado devem permanecer em seu respectivo orçamento, até a conclusão do plano. Durante esse período, será possível avaliar com maior profundidade e consistência a condição de dependência da empresa, e adotar as medidas orçamentárias, administrativas e



organizacionais necessárias para a transição de regime. Por fim, o PLDO remete a regulamentação do processo de transição a ato do Poder Executivo, uma vez que tal processo perpassa mais de um exercício financeiro e requer o detalhamento das condições, dos procedimentos e dos prazos.

6. De forma geral, essa iniciativa tem como objetivo conferir maior previsibilidade à aplicação dos parâmetros estabelecidos no inciso III do *caput* do art. 2º da LRF, observando também o disposto no § 1º do art. 1º da referida Lei, que preceitua a ação planejada e transparente na gestão fiscal.

7. No tocante ao OFSS, o procedimento de transição possibilitará que as empresas dependentes federais se tornem não dependentes de recursos do Tesouro Nacional. O que se pretende é que a empresa dependente continue no OFSS durante o exercício financeiro em que o Plano de Sustentabilidade Econômico-Financeira estiver sendo executado, quando será aferida a total independência de recursos do Tesouro Nacional.

8. Somente no exercício posterior à finalização do plano de sustentabilidade econômico-financeira, e tendo demonstrado a capacidade operacional da empresa de se manter sem recursos da União, ela será classificada como não dependente e incluída no Orçamento de Investimento.

9. A versão original do PLDO-2021, apesar de indicar que as empresas públicas que tivessem plano de sustentabilidade econômico e financeira em vigor deveriam permanecer no OFSS, não detalhava os requisitos que deveriam atender para se submeter ao processo de revisão. Observe-se:

Art. 6º (...) § 2º Permanecerão nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social as empresas públicas e as sociedades de economia mista que o integram na Lei Orçamentária de 2020 e que possuam plano de sustentabilidade econômico-financeira aprovado e em vigor para o exercício de 2021, conforme disposto em ato do Poder Executivo federal.

10. A nova redação do art. 6º, que ora se propõe, esclarece que a participação do processo de transição requer que empresas não tenham recebido ou utilizado recursos do Tesouro Nacional, ou que tenham apresentado superávit financeiro de receitas próprias superiores aos referidos recursos:

Art. 6º (...) § 2º A empresa pública ou sociedade de economia mista integrante dos Orçamentos Fiscal e Seguridade Social, em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto, e que não tiver recebido ou utilizado recursos do Tesouro Nacional para pagamento de despesas com pessoal e de custeio em geral ou que tiver apresentado superávit financeiro de receitas próprias superior ao montante de recursos recebidos ou utilizados, poderá apresentar Plano de Sustentabilidade Econômica e Financeira, com vistas à revisão de sua classificação de dependência, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal.

§ 3º Na hipótese de aprovação do Plano de Sustentabilidade Econômica e Financeira de que trata o § 2º, a empresa pública ou sociedade de economia mista permanecerá nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União durante sua vigência.

11. Dessa forma, a própria LDO passa a estabelecer condições mínimas para a apresentação do Plano de Sustentabilidade Econômico-Financeira pelas empresas estatais integrantes do OFSS.

12. No que diz respeito ao OI, a nova versão do texto deixa claro que o procedimento de transição está calcado no conceito estabelecido no inciso III do *caput* do art. 2º da LRF, ou seja, compreende as empresas não dependentes que tenham recebido do seu controlador ou utilizado recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

13. Assim, constatada a ocorrência de recebimento e a efetiva utilização de recursos para as finalidades de que trata a LRF, a empresa poderá permanecer no Orçamento de Investimento, contudo deverá, entre outros requisitos, ter Plano de Reequilíbrio Econômico-Financeiro previamente aprovado, atendidos os demais requisitos estabelecidos em ato do Poder Executivo.

14. Adicionalmente, para o caso das estatais não dependentes, o PLDO-2021 estabelece alguns requisitos adicionais, tal como a inclusão no Programa Nacional de Desestatização, de que trata a



Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997. Com relação a esse ponto, a nova versão do texto do PLDO-2021, ora apresentada, determina ainda que a permanência da empresa estatal no Orçamento de Investimento, durante a vigência do Plano de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, deverá observar o comando do § 9º do art. 37 da CF, e, por consequência, do inciso XI do referido artigo, que trata do teto remuneratório constitucional.

15. Por fim, com o objetivo de compatibilizar a programação orçamentária e o inciso III do caput do art. 2º da LRF, a proposta de modificação do PLDO-2021 estabelece que as empresas estatais cujos investimentos financiados pela União destinam-se ao futuro aumento de capital permanecerão no Orçamento de Investimento.

16. Abaixo, apresenta-se as alterações no art. 42 do PLDO-2021:

Art. 42. (...) § 6º Permanecerão no Orçamento de Investimento as empresas públicas e sociedade de economia mista que tenham recebido do seu controlador ou utilizado recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária, desde que atendidas, cumulativamente, às seguintes condições, e observado o disposto em ato do Poder Executivo federal:

I - integrar o Orçamento de Investimento na Lei Orçamentária do exercício anterior;

II - estar incluída no Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997;

III - possuir Plano de Reequilíbrio Econômico e Financeiro aprovado e em vigor; e

IV - observar o disposto no § 9º do art. 37 da Constituição Federal. (...)

§ 10. Para o exercício de 2021, as empresas públicas e as de sociedades de economia mista somente poderão receber aportes da União para futuro aumento de capital se estiverem incluídas no Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 9.491, de 1997, exceto se:

I - tratar de aporte inicial para constituição do capital inicial de empresa criada por lei; e

II - envolver empresas financeiras para enquadramento nas regras do Acordo de Basileia.

§ 11. As empresas públicas e as sociedades de economia cujos investimentos são financiados com a participação da União para futuro aumento de capital manter-se-ão no Orçamento de Investimentos de forma a compatibilizar a programação orçamentária e o art. 2º, III, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

CONCLUSÃO

17. Ante o exposto, recomenda-se o envio desta Nota Técnica à Secretaria Especial de Fazenda, como forma de complementar as disposições do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021, no tocante à transição das empresas estatais entre os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e o Orçamento de Investimentos.

Documento assinado eletronicamente

ZARAK DE OLIVEIRA FERREIRA

Diretor

Documento assinado eletronicamente

CLAYTON LUIZ MONTES

Subsecretário de Gestão Orçamentária, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Zarak de Oliveira Ferreira, Diretor(a)**, em 08/12/2020, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de](#)



2015.



Documento assinado eletronicamente por **Clayton Luiz Montes, Diretor(a)**, em 08/12/2020, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12303335** e o código CRC **706840FB**.

Referência: Processo nº 10080.101766/2020-73.

SEI nº 12303335





MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Assessoria Parlamentar

DESPACHO

Processo nº 10080.101766/2020-73

Assunto: Ajustes ao Projeto de Lei do Congresso Nacional - PLN nº 9/2020-CN, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2021

À Assessoria para Assuntos Parlamentares,

Manifesto anuência às Minutas de Ofício SOF-SECAD 12396573 e 12303133, a serem subscritas pelo Ministro de Estado da Economia, e às Notas Técnicas SEI nº 55519/2020/ME (12303335), de 08/12/2020, e nº 55254/2020/ME (12303364), de 07/12/2020, essa retificada por meio do Despacho SOF-CGDPS de 08/12/2020 (12303364, fls. 4-5).

Tais ajustes referem-se ao Projeto de Lei do Congresso Nacional - [PLN nº 9/2020](#) - CN, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 - PLDO 2021, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências”, encaminhado por meio da Mensagem nº 179, de 15 de abril de 2020, e têm o objetivo de (i) atualizar a meta de resultado primário; (ii) aperfeiçoar os requisitos adicionais para a transição de empresas estatais entre os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento; e (iii) trazer maior detalhamento e clareza para a caracterização de "substituição de servidores" nos casos de contrato temporário e contratação terceirizada.

Ressalta-se, ainda, que a proposta de atualização do Anexo de Metas Fiscais (AMF) constante do presente processo foi feita com base na grade de parâmetros elaborada pela Secretaria de Política Econômica da Secretaria Especial de Fazenda – SPE/Fazenda, de 9 de novembro, ou seja, não considerando, pois, a divulgação em 3 dezembro do crescimento do terceiro trimestre do PIB, pelo IBGE. Vale dizer que as projeções de receitas e despesas no horizonte de 2021 a 2023, constantes da proposta de atualização do AMF em tela, consideraram a referida grade de parâmetros de 9 de novembro de 2020, e foram elaboradas pelos respectivos órgãos competentes, no prazo devido. Tais parâmetros também foram disponibilizados ao Congresso Nacional, conforme exigência constante do Inciso XXII, do Anexo II, da [Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020 – LDO 2020](#).

Nesse contexto, submetem-se à apreciação os seguintes documentos:

- Minuta de Ofício à CMO (12396573);
- Minuta de Ofício ao Presidente do Congresso Nacional (12303133);
- Anexo aos Ofícios, contendo a relação de sugestões de alteração do texto dos arts. 2º, 6º, 42 e 115 (12429749);
- Anexo aos Ofícios, contendo sugestão de alteração do texto do Anexo IV (12429752);
- Nota Técnica elaborada em subsídio à sugestão de alteração dos arts. 6º e 42 (12303335);
- Nota Técnica elaborada em subsídio à sugestão de alteração do art. 115



(12303364); e

- Despacho SOF-SEAFI (12447257), de 14/12/2020.

Diante do exposto, tendo como referência o teor das solicitações de ajustes encaminhadas, apresentamos as Minutas de Ofício SOF-SECAD (12396573 e 12303133), a serem encaminhadas pelo Ministro de Estado da Economia, respectivamente, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO e à Presidência do Congresso Nacional, bem como documentação de suporte acima listada, para conhecimento e providências pertinentes.

Brasília-DF, na data da assinatura digital.

Documento assinado eletronicamente
GLAUBER PIMENTEL DE QUEIROZ
Assessor

Documento assinado eletronicamente
GUSTAVO JOSÉ DE GUIMARÃES E SOUZA
Secretário Especial Adjunto de Fazenda



Documento assinado eletronicamente por **Glauber Pimentel de Queiroz, Assessor(a)**, em 14/12/2020, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo José de Guimarães e Souza, Secretário(a) Especial Adjunto(a) de Fazenda**, em 14/12/2020, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12398723** e o código CRC **1D7A56AA**.

Referência: Processo nº 10080.101766/2020-73.

SEI nº 12398723





MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria de Orçamento Federal
Subsecretaria de Assuntos Fiscais

DESPACHO

Processo nº 10080.101766/2020-73

À Secretaria Especial de Fazenda.

Ressalta-se que a proposta de atualização do Anexo de Metas Fiscais (AMF) constante do presente processo foi feita com base na grade de parâmetros elaborada pela Secretaria de Política Econômica da Secretaria Especial de Fazenda – SPE/Fazenda, de 9 de novembro, ou seja, não considerando, pois, a divulgação em 3 dezembro do crescimento do terceiro trimestre do PIB, pelo IBGE. Vale dizer que as projeções de receitas e despesas no horizonte de 2021 a 2023, constantes da proposta de atualização do AMF em tela, consideraram a referida grade de parâmetros de 9 de novembro de 2020, e foram elaboradas pelos respectivos órgãos competentes, no prazo devido. Tais parâmetros também foram disponibilizados ao Congresso Nacional, conforme exigência constante do Inciso XXII, do Anexo II, da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020 – LDO 2020.

Brasília, 14 de dezembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente

LUIZ GUILHERME PINTO HENRIQUES

Subsecretário de Assuntos Fiscais



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Guilherme Pinto Henriques, Subsecretário(a)**, em 14/12/2020, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12447257** e o código CRC **5FA98C0A**.

Referência: Processo nº 10080.101766/2020-73.

SEI nº 12447257





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 81, DE 2020

Destaque para votação em separado da Emenda nº 41390002 ao PLN nº 9/2020 - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021.

AUTORIA: Líder do CIDADANIA Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete da Liderança do CIDADANIA

REQUERIMENTO Nº 81, DE 2020 - CN
DE DESTAQUE
(BANCADA DO CIDADANIA NO SENADO FEDERAL)

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132-A da Resolução nº 1/2006-CN, destaque, para apreciação no painel eletrônico, da **Emenda nº 41390002** ao PLN nº 9/2020 - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2020.

Senadora **ELIZIANE GAMA**
(CIDADANIA - MA)
Líder do CIDADANIA





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 82, DE 2020

Destaque para votação em separado da Emenda nº 41300010, apresentada ao PLN nº 9/2020 (PLDO 2021).

AUTORIA: Líder do PSOL Sâmia Bomfim (PSOL/SP)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica**RQN**
00082/2020**REQUERIMENTO Nº 82, DE 2020 – CN**
DE DESTAQUE

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 50, do Regimento Comum do Congresso Nacional, e 79 e seguintes, combinados com 138 e 139, todos da Resolução nº 6 de 2006 do Congresso Nacional, destaque para votação em separado da Emenda nº 41300010, apresentada ao PLN nº 9/2020 (PLDO 2021).

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2020.

Deputada **SÂMIA BOMFIM**
Líder do PSOL



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 83, DE 2020

Destaque para votação em separado da Emenda 40950010, apresentada ao PLN nº 9, de 2020.

AUTORIA: Líder do PT Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)



RQN
00083/2020

REQUERIMENTO Nº 83, DE 2020 – CN
DE DESTAQUE
(BANCADA DO PT NO SENADO)

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do Artigo 132-A da Resolução 1/2006, destaque para votação em separado da Emenda 40950010, apresentada ao PLN nº 9, de 2020.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2020

Senador Rogério Carvalho
Líder do PT Senado





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 84, DE 2020

Destaque para votação em separado do inciso VII do art. 109 do Substitutivo ao PLN 9/20, com vistas à sua supressão.

AUTORIA: Líder do NOVO Paulo Ganime (NOVO/RJ)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO N. 84, DE 2020 - CN**REQUERIMENTO DE DESTAQUE**

Requeiro, nos termos do art. 132-A da Resolução nº 1/2006 do Congresso Nacional, **destaque de bancada para votação em separado** do inciso VII do art. 109 do ~~PLN 9/20~~ *SUBSTITUTIVO* Ao PLN 9/20, com vistas à sua supressão.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 2020



DEP. PAULO GANIME
(NOVO/RS)
Líder do Partido NOVO

Proponente: Líder





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 85, DE 2020

Destaque para votação em separado da EMENDA Nº 2862002, apresentada ao PNL Nº 9/2020.

AUTORIA: Líder do PT Enio Verri (PT/PR), Líder da Minoria no Congresso Nacional Carlos Zarattini (PT/SP), Líder do PT Afonso Florence (PT/BA)



[Página da matéria](#)



RQN
00085/2020

REQUERIMENTO Nº 85, DE 2020 – CN
DE DESTAQUE

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do Artigo 132 da Resolução 1/2006,
destaque da EMENDA Nº 2862002, apresentada ao **PNL Nº 9/2020**.

Sala das Sessões,

Deputado **ENIO VERRI**

Líder do PT

Deputado **AFONSO FLORENCE**

Vice-líder do PT

Deputado **CARLOS ZARATTINI**

Líder da MINORIA no Congresso Nacional





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 86, DE 2020

Destaque para votação em separado da EMENDA Nº 28710055, apresentada ao PNL Nº 9/2020.

AUTORIA: Líder do PT Enio Verri (PT/PR), Líder da Minoria no Congresso Nacional Carlos Zarattini (PT/SP), Líder do PT Afonso Florence (PT/BA)



[Página da matéria](#)



RQN
00086/2020

REQUERIMENTO Nº 86, DE 2020 – CN
DE DESTAQUE

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do Artigo 132 da Resolução 1/2006, **destaque** da **EMENDA Nº 28710055**, apresentada ao **PNL Nº 9/2020**.

Sala das Sessões,

Deputado **ENIO VERRI**

Líder do PT

Deputado **AFONSO FLORENCE**

Vice-líder do PT

Deputado **CARLOS ZARATTINI**

Líder da MINORIA no Congresso Nacional





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 87, DE 2020

Destaque para votação em separado da Emenda nº 28710011, apresentada ao PNL Nº 9/2020.

AUTORIA: Líder do PT Enio Verri (PT/PR), Líder da Minoria no Congresso Nacional Carlos Zarattini (PT/SP), Líder do PT Afonso Florence (PT/BA)



[Página da matéria](#)



RQN
00087/2020

REQUERIMENTO Nº 87, DE 2020 – CN
DE DESTAQUE

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do Artigo 132 da Resolução 1/2006,
destaque da EMENDA Nº 28710011, apresentada ao PNL Nº 9/2020.

Sala das Sessões,

Deputado **ENIO VERRI**

Líder do PT

Deputado **AFONSO FLORENCE**

Vice-líder do PT

Deputado **CARLOS ZARATTINI**

Líder da MINORIA no Congresso Nacional



Votação Nominal e Simbólica

PLEN - Plenário

Reunião: Sessão do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados (virtual)

Data/Local: 16/12/2020 - Plenário da Câmara dos Deputados

PLN 9/2020 CN - Projeto de Lei (CN) de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) nº 9/2020

Votação iniciada em:16/12/2020 12:31:03 - Votação encerrada em:16/12/2020 12:43:59

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
455	444	10	0	0	1	455

PT	Sim	DEM	Sim	AVANTE	Sim
PSL	Sim	SOLIDARIEDADE	Sim	PATRIOTA	
PL	Sim	PTB	Sim	PV	Sim
PP	Sim	PODE	Sim	REDE	Sim
MDB	Sim	PSOL	Não	Maioria	
PSD	Sim	PROS	Sim	Minoria	
REPUBLICANOS	Sim	PSC	Sim	Oposição	Liberado
PSDB	Sim	PCdoB	Sim	Governo	Sim
PSB	Sim	CIDADANIA	Sim		
PDT	Sim	NOVO	Sim		

Orientação das Lideranças

Votos

PLEN	Ordenado por: <input type="text" value="Nome"/>	513 vagas	
PLEN 513 vagas			
Titular			
Abílio Santana (PL-BA) -votou	Sim	Abou Anni (PSL-SP) -votou	Sim
Acácio Favacho (PROS-AP) -votou	Sim	Adolfo Viana (PSDB-BA) -votou	Sim
Adriana Ventura (NOVO-SP) -votou	Sim	Adriano do Baldy (PP-GO) -votou	Sim
Aécio Neves (PSDB-MG) -votou	Sim	Afonso Florence (PT-BA) -votou	Sim
Afonso Hamm (PP-RS) -votou	Sim	Afonso Motta (PDT-RS) -votou	Sim
Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)		Airton Faleiro (PT-PA)	
AJ Albuquerque (PP-CE) -votou	Sim	Alan Rick (DEM-AC) -votou	Sim



Alceu Moreira (MDB-RS) -votou	Sim	Alcides Rodrigues (PATRIOTA-GO) -votou	Sim
Alê Silva (PSL-MG) -votou	Sim	Alencar S. Braga (PT-SP) -votou	Sim
Alessandro Molon (PSB-RJ) -votou	Sim	Alex Manente (CIDADANIA-SP) -votou	Sim
Alex Santana (PDT-BA) -votou	Sim	Alexandre Frota (PSDB-SP) -votou	Sim
Alexandre Leite (DEM-SP)		Alexandre Padilha (PT-SP) -votou	Sim
AlexandreSerfiotis (PSD-RJ) -votou	Sim	Alexis Fonteyne (NOVO-SP) -votou	Sim
Alice Portugal (PCdoB-BA) -votou	Sim	Aliel Machado (PSB-PR)	
Aline Gurgel (REPUBLICANOS-AP) -votou	Sim	Aline Sleutjes (PSL-PR) -votou	Sim
Altineu Côrtes (PL-RJ) -votou	Sim	Aluisio Mendes (PSC-MA) -votou	Sim
Amaro Neto (REPUBLICANOS-ES) -votou	Sim	André Abdon (PP-AP) -votou	Sim
André de Paula (PSD-PE) -votou	Sim	André Ferreira (PSC-PE) -votou	Sim
André Figueiredo (PDT-CE) -votou	Sim	André Fufuca (PP-MA) -votou	Sim
André Janones (AVANTE-MG) -votou	Sim	Angela Amin (PP-SC) -votou	Sim
Antonio Brito (PSD-BA) -votou	Sim	Arlindo Chinaglia (PT-SP) -votou	Sim
Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP) -votou	Sim	Aroldo Martins (REPUBLICANOS-PR)	
Arthur Lira (PP-AL)		Arthur O. Maia (DEM-BA) -votou	Sim
Átila Lins (PP-AM)		Átila Lira (PP-PI) -votou	Sim
Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE) -votou	Sim	Áurea Carolina (PSOL-MG) -votou	Não
Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ) -votou	Sim	Bacelar (PODE-BA) -votou	Sim
Baleia Rossi (MDB-SP)		Benedita da Silva (PT-RJ) -votou	Sim
Benes Leocádio (REPUBLICANOS-RN) -votou	Sim	Beto Faro (PT-PA) -votou	Sim
Beto Pereira (PSDB-MS) -votou	Sim	Beto Rosado (PP-RN)	
Bia Cavassa (PSDB-MS) -votou	Sim	Bia Kicis (PSL-DF) -votou	Sim
Bibo Nunes (PSL-RS) -votou	Sim	Bilac Pinto (DEM-MG)	
Bira do Pindaré (PSB-MA) -votou	Sim	Boca Aberta (PROS-PR)	
Bohn Gass (PT-RS) -votou	Sim	Bosco Costa (PL-SE) -votou	Sim
Bosco Saraiva (SOLIDARIEDADE-AM)		Bozzella (PSL-SP)	
Bruna Furlan (PSDB-SP) -votou	Sim	Cacá Leão (PP-BA) -votou	Sim
Camilo Capiberibe (PSB-AP) -votou	Sim	Cap. Alberto Neto (REPUBLICANOS-AM) -votou	Sim
Cap. Fábio Abreu (PL-PI) -votou	Sim	Capitão Augusto (PL-SP) -votou	Sim
Capitão Wagner (PROS-CE) -votou	Sim	Carla Dickson (PROS-RN) -votou	Sim
Carla Zambelli (PSL-SP) -votou	Sim	Carlos Bezerra (MDB-MT)	
Carlos Chiodini (MDB-SC) -votou	Sim	Carlos Gaguim (DEM-TO) -votou	Sim
Carlos Gomes (REPUBLICANOS-RS) -votou	Sim	Carlos Jordy (PSL-RJ) -votou	Sim



Carlos Sampaio (PSDB-SP) -votou	Sim	Carlos Veras (PT-PE) -votou	Sim
Carlos Zarattini (PT-SP) -votou	Sim	Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC) -votou	Sim
Caroline de Toni (PSL-SC) -votou	Sim	Cássio Andrade (PSB-PA) -votou	Sim
Celina Leão (PP-DF) -votou	Sim	Célio Moura (PT-TO) -votou	Sim
Célio Silveira (PSDB-GO) -votou	Sim	Célio Studart (PV-CE) -votou	Sim
Celso Maldaner (MDB-SC) -votou	Sim	Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim
Celso Sabino (PSDB-PA) -votou	Sim	Cezinha Madureira (PSD-SP) -votou	Sim
Charles Fernandes (PSD-BA) -votou	Sim	Charles Evangelis (PSL-MG) -votou	Sim
Chico D'Angelo (PDT-RJ) -votou	Sim	Chiquinho Brazão (AVANTE-RJ) -votou	Sim
Chris Tonietto (PSL-RJ)		Christiane Yared (PL-PR) -votou	Sim
Christino Aureo (PP-RJ) -votou	Sim	Clarissa Garotinho (PROS-RJ) -votou	Sim
Claudio Cajado (PP-BA) -votou	Sim	Cleber Verde (REPUBLICANOS-MA) -votou	Sim
Coronel Armando (PSL-SC) -votou	Sim	Coronel Tadeu (PSL-SP) -votou	Sim
CoronelChrisóstom (PSL-RO) -votou	Sim	Cristiano Vale (PL-PA) -votou	Sim
Da Vitória (CIDADANIA-ES) -votou	Sim	Dagoberto Nogueira (PDT-MS) -votou	Sim
Damião Feliciano (PDT-PB)		Daniel Almeida (PCdoB-BA)	
Daniel Coelho (CIDADANIA-PE) -votou	Sim	Daniel Freitas (PSL-SC) -votou	Sim
Daniel Silveira (PSL-RJ) -votou	Sim	Daniel Trzeciak (PSDB-RS) -votou	Sim
Daniela Waguinho (MDB-RJ) -votou	Sim	Danilo Cabral (PSB-PE)	
Daniilo Forte (PSDB-CE) -votou	Sim	Danrlei (PSD-RS) -votou	Sim
David Miranda (PSOL-RJ) -votou	Sim	David Soares (DEM-SP) -votou	Sim
DeiAntônioFurtado (PSL-RJ) -votou	Sim	Deleg. Éder Mauro (PSD-PA)	
Delegado Marcelo (PSL-MG) -votou	Sim	Delegado Pablo (PSL-AM) -votou	Sim
Delegado Waldir (PSL-GO) -votou	Sim	Denis Bezerra (PSB-CE) -votou	Sim
Diego Andrade (PSD-MG)		Diego Garcia (PODE-PR) -votou	Sim
Dimas Fabiano (PP-MG) -votou	Sim	Domingos Neto (PSD-CE) -votou	Sim
Domingos Sávio (PSDB-MG)		Dr Zacharias Calil (DEM-GO) -votou	Sim
Dr. Frederico (PATRIOTA-MG) -votou	Sim	Dr. Jaziel (PL-CE) -votou	Sim
Dr. Leonardo (SOLIDARIEDADE-MT)		Dr. Luiz Ovando (PSL-MS)	
Dr.Luiz Antonio Jr (PP-RJ) -votou	Sim	Dra. Vanda Milani (SOLIDARIEDADE-AC) -votou	Sim
Dra.Soraya Manato (PSL-ES) -votou	Sim	Dulce Miranda (MDB-TO) -votou	Sim
Edilázio Junior (PSD-MA)		Edio Lopes (PL-RR)	
EdmilsonRodrigues (PSOL-PA) -votou	Não	Edna Henrique (PSDB-PB) -votou	Sim
Eduardo Barbosa (PSDB-MG) -votou	Sim	Eduardo Bismarck (PDT-CE) -votou	Sim



Eduardo Braide (PODE-MA) -votou	Sim	Eduardo Costa (PTB-PA) -votou	Sim
Eduardo Cury (PSDB-SP)		Eduardo da Fonte (PP-PE)	
EduardoBolsonaro (PSL-SP) -votou	Sim	Efraim Filho (DEM-PB) -votou	Sim
Elcione Barbalho (MDB-PA) -votou	Sim	Eli Borges (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Sim
Eli Corrêa Filho (DEM-SP) -votou	Sim	Elias Vaz (PSB-GO) -votou	Sim
Elmar Nascimento (DEM-BA) -votou	Sim	Emanuel Pinheiro N (PTB-MT) -votou	Sim
Emidinho Madeira (PSB-MG) -votou	Sim	Enio Verri (PT-PR) -votou	Sim
Enrico Misasi (PV-SP) -votou	Sim	Erika Kokay (PT-DF) -votou	Sim
Eros Biondini (PROS-MG) -votou	Sim	EuclidesPettersen (PSC-MG) -votou	Sim
Evair de Melo (PP-ES) -votou	Sim	Expedito Netto (PSD-RO) -votou	Sim
Fábio Henrique (PDT-SE) -votou	Sim	Fábio Mitidieri (PSD-SE) -votou	Sim
Fábio Ramalho (MDB-MG) -votou	Sim	Fabio Reis (MDB-SE) -votou	Sim
Fabio Schiochet (PSL-SC) -votou	Sim	Fábio Trad (PSD-MS) -votou	Sim
Fausto Pinato (PP-SP) -votou	Sim	Felício Laterça (PSL-RJ) -votou	Sim
Felipe Carreras (PSB-PE) -votou	Sim	Felipe Rigoni (PSB-ES) -votou	Sim
FelipeFrancischini (PSL-PR) -votou	Sim	Félix Mendonça Jr (PDT-BA) -votou	Sim
FernandaMelchionna (PSOL-RS) -votou	Não	Fernando Coelho (DEM-PE) -votou	Sim
FernandoMonteiro (PP-PE) -votou	Sim	FernandoRodolfo (PL-PE)	
Filipe Barros (PSL-PR) -votou	Sim	Flávia Arruda (PL-DF) -votou	Sim
Flávia Moraes (PDT-GO) -votou	Sim	Flaviano Melo (MDB-AC) -votou	Sim
Flávio Nogueira (PDT-PI) -votou	Sim	Flordelis (PSD-RJ) -votou	Sim
Francisco Jr. (PSD-GO) -votou	Sim	Franco Cartafina (PP-MG) -votou	Sim
Fred Costa (PATRIOTA-MG) -votou	Sim	Frei Anastacio (PT-PB) -votou	Sim
Gelson Azevedo (PL-RJ) -votou	Sim	Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE-CE) -votou	Sim
General Girão (PSL-RN) -votou	Sim	General Peternelli (PSL-SP) -votou	Sim
Geninho Zuliani (DEM-SP)		Geovania de Sá (PSDB-SC) -votou	Sim
Gervásio Maia (PSB-PB) -votou	Sim	Giacobo (PL-PR) -votou	Sim
Gil Cutrim (PDT-MA) -votou	Sim	Gilberto Abramo (REPUBLICANOS-MG) -votou	Sim
GilbertoNasciment (PSC-SP) -votou	Sim	Gilson Marques (NOVO-SC) -votou	Sim
Giovani Cherini (PL-RS) -votou	Sim	Giovani Feltes (MDB-RS) -votou	Sim
Glauber Braga (PSOL-RJ) -votou	Não	Glaustin da Fokus (PSC-GO) -votou	Sim
Gleisi Hoffmann (PT-PR) -votou	Sim	Gonzaga Patriota (PSB-PE) -votou	Sim
Greyce Elias (AVANTE-MG) -votou	Sim	Guiga Peixoto (PSL-SP) -votou	Sim
Guilherme Derrite (PP-SP) -votou	Sim	Guilherme Mussi (PP-SP) -votou	Sim



Gurgel (PSL-RJ) -votou	Sim	Gustavo Fruet (PDT-PR) -votou	Sim
Gustinho Ribeiro (SOLIDARIEDADE-SE) -votou	Sim	Gutemberg Reis (MDB-RJ) -votou	Sim
Haroldo Cathedral (PSD-RR) -votou	Sim	Heitor Freire (PSL-CE) -votou	Sim
Heitor Schuch (PSB-RS) -votou	Sim	Helder Salomão (PT-ES) -votou	Sim
Hélio Costa (REPUBLICANOS-SC) -votou	Sim	Hélio Leite (DEM-PA) -votou	Sim
Helio Lopes (PSL-RJ) -votou	Sim	Henrique Fontana (PT-RS) -votou	Sim
Hercílio Diniz (MDB-MG)		Herculano Passos (MDB-SP) -votou	Sim
HermesParcianello (MDB-PR) -votou	Sim	Hildo Rocha (MDB-MA)	
Hiran Gonçalves (PP-RR) -votou	Sim	Hugo Leal (PSD-RJ)	
Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB) -votou	Sim	Idilvan Alencar (PDT-CE) -votou	Sim
Igor Kannário (DEM-BA) -votou	Sim	Igor Timo (PODE-MG) -votou	Sim
Iracema Portella (PP-PI) -votou	Sim	Isnaldo Bulhões Jr (MDB-AL) -votou	Sim
Israel Batista (PV-DF) -votou	Sim	Ivan Valente (PSOL-SP) -votou	Não
Jandira Feghali (PCdoB-RJ) -votou	Sim	Jaqueline Cassol (PP-RO) -votou	Sim
Jefferson Campos (PSB-SP) -votou	Sim	Jerônimo Goergen (PP-RS)	
Jéssica Sales (MDB-AC) -votou	Sim	Jesus Sérgio (PDT-AC) -votou	Sim
Jhc (PSB-AL) -votou	Sim	Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS-RR) -votou	Sim
João C. Bacelar (PL-BA) -votou	Sim	João Campos (REPUBLICANOS-GO) -votou	Sim
João Daniel (PT-SE) -votou	Sim	João H. Campos (PSB-PE)	
João Maia (PL-RN) -votou	Sim	João Marcelo S. (MDB-MA) -votou	Sim
João Roma (REPUBLICANOS-BA) -votou	Sim	JoaquimPassarinho (PSD-PA) -votou	Sim
Joenia Wapichana (REDE-RR) -votou	Sim	Joice Hasselmann (PSL-SP) -votou	Sim
Jorge Braz (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Sim	Jorge Goetten (PL-SC) -votou	Sim
Jorge Solla (PT-BA) -votou	Sim	José Airton (PT-CE) -votou	Sim
José Guimarães (PT-CE) -votou	Sim	Jose Mario Schrein (DEM-GO) -votou	Sim
José Medeiros (PODE-MT) -votou	Sim	José Nelto (PODE-GO) -votou	Sim
José Nunes (PSD-BA) -votou	Sim	José Priante (MDB-PA) -votou	Sim
José Ricardo (PT-AM) -votou	Sim	José Rocha (PL-BA) -votou	Sim
Joseildo Ramos (PT-BA) -votou	Sim	JosimarMaranhãozi (PL-MA)	
Juarez Costa (MDB-MT) -votou	Sim	Julian Lemos (PSL-PB) -votou	Sim
Júlio Cesar (PSD-PI) -votou	Sim	Julio Cesar Ribeir (REPUBLICANOS-DF) -votou	Sim
Júlio Delgado (PSB-MG)		Juninho do Pneu (DEM-RJ) -votou	Sim
Junio Amaral (PSL-MG) -votou	Sim	Júnior Ferrari (PSD-PA) -votou	Sim
Junior Lourenço (PL-MA) -votou	Sim	Júnior Mano (PL-CE) -votou	Sim



Juscelino Filho (DEM-MA) -votou	Sim	Kim Kataguiri (DEM-SP) -votou	Sim
Laercio Oliveira (PP-SE) -votou	Sim	Lafayette Andrada (REPUBLICANOS-MG)	
Lauriete (PSC-ES) -votou	Sim	Leandre (PV-PR) -votou	Sim
Leda Sadala (AVANTE-AP) -votou	Sim	Leo de Brito (PT-AC) -votou	Sim
Léo Moraes (PODE-RO) -votou	Sim	Léo Motta (PSL-MG) -votou	Sim
Leonardo Monteiro (PT-MG)		Leônidas Cristino (PDT-CE) -votou	Sim
Leur Lomanto Jr. (DEM-BA) -votou	Sim	Lidice da Mata (PSB-BA) -votou	Sim
Lincoln Portela (PL-MG) -votou	Sim	Liziane Bayer (PSB-RS) -votou	Sim
Loester Trutis (PSL-MS) -votou	Sim	Lourival Gomes (PSL-RJ) -votou	Sim
Lucas Gonzalez (NOVO-MG) -votou	Sim	Lucas Redecker (PSDB-RS) -votou	Sim
Lucas Vergílio (SOLIDARIEDADE-GO) -votou	Sim	Luciano Bivar (PSL-PE)	
Luciano Ducci (PSB-PR) -votou	Sim	Lucio Mosquini (MDB-RO) -votou	Sim
Luis Miranda (DEM-DF) -votou	Sim	Luis Tibé (AVANTE-MG) -votou	Sim
Luisa Canziani (PTB-PR) -votou	Sim	Luiz Carlos (PSDB-AP) -votou	Sim
Luiz Carlos Motta (PL-SP) -votou	Sim	Luiz Lima (PSL-RJ) -votou	Sim
Luiz Nishimori (PL-PR) -votou	Sim	Luiz P. O.Bragança (PSL-SP) -votou	Sim
Luiza Erundina (PSOL-SP) -votou	Não	LuizAntônioCorrêa (PL-RJ) -votou	Sim
Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR) -votou	Sim	Luizianne Lins (PT-CE) -votou	Sim
Magda Mofatto (PL-GO) -votou	Sim	Major Fabiana (PSL-RJ) -votou	Sim
Mara Rocha (PSDB-AC) -votou	Sim	Marcel van Hattem (NOVO-RS) -votou	Sim
Marcelo Álvaro (PSL-MG) -votou	Sim	Marcelo Aro (PP-MG) -votou	Sim
Marcelo Brum (PSL-RS) -votou	Sim	Marcelo Calero (CIDADANIA-RJ) -votou	Sim
Marcelo Freixo (PSOL-RJ) -votou	Não	Marcelo Moraes (PTB-RS) -votou	Sim
Marcelo Nilo (PSB-BA) -votou	Sim	Marcelo Ramos (PL-AM) -votou	Sim
Marcio Alvino (PL-SP) -votou	Sim	Márcio Biolchi (MDB-RS) -votou	Sim
Márcio Jerry (PCdoB-MA) -votou	Sim	Márcio Labre (PSL-RJ) -votou	Sim
Márcio Marinho (REPUBLICANOS-BA) -votou	Sim	Marco Bertaiolli (PSD-SP) -votou	Sim
Marcon (PT-RS) -votou	Sim	Marcos A. Sampaio (MDB-PI) -votou	Sim
Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)		Margarete Coelho (PP-PI) -votou	Sim
MargaridaSalomão (PT-MG) -votou	Sim	Maria do Rosário (PT-RS) -votou	Sim
Maria Rosas (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim	Mariana Carvalho (PSDB-RO) -votou	Sim
Marília Arraes (PT-PE) -votou	Sim	Marina Santos (SOLIDARIEDADE-PI) -votou	Sim
Mário Heringer (PDT-MG)		MárioNegromonte Jr (PP-BA) -votou	Sim
Marlon Santos (PDT-RS) -votou	Sim	Marreca Filho (PATRIOTA-MA) -votou	Sim



Marx Beltrão (PSD-AL) -votou	Sim	Maurício Dziedrick (PTB-RS) -votou	Sim
Mauro Benevides Fº (PDT-CE) -votou	Sim	Mauro Lopes (MDB-MG) -votou	Sim
Mauro Nazif (PSB-RO) -votou	Sim	Merlong Solano (PT-PI) -votou	Sim
Miguel Lombardi (PL-SP) -votou	Sim	Milton Vieira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim
Misael Varella (PSD-MG) -votou	Sim	Moses Rodrigues (MDB-CE) -votou	Sim
Natália Bonavides (PT-RN) -votou	Sim	Nelson Barbudo (PSL-MT) -votou	Sim
Nereu Crispim (PSL-RS) -votou	Sim	Neri Geller (PP-MT) -votou	Sim
Newton Cardoso Jr (MDB-MG)		Nicoletti (PSL-RR) -votou	Sim
Nilson Pinto (PSDB-PA) -votou	Sim	Nilson Stainsack (PP-SC) -votou	Sim
Nilto Tatto (PT-SP) -votou	Sim	Nivaldo Albuquerque (PTB-AL) -votou	Sim
Norma Ayub (DEM-ES) -votou	Sim	Odair Cunha (PT-MG) -votou	Sim
Olival Marques (DEM-PA) -votou	Sim	Orlando Silva (PCdoB-SP) -votou	Sim
Osires Damaso (PSC-TO) -votou	Sim	Osmar Terra (MDB-RS) -votou	Sim
Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE)		Otoni de Paula (PSC-RJ) -votou	Sim
Otto Alencar (PSD-BA) -votou	Sim	Padre João (PT-MG) -votou	Sim
Pastor Eurico (PATRIOTA-PE) -votou	Sim	Pastor Gil (PL-MA) -votou	Sim
Pastor Isidório (AVANTE-BA) -votou	Sim	Patrus Ananias (PT-MG) -votou	Sim
Paula Belmonte (CIDADANIA-DF) -votou	Sim	Paulão (PT-AL) -votou	Sim
Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG) -votou	Sim	Paulo Azi (DEM-BA) -votou	Sim
Paulo Bengtson (PTB-PA)		Paulo Freire Costa (PL-SP) -votou	Sim
Paulo Ganime (NOVO-RJ) -votou	Sim	Paulo Guedes (PT-MG) -votou	Sim
Paulo Magalhães (PSD-BA) -votou	Sim	Paulo Martins (PSC-PR) -votou	Sim
Paulo Pereira (SOLIDARIEDADE-SP) -votou	Sim	Paulo Pimenta (PT-RS) -votou	Sim
Paulo Ramos (PDT-RJ) -votou	Sim	Paulo Teixeira (PT-SP)	
Pedro A Bezerra (PTB-CE) -votou	Sim	Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) -votou	Sim
Pedro Lucas Fernan (PTB-MA)		Pedro Lupion (DEM-PR) -votou	Sim
Pedro Paulo (DEM-RJ) -votou	Sim	Pedro Uczai (PT-SC) -votou	Sim
Pedro Westphalen (PP-RS) -votou	Sim	Perpétua Almeida (PCdoB-AC) -votou	Sim
Pinheirinho (PP-MG) -votou	Sim	Policial Sastre (PL-SP) -votou	Sim
Pompeo de Mattos (PDT-RS) -votou	Sim	Pr Marco Feliciano (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim
Prof Marcivania (PCdoB-AP) -votou	Sim	Profª Dorinha (DEM-TO) -votou	Sim
Profª Rosa Neide (PT-MT)		Professor Alcides (PP-GO) -votou	Sim
Professor Joziel (PSL-RJ) -votou	Sim	Professora Dayane (PSL-BA) -votou	Sim
Rafael Motta (PSB-RN) -votou	Sim	Raimundo Costa (PL-BA) -votou	Sim



Raul Henry (MDB-PE) -votou	Sim	Reginaldo Lopes (PT-MG) -votou	Sim
Rejane Dias (PT-PI) -votou	Sim	Renata Abreu (PODE-SP) -votou	Sim
Renato Queiroz (MDB-RR) -votou	Sim	Renildo Calheiros (PCdoB-PE) -votou	Sim
Ricardo Barros (PP-PR) -votou	Sim	Ricardo Guidi (PSD-SC)	
Ricardo Izar (PP-SP)		Ricardo Silva (PSB-SP) -votou	Sim
Ricardo Teobaldo (PODE-PE) -votou	Sim	Robério Monteiro (PDT-CE) -votou	Sim
Roberto Alves (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim	Roberto de Lucena (PODE-SP) -votou	Sim
Rodrigo Agostinho (PSB-SP) -votou	Sim	Rodrigo Coelho (PSB-SC) -votou	Sim
Rodrigo de Castro (PSDB-MG) -votou	Sim	Rodrigo Maia (DEM-RJ)	
Rogério Correia (PT-MG) -votou	Sim	Roman (PATRIOTA-PR) -votou	Sim
Ronaldo Carletto (PP-BA) -votou	Sim	Rosana Valle (PSB-SP) -votou	Sim
Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Sim	Rose Modesto (PSDB-MS) -votou	Sim
Rubens Bueno (CIDADANIA-PR) -votou	Sim	Rubens Otoni (PT-GO) -votou	Sim
Rubens Pereira Jr. (PCdoB-MA) -votou	Sim	Rui Falcão (PT-SP) -votou	Sim
Ruy Carneiro (PSDB-PB) -votou	Sim	Sâmia Bomfim (PSOL-SP) -votou	Não
Samuel Moreira (PSDB-SP) -votou	Sim	Sanderson (PSL-RS) -votou	Sim
Santini (PTB-RS) -votou	Sim	Sargento Fahur (PSD-PR) -votou	Sim
Schiavinato (PP-PR) -votou	Sim	Sebastião Oliveira (AVANTE-PE) -votou	Sim
Sérgio Brito (PSD-BA) -votou	Sim	Sergio Souza (MDB-PR) -votou	Sim
Sergio Toledo (PL-AL) -votou	Sim	Sergio Vidigal (PDT-ES) -votou	Sim
Severino Pessoa (REPUBLICANOS-AL) -votou	Sim	Shéridan (PSDB-RR)	
Sidney Leite (PSD-AM) -votou	Sim	Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM) -votou	Sim
Silvia Cristina (PDT-RO) -votou	Sim	Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE) -votou	Não
Soraya Santos (PL-RJ) -votou	Presidente	SóstenesCavalcante (DEM-RJ)	
Stefano Aguiar (PSD-MG) -votou	Sim	Stephanes Junior (PSD-PR)	
SubtenenteGonzaga (PDT-MG)		Tabata Amaral (PDT-SP) -votou	Sim
Tadeu Alencar (PSB-PE) -votou	Sim	Talíria Petrone (PSOL-RJ) -votou	Não
Ted Conti (PSB-ES) -votou	Sim	Tereza Nelma (PSDB-AL) -votou	Sim
Tiago Dimas (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Sim	Tiago Mitraud (NOVO-MG) -votou	Sim
Tiririca (PL-SP) -votou	Sim	Tito (AVANTE-BA) -votou	Sim
ToninhoWandscheer (PROS-PR) -votou	Sim	Túlio Gadêlha (PDT-PE) -votou	Sim
Uldurico Junior (PROS-BA) -votou	Sim	Vaidon Oliveira (PROS-CE) -votou	Sim
Valdevan Noventa (PL-SE) -votou	Sim	Valmir Assunção (PT-BA) -votou	Sim
Vander Loubet (PT-MS) -votou	Sim	Vanderlei Macris (PSDB-SP) -votou	Sim



Vavá Martins (REPUBLICANOS-PA) -votou	Sim	Vermelho (PSD-PR) -votou	Sim
Vicentinho (PT-SP) -votou	Sim	Vicentinho Júnior (PL-TO) -votou	Sim
Vilson da Fetaemg (PSB-MG) -votou	Sim	Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim
Vinicius Farah (MDB-RJ) -votou	Sim	Vinicius Gurgel (PL-AP) -votou	Sim
Vinicius Poit (NOVO-SP) -votou	Sim	Vitor Hugo (PSL-GO) -votou	Sim
Vitor Lippi (PSDB-SP) -votou	Sim	Waldenor Pereira (PT-BA) -votou	Sim
Walter Alves (MDB-RN) -votou	Sim	Weliton Prado (PROS-MG) -votou	Sim
Wellington (PL-PB)		Wilson Santiago (PTB-PB)	
WladimirGarotinho (PSD-RJ)		Wolney Queiroz (PDT-PE) -votou	Sim
Zé Carlos (PT-MA) -votou	Sim	Zé Neto (PT-BA) -votou	Sim
Zé Silva (SOLIDARIEDADE-MG)		Zé Vitor (PL-MG) -votou	Sim
Zeca Dirceu (PT-PR) -votou	Sim		



Votação Nominal e Simbólica

PLEN -Plenário

Reunião: Sessão do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados (virtual)**Data/Local:** 16/12/2020 - Plenário da Câmara dos Deputados

PLN 9/2020 CN-Destaque 02

Votação iniciada em:16/12/2020 13:05:50 - Votação encerrada em:16/12/2020 13:23:07

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
463	143	319	0	0	1	463

PT	Sim	DEM	Não	AVANTE	Não
PSL	Não	SOLIDARIEDADE	Não	PATRIOTA	
PL	Não	PTB	Não	PV	
PP	Não	PODE	Não	REDE	Sim
MDB	Não	PSOL	Sim	Maioria	
PSD	Não	PROS		Minoria	
REPUBLICANOS	Não	PSC	Não	Oposição	
PSDB	Não	PCdoB	Sim	Governo	Não
PSB	Sim	CIDADANIA	Sim		
PDT		NOVO	Não		

Orientação das Lideranças

Votos

PLEN	Ordenado por: Nome	513 vagas	
PLEN 513 vagas			
Titular			
Abílio Santana (PL-BA) -votou	Não	Abou Anni (PSL-SP) -votou	Não
Acácio Favacho (PROS-AP) -votou	Não	Adolfo Viana (PSDB-BA) -votou	Não
Adriana Ventura (NOVO-SP) -votou	Não	Adriano do Baldy (PP-GO) -votou	Não
Aécio Neves (PSDB-MG) -votou	Não	Afonso Florence (PT-BA) -votou	Sim
Afonso Hamm (PP-RS) -votou	Não	Afonso Motta (PDT-RS) -votou	Sim
Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)		Airton Faleiro (PT-PA)	
AJ Albuquerque (PP-CE) -votou	Não	Alan Rick (DEM-AC) -votou	Não



Alceu Moreira (MDB-RS) -votou	Não	Alcides Rodrigues (PATRIOTA-GO) -votou	Não
Alê Silva (PSL-MG) -votou	Não	Alencar S. Braga (PT-SP) -votou	Sim
Alessandro Molon (PSB-RJ) -votou	Sim	Alex Manente (CIDADANIA-SP) -votou	Sim
Alex Santana (PDT-BA) -votou	Não	Alexandre Frota (PSDB-SP) -votou	Sim
Alexandre Leite (DEM-SP) -votou	Não	Alexandre Padilha (PT-SP) -votou	Sim
AlexandreSerfiotis (PSD-RJ) -votou	Não	Alexis Fonteyne (NOVO-SP) -votou	Não
Alice Portugal (PCdoB-BA) -votou	Sim	Aliel Machado (PSB-PR)	
Aline Gurgel (REPUBLICANOS-AP) -votou	Não	Aline Sleutjes (PSL-PR) -votou	Não
Altineu Côrtes (PL-RJ) -votou	Não	Aluisio Mendes (PSC-MA) -votou	Não
Amaro Neto (REPUBLICANOS-ES) -votou	Não	André Abdon (PP-AP) -votou	Não
André de Paula (PSD-PE) -votou	Não	André Ferreira (PSC-PE) -votou	Não
André Figueiredo (PDT-CE) -votou	Sim	André Fufuca (PP-MA) -votou	Não
André Janones (AVANTE-MG) -votou	Sim	Angela Amin (PP-SC) -votou	Sim
Antonio Brito (PSD-BA) -votou	Não	Arlindo Chinaglia (PT-SP) -votou	Sim
Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP) -votou	Sim	Aroldo Martins (REPUBLICANOS-PR) -votou	Não
Arthur Lira (PP-AL)		Arthur O. Maia (DEM-BA) -votou	Não
Átila Lins (PP-AM) -votou	Não	Átila Lira (PP-PI) -votou	Não
Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE) -votou	Não	Áurea Carolina (PSOL-MG) -votou	Sim
Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ) -votou	Não	Bacelar (PODE-BA) -votou	Sim
Baleia Rossi (MDB-SP)		Benedita da Silva (PT-RJ) -votou	Sim
Benes Leocádio (REPUBLICANOS-RN) -votou	Não	Beto Faro (PT-PA) -votou	Sim
Beto Pereira (PSDB-MS) -votou	Não	Beto Rosado (PP-RN)	
Bia Cavassa (PSDB-MS) -votou	Não	Bia Kicis (PSL-DF) -votou	Não
Bibo Nunes (PSL-RS) -votou	Não	Bilac Pinto (DEM-MG) -votou	Não
Bira do Pindaré (PSB-MA) -votou	Sim	Boca Aberta (PROS-PR)	
Bohn Gass (PT-RS) -votou	Sim	Bosco Costa (PL-SE) -votou	Não
Bosco Saraiva (SOLIDARIEDADE-AM) -votou	Não	Bozzella (PSL-SP)	
Bruna Furlan (PSDB-SP) -votou	Não	Cacá Leão (PP-BA) -votou	Não
Camilo Capiberibe (PSB-AP) -votou	Sim	Cap. Alberto Neto (REPUBLICANOS-AM) -votou	Não
Cap. Fábio Abreu (PL-PI)		Capitão Augusto (PL-SP)	
Capitão Wagner (PROS-CE) -votou	Sim	Carla Dickson (PROS-RN) -votou	Não
Carla Zambelli (PSL-SP) -votou	Não	Carlos Bezerra (MDB-MT)	
Carlos Chiodini (MDB-SC) -votou	Não	Carlos Gaguim (DEM-TO) -votou	Não
Carlos Gomes (REPUBLICANOS-RS) -votou	Não	Carlos Jordy (PSL-RJ) -votou	Não



Carlos Sampaio (PSDB-SP)		Carlos Veras (PT-PE) -votou	Sim
Carlos Zarattini (PT-SP) -votou	Sim	Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC) -votou	Sim
Caroline de Toni (PSL-SC) -votou	Não	Cássio Andrade (PSB-PA) -votou	Sim
Celina Leão (PP-DF)		Célio Moura (PT-TO) -votou	Sim
Célio Silveira (PSDB-GO) -votou	Não	Célio Studart (PV-CE) -votou	Sim
Celso Maldaner (MDB-SC) -votou	Não	Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Celso Sabino (PSDB-PA)		Cezinha Madureira (PSD-SP)	
Charles Fernandes (PSD-BA) -votou	Não	Charles Evangelis (PSL-MG) -votou	Não
Chico D'Angelo (PDT-RJ) -votou	Sim	Chiquinho Brazão (AVANTE-RJ) -votou	Não
Chris Tonietto (PSL-RJ)		Christiane Yared (PL-PR) -votou	Não
Christino Aureo (PP-RJ) -votou	Não	Clarissa Garotinho (PROS-RJ) -votou	Sim
Claudio Cajado (PP-BA) -votou	Não	Cleber Verde (REPUBLICANOS-MA) -votou	Não
Coronel Armando (PSL-SC) -votou	Não	Coronel Tadeu (PSL-SP) -votou	Não
CoronelChrisóstom (PSL-RO) -votou	Não	Cristiano Vale (PL-PA) -votou	Não
Da Vitória (CIDADANIA-ES) -votou	Sim	Dagoberto Nogueira (PDT-MS) -votou	Sim
Damião Feliciano (PDT-PB) -votou	Sim	Daniel Almeida (PCdoB-BA) -votou	Sim
Daniel Coelho (CIDADANIA-PE) -votou	Sim	Daniel Freitas (PSL-SC) -votou	Não
Daniel Silveira (PSL-RJ) -votou	Não	Daniel Trzeciak (PSDB-RS) -votou	Não
Daniela Waguinho (MDB-RJ) -votou	Não	Danilo Cabral (PSB-PE) -votou	Sim
Daniilo Forte (PSDB-CE) -votou	Não	Danrlei (PSD-RS) -votou	Não
David Miranda (PSOL-RJ) -votou	Sim	David Soares (DEM-SP) -votou	Não
DeiAntônioFurtado (PSL-RJ) -votou	Sim	Deleg. Éder Mauro (PSD-PA) -votou	Não
Delegado Marcelo (PSL-MG) -votou	Não	Delegado Pablo (PSL-AM) -votou	Não
Delegado Waldir (PSL-GO) -votou	Não	Denis Bezerra (PSB-CE) -votou	Sim
Diego Andrade (PSD-MG) -votou	Não	Diego Garcia (PODE-PR) -votou	Não
Dimas Fabiano (PP-MG) -votou	Não	Domingos Neto (PSD-CE) -votou	Não
Domingos Sávio (PSDB-MG) -votou	Não	Dr Zacharias Calil (DEM-GO) -votou	Não
Dr. Frederico (PATRIOTA-MG) -votou	Não	Dr. Jaziel (PL-CE) -votou	Não
Dr. Leonardo (SOLIDARIEDADE-MT) -votou	Não	Dr. Luiz Ovando (PSL-MS) -votou	Não
Dr.Luiz Antonio Jr (PP-RJ) -votou	Não	Dra. Vanda Milani (SOLIDARIEDADE-AC) -votou	Não
Dra.Soraya Manato (PSL-ES) -votou	Não	Dulce Miranda (MDB-TO) -votou	Não
Edilazio Junior (PSD-MA) -votou	Não	Edio Lopes (PL-RR)	
EdmilsonRodrigues (PSOL-PA) -votou	Sim	Edna Henrique (PSDB-PB) -votou	Não
Eduardo Barbosa (PSDB-MG) -votou	Não	Eduardo Bismarck (PDT-CE) -votou	Sim



Eduardo Braide (PODE-MA) -votou	Sim	Eduardo Costa (PTB-PA) -votou	Não
Eduardo Cury (PSDB-SP) -votou	Não	Eduardo da Fonte (PP-PE) -votou	Não
EduardoBolsonaro (PSL-SP) -votou	Não	Efraim Filho (DEM-PB)	
Elcione Barbalho (MDB-PA) -votou	Não	Eli Borges (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Não
Eli Corrêa Filho (DEM-SP) -votou	Não	Elias Vaz (PSB-GO) -votou	Sim
Elmar Nascimento (DEM-BA) -votou	Não	Emanuel Pinheiro N (PTB-MT) -votou	Não
Emidinho Madeira (PSB-MG)		Enio Verri (PT-PR) -votou	Sim
Enrico Misasi (PV-SP) -votou	Sim	Erika Kokay (PT-DF) -votou	Sim
Eros Biondini (PROS-MG) -votou	Não	EuclidesPettersen (PSC-MG) -votou	Não
Evair de Melo (PP-ES) -votou	Não	Expedito Netto (PSD-RO)	
Fábio Henrique (PDT-SE) -votou	Não	Fábio Mitidieri (PSD-SE) -votou	Não
Fábio Ramalho (MDB-MG) -votou	Sim	Fabio Reis (MDB-SE) -votou	Não
Fabio Schiochet (PSL-SC) -votou	Não	Fábio Trad (PSD-MS) -votou	Não
Fausto Pinato (PP-SP)		Felício Laterça (PSL-RJ) -votou	Não
Felipe Carreras (PSB-PE) -votou	Sim	Felipe Rigoni (PSB-ES) -votou	Sim
FelipeFrancischini (PSL-PR) -votou	Não	Félix Mendonça Jr (PDT-BA)	
FernandaMelchionna (PSOL-RS)		Fernando Coelho (DEM-PE) -votou	Não
FernandoMonteiro (PP-PE) -votou	Não	FernandoRodolfo (PL-PE)	
Filipe Barros (PSL-PR) -votou	Não	Flávia Arruda (PL-DF) -votou	Não
Flávia Moraes (PDT-GO) -votou	Sim	Flaviano Melo (MDB-AC) -votou	Não
Flávio Nogueira (PDT-PI) -votou	Não	Flordelis (PSD-RJ) -votou	Não
Francisco Jr. (PSD-GO) -votou	Não	Franco Cartafina (PP-MG) -votou	Sim
Fred Costa (PATRIOTA-MG) -votou	Não	Frei Anastacio (PT-PB) -votou	Sim
Gelson Azevedo (PL-RJ) -votou	Não	Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE-CE) -votou	Não
General Girão (PSL-RN) -votou	Não	General Peternelli (PSL-SP) -votou	Não
Geninho Zuliani (DEM-SP) -votou	Não	Geovania de Sá (PSDB-SC) -votou	Não
Gervásio Maia (PSB-PB) -votou	Sim	Giacobo (PL-PR) -votou	Não
Gil Cutrim (PDT-MA) -votou	Não	Gilberto Abramo (REPUBLICANOS-MG) -votou	Não
GilbertoNasciment (PSC-SP)		Gilson Marques (NOVO-SC) -votou	Não
Giovani Cherini (PL-RS) -votou	Não	Giovani Feltes (MDB-RS) -votou	Não
Glauber Braga (PSOL-RJ) -votou	Sim	Glaustin da Fokus (PSC-GO) -votou	Não
Gleisi Hoffmann (PT-PR)		Gonzaga Patriota (PSB-PE) -votou	Sim
Greyce Elias (AVANTE-MG) -votou	Não	Guiga Peixoto (PSL-SP) -votou	Não
Guilherme Derrite (PP-SP) -votou	Não	Guilherme Mussi (PP-SP) -votou	Não



Gurgel (PSL-RJ) -votou	Não	Gustavo Fruet (PDT-PR) -votou	Sim
Gustinho Ribeiro (SOLIDARIEDADE-SE) -votou	Não	Gutemberg Reis (MDB-RJ) -votou	Não
Haroldo Cathedral (PSD-RR) -votou	Não	Heitor Freire (PSL-CE) -votou	Não
Heitor Schuch (PSB-RS) -votou	Sim	Helder Salomão (PT-ES) -votou	Sim
Hélio Costa (REPUBLICANOS-SC) -votou	Não	Hélio Leite (DEM-PA) -votou	Não
Helio Lopes (PSL-RJ) -votou	Não	Henrique Fontana (PT-RS) -votou	Sim
Hercílio Diniz (MDB-MG)		Herculano Passos (MDB-SP) -votou	Não
HermesParcianello (MDB-PR) -votou	Não	Hildo Rocha (MDB-MA)	
Hiran Gonçalves (PP-RR) -votou	Não	Hugo Leal (PSD-RJ) -votou	Não
Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB) -votou	Não	Idilvan Alencar (PDT-CE) -votou	Sim
Igor Kannário (DEM-BA) -votou	Não	Igor Timo (PODE-MG) -votou	Não
Iracema Portella (PP-PI) -votou	Não	Isnaldo Bulhões Jr (MDB-AL)	
Israel Batista (PV-DF) -votou	Sim	Ivan Valente (PSOL-SP) -votou	Sim
Jandira Feghali (PCdoB-RJ) -votou	Sim	Jaqueline Cassol (PP-RO) -votou	Não
Jefferson Campos (PSB-SP) -votou	Não	Jerônimo Goergen (PP-RS) -votou	Não
Jéssica Sales (MDB-AC) -votou	Não	Jesus Sérgio (PDT-AC) -votou	Sim
Jhc (PSB-AL) -votou	Não	Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS-RR) -votou	Não
João C. Bacelar (PL-BA) -votou	Não	João Campos (REPUBLICANOS-GO) -votou	Não
João Daniel (PT-SE) -votou	Sim	João H. Campos (PSB-PE) -votou	Sim
João Maia (PL-RN) -votou	Não	João Marcelo S. (MDB-MA) -votou	Não
João Roma (REPUBLICANOS-BA) -votou	Não	JoaquimPassarinho (PSD-PA) -votou	Não
Joenia Wapichana (REDE-RR) -votou	Sim	Joice Hasselmann (PSL-SP)	
Jorge Braz (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Não	Jorge Goetten (PL-SC) -votou	Não
Jorge Solla (PT-BA) -votou	Sim	José Airton (PT-CE) -votou	Sim
José Guimarães (PT-CE) -votou	Sim	Jose Mario Schrein (DEM-GO) -votou	Não
José Medeiros (PODE-MT) -votou	Não	José Nelto (PODE-GO) -votou	Não
José Nunes (PSD-BA) -votou	Não	José Priante (MDB-PA)	
José Ricardo (PT-AM) -votou	Sim	José Rocha (PL-BA) -votou	Não
Joseildo Ramos (PT-BA) -votou	Sim	JosimarMaranhãozi (PL-MA)	
Juarez Costa (MDB-MT) -votou	Não	Julian Lemos (PSL-PB) -votou	Não
Júlio Cesar (PSD-PI) -votou	Não	Julio Cesar Ribeir (REPUBLICANOS-DF) -votou	Não
Júlio Delgado (PSB-MG) -votou	Sim	Juninho do Pneu (DEM-RJ) -votou	Não
Junio Amaral (PSL-MG) -votou	Não	Júnior Ferrari (PSD-PA) -votou	Não
Junior Lourenço (PL-MA) -votou	Não	Júnior Mano (PL-CE) -votou	Não



Juscelino Filho (DEM-MA) -votou	Não	Kim Kataguiri (DEM-SP) -votou	Não
Laercio Oliveira (PP-SE) -votou	Não	Lafayette Andrada (REPUBLICANOS-MG) -votou	Não
Lauriete (PSC-ES) -votou	Não	Leandre (PV-PR) -votou	Sim
Leda Sadala (AVANTE-AP) -votou	Não	Leo de Brito (PT-AC) -votou	Sim
Léo Moraes (PODE-RO) -votou	Sim	Léo Motta (PSL-MG) -votou	Não
Leonardo Monteiro (PT-MG) -votou	Sim	Leônidas Cristino (PDT-CE) -votou	Sim
Leur Lomanto Jr. (DEM-BA)		Lidice da Mata (PSB-BA) -votou	Sim
Lincoln Portela (PL-MG) -votou	Não	Liziane Bayer (PSB-RS) -votou	Não
Loester Trutis (PSL-MS) -votou	Não	Lourival Gomes (PSL-RJ) -votou	Não
Lucas Gonzalez (NOVO-MG) -votou	Não	Lucas Redecker (PSDB-RS) -votou	Não
Lucas Vergílio (SOLIDARIEDADE-GO) -votou	Não	Luciano Bivar (PSL-PE)	
Luciano Ducci (PSB-PR) -votou	Sim	Lucio Mosquini (MDB-RO) -votou	Não
Luis Miranda (DEM-DF) -votou	Não	Luís Tibé (AVANTE-MG) -votou	Não
Luisa Canziani (PTB-PR) -votou	Não	Luiz Carlos (PSDB-AP) -votou	Não
Luiz Carlos Motta (PL-SP) -votou	Não	Luiz Lima (PSL-RJ) -votou	Não
Luiz Nishimori (PL-PR) -votou	Não	Luiz P. O.Bragança (PSL-SP) -votou	Não
Luiza Erundina (PSOL-SP) -votou	Sim	LuizAntônioCorrêa (PL-RJ) -votou	Não
Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR) -votou	Não	Luizianne Lins (PT-CE)	
Magda Mofatto (PL-GO) -votou	Não	Major Fabiana (PSL-RJ) -votou	Não
Mara Rocha (PSDB-AC) -votou	Sim	Marcel van Hattem (NOVO-RS) -votou	Não
Marcelo Álvaro (PSL-MG) -votou	Não	Marcelo Aro (PP-MG) -votou	Não
Marcelo Brum (PSL-RS) -votou	Não	Marcelo Calero (CIDADANIA-RJ) -votou	Sim
Marcelo Freixo (PSOL-RJ) -votou	Sim	Marcelo Moraes (PTB-RS) -votou	Não
Marcelo Nilo (PSB-BA) -votou	Sim	Marcelo Ramos (PL-AM) -votou	Não
Marcio Alvino (PL-SP) -votou	Não	Márcio Biolchi (MDB-RS) -votou	Não
Márcio Jerry (PCdoB-MA) -votou	Sim	Márcio Labre (PSL-RJ) -votou	Não
Márcio Marinho (REPUBLICANOS-BA) -votou	Não	Marco Bertaiolli (PSD-SP) -votou	Sim
Marcon (PT-RS) -votou	Sim	Marcos A. Sampaio (MDB-PI) -votou	Não
Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Margarete Coelho (PP-PI) -votou	Não
MargaridaSalomão (PT-MG) -votou	Sim	Maria do Rosário (PT-RS) -votou	Sim
Maria Rosas (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Mariana Carvalho (PSDB-RO) -votou	Não
Marília Arraes (PT-PE) -votou	Sim	Marina Santos (SOLIDARIEDADE-PI) -votou	Não
Mário Heringer (PDT-MG)		MárioNegromonte Jr (PP-BA) -votou	Não
Marlon Santos (PDT-RS) -votou	Não	Marreca Filho (PATRIOTA-MA)	



Marx Beltrão (PSD-AL) -votou	Não	Maurício Dziedrick (PTB-RS) -votou	Não
Mauro Benevides Fº (PDT-CE) -votou	Sim	Mauro Lopes (MDB-MG) -votou	Não
Mauro Nazif (PSB-RO) -votou	Sim	Merlong Solano (PT-PI) -votou	Sim
Miguel Lombardi (PL-SP) -votou	Não	Milton Vieira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Misael Varella (PSD-MG) -votou	Não	Moses Rodrigues (MDB-CE) -votou	Sim
Natália Bonavides (PT-RN) -votou	Sim	Nelson Barbudo (PSL-MT) -votou	Não
Nereu Crispim (PSL-RS) -votou	Não	Neri Geller (PP-MT)	
Newton Cardoso Jr (MDB-MG) -votou	Não	Nicoletti (PSL-RR) -votou	Não
Nilson Pinto (PSDB-PA) -votou	Não	Nilson Stainsack (PP-SC) -votou	Não
Nilto Tatto (PT-SP) -votou	Sim	Nivaldo Albuquerque (PTB-AL) -votou	Não
Norma Ayub (DEM-ES) -votou	Não	Odair Cunha (PT-MG) -votou	Sim
Olival Marques (DEM-PA) -votou	Não	Orlando Silva (PCdoB-SP) -votou	Sim
Osires Damaso (PSC-TO)		Osmar Terra (MDB-RS) -votou	Não
Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE) -votou	Não	Otoni de Paula (PSC-RJ) -votou	Não
Otto Alencar (PSD-BA) -votou	Não	Padre João (PT-MG) -votou	Sim
Pastor Eurico (PATRIOTA-PE) -votou	Não	Pastor Gil (PL-MA) -votou	Sim
Pastor Isidório (AVANTE-BA) -votou	Não	Patrus Ananias (PT-MG) -votou	Sim
Paula Belmonte (CIDADANIA-DF) -votou	Não	Paulão (PT-AL) -votou	Sim
Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG) -votou	Não	Paulo Azi (DEM-BA) -votou	Não
Paulo Bengtson (PTB-PA) -votou	Não	Paulo Freire Costa (PL-SP) -votou	Não
Paulo Ganime (NOVO-RJ) -votou	Não	Paulo Guedes (PT-MG) -votou	Sim
Paulo Magalhães (PSD-BA) -votou	Não	Paulo Martins (PSC-PR) -votou	Não
Paulo Pereira (SOLIDARIEDADE-SP) -votou	Não	Paulo Pimenta (PT-RS) -votou	Sim
Paulo Ramos (PDT-RJ) -votou	Sim	Paulo Teixeira (PT-SP) -votou	Sim
Pedro A Bezerra (PTB-CE) -votou	Não	Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) -votou	Não
Pedro Lucas Fernan (PTB-MA) -votou	Não	Pedro Lupion (DEM-PR) -votou	Não
Pedro Paulo (DEM-RJ)		Pedro Uczai (PT-SC) -votou	Sim
Pedro Westphalen (PP-RS)		Perpétua Almeida (PCdoB-AC) -votou	Sim
Pinheirinho (PP-MG)		Policial Sastre (PL-SP) -votou	Não
Pompeo de Mattos (PDT-RS) -votou	Sim	Pr Marco Feliciano (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Prof Marcivania (PCdoB-AP)		Profª Dorinha (DEM-TO) -votou	Sim
Profª Rosa Neide (PT-MT)		Professor Alcides (PP-GO) -votou	Não
Professor Joziel (PSL-RJ) -votou	Sim	Professora Dayane (PSL-BA) -votou	Não
Rafael Motta (PSB-RN) -votou	Sim	Raimundo Costa (PL-BA) -votou	Não



Raul Henry (MDB-PE) -votou	Não	Reginaldo Lopes (PT-MG) -votou	Sim
Rejane Dias (PT-PI) -votou	Sim	Renata Abreu (PODE-SP) -votou	Não
Renato Queiroz (MDB-RR) -votou	Não	Renildo Calheiros (PCdoB-PE) -votou	Sim
Ricardo Barros (PP-PR)		Ricardo Guidi (PSD-SC) -votou	Não
Ricardo Izar (PP-SP) -votou	Não	Ricardo Silva (PSB-SP) -votou	Sim
Ricardo Teobaldo (PODE-PE) -votou	Não	Robério Monteiro (PDT-CE) -votou	Sim
Roberto Alves (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Roberto de Lucena (PODE-SP) -votou	Não
Rodrigo Agostinho (PSB-SP) -votou	Sim	Rodrigo Coelho (PSB-SC) -votou	Não
Rodrigo de Castro (PSDB-MG) -votou	Não	Rodrigo Maia (DEM-RJ)	
Rogério Correia (PT-MG) -votou	Sim	Roman (PATRIOTA-PR) -votou	Não
Ronaldo Carletto (PP-BA) -votou	Não	Rosana Valle (PSB-SP) -votou	Não
Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Não	Rose Modesto (PSDB-MS) -votou	Sim
Rubens Bueno (CIDADANIA-PR) -votou	Sim	Rubens Otoni (PT-GO) -votou	Sim
Rubens Pereira Jr. (PCdoB-MA) -votou	Sim	Rui Falcão (PT-SP) -votou	Sim
Ruy Carneiro (PSDB-PB) -votou	Não	Sâmia Bomfim (PSOL-SP) -votou	Sim
Samuel Moreira (PSDB-SP) -votou	Não	Sanderson (PSL-RS) -votou	Não
Santini (PTB-RS) -votou	Não	Sargento Fahur (PSD-PR) -votou	Não
Schiavinato (PP-PR) -votou	Não	Sebastião Oliveira (AVANTE-PE) -votou	Não
Sérgio Brito (PSD-BA) -votou	Não	Sergio Souza (MDB-PR) -votou	Não
Sergio Toledo (PL-AL) -votou	Não	Sergio Vidigal (PDT-ES) -votou	Sim
Severino Pessoa (REPUBLICANOS-AL) -votou	Não	Shéridan (PSDB-RR)	
Sidney Leite (PSD-AM) -votou	Não	Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM) -votou	Não
Silvia Cristina (PDT-RO) -votou	Sim	Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE) -votou	Não
Soraya Santos (PL-RJ) -votou	Presidente	SóstenesCavalcante (DEM-RJ)	
Stefano Aguiar (PSD-MG) -votou	Não	Stephanes Junior (PSD-PR) -votou	Não
SubtenenteGonzaga (PDT-MG) -votou	Sim	Tabata Amaral (PDT-SP) -votou	Sim
Tadeu Alencar (PSB-PE) -votou	Sim	Talíria Petrone (PSOL-RJ) -votou	Sim
Ted Conti (PSB-ES) -votou	Sim	Tereza Nelma (PSDB-AL) -votou	Não
Tiago Dimas (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Não	Tiago Mitraud (NOVO-MG) -votou	Não
Tiririca (PL-SP) -votou	Sim	Tito (AVANTE-BA) -votou	Não
ToninhoWandscheer (PROS-PR) -votou	Não	Túlio Gadêlha (PDT-PE) -votou	Sim
Uldurico Junior (PROS-BA) -votou	Não	Vaidon Oliveira (PROS-CE) -votou	Não
Valdevan Noventa (PL-SE) -votou	Não	Valmir Assunção (PT-BA) -votou	Sim
Vander Loubet (PT-MS) -votou	Sim	Vanderlei Macris (PSDB-SP) -votou	Não



Vavá Martins (REPUBLICANOS-PA) -votou	Não	Vermelho (PSD-PR) -votou	Não
Vicentinho (PT-SP) -votou	Sim	Vicentinho Júnior (PL-TO) -votou	Não
Vilson da Fetaemg (PSB-MG) -votou	Sim	Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Vinicius Farah (MDB-RJ) -votou	Não	Vinicius Gurgel (PL-AP) -votou	Não
Vinicius Poit (NOVO-SP) -votou	Não	Vitor Hugo (PSL-GO) -votou	Não
Vitor Lippi (PSDB-SP) -votou	Não	Waldenor Pereira (PT-BA) -votou	Sim
Walter Alves (MDB-RN) -votou	Não	Weliton Prado (PROS-MG) -votou	Não
Wellington (PL-PB)		Wilson Santiago (PTB-PB) -votou	Não
WladimirGarotinho (PSD-RJ)		Wolney Queiroz (PDT-PE) -votou	Sim
Zé Carlos (PT-MA) -votou	Sim	Zé Neto (PT-BA) -votou	Sim
Zé Silva (SOLIDARIEDADE-MG) -votou	Não	Zé Vitor (PL-MG) -votou	Não
Zeca Dirceu (PT-PR) -votou	Sim		



Votação Nominal e Simbólica

PLEN -Plenário

Reunião: Sessão do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados (virtual)

Data/Local: 16/12/2020 - Plenário da Câmara dos Deputados

PLN 9/2020 CN-Destaque 03

Votação iniciada em:16/12/2020 13:44:35 - Votação encerrada em:16/12/2020 13:58:10

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
442	135	306	0	0	1	442

PT	Sim	DEM	Não	AVANTE	Não
PSL	Não	SOLIDARIEDADE	Não	PATRIOTA	
PL	Não	PTB	Não	PV	
PP	Não	PODE	Não	REDE	Sim
MDB	Não	PSOL	Sim	Maioria	
PSD	Não	PROS	Não	Minoria	Sim
REPUBLICANOS	Não	PSC		Oposição	
PSDB	Não	PCdoB		Governo	Não
PSB	Sim	CIDADANIA	Não		
PDT	Sim	NOVO	Não		

Orientação das Lideranças

Votos

PLEN	Ordenado por: Nome	513 vagas	
PLEN 513 vagas			
Titular			
Abílio Santana (PL-BA) -votou	Não	Abou Anni (PSL-SP) -votou	Não
Acácio Favacho (PROS-AP) -votou	Não	Adolfo Viana (PSDB-BA) -votou	Não
Adriana Ventura (NOVO-SP) -votou	Não	Adriano do Baldy (PP-GO) -votou	Não
Aécio Neves (PSDB-MG)		Afonso Florence (PT-BA) -votou	Sim
Afonso Hamm (PP-RS) -votou	Não	Afonso Motta (PDT-RS) -votou	Sim
Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) -votou	Não	Airton Faleiro (PT-PA) -votou	Sim
AJ Albuquerque (PP-CE) -votou	Não	Alan Rick (DEM-AC) -votou	Não



Alceu Moreira (MDB-RS) -votou	Não	Alcides Rodrigues (PATRIOTA-GO) -votou	Não
Alê Silva (PSL-MG) -votou	Não	Alencar S. Braga (PT-SP) -votou	Sim
Alessandro Molon (PSB-RJ) -votou	Sim	Alex Manente (CIDADANIA-SP) -votou	Não
Alex Santana (PDT-BA) -votou	Não	Alexandre Frota (PSDB-SP) -votou	Sim
Alexandre Leite (DEM-SP) -votou	Não	Alexandre Padilha (PT-SP) -votou	Sim
AlexandreSerfiotis (PSD-RJ) -votou	Não	Alexis Fonteyne (NOVO-SP) -votou	Não
Alice Portugal (PCdoB-BA) -votou	Sim	Aliel Machado (PSB-PR) -votou	Sim
Aline Gurgel (REPUBLICANOS-AP) -votou	Não	Aline Sleutjes (PSL-PR)	
Altineu Côrtes (PL-RJ)		Aluisio Mendes (PSC-MA) -votou	Não
Amaro Neto (REPUBLICANOS-ES) -votou	Não	André Abdon (PP-AP) -votou	Não
André de Paula (PSD-PE)		André Ferreira (PSC-PE) -votou	Não
André Figueiredo (PDT-CE) -votou	Sim	André Fufuca (PP-MA)	
André Janones (AVANTE-MG) -votou	Sim	Angela Amin (PP-SC) -votou	Não
Antonio Brito (PSD-BA)		Arlindo Chinaglia (PT-SP) -votou	Sim
Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP) -votou	Não	Aroldo Martins (REPUBLICANOS-PR) -votou	Não
Arthur Lira (PP-AL)		Arthur O. Maia (DEM-BA) -votou	Não
Átila Lins (PP-AM) -votou	Não	Átila Lira (PP-PI) -votou	Não
Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE) -votou	Não	Áurea Carolina (PSOL-MG) -votou	Sim
Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ) -votou	Não	Bacelar (PODE-BA) -votou	Sim
Baleia Rossi (MDB-SP)		Benedita da Silva (PT-RJ) -votou	Sim
Benes Leocádio (REPUBLICANOS-RN) -votou	Não	Beto Faro (PT-PA) -votou	Sim
Beto Pereira (PSDB-MS) -votou	Não	Beto Rosado (PP-RN)	
Bia Cavassa (PSDB-MS) -votou	Não	Bia Kicis (PSL-DF) -votou	Não
Bibo Nunes (PSL-RS) -votou	Não	Bilac Pinto (DEM-MG) -votou	Não
Bira do Pindaré (PSB-MA) -votou	Sim	Boca Aberta (PROS-PR) -votou	Não
Bohn Gass (PT-RS) -votou	Sim	Bosco Costa (PL-SE) -votou	Não
Bosco Saraiva (SOLIDARIEDADE-AM) -votou	Não	Bozzella (PSL-SP) -votou	Não
Bruna Furlan (PSDB-SP) -votou	Não	Cacá Leão (PP-BA) -votou	Não
Camilo Capiberibe (PSB-AP) -votou	Sim	Cap. Alberto Neto (REPUBLICANOS-AM) -votou	Não
Cap. Fábio Abreu (PL-PI) -votou	Não	Capitão Augusto (PL-SP) -votou	Não
Capitão Wagner (PROS-CE) -votou	Sim	Carla Dickson (PROS-RN)	
Carla Zambelli (PSL-SP) -votou	Não	Carlos Bezerra (MDB-MT)	
Carlos Chiodini (MDB-SC) -votou	Não	Carlos Gaguim (DEM-TO) -votou	Não
Carlos Gomes (REPUBLICANOS-RS) -votou	Não	Carlos Jordy (PSL-RJ) -votou	Não



Carlos Sampaio (PSDB-SP) -votou	Não	Carlos Veras (PT-PE) -votou	Sim
Carlos Zarattini (PT-SP)		Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC) -votou	Não
Caroline de Toni (PSL-SC) -votou	Não	Cássio Andrade (PSB-PA) -votou	Sim
Celina Leão (PP-DF) -votou	Não	Célio Moura (PT-TO) -votou	Sim
Célio Silveira (PSDB-GO) -votou	Não	Célio Studart (PV-CE) -votou	Sim
Celso Maldaner (MDB-SC) -votou	Não	Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Celso Sabino (PSDB-PA)		Cezinha Madureira (PSD-SP)	
Charles Fernandes (PSD-BA) -votou	Não	Charlles Evangelis (PSL-MG) -votou	Não
Chico D'Angelo (PDT-RJ) -votou	Sim	Chiquinho Brazão (AVANTE-RJ) -votou	Não
Chris Tonietto (PSL-RJ)		Christiane Yared (PL-PR) -votou	Não
Christino Aureo (PP-RJ) -votou	Não	Clarissa Garotinho (PROS-RJ) -votou	Sim
Claudio Cajado (PP-BA) -votou	Não	Cleber Verde (REPUBLICANOS-MA)	
Coronel Armando (PSL-SC) -votou	Não	Coronel Tadeu (PSL-SP) -votou	Não
CoronelChrisóstom (PSL-RO) -votou	Não	Cristiano Vale (PL-PA) -votou	Não
Da Vitória (CIDADANIA-ES) -votou	Não	Dagoberto Nogueira (PDT-MS) -votou	Sim
Damião Feliciano (PDT-PB) -votou	Sim	Daniel Almeida (PCdoB-BA) -votou	Sim
Daniel Coelho (CIDADANIA-PE) -votou	Não	Daniel Freitas (PSL-SC) -votou	Não
Daniel Silveira (PSL-RJ) -votou	Não	Daniel Trzeciak (PSDB-RS) -votou	Não
Daniela Waguinho (MDB-RJ) -votou	Não	Danilo Cabral (PSB-PE) -votou	Sim
Daniilo Forte (PSDB-CE) -votou	Não	Danrlei (PSD-RS)	
David Miranda (PSOL-RJ) -votou	Sim	David Soares (DEM-SP) -votou	Não
DeiAntônioFurtado (PSL-RJ) -votou	Sim	Deleg. Éder Mauro (PSD-PA) -votou	Não
Delegado Marcelo (PSL-MG) -votou	Não	Delegado Pablo (PSL-AM) -votou	Não
Delegado Waldir (PSL-GO) -votou	Não	Denis Bezerra (PSB-CE) -votou	Sim
Diego Andrade (PSD-MG)		Diego Garcia (PODE-PR) -votou	Não
Dimas Fabiano (PP-MG)		Domingos Neto (PSD-CE) -votou	Não
Domingos Sávio (PSDB-MG) -votou	Não	Dr Zacharias Calil (DEM-GO) -votou	Não
Dr. Frederico (PATRIOTA-MG)		Dr. Jaziel (PL-CE) -votou	Não
Dr. Leonardo (SOLIDARIEDADE-MT) -votou	Não	Dr. Luiz Ovando (PSL-MS) -votou	Não
Dr.Luiz Antonio Jr (PP-RJ) -votou	Não	Dra. Vanda Milani (SOLIDARIEDADE-AC) -votou	Não
Dra.Soraya Manato (PSL-ES) -votou	Não	Dulce Miranda (MDB-TO) -votou	Não
Edilazio Junior (PSD-MA) -votou	Não	Edio Lopes (PL-RR)	
EdmilsonRodrigues (PSOL-PA) -votou	Sim	Edna Henrique (PSDB-PB) -votou	Não
Eduardo Barbosa (PSDB-MG) -votou	Não	Eduardo Bismarck (PDT-CE) -votou	Sim



Eduardo Braide (PODE-MA) -votou	Sim	Eduardo Costa (PTB-PA) -votou	Não
Eduardo Cury (PSDB-SP) -votou	Não	Eduardo da Fonte (PP-PE) -votou	Não
EduardoBolsonaro (PSL-SP) -votou	Não	Efraim Filho (DEM-PB)	
Elcione Barbalho (MDB-PA) -votou	Não	Eli Borges (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Sim
Eli Corrêa Filho (DEM-SP) -votou	Não	Elias Vaz (PSB-GO) -votou	Sim
Elmar Nascimento (DEM-BA) -votou	Não	Emanuel Pinheiro N (PTB-MT) -votou	Não
Emidinho Madeira (PSB-MG)		Enio Verri (PT-PR) -votou	Sim
Enrico Misasi (PV-SP) -votou	Sim	Erika Kokay (PT-DF) -votou	Sim
Eros Biondini (PROS-MG) -votou	Não	EuclidesPettersen (PSC-MG) -votou	Não
Evair de Melo (PP-ES) -votou	Não	Expedito Netto (PSD-RO) -votou	Não
Fábio Henrique (PDT-SE) -votou	Não	Fábio Mitidieri (PSD-SE) -votou	Não
Fábio Ramalho (MDB-MG) -votou	Sim	Fabio Reis (MDB-SE) -votou	Não
Fabio Schiochet (PSL-SC) -votou	Não	Fábio Trad (PSD-MS) -votou	Sim
Fausto Pinato (PP-SP)		Felício Laterça (PSL-RJ) -votou	Não
Felipe Carreras (PSB-PE) -votou	Sim	Felipe Rigoni (PSB-ES) -votou	Não
FelipeFrancischini (PSL-PR) -votou	Não	Félix Mendonça Jr (PDT-BA) -votou	Sim
FernandaMelchionna (PSOL-RS) -votou	Sim	Fernando Coelho (DEM-PE) -votou	Não
FernandoMonteiro (PP-PE) -votou	Não	FernandoRodolfo (PL-PE)	
Filipe Barros (PSL-PR)		Flávia Arruda (PL-DF) -votou	Não
Flávia Moraes (PDT-GO) -votou	Sim	Flaviano Melo (MDB-AC) -votou	Não
Flávio Nogueira (PDT-PI) -votou	Não	Flordelis (PSD-RJ) -votou	Não
Francisco Jr. (PSD-GO) -votou	Não	Franco Cartafina (PP-MG) -votou	Sim
Fred Costa (PATRIOTA-MG) -votou	Não	Frei Anastacio (PT-PB) -votou	Sim
Gelson Azevedo (PL-RJ) -votou	Não	Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE-CE)	
General Girão (PSL-RN) -votou	Não	General Peternelli (PSL-SP) -votou	Não
Geninho Zuiliani (DEM-SP)		Geovania de Sá (PSDB-SC) -votou	Não
Gervásio Maia (PSB-PB) -votou	Sim	Giacobo (PL-PR) -votou	Não
Gil Cutrim (PDT-MA) -votou	Não	Gilberto Abramo (REPUBLICANOS-MG) -votou	Não
GilbertoNasciment (PSC-SP)		Gilson Marques (NOVO-SC) -votou	Não
Giovani Cherini (PL-RS) -votou	Não	Giovani Feltes (MDB-RS) -votou	Não
Glauber Braga (PSOL-RJ) -votou	Sim	Glaustin da Fokus (PSC-GO) -votou	Não
Gleisi Hoffmann (PT-PR) -votou	Sim	Gonzaga Patriota (PSB-PE) -votou	Sim
Greyce Elias (AVANTE-MG) -votou	Não	Guiga Peixoto (PSL-SP) -votou	Não
Guilherme Derrite (PP-SP) -votou	Não	Guilherme Mussi (PP-SP)	



Gurgel (PSL-RJ)		Gustavo Fruet (PDT-PR) -votou	Sim
Gustinho Ribeiro (SOLIDARIEDADE-SE) -votou	Não	Gutemberg Reis (MDB-RJ)	
Haroldo Cathedral (PSD-RR) -votou	Não	Heitor Freire (PSL-CE) -votou	Não
Heitor Schuch (PSB-RS)		Helder Salomão (PT-ES) -votou	Sim
Hélio Costa (REPUBLICANOS-SC)		Hélio Leite (DEM-PA) -votou	Não
Helio Lopes (PSL-RJ) -votou	Não	Henrique Fontana (PT-RS) -votou	Sim
Hercílio Diniz (MDB-MG)		Herculano Passos (MDB-SP) -votou	Não
HermesParcianello (MDB-PR) -votou	Não	Hildo Rocha (MDB-MA)	
Hiran Gonçalves (PP-RR) -votou	Não	Hugo Leal (PSD-RJ)	
Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB) -votou	Não	Idilvan Alencar (PDT-CE) -votou	Sim
Igor Kannário (DEM-BA) -votou	Não	Igor Timo (PODE-MG) -votou	Não
Iracema Portella (PP-PI) -votou	Não	Isnaldo Bulhões Jr (MDB-AL)	
Israel Batista (PV-DF) -votou	Sim	Ivan Valente (PSOL-SP) -votou	Sim
Jandira Feghali (PCdoB-RJ) -votou	Sim	Jaqueline Cassol (PP-RO)	
Jefferson Campos (PSB-SP) -votou	Não	Jerônimo Goergen (PP-RS) -votou	Não
Jéssica Sales (MDB-AC) -votou	Não	Jesus Sérgio (PDT-AC) -votou	Sim
Jhc (PSB-AL) -votou	Não	Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS-RR) -votou	Não
João C. Bacelar (PL-BA) -votou	Não	João Campos (REPUBLICANOS-GO) -votou	Não
João Daniel (PT-SE) -votou	Sim	João H. Campos (PSB-PE)	
João Maia (PL-RN) -votou	Não	João Marcelo S. (MDB-MA) -votou	Não
João Roma (REPUBLICANOS-BA)		JoaquimPassarinho (PSD-PA) -votou	Não
Joenia Wapichana (REDE-RR) -votou	Sim	Joice Hasselmann (PSL-SP)	
Jorge Braz (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Não	Jorge Goetten (PL-SC) -votou	Não
Jorge Solla (PT-BA) -votou	Sim	José Airton (PT-CE) -votou	Sim
José Guimarães (PT-CE) -votou	Sim	Jose Mario Schrein (DEM-GO) -votou	Não
José Medeiros (PODE-MT) -votou	Não	José Nelto (PODE-GO) -votou	Não
José Nunes (PSD-BA) -votou	Não	José Priante (MDB-PA) -votou	Não
José Ricardo (PT-AM) -votou	Sim	José Rocha (PL-BA) -votou	Não
Joseildo Ramos (PT-BA) -votou	Sim	JosimarMaranhãozi (PL-MA) -votou	Não
Juarez Costa (MDB-MT) -votou	Não	Julian Lemos (PSL-PB) -votou	Não
Júlio Cesar (PSD-PI) -votou	Não	Julio Cesar Ribeir (REPUBLICANOS-DF) -votou	Não
Júlio Delgado (PSB-MG) -votou	Sim	Juninho do Pneu (DEM-RJ) -votou	Não
Junio Amaral (PSL-MG) -votou	Não	Júnior Ferrari (PSD-PA) -votou	Não
Junior Lourenço (PL-MA) -votou	Não	Júnior Mano (PL-CE)	



Juscelino Filho (DEM-MA) -votou	Não	Kim Kataguiri (DEM-SP) -votou	Não
Laercio Oliveira (PP-SE)		Lafayette Andrada (REPUBLICANOS-MG)	
Lauriete (PSC-ES) -votou	Não	Leandre (PV-PR) -votou	Sim
Leda Sadala (AVANTE-AP) -votou	Não	Leo de Brito (PT-AC) -votou	Sim
Léo Moraes (PODE-RO) -votou	Não	Léo Motta (PSL-MG) -votou	Não
Leonardo Monteiro (PT-MG) -votou	Sim	Leônidas Cristino (PDT-CE) -votou	Sim
Leur Lomanto Jr. (DEM-BA)		Lidice da Mata (PSB-BA) -votou	Sim
Lincoln Portela (PL-MG) -votou	Não	Liziane Bayer (PSB-RS) -votou	Não
Loester Trutis (PSL-MS) -votou	Não	Lourival Gomes (PSL-RJ) -votou	Não
Lucas Gonzalez (NOVO-MG) -votou	Não	Lucas Redecker (PSDB-RS) -votou	Não
Lucas Vergílio (SOLIDARIEDADE-GO) -votou	Não	Luciano Bivar (PSL-PE)	
Luciano Ducci (PSB-PR) -votou	Sim	Lucio Mosquini (MDB-RO) -votou	Não
Luis Miranda (DEM-DF) -votou	Não	Luís Tibé (AVANTE-MG) -votou	Não
Luisa Canziani (PTB-PR) -votou	Não	Luiz Carlos (PSDB-AP) -votou	Não
Luiz Carlos Motta (PL-SP)		Luiz Lima (PSL-RJ) -votou	Não
Luiz Nishimori (PL-PR) -votou	Não	Luiz P. O.Bragança (PSL-SP) -votou	Não
Luiza Erundina (PSOL-SP) -votou	Sim	LuizAntônioCorrêa (PL-RJ) -votou	Não
Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR) -votou	Não	Luizianne Lins (PT-CE) -votou	Sim
Magda Mofatto (PL-GO)		Major Fabiana (PSL-RJ) -votou	Não
Mara Rocha (PSDB-AC) -votou	Sim	Marcel van Hattem (NOVO-RS) -votou	Não
Marcelo Álvaro (PSL-MG) -votou	Não	Marcelo Aro (PP-MG) -votou	Não
Marcelo Brum (PSL-RS) -votou	Não	Marcelo Calero (CIDADANIA-RJ) -votou	Sim
Marcelo Freixo (PSOL-RJ) -votou	Sim	Marcelo Moraes (PTB-RS) -votou	Não
Marcelo Nilo (PSB-BA) -votou	Sim	Marcelo Ramos (PL-AM) -votou	Não
Marcio Alvino (PL-SP) -votou	Não	Márcio Biolchi (MDB-RS) -votou	Não
Márcio Jerry (PCdoB-MA) -votou	Sim	Márcio Labre (PSL-RJ) -votou	Não
Márcio Marinho (REPUBLICANOS-BA) -votou	Não	Marco Bertaiolli (PSD-SP) -votou	Não
Marcon (PT-RS) -votou	Sim	Marcos A. Sampaio (MDB-PI)	
Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)		Margarete Coelho (PP-PI) -votou	Não
MargaridaSalomão (PT-MG) -votou	Sim	Maria do Rosário (PT-RS) -votou	Sim
Maria Rosas (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Mariana Carvalho (PSDB-RO) -votou	Não
Marília Arraes (PT-PE) -votou	Sim	Marina Santos (SOLIDARIEDADE-PI) -votou	Não
Mário Heringer (PDT-MG) -votou	Sim	MárioNegromonte Jr (PP-BA) -votou	Não
Marlon Santos (PDT-RS) -votou	Não	Marreca Filho (PATRIOTA-MA) -votou	Não



Marx Beltrão (PSD-AL) -votou	Não	Maurício Dziedrick (PTB-RS) -votou	Não
Mauro Benevides Fº (PDT-CE) -votou	Sim	Mauro Lopes (MDB-MG) -votou	Não
Mauro Nazif (PSB-RO) -votou	Sim	Merlong Solano (PT-PI) -votou	Sim
Miguel Lombardi (PL-SP) -votou	Não	Milton Vieira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Misael Varella (PSD-MG) -votou	Não	Moses Rodrigues (MDB-CE) -votou	Não
Natália Bonavides (PT-RN) -votou	Sim	Nelson Barbudo (PSL-MT) -votou	Não
Nereu Crispim (PSL-RS) -votou	Não	Neri Geller (PP-MT)	
Newton Cardoso Jr (MDB-MG)		Nicoletti (PSL-RR) -votou	Não
Nilson Pinto (PSDB-PA) -votou	Não	Nilson Stainsack (PP-SC) -votou	Não
Nilto Tatto (PT-SP) -votou	Sim	Nivaldo Albuquerque (PTB-AL) -votou	Não
Norma Ayub (DEM-ES) -votou	Não	Odair Cunha (PT-MG) -votou	Sim
Olival Marques (DEM-PA) -votou	Não	Orlando Silva (PCdoB-SP) -votou	Sim
Osires Damaso (PSC-TO)		Osmar Terra (MDB-RS)	
Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE) -votou	Não	Otoni de Paula (PSC-RJ) -votou	Não
Otto Alencar (PSD-BA) -votou	Não	Padre João (PT-MG) -votou	Sim
Pastor Eurico (PATRIOTA-PE) -votou	Não	Pastor Gil (PL-MA) -votou	Não
Pastor Isidório (AVANTE-BA) -votou	Não	Patrus Ananias (PT-MG) -votou	Sim
Paula Belmonte (CIDADANIA-DF) -votou	Não	Paulão (PT-AL) -votou	Sim
Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG) -votou	Não	Paulo Azi (DEM-BA) -votou	Não
Paulo Bengtson (PTB-PA) -votou	Não	Paulo Freire Costa (PL-SP) -votou	Não
Paulo Ganime (NOVO-RJ) -votou	Não	Paulo Guedes (PT-MG) -votou	Sim
Paulo Magalhães (PSD-BA) -votou	Não	Paulo Martins (PSC-PR) -votou	Não
Paulo Pereira (SOLIDARIEDADE-SP)		Paulo Pimenta (PT-RS) -votou	Sim
Paulo Ramos (PDT-RJ) -votou	Sim	Paulo Teixeira (PT-SP) -votou	Sim
Pedro A Bezerra (PTB-CE) -votou	Não	Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) -votou	Não
Pedro Lucas Fernan (PTB-MA)		Pedro Lupion (DEM-PR) -votou	Não
Pedro Paulo (DEM-RJ)		Pedro Uczai (PT-SC) -votou	Sim
Pedro Westphalen (PP-RS) -votou	Não	Perpétua Almeida (PCdoB-AC) -votou	Sim
Pinheirinho (PP-MG) -votou	Não	Policial Sastre (PL-SP) -votou	Não
Pompeo de Mattos (PDT-RS) -votou	Sim	Pr Marco Feliciano (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Prof Marcivânia (PCdoB-AP) -votou	Sim	Profª Dorinha (DEM-TO) -votou	Não
Profª Rosa Neide (PT-MT)		Professor Alcides (PP-GO) -votou	Não
Professor Joziel (PSL-RJ) -votou	Não	Professora Dayane (PSL-BA) -votou	Não
Rafael Motta (PSB-RN) -votou	Sim	Raimundo Costa (PL-BA) -votou	Sim



Raul Henry (MDB-PE) -votou	Não	Reginaldo Lopes (PT-MG) -votou	Sim
Rejane Dias (PT-PI) -votou	Sim	Renata Abreu (PODE-SP) -votou	Não
Renato Queiroz (MDB-RR) -votou	Não	Renildo Calheiros (PCdoB-PE) -votou	Sim
Ricardo Barros (PP-PR)		Ricardo Guidi (PSD-SC) -votou	Não
Ricardo Izar (PP-SP) -votou	Não	Ricardo Silva (PSB-SP) -votou	Não
Ricardo Teobaldo (PODE-PE) -votou	Não	Robério Monteiro (PDT-CE) -votou	Sim
Roberto Alves (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Roberto de Lucena (PODE-SP) -votou	Não
Rodrigo Agostinho (PSB-SP) -votou	Sim	Rodrigo Coelho (PSB-SC) -votou	Não
Rodrigo de Castro (PSDB-MG) -votou	Não	Rodrigo Maia (DEM-RJ)	
Rogério Correia (PT-MG) -votou	Sim	Roman (PATRIOTA-PR) -votou	Não
Ronaldo Carletto (PP-BA) -votou	Não	Rosana Valle (PSB-SP) -votou	Não
Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Não	Rose Modesto (PSDB-MS) -votou	Sim
Rubens Bueno (CIDADANIA-PR) -votou	Não	Rubens Otoni (PT-GO) -votou	Sim
Rubens Pereira Jr. (PCdoB-MA) -votou	Sim	Rui Falcão (PT-SP) -votou	Sim
Ruy Carneiro (PSDB-PB) -votou	Sim	Sâmia Bomfim (PSOL-SP)	
Samuel Moreira (PSDB-SP) -votou	Não	Sanderson (PSL-RS) -votou	Não
Santini (PTB-RS) -votou	Não	Sargento Fahur (PSD-PR) -votou	Não
Schiavinato (PP-PR)		Sebastião Oliveira (AVANTE-PE) -votou	Não
Sérgio Brito (PSD-BA)		Sergio Souza (MDB-PR) -votou	Não
Sergio Toledo (PL-AL) -votou	Não	Sergio Vidigal (PDT-ES) -votou	Sim
Severino Pessoa (REPUBLICANOS-AL) -votou	Não	Shéridan (PSDB-RR) -votou	Não
Sidney Leite (PSD-AM) -votou	Não	Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM)	
Silvia Cristina (PDT-RO) -votou	Sim	Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE) -votou	Não
Soraya Santos (PL-RJ) -votou	Presidente	Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) -votou	Não
Stefano Aguiar (PSD-MG)		Stephanes Junior (PSD-PR) -votou	Não
Subtenente Gonzaga (PDT-MG) -votou	Sim	Tabata Amaral (PDT-SP) -votou	Não
Tadeu Alencar (PSB-PE)		Talíria Petrone (PSOL-RJ) -votou	Sim
Ted Contí (PSB-ES) -votou	Sim	Tereza Nelma (PSDB-AL) -votou	Não
Tiago Dimas (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Não	Tiago Mitraud (NOVO-MG) -votou	Não
Tiririca (PL-SP) -votou	Sim	Tito (AVANTE-BA) -votou	Não
Toninho Wandscheer (PROS-PR) -votou	Não	Túlio Gadêlha (PDT-PE) -votou	Sim
Uldurico Junior (PROS-BA)		Vaidon Oliveira (PROS-CE) -votou	Não
Valdevan Noventa (PL-SE) -votou	Sim	Valmir Assunção (PT-BA) -votou	Sim
Vander Loubet (PT-MS) -votou	Sim	Vanderlei Macris (PSDB-SP) -votou	Não



Vavá Martins (REPUBLICANOS-PA) -votou	Não	Vermelho (PSD-PR) -votou	Não
Vicentinho (PT-SP) -votou	Sim	Vicentinho Júnior (PL-TO) -votou	Não
Vilson da Fetaemg (PSB-MG) -votou	Sim	Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Vinicius Farah (MDB-RJ) -votou	Não	Vinicius Gurgel (PL-AP) -votou	Não
Vinicius Poit (NOVO-SP) -votou	Não	Vitor Hugo (PSL-GO) -votou	Não
Vitor Lippi (PSDB-SP) -votou	Não	Waldenor Pereira (PT-BA) -votou	Sim
Walter Alves (MDB-RN)		Weliton Prado (PROS-MG) -votou	Não
Wellington (PL-PB)		Wilson Santiago (PTB-PB) -votou	Não
WladimirGarotinho (PSD-RJ)		Wolney Queiroz (PDT-PE) -votou	Sim
Zé Carlos (PT-MA) -votou	Sim	Zé Neto (PT-BA) -votou	Sim
Zé Silva (SOLIDARIEDADE-MG) -votou	Não	Zé Vitor (PL-MG) -votou	Não
Zeca Dirceu (PT-PR) -votou	Sim		



Votação Nominal e Simbólica

PLEN -Plenário

Reunião: Sessão do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados (virtual)

Data/Local: 16/12/2020 - Plenário da Câmara dos Deputados

PLN 9/2020 CN-Destaque 04

Votação iniciada em:16/12/2020 14:16:07 - Votação encerrada em:16/12/2020 14:24:39

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
436	412	21	2	0	1	436

PT	Sim	DEM	Sim	AVANTE	Sim
PSL	Sim	SOLIDARIEDADE	Sim	PATRIOTA	
PL	Sim	PTB	Sim	PV	
PP	Sim	PODE	Sim	REDE	Sim
MDB	Sim	PSOL	Sim	Maioria	
PSD	Sim	PROS	Sim	Minoria	
REPUBLICANOS	Sim	PSC		Oposição	
PSDB	Sim	PCdoB	Sim	Governo	Liberado
PSB	Sim	CIDADANIA	Sim		
PDT	Sim	NOVO	Não		

Orientação das Lideranças

Votos

PLEN	Ordenado por: Nome	513 vagas	
PLEN 513 vagas			
Titular			
Abílio Santana (PL-BA) -votou	Sim	Abou Anni (PSL-SP) -votou	Sim
Acácio Favacho (PROS-AP)		Adolfo Viana (PSDB-BA) -votou	Sim
Adriana Ventura (NOVO-SP) -votou	Não	Adriano do Baldy (PP-GO) -votou	Sim
Aécio Neves (PSDB-MG)		Afonso Florence (PT-BA) -votou	Sim
Afonso Hamm (PP-RS) -votou	Sim	Afonso Motta (PDT-RS) -votou	Sim
Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) -votou	Sim	Airton Faleiro (PT-PA)	
AJ Albuquerque (PP-CE) -votou	Sim	Alan Rick (DEM-AC) -votou	Sim



Alceu Moreira (MDB-RS) -votou	Sim	Alcides Rodrigues (PATRIOTA-GO) -votou	Sim
Alê Silva (PSL-MG) -votou	Sim	Alencar S. Braga (PT-SP) -votou	Sim
Alessandro Molon (PSB-RJ) -votou	Sim	Alex Manente (CIDADANIA-SP) -votou	Sim
Alex Santana (PDT-BA) -votou	Sim	Alexandre Frota (PSDB-SP) -votou	Sim
Alexandre Leite (DEM-SP) -votou	Sim	Alexandre Padilha (PT-SP) -votou	Sim
AlexandreSerfiotis (PSD-RJ) -votou	Sim	Alexis Fonteyne (NOVO-SP) -votou	Não
Alice Portugal (PCdoB-BA)		Aliel Machado (PSB-PR)	
Aline Gurgel (REPUBLICANOS-AP) -votou	Sim	Aline Sleutjes (PSL-PR) -votou	Sim
Altineu Côrtes (PL-RJ) -votou	Sim	Aluisio Mendes (PSC-MA) -votou	Sim
Amaro Neto (REPUBLICANOS-ES) -votou	Sim	André Abdon (PP-AP) -votou	Sim
André de Paula (PSD-PE) -votou	Sim	André Ferreira (PSC-PE)	
André Figueiredo (PDT-CE) -votou	Sim	André Fufuca (PP-MA)	
André Janones (AVANTE-MG) -votou	Sim	Angela Amin (PP-SC) -votou	Sim
Antonio Brito (PSD-BA) -votou	Sim	Arlindo Chinaglia (PT-SP)	
Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP) -votou	Sim	Aroldo Martins (REPUBLICANOS-PR) -votou	Sim
Arthur Lira (PP-AL)		Arthur O. Maia (DEM-BA) -votou	Sim
Átila Lins (PP-AM) -votou	Sim	Átila Lira (PP-PI) -votou	Sim
Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE) -votou	Sim	Áurea Carolina (PSOL-MG) -votou	Sim
Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ) -votou	Sim	Bacelar (PODE-BA) -votou	Sim
Baleia Rossi (MDB-SP)		Benedita da Silva (PT-RJ) -votou	Sim
Benes Leocádio (REPUBLICANOS-RN) -votou	Sim	Beto Faro (PT-PA) -votou	Sim
Beto Pereira (PSDB-MS) -votou	Sim	Beto Rosado (PP-RN) -votou	Sim
Bia Cavassa (PSDB-MS) -votou	Sim	Bia Kicis (PSL-DF) -votou	Sim
Bibo Nunes (PSL-RS) -votou	Sim	Bilac Pinto (DEM-MG) -votou	Sim
Bira do Pindaré (PSB-MA) -votou	Sim	Boca Aberta (PROS-PR) -votou	Sim
Bohn Gass (PT-RS) -votou	Sim	Bosco Costa (PL-SE) -votou	Sim
Bosco Saraiva (SOLIDARIEDADE-AM) -votou	Sim	Bozzella (PSL-SP) -votou	Sim
Bruna Furlan (PSDB-SP) -votou	Sim	Cacá Leão (PP-BA) -votou	Sim
Camilo Capiberibe (PSB-AP) -votou	Sim	Cap. Alberto Neto (REPUBLICANOS-AM) -votou	Sim
Cap. Fábio Abreu (PL-PI) -votou	Sim	Capitão Augusto (PL-SP) -votou	Sim
Capitão Wagner (PROS-CE) -votou	Sim	Carla Dickson (PROS-RN) -votou	Sim
Carla Zambelli (PSL-SP) -votou	Sim	Carlos Bezerra (MDB-MT)	
Carlos Chiodini (MDB-SC) -votou	Sim	Carlos Gaguim (DEM-TO) -votou	Sim
Carlos Gomes (REPUBLICANOS-RS) -votou	Sim	Carlos Jordy (PSL-RJ) -votou	Sim



Carlos Sampaio (PSDB-SP) -votou	Sim	Carlos Veras (PT-PE) -votou	Sim
Carlos Zarattini (PT-SP)		Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC) -votou	Sim
Caroline de Toni (PSL-SC) -votou	Sim	Cássio Andrade (PSB-PA) -votou	Sim
Celina Leão (PP-DF) -votou	Sim	Célio Moura (PT-TO) -votou	Sim
Célio Silveira (PSDB-GO) -votou	Sim	Célio Studart (PV-CE)	
Celso Maldaner (MDB-SC) -votou	Sim	Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim
Celso Sabino (PSDB-PA)		Cezinha Madureira (PSD-SP) -votou	Sim
Charles Fernandes (PSD-BA) -votou	Sim	Charles Evangelis (PSL-MG) -votou	Sim
Chico D'Angelo (PDT-RJ) -votou	Sim	Chiquinho Brazão (AVANTE-RJ) -votou	Sim
Chris Tonietto (PSL-RJ)		Christiane Yared (PL-PR) -votou	Sim
Christino Aureo (PP-RJ) -votou	Sim	Clarissa Garotinho (PROS-RJ)	
Claudio Cajado (PP-BA) -votou	Sim	Cleber Verde (REPUBLICANOS-MA) -votou	Sim
Coronel Armando (PSL-SC) -votou	Sim	Coronel Tadeu (PSL-SP) -votou	Não
CoronelChrisóstom (PSL-RO) -votou	Sim	Cristiano Vale (PL-PA)	
Da Vitória (CIDADANIA-ES) -votou	Sim	Dagoberto Nogueira (PDT-MS) -votou	Sim
Damião Feliciano (PDT-PB) -votou	Sim	Daniel Almeida (PCdoB-BA) -votou	Sim
Daniel Coelho (CIDADANIA-PE) -votou	Sim	Daniel Freitas (PSL-SC) -votou	Sim
Daniel Silveira (PSL-RJ) -votou	Sim	Daniel Trzeciak (PSDB-RS) -votou	Sim
Daniela Waguinho (MDB-RJ) -votou	Sim	Danilo Cabral (PSB-PE) -votou	Sim
Daniilo Forte (PSDB-CE) -votou	Sim	Danlei (PSD-RS) -votou	Sim
David Miranda (PSOL-RJ) -votou	Sim	David Soares (DEM-SP) -votou	Sim
DeAntônioFurtado (PSL-RJ) -votou	Abstenção	Deleg. Éder Mauro (PSD-PA) -votou	Sim
Delegado Marcelo (PSL-MG) -votou	Sim	Delegado Pablo (PSL-AM) -votou	Sim
Delegado Waldir (PSL-GO) -votou	Sim	Denis Bezerra (PSB-CE) -votou	Sim
Diego Andrade (PSD-MG)		Diego Garcia (PODE-PR)	
Dimas Fabiano (PP-MG)		Domingos Neto (PSD-CE) -votou	Sim
Domingos Sávio (PSDB-MG) -votou	Sim	Dr Zacharias Calil (DEM-GO) -votou	Sim
Dr. Frederico (PATRIOTA-MG) -votou	Sim	Dr. Jaziel (PL-CE) -votou	Sim
Dr. Leonardo (SOLIDARIEDADE-MT) -votou	Sim	Dr. Luiz Ovando (PSL-MS) -votou	Não
Dr.Luiz Antonio Jr (PP-RJ) -votou	Sim	Dra. Vanda Milani (SOLIDARIEDADE-AC) -votou	Sim
Dra.Soraya Manato (PSL-ES) -votou	Sim	Dulce Miranda (MDB-TO) -votou	Sim
Edilazio Junior (PSD-MA) -votou	Sim	Edio Lopes (PL-RR)	
EdmilsonRodrigues (PSOL-PA) -votou	Sim	Edna Henrique (PSDB-PB) -votou	Sim
Eduardo Barbosa (PSDB-MG) -votou	Sim	Eduardo Bismarck (PDT-CE) -votou	Sim



Eduardo Braide (PODE-MA) -votou	Sim	Eduardo Costa (PTB-PA) -votou	Sim
Eduardo Cury (PSDB-SP) -votou	Não	Eduardo da Fonte (PP-PE) -votou	Sim
EduardoBolsonaro (PSL-SP) -votou	Sim	Efraim Filho (DEM-PB)	
Elcione Barbalho (MDB-PA) -votou	Sim	Eli Borges (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Sim
Eli Corrêa Filho (DEM-SP) -votou	Sim	Elias Vaz (PSB-GO) -votou	Sim
Elmar Nascimento (DEM-BA) -votou	Sim	Emanuel Pinheiro N (PTB-MT)	
Emidinho Madeira (PSB-MG) -votou	Sim	Enio Verri (PT-PR) -votou	Sim
Enrico Misasi (PV-SP) -votou	Sim	Erika Kokay (PT-DF) -votou	Sim
Eros Biondini (PROS-MG) -votou	Sim	EuclidesPettersen (PSC-MG) -votou	Sim
Evair de Melo (PP-ES) -votou	Sim	Expedito Netto (PSD-RO) -votou	Sim
Fábio Henrique (PDT-SE) -votou	Sim	Fábio Mitidieri (PSD-SE) -votou	Sim
Fábio Ramalho (MDB-MG) -votou	Sim	Fabio Reis (MDB-SE) -votou	Sim
Fabio Schiochet (PSL-SC) -votou	Sim	Fábio Trad (PSD-MS) -votou	Sim
Fausto Pinato (PP-SP)		Felício Laterça (PSL-RJ) -votou	Sim
Felipe Carreras (PSB-PE) -votou	Sim	Felipe Rigoni (PSB-ES)	
FelipeFrancischini (PSL-PR)		Félix Mendonça Jr (PDT-BA) -votou	Sim
FernandaMelchionna (PSOL-RS) -votou	Sim	Fernando Coelho (DEM-PE)	
FernandoMonteiro (PP-PE) -votou	Sim	FernandoRodolfo (PL-PE) -votou	Abstenção
Filipe Barros (PSL-PR) -votou	Sim	Flávia Arruda (PL-DF)	
Flávia Moraes (PDT-GO) -votou	Sim	Flaviano Melo (MDB-AC) -votou	Sim
Flávio Nogueira (PDT-PI) -votou	Sim	Flordelis (PSD-RJ) -votou	Sim
Francisco Jr. (PSD-GO) -votou	Sim	Franco Cartafina (PP-MG) -votou	Sim
Fred Costa (PATRIOTA-MG) -votou	Sim	Frei Anastacio (PT-PB) -votou	Sim
Gelson Azevedo (PL-RJ) -votou	Sim	Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE-CE) -votou	Sim
General Girão (PSL-RN) -votou	Sim	General Peternelli (PSL-SP) -votou	Sim
Geninho Zuiliani (DEM-SP)		Geovania de Sá (PSDB-SC) -votou	Sim
Gervásio Maia (PSB-PB) -votou	Sim	Giacobo (PL-PR) -votou	Sim
Gil Cutrim (PDT-MA)		Gilberto Abramo (REPUBLICANOS-MG) -votou	Sim
GilbertoNasciment (PSC-SP)		Gilson Marques (NOVO-SC) -votou	Não
Giovani Cherini (PL-RS) -votou	Sim	Giovani Feltes (MDB-RS) -votou	Sim
Glauber Braga (PSOL-RJ) -votou	Sim	Glaustin da Fokus (PSC-GO) -votou	Sim
Gleisi Hoffmann (PT-PR)		Gonzaga Patriota (PSB-PE) -votou	Sim
Greyce Elias (AVANTE-MG) -votou	Sim	Guiga Peixoto (PSL-SP) -votou	Não
Guilherme Derrite (PP-SP) -votou	Sim	Guilherme Mussi (PP-SP) -votou	Sim



Gurgel (PSL-RJ) -votou	Sim	Gustavo Fruet (PDT-PR) -votou	Sim
Gustinho Ribeiro (SOLIDARIEDADE-SE) -votou	Sim	Gutemberg Reis (MDB-RJ) -votou	Sim
Haroldo Cathedral (PSD-RR) -votou	Sim	Heitor Freire (PSL-CE) -votou	Sim
Heitor Schuch (PSB-RS)		Helder Salomão (PT-ES) -votou	Sim
Hélio Costa (REPUBLICANOS-SC) -votou	Sim	Hélio Leite (DEM-PA) -votou	Sim
Helio Lopes (PSL-RJ) -votou	Sim	Henrique Fontana (PT-RS)	
Hercílio Diniz (MDB-MG)		Herculano Passos (MDB-SP) -votou	Sim
HermesParcianello (MDB-PR) -votou	Sim	Hildo Rocha (MDB-MA)	
Hiran Gonçalves (PP-RR) -votou	Sim	Hugo Leal (PSD-RJ) -votou	Sim
Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB) -votou	Sim	Idilvan Alencar (PDT-CE) -votou	Sim
Igor Kannário (DEM-BA) -votou	Sim	Igor Timo (PODE-MG) -votou	Sim
Iracema Portella (PP-PI) -votou	Sim	Isnaldo Bulhões Jr (MDB-AL) -votou	Sim
Israel Batista (PV-DF) -votou	Sim	Ivan Valente (PSOL-SP) -votou	Sim
Jandira Feghali (PCdoB-RJ) -votou	Sim	Jaqueline Cassol (PP-RO)	
Jefferson Campos (PSB-SP) -votou	Sim	Jerônimo Goergen (PP-RS)	
Jéssica Sales (MDB-AC) -votou	Sim	Jesus Sérgio (PDT-AC)	
Jhc (PSB-AL)		Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS-RR) -votou	Sim
João C. Bacelar (PL-BA) -votou	Sim	João Campos (REPUBLICANOS-GO) -votou	Sim
João Daniel (PT-SE) -votou	Sim	João H. Campos (PSB-PE)	
João Maia (PL-RN) -votou	Sim	João Marcelo S. (MDB-MA) -votou	Sim
João Roma (REPUBLICANOS-BA) -votou	Sim	JoaquimPassarinho (PSD-PA) -votou	Não
Joenia Wapichana (REDE-RR) -votou	Sim	Joice Hasselmann (PSL-SP) -votou	Sim
Jorge Braz (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Sim	Jorge Goetten (PL-SC) -votou	Sim
Jorge Solla (PT-BA)		José Aírton (PT-CE)	
José Guimarães (PT-CE) -votou	Sim	Jose Mario Schrein (DEM-GO) -votou	Sim
José Medeiros (PODE-MT) -votou	Sim	José Nelto (PODE-GO) -votou	Sim
José Nunes (PSD-BA) -votou	Sim	José Priante (MDB-PA)	
José Ricardo (PT-AM) -votou	Sim	José Rocha (PL-BA)	
Joseildo Ramos (PT-BA) -votou	Sim	JosimarMaranhãozi (PL-MA) -votou	Sim
Juarez Costa (MDB-MT) -votou	Sim	Julian Lemos (PSL-PB) -votou	Sim
Júlio Cesar (PSD-PI)		Julio Cesar Ribeir (REPUBLICANOS-DF) -votou	Sim
Júlio Delgado (PSB-MG) -votou	Sim	Juninho do Pneu (DEM-RJ) -votou	Sim
Junio Amaral (PSL-MG)		Júnior Ferrari (PSD-PA) -votou	Sim
Junior Lourenço (PL-MA) -votou	Sim	Júnior Mano (PL-CE) -votou	Sim



Juscelino Filho (DEM-MA) -votou	Sim	Kim Kataguiri (DEM-SP) -votou	Não
Laercio Oliveira (PP-SE) -votou	Sim	Lafayette Andrada (REPUBLICANOS-MG) -votou	Sim
Lauriete (PSC-ES) -votou	Sim	Leandre (PV-PR) -votou	Sim
Leda Sadala (AVANTE-AP) -votou	Sim	Leo de Brito (PT-AC) -votou	Sim
Léo Moraes (PODE-RO) -votou	Sim	Léo Motta (PSL-MG) -votou	Sim
Leonardo Monteiro (PT-MG) -votou	Sim	Leônidas Cristino (PDT-CE) -votou	Sim
Leur Lomanto Jr. (DEM-BA)		Lidice da Mata (PSB-BA) -votou	Sim
Lincoln Portela (PL-MG) -votou	Sim	Liziane Bayer (PSB-RS) -votou	Sim
Loester Trutis (PSL-MS) -votou	Sim	Lourival Gomes (PSL-RJ) -votou	Sim
Lucas Gonzalez (NOVO-MG) -votou	Não	Lucas Redecker (PSDB-RS) -votou	Sim
Lucas Vergílio (SOLIDARIEDADE-GO) -votou	Não	Luciano Bivar (PSL-PE)	
Luciano Ducci (PSB-PR) -votou	Sim	Lucio Mosquini (MDB-RO)	
Luis Miranda (DEM-DF) -votou	Sim	Luis Tibé (AVANTE-MG)	
Luisa Canziani (PTB-PR) -votou	Sim	Luiz Carlos (PSDB-AP)	
Luiz Carlos Motta (PL-SP)		Luiz Lima (PSL-RJ) -votou	Sim
Luiz Nishimori (PL-PR) -votou	Sim	Luiz P. O.Bragança (PSL-SP) -votou	Não
Luiza Erundina (PSOL-SP) -votou	Sim	LuizAntônioCorrêa (PL-RJ) -votou	Sim
Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR) -votou	Sim	Luizianne Lins (PT-CE)	
Magda Mofatto (PL-GO) -votou	Sim	Major Fabiana (PSL-RJ)	
Mara Rocha (PSDB-AC) -votou	Sim	Marcel van Hattem (NOVO-RS) -votou	Não
Marcelo Álvaro (PSL-MG) -votou	Sim	Marcelo Aro (PP-MG) -votou	Sim
Marcelo Brum (PSL-RS) -votou	Sim	Marcelo Calero (CIDADANIA-RJ) -votou	Sim
Marcelo Freixo (PSOL-RJ) -votou	Sim	Marcelo Moraes (PTB-RS) -votou	Sim
Marcelo Nilo (PSB-BA) -votou	Sim	Marcelo Ramos (PL-AM) -votou	Sim
Marcio Alvino (PL-SP) -votou	Sim	Márcio Biolchi (MDB-RS) -votou	Sim
Márcio Jerry (PCdoB-MA) -votou	Sim	Márcio Labre (PSL-RJ) -votou	Sim
Márcio Marinho (REPUBLICANOS-BA) -votou	Sim	Marco Bertaiolli (PSD-SP) -votou	Não
Marcon (PT-RS) -votou	Sim	Marcos A. Sampaio (MDB-PI)	
Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim	Margarete Coelho (PP-PI)	
MargaridaSalomão (PT-MG) -votou	Sim	Maria do Rosário (PT-RS) -votou	Sim
Maria Rosas (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim	Mariana Carvalho (PSDB-RO) -votou	Sim
Marília Arraes (PT-PE) -votou	Sim	Marina Santos (SOLIDARIEDADE-PI) -votou	Sim
Mário Heringer (PDT-MG) -votou	Sim	MárioNegromonte Jr (PP-BA) -votou	Sim
Marlon Santos (PDT-RS) -votou	Sim	Marreca Filho (PATRIOTA-MA) -votou	Sim



Marx Beltrão (PSD-AL)		Maurício Dziedrick (PTB-RS) -votou	Sim
Mauro Benevides Fº (PDT-CE) -votou	Sim	Mauro Lopes (MDB-MG) -votou	Sim
Mauro Nazif (PSB-RO) -votou	Sim	Merlong Solano (PT-PI) -votou	Sim
Miguel Lombardi (PL-SP) -votou	Sim	Milton Vieira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim
Misael Varella (PSD-MG) -votou	Sim	Moses Rodrigues (MDB-CE) -votou	Sim
Natália Bonavides (PT-RN) -votou	Sim	Nelson Barbudo (PSL-MT)	
Nereu Crispim (PSL-RS)		Neri Geller (PP-MT) -votou	Sim
Newton Cardoso Jr (MDB-MG) -votou	Sim	Nicoletti (PSL-RR) -votou	Sim
Nilson Pinto (PSDB-PA) -votou	Sim	Nilson Stainsack (PP-SC) -votou	Sim
Nilto Tatto (PT-SP) -votou	Sim	Nivaldo Albuquerque (PTB-AL) -votou	Sim
Norma Ayub (DEM-ES)		Odair Cunha (PT-MG) -votou	Sim
Olival Marques (DEM-PA) -votou	Sim	Orlando Silva (PCdoB-SP) -votou	Sim
Osires Damaso (PSC-TO)		Osmar Terra (MDB-RS)	
Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE) -votou	Sim	Otoni de Paula (PSC-RJ) -votou	Sim
Otto Alencar (PSD-BA) -votou	Sim	Padre João (PT-MG) -votou	Sim
Pastor Eurico (PATRIOTA-PE) -votou	Sim	Pastor Gil (PL-MA) -votou	Sim
Pastor Isidório (AVANTE-BA) -votou	Sim	Patrus Ananias (PT-MG) -votou	Sim
Paula Belmonte (CIDADANIA-DF) -votou	Não	Paulão (PT-AL)	
Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)		Paulo Azi (DEM-BA) -votou	Sim
Paulo Bengtson (PTB-PA) -votou	Sim	Paulo Freire Costa (PL-SP) -votou	Sim
Paulo Ganime (NOVO-RJ) -votou	Não	Paulo Guedes (PT-MG) -votou	Sim
Paulo Magalhães (PSD-BA) -votou	Sim	Paulo Martins (PSC-PR) -votou	Não
Paulo Pereira (SOLIDARIEDADE-SP) -votou	Sim	Paulo Pimenta (PT-RS) -votou	Sim
Paulo Ramos (PDT-RJ) -votou	Sim	Paulo Teixeira (PT-SP) -votou	Sim
Pedro A Bezerra (PTB-CE) -votou	Sim	Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) -votou	Sim
Pedro Lucas Fernan (PTB-MA) -votou	Sim	Pedro Lupion (DEM-PR) -votou	Sim
Pedro Paulo (DEM-RJ) -votou	Sim	Pedro Uczai (PT-SC) -votou	Sim
Pedro Westphalen (PP-RS) -votou	Sim	Perpétua Almeida (PCdoB-AC) -votou	Sim
Pinheirinho (PP-MG)		Policial Sastre (PL-SP) -votou	Sim
Pompeo de Mattos (PDT-RS) -votou	Sim	Pr Marco Feliciano (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim
Prof Marcivania (PCdoB-AP) -votou	Sim	Profª Dorinha (DEM-TO) -votou	Sim
Profª Rosa Neide (PT-MT) -votou	Sim	Professor Alcides (PP-GO) -votou	Sim
Professor Joziel (PSL-RJ)		Professora Dayane (PSL-BA)	
Rafael Motta (PSB-RN) -votou	Sim	Raimundo Costa (PL-BA) -votou	Sim



Raul Henry (MDB-PE) -votou	Sim	Reginaldo Lopes (PT-MG) -votou	Sim
Rejane Dias (PT-PI) -votou	Sim	Renata Abreu (PODE-SP) -votou	Sim
Renato Queiroz (MDB-RR) -votou	Sim	Renildo Calheiros (PCdoB-PE) -votou	Sim
Ricardo Barros (PP-PR) -votou	Sim	Ricardo Guidi (PSD-SC) -votou	Sim
Ricardo Izar (PP-SP) -votou	Sim	Ricardo Silva (PSB-SP) -votou	Sim
Ricardo Teobaldo (PODE-PE) -votou	Sim	Robério Monteiro (PDT-CE) -votou	Sim
Roberto Alves (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim	Roberto de Lucena (PODE-SP) -votou	Sim
Rodrigo Agostinho (PSB-SP) -votou	Sim	Rodrigo Coelho (PSB-SC) -votou	Sim
Rodrigo de Castro (PSDB-MG) -votou	Sim	Rodrigo Maia (DEM-RJ)	
Rogério Correia (PT-MG) -votou	Sim	Roman (PATRIOTA-PR) -votou	Sim
Ronaldo Carletto (PP-BA) -votou	Sim	Rosana Valle (PSB-SP) -votou	Sim
Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Sim	Rose Modesto (PSDB-MS) -votou	Sim
Rubens Bueno (CIDADANIA-PR) -votou	Sim	Rubens Otoni (PT-GO) -votou	Sim
Rubens Pereira Jr. (PCdoB-MA) -votou	Sim	Rui Falcão (PT-SP) -votou	Sim
Ruy Carneiro (PSDB-PB) -votou	Sim	Sâmia Bomfim (PSOL-SP) -votou	Sim
Samuel Moreira (PSDB-SP) -votou	Sim	Sanderson (PSL-RS) -votou	Sim
Santini (PTB-RS) -votou	Sim	Sargento Fahur (PSD-PR) -votou	Sim
Schiavinato (PP-PR) -votou	Sim	Sebastião Oliveira (AVANTE-PE) -votou	Sim
Sérgio Brito (PSD-BA)		Sergio Souza (MDB-PR) -votou	Sim
Sergio Toledo (PL-AL) -votou	Sim	Sergio Vidigal (PDT-ES) -votou	Sim
Severino Pessoa (REPUBLICANOS-AL) -votou	Sim	Shéridan (PSDB-RR) -votou	Sim
Sidney Leite (PSD-AM) -votou	Não	Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM) -votou	Sim
Silvia Cristina (PDT-RO) -votou	Sim	Silvío Costa Filho (REPUBLICANOS-PE) -votou	Sim
Soraya Santos (PL-RJ) -votou	Presidente	Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) -votou	Sim
Stefano Aguiar (PSD-MG)		Stephanes Junior (PSD-PR) -votou	Não
Subtenente Gonzaga (PDT-MG) -votou	Sim	Tabata Amaral (PDT-SP)	
Tadeu Alencar (PSB-PE)		Talíria Petrone (PSOL-RJ) -votou	Sim
Ted Conti (PSB-ES) -votou	Sim	Tereza Nelma (PSDB-AL) -votou	Sim
Tiago Dimas (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Sim	Tiago Mitraud (NOVO-MG) -votou	Não
Tiririca (PL-SP) -votou	Sim	Tito (AVANTE-BA) -votou	Sim
Toninho Wandscheer (PROS-PR) -votou	Sim	Túlio Gadêlha (PDT-PE) -votou	Sim
Uldurico Junior (PROS-BA) -votou	Sim	Vaidon Oliveira (PROS-CE) -votou	Sim
Valdevan Noventa (PL-SE) -votou	Sim	Valmir Assunção (PT-BA) -votou	Sim
Vander Loubet (PT-MS) -votou	Sim	Vanderlei Macris (PSDB-SP) -votou	Sim



Vavá Martins (REPUBLICANOS-PA) -votou	Sim	Vermelho (PSD-PR) -votou	Sim
Vicentinho (PT-SP)		Vicentinho Júnior (PL-TO) -votou	Sim
Vilson da Fetaemg (PSB-MG) -votou	Sim	Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP) -votou	Sim
Vinicius Farah (MDB-RJ) -votou	Sim	Vinicius Gurgel (PL-AP) -votou	Sim
Vinicius Poit (NOVO-SP) -votou	Não	Vitor Hugo (PSL-GO) -votou	Sim
Vitor Lippi (PSDB-SP) -votou	Sim	Waldenor Pereira (PT-BA)	
Walter Alves (MDB-RN) -votou	Sim	Weliton Prado (PROS-MG) -votou	Sim
Wellington (PL-PB)		Wilson Santiago (PTB-PB) -votou	Sim
WladimirGarotinho (PSD-RJ)		Wolney Queiroz (PDT-PE) -votou	Sim
Zé Carlos (PT-MA) -votou	Sim	Zé Neto (PT-BA) -votou	Sim
Zé Silva (SOLIDARIEDADE-MG) -votou	Sim	Zé Vitor (PL-MG) -votou	Sim
Zeca Dirceu (PT-PR) -votou	Sim		



Votação Nominal e Simbólica

PLEN -Plenário

Reunião: Sessão do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados (virtual)

Data/Local: 16/12/2020 - Plenário da Câmara dos Deputados

PLN 9/2020 CN-Destaque 05

Votação iniciada em:16/12/2020 14:50:37 - Votação encerrada em:16/12/2020 14:54:43

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
371	130	239	1	0	1	371

PT	Sim	DEM	Não	AVANTE	Não
PSL	Não	SOLIDARIEDADE	Não	PATRIOTA	
PL	Não	PTB	Não	PV	Não
PP	Não	PODE		REDE	Sim
MDB	Não	PSOL	Sim	Maioria	
PSD	Não	PROS	Não	Minoria	
REPUBLICANOS	Não	PSC		Oposição	
PSDB	Não	PCdoB	Sim	Governo	Não
PSB	Sim	CIDADANIA	Não		
PDT	Sim	NOVO	Não		

Orientação das Lideranças

Votos

PLEN	Ordenado por: Nome	513 vagas
PLEN 513 vagas		
Titular		
Abílio Santana (PL-BA) -votou	Não	Abou Anni (PSL-SP)
Acácio Favacho (PROS-AP)		Adolfo Viana (PSDB-BA) -votou
Adriana Ventura (NOVO-SP) -votou	Não	Adriano do Baldy (PP-GO) -votou
Aécio Neves (PSDB-MG) -votou	Não	Afonso Florence (PT-BA) -votou
Afonso Hamm (PP-RS) -votou	Não	Afonso Motta (PDT-RS) -votou
Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)		Airton Faleiro (PT-PA) -votou
AJ Albuquerque (PP-CE) -votou	Não	Alan Rick (DEM-AC) -votou



Alceu Moreira (MDB-RS) -votou	Não	Alcides Rodrigues (PATRIOTA-GO) -votou	Não
Alê Silva (PSL-MG)		Alencar S. Braga (PT-SP) -votou	Sim
Alessandro Molon (PSB-RJ) -votou	Sim	Alex Manente (CIDADANIA-SP) -votou	Não
Alex Santana (PDT-BA) -votou	Não	Alexandre Frota (PSDB-SP) -votou	Sim
Alexandre Leite (DEM-SP) -votou	Não	Alexandre Padilha (PT-SP) -votou	Sim
Alexandre Serfiotis (PSD-RJ)		Alexis Fonteyne (NOVO-SP) -votou	Não
Alice Portugal (PCdoB-BA) -votou	Sim	Aliel Machado (PSB-PR)	
Aline Gurgel (REPUBLICANOS-AP) -votou	Não	Aline Sleutjes (PSL-PR) -votou	Não
Altineu Côrtes (PL-RJ)		Aluisio Mendes (PSC-MA) -votou	Não
Amaro Neto (REPUBLICANOS-ES) -votou	Não	André Abdon (PP-AP) -votou	Não
André de Paula (PSD-PE) -votou	Não	André Ferreira (PSC-PE)	
André Figueiredo (PDT-CE) -votou	Sim	André Fufuca (PP-MA)	
André Janones (AVANTE-MG) -votou	Sim	Angela Amin (PP-SC) -votou	Sim
Antonio Brito (PSD-BA) -votou	Não	Arlindo Chinaglia (PT-SP) -votou	Sim
Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP)		Aroldo Martins (REPUBLICANOS-PR)	
Arthur Lira (PP-AL)		Arthur O. Maia (DEM-BA) -votou	Não
Átila Lins (PP-AM) -votou	Não	Átila Lira (PP-PI) -votou	Não
Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE)		Áurea Carolina (PSOL-MG)	
Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ) -votou	Não	Bacelar (PODE-BA) -votou	Sim
Baleia Rossi (MDB-SP) -votou	Não	Benedita da Silva (PT-RJ) -votou	Sim
Benes Leocádio (REPUBLICANOS-RN) -votou	Sim	Beto Faro (PT-PA) -votou	Sim
Beto Pereira (PSDB-MS) -votou	Não	Beto Rosado (PP-RN)	
Bia Cavassa (PSDB-MS) -votou	Não	Bia Kicis (PSL-DF) -votou	Não
Bibo Nunes (PSL-RS) -votou	Não	Bilac Pinto (DEM-MG) -votou	Não
Bira do Pindaré (PSB-MA) -votou	Sim	Boca Aberta (PROS-PR) -votou	Não
Bohn Gass (PT-RS) -votou	Sim	Bosco Costa (PL-SE)	
Bosco Saraiva (SOLIDARIEDADE-AM) -votou	Não	Bozzella (PSL-SP) -votou	Não
Bruna Furlan (PSDB-SP) -votou	Não	Cacá Leão (PP-BA)	
Camilo Capiberibe (PSB-AP) -votou	Sim	Cap. Alberto Neto (REPUBLICANOS-AM) -votou	Não
Cap. Fábio Abreu (PL-PI)		Capitão Augusto (PL-SP)	
Capitão Wagner (PROS-CE) -votou	Sim	Carla Dickson (PROS-RN)	
Carla Zambelli (PSL-SP) -votou	Não	Carlos Bezerra (MDB-MT)	
Carlos Chiodini (MDB-SC)		Carlos Gaguim (DEM-TO) -votou	Não
Carlos Gomes (REPUBLICANOS-RS) -votou	Não	Carlos Jordy (PSL-RJ) -votou	Não



Carlos Sampaio (PSDB-SP)		Carlos Veras (PT-PE)	
Carlos Zarattini (PT-SP)		Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC) -votou	Sim
Caroline de Toni (PSL-SC)		Cássio Andrade (PSB-PA) -votou	Sim
Celina Leão (PP-DF)		Célio Moura (PT-TO) -votou	Sim
Célio Silveira (PSDB-GO) -votou	Não	Célio Studart (PV-CE)	
Celso Maldaner (MDB-SC) -votou	Não	Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Celso Sabino (PSDB-PA)		Cezinha Madureira (PSD-SP) -votou	Não
Charles Fernandes (PSD-BA) -votou	Sim	Charles Evangelis (PSL-MG) -votou	Não
Chico D'Angelo (PDT-RJ) -votou	Sim	Chiquinho Brazão (AVANTE-RJ) -votou	Não
Chris Tonietto (PSL-RJ)		Christiane Yared (PL-PR)	
Christino Aureo (PP-RJ) -votou	Não	Clarissa Garotinho (PROS-RJ) -votou	Sim
Claudio Cajado (PP-BA) -votou	Não	Cleber Verde (REPUBLICANOS-MA) -votou	Não
Coronel Armando (PSL-SC) -votou	Não	Coronel Tadeu (PSL-SP)	
CoronelChrisóstom (PSL-RO) -votou	Não	Cristiano Vale (PL-PA) -votou	Não
Da Vitória (CIDADANIA-ES)		Dagoberto Nogueira (PDT-MS) -votou	Sim
Damião Feliciano (PDT-PB) -votou	Sim	Daniel Almeida (PCdoB-BA)	
Daniel Coelho (CIDADANIA-PE) -votou	Não	Daniel Freitas (PSL-SC) -votou	Não
Daniel Silveira (PSL-RJ) -votou	Não	Daniel Trzeciak (PSDB-RS) -votou	Não
Daniela Waguinho (MDB-RJ) -votou	Não	Danilo Cabral (PSB-PE) -votou	Sim
Danilo Forte (PSDB-CE)		Danrlei (PSD-RS) -votou	Não
David Miranda (PSOL-RJ) -votou	Sim	David Soares (DEM-SP) -votou	Não
DeAntônioFurtado (PSL-RJ) -votou	Abstenção	Deleg. Éder Mauro (PSD-PA) -votou	Não
Delegado Marcelo (PSL-MG) -votou	Não	Delegado Pablo (PSL-AM) -votou	Não
Delegado Waldir (PSL-GO) -votou	Não	Denis Bezerra (PSB-CE) -votou	Sim
Diego Andrade (PSD-MG)		Diego Garcia (PODE-PR) -votou	Não
Dimas Fabiano (PP-MG)		Domingos Neto (PSD-CE)	
Domingos Sávio (PSDB-MG) -votou	Não	Dr Zacharias Calil (DEM-GO) -votou	Não
Dr. Frederico (PATRIOTA-MG) -votou	Não	Dr. Jaziel (PL-CE)	
Dr. Leonardo (SOLIDARIEDADE-MT) -votou	Não	Dr. Luiz Ovando (PSL-MS) -votou	Não
Dr.Luiz Antonio Jr (PP-RJ) -votou	Não	Dra. Vanda Milani (SOLIDARIEDADE-AC)	
Dra.Soraya Manato (PSL-ES) -votou	Não	Dulce Miranda (MDB-TO) -votou	Não
Edilazio Junior (PSD-MA) -votou	Não	Edio Lopes (PL-RR)	
EdmilsonRodrigues (PSOL-PA)		Edna Henrique (PSDB-PB) -votou	Não
Eduardo Barbosa (PSDB-MG) -votou	Não	Eduardo Bismarck (PDT-CE) -votou	Sim



Eduardo Braide (PODE-MA) -votou	Sim	Eduardo Costa (PTB-PA) -votou	Não
Eduardo Cury (PSDB-SP)		Eduardo da Fonte (PP-PE) -votou	Não
Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) -votou	Não	Efraim Filho (DEM-PB) -votou	Não
Elcione Barbalho (MDB-PA) -votou	Não	Eli Borges (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Não
Eli Corrêa Filho (DEM-SP) -votou	Não	Elias Vaz (PSB-GO) -votou	Sim
Elmar Nascimento (DEM-BA) -votou	Não	Emanuel Pinheiro N (PTB-MT)	
Emidinho Madeira (PSB-MG)		Enio Verri (PT-PR) -votou	Sim
Enrico Misasi (PV-SP) -votou	Sim	Erika Kokay (PT-DF) -votou	Sim
Eros Biondini (PROS-MG) -votou	Não	Euclides Pettersen (PSC-MG) -votou	Não
Evair de Melo (PP-ES) -votou	Não	Expedito Netto (PSD-RO)	
Fábio Henrique (PDT-SE) -votou	Sim	Fábio Mitidieri (PSD-SE) -votou	Sim
Fábio Ramalho (MDB-MG) -votou	Sim	Fabio Reis (MDB-SE) -votou	Não
Fabio Schiochet (PSL-SC) -votou	Não	Fábio Trad (PSD-MS) -votou	Sim
Fausto Pinato (PP-SP)		Felício Laterça (PSL-RJ) -votou	Não
Felipe Carreras (PSB-PE) -votou	Sim	Felipe Rigoni (PSB-ES)	
FelipeFrancischini (PSL-PR) -votou	Não	Félix Mendonça Jr (PDT-BA)	
FernandaMelchionna (PSOL-RS)		Fernando Coelho (DEM-PE)	
FernandoMonteiro (PP-PE) -votou	Não	FernandoRodolfo (PL-PE)	
Filipe Barros (PSL-PR) -votou	Não	Flávia Arruda (PL-DF) -votou	Não
Flávia Moraes (PDT-GO) -votou	Sim	Flaviano Melo (MDB-AC) -votou	Não
Flávio Nogueira (PDT-PI)		Flordelis (PSD-RJ)	
Francisco Jr. (PSD-GO) -votou	Não	Franco Cartafina (PP-MG) -votou	Sim
Fred Costa (PATRIOTA-MG) -votou	Não	Frei Anastacio (PT-PB) -votou	Sim
Gelson Azevedo (PL-RJ) -votou	Não	Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE-CE) -votou	Não
General Girão (PSL-RN) -votou	Não	General Peternelli (PSL-SP)	
Geninho Zuliani (DEM-SP)		Geovania de Sá (PSDB-SC)	
Gervásio Maia (PSB-PB) -votou	Sim	Giacobo (PL-PR)	
Gil Cutrim (PDT-MA) -votou	Não	Gilberto Abramo (REPUBLICANOS-MG) -votou	Não
GilbertoNasciment (PSC-SP)		Gilson Marques (NOVO-SC) -votou	Não
Giovani Cherini (PL-RS)		Giovani Feltes (MDB-RS) -votou	Não
Glauber Braga (PSOL-RJ) -votou	Sim	Glaustin da Fokus (PSC-GO) -votou	Não
Gleisi Hoffmann (PT-PR) -votou	Sim	Gonzaga Patriota (PSB-PE) -votou	Sim
Greyce Elias (AVANTE-MG) -votou	Não	Guiga Peixoto (PSL-SP) -votou	Não
Guilherme Derrite (PP-SP) -votou	Não	Guilherme Mussi (PP-SP) -votou	Não



Gurgel (PSL-RJ) -votou	Não	Gustavo Fruet (PDT-PR)	
Gustinho Ribeiro (SOLIDARIEDADE-SE) -votou	Não	Gutemberg Reis (MDB-RJ) -votou	Não
Haroldo Cathedral (PSD-RR) -votou	Não	Heitor Freire (PSL-CE) -votou	Não
Heitor Schuch (PSB-RS) -votou	Sim	Helder Salomão (PT-ES) -votou	Sim
Hélio Costa (REPUBLICANOS-SC) -votou	Sim	Hélio Leite (DEM-PA) -votou	Não
Helio Lopes (PSL-RJ) -votou	Não	Henrique Fontana (PT-RS) -votou	Sim
Hercílio Diniz (MDB-MG)		Herculano Passos (MDB-SP) -votou	Não
HermesParcianello (MDB-PR) -votou	Não	Hildo Rocha (MDB-MA)	
Hiran Gonçalves (PP-RR) -votou	Não	Hugo Leal (PSD-RJ) -votou	Não
Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB) -votou	Não	Idilvan Alencar (PDT-CE) -votou	Sim
Igor Kannário (DEM-BA) -votou	Não	Igor Timo (PODE-MG) -votou	Sim
Iracema Portella (PP-PI)		Isnaldo Bulhões Jr (MDB-AL)	
Israel Batista (PV-DF) -votou	Sim	Ivan Valente (PSOL-SP) -votou	Sim
Jandira Feghali (PCdoB-RJ) -votou	Sim	Jaqueline Cassol (PP-RO)	
Jefferson Campos (PSB-SP) -votou	Não	Jerônimo Goergen (PP-RS) -votou	Não
Jéssica Sales (MDB-AC) -votou	Não	Jesus Sérgio (PDT-AC)	
Jhc (PSB-AL) -votou	Não	Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS-RR) -votou	Não
João C. Bacelar (PL-BA) -votou	Não	João Campos (REPUBLICANOS-GO)	
João Daniel (PT-SE) -votou	Sim	João H. Campos (PSB-PE)	
João Maia (PL-RN) -votou	Não	João Marcelo S. (MDB-MA) -votou	Não
João Roma (REPUBLICANOS-BA) -votou	Não	JoaquimPassarinho (PSD-PA) -votou	Não
Joenia Wapichana (REDE-RR) -votou	Sim	Joice Hasselmann (PSL-SP)	
Jorge Braz (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Não	Jorge Goetten (PL-SC) -votou	Não
Jorge Solla (PT-BA) -votou	Sim	José Airton (PT-CE) -votou	Sim
José Guimarães (PT-CE) -votou	Sim	Jose Mario Schrein (DEM-GO) -votou	Não
José Medeiros (PODE-MT) -votou	Não	José Nelto (PODE-GO) -votou	Sim
José Nunes (PSD-BA)		José Priante (MDB-PA)	
José Ricardo (PT-AM) -votou	Sim	José Rocha (PL-BA)	
Joseildo Ramos (PT-BA) -votou	Sim	JosimarMaranhãozi (PL-MA)	
Juarez Costa (MDB-MT) -votou	Não	Julian Lemos (PSL-PB) -votou	Não
Júlio Cesar (PSD-PI) -votou	Não	Julio Cesar Ribeir (REPUBLICANOS-DF)	
Júlio Delgado (PSB-MG) -votou	Sim	Juninho do Pneu (DEM-RJ) -votou	Não
Junio Amaral (PSL-MG) -votou	Não	Júnior Ferrari (PSD-PA)	
Junior Lourenço (PL-MA)		Júnior Mano (PL-CE) -votou	Não



Juscelino Filho (DEM-MA) -votou	Não	Kim Kataguiri (DEM-SP)	
Laercio Oliveira (PP-SE) -votou	Não	Lafayette Andrada (REPUBLICANOS-MG)	
Lauriete (PSC-ES) -votou	Não	Leandre (PV-PR) -votou	Sim
Leda Sadala (AVANTE-AP) -votou	Não	Leo de Brito (PT-AC) -votou	Sim
Léo Moraes (PODE-RO) -votou	Sim	Léo Motta (PSL-MG)	
Leonardo Monteiro (PT-MG) -votou	Sim	Leônidas Cristino (PDT-CE) -votou	Sim
Leur Lomanto Jr. (DEM-BA) -votou	Não	Lidice da Mata (PSB-BA) -votou	Sim
Lincoln Portela (PL-MG)		Liziane Bayer (PSB-RS) -votou	Não
Loester Trutis (PSL-MS)		Lourival Gomes (PSL-RJ) -votou	Não
Lucas Gonzalez (NOVO-MG) -votou	Não	Lucas Redecker (PSDB-RS) -votou	Não
Lucas Vergílio (SOLIDARIEDADE-GO)		Luciano Bivar (PSL-PE)	
Luciano Ducci (PSB-PR) -votou	Sim	Lucio Mosquini (MDB-RO)	
Luis Miranda (DEM-DF) -votou	Não	Luís Tibé (AVANTE-MG) -votou	Não
Luisa Canziani (PTB-PR)		Luiz Carlos (PSDB-AP)	
Luiz Carlos Motta (PL-SP)		Luiz Lima (PSL-RJ) -votou	Não
Luiz Nishimori (PL-PR) -votou	Não	Luiz P. O.Bragança (PSL-SP)	
Luiza Erundina (PSOL-SP) -votou	Sim	LuizAntônioCorrêa (PL-RJ) -votou	Não
Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR)		Luizianne Lins (PT-CE) -votou	Sim
Magda Mofatto (PL-GO) -votou	Não	Major Fabiana (PSL-RJ)	
Mara Rocha (PSDB-AC) -votou	Sim	Marcel van Hattem (NOVO-RS) -votou	Não
Marcelo Álvaro (PSL-MG)		Marcelo Aro (PP-MG) -votou	Não
Marcelo Brum (PSL-RS) -votou	Não	Marcelo Calero (CIDADANIA-RJ) -votou	Não
Marcelo Freixo (PSOL-RJ)		Marcelo Moraes (PTB-RS) -votou	Não
Marcelo Nilo (PSB-BA) -votou	Sim	Marcelo Ramos (PL-AM) -votou	Não
Marcio Alvino (PL-SP) -votou	Não	Márcio Biolchi (MDB-RS) -votou	Não
Márcio Jerry (PCdoB-MA) -votou	Sim	Márcio Labre (PSL-RJ) -votou	Não
Márcio Marinho (REPUBLICANOS-BA) -votou	Não	Marco Bertaiolli (PSD-SP)	
Marcon (PT-RS) -votou	Sim	Marcos A. Sampaio (MDB-PI)	
Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)		Margarete Coelho (PP-PI) -votou	Não
MargaridaSalomão (PT-MG) -votou	Sim	Maria do Rosário (PT-RS)	
Maria Rosas (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Mariana Carvalho (PSDB-RO) -votou	Não
Marília Arraes (PT-PE) -votou	Sim	Marina Santos (SOLIDARIEDADE-PI) -votou	Não
Mário Heringer (PDT-MG) -votou	Sim	MárioNegromonte Jr (PP-BA)	
Marlon Santos (PDT-RS)		Marreca Filho (PATRIOTA-MA)	



Marx Beltrão (PSD-AL) -votou	Sim	Maurício Dziedrick (PTB-RS) -votou	Não
Mauro Benevides Fº (PDT-CE)		Mauro Lopes (MDB-MG)	
Mauro Nazif (PSB-RO) -votou	Sim	Merlong Solano (PT-PI) -votou	Sim
Miguel Lombardi (PL-SP) -votou	Não	Milton Vieira (REPUBLICANOS-SP)	
Misael Varella (PSD-MG)		Moses Rodrigues (MDB-CE)	
Natália Bonavides (PT-RN)		Nelson Barbudo (PSL-MT)	
Nereu Crispim (PSL-RS) -votou	Não	Neri Geller (PP-MT) -votou	Não
Newton Cardoso Jr (MDB-MG)		Nicoletti (PSL-RR) -votou	Não
Nilson Pinto (PSDB-PA) -votou	Não	Nilson Stainsack (PP-SC) -votou	Não
Nilto Tatto (PT-SP) -votou	Sim	Nivaldo Albuquerque (PTB-AL) -votou	Não
Norma Ayub (DEM-ES) -votou	Não	Odair Cunha (PT-MG) -votou	Sim
Olival Marques (DEM-PA) -votou	Não	Orlando Silva (PCdoB-SP)	
Osires Damaso (PSC-TO) -votou	Não	Osmar Terra (MDB-RS) -votou	Não
Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE) -votou	Não	Otoni de Paula (PSC-RJ)	
Otto Alencar (PSD-BA) -votou	Sim	Padre João (PT-MG) -votou	Sim
Pastor Eurico (PATRIOTA-PE)		Pastor Gil (PL-MA) -votou	Não
Pastor Isidório (AVANTE-BA) -votou	Não	Patrus Ananias (PT-MG) -votou	Sim
Paula Belmonte (CIDADANIA-DF) -votou	Não	Paulão (PT-AL) -votou	Sim
Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG) -votou	Não	Paulo Azi (DEM-BA) -votou	Não
Paulo Bengtson (PTB-PA)		Paulo Freire Costa (PL-SP) -votou	Não
Paulo Ganime (NOVO-RJ) -votou	Não	Paulo Guedes (PT-MG) -votou	Sim
Paulo Magalhães (PSD-BA) -votou	Não	Paulo Martins (PSC-PR) -votou	Não
Paulo Pereira (SOLIDARIEDADE-SP) -votou	Sim	Paulo Pimenta (PT-RS) -votou	Sim
Paulo Ramos (PDT-RJ)		Paulo Teixeira (PT-SP)	
Pedro A Bezerra (PTB-CE)		Pedro Cunha Lima (PSDB-PB)	
Pedro Lucas Fernan (PTB-MA)		Pedro Lupion (DEM-PR) -votou	Não
Pedro Paulo (DEM-RJ)		Pedro Uczai (PT-SC) -votou	Sim
Pedro Westphalen (PP-RS) -votou	Não	Perpétua Almeida (PCdoB-AC) -votou	Sim
Pinheirinho (PP-MG)		Policial Sastre (PL-SP) -votou	Não
Pompeo de Mattos (PDT-RS)		Pr Marco Feliciano (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Prof Marcivânia (PCdoB-AP) -votou	Sim	Profª Dorinha (DEM-TO)	
Profª Rosa Neide (PT-MT) -votou	Sim	Professor Alcides (PP-GO) -votou	Não
Professor Joziel (PSL-RJ) -votou	Não	Professora Dayane (PSL-BA) -votou	Não
Rafael Motta (PSB-RN) -votou	Sim	Raimundo Costa (PL-BA) -votou	Não



Raul Henry (MDB-PE) -votou	Não	Reginaldo Lopes (PT-MG) -votou	Sim
Rejane Dias (PT-PI) -votou	Sim	Renata Abreu (PODE-SP) -votou	Sim
Renato Queiroz (MDB-RR) -votou	Não	Renildo Calheiros (PCdoB-PE) -votou	Sim
Ricardo Barros (PP-PR)		Ricardo Guidi (PSD-SC) -votou	Não
Ricardo Izar (PP-SP)		Ricardo Silva (PSB-SP) -votou	Não
Ricardo Teobaldo (PODE-PE) -votou	Sim	Robério Monteiro (PDT-CE) -votou	Sim
Roberto Alves (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Roberto de Lucena (PODE-SP) -votou	Sim
Rodrigo Agostinho (PSB-SP) -votou	Sim	Rodrigo Coelho (PSB-SC) -votou	Não
Rodrigo de Castro (PSDB-MG) -votou	Não	Rodrigo Maia (DEM-RJ)	
Rogério Correia (PT-MG) -votou	Sim	Roman (PATRIOTA-PR) -votou	Não
Ronaldo Carletto (PP-BA) -votou	Não	Rosana Valle (PSB-SP) -votou	Sim
Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Não	Rose Modesto (PSDB-MS) -votou	Sim
Rubens Bueno (CIDADANIA-PR) -votou	Não	Rubens Otoni (PT-GO)	
Rubens Pereira Jr. (PCdoB-MA) -votou	Sim	Rui Falcão (PT-SP) -votou	Sim
Ruy Carneiro (PSDB-PB)		Sâmia Bomfim (PSOL-SP) -votou	Sim
Samuel Moreira (PSDB-SP) -votou	Não	Sanderson (PSL-RS) -votou	Não
Santini (PTB-RS)		Sargento Fahur (PSD-PR)	
Schiavinato (PP-PR) -votou	Não	Sebastião Oliveira (AVANTE-PE) -votou	Não
Sérgio Brito (PSD-BA)		Sergio Souza (MDB-PR) -votou	Não
Sergio Toledo (PL-AL) -votou	Não	Sergio Vidigal (PDT-ES) -votou	Sim
Severino Pessoa (REPUBLICANOS-AL) -votou	Não	Shéridan (PSDB-RR) -votou	Não
Sidney Leite (PSD-AM)		Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM)	
Silvia Cristina (PDT-RO) -votou	Sim	Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE) -votou	Não
Soraya Santos (PL-RJ) -votou	Presidente	SóstenesCavalcante (DEM-RJ)	
Stefano Aguiar (PSD-MG)		Stephanes Junior (PSD-PR) -votou	Não
SubtenenteGonzaga (PDT-MG)		Tabata Amaral (PDT-SP) -votou	Não
Tadeu Alencar (PSB-PE)		Talíria Petrone (PSOL-RJ) -votou	Sim
Ted Conti (PSB-ES) -votou	Sim	Tereza Nelma (PSDB-AL) -votou	Não
Tiago Dimas (SOLIDARIEDADE-TO)		Tiago Mitraud (NOVO-MG) -votou	Não
Tiririca (PL-SP)		Tito (AVANTE-BA) -votou	Não
ToninhoWandscheer (PROS-PR) -votou	Não	Túlio Gadêlha (PDT-PE) -votou	Sim
Uldurico Junior (PROS-BA) -votou	Não	Vaidon Oliveira (PROS-CE) -votou	Não
Valdevan Noventa (PL-SE) -votou	Sim	Valmir Assunção (PT-BA) -votou	Sim
Vander Loubet (PT-MS) -votou	Sim	Vanderlei Macris (PSDB-SP)	



Vavá Martins (REPUBLICANOS-PA) -votou	Não	Vermelho (PSD-PR) -votou	Sim
Vicentinho (PT-SP) -votou	Sim	Vicentinho Júnior (PL-TO) -votou	Não
Vilson da Fetaemg (PSB-MG) -votou	Sim	Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Vinicius Farah (MDB-RJ) -votou	Não	Vinicius Gurgel (PL-AP) -votou	Não
Vinicius Poit (NOVO-SP) -votou	Não	Vitor Hugo (PSL-GO) -votou	Não
Vitor Lippi (PSDB-SP) -votou	Não	Waldenor Pereira (PT-BA) -votou	Sim
Walter Alves (MDB-RN)		Weliton Prado (PROS-MG) -votou	Não
Wellington (PL-PB)		Wilson Santiago (PTB-PB)	
WladimirGarotinho (PSD-RJ)		Wolney Queiroz (PDT-PE) -votou	Sim
Zé Carlos (PT-MA) -votou	Sim	Zé Neto (PT-BA) -votou	Sim
Zé Silva (SOLIDARIEDADE-MG) -votou	Não	Zé Vitor (PL-MG) -votou	Não
Zeca Dirceu (PT-PR) -votou	Sim		



Votação Nominal e Simbólica

PLEN -Plenário

Reunião: Sessão do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados (virtual)

Data/Local: 16/12/2020 - Plenário da Câmara dos Deputados

PLN 9/2020 CN - Destaque 07

Votação iniciada em:16/12/2020 15:15:29 - Votação encerrada em:16/12/2020 15:21:46

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
403	137	265	0	0	1	403

PT	Sim	DEM		AVANTE	Não
PSL	Não	SOLIDARIEDADE	Não	PATRIOTA	
PL	Não	PTB	Não	PV	Não
PP	Não	PODE		REDE	Sim
MDB	Não	PSOL	Sim	Maioria	
PSD	Não	PROS	Não	Minoria	
REPUBLICANOS	Não	PSC		Oposição	
PSDB	Não	PCdoB		Governo	Não
PSB	Sim	CIDADANIA	Não		
PDT	Sim	NOVO	Não		

Orientação das Lideranças

Votos

PLEN	Ordenado por: Nome	513 vagas
PLEN 513 vagas		
Titular		
Abílio Santana (PL-BA) -votou	Não	Abou Anni (PSL-SP)
Acácio Favacho (PROS-AP)		Adolfo Viana (PSDB-BA) -votou
Adriana Ventura (NOVO-SP) -votou	Não	Adriano do Baldy (PP-GO) -votou
Aécio Neves (PSDB-MG) -votou	Sim	Afonso Florence (PT-BA) -votou
Afonso Hamm (PP-RS) -votou	Não	Afonso Motta (PDT-RS) -votou
Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) -votou	Não	Airton Faleiro (PT-PA) -votou
AJ Albuquerque (PP-CE) -votou	Não	Alan Rick (DEM-AC) -votou



Alceu Moreira (MDB-RS) -votou	Não	Alcides Rodrigues (PATRIOTA-GO) -votou	Não
Alê Silva (PSL-MG) -votou	Não	Alencar S. Braga (PT-SP) -votou	Sim
Alessandro Molon (PSB-RJ) -votou	Sim	Alex Manente (CIDADANIA-SP) -votou	Não
Alex Santana (PDT-BA) -votou	Não	Alexandre Frota (PSDB-SP) -votou	Sim
Alexandre Leite (DEM-SP) -votou	Não	Alexandre Padilha (PT-SP) -votou	Sim
AlexandreSerfiotis (PSD-RJ) -votou	Não	Alexis Fonteyne (NOVO-SP) -votou	Não
Alice Portugal (PCdoB-BA) -votou	Sim	Aliel Machado (PSB-PR)	
Aline Gurgel (REPUBLICANOS-AP) -votou	Não	Aline Sleutjes (PSL-PR) -votou	Não
Altineu Côrtes (PL-RJ) -votou	Não	Aluisio Mendes (PSC-MA)	
Amaro Neto (REPUBLICANOS-ES) -votou	Não	André Abdon (PP-AP) -votou	Não
André de Paula (PSD-PE) -votou	Não	André Ferreira (PSC-PE)	
André Figueiredo (PDT-CE) -votou	Sim	André Fufuca (PP-MA)	
André Janones (AVANTE-MG) -votou	Sim	Angela Amin (PP-SC) -votou	Não
Antonio Brito (PSD-BA) -votou	Não	Arlindo Chinaglia (PT-SP) -votou	Sim
Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP) -votou	Não	Aroldo Martins (REPUBLICANOS-PR) -votou	Não
Arthur Lira (PP-AL)		Arthur O. Maia (DEM-BA)	
Átila Lins (PP-AM) -votou	Não	Átila Lira (PP-PI) -votou	Não
Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE) -votou	Não	Áurea Carolina (PSOL-MG) -votou	Sim
Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ) -votou	Não	Bacelar (PODE-BA) -votou	Sim
Baleia Rossi (MDB-SP) -votou	Não	Benedita da Silva (PT-RJ)	
Benes Leocádio (REPUBLICANOS-RN) -votou	Não	Beto Faro (PT-PA) -votou	Sim
Beto Pereira (PSDB-MS) -votou	Não	Beto Rosado (PP-RN)	
Bia Cavassa (PSDB-MS) -votou	Não	Bia Kicis (PSL-DF)	
Bibo Nunes (PSL-RS) -votou	Não	Bilac Pinto (DEM-MG) -votou	Não
Bira do Pindaré (PSB-MA) -votou	Sim	Boca Aberta (PROS-PR)	
Bohn Gass (PT-RS) -votou	Sim	Bosco Costa (PL-SE) -votou	Não
Bosco Saraiva (SOLIDARIEDADE-AM) -votou	Não	Bozzella (PSL-SP) -votou	Não
Bruna Furlan (PSDB-SP)		Cacá Leão (PP-BA)	
Camilo Capiberibe (PSB-AP)		Cap. Alberto Neto (REPUBLICANOS-AM) -votou	Não
Cap. Fábio Abreu (PL-PI)		Capitão Augusto (PL-SP) -votou	Não
Capitão Wagner (PROS-CE) -votou	Sim	Carla Dickson (PROS-RN) -votou	Não
Carla Zambelli (PSL-SP) -votou	Não	Carlos Bezerra (MDB-MT)	
Carlos Chiodini (MDB-SC)		Carlos Gaguim (DEM-TO) -votou	Não
Carlos Gomes (REPUBLICANOS-RS) -votou	Não	Carlos Jordy (PSL-RJ) -votou	Não



Carlos Sampaio (PSDB-SP) -votou	Não	Carlos Veras (PT-PE) -votou	Sim
Carlos Zarattini (PT-SP)		Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC) -votou	Sim
Caroline de Toni (PSL-SC) -votou	Não	Cássio Andrade (PSB-PA) -votou	Sim
Celina Leão (PP-DF)		Célio Moura (PT-TO) -votou	Sim
Célio Silveira (PSDB-GO) -votou	Sim	Célio Studart (PV-CE) -votou	Sim
Celso Maldaner (MDB-SC) -votou	Não	Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP)	
Celso Sabino (PSDB-PA)		Cezinha Madureira (PSD-SP)	
Charles Fernandes (PSD-BA) -votou	Não	Charles Evangelis (PSL-MG) -votou	Não
Chico D'Angelo (PDT-RJ) -votou	Sim	Chiquinho Brazão (AVANTE-RJ) -votou	Não
Chris Tonietto (PSL-RJ)		Christiane Yared (PL-PR) -votou	Não
Christino Aureo (PP-RJ) -votou	Não	Clarissa Garotinho (PROS-RJ) -votou	Sim
Claudio Cajado (PP-BA) -votou	Não	Cleber Verde (REPUBLICANOS-MA) -votou	Não
Coronel Armando (PSL-SC) -votou	Não	Coronel Tadeu (PSL-SP) -votou	Não
CoronelChrisóstom (PSL-RO) -votou	Não	Cristiano Vale (PL-PA) -votou	Não
Da Vitória (CIDADANIA-ES) -votou	Não	Dagoberto Nogueira (PDT-MS) -votou	Sim
Damião Feliciano (PDT-PB) -votou	Sim	Daniel Almeida (PCdoB-BA) -votou	Sim
Daniel Coelho (CIDADANIA-PE) -votou	Não	Daniel Freitas (PSL-SC) -votou	Não
Daniel Silveira (PSL-RJ) -votou	Não	Daniel Trzeciak (PSDB-RS) -votou	Não
Daniela Waguinho (MDB-RJ) -votou	Não	Danilo Cabral (PSB-PE) -votou	Sim
Daniilo Forte (PSDB-CE) -votou	Não	Danrlei (PSD-RS) -votou	Sim
David Miranda (PSOL-RJ) -votou	Sim	David Soares (DEM-SP) -votou	Não
DeiAntônioFurtado (PSL-RJ) -votou	Sim	Deleg. Éder Mauro (PSD-PA) -votou	Não
Delegado Marcelo (PSL-MG) -votou	Não	Delegado Pablo (PSL-AM) -votou	Não
Delegado Waldir (PSL-GO) -votou	Não	Denis Bezerra (PSB-CE) -votou	Sim
Diego Andrade (PSD-MG) -votou	Não	Diego Garcia (PODE-PR) -votou	Não
Dimas Fabiano (PP-MG) -votou	Não	Domingos Neto (PSD-CE)	
Domingos Sávio (PSDB-MG) -votou	Sim	Dr Zacharias Calil (DEM-GO) -votou	Não
Dr. Frederico (PATRIOTA-MG)		Dr. Jaziel (PL-CE) -votou	Não
Dr. Leonardo (SOLIDARIEDADE-MT) -votou	Sim	Dr. Luiz Ovando (PSL-MS) -votou	Não
Dr.Luiz Antonio Jr (PP-RJ) -votou	Não	Dra. Vanda Milani (SOLIDARIEDADE-AC) -votou	Não
Dra.Soraya Manato (PSL-ES) -votou	Não	Dulce Miranda (MDB-TO) -votou	Sim
Edilazio Junior (PSD-MA) -votou	Não	Edio Lopes (PL-RR)	
EdmilsonRodrigues (PSOL-PA) -votou	Sim	Edna Henrique (PSDB-PB) -votou	Sim
Eduardo Barbosa (PSDB-MG) -votou	Não	Eduardo Bismarck (PDT-CE) -votou	Sim



Eduardo Braide (PODE-MA)		Eduardo Costa (PTB-PA) -votou	Não
Eduardo Cury (PSDB-SP)		Eduardo da Fonte (PP-PE) -votou	Não
Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) -votou	Não	Efraim Filho (DEM-PB) -votou	Não
Elcione Barbalho (MDB-PA) -votou	Não	Eli Borges (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Não
Eli Corrêa Filho (DEM-SP) -votou	Não	Elias Vaz (PSB-GO) -votou	Sim
Elmar Nascimento (DEM-BA) -votou	Sim	Emanuel Pinheiro N (PTB-MT)	
Emidinho Madeira (PSB-MG)		Enio Verri (PT-PR) -votou	Sim
Enrico Misasi (PV-SP) -votou	Não	Erika Kokay (PT-DF)	
Eros Biondini (PROS-MG) -votou	Não	Euclides Pettersen (PSC-MG) -votou	Não
Evair de Melo (PP-ES) -votou	Não	Expedito Netto (PSD-RO) -votou	Não
Fábio Henrique (PDT-SE) -votou	Sim	Fábio Mitidieri (PSD-SE)	
Fábio Ramalho (MDB-MG) -votou	Não	Fabio Reis (MDB-SE) -votou	Não
Fabio Schiochet (PSL-SC) -votou	Não	Fábio Trad (PSD-MS) -votou	Sim
Fausto Pinato (PP-SP)		Felício Laterça (PSL-RJ) -votou	Não
Felipe Carreras (PSB-PE) -votou	Sim	Felipe Rigoni (PSB-ES) -votou	Não
FelipeFrancischini (PSL-PR) -votou	Não	Félix Mendonça Jr (PDT-BA) -votou	Sim
FernandaMelchionna (PSOL-RS) -votou	Sim	Fernando Coelho (DEM-PE) -votou	Não
FernandoMonteiro (PP-PE) -votou	Não	FernandoRodolfo (PL-PE)	
Filipe Barros (PSL-PR) -votou	Não	Flávia Arruda (PL-DF) -votou	Não
Flávia Moraes (PDT-GO) -votou	Sim	Flaviano Melo (MDB-AC) -votou	Não
Flávio Nogueira (PDT-PI) -votou	Não	Flordelis (PSD-RJ) -votou	Não
Francisco Jr. (PSD-GO) -votou	Não	Franco Cartafina (PP-MG) -votou	Sim
Fred Costa (PATRIOTA-MG) -votou	Não	Frei Anastacio (PT-PB) -votou	Sim
Gelson Azevedo (PL-RJ)		Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE-CE) -votou	Não
General Girão (PSL-RN)		General Peternelli (PSL-SP) -votou	Não
Geninho Zuliani (DEM-SP) -votou	Não	Geovania de Sá (PSDB-SC)	
Gervásio Maia (PSB-PB) -votou	Sim	Giacobo (PL-PR) -votou	Não
Gil Cutrim (PDT-MA) -votou	Sim	Gilberto Abramo (REPUBLICANOS-MG) -votou	Não
GilbertoNasciment (PSC-SP)		Gilson Marques (NOVO-SC) -votou	Não
Giovani Cherini (PL-RS)		Giovani Feltes (MDB-RS) -votou	Não
Glauber Braga (PSOL-RJ) -votou	Sim	Glaustin da Fokus (PSC-GO) -votou	Não
Gleisi Hoffmann (PT-PR) -votou	Sim	Gonzaga Patriota (PSB-PE) -votou	Sim
Greyce Elias (AVANTE-MG) -votou	Não	Guiga Peixoto (PSL-SP) -votou	Não
Guilherme Derrite (PP-SP) -votou	Não	Guilherme Mussi (PP-SP) -votou	Não



Gurgel (PSL-RJ) -votou	Não	Gustavo Fruet (PDT-PR) -votou	Sim
Gustinho Ribeiro (SOLIDARIEDADE-SE) -votou	Não	Gutemberg Reis (MDB-RJ) -votou	Não
Haroldo Cathedral (PSD-RR) -votou	Não	Heitor Freire (PSL-CE)	
Heitor Schuch (PSB-RS)		Helder Salomão (PT-ES) -votou	Sim
Hélio Costa (REPUBLICANOS-SC) -votou	Não	Hélio Leite (DEM-PA) -votou	Não
Helio Lopes (PSL-RJ) -votou	Não	Henrique Fontana (PT-RS) -votou	Sim
Hercílio Diniz (MDB-MG)		Herculano Passos (MDB-SP) -votou	Não
HermesParcianello (MDB-PR) -votou	Não	Hildo Rocha (MDB-MA)	
Hiran Gonçalves (PP-RR) -votou	Não	Hugo Leal (PSD-RJ) -votou	Não
Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)		Idilvan Alencar (PDT-CE) -votou	Sim
Igor Kannário (DEM-BA) -votou	Não	Igor Timo (PODE-MG)	
Iracema Portella (PP-PI) -votou	Não	Isnaldo Bulhões Jr (MDB-AL) -votou	Não
Israel Batista (PV-DF) -votou	Sim	Ivan Valente (PSOL-SP)	
Jandira Feghali (PCdoB-RJ)		Jaqueline Cassol (PP-RO) -votou	Não
Jefferson Campos (PSB-SP) -votou	Não	Jerônimo Goergen (PP-RS)	
Jéssica Sales (MDB-AC)		Jesus Sérgio (PDT-AC) -votou	Sim
Jhc (PSB-AL) -votou	Não	Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS-RR) -votou	Não
João C. Bacelar (PL-BA)		João Campos (REPUBLICANOS-GO)	
João Daniel (PT-SE) -votou	Sim	João H. Campos (PSB-PE)	
João Maia (PL-RN)		João Marcelo S. (MDB-MA)	
João Roma (REPUBLICANOS-BA) -votou	Não	JoaquimPassarinho (PSD-PA) -votou	Não
Joenia Wapichana (REDE-RR) -votou	Sim	Joice Hasselmann (PSL-SP) -votou	Não
Jorge Braz (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Não	Jorge Goetten (PL-SC) -votou	Não
Jorge Solla (PT-BA)		José Airton (PT-CE)	
José Guimarães (PT-CE) -votou	Sim	Jose Mario Schrein (DEM-GO)	
José Medeiros (PODE-MT) -votou	Não	José Nelto (PODE-GO) -votou	Não
José Nunes (PSD-BA)		José Priante (MDB-PA) -votou	Não
José Ricardo (PT-AM) -votou	Sim	José Rocha (PL-BA) -votou	Não
Joseildo Ramos (PT-BA) -votou	Sim	JosimarMaranhãozi (PL-MA) -votou	Não
Juarez Costa (MDB-MT) -votou	Não	Julian Lemos (PSL-PB) -votou	Não
Júlio Cesar (PSD-PI)		Julio Cesar Ribeir (REPUBLICANOS-DF) -votou	Não
Júlio Delgado (PSB-MG) -votou	Sim	Juninho do Pneu (DEM-RJ) -votou	Não
Junio Amaral (PSL-MG) -votou	Não	Júnior Ferrari (PSD-PA) -votou	Não
Junior Lourenço (PL-MA)		Júnior Mano (PL-CE)	



Juscelino Filho (DEM-MA) -votou	Não	Kim Kataguiri (DEM-SP) -votou	Não
Laercio Oliveira (PP-SE) -votou	Sim	Lafayette Andrada (REPUBLICANOS-MG) -votou	Não
Lauriete (PSC-ES) -votou	Não	Leandre (PV-PR) -votou	Sim
Leda Sadala (AVANTE-AP) -votou	Sim	Leo de Brito (PT-AC) -votou	Sim
Léo Moraes (PODE-RO) -votou	Sim	Léo Motta (PSL-MG) -votou	Não
Leonardo Monteiro (PT-MG) -votou	Sim	Leônidas Cristino (PDT-CE) -votou	Sim
Leur Lomanto Jr. (DEM-BA) -votou	Não	Lidice da Mata (PSB-BA) -votou	Sim
Lincoln Portela (PL-MG)		Liziane Bayer (PSB-RS) -votou	Sim
Loester Trutis (PSL-MS) -votou	Não	Lourival Gomes (PSL-RJ) -votou	Não
Lucas Gonzalez (NOVO-MG) -votou	Não	Lucas Redecker (PSDB-RS) -votou	Não
Lucas Vergílio (SOLIDARIEDADE-GO) -votou	Não	Luciano Bivar (PSL-PE)	
Luciano Ducci (PSB-PR) -votou	Sim	Lucio Mosquini (MDB-RO)	
Luis Miranda (DEM-DF) -votou	Não	Luis Tibé (AVANTE-MG)	
Luisa Canziani (PTB-PR) -votou	Não	Luiz Carlos (PSDB-AP)	
Luiz Carlos Motta (PL-SP) -votou	Não	Luiz Lima (PSL-RJ) -votou	Não
Luiz Nishimori (PL-PR) -votou	Não	Luiz P. O.Bragança (PSL-SP) -votou	Não
Luiza Erundina (PSOL-SP) -votou	Sim	LuizAntônioCorrêa (PL-RJ) -votou	Não
Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR) -votou	Não	Luizianne Lins (PT-CE)	
Magda Mofatto (PL-GO) -votou	Não	Major Fabiana (PSL-RJ)	
Mara Rocha (PSDB-AC) -votou	Sim	Marcel van Hattem (NOVO-RS) -votou	Não
Marcelo Álvaro (PSL-MG) -votou	Não	Marcelo Aro (PP-MG) -votou	Não
Marcelo Brum (PSL-RS) -votou	Não	Marcelo Calero (CIDADANIA-RJ)	
Marcelo Freixo (PSOL-RJ) -votou	Sim	Marcelo Moraes (PTB-RS)	
Marcelo Nilo (PSB-BA) -votou	Sim	Marcelo Ramos (PL-AM) -votou	Não
Marcio Alvino (PL-SP) -votou	Não	Márcio Biolchi (MDB-RS) -votou	Não
Márcio Jerry (PCdoB-MA) -votou	Sim	Márcio Labre (PSL-RJ) -votou	Não
Márcio Marinho (REPUBLICANOS-BA) -votou	Não	Marco Bertaiolli (PSD-SP)	
Marcon (PT-RS)		Marcos A. Sampaio (MDB-PI)	
Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Margarete Coelho (PP-PI)	
MargaridaSalomão (PT-MG) -votou	Sim	Maria do Rosário (PT-RS) -votou	Sim
Maria Rosas (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Mariana Carvalho (PSDB-RO) -votou	Sim
Marília Arraes (PT-PE)		Marina Santos (SOLIDARIEDADE-PI) -votou	Não
Mário Heringer (PDT-MG) -votou	Sim	MárioNegromonte Jr (PP-BA) -votou	Não
Marlon Santos (PDT-RS) -votou	Não	Marreca Filho (PATRIOTA-MA)	



Marx Beltrão (PSD-AL) -votou	Não	Maurício Dziedrick (PTB-RS) -votou	Não
Mauro Benevides F° (PDT-CE) -votou	Sim	Mauro Lopes (MDB-MG)	
Mauro Nazif (PSB-RO) -votou	Sim	Merlong Solano (PT-PI) -votou	Sim
Miguel Lombardi (PL-SP) -votou	Não	Milton Vieira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Misael Varella (PSD-MG) -votou	Não	Moses Rodrigues (MDB-CE) -votou	Sim
Natália Bonavides (PT-RN) -votou	Sim	Nelson Barbudo (PSL-MT)	
Nereu Crispim (PSL-RS) -votou	Não	Neri Geller (PP-MT)	
Newton Cardoso Jr (MDB-MG) -votou	Não	Nicoletti (PSL-RR) -votou	Não
Nilson Pinto (PSDB-PA) -votou	Sim	Nilson Stainsack (PP-SC) -votou	Não
Nilto Tatto (PT-SP) -votou	Sim	Nivaldo Albuquerque (PTB-AL) -votou	Não
Norma Ayub (DEM-ES) -votou	Não	Odair Cunha (PT-MG) -votou	Sim
Olival Marques (DEM-PA) -votou	Não	Orlando Silva (PCdoB-SP) -votou	Sim
Osires Damaso (PSC-TO)		Osmar Terra (MDB-RS) -votou	Não
Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE) -votou	Não	Otoni de Paula (PSC-RJ)	
Otto Alencar (PSD-BA) -votou	Não	Padre João (PT-MG) -votou	Sim
Pastor Eurico (PATRIOTA-PE)		Pastor Gil (PL-MA)	
Pastor Isidório (AVANTE-BA) -votou	Sim	Patrus Ananias (PT-MG) -votou	Sim
Paula Belmonte (CIDADANIA-DF) -votou	Não	Paulão (PT-AL) -votou	Sim
Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)		Paulo Azi (DEM-BA)	
Paulo Bengtson (PTB-PA) -votou	Não	Paulo Freire Costa (PL-SP) -votou	Não
Paulo Ganime (NOVO-RJ) -votou	Não	Paulo Guedes (PT-MG) -votou	Sim
Paulo Magalhães (PSD-BA) -votou	Não	Paulo Martins (PSC-PR) -votou	Não
Paulo Pereira (SOLIDARIEDADE-SP) -votou	Sim	Paulo Pimenta (PT-RS)	
Paulo Ramos (PDT-RJ) -votou	Sim	Paulo Teixeira (PT-SP) -votou	Sim
Pedro A Bezerra (PTB-CE)		Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) -votou	Sim
Pedro Lucas Fernan (PTB-MA)		Pedro Lupion (DEM-PR) -votou	Não
Pedro Paulo (DEM-RJ) -votou	Não	Pedro Uczai (PT-SC) -votou	Sim
Pedro Westphalen (PP-RS) -votou	Não	Perpétua Almeida (PCdoB-AC) -votou	Sim
Pinheirinho (PP-MG) -votou	Não	Policial Sastre (PL-SP)	
Pompeo de Mattos (PDT-RS) -votou	Sim	Pr Marco Feliciano (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Prof Marcivânia (PCdoB-AP) -votou	Sim	Profª Dorinha (DEM-TO)	
Profª Rosa Neide (PT-MT) -votou	Sim	Professor Alcides (PP-GO) -votou	Não
Professor Joziel (PSL-RJ) -votou	Não	Professora Dayane (PSL-BA) -votou	Não
Rafael Motta (PSB-RN) -votou	Sim	Raimundo Costa (PL-BA) -votou	Não



Raul Henry (MDB-PE)		Reginaldo Lopes (PT-MG) -votou	Sim
Rejane Dias (PT-PI)		Renata Abreu (PODE-SP) -votou	Não
Renato Queiroz (MDB-RR) -votou	Não	Renildo Calheiros (PCdoB-PE) -votou	Sim
Ricardo Barros (PP-PR)		Ricardo Guidi (PSD-SC) -votou	Não
Ricardo Izar (PP-SP)		Ricardo Silva (PSB-SP) -votou	Não
Ricardo Teobaldo (PODE-PE) -votou	Não	Robério Monteiro (PDT-CE) -votou	Sim
Roberto Alves (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Roberto de Lucena (PODE-SP) -votou	Não
Rodrigo Agostinho (PSB-SP) -votou	Sim	Rodrigo Coelho (PSB-SC) -votou	Não
Rodrigo de Castro (PSDB-MG) -votou	Não	Rodrigo Maia (DEM-RJ)	
Rogério Correia (PT-MG)		Roman (PATRIOTA-PR) -votou	Não
Ronaldo Carletto (PP-BA) -votou	Não	Rosana Valle (PSB-SP) -votou	Não
Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Não	Rose Modesto (PSDB-MS) -votou	Sim
Rubens Bueno (CIDADANIA-PR) -votou	Não	Rubens Otoni (PT-GO)	
Rubens Pereira Jr. (PCdoB-MA) -votou	Sim	Rui Falcão (PT-SP) -votou	Sim
Ruy Carneiro (PSDB-PB)		Sâmia Bomfim (PSOL-SP) -votou	Sim
Samuel Moreira (PSDB-SP) -votou	Não	Sanderson (PSL-RS) -votou	Não
Santini (PTB-RS) -votou	Não	Sargento Fahur (PSD-PR) -votou	Não
Schiavinato (PP-PR) -votou	Não	Sebastião Oliveira (AVANTE-PE) -votou	Não
Sérgio Brito (PSD-BA)		Sergio Souza (MDB-PR) -votou	Não
Sergio Toledo (PL-AL) -votou	Não	Sergio Vidigal (PDT-ES) -votou	Sim
Severino Pessoa (REPUBLICANOS-AL) -votou	Não	Shéridan (PSDB-RR) -votou	Não
Sidney Leite (PSD-AM) -votou	Não	Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM) -votou	Não
Silvia Cristina (PDT-RO) -votou	Sim	Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE) -votou	Não
Soraya Santos (PL-RJ) -votou	Presidente	SóstenesCavalcante (DEM-RJ)	
Stefano Aguiar (PSD-MG) -votou	Não	Stephanes Junior (PSD-PR)	
SubtenenteGonzaga (PDT-MG) -votou	Sim	Tabata Amaral (PDT-SP) -votou	Não
Tadeu Alencar (PSB-PE)		Talíria Petrone (PSOL-RJ) -votou	Sim
Ted Conti (PSB-ES) -votou	Sim	Tereza Nelma (PSDB-AL)	
Tiago Dimas (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Não	Tiago Mitraud (NOVO-MG) -votou	Não
Tiririca (PL-SP) -votou	Sim	Tito (AVANTE-BA) -votou	Não
ToninhoWandscheer (PROS-PR) -votou	Não	Túlio Gadêlha (PDT-PE)	
Uldurico Junior (PROS-BA) -votou	Sim	Vaidon Oliveira (PROS-CE) -votou	Não
Valdevan Noventa (PL-SE) -votou	Sim	Valmir Assunção (PT-BA) -votou	Sim
Vander Loubet (PT-MS) -votou	Sim	Vanderlei Macris (PSDB-SP) -votou	Não



Vavá Martins (REPUBLICANOS-PA) -votou	Não	Vermelho (PSD-PR) -votou	Não
Vicentinho (PT-SP) -votou	Sim	Vicentinho Júnior (PL-TO) -votou	Não
Vilson da Fetaemg (PSB-MG) -votou	Sim	Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Vinicius Farah (MDB-RJ)		Vinicius Gurgel (PL-AP) -votou	Não
Vinicius Poit (NOVO-SP) -votou	Não	Vitor Hugo (PSL-GO) -votou	Não
Vitor Lippi (PSDB-SP) -votou	Sim	Waldenor Pereira (PT-BA) -votou	Sim
Walter Alves (MDB-RN)		Weliton Prado (PROS-MG) -votou	Não
Wellington (PL-PB)		Wilson Santiago (PTB-PB)	
WladimirGarotinho (PSD-RJ)		Wolney Queiroz (PDT-PE) -votou	Sim
Zé Carlos (PT-MA) -votou	Sim	Zé Neto (PT-BA) -votou	Sim
Zé Silva (SOLIDARIEDADE-MG) -votou	Não	Zé Vitor (PL-MG) -votou	Não
Zeca Dirceu (PT-PR) -votou	Sim		



Votação Nominal e Simbólica

PLEN -Plenário

Reunião: Sessão do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados (virtual)

Data/Local: 16/12/2020 - Plenário da Câmara dos Deputados

PLN 9/2020 CN-Destaque 06

Votação iniciada em:16/12/2020 15:41:29 - Votação encerrada em:16/12/2020 15:49:33

Quórum votação	Sim	Não	Abstenção	Obstrução	Voto do Presidente	Total de votantes
402	156	244	1	0	1	402

PT	Sim	DEM		AVANTE	Não
PSL	Não	SOLIDARIEDADE	Não	PATRIOTA	
PL	Não	PTB	Não	PV	Não
PP	Não	PODE		REDE	Sim
MDB	Não	PSOL	Sim	Maioria	
PSD	Não	PROS	Não	Minoria	
REPUBLICANOS	Não	PSC		Oposição	
PSDB	Não	PCdoB	Sim	Governo	Não
PSB	Sim	CIDADANIA	Não		
PDT	Sim	NOVO	Não		

Orientação das Lideranças

Votos

PLEN	Ordenado por: <input type="text" value="Nome"/>	513 vagas
PLEN (513 vagas)		
Titular		
Abílio Santana (PL-BA)	Abou Anni (PSL-SP)	
Acácio Favacho (PROS-AP)	Adolfo Viana (PSDB-BA) -votou	Não
Adriana Ventura (NOVO-SP) -votou	Adriano do Baldy (PP-GO) -votou	Não
Aécio Neves (PSDB-MG)	Afonso Florence (PT-BA) -votou	Sim
Afonso Hamm (PP-RS) -votou	Afonso Motta (PDT-RS) -votou	Sim
Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) -votou	Airton Faleiro (PT-PA) -votou	Sim
AJ Albuquerque (PP-CE)	Alan Rick (DEM-AC) -votou	Sim



Alceu Moreira (MDB-RS) -votou	Não	Alcides Rodrigues (PATRIOTA-GO)	
Alê Silva (PSL-MG) -votou	Não	Alencar S. Braga (PT-SP)	
Alessandro Molon (PSB-RJ) -votou	Sim	Alex Manente (CIDADANIA-SP) -votou	Não
Alex Santana (PDT-BA) -votou	Não	Alexandre Frota (PSDB-SP) -votou	Sim
Alexandre Leite (DEM-SP) -votou	Não	Alexandre Padilha (PT-SP) -votou	Sim
AlexandreSerfiotis (PSD-RJ) -votou	Não	Alexis Fonteyne (NOVO-SP) -votou	Não
Alice Portugal (PCdoB-BA) -votou	Sim	Aliel Machado (PSB-PR)	
Aline Gurgel (REPUBLICANOS-AP) -votou	Não	Aline Sleutjes (PSL-PR) -votou	Não
Altineu Côrtes (PL-RJ) -votou	Não	Aluisio Mendes (PSC-MA) -votou	Não
Amaro Neto (REPUBLICANOS-ES) -votou	Não	André Abdon (PP-AP) -votou	Não
André de Paula (PSD-PE) -votou	Não	André Ferreira (PSC-PE)	
André Figueiredo (PDT-CE) -votou	Sim	André Fufuca (PP-MA)	
André Janones (AVANTE-MG) -votou	Sim	Angela Amin (PP-SC)	
Antonio Brito (PSD-BA) -votou	Sim	Arlindo Chinaglia (PT-SP) -votou	Sim
Araldo Jardim (CIDADANIA-SP) -votou	Não	Aroldo Martins (REPUBLICANOS-PR)	
Arthur Lira (PP-AL) -votou	Não	Arthur O. Maia (DEM-BA) -votou	Não
Átila Lins (PP-AM) -votou	Não	Átila Lira (PP-PI) -votou	Não
Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE)		Áurea Carolina (PSOL-MG) -votou	Sim
Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ) -votou	Sim	Bacelar (PODE-BA) -votou	Sim
Baleia Rossi (MDB-SP) -votou	Não	Benedita da Silva (PT-RJ) -votou	Sim
Benes Leocádio (REPUBLICANOS-RN) -votou	Não	Beto Faro (PT-PA) -votou	Sim
Beto Pereira (PSDB-MS) -votou	Não	Beto Rosado (PP-RN) -votou	Não
Bia Cavassa (PSDB-MS) -votou	Não	Bia Kicis (PSL-DF) -votou	Não
Bibo Nunes (PSL-RS) -votou	Não	Bilac Pinto (DEM-MG) -votou	Não
Bira do Pindaré (PSB-MA)		Boca Aberta (PROS-PR) -votou	Sim
Bohn Gass (PT-RS) -votou	Sim	Bosco Costa (PL-SE) -votou	Não
Bosco Saraiva (SOLIDARIEDADE-AM) -votou	Sim	Bozzella (PSL-SP)	
Bruna Furlan (PSDB-SP) -votou	Não	Cacá Leão (PP-BA)	
Camilo Capiberibe (PSB-AP) -votou	Sim	Cap. Alberto Neto (REPUBLICANOS-AM)	
Cap. Fábio Abreu (PL-PI) -votou	Sim	Capitão Augusto (PL-SP) -votou	Não
Capitão Wagner (PROS-CE) -votou	Sim	Carla Dickson (PROS-RN)	
Carla Zambelli (PSL-SP) -votou	Não	Carlos Bezerra (MDB-MT)	
Carlos Chiodini (MDB-SC) -votou	Não	Carlos Gaguim (DEM-TO) -votou	Não
Carlos Gomes (REPUBLICANOS-RS) -votou	Não	Carlos Jordy (PSL-RJ) -votou	Não



Carlos Sampaio (PSDB-SP) -votou	Não	Carlos Veras (PT-PE) -votou	Sim
Carlos Zarattini (PT-SP)		Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC) -votou	Sim
Caroline de Toni (PSL-SC) -votou	Não	Cássio Andrade (PSB-PA) -votou	Sim
Celina Leão (PP-DF) -votou	Não	Célio Moura (PT-TO) -votou	Sim
Célio Silveira (PSDB-GO) -votou	Não	Célio Studart (PV-CE) -votou	Sim
Celso Maldaner (MDB-SC) -votou	Não	Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP)	
Celso Sabino (PSDB-PA)		Cezinha Madureira (PSD-SP) -votou	Não
Charles Fernandes (PSD-BA) -votou	Sim	Charles Evangelis (PSL-MG) -votou	Não
Chico D'Angelo (PDT-RJ) -votou	Sim	Chiquinho Brazão (AVANTE-RJ) -votou	Não
Chris Tonietto (PSL-RJ)		Christiane Yared (PL-PR) -votou	Não
Christino Aureo (PP-RJ) -votou	Não	Clarissa Garotinho (PROS-RJ) -votou	Sim
Claudio Cajado (PP-BA) -votou	Não	Cleber Verde (REPUBLICANOS-MA) -votou	Não
Coronel Armando (PSL-SC) -votou	Não	Coronel Tadeu (PSL-SP) -votou	Não
CoronelChrisóstom (PSL-RO) -votou	Não	Cristiano Vale (PL-PA) -votou	Não
Da Vitória (CIDADANIA-ES) -votou	Não	Dagoberto Nogueira (PDT-MS) -votou	Sim
Damião Feliciano (PDT-PB)		Daniel Almeida (PCdoB-BA) -votou	Sim
Daniel Coelho (CIDADANIA-PE) -votou	Não	Daniel Freitas (PSL-SC) -votou	Não
Daniel Silveira (PSL-RJ) -votou	Não	Daniel Trzeciak (PSDB-RS) -votou	Sim
Daniela Waguinho (MDB-RJ) -votou	Não	Danilo Cabral (PSB-PE)	
Daniilo Forte (PSDB-CE) -votou	Sim	Danlei (PSD-RS) -votou	Não
David Miranda (PSOL-RJ) -votou	Sim	David Soares (DEM-SP) -votou	Não
DeAntônioFurtado (PSL-RJ) -votou	Abstenção	Deleg. Éder Mauro (PSD-PA) -votou	Não
Delegado Marcelo (PSL-MG) -votou	Não	Delegado Pablo (PSL-AM) -votou	Não
Delegado Waldir (PSL-GO) -votou	Não	Denis Bezerra (PSB-CE) -votou	Sim
Diego Andrade (PSD-MG)		Diego Garcia (PODE-PR)	
Dimas Fabiano (PP-MG) -votou	Não	Domingos Neto (PSD-CE)	
Domingos Sávio (PSDB-MG) -votou	Não	Dr Zacharias Calil (DEM-GO) -votou	Não
Dr. Frederico (PATRIOTA-MG)		Dr. Jaziel (PL-CE) -votou	Não
Dr. Leonardo (SOLIDARIEDADE-MT) -votou	Sim	Dr. Luiz Ovando (PSL-MS) -votou	Não
Dr.Luiz Antonio Jr (PP-RJ) -votou	Não	Dra. Vanda Milani (SOLIDARIEDADE-AC)	
Dra.Soraya Manato (PSL-ES) -votou	Não	Dulce Miranda (MDB-TO) -votou	Não
Edilazio Junior (PSD-MA) -votou	Não	Edio Lopes (PL-RR)	
EdmilsonRodrigues (PSOL-PA) -votou	Sim	Edna Henrique (PSDB-PB) -votou	Sim
Eduardo Barbosa (PSDB-MG) -votou	Não	Eduardo Bismarck (PDT-CE) -votou	Sim



Eduardo Braide (PODE-MA) -votou	Sim	Eduardo Costa (PTB-PA) -votou	Não
Eduardo Cury (PSDB-SP) -votou	Não	Eduardo da Fonte (PP-PE) -votou	Sim
Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) -votou	Não	Efraim Filho (DEM-PB) -votou	Não
Elcione Barbalho (MDB-PA) -votou	Não	Eli Borges (SOLIDARIEDADE-TO) -votou	Não
Eli Corrêa Filho (DEM-SP) -votou	Não	Elias Vaz (PSB-GO) -votou	Sim
Elmar Nascimento (DEM-BA)		Emanuel Pinheiro N (PTB-MT) -votou	Sim
Emidinho Madeira (PSB-MG) -votou	Sim	Enio Verri (PT-PR) -votou	Sim
Enrico Misasi (PV-SP) -votou	Não	Erika Kokay (PT-DF) -votou	Sim
Eros Biondini (PROS-MG)		Euclides Pettersen (PSC-MG) -votou	Não
Evair de Melo (PP-ES) -votou	Não	Expedito Netto (PSD-RO) -votou	Não
Fábio Henrique (PDT-SE) -votou	Sim	Fábio Mitidieri (PSD-SE) -votou	Sim
Fábio Ramalho (MDB-MG) -votou	Não	Fabio Reis (MDB-SE) -votou	Não
Fabio Schiochet (PSL-SC)		Fábio Trad (PSD-MS)	
Fausto Pinato (PP-SP)		Felício Laterça (PSL-RJ) -votou	Não
Felipe Carreras (PSB-PE) -votou	Sim	Felipe Rigoni (PSB-ES)	
Felipe Francischini (PSL-PR) -votou	Não	Félix Mendonça Jr (PDT-BA) -votou	Sim
Fernanda Melchionna (PSOL-RS) -votou	Sim	Fernando Coelho (DEM-PE) -votou	Não
Fernando Monteiro (PP-PE) -votou	Não	Fernando Rodolfo (PL-PE) -votou	Sim
Filipe Barros (PSL-PR) -votou	Não	Flávia Arruda (PL-DF)	
Flávia Moraes (PDT-GO) -votou	Sim	Flaviano Melo (MDB-AC) -votou	Não
Flávio Nogueira (PDT-PI) -votou	Não	Flordelis (PSD-RJ)	
Francisco Jr. (PSD-GO) -votou	Não	Franco Cartafina (PP-MG) -votou	Sim
Fred Costa (PATRIOTA-MG)		Frei Anastacio (PT-PB) -votou	Sim
Gelson Azevedo (PL-RJ) -votou	Não	Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE-CE) -votou	Não
General Girão (PSL-RN) -votou	Não	General Peternelli (PSL-SP) -votou	Não
Geninho Zuliani (DEM-SP) -votou	Não	Geovania de Sá (PSDB-SC) -votou	Não
Gervásio Maia (PSB-PB) -votou	Sim	Giacobo (PL-PR)	
Gil Cutrim (PDT-MA) -votou	Não	Gilberto Abramo (REPUBLICANOS-MG) -votou	Não
Gilberto Nascimento (PSC-SP)		Gilson Marques (NOVO-SC) -votou	Não
Giovani Cherini (PL-RS) -votou	Não	Giovani Feltes (MDB-RS) -votou	Não
Glauber Braga (PSOL-RJ) -votou	Sim	Glaustin da Fokus (PSC-GO) -votou	Sim
Gleisi Hoffmann (PT-PR) -votou	Sim	Gonzaga Patriota (PSB-PE) -votou	Sim
Greyce Elias (AVANTE-MG) -votou	Não	Guiga Peixoto (PSL-SP) -votou	Não
Guilherme Derrite (PP-SP) -votou	Não	Guilherme Mussi (PP-SP) -votou	Não



Gurgel (PSL-RJ) -votou	Não	Gustavo Fruet (PDT-PR) -votou	Sim
Gustinho Ribeiro (SOLIDARIEDADE-SE) -votou	Não	Gutemberg Reis (MDB-RJ)	
Haroldo Cathedral (PSD-RR) -votou	Não	Heitor Freire (PSL-CE) -votou	Não
Heitor Schuch (PSB-RS)		Helder Salomão (PT-ES) -votou	Sim
Hélio Costa (REPUBLICANOS-SC) -votou	Sim	Hélio Leite (DEM-PA) -votou	Não
Helio Lopes (PSL-RJ) -votou	Não	Henrique Fontana (PT-RS) -votou	Sim
Herculio Diniz (MDB-MG)		Herculano Passos (MDB-SP)	
HermesParcianello (MDB-PR)		Hildo Rocha (MDB-MA)	
Hiran Gonçalves (PP-RR) -votou	Não	Hugo Leal (PSD-RJ) -votou	Não
Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB) -votou	Não	Idilvan Alencar (PDT-CE) -votou	Sim
Igor Kannário (DEM-BA) -votou	Sim	Igor Timo (PODE-MG) -votou	Sim
Iracema Portella (PP-PI)		Isnaldo Bulhões Jr (MDB-AL)	
Israel Batista (PV-DF) -votou	Sim	Ivan Valente (PSOL-SP) -votou	Sim
Jandira Feghali (PCdoB-RJ) -votou	Sim	Jaqueline Cassol (PP-RO)	
Jefferson Campos (PSB-SP) -votou	Não	Jerônimo Goergen (PP-RS) -votou	Não
Jéssica Sales (MDB-AC) -votou	Não	Jesus Sérgio (PDT-AC) -votou	Sim
Jhc (PSB-AL) -votou	Não	Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS-RR) -votou	Não
João C. Bacelar (PL-BA)		João Campos (REPUBLICANOS-GO) -votou	Não
João Daniel (PT-SE) -votou	Sim	João H. Campos (PSB-PE)	
João Maia (PL-RN)		João Marcelo S. (MDB-MA) -votou	Não
João Roma (REPUBLICANOS-BA) -votou	Não	JoaquimPassarinho (PSD-PA) -votou	Não
Joenia Wapichana (REDE-RR) -votou	Sim	Joice Hasselmann (PSL-SP) -votou	Não
Jorge Braz (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Não	Jorge Goetten (PL-SC) -votou	Não
Jorge Solla (PT-BA)		José Aírton (PT-CE)	
José Guimarães (PT-CE) -votou	Sim	Jose Mario Schrein (DEM-GO) -votou	Não
José Medeiros (PODE-MT)		José Nelto (PODE-GO) -votou	Sim
José Nunes (PSD-BA)		José Priante (MDB-PA) -votou	Não
José Ricardo (PT-AM) -votou	Sim	José Rocha (PL-BA)	
Joseildo Ramos (PT-BA) -votou	Sim	JosimarMaranhãozi (PL-MA)	
Juarez Costa (MDB-MT) -votou	Não	Julian Lemos (PSL-PB) -votou	Não
Júlio Cesar (PSD-PI) -votou	Não	Julio Cesar Ribeir (REPUBLICANOS-DF) -votou	Não
Júlio Delgado (PSB-MG) -votou	Sim	Juninho do Pneu (DEM-RJ) -votou	Não
Junio Amaral (PSL-MG) -votou	Não	Júnior Ferrari (PSD-PA)	
Junior Lourenço (PL-MA)		Júnior Mano (PL-CE) -votou	Não



Juscelino Filho (DEM-MA) -votou	Não	Kim Kataguiri (DEM-SP) -votou	Não
Laercio Oliveira (PP-SE) -votou	Não	Lafayette Andrada (REPUBLICANOS-MG) -votou	Não
Lauriete (PSC-ES) -votou	Não	Leandre (PV-PR)	
Leda Sadala (AVANTE-AP) -votou	Não	Leo de Brito (PT-AC) -votou	Sim
Léo Moraes (PODE-RO) -votou	Sim	Léo Motta (PSL-MG)	
Leonardo Monteiro (PT-MG) -votou	Sim	Leônidas Cristino (PDT-CE) -votou	Sim
Leur Lomanto Jr. (DEM-BA) -votou	Não	Lidice da Mata (PSB-BA) -votou	Sim
Lincoln Portela (PL-MG)		Liziane Bayer (PSB-RS) -votou	Sim
Loester Trutis (PSL-MS) -votou	Não	Lourival Gomes (PSL-RJ) -votou	Não
Lucas Gonzalez (NOVO-MG) -votou	Não	Lucas Redecker (PSDB-RS) -votou	Não
Lucas Vergílio (SOLIDARIEDADE-GO) -votou	Não	Luciano Bivar (PSL-PE)	
Luciano Ducci (PSB-PR) -votou	Sim	Lucio Mosquini (MDB-RO)	
Luis Miranda (DEM-DF) -votou	Não	Luis Tibé (AVANTE-MG)	
Luisa Canziani (PTB-PR) -votou	Não	Luiz Carlos (PSDB-AP)	
Luiz Carlos Motta (PL-SP) -votou	Não	Luiz Lima (PSL-RJ) -votou	Não
Luiz Nishimori (PL-PR) -votou	Não	Luiz P. O.Bragança (PSL-SP) -votou	Não
Luiza Erundina (PSOL-SP) -votou	Sim	LuizAntônioCorrêa (PL-RJ) -votou	Não
Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR) -votou	Não	Luizianne Lins (PT-CE)	
Magda Mofatto (PL-GO) -votou	Não	Major Fabiana (PSL-RJ)	
Mara Rocha (PSDB-AC) -votou	Sim	Marcel van Hattem (NOVO-RS) -votou	Não
Marcelo Álvaro (PSL-MG) -votou	Não	Marcelo Aro (PP-MG) -votou	Sim
Marcelo Brum (PSL-RS) -votou	Não	Marcelo Calero (CIDADANIA-RJ) -votou	Não
Marcelo Freixo (PSOL-RJ) -votou	Sim	Marcelo Moraes (PTB-RS)	
Marcelo Nilo (PSB-BA) -votou	Sim	Marcelo Ramos (PL-AM)	
Marcio Alvino (PL-SP) -votou	Não	Márcio Biolchi (MDB-RS) -votou	Não
Márcio Jerry (PCdoB-MA) -votou	Sim	Márcio Labre (PSL-RJ) -votou	Não
Márcio Marinho (REPUBLICANOS-BA) -votou	Não	Marco Bertaiolli (PSD-SP) -votou	Não
Marcon (PT-RS)		Marcos A. Sampaio (MDB-PI)	
Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Margarete Coelho (PP-PI) -votou	Não
MargaridaSalomão (PT-MG)		Maria do Rosário (PT-RS) -votou	Sim
Maria Rosas (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Mariana Carvalho (PSDB-RO) -votou	Não
Marília Arraes (PT-PE) -votou	Sim	Marina Santos (SOLIDARIEDADE-PI) -votou	Sim
Mário Heringer (PDT-MG) -votou	Sim	MárioNegromonte Jr (PP-BA) -votou	Sim
Marlon Santos (PDT-RS) -votou	Não	Marreca Filho (PATRIOTA-MA)	



Marx Beltrão (PSD-AL)		Maurício Dziedrick (PTB-RS) -votou	Não
Mauro Benevides Fº (PDT-CE) -votou	Sim	Mauro Lopes (MDB-MG)	
Mauro Nazif (PSB-RO) -votou	Sim	Merlong Solano (PT-PI) -votou	Sim
Miguel Lombardi (PL-SP) -votou	Não	Milton Vieira (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Misael Varella (PSD-MG)		Moses Rodrigues (MDB-CE) -votou	Sim
Natália Bonavides (PT-RN) -votou	Sim	Nelson Barbudo (PSL-MT)	
Nereu Crispim (PSL-RS) -votou	Não	Neri Geller (PP-MT) -votou	Não
Newton Cardoso Jr (MDB-MG) -votou	Não	Nicoletti (PSL-RR) -votou	Sim
Nilson Pinto (PSDB-PA) -votou	Não	Nilson Stainsack (PP-SC) -votou	Não
Nilto Tatto (PT-SP) -votou	Sim	Nivaldo Albuquerque (PTB-AL) -votou	Não
Norma Ayub (DEM-ES) -votou	Não	Odair Cunha (PT-MG) -votou	Sim
Olival Marques (DEM-PA) -votou	Não	Orlando Silva (PCdoB-SP) -votou	Sim
Osires Damaso (PSC-TO) -votou	Não	Osmar Terra (MDB-RS)	
Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE) -votou	Não	Otoni de Paula (PSC-RJ) -votou	Não
Otto Alencar (PSD-BA) -votou	Sim	Padre João (PT-MG) -votou	Sim
Pastor Eurico (PATRIOTA-PE) -votou	Não	Pastor Gil (PL-MA)	
Pastor Isidório (AVANTE-BA) -votou	Sim	Patrus Ananias (PT-MG) -votou	Sim
Paula Belmonte (CIDADANIA-DF) -votou	Não	Paulão (PT-AL) -votou	Sim
Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)		Paulo Azi (DEM-BA)	
Paulo Bengtson (PTB-PA) -votou	Não	Paulo Freire Costa (PL-SP)	
Paulo Ganime (NOVO-RJ) -votou	Não	Paulo Guedes (PT-MG) -votou	Sim
Paulo Magalhães (PSD-BA) -votou	Não	Paulo Martins (PSC-PR) -votou	Não
Paulo Pereira (SOLIDARIEDADE-SP) -votou	Sim	Paulo Pimenta (PT-RS) -votou	Sim
Paulo Ramos (PDT-RJ) -votou	Sim	Paulo Teixeira (PT-SP)	
Pedro A Bezerra (PTB-CE)		Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) -votou	Não
Pedro Lucas Fernan (PTB-MA)		Pedro Lupion (DEM-PR) -votou	Não
Pedro Paulo (DEM-RJ) -votou	Sim	Pedro Uczai (PT-SC) -votou	Sim
Pedro Westphalen (PP-RS) -votou	Não	Perpétua Almeida (PCdoB-AC) -votou	Sim
Pinheirinho (PP-MG)		Policial Sastre (PL-SP) -votou	Não
Pompeo de Mattos (PDT-RS)		Pr Marco Feliciano (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Prof Marcivanía (PCdoB-AP)		Profª Dorinha (DEM-TO) -votou	Não
Profª Rosa Neide (PT-MT) -votou	Sim	Professor Alcides (PP-GO)	
Professor Joziel (PSL-RJ) -votou	Não	Professora Dayane (PSL-BA) -votou	Não
Rafael Motta (PSB-RN) -votou	Sim	Raimundo Costa (PL-BA) -votou	Sim



Raul Henry (MDB-PE) -votou	Não	Reginaldo Lopes (PT-MG) -votou	Sim
Rejane Dias (PT-PI) -votou	Sim	Renata Abreu (PODE-SP) -votou	Sim
Renato Queiroz (MDB-RR) -votou	Não	Renildo Calheiros (PCdoB-PE) -votou	Sim
Ricardo Barros (PP-PR) -votou	Não	Ricardo Guidi (PSD-SC) -votou	Não
Ricardo Izar (PP-SP) -votou	Não	Ricardo Silva (PSB-SP) -votou	Não
Ricardo Teobaldo (PODE-PE)		Robério Monteiro (PDT-CE) -votou	Sim
Roberto Alves (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não	Roberto de Lucena (PODE-SP) -votou	Não
Rodrigo Agostinho (PSB-SP) -votou	Sim	Rodrigo Coelho (PSB-SC) -votou	Não
Rodrigo de Castro (PSDB-MG)		Rodrigo Maia (DEM-RJ)	
Rogério Correia (PT-MG) -votou	Sim	Roman (PATRIOTA-PR) -votou	Não
Ronaldo Carletto (PP-BA) -votou	Não	Rosana Valle (PSB-SP) -votou	Não
Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ) -votou	Não	Rose Modesto (PSDB-MS) -votou	Sim
Rubens Bueno (CIDADANIA-PR) -votou	Sim	Rubens Otoni (PT-GO) -votou	Sim
Rubens Pereira Jr. (PCdoB-MA) -votou	Sim	Rui Falcão (PT-SP) -votou	Sim
Ruy Carneiro (PSDB-PB)		Sâmia Bomfim (PSOL-SP)	
Samuel Moreira (PSDB-SP) -votou	Não	Sanderson (PSL-RS) -votou	Não
Santini (PTB-RS) -votou	Não	Sargento Fahur (PSD-PR) -votou	Não
Schiavinato (PP-PR)		Sebastião Oliveira (AVANTE-PE) -votou	Não
Sérgio Brito (PSD-BA)		Sergio Souza (MDB-PR) -votou	Não
Sergio Toledo (PL-AL)		Sergio Vidigal (PDT-ES)	
Severino Pessoa (REPUBLICANOS-AL) -votou	Sim	Shéridan (PSDB-RR) -votou	Sim
Sidney Leite (PSD-AM) -votou	Sim	Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM) -votou	Não
Silvia Cristina (PDT-RO) -votou	Sim	Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE) -votou	Não
Soraya Santos (PL-RJ) -votou	Presidente	SóstenesCavalcante (DEM-RJ)	
Stefano Aguiar (PSD-MG) -votou	Não	Stephanes Junior (PSD-PR)	
SubtenenteGonzaga (PDT-MG) -votou	Sim	Tabata Amaral (PDT-SP) -votou	Não
Tadeu Alencar (PSB-PE) -votou	Sim	Talíria Petrone (PSOL-RJ) -votou	Sim
Ted Conti (PSB-ES) -votou	Sim	Tereza Nelma (PSDB-AL) -votou	Não
Tiago Dimas (SOLIDARIEDADE-TO)		Tiago Mitraud (NOVO-MG) -votou	Não
Tiririca (PL-SP) -votou	Sim	Tito (AVANTE-BA) -votou	Não
ToninhoWandscheer (PROS-PR) -votou	Não	Túlio Gadêlha (PDT-PE) -votou	Sim
Uldurico Junior (PROS-BA) -votou	Sim	Vaidon Oliveira (PROS-CE) -votou	Sim
Valdevan Noventa (PL-SE) -votou	Sim	Valmir Assunção (PT-BA)	
Vander Loubet (PT-MS) -votou	Sim	Vanderlei Macris (PSDB-SP) -votou	Não



Vavá Martins (REPUBLICANOS-PA) -votou	Não	Vermelho (PSD-PR) -votou	Não
Vicentinho (PT-SP) -votou	Sim	Vicentinho Júnior (PL-TO) -votou	Não
Vilson da Fetaemg (PSB-MG) -votou	Sim	Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP) -votou	Não
Vinicius Farah (MDB-RJ) -votou	Não	Vinicius Gurgel (PL-AP) -votou	Não
Vinicius Poit (NOVO-SP) -votou	Não	Vitor Hugo (PSL-GO) -votou	Não
Vitor Lippi (PSDB-SP) -votou	Não	Waldenor Pereira (PT-BA) -votou	Sim
Walter Alves (MDB-RN)		Weliton Prado (PROS-MG) -votou	Sim
Wellington (PL-PB)		Wilson Santiago (PTB-PB)	
WladimirGarotinho (PSD-RJ)		Wolney Queiroz (PDT-PE) -votou	Sim
Zé Carlos (PT-MA) -votou	Sim	Zé Neto (PT-BA) -votou	Sim
Zé Silva (SOLIDARIEDADE-MG) -votou	Não	Zé Vitor (PL-MG)	
Zeca Dirceu (PT-PR) -votou	Sim		



Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 41/2020





MINISTÉRIO DA ECONOMIA

OFÍCIO SEI Nº 580/2020/ME

Brasília, 07 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO
Anexo Luis Eduardo Magalhães, (Anexo II), Ala "C", Sala nº 12
Câmara dos Deputados
70160-900 - Brasília - DF.

Com cópia

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes
70165-900 – Brasília – DF

Assunto: Alteração do PLN nº 41/2020 - CN.

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 10080.101727/2020-76.

Senhor Presidente,

1. Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, proposta de modificação do PLN nº 41/2019 - CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 93.020.997,00, para os fins que especifica.”, encaminhado ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 608, de 14 de novembro de 2020.
2. A presente proposta, conforme demonstrado nas Notas Técnicas SEI nº 55027/2020/ME e 55049/2020/ME, ambas de 4 de dezembro de 2020, acompanhadas de seus Anexos, objetiva incluir programações em favor dos Ministérios da Economia e da Infraestrutura, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito do referido crédito.



3. Ressalto que, em razão das mudanças propostas, há necessidade de alteração do texto do PLN em questão, uma vez que haverá modificação do valor global do crédito em comento, que passará para R\$ 4.203.266.669,00 (quatro bilhões, duzentos e três milhões, duzentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais), na aplicação; R\$ 4.097.219.223,00 (quatro bilhões, noventa e sete milhões, duzentos e dezenove mil, duzentos e vinte e três reais), no cancelamento; e R\$ 106.047.446,00 (cento e seis milhões, quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e seis reais) de excesso de arrecadação, com o conseqüentemente compensação, nesse mesmo valor, a fim de que o crédito adicional fique compatível com os limites individualizados para despesas primárias, definidos pelo art. 107 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente
PAULO ROBERTO NUNES GUEDES
Ministro de Estado da Economia



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Nunes Guedes, Ministro de Estado da Economia**, em 08/12/2020, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12277342** e o código CRC **981F07DE**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 5º andar - Plano Piloto
CEP 70.048-900 - Brasília/DF
+55 (61) 34 12-2524 - e-mail gabinete.ministro@economia.gov.br

Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o processo nº 10080.101727/2020-76.

SEI nº 12277342





MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria de Orçamento Federal

Nota Técnica SEI nº 55027/2020/ME

Assunto: **Solicitação ao Congresso Nacional de alteração do PLN nº 41/2020 - CN, de 2020** □.

Acesso restrito até a conclusão final do processo.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da necessidade de incluir programações relativas aos Ministérios da Economia - ME e da Infraestrutura - MINFRA no projeto de lei que *“Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 93.020.997,00, para os fins que especifica.”* (PLN nº 41/2020 - CN), encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 608, de 14 de outubro de 2020.
2. Dessa forma, esta Secretaria submete à consideração superior, para decisão, o Anexo à presente Nota, cujas programações devem ser incluídas nos Anexos I e II ao Projeto de Lei encaminhado originalmente, além de inclusão de Anexo III, para os Ministérios da Economia e da Infraestrutura, para que seja encaminhado por meio de Ofício do Ministro de Estado da Economia ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, visando à alteração do PLN nº 41/2020.

ANÁLISE

3. Foi enviado a esta Secretaria de Orçamento Federal o Ofício SEI nº 277127/2020/ME (12095915), de 4 de novembro de 2020, que encaminha a Nota Técnica SEI nº 48183/2020/ME, de 3 de novembro de 2020, no qual consta demanda para suplementar em R\$ 127,5 mi os gastos com a emissão de selos fiscais federais pela Casa da Moeda.
4. Em reunião ocorrida em 18 de novembro de 2020, a Junta de Execução Orçamentária – JEO, instituída pelo Decreto nº 9.884, de 27 de junho de 2019, acatou a demanda do Ministério da Economia. Posteriormente, foi verificado que a projeção de receita com a emissão de selos fiscais federais, que consta no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º Bimestre de 2020, previu R\$ 106.047.446,00 de arrecadação. A despesa com os selos fiscais não possui programação em 2020 e, portanto, para incluí-la no orçamento, é necessário um Projeto de Lei de crédito especial.
5. Ademais, também foi encaminhado a esta Secretaria de Orçamento Federal o Ofício nº 1568/2020/SE (12095938), de 27 de novembro de 2020, do Ministério da Infraestrutura, que trata de solicitação de alteração do referido PLN nº 41/2020 – CN. As informações constantes do mencionado Ofício justificam as mudanças diante de despesas relativas à formalização de termo aditivo para as obras de dragagem no Porto de Recife, objeto de Termo de Compromisso com o Estado de Pernambuco, verificadas após o envio do referido projeto de lei ao Congresso Nacional.
6. Vale esclarecer que a alternativa para atendimento dessas solicitações é o encaminhamento



de Ofício do Ministro de Estado da Economia ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para alteração no Projeto de Lei que “*Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 93.020.997,00, para os fins que especifica.*” (PLN nº 41/2020 - CN), encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 608, de 2020.

7. Assim, são apresentadas as seguintes alterações:

I- no Ministério da Economia:

- a) no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, inclusão de programação no Anexo I (aplicação) destinada à ação “219L - Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais”, localizador “0001 – Nacional”, no valor de R\$ 106.047.446,00 (cento e seis milhões, quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e seis reais). Essa inclusão correrá à conta de excesso de arrecadação da fonte 175 - Taxas por Serviços Públicos;
- b) no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador, inclusão de programação no novo Anexo III (cancelamento) destinada à ação “0581 – Abono Salarial”, localizador “0001 – Nacional”, no valor de R\$ 106.047.446,00 (cento e seis milhões, quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e seis reais). Essa inclusão é necessária como compensação, a fim de que o crédito adicional fique compatível com os limites individualizados para despesas primárias, definidos pelo art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo em vista a inclusão de programação do item “a” acima, com a utilização de excesso de arrecadação.

II – no Ministério da Infraestrutura, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT:

- a) inclusão de programação no Anexo I (aplicação) - ação “212A - Dragagem de Adequação da Navegabilidade em Portos”, localizador “0020 - Na Região Nordeste”, no valor de R\$ 4.198.226,00 (quatro milhões, cento e noventa e oito mil, duzentos e vinte e seis reais); e
- b) inclusão de programação no Anexo II (cancelamento) - ação “127G - Construção de Terminais Fluviais”, localizador “0001 – Nacional”, no valor de R\$ 4.198.226,00 (quatro milhões, cento e noventa e oito mil, duzentos e vinte e seis reais).

8. Cabe esclarecer que as alterações estão em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição Federal. Vale frisar que também estão de acordo com o § 5º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, pois, o excesso de arrecadação da fonte 175 - Taxas por Serviços Públicos está sendo compensado com o cancelamento de recursos oriundo do Ministério da Economia, conforme indica o Anexo III, constante do Anexo a esta Nota Técnica.

9. Cabe ressaltar que o art. 28 da Resolução nº 1, de 2006-CN, estabelece que “os pedidos para correção da programação orçamentária constante do projeto, originários de órgãos do Poder Executivo, somente serão examinados pelos Relatores se solicitados pelo Ministro de Estado da área correspondente, com a comprovação da ocorrência de erro ou omissão de ordem técnica ou legal, e encaminhados pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão ao Presidente”.

10. Registre-se, ainda, que o art. 126 da citada Resolução prevê: “na falta de disposições específicas, aplicam-se, no que couber, às demais proposições mencionadas nesta Resolução, as disposições relativas ao projeto de lei orçamentária anual”.

CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTO

11. Dessa forma, esta Secretaria submete à consideração superior, para decisão, o Anexo à presente Nota, cujas programações devem ser incluídas nos Anexos I e II ao Projeto de Lei encaminhado



originalmente, além de inclusão de Anexo III, para os Ministérios da Economia e da Infraestrutura, para que seja encaminhado por meio de Ofício do Ministro de Estado da Economia ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, visando à alteração do PLN nº 41/2020.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente
JOSÉ RICARDO DE SOUZA GALDINO
Coordenador-Geral de Acompanhamento
dos Programas da Área de Infraestrutura

Documento assinado eletronicamente
RAUL MARTINS SODOMA DA FONSECA
Coordenador-Geral de Acompanhamento
dos Programas da Área Econômica

De acordo. Encaminha-se o presente processo à SECAD/SOF.

Documento assinado eletronicamente
ZARAK DE OLIVEIRA FERREIRA
Diretor do Departamento de Programas das Áreas
Econômica e de Infraestrutura



Documento assinado eletronicamente por **Zarak de Oliveira Ferreira, Diretor(a)**, em 04/12/2020, às 12:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo de Souza Galdino, Coordenador(a)-Geral**, em 04/12/2020, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raul Martins Sodoma da Fonseca, Coordenador(a)-Geral**, em 04/12/2020, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12242439** e o código CRC **9D635C1F**.



Anexo Nota Técnica nº 55027/2020/ME

INCLUSÃO DE PROGRAMAÇÕES (Anexos I, II e III):

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25103 - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)								Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							106.047.446
		ATIVIDADES							
04 129	0032 219L	Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais							106.047.446
04 129	0032 219L 0001	Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais - Nacional							106.047.446
		Selo fiscal produzido (milhão de unidades): 3.159	F	3	2	90	0	175	106.047.446
TOTAL - FISCAL									106.047.446
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									106.047.446

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)								Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
3005		Transporte Aquaviário							4.198.226
		ATIVIDADES							
26 784	3005 212A	Dragagem de Adequação da Navegabilidade em Portos							4.198.226
26 784	3005 212A 0020	Dragagem de Adequação da Navegabilidade em Portos - Na Região Nordeste							4.198.226
		Porto atendido (unidade): 1	F	4	2	90	0	100	4.198.226
TOTAL - FISCAL									4.198.226
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.198.226

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)								Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
3005		Transporte Aquaviário							4.198.226
		PROJETOS							
26 784	3005 127G	Construção de Terminais Fluviais							4.198.226
26 784	3005 127G 0001	Construção de Terminais Fluviais - Nacional							4.198.226
			F	4	2	90	0	100	4.198.226
TOTAL - FISCAL									4.198.226
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.198.226

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25915 - Fundo de Amparo ao Trabalhador

ANEXO III PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)								Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
507		Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social							106.047.446
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
11 331	507 0581	Abono Salarial							106.047.446



11 331	5027 0581 0001	Abono Salarial - Nacional									106.047.446
			S	3	1	90	0	140			106.047.446
TOTAL - FISCAL										0	
TOTAL - SEGURIDADE										106.047.446	
TOTAL - GERAL										106.047.446	





MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria de Orçamento Federal
Subsecretaria de Assuntos Fiscais
Coordenação-Geral de Assuntos Macro-Orçamentários
Coordenação de Operações Oficiais de Crédito, Dívida, Encargos Financeiros e Transferências

Nota Técnica SEI nº 55049/2020/ME

Assunto: Acordo da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão ADO 25. Projeto de Lei Complementar - PLP nº 133/2020.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A presente Nota Técnica trata da necessidade de inclusão de programação orçamentária na Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, Lei Orçamentária de 2020, LOA 2020, por meio de crédito especial, a fim de viabilizar os repasses previstos no Projeto de Lei Complementar - PLP nº 133/2020, em fase final de aprovação, o qual consolida o acordo da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão - ADO nº 25, celebrado entre União, Estados e Distrito Federal e, posteriormente, homologado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal.
2. Cumpre esclarecer que tal inclusão deverá ser viabilizada mediante alteração do projeto de lei que *“Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 93.020.997,00, para os fins que especifica.”* (PLN nº 41/2020 - CN), encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 608, de 15 de outubro de 2020.
3. Dessa forma, esta Secretaria submete à consideração superior, para decisão, a inclusão do Anexo à presente Nota, nos Anexos I e II ao Projeto de Lei encaminhado originalmente, para que seja enviado Ofício do Ministro de Estado da Economia ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, visando à alteração do PLN nº 41/2020.

ANÁLISE

4. Inicialmente, a Constituição Federal estabeleceu imunidade do ICMS nas exportações de bens industrializados, delegando à lei complementar competência para onerar os produtos semielaborados e desonerar quaisquer outros produtos ou serviços com destino ao exterior. A Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, conhecida como Lei Kandir, determinou a desoneração do ICMS sobre as exportações de forma mais ampla, para abranger também os produtos “in natura” e semi-industrializados. No intuito de compensar as perdas de receita dos Estados e do Distrito Federal, criou-se um sistema de repasse de recursos da União, por meio de vários dispositivos legais.
5. A Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, estendeu a imunidade tributária a todos os produtos exportados, por meio da alteração no art. 155, § 2º, X, “a”, e incluiu, no ADCT, o art. 91, com as diretrizes para o sistema temporário de entregas de recursos da União aos



Estados. O dispositivo prevê que o montante do ressarcimento deve ser definido em lei complementar e, na sua ausência, mantém-se vigente o sistema de entrega de recursos previsto na redação da Lei Kandir, conforme disposto na Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002.

6. Em 2016, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 25 (ADO nº 25), o governo do Estado do Pará sustentou omissão do Congresso Nacional na edição da lei complementar prevista na EC 42, de 2003, pedindo ao Supremo Tribunal Federal – STF que determinasse a adoção imediata das providências legislativas necessárias à sua elaboração.

7. O Plenário do Supremo Tribunal Federal julgou procedente a ADO nº 25 e fixou prazo de doze meses para que o Congresso Nacional editasse lei complementar regulamentando os repasses de recursos da União para os Estados e o Distrito Federal previsto no art. 91 do ADCT.

8. Ao julgar procedente a ADO nº 25, em novembro de 2016, o STF determinou que, na hipótese de a lei complementar em questão não ser editada no prazo de doze meses, o Tribunal de Contas da União ficaria responsável por fixar o valor do montante total a ser transferido, anualmente, aos entes federados a título de compensação financeira. Decorridos os doze meses, a União peticionou nos autos solicitando prorrogação do prazo por vinte quatro meses, ressaltando que o Poder Legislativo não se encontrava inerte e que o citado Tribunal teria admitido a existência de limitações técnicas e legais para realizar o cálculo do montante devido aos Estados-membros a título de compensação financeira.

9. Em fevereiro de 2019, o STF deferiu o pedido da União para que o prazo fixado no julgamento de mérito na ADO nº 25 fosse prorrogado por doze meses. Em 2019, em audiência de conciliação designada pelo STF, foi instituída a Comissão Especial de Conciliação com representantes dos Estados e da União, a qual elaborou o Termo de Acordo, homologado pelo plenário do STF em 20 de maio de 2020.

10. O acordo firmado entre a União e os Entes Federados prevê o encaminhamento de projeto de lei complementar pela União, em até sessenta dias contados da sua homologação, prevendo a instituição de nova transferência obrigatória, e por tempo determinado, da União para os Estados, Distrito Federal e Municípios.

11. Nesse sentido, o Projeto de Lei Complementar - PLP nº 133/2020, de autoria do Senador Wellington Fagundes, em fase final de tramitação no Congresso Nacional, institui transferências obrigatórias da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por prazo ou fato determinado, e declara atendida a regra de cessação contida no § 2º no art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O citado projeto, prevê que a União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no período de 2020 a 2030, o valor de R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), a cada exercício, conforme transcrição abaixo:

“Art. 1º A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no período de 2020 a 2037, o montante de R\$ 58.000.000.000,00 (cinquenta e oito bilhões de reais) assim escalonado:

I – de 2020 a 2030, serão entregues, a cada exercício, R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais);

I – de 2031 a 2037, o montante entregue na forma do I será reduzido progressivamente em R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) a cada exercício.”

12. Em relação à implementação da nova despesa, referente ao cumprimento da ADO nº 25, no valor de R\$ 4,0 bilhões, para realização ainda no exercício de 2020, foi encaminhado projeto de lei de alteração da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, LDO-2020, conforme Lei nº 14.085, de 17 de novembro de 2020, a qual estabelece que as disposições do art. 114 da LDO-2020 ficam dispensadas nas proposições legislativas e suas emendas que visem a dar cumprimento ao acordo celebrado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 25 e homologado pelo Supremo Tribunal Federal em 20 de maio de 2020. Ademais, tendo em vista a iminência de aprovação do PLP nº 133/2020, essa despesa encontra-se prevista nos Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas desde a edição do 3º bimestre de 2020.



13. Entretanto, em caso de sanção do PLP nº 133/2020, para que a despesa seja realizada ainda neste exercício, seria necessária a abertura de crédito especial para inclusão de programação orçamentária na Lei nº 13.978, de 2020, LOA-2020.

14. Nesse sentido, a Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais da Secretaria do Tesouro Nacional deste Ministério da Economia, por meio do Processo SEI nº 17944.103785/2020-87, e do Pedido SIOP nº 213700, em consonância com a autorização dada pela JEO na 9ª Reunião Ordinária de 2020, realizada em 18 de novembro de 2020, encaminhou a esta Secretaria de Orçamento Federal – SOF, solicitação de abertura de crédito especial, nos termos do PLP nº 133/2020.

15. Diante do exposto, sugere-se que seja encaminhado ao Congresso Nacional alteração do PLN nº 41/2020, visando à inclusão de programação no âmbito da Unidade Orçamentária – 73101 – Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, na ação orçamentária “ 00SE - Transferência Temporária a Estados, Distrito Federal e Municípios, nos Termos do Acordo nos Autos da ADO nº 25”, no montante de R\$ 4,0 bilhões de reais, tendo em vista que o PLP nº 133/2020 foi aprovado pelo Plenário do Senado, em 18 de novembro de 2020, podendo ser sancionado ainda em 2020.

16. Cabe esclarecer que o crédito na forma proposta está em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição Federal, e de acordo com o § 5º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, pois não representa aumento no montante das despesas primárias sujeitas a esse limite, tendo em vista o oferecimento de cancelamentos de dotações em outras despesas também primárias e sujeitas ao referido teto.

17. Vale ressaltar que a proposição em tela envolve, concomitantemente, modificação de fontes de recursos constantes da LOA-2020, com a redução das fontes 51 - Recursos Livres da Seguridade Social, 53 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social e 54 - Recursos do Regime Geral de Previdência Social, e a utilização da fonte 44 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações, tendo em vista a especificidade da aplicação das fontes canceladas, que se destinam às despesas relativas à seguridade social.

18. Sugere-se também que as dotações do crédito especial permaneçam bloqueadas no sistema, caso o crédito seja aprovado antes da sanção do PLP nº 133/2020, o que impossibilitaria a execução desses recursos.

19. Cabe ressaltar que o art. 28 da Resolução nº 1, de 2006-CN, estabelece que “*os pedidos para correção da programação orçamentária constante do projeto, originários de órgãos do Poder Executivo, somente serão examinados pelos Relatores se solicitados pelo Ministro de Estado da área correspondente, com a comprovação da ocorrência de erro ou omissão de ordem técnica ou legal, e encaminhados pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão ao Presidente*”.

20. Registre-se, ainda, que o art. 126 da citada Resolução prevê: “*na falta de disposições específicas, aplicam-se, no que couber, às demais proposições mencionadas nesta Resolução, as disposições relativas ao projeto de lei orçamentária anual*”.

ENCAMINHAMENTO

21. Com base no exposto na presente Nota, sugere-se o atendimento da solicitação da Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais, por meio do Processo SEI nº 17944.103785/2020-87, e do Pedido SIOP nº 213700, no montante de R\$ 4,0 bilhões, com provisão de bloqueio das dotações aprovadas até a sanção do PLP nº 133/2020.

22. Dessa forma, esta Secretaria submete à consideração superior, para decisão, a inclusão do Anexo à presente Nota, nos Anexos I e II ao Projeto de Lei encaminhado originalmente, para que seja enviado mediante Ofício do Ministro de Estado da Economia ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, visando à alteração do PLN nº 41/2020.



À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

VALÉRIA LUCIMAR SOUSA

Coordenadora de Operações Oficiais de Crédito,
Dívida,

Encargos Financeiros e Transferências

Documento assinado eletronicamente

LUCIANA DUARTE BHERING DE CARVALHO

Coordenadora-Geral de Assuntos Macro-
Orçamentários

De acordo. À SECAD.

Documento assinado eletronicamente

LUIZ GUILHERME PINTO HENRIQUES

Subsecretário de Assuntos Fiscais



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Duarte Bhering de Carvalho, Coordenador(a)-Geral**, em 04/12/2020, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Guilherme Pinto Henriques, Subsecretário(a)**, em 04/12/2020, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valéria Lucimar Sousa, Analista de Planejamento e Orçamento**, em 04/12/2020, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12245511** e o código CRC **0F6391B1**.



Anexo à Nota Técnica nº 55049/2020/ME
INCLUSÃO DE PROGRAMAÇÕES:

ORGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
 UNIDADE: 73101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

ANEXO I										Crédito Especial
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
	0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica								4.000.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
28 845	0903 00SE	Transferência Temporária a Estados, Distrito Federal e Municípios nos Termos do Acordo nos Autos da ADO nº 25								4.000.000.000
28 845	0903 00SE 0001	Transferência Temporária a Estados, Distrito Federal e Municípios nos Termos do Acordo nos Autos da ADO nº 25 - Nacional	F	3	1	30	0	144		3.000.000.000
			F	3	1	40	0	144		1.000.000.000
TOTAL - FISCAL										4.000.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										4.000.000.000

ORGÃO: 25000 - Ministério da Economia
 UNIDADE: 25101 - Ministério da Economia - Administração Direta

ANEXO II										Crédito Especial
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								12.590.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
28 846	0909 0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002								12.590.000
28 846	0909 0739 0001	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 - Nacional	S	3	1	90	0	151		12.590.000
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										12.590.000
TOTAL - GERAL										12.590.000

ORGÃO: 25000 - Ministério da Economia
 UNIDADE: 25303 - Instituto Nacional do Seguro Social

ANEXO II										Crédito Especial
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								68.225.582
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
28 846	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais								68.225.582
28 846	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional	S	3	1	90	0	153		68.225.582
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										68.225.582
TOTAL - GERAL										68.225.582

ORGÃO: 25000 - Ministério da Economia
 UNIDADE: 25917 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social

ANEXO II										Crédito Especial
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	



			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
	2214	Nova Previdência							2.941.190.166
OPERAÇÕES ESPECIAIS									
09 271	2214 0E81	Benefícios Previdenciários Urbanos							2.320.028.769
09 271	2214 0E81 0001	Benefícios Previdenciários Urbanos - Nacional							2.320.028.769
09 271	2214 0E82	Benefícios Previdenciários Rurais	S	3	1	90	0	154	621.161.397
09 271	2214 0E82 0001	Benefícios Previdenciários Rurais - Nacional							621.161.397
			S	3	1	90	0	154	621.161.397
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.941.190.166
TOTAL - GERAL									2.941.190.166

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

									Crédito Especial	
									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
			S	N	P	O	U	T		
			F	D		D		E		
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							677.993.984	
OPERAÇÕES ESPECIAIS										
28 846	0909 00LI	Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS (Lei nº 12.546, de 2011)							677.993.984	
28 846	0909 00LI 0001	Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS (Lei nº 12.546, de 2011) - Nacional							677.993.984	
			F	3	1	91	0	144	677.993.984	
TOTAL - FISCAL									677.993.984	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									677.993.984	

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais

									Crédito Especial	
									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
			S	N	P	O	U	T		
			F	D		D		E		
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							300.000.268	
OPERAÇÕES ESPECIAIS										
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							300.000.268	
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							300.000.268	
			F	3	1	90	0	144	300.000.268	
TOTAL - FISCAL									300.000.268	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									300.000.268	



15/12/2020

SEI/ME - 12455683 - Ofício GME



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Gabinete do Ministro da Economia

OFÍCIO SEI Nº 590/2020/ME

Brasília, 14 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes
70165-900 – Brasília – DF

Com cópia

A Sua Excelência o Senhor
Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO
Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C", Sala nº 12, Térreo
Câmara dos Deputados
70160-900 – Brasília – DF

Assunto: Alteração do PLN 41/2020 - CN.

Referência: Processo nº 14021.187268/2020-65.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, proposta de modificação do PLN nº 41/2020 - CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 93.020.997,00, para os fins que especifica.”, encaminhado ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 608, de 14 de outubro de 2020.

A presente proposta, conforme demonstrado na Nota Técnica SEI nº 56367 SECAD/SOF/FAZENDA-ME, de 11 de dezembro de 2020, acompanhada de seu Anexo, objetiva incluir programações em favor do Ministério da Infraestrutura, no âmbito do referido crédito.

Ressalto que, o presente Ofício é em aditamento ao OFÍCIO SEI Nº 580/2020/ME, encaminhado em 07 de dezembro de 2020 aos Presidentes da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, do Congresso Nacional, propondo alterações no citado crédito especial no âmbito dos Ministérios da Economia e da Infraestrutura, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.

Acrescento que, em razão das mudanças propostas, há necessidade de alteração do texto do PLN em questão, uma vez que haverá modificação do valor global do crédito em comento, que passará para

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=14165931&infra_... 1/2



15/12/2020

SEI/ME - 12455683 - Ofício GME

R\$ 4.223.266.669,00 (quatro bilhões, duzentos e vinte e três milhões, duzentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais), na aplicação; R\$ 4.117.219.223,00 (quatro bilhões, cento e dezessete e sete milhões, duzentos e dezenove mil, duzentos e vinte e três reais), no cancelamento; e R\$ 106.047.446,00 (cento e seis milhões, quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e seis reais) de excesso de arrecadação, com a consequentemente compensação, nesse mesmo valor, a fim de que o crédito adicional fique compatível com os limites individualizados para despesas primárias, definidos pelo art. 107 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

PAULO GUEDES

Ministro de Estado da Economia



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Nunes Guedes, Ministro de Estado da Economia**, em 15/12/2020, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12455683** e o código CRC **B2214ED6**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 5º andar - Plano Piloto
CEP 70.048-900 - Brasília/DF
+55 (61) 3412-2524 - e-mail gabinete.ministro@economia.gov.br

Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o processo nº 14021.187268/2020-65.

SEI nº 12455683



15/12/2020

SEI/ME - 12435604 - Despacho



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Assessoria Parlamentar

DESPACHO**Processo nº 14021.187268/2020-65****Assunto: Proposta de modificação do Projeto de Lei do Congresso Nacional - PLN nº 41/2020-CN**

À Assessoria para Assuntos Parlamentares,

Manifesto anuência à Minuta de Ofício SOF-SECAD (12427945) a ser subscrita pelo Ministro de Estado da Economia, e à Nota Técnica SEI nº 56367/2020/ME (12413976 e anexo 12415332), de 11/12/2020, que objetiva incluir programações em favor do Ministério da Infraestrutura. Tais ajustes referem-se ao Projeto de Lei do Congresso Nacional - [PLN nº 41/2020](#) - CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 93.020.997,00, para os fins que especifica”, encaminhado ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 608, de 14 de outubro de 2020.

A Minuta de Ofício em questão visa aditar o Ofício SEI nº 580/2020/ME (12277342), encaminhado em 07/12/2020 aos Presidentes da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, do Congresso Nacional, propondo alterações no citado crédito especial no âmbito dos Ministérios da Economia e da Infraestrutura, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.

Diante do exposto, tendo como referência o teor das solicitações de ajustes encaminhadas, apresentamos a Minuta de Ofício SOF-SECAD (12427945), a ser encaminhada pelo Ministro de Estado da Economia à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, com cópia à Presidência do Congresso Nacional, bem como documentação de suporte mencionada (12413976 e 12415332), para conhecimento e providências pertinentes.

Brasília-DF, na data da assinatura digital.

Documento assinado eletronicamente
GLAUBER PIMENTEL DE QUEIROZ
Assessor

Documento assinado eletronicamente
GUSTAVO JOSÉ DE GUIMARÃES E SOUZA
Secretário Especial Adjunto de Fazenda



Documento assinado eletronicamente por **Glauber Pimentel de Queiroz, Assessor(a)**, em 14/12/2020, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo José de Guimarães e Souza, Secretário(a) Especial Adjunto(a) de Fazenda**, em 14/12/2020, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



15/12/2020

SEI/ME - 12435604 - Despacho



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12435604** e o código CRC **CC8F7922**.

Referência: Processo nº 14021.187268/2020-65.

SEI nº 12435604



15/12/2020

SEI/ME - 12413976 - Nota Técnica



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria de Orçamento Federal
Departamento de Programas das Áreas Econômica e Infraestrutura

Nota Técnica SEI nº 56367/2020/ME

Assunto: **Solicitação ao Congresso Nacional de alteração do PLN nº 41/2020 - CN, de 2020.**

Referência: Processo SEI nº 14021.187268/2020-65.

Acesso restrito até a conclusão final do processo.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da necessidade de incluir programação relativa ao Ministério da Infraestrutura - MINFRA no projeto de lei que *“Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 93.020.997,00, para os fins que especifica.”* (PLN nº 41/2020 - CN), encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 608, de 15 de outubro de 2020.
2. Dessa forma, esta Secretaria submete à consideração superior, para decisão, o Anexo à presente Nota, cuja programação deve ser incluída nos Anexos I e II ao Projeto de Lei encaminhado originalmente, para o Ministério da Infraestrutura, para que seja enviado, por meio de Ofício do Ministro de Estado da Economia ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, visando à alteração do PLN nº 41/2020.
3. Acrescente-se que a presente Nota complementa as solicitações apresentadas nas Notas Técnicas nºs 55027/2020/ME e 55049/2020/ME, ambas de 4 de dezembro de 2020, enviadas por meio do Processo SEI nº 10080.101727/2020-76.

ANÁLISE

4. Foi encaminhado a este Ministério da Economia o Ofício nº 1685/2020/ASSAD/GM, de 07 de dezembro de 2020, do Ministério da Infraestrutura, que trata de solicitação de alteração do referido PLN nº 41/2020 – CN. As informações do mencionado Ofício justificam as despesas para atender os serviços de supervisão de obra e ambientais, relativos à construção da ponte sobre o Rio Araguaia, em Xambioá, na BR-153, no Estado de Tocantins, que surgiram após o envio do referido projeto de lei ao Congresso Nacional.
5. Vale esclarecer que a alternativa para essa solicitação é o encaminhamento de Ofício do Ministro de Estado da Economia ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para alteração no projeto de lei que *“Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 93.020.997,00, para os fins que especifica.”* (PLN nº 41/2020 - CN), encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 608, de 2020.
6. Assim, são apresentadas as alterações no Ministério da Infraestrutura, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT:

a) inclusão de programação no Anexo I (aplicação) - ação *“7L92 - Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá - na BR-153/TO”*, localizador *“0548 - No Município de Xambioá - TO”*, no valor de



15/12/2020

SEI/ME - 12413976 - Nota Técnica

R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e

b) inclusão de programação no Anexo II (cancelamento) - ação “219Z - Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União”, localizador “0010 – Na Região Norte”, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

7. Cabe esclarecer que as alterações estão em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição Federal.

8. Frisa-se que, em razão das mudanças propostas, há necessidade de alteração do texto do PLN em questão, uma vez que haverá modificação do valor global do crédito em comento, que teria acréscimo de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

9. Cabe ressaltar que o art. 28 da Resolução nº 1, de 2006-CN, estabelece que “os pedidos para correção da programação orçamentária constante do projeto, originários de órgãos do Poder Executivo, somente serão examinados pelos Relatores se solicitados pelo Ministro de Estado da área correspondente, com a comprovação da ocorrência de erro ou omissão de ordem técnica ou legal, e encaminhados pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão ao Presidente”.

10. Registre-se, ainda, que o art. 126 da citada Resolução prevê: “na falta de disposições específicas, aplicam-se, no que couber, às demais proposições mencionadas nesta Resolução, as disposições relativas ao projeto de lei orçamentária anual”.

CONCLUSÃO

11. Dessa forma, esta Secretaria submete à consideração superior, para decisão, a inclusão das programações constantes do Anexo à presente Nota, nos Anexos I e II ao Projeto de Lei encaminhado originalmente, em relação às programações que envolvem o Ministério da Infraestrutura, para que seja enviado mediante Ofício do Ministro de Estado da Economia ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, visando à alteração do PLN nº 41/2020.

À consideração superior.

Brasília, 11 de dezembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente

JOSÉ RICARDO DE SOUZA GALDINO

Coordenador-Geral

De acordo. Encaminha-se o presente processo à SECAD/SOF.

Documento assinado eletronicamente

ZARAK DE OLIVEIRA FERREIRA

Diretor do Departamento de Programas das Áreas Econômica e de Infraestrutura



Documento assinado eletronicamente por **Zarak de Oliveira Ferreira, Diretor(a)**, em 11/12/2020, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo de Souza Galdino, Coordenador(a)-Geral**, em 11/12/2020, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



15/12/2020

SEI/ME - 12413976 - Nota Técnica



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12413976** e o código CRC **BC1824B2**.

Referência: Processo nº 14021.187268/2020-65.

SEI nº 12413976



Anexo Nota Técnica nº 56367/2020/ME

INCLUSÃO DE PROGRAMAÇÕES (Anexos I e II):

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
 UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)								Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
3006		Transporte Terrestre e Trânsito							20.000.000
		PROJETOS							
26 782	3006 7L92	Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá - na BR-153/TO							20.000.000
26 782	3006 7L92 0548	Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá - na BR-153/TO - No Município de Xambioá - TO Obra executada (percentual de execução física): 8	F	4	2	90	0	100	20.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
 UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)								Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
3006		Transporte Terrestre e Trânsito							20.000.000
		ATIVIDADES							
26 782	3006 219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União							20.000.000
26 782	3006 219Z 0010	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Norte	F	4	2	90	0	100	20.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000





MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
GABINETE DO MINISTRO
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

OFÍCIO Nº 1685/2020/ASSAD/GM

Brasília, 07 de dezembro de 2020.

Ao
Ministro de Estado da Economia
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 5º Andar
Brasília-DF

Assunto: Alteração do Projeto de Lei de Créditos Suplementares nº 41, de 2020.

Senhor Ministro,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, solicito os bons préstimos do Senhor no sentido de pleitear a alteração do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 41 de 2020 (PLN 41/2020), com a inclusão na LOA da ação orçamentária 7L92 - *Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá* - na BR 153/TO, com a contrapartida da ação 219Z - *Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União* - na Região Norte, ambas pertencentes à UO 39252 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, conforme especificado abaixo.

SUPLEMENTAÇÃO

Órgão: 39000 - Ministério da Infraestrutura

Esfere: 10 - Orçamento Fiscal

Unidades Orçamentárias: 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	GND	RP	FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
39252- DNIT	26.782.3006.7L92.0548	4	2	0100	Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá - na BR - 153/TO	20.000.000,00

CANCELAMENTO

Órgão: 39000 - Ministério da Infraestrutura

Esfere: 10 - Orçamento Fiscal

Unidades Orçamentárias: 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	GND	RP	FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
39252- DNIT	26.782.3006.219Z.0010	4	2	0100	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União	20.000.000,00

2. A adequação é necessária para atender os serviços de supervisão de obra e ambiental, conforme planejamento para o exercício de 2020, tendo em vista que a obra está em fase inicial.
3. Certo da compreensão e apoio dessa Pasta, reitero os protestos de estima e consideração e informo que a equipe técnica deste Ministério encontra-se à disposição para prestar os esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

TARCISIO GOMES DE FREITAS
Ministro de Estado da Infraestrutura



Documento assinado eletronicamente por **Tarcísio Gomes de Freitas, Ministro de Estado da Infraestrutura**, em 07/12/2020, às 19:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3503480** e o código CRC **F1CECE4A**.



Referência: Processo nº 50000.040378/2020-76



SEI nº 3503480

Esplanada dos Ministérios, Bloco R - 6º andar - Bairro Zona Cívica Administrativa
Brasília/DF, CEP 70044-902
Telefone: (61) 2029-7007 / 7051 - www.infraestrutura.gov.br



15/12/2020

SEI/ME - 12427919 - Ofício



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria de Orçamento Federal
Subsecretaria de Gestão Orçamentária

OFÍCIO SEI Nº 315030/2020/ME

Brasília, 11 de dezembro de 2020.

Ao Senhor
Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 2º andar, sala 225
70048-900 - Brasília-DF

Assunto: Alteração do PLN nº 41/2020 – CN.

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 14021.187268/2020-65.

Senhor Secretário,

1. Encaminho, em anexo, Minuta de Ofício a ser enviado ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, que propõe modificação do PLN nº 41/2020 - CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 93.020.997,00, para os fins que especifica.”, encaminhado ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 608, de 14 de outubro de 2020.
2. Ressalto que a Minuta de Ofício em questão visa aditar o OFÍCIO SEI Nº 580/2020/ME, encaminhado em 07 de dezembro de 2020 aos Presidentes da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, do Congresso Nacional, propondo alterações no citado crédito especial no âmbito dos Ministérios da Economia e da Infraestrutura, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.
3. Em face do exposto, submeto à sua apreciação a citada Minuta de Ofício e seus Anexos, e informo que esta Secretaria aprova o teor e o encaminhamento proposto na Nota Técnica SEI nº 56367 SECAD/SOF/FAZENDA-ME, de 11 de dezembro de 2020 e manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento do ato.

Respeitosamente,



15/12/2020

SEI/ME - 12427919 - Ofício

CLAYTON LUIZ MONTES

Subsecretário de Gestão Orçamentária, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Clayton Luiz Montes, Diretor(a)**, em 11/12/2020, às 22:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12427919** e o código CRC **2D937CE2**.

Processo nº 14021.187268/2020-65.

SEI nº 12427919





Ministério da Economia

PROTOCOLO DIGITAL - RECIBO DA SOLICITAÇÃO**DADOS DA SOLICITAÇÃO**

Número da Solicitação: 235876.0233735/2020

DADOS DO SOLICITANTE

CPF: 016.005.141-03

Nome: Antonio Marcos da Rocha Cunha

E-mail: antonio.cunha@infraestrutura.gov.br

Celular: (61) 99121-0199

Telefone: (61) 2029-7007

DADOS DA SOLICITAÇÃO

Tipo da Solicitação: 1 - Protocolizar documentos para o Ministério da Economia

Informações Complementares:

Número do Processo SEI Informado Pelo Solicitante:

Data de Encaminhamento: 07/12/2020

DOCUMENTAÇÃO VINCULADA À SOLICITAÇÃO

Tipo do Documento	Nome do Documento
Requerimento	Ofício nº 1685-2020-ASSAD-GM.pdf

**DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR VINCULADA À SOLICITAÇÃO
(Preenchimento Opcional)**

Descrição do Documento	Nome do Documento

O presente documento registra as informações inseridas no Portal de Serviços do Governo Federal (www.gov.br/pt-br/)



**CONGRESSO NACIONAL**

Parecer ao PLN nº 41, de 2020-CN

PARECER N.º ,DE2020-CN

Em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei n.º 41/2020-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 93.020.997,00, para os fins que especifica”.



CD/20328.36978-00

Autor: **Poder Executivo**Relator: **Deputado Cacá Leão****I – RELATÓRIO**

Nos termos do art. 61, § 1º, inciso II, alínea “b”, da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem n.º 608, de 14 de outubro de 2020, na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 41/2020-CN (PLN nº 41/2020), que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ R\$ 93.020.997,00, para os fins que especifica”.

O art. 2º do PLN dispõe que os recursos necessários à abertura do crédito decorrem de anulação de dotações orçamentárias.

A Exposição de Motivos (EM) nº 00^393/2020-ME, de 14 de outubro de 2020, do Ministro de Estado da Economia, que acompanha a proposição, informa que o crédito tem por objetivo:

1. *No Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações:*
 - *Administração Direta, a expansão dos Projetos Norte e Nordeste Conectados, em trechos na Região Norte do Brasil, com a construção de infraestrutura de comunicações em fibra óptica de alta capacidade, baseada nos leitos dos rios amazônicos, no âmbito do Programa Conecta Brasil, pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, por meio de contrato de gestão;*



**CONGRESSO NACIONAL**

Parecer ao PLN nº 41, de 2020-CN

2. No Ministério da Economia:

- *Administração da Direta, a realização de atividades relacionadas ao projeto Revisão da Reforma Regulatória do Brasil, a ser elaborado em conjunto com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, com vistas à consecução de reformas concernentes à política regulatória e à avaliação do ambiente regulatório da economia brasileira, necessárias para a acessão do Brasil à condição de membro da OCDE;*

3. No Ministério da Justiça e Segurança Pública:

- *Administração Direta, o pagamento de contribuição ao Sistema I-SUPPORT da Conferência de Haia de Direito Internacional, cuja finalidade é promover a gestão e tramitação eletrônica de pedidos de cooperação para prestação internacional de alimentos, e o remanejamento de dotação orçamentária incluída ou acrescida em decorrência de Emenda de Bancada Estadual de execução obrigatória, para a construção de central de flagrantes da Polícia Civil de Rondônia, no município de Porto Velho; e;*

- *Departamento de Polícia Rodoviária Federal, a construção de sede regional da unidade no Estado da Bahia;*

4. No Ministério da Saúde:

- *Fundo Nacional de Saúde, a realização de contribuição solidária, na forma de doação, em favor da Aliança Global para Vacinas e Imunização – GAVI;*

5. No Ministério da Infraestrutura:

- *Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, o remanejamento de dotação orçamentária incluída ou acrescida em decorrência de Emenda de Bancada Estadual de execução obrigatória, com vistas ao início da execução de serviços de pavimentação no Entroncamento BR-210/AP-030 - na BR-156/AP; e*

- *Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC, o custeio de despesas com serviço de estacionamento de aeronaves de empresas nacionais de transporte aéreo de passageiros;*

6. No Ministério do Desenvolvimento Regional:

CD/20328.36978-00



**CONGRESSO NACIONAL**

Parecer ao PLN nº 41, de 2020-CN

- *Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, a implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Campo Alegre de Lourdes, no Estado da Bahia, e a realização de obras, aquisição de equipamentos e prestação de serviços necessários à promoção de investimentos no desenvolvimento da agricultura irrigada na Região Centro-Oeste;*

12. No Ministério do Meio Ambiente:

- *Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o pagamento de ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos;*

13. No Ministério da Cidadania:

- *Administração Direta, a extensão do pagamento do Auxílio Emergencial Pecuniário, instituído pela Medida Provisória nº 908, de 28 de novembro de 2019, cuja vigência já foi encerrada, em benefício de pescadores profissionais artesanais ainda não contemplados por esse auxílio, mas que tiveram suas atividades prejudicadas pelo derramamento de óleo que atingiu o litoral brasileiro; e*

14. No Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos:

- *Administração Direta, a aquisição de equipamentos, de mobiliário e de outros materiais permanentes para unidades de atendimento socioeducativo no Distrito Federal.*

A tabela a seguir apresenta os órgãos e unidades orçamentárias afetados do crédito em pauta, no que se refere à aplicação e à origem dos recursos:



CD/20328.36978-00





CONGRESSO NACIONAL
Parecer ao PLN nº 41, de 2020-CN

Quadro I – Aplicação e Origem dos Recursos do PLN nº 41/2020

Órgão/ unidade orçamentária	Aplicação	Origem dos Recursos
	(R\$ 1,0)	(R\$ 1,0)
	0,0	
	0,0	
	43.205.303,0	
Presidência da República		5.333.526,0
- Presidência da República	43.205.303,0	5.333.526,0
Min. Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações		43.205.303,0
- Administração Direta	5.333.526,0	43.205.303,0
Min. da Economia		0,0
- Administração da Direta	8.558.932,0	0,0
Min. da Justiça e Segurança Pública		8.558.932,0
- Administração Direta	4.058.932,0	4.058.932,0
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal	4.500.000,0	4.500.000,0
Min. da Saúde	1.500.000,0	1.500.000,0
- Fundo Nacional de Saúde	1.500.000,0	1.500.000,0
Min. da Infraestrutura		24.048.912,0
- Administração Direta	24.048.912,0	2.600.000,0
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	0,0	20.000.000,0
- Fundo da Marinha Mercante - FMM	0,0	400.000,0
- Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC.	15.000.000,0	1.048.912,0
Min. do Desenvolvimento Regional		4.798.516,0
- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	9.048.912,0	4.798.516,0
Min. da Cidadania	4.798.516,0	3.900.000,0
- Administração Direta	4.798.516,0	3.900.000,0
Min. da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos		1.675.808,0
- Administração Direta	3.900.000,0	1.675.808,0
	3.900.000,0	
	1.675.808,0	
	1.675.808,0	
Total	93.020.997,0	93.020.997,0

CD/20328.36978-00

A Exposição de Motivos esclarece, ainda, que:

1) o crédito em exame decorre de solicitações formalizadas por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, e os cancelamentos propostos não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício atual, além das alterações em emendas autorizadas por intermédio do Ofício Nº 055/BANCADA-RO/2020, de 11 de setembro de 2020, emenda nº 71230009, Deputado Lucio Mosquini, Coordenador





da Bancada do Estado de Rondônia, no Ministério da Justiça e Segurança Pública;
e do OF. GABAA 024/2020, de 31 de julho de 2020, emenda nº 71050001,
Deputado André Abdon, Coordenador da Bancada do Estado do Amapá, no
Ministério da Infraestrutura;

CONGRESSO NACIONAL

Parecer ao PLN nº 41, de 2020-CN

2) as alterações propostas não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente ano uma vez que R\$ 92.950.997,00 (noventa e dois milhões, novecentos e cinquenta mil, novecentos e noventa e sete reais) se referem a remanejamento entre despesas primárias; e R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), à suplementação de despesas financeiras, não consideradas no respectivo cálculo, à conta de cancelamento de despesas primárias;

3) a proposta não amplia as dotações orçamentárias sujeitas aos limites de despesas primárias estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, para o ano em curso;

4) a abertura de crédito envolve, concomitantemente, modificação de fontes de recursos constantes da LOA 2020, com a redução de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), referente à fonte 80 - Recursos Próprios Financeiros, e a utilização, no mesmo montante, de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019, da fonte 50 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação, haja vista a possibilidade de otimizar a uso do citado superávit.

5) a proposição é acompanhada de demonstrativos do citado superávit financeiro, tendo em vista a realização de troca de fontes concomitante, e de desvios de valores cancelados que ultrapassam 20% da respectiva dotação de cada ação; e

6) a observância da “regra de ouro” (art. 167, III, da Constituição), no corrente exercício, foi dispensada pelo art. 4º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020.

II – DAS EMENDAS APRESENTADAS



CD/20328.36978-00





Encerrado o prazo regimental, foi tempestivamente apresentada 1 (uma) emenda ao Projeto de Lei nº 41/2020, de autoria do Deputado Tiago Mitraud, destinada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com vistas à manter a programação do Departamento da Polícia Rodoviária Federal, na forma aprovada na lei orçamentária.

CONGRESSO NACIONAL

Parecer ao PLN nº 41, de 2020-CN

III - VOTO DO RELATOR

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo se encontra articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, uma vez que objetiva exclusivamente reforçar categoria de programação na Lei Orçamentária Anual vigente – LOA 2020.

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2020 e do Plano Plurianual – PPA 2020-2023, e à sua conformidade com a LOA 2020.

Em 07 de dezembro de 2020, o Ministro da Economia encaminhou o OFÍCIO SEI Nº 580/2020/ME solicitando as seguintes alterações no PLN:

I- no Ministério da Economia:

a) no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, inclusão de programação no Anexo I (aplicação) destinada à ação “219L - Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais”, localizador “0001 – Nacional”, no valor de R\$ 106.047.446,00 (cento e seis milhões, quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e seis reais).Essa inclusão correrá à conta de excesso de arrecadação da fonte 175 - Taxas por Serviços Públicos;

b) no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador, inclusão de programação no novo Anexo III (cancelamento) destinada à ação “0581 – Abono Salarial”, localizador “0001 – Nacional”, no valor de R\$ 106.047.446,00 (cento e seis milhões, quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e seis reais).Essa inclusão é necessária como compensação, a fim de que o crédito adicional fique compatível com os limites individualizados para despesas primárias, definidos pelo art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo em vista a inclusão de programação do item “a” acima, com a utilização de excesso de arrecadação.



II – no Ministério da Infraestrutura, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT:



a) inclusão de programação no Anexo I (aplicação) - ação “212A - Dragagem de Adequação da Navegabilidade em Portos”, localizador “0020 - Na Região Nordeste”, no valor de R\$ 4.198.226,00 (quatro milhões, cento e noventa e oito mil, duzentos e vinte e seis reais); e

CONGRESSO NACIONAL

Parecer ao PLN nº 41, de 2020-CN

b) inclusão de programação no Anexo II (cancelamento) - ação “127G - Construção de Terminais Fluviais”, localizador “0001 – Nacional”, no valor de R\$ 4.198.226,00 (quatro milhões, cento e noventa e oito mil, duzentos e vinte e seis reais).

III – nas Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios:

a) no âmbito dos Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, na ação orçamentária “00SE – Transferência Temporária a Estados, Distrito Federal e Municípios, nos Termos do Acordo nos Autos da ADO nº 25”, no montante de R\$ 4,0 bilhões de reais, tendo em vista que o PLP nº 133/2020 foi aprovado pelo Plenário do Senado, em 18 de novembro de 2020, podendo ser sancionado ainda em 2020. Com cancelamentos compensatórios no Ministério da Economia e nos Encargos Financeiros da União.

Em 14 de dezembro de 2020, o Ministro da Economia encaminhou o OFÍCIO SEI Nº 590/2020/ME solicitando as seguintes alterações no PLN:

a) inclusão de programação no Anexo I (aplicação) - ação “7L92 - Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá - na BR-153/TO”, localizador “0548 - No Município de Xambioá - TO”, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e

b) inclusão de programação no Anexo II (cancelamento) - ação “219Z - Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União”, localizador “0010 – Na Região Norte”, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN n.º 41, de 2020-CN, na forma do Substitutivo em anexo, que incorpora os ofícios encaminhados pelo Ministério da Economia e pela rejeição da emenda apresentada.

Plenário do Congresso Nacional, em 15 de dezembro de 2020.

Deputado Cacá Leão



CD/20328.36978-00



Relator



**CONGRESSO NACIONAL**

Parecer ao PLN nº 41, de 2020-CN

SUBSTITUTIVO

PROJETO DE LEI

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 4.223.266.669,00, para os fins que especifica.

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 4.223.266.669,00 (quatro bilhões, duzentos e vinte três milhões, duzentos e setenta e seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 4.117.219.223,00 (quatro bilhões, cento e dezessete milhões, duzentos e dezenove mil, duzentos e vinte e três reais), conforme indicado no Anexo II; e

II – excesso de arrecadação, relativo a receita com a emissão de selos fiscais federais, no valor de R\$ 106.047.446,00 (cento e seis milhões, quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e seis reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,



CD/20328.36978-00



ÓRGÃO:24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
 UNIDADE: 24101 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta

ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	Z U	F T E	VALOR
2205	CONECTA BRASIL							43.205.303
	PROJETOS							
24 126	220515UL							43.205.303
24 126	220515UL 0010							43.205.303
	Implantação de Infraestrutura para os Projetos Norte e Nordeste Conectados							
	Implantação de Infraestrutura para os Projetos Norte e Nordeste Conectados - NA REGIÃO NORTE							
	Equipamento implantado (unidade) = 82	F	3	2	90	0	178	18.171.794
		F	3	2	90	0	144	7.541.530
		F	3	2	90	0	100	17.491.979
	TOTAL - FISCAL							43.205.303
	TOTAL - GERAL							43.205.303

ÓRGÃO:25000Ministério da Economia
 UNIDADE: 25101 Ministério da Economia - Administração Direta

ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	Z U	F T E	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							5.333.526
	PROJETOS							
04 211	003215ST							5.333.526
04 211	003215ST 0002							5.333.526
	Acessão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE							
	Acessão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE - Exterior							
	Ação concluída (percentagem) = 100	F	3	2	80	0	100	3.412.379
		F	3	2	80	0	144	1.921.147
	TOTAL - FISCAL							5.333.526
	TOTAL - GERAL							5.333.526

ÓRGÃO:25000Ministério da Economia
 UNIDADE: 25103 Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	Z U	F T E	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							106.047.446
	ATIVIDADES							
04 129	0032219L							106.047.446
04 129	0032219L 0001							106.047.446
	Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais							
	Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais - NACIONAL	F	3	2	90	0	175	106.047.446
	TOTAL - FISCAL							106.047.446
	TOTAL - GERAL							106.047.446

CD/20328.36978-00



ÓRGÃO:30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública
 UNIDADE: 30101 Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta

ANEXO I CRÉDITO ESPECIAL
 PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	Z U	F T E	VALOR
0910		OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS							70.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0910 000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica							70.000
28 846	0910 000Q 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - EXTERIOR	F	3	0	80	0	100	70.000
5016		SEGURANCA PUBLICA, COMBATE A CORRUPCAO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO							3.988.932
		ATIVIDADES							
6 181	5016 21BM	Desenvolvimento de Politicas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade							3.988.932
6 181	5016 21BM 6500	Desenvolvimento de Politicas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - NA REGIÃO CENTRO-OESTE Ação apoiada (unidade) = 1	F	4	7	30	0	188	3.988.932
		TOTAL - FISCAL							4.058.932
		TOTAL - GERAL							4.058.932

CD/20328.36978-00

ÓRGÃO:30000Ministério da Justiça e Segurança Pública
 UNIDADE: 30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO I CRÉDITO ESPECIAL
 PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	Z U	F T E	VALOR
5016		SEGURANCA PUBLICA, COMBATE A CORRUPCAO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO							4.500.000
		PROJETOS							
06 181	5016 15WR	Construção da Sede Regional no Estado da Bahia							4.500.000
06 181	5016 15WR 0029	Construção da Sede Regional no Estado da Bahia - NO ESTADO DA BAHIA Obra realizada (% de execução física) = 14	F	4	2	90	0	174	4.500.000
		TOTAL - FISCAL							4.500.000
		TOTAL - GERAL							4.500.000

ÓRGÃO: 36000 Ministério da Saúde
 UNIDADE: 36901 Fundo Nacional de Saúde

ANEXO I CRÉDITO ESPECIAL
 PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	Z U	F T E	VALOR
0909		OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS							1.500.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 845	0909 00NK	Doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização - GAVI							1.500.000
28 845	0909 00NK 0002	Doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização - GAVI - No Exterior	S	3	2	80	0	151	728.299
			S	3	2	80	0	144	728.396
			S	3	2	80	0	100	43.305
		TOTAL - SEGURIDADE							1.500.000
		TOTAL - GERAL							1.500.000



ÓRGÃO:39000 Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R 2	M O D	Z U	F T E	VALOR
3005	TRANSPORTE AQUAVIARIO							4.198.226
ATIVIDADES								
26 784	3005 212A							4.198.226
								4.198.226
26 784	3005 212A 0020							4.198.226
		F	4	2	90	0	100	4.198.226
3006	TRANSPORTE TERRESTRE E TRANSITO							35.000.000
PROJETOS								
26 782	3006 13YK							15.000.000
								15.000.000
26 782	3006 13YK 0016							15.000.000
		F	4	7	90	0	188	15.000.000
26 782	3006 7L92							20.000.000
26 782	3006 7L92 0548							20.000.000
		F	4	2	90	0	100	20.000.000
TOTAL - FISCAL								39.198.226
TOTAL - GERAL								39.198.226

ÓRGÃO:39000Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39902 Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC

ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R 2	M O D	Z U	F T E	VALOR
0909	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS							9.048.912
OPERAÇÕES ESPECIAIS								
28 846	0909 00SH							9.048.912
								9.048.912
28 846	0909 00SH 6501							9.048.912
		F	3	2	90	0	650	400.000
		F	3	2	90	0	100	5.317.885
		F	3	2	90	0	280	1.048.912
		F	3	2	90	0	144	2.282.115
TOTAL - FISCAL								9.048.912
TOTAL - GERAL								9.048.912

CD/20328.36978-00



ÓRGÃO:53000 Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

ANEXO I CRÉDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	Z U	F T E	VALOR
2217		DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO							4.648.516
PROJETOS									
20 607	2217 15DV	Implantação de Ações para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada							4.648.516
20 607	2217 15DV 0050	Implantação de Ações para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada - NA REGIÃO CENTRO-OESTE							4.648.516
		Projeto apoiado (unidade) = 1	F	3	2	90	0	100	200.000
			F	4	2	90	0	144	1.970.191
			F	4	2	90	0	100	2.478.325
2221		RECURSOS HIDRICOS							150.000
PROJETOS									
18 544	2221 14RX	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Campo Alegre de Lourdes no Estado da Bahia							150.000
18 544	2221 14RX 0029	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Campo Alegre de Lourdes no Estado da Bahia - No Estado da Bahia							150.000
		Obra executada (% de execução física) = 1	F	4	2	90	0	100	150.000
TOTAL - FISCAL									4.798.516
TOTAL - GERAL									4.798.516

CD/20328.36978-00

ÓRGÃO:55000Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55101 Ministério da Cidadania - Administração Direta

ANEXO I CRÉDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	Z U	F T E	VALOR
5031		PROTECAO SOCIAL NO AMBITO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)							3.900.000
OPERAÇÕES ESPECIAIS									
08 244	5031 00S1	Auxílio Emergencial Pecuniário para os Pescadores Profissionais Artesanais Domiciliados nos Municípios Atingidos pelo Derramamento de Petróleo na Costa Brasileira							3.900.000
08 244	5031 00S1 0001	Auxílio Emergencial Pecuniário para os Pescadores Profissionais Artesanais Domiciliados nos Municípios Atingidos pelo Derramamento de Petróleo na Costa Brasileira - NACIONAL							3.900.000
		Pescador artesanal beneficiado (unidade) = 1754	S	3	2	90	0	100	3.900.000
TOTAL - SEGURIDADE									3.900.000
TOTAL - GERAL									3.900.000

ÓRGÃO:73000Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

ANEXO I CRÉDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	Z U	F T E	VALOR
0903		OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECIFICA							4.000.000.000
OPERAÇÕES ESPECIAIS									
28 845	0903 00SE								4.000.000.000
28 845	0903 00SE 0001	- Nacional							4.000.000.000
			F	3	1	30	0	144	3.000.000.000
			F	3	1	40	0	144	1.000.000.000
TOTAL - FISCAL									4.000.000.000
TOTAL - GERAL									4.000.000.000



ÓRGÃO:81000 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
 UNIDADE: 81101 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta

ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F I E	VALOR
5034	PROTECAO A VIDA, FORTALECIMENTO DA FAMILIA, PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS							1.675.808
	PROJETOS							
14 243	5034 14UF Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Socioeducativo							1.675.808
14 243	5034 14UF 0053 Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Socioeducativo - No Distrito Federal Espaço implantado/modernizado (unidade) = 2	F	4	2	30	0	100	1.675.808
TOTAL - FISCAL								1.675.808
TOTAL - GERAL								1.675.888


 CD/20328.36978-00


ÓRGÃO:20000 Presidência da República
 UNIDADE: 20101 Presidência da República

ANEXO II CRÉDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	Z U	F T E	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							5.333.526
PROJETOS								
04 211	0032 15ST							5.333.526
	Acessão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE							
04 211	0032 15ST 0002							5.333.526
	Acessão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE - Exterior							
		F	3	2	80	0	100	3.412.379
		F	3	2	80	0	144	1.921.147
TOTAL - FISCAL								5.333.526
TOTAL - GERAL								5.333.526

ÓRGÃO:24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
 UNIDADE: 24101 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta

ANEXO II CRÉDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	Z U	F T E	VALOR
2205	CONNECTA BRASIL							43.205.303
PROJETOS								
24 126	2205 15UL							43.205.303
	Implantação de Infraestrutura para os Projetos Norte e Nordeste Conectados							
24 126	2205 15UL 0020							43.205.303
	Implantação de Infraestrutura para os Projetos Norte e Nordeste Conectados - NA REGIÃO NORDESTE							
		F	3	2	90	0	178	18.171.794
		F	3	2	90	0	100	17.491.979
		F	3	2	90	0	144	7.541.530
TOTAL - FISCAL								43.205.303
TOTAL - GERAL								43.205.303

ÓRGÃO:25000 Ministério da Economia
 UNIDADE: 25101 Ministério da Economia - Administração Direta

ANEXO II CRÉDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	Z U	F T E	VALOR
0909	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS							12.590.000
OPERAÇÕES ESPECIAIS								
28 846	0909 0739							12.590.000
	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002							
28 846	0909 0739 0001							12.590.000
	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 - NACIONAL							
		S	3	1	90	0	151	12.590.000
TOTAL - SEGURIDADE								12.590.000
TOTAL - GERAL								12.590.000

CD/20328.36978-00



ÓRGÃO:25000 Ministério da Economia
UNIDADE: 25303 Instituto Nacional do Seguro Social

ANEXO II CRÉDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS							68.225.582
OPERAÇÕES ESPECIAIS								
28 846	0909 0536							68.225.582
Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais								
28 846	0909 0536 0001							68.225.582
Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - NACIONAL								
		S	3	1	90	0	153	68.225.582
TOTAL - SEGURIDADE								68.225.582
TOTAL - GERAL								68.225.582

ÓRGÃO:25000 Ministério da Economia
UNIDADE: 25917 Fundo do Regime Geral de Previdência Social

ANEXO II CRÉDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2214	NOVA PREVIDENCIA							2.941.190.166
OPERAÇÕES ESPECIAIS								
09 271	2214 0E81							2.320.028.769
Benefícios Previdenciários Urbanos								
09 271	2214 0E81 0001							2.320.028.769
Benefícios Previdenciários Urbanos - NACIONAL								
		S	3	1	90	0	154	2.320.028.769
09 271	2214 0E82							621.161.397
Benefícios Previdenciários Rurais								
09 271	2214 0E82 0001							621.161.397
Benefícios Previdenciários Rurais - NACIONAL								
		S	3	1	90	0	154	621.161.397
TOTAL - SEGURIDADE								2.941.190.166
TOTAL - GERAL								2.941.190.166

ÓRGÃO:30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30101 Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta

ANEXO II CRÉDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5015	JUSTICA							70.000
ATIVIDADES								
14 422	5015 2017							70.000
Política Nacional de Justiça								
14 422	5015 2017 0001							70.000
Política Nacional de Justiça - Nacional								
		F	3	2	90	0	100	70.000
5016	SEGURANCA PUBLICA, COMBATE A CORRUPCAO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO							3.988.932
ATIVIDADES								
6 181	5016 21BM							3.988.932
Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade								
6 181	5016 21BM 7052							3.988.932
Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - Construção da Central de Garantias da Polícia Civil - No Município de Porto Velho - RO								
Ação apoiada (unidade) = 1								
		F	4	7	30	0	188	3.988.932
TOTAL - FISCAL								4.058.932
TOTAL - GERAL								4.058.932

CD/20328.36978-00



ÓRGÃO:30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO II CRÉDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5016	SEGURANCA PUBLICA, COMBATE A CORRUPCAO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO							4.500.000
PROJETOS								
6 181	5016 15UN							4.500.000
	Construção da Sede Regional no Estado de Rondônia							
6 181	5016 15UN 0011							4.500.000
	Construção da Sede Regional no Estado de Rondônia - NO ESTADO DE RONDÔNIA							
		F	4	2	90	0	174	4.500.000
TOTAL - FISCAL								4.500.000
TOTAL - GERAL								4.500.000

ÓRGÃO:36000 Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 Fundo Nacional de Saúde

ANEXO II CRÉDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS							134.441
OPERAÇÕES ESPECIAIS								
28 845	0909 00NJ							134.441
	Doação à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento - UNITAID							
28 845	0909 00NJ 0002							134.441
	Doação à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento - UNITAID - EXTERIOR							
		S	3	2	80	0	144	134.441
0910	OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS							1.365.559
OPERAÇÕES ESPECIAIS								
28 846	0910 00Q8							1.365.559
	Contribuição à Organização Internacional de Desenvolvimento de Padrões de Terminologias em Saúde (IHTSDO - International Health Terminology Standards Development Organisation)							
28 846	0910 00Q8 0002							1.365.559
	Contribuição à Organização Internacional de Desenvolvimento de Padrões de Terminologias em Saúde (IHTSDO - International Health Terminology Standards Development Organisation) - EXTERIOR							
		S	3	2	80	0	151	728.299
		S	3	2	80	0	144	593.955
		S	3	2	80	0	100	43.305
TOTAL - SEGURIDADE								1.500.000
TOTAL - GERAL								1.500.000

ÓRGÃO:39000 Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39101 Ministério da Infraestrutura - Administração Direta

ANEXO II CRÉDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							2.600.000
ATIVIDADES								
26 122	0032 2000							1.152.978
	Administração da Unidade							
26 122	0032 2000 0001							1.152.978
	Administração da Unidade - Nacional							
		F	3	2	90	0	144	1.100.000
		F	3	2	90	0	100	52.978
26 131	0032 4641							1.447.022
	Publicidade de Utilidade Pública							
26 131	0032 4641 0001							1.447.022
	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							
		F	3	2	90	0	144	1.182.115
		F	3	2	90	0	100	264.907
TOTAL - FISCAL								2.600.000
TOTAL - GERAL								2.600.000

CD/20328.36978-00



ÓRGÃO:39000 Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II CRÉDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R 2	M O D	Z U	F T E	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							5.000.000
ATIVIDADES								
26 126	0032 218T							5.000.000
	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação							
26 126	0032 218T 0001							5.000.000
	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional							
		F	3	2	90	0	100	5.000.000
3005	TRANSPORTE AQUAVIARIO							4.198.226
PROJETOS								
26 784	3005 127G							4.198.226
	Construção de Terminais Fluviais							
26 784	3005 127G 0001							4.198.226
	Construção de Terminais Fluviais - Nacional							
		F	4	2	90	0	100	4.198.226
3006	TRANSPORTE TERRESTRE E TRANSITO							35.000.000
ATIVIDADES								
26 782	3006 219Z							20.000.000
	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União							
26 782	3006 219Z 0010							20.000.000
	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Norte							
		F	4	2	90	0	100	20.000.000
PROJETOS								
26 782	3006 1418							15.000.000
	Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156/AP							
26 782	3006 1418 0016							15.000.000
	Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156/AP - NO ESTADO DO AMAPÁ Trecho construído (km) = 6							
		F	4	7	90	0	188	15.000.000
TOTAL - FISCAL								44.198.226
TOTAL - GERAL								44.198.226

CD/20328.36978-00

ÓRGÃO:39000 Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39901 Fundo da Marinha Mercante - FMM

ANEXO II CRÉDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R 2	M O D	Z U	F T E	VALOR
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO							400.000
ATIVIDADES								
26 122	0032 2000							400.000
	Administração da Unidade							
26 122	0032 2000 0001							400.000
	Administração da Unidade - Nacional							
		F	3	2	90	0	180	400.000
TOTAL - FISCAL								400.000
TOTAL - GERAL								400.000



ÓRGÃO:39000 Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39902 Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC

ANEXO II CRÉDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	Z U	F T E	VALOR	
3004	AVIACAO CIVIL							1.048.912	
ATIVIDADES									
26 122	3004 210F							1.048.912	
	Desenvolvimento da Aviação Civil (Gestão)								
26 122	3004 210F 0001							1.048.912	
	Desenvolvimento da Aviação Civil (Gestão) - NACIONAL								
		F	3	2	90	0	280	1.048.912	
		Iniciativa apoiada (unidade) = 7							
TOTAL - FISCAL								1.048.912	
TOTAL - GERAL								1.048.912	

ÓRGÃO:53000 Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

ANEXO II CRÉDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	Z U	F T E	VALOR	
2217	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO							4.648.516	
PROJETOS									
20 607	2217 14XU							4.648.516	
	Estudos e Projetos para Implantação de Projetos Públicos de Irrigação								
20 607	2217 14XU 0050							4.648.516	
	Estudos e Projetos para Implantação de Projetos Públicos de Irrigação - NA REGIÃO CENTRO-OESTE								
		F	3	2	90	0	100	2.678.325	
		Estudo realizado (unidade) = 1							
		F	3	2	90	0	144	1.970.191	
2221	RECURSOS HIDRICOS							150.000	
PROJETOS									
18 544	2221 7G88							150.000	
	Construção da Barragem Atalaia no Estado do Piauí								
18 544	2221 7G88 0022							150.000	
	Construção da Barragem Atalaia no Estado do Piauí - NO ESTADO DO PIAUÍ								
		F	4	2	90	0	100	150.000	
		Obra executada () = 1							
TOTAL - FISCAL								4.798.516	
TOTAL - GERAL								4.798.516	

ÓRGÃO:55000 Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55101 Ministério da Cidadania - Administração Direta

ANEXO II CRÉDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	Z U	F T E	VALOR
0910	OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS							3.900.000
OPERAÇÕES ESPECIAIS								
28 846	0910 00RJ							3.900.000
	Contribuição Voluntária à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO							
28 846	0910 00RJ 0001							3.900.000
	Contribuição Voluntária à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO - Nacional							
		F	3	2	80	0	100	3.900.000
TOTAL - FISCAL								3.900.000
TOTAL - GERAL								3.900.000

CD/20328.36978-00



ÓRGÃO:71000 Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

ANEXO II CRÉDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R 2	M O D	Z U	F T E	VALOR
0909	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS							677.993.984
OPERAÇÕES ESPECIAIS								
28 846	0909 00LI							677.993.984
	Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS (Lei n° 12.546, de 2011)							
28 846	0909 00LI 0001							677.993.984
	Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS (Lei n° 12.546, de 2011) - NACIONAL							
		F	3	1	91	0	144	677.993.984
TOTAL - FISCAL								677.993.984
TOTAL - GERAL								677.993.984

ÓRGÃO:71000 Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71103 Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais

ANEXO II CRÉDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R 2	M O D	Z U	F T E	VALOR
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS							300.000.268
OPERAÇÕES ESPECIAIS								
28 846	0901 0005							300.000.268
	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							
28 846	0901 0005 0001							300.000.268
	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - NACIONAL							
		F	3	1	90	0	144	300.000.268
TOTAL - FISCAL								300.000.268
TOTAL - GERAL								300.000.268

ÓRGÃO:81000 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
UNIDADE: 81101 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta

ANEXO II CRÉDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	Z U	F T E	VALOR
5034	PROTECAO A VIDA, FORTALECIMENTO DA FAMILIA, PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS							1.675.808
ATIVIDADES								
14 422	5034 21AR							1.675.808
	Promoção e Defesa de Direitos para Todos							
14 422	5034 21AR 0053							1.675.808
	Promoção e Defesa de Direitos para Todos - NO DISTRITO FEDERAL							
		F	4	2	30	0	100	1.675.808
TOTAL - FISCAL								1.675.808
TOTAL - GERAL								1.675.808

CD/20328.36978-00



ÓRGÃO:25000 Ministério da Economia
UNIDADE: 25915 Fundo de Amparo ao Trabalhador

ANEXO III

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F I E	VALOR
5027	INCLUSAO PRODUTIVA DE PESSOAS EM SITUACAO DE VULNERABILIDADE SOCIAL							106.047.446
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
11 331	5027 0581							106.047.446
11 331	5027 0581 0001							106.047.446
		S	3	1	90	0	140	106.047.446
	TOTAL - SEGURIDADE							106.047.446
	TOTAL - GERAL							186.047.446

CD/20328.36978-00



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicação



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/S

Ofício nº 61/2020/GABAV**Brasília, 16 de dezembro de 2020**

Excelentíssimo Senhor
Davi Alcolumbre
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Assunto: solicita a instalação da CMO para apreciação do PLOA 21

Senhor Presidente,

Considerando as dificuldades impostas pela calamidade pública decorrente da COVID-19, a não instalação da Comissão Mista de Orçamento, e a deliberação do PLDO 2021 diretamente pelo plenário Congresso Nacional, encaminhamos a Vossa Excelência o seguinte requerimento:

A deliberação do PLDO 2021 diretamente no plenário trouxe um claro prejuízo para a análise do texto. O relatório foi apresentado no dia 15/12, com fins de apreciá-lo no dia 16/12. Diante disso, tivemos um tempo exíguo para deliberar um instrumento orçamentário tão importante. É extremamente necessário que esta problemática não se repita durante a deliberação do Projeto de Lei Orçamentária de 2021.inf

Neste sentido, solicitamos esclarecimentos quanto ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2021 (PLOA 2021). Quando a LOA será apreciada e votada? Quando a CMO será instalada para apreciá-la? Precisamos do mínimo de



CD/2013.1.23975-00



previsibilidade e um cronograma claro. É inaceitável que o Projeto de Lei Orçamentária seja apreciado nos mesmos moldes da LDO.

A LOA é uma das matérias orçamentárias mais importantes da nossa democracia. Não podemos abrir mão dos ritos e procedimentos necessários, sob o risco de colocarmos em xeque o próprio regime democrático.

Coloco-me à disposição de Vossa Excelência.

Atenciosamente,

**Deputada ADRIANA VENTURA
NOVO/SP**



Ofício do Ministro de Estado da Economia



15/12/2020

SEI/ME - 12455177 - Ofício GME



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Gabinete do Ministro da Economia

OFÍCIO SEI Nº 589/2020/ME

Brasília, 14 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes
70165-900 – Brasília – DF

Com cópia

A Sua Excelência o Senhor
Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO
Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C", Sala nº 12, Térreo
Câmara dos Deputados
70160-900 – Brasília – D

Assunto: Alteração do PLN nº 29/2020 - CN.

Referência: Processo nº 10080.101730/2020-90.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, proposta de modificação do PLN nº 29/2020 - CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Regional e do Turismo, crédito suplementar no valor de R\$ 48.338.517,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”, encaminhado ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 522, de 15 de setembro de 2020.

A presente proposta, conforme demonstrado na Nota Técnica SEI nº 55506 SECAD/SOF/FAZENDA-ME, de 11 de dezembro de 2020, acompanhada de seu Anexo, objetiva incluir programações em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Economia; da Infraestrutura; da Defesa; e de Encargos Financeiros da União, mediante a anulação de dotações orçamentárias de diversos órgãos do Poder Executivo.

Ressalto que, em razão das mudanças propostas, há necessidade de alteração do texto do PLN em questão, uma vez que haverá modificação do valor global do crédito em comento, que passará de R\$ 48.338.517,00 (quarenta e oito milhões, trezentos e trinta e oito mil, quinhentos e dezessete reais) para R\$ 3.302.973.107,00 (três bilhões, trezentos e dois milhões, novecentos e setenta e três mil, cento e sete reais), na suplementação, e mesmo valor de cancelamento.



15/12/2020

SEI/ME - 12455177 - Ofício GME

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

PAULO GUEDES

Ministro de Estado da Economia



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Nunes Guedes, Ministro de Estado da Economia**, em 15/12/2020, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12455177** e o código CRC **94E9F722**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 5º andar - Plano Piloto
CEP 70.048-900 - Brasília/DF
+55 (61) 3412-2524 - e-mail gabinete.ministro@economia.gov.br

Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o processo nº 10080.101730/2020-90.

SEI nº 12455177



15/12/2020

SEI/ME - 12267370 - Despacho



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Assessoria Parlamentar

DESPACHO**Processo nº 10080.101730/2020-90**

À Assessoria para Assuntos Parlamentares,

Manifesto anuência à Minuta de Ofício SOF-SECAD (12427545), a ser subscrita pelo Ministro de Estado da Economia, e à Nota Técnica SEI nº 55506/2020/ME (12301665), de 11/12/2020, que trata da inclusão das programações indicadas no correspondente anexo (12422487), a fim de ajustar a programação constante do Projeto de Lei do Congresso Nacional - [PLN nº 29/2020](#), que “*Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Regional e do Turismo, crédito suplementar no valor de R\$ 48.338.517,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*”, encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 522, de 15 de setembro de 2020.

Diante do exposto, tendo como referência o teor das solicitações de ajustes encaminhadas, apresentamos a Minuta de Ofício SOF-SECAD (12427545), a ser subscrita pelo Ministro de Estado da Economia à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, com cópia à Presidência do Congresso Nacional, bem como documentação de suporte mencionada (12301665 e 12422487), para conhecimento e providências pertinentes.

Brasília-DF, na data da assinatura digital.

Documento assinado eletronicamente
GLAUBER PIMENTEL DE QUEIROZ
Assessor

Documento assinado eletronicamente
GUSTAVO JOSÉ DE GUIMARÃES E SOUZA
Secretário Especial Adjunto de Fazenda



Documento assinado eletronicamente por **Glauber Pimentel de Queiroz, Assessor(a)**, em 14/12/2020, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo José de Guimarães e Souza, Secretário(a) Especial Adjunto(a) de Fazenda**, em 14/12/2020, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12267370** e o código CRC **1A460A2B**.

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=13958213&infra_... 1/2



15/12/2020

SEI/ME - 12267370 - Despacho



Referência: Processo nº 10080.101730/2020-90.

SEI nº 12267370



15/12/2020

SEI/ME - 12301665 - Nota Técnica



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria de Orçamento Federal

Nota Técnica SEI nº 55506/2020/ME

Assunto: **Solicitação ao Congresso Nacional de alteração do PLN nº 29/2020 - CN, de 2020.**

Referência: Processo SEI nº 10080.101730/2020-90.

Acesso restrito até a conclusão final do processo.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da necessidade de alterar o projeto de lei que “*Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Regional e do Turismo, crédito suplementar no valor de R\$ 48.338.517,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*” (PLN nº 29/2020-CN), encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 522, de 15 de setembro de 2020.
2. Dessa forma, esta Secretaria submete à consideração superior, para decisão, a modificação indicada no Anexo à presente Nota, para ajuste nos Anexos I e II ao Projeto de Lei encaminhado originalmente, que envolvem diversos órgãos do Poder Executivo, para que seja encaminhada mediante Ofício do Ministro da Economia ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, visando à alteração do PLN nº 29/2020.

ANÁLISE

3. Foi encaminhado a esta Secretaria de Orçamento Federal o OFÍCIO SEI nº 277127/2020/ME, de 4 de novembro de 2020, que envia a Nota Técnica SEI nº 48183/2020/ME, com demandas suplementares do Ministério da Economia. Em reunião ocorrida em 18 de novembro de 2020, a Junta de Execução Orçamentária – JEO, instituída pelo Decreto nº 9.884, de 27 de junho de 2019, acatou parcialmente a demanda do citado Ministério.
4. Nesse mesmo Processo foi enviado o OFÍCIO SEI nº 289643/2020/ME, 16 de novembro de 2020, no qual o Ministério da Economia solicita reapresentar ao Congresso Nacional as programações retiradas via emenda parlamentar ao PLN nº 40/2020, no valor de R\$ 1.235,1 milhões. Além dessa demanda, o referido Ministério encaminhou o OFÍCIO SEI nº 300729/2020/ME, de 26 de novembro de 2020, com proposta de remanejamento de dotações do Ministério da Economia, no intuito de permitir o atendimento a compromissos com organismos internacionais no presente exercício.
5. Em 2 de dezembro de 2020, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA encaminhou o OFÍCIO nº 1386/2020/GAB-GM/MAPA, onde também solicita incluir recursos no PLN nº 29/2020-CN, para atender demanda relevante de sua Pasta.
6. Ademais, também foi enviado a esta Secretaria de Orçamento Federal o OFÍCIO Nº 1686/2020/ASSAD/GM, de 07 de dezembro de 2020, do Ministério da Infraestrutura, que trata de solicitação de alteração do referido PLN nº 29/2020-CN. As informações constantes do mencionado



15/12/2020

SEI/ME - 12301665 - Nota Técnica

documento justificam as mudanças para atender as necessidades de conservação e recuperação de ativos de infraestrutura da União visando melhorar a trafegabilidade e a segurança dos usuários de rodovias federais.

7. Em 19 de novembro de 2020, o Ministério da Defesa encaminhou o OFÍCIO Nº 32343/GM-MD ratificado pelo OFÍCIO Nº 33840/SG-MD, de 04 de dezembro de 2020 pelo qual também solicita incluir recursos no PLN nº 29/2020-CN.

8. Vale esclarecer que a alternativa para atendimento dessas solicitações é o encaminhamento de Ofício do Ministro de Estado da Economia ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para alteração no projeto de lei que “*Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Regional e do Turismo, crédito suplementar no valor de R\$ 48.338.517,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*” (PLN nº 29/2020 - CN), enviado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 522, de 15 de setembro de 2020.

9. Assim, são apresentadas as inclusões a seguir, detalhadas no item INCLUSÕES DE PROGRAMAÇÕES do Anexo a esta Nota Técnica:

- I – no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, inclusão das programações constantes no Anexo I (suplementação), no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no valor de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais);
- II – no Ministério da Economia, inclusão das programações constantes no Anexo I (suplementação), no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, no valor de R\$ 165.800.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões e oitocentos mil reais); da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no valor de R\$ 9.392.099,00 (nove milhões, trezentos e noventa e dois mil e noventa e nove reais); e do Instituto Nacional do Seguro Social, no valor de R\$ 133.775.101,00 (cento e trinta e três milhões, setecentos e setenta e cinco mil, cento e um reais);
- III – no Ministério da Infraestrutura, inclusão das programações constantes no Anexo I (suplementação), no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, no valor de R\$ 46.404.972,00 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e quatro mil, novecentos e setenta e dois reais);
- IV – no Ministério da Defesa, inclusão das programações constantes no Anexo I (suplementação), no âmbito da Administração Direta, no valor de R\$ 39.400.000,00 (trinta e nove milhões e quatrocentos mil reais);
- V – em Encargos Financeiros da União, inclusão das programações constantes no Anexo I (suplementação), no âmbito de Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, no valor de R\$ 2.838.862.418,00 (dois bilhões, oitocentos e trinta e oito milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e dezoito reais).

10. O restante das inclusões de programações refere-se a Anexo II, e evidencia os cancelamentos oriundos de diversos Ministérios.

11. A solicitação será viabilizada mediante alteração no PLN nº 29/2020, Projeto de Lei de crédito suplementar, à conta de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição Federal.

12. Vale frisar que a presente alteração orçamentária está de acordo com o § 5º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, pois a alteração refere-se a remanejamento entre despesas primárias, não ampliando as dotações orçamentárias sujeitas aos limites dessas despesas estabelecidos para o corrente exercício.

13. Ressalta-se, ainda, que está sendo efetuada a troca de fonte concomitante no presente crédito, mediante a redução de diversas fontes, e acréscimo com a utilização de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2019, relativo às fontes 00 - Recursos Primários de Livre Aplicação e 50 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação, tendo em vista as especificidades de aplicação das fontes canceladas.

14. Frisa-se que há necessidade de alteração do texto do PLN em questão, uma vez que houve modificação do valor global que aumentaria em R\$ 3.254.634.590,00 (três bilhões, duzentos e cinquenta e



15/12/2020

SEI/ME - 12301665 - Nota Técnica

quatro milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, quinhentos e noventa reais), na suplementação, Anexo I, e mesmo valor no cancelamento, Anexo II.

15. Segundo a Coordenação-Geral de Despesas Com Pessoal e Sentenças, da Subsecretaria de Assuntos Fiscais desta Secretaria, em mensagem eletrônica de 4 de dezembro de 2020, os valores relativos aos mínimos de saúde e educação cancelados em programações de responsabilidade daquela Coordenação-Geral foram preservados nos mesmos montantes ou maiores que os do mencionado Relatório do 5º Bimestre.

16. Dessa maneira, considerando as alternativas possíveis para viabilizar a solicitação no momento, pleiteia-se a inclusão do Anexo (Documento SEI nº 12422487) à presente Nota, ao PLN nº 29/2020 – CN.

17. Cabe ressaltar que o art. 28 da Resolução nº 1, de 2006-CN, estabelece que “*os pedidos para correção da programação orçamentária constante do projeto, originários de órgãos do Poder Executivo, somente serão examinados pelos Relatores se solicitados pelo Ministro de Estado da área correspondente, com a comprovação da ocorrência de erro ou omissão de ordem técnica ou legal, e encaminhados pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão ao Presidente*”.

18. Registre-se, ainda, que o art. 126 da citada Resolução prevê: “*na falta de disposições específicas, aplicam-se, no que couber, às demais proposições mencionadas nesta Resolução, as disposições relativas ao projeto de lei orçamentária anual*”.

CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTO

19. Dessa forma, esta Secretaria submete à consideração superior, para decisão, a inclusão da programação indicada no Anexo à presente Nota, nos Anexos I e II ao Projeto de Lei encaminhado originalmente, em relação às solicitações que envolvem os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Economia; da Infraestrutura; da Defesa; e dos Encargos Financeiros da União, para que seja encaminhado mediante Ofício do Ministro da Economia ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, visando a alteração do PLN nº 29/2020.

À consideração superior. Encaminha-se o presente processo à SECAD/SOF.

Documento assinado eletronicamente

ZARAK DE OLIVEIRA FERREIRA

Diretor do Departamento de Programas das Áreas
Econômica e de Infraestrutura

Documento assinado eletronicamente

MARIO NEVES

Diretor do Departamento de Programas das Áreas
Social e Especial



Documento assinado eletronicamente por **Mario Jose das Neves, Diretor(a)**, em 11/12/2020, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Zarak de Oliveira Ferreira, Diretor(a)**, em 11/12/2020, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?



15/12/2020

SEI/ME - 12301665 - Nota Técnica



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **12301665** e o código CRC **96877617**.

Referência: Processo nº 10080.101730/2020-90.

SEI nº 12301665



Anexo Nota Técnica nº 55506/2020/ME

INCLUSÃO DE PROGRAMAÇÕES:

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 UNIDADE: 22201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes RS 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
1040		Governança Fundiária								21.000.000
		ATIVIDADES								
21 631	1040 211A	Consolidação de Assentamentos Rurais							21.000.000	
21 631	1040 211A 0001	Consolidação de Assentamentos Rurais - Nacional							21.000.000	
			F	3	2	90	0	100	9.000.000	
			F	3	2	90	0	144	12.000.000	
TOTAL - FISCAL									21.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									21.000.000	

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
 UNIDADE: 25103 - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes RS 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								165.800.000
		ATIVIDADES								
04 122	0032 2000	Administração da Unidade							45.800.000	
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							45.800.000	
			F	3	2	90	0	350	45.800.000	
04 126	0032 20VG	Gestão das Soluções Informatizadas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais							120.000.000	
04 126	0032 20VG 0001	Gestão das Soluções Informatizadas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - Nacional							120.000.000	
			F	3	2	90	0	350	120.000.000	
TOTAL - FISCAL									165.800.000	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									165.800.000	

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
 UNIDADE: 25301 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes RS 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								9.392.099
		ATIVIDADES								
04 122	0032 2000	Administração da Unidade							9.392.099	
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							9.392.099	
			F	3	2	90	0	100	2.118.803	
			F	3	2	90	0	144	7.273.296	
TOTAL - FISCAL									9.392.099	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									9.392.099	

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
 UNIDADE: 25303 - Instituto Nacional do Seguro Social

ANEXO I Crédito Suplementar



PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E		
0032			Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							59.455.016
			ATIVIDADES							
09 122	0032 2000	Administração da Unidade							59.455.016	
09 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	S	3	2	90	0	144	59.455.016	
0910			Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							448.017
			OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0910 000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica							448.017	
28 846	0910 000Q 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior	S	3	2	90	0	144	448.017	
2214			Nova Previdência							73.872.068
			ATIVIDADES							
09 126	2214 2292	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários							22.196.718	
09 126	2214 2292 0001	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários - Nacional	S	3	2	90	0	100	22.196.718	
			S	3	2	90	0	144	5.249.494	
			S	3	2	90	0	300	15.312.827	
09 092	2214 2294	Defesa Judicial da Previdência Social Básica							1.634.397	
09 092	2214 2294 0001	Defesa Judicial da Previdência Social Básica - Nacional	S	3	2	90	0	144	8.000.000	
									8.000.000	
09 183	2214 2564	Gestão de Cadastros para a Previdência Social							21.271.667	
09 183	2214 2564 0001	Gestão de Cadastros para a Previdência Social - Nacional	S	3	2	90	0	144	21.271.667	
									21.271.667	
09 271	2214 2591	Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários							22.403.683	
09 271	2214 2591 0001	Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários - Nacional	S	3	2	90	0	144	22.403.683	
									22.403.683	
TOTAL - FISCAL									0	
TOTAL - SEGURIDADE									133.775.101	
TOTAL - GERAL									133.775.101	

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E		
3006			Transporte Terrestre e Trânsito							46.404.972
			ATIVIDADES							
26 782	3006 219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União							46.404.972	
26 782	3006 219Z 0001	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Nacional	F	4	2	90	0	100	5.404.972	
									5.404.972	
26 782	3006 219Z 0030	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Sudeste	F	4	2	90	0	100	41.000.000	
			F	4	2	90	0	144	1.000.000	
									40.000.000	
TOTAL - FISCAL									46.404.972	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									46.404.972	

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E		



FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
6012		Defesa Nacional							39.400.000
		PROJETOS							
05 151	6012 151S	Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais							39.400.000
05 151	6012 151S 0001	Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais - Nacional	F	4	2	90	0	100	39.400.000
TOTAL - FISCAL									39.400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									39.400.000

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

ANEXO I		PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)							Crédito Suplementar
									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0910		Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							916.607.618
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0910 0007	Contribuição à Agência Internacional de Pesos e Medidas - BIPM (ME)							1.930.000
28 846	0910 0007 0002	Contribuição à Agência Internacional de Pesos e Medidas - BIPM (ME) - Exterior	F	3	2	80	0	144	1.930.000
28 846	0910 0011	Contribuição ao Fundo Global para o Meio Ambiente - GEF (ME)							20.500.000
28 846	0910 0011 0002	Contribuição ao Fundo Global para o Meio Ambiente - GEF (ME) - Exterior	F	3	2	80	0	144	20.500.000
28 846	0910 0057	Contribuição à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI (MEC)							5.650.000
28 846	0910 0057 0001	Contribuição à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI (MEC) - Nacional	F	3	2	80	0	144	5.650.000
28 846	0910 0069	Contribuição ao Centro Pan-Americano de Febre Aftosa - PANAFOTOSA (MAPA)							19.425.456
28 846	0910 0069 0001	Contribuição ao Centro Pan-Americano de Febre Aftosa - PANAFOTOSA (MAPA) - Nacional	F	3	2	80	0	144	19.425.456
28 846	0910 0070	Contribuição ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA (MAPA)							20.232.080
28 846	0910 0070 0002	Contribuição ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA (MAPA) - Exterior	F	3	2	80	0	144	20.232.080
28 846	0910 0073	Contribuição à Organização Mundial de Saúde Animal - OIE (MAPA)							280.000
28 846	0910 0073 0002	Contribuição à Organização Mundial de Saúde Animal - OIE (MAPA) - Exterior	F	3	2	80	0	144	280.000
28 846	0910 0087	Contribuição à União Postal Universal - UPU (MC)							1.900.000
28 846	0910 0087 0002	Contribuição à União Postal Universal - UPU (MC) - Exterior	F	3	2	80	0	144	1.900.000
28 846	0910 00B7	Contribuição à Organização dos Estados Americanos - OEA (MRE)							57.597.857
28 846	0910 00B7 0002	Contribuição à Organização dos Estados Americanos - OEA (MRE) - Exterior	F	3	2	80	0	144	57.597.857
28 846	0910 00BA	Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (MRE)							15.358.116
28 846	0910 00BA 0002	Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (MRE) - Exterior	F	3	2	80	0	144	15.358.116
28 846	0910 00BC	Contribuição à Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares - ABACC (MRE)							7.000.000
28 846	0910 00BC 0002	Contribuição à Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares - ABACC (MRE) - Exterior	F	3	2	80	0	144	7.000.000
28 846	0910 00BG	Contribuição à Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares - CTBTO (MRE)							7.594.924



28 846	0910 00BG 0002	Contribuição à Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares - CTBTO (MRE) - Exterior	F	3	2	80	0	144	7.594.924
28 846	0910 00BU	Contribuição ao Tribunal Internacional do Direito do Mar - TIDM (MRE)							1.800.000
28 846	0910 00BU 0002	Contribuição ao Tribunal Internacional do Direito do Mar - TIDM (MRE) - Exterior	F	3	2	80	0	144	1.800.000
28 846	0910 00GT	Contribuição ao Parlamento do Mercosul - PARLASUL (MRE)							6.260.000
28 846	0910 00GT 0002	Contribuição ao Parlamento do Mercosul - PARLASUL (MRE) - Exterior	F	3	2	80	0	144	6.260.000
28 846	0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica							14.889.668
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior	F	3	2	80	0	100	300.000
			F	3	2	80	0	144	13.089.668
			F	3	2	80	0	300	1.500.000
28 846	0910 00RO	Contribuição à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos - ISBA (MRE)							1.600.000
28 846	0910 00RO 0002	Contribuição à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos - ISBA (MRE) - Exterior	F	3	2	80	0	144	1.600.000
28 846	0910 0128	Contribuição à Organização das Nações Unidas - ONU (MRE)							616.137.137
28 846	0910 0128 0002	Contribuição à Organização das Nações Unidas - ONU (MRE) - Exterior	F	3	2	80	0	144	616.137.137
28 846	0910 0190	Contribuição à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC (MCTI)							3.200.000
28 846	0910 0190 0002	Contribuição à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC (MCTI) - Exterior	F	3	2	80	0	144	3.200.000
28 846	0910 0420	Contribuição à Organização Mundial de Meteorologia - OMM (MAPA)							7.000.000
28 846	0910 0420 0002	Contribuição à Organização Mundial de Meteorologia - OMM (MAPA) - Exterior	F	3	2	80	0	144	7.000.000
28 846	0910 0483	Contribuição à Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB (MMA)							2.600.000
28 846	0910 0483 0002	Contribuição à Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB (MMA) - Exterior	F	3	2	80	0	144	2.600.000
28 846	0910 0539	Contribuição ao Fundo Multilateral de Investimentos - FUMIN (MPOG)							33.000.000
28 846	0910 0539 0002	Contribuição ao Fundo Multilateral de Investimentos - FUMIN (MPOG) - Exterior	F	3	2	80	0	144	33.000.000
28 846	0910 0541	Contribuição ao Fundo Africano de Desenvolvimento - FAD (MP)							7.000.000
28 846	0910 0541 0002	Contribuição ao Fundo Africano de Desenvolvimento - FAD (MP) - Exterior	F	3	2	80	0	100	7.000.000
28 846	0910 0543	Contribuição ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA (MP)							37.266.110
28 846	0910 0543 0002	Contribuição ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA (MP) - Exterior	F	3	2	80	0	100	3.822.936
			F	3	2	80	0	144	31.329.964
			F	3	2	80	0	300	2.113.210
28 846	0910 0867	Contribuição à Secretaria do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (MRE)							2.155.568
28 846	0910 0867 0002	Contribuição à Secretaria do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (MRE) - Exterior	F	3	2	80	0	144	2.155.568
28 846	0910 0868	Contribuição à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA (MRE)							4.000.000
28 846	0910 0868 0001	Contribuição à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA (MRE) - Nacional	F	3	2	80	0	100	4.000.000
28 846	0910 0870	Contribuição à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP (MRE)							3.540.000



28 846	0910 0870 0002	Contribuição à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP (MRE) - Exterior	F	3	2	80	0	144	3.540.000
28 846	0910 0872	Contribuição à Organização Mundial do Comércio - OMC (MRE)							6.850.000
28 846	0910 0872 0002	Contribuição à Organização Mundial do Comércio - OMC (MRE) - Exterior	F	3	2	80	0	144	6.850.000
28 846	0910 0B64	Contribuição à Associação Latino-Americana de Integração - ALADI (MRE)							3.500.000
28 846	0910 0B64 0002	Contribuição à Associação Latino-Americana de Integração - ALADI (MRE) - Exterior	F	3	2	80	0	144	3.500.000
28 846	0910 0B66	Contribuição à Secretaria Geral Ibero-Americana - SEGIB (MRE)							4.200.000
28 846	0910 0B66 0002	Contribuição à Secretaria Geral Ibero-Americana - SEGIB (MRE) - Exterior	F	3	2	80	0	100	4.200.000
28 846	0910 0B75	Contribuição ao Tribunal Penal Internacional - TPI (MRE)							3.600.000
28 846	0910 0B75 0002	Contribuição ao Tribunal Penal Internacional - TPI (MRE) - Exterior	F	3	2	80	0	144	3.600.000
28 846	0910 0C39	Contribuição à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT (MMA)							540.702
28 846	0910 0C39 0002	Contribuição à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT (MMA) - Exterior	F	3	2	80	0	144	540.702
0913 Operações Especiais - Integralização de Cotas em Organismos Financeiros Internacionais									1.922.254.800
OPERAÇÕES ESPECIAIS									
28 846	0913 00OP	Integralização de Cotas de Capital em Organismos Financeiros Internacionais							1.922.254.800
28 846	0913 00OP 0002	Integralização de Cotas de Capital em Organismos Financeiros Internacionais - Exterior	F	5	2	90	0	100	49.177.064
									1.873.077.736
TOTAL - FISCAL									2.838.862.418
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.838.862.418

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Presidência da República

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes RS 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo									21.112.684
ATIVIDADES									
04 122	0032 2000	Administração da Unidade							12.000.000
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	144	12.000.000
PROJETOS									
04 211	0032 15ST	Acesso à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE							9.112.684
04 211	0032 15ST 0002	Acesso à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE - Exterior	F	3	2	80	0	100	9.112.684
TOTAL - FISCAL									21.112.684
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									21.112.684

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes RS 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
-----------	--------------	-----------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------

0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo						27.000.000
		ATIVIDADES						
20 122	0032 20TP	Ativos Cívicos da União						19.000.000
20 122	0032 20TP 0001	Ativos Cívicos da União - Nacional						19.000.000
		F	1	1	90	0	144	
		OPERAÇÕES ESPECIAIS						
09 272	0032 0181	Aposentadorias e Pensões Cívicos da União						8.000.000
09 272	0032 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Cívicos da União - Nacional						8.000.000
		S	1	1	90	0	144	
TOTAL - FISCAL								19.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								8.000.000
TOTAL - GERAL								27.000.000

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 UNIDADE: 22201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo						2.000.000	
		ATIVIDADES							
21 122	0032 20TP	Ativos Cívicos da União							1.000.000
21 122	0032 20TP 0001	Ativos Cívicos da União - Nacional						F	1.000.000
			1	1	90	0	176	1.000.000	
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0032 0181	Aposentadorias e Pensões Cívicos da União							1.000.000
09 272	0032 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Cívicos da União - Nacional						S	1.000.000
			1	1	90	0	144	1.000.000	
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									2.000.000

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo						9.000.000	
		ATIVIDADES							
20 122	0032 20TP	Ativos Cívicos da União							9.000.000
20 122	0032 20TP 0001	Ativos Cívicos da União - Nacional						F	9.000.000
			1	1	90	0	144	9.000.000	
TOTAL - FISCAL									9.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.000.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
 UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo						14.000.000	
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0032 0181	Aposentadorias e Pensões Cívicos da União							14.000.000
09 272	0032 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Cívicos da União - Nacional							14.000.000



			S	1	1	90	0	144		14.000.000
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										14.000.000
TOTAL - GERAL										14.000.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24211 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

ANEXO II										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										Recurso de Todas as Fontes RS 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E		VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								2.953.548
ATIVIDADES										
24 122	0032 2000	Administração da Unidade								2.953.548
24 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	178		2.542.084
			F	4	2	90	0	178		411.464
TOTAL - FISCAL										2.953.548
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										2.953.548

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25101 - Ministério da Economia - Administração Direta

ANEXO II										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										Recurso de Todas as Fontes RS 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E		VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								23.546.355
ATIVIDADES										
04 122	0032 2000	Administração da Unidade								11.063.854
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	144		11.063.854
04 122	0032 21BW	Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Inativos e Pensionistas da União								12.000.000
04 122	0032 21BW 0001	Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Inativos e Pensionistas da União - Nacional	F	1	1	90	0	136		12.000.000
PROJETOS										
04 123	0032 1151	Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios								482.501
04 123	0032 1151 0001	Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - Nacional	F	4	2	90	0	148		482.501
0909		Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								10.801.701
OPERAÇÕES ESPECIAIS										
28 846	0909 00RR	Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Reestruturação da Participação do Estado no Setor Econômico								4.801.701
28 846	0909 00RR 0001	Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Reestruturação da Participação do Estado no Setor Econômico - Nacional	F	3	2	90	0	100		4.801.701
28 846	0909 0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002								6.000.000
28 846	0909 0739 0001	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 - Nacional	S	1	1	90	0	151		6.000.000
2212		Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade								2.210.433
ATIVIDADES										
23 691	2212 2031	Serviços de Registro e Legalização de Empresas								97.223
23 691	2212 2031 0001	Serviços de Registro e Legalização de Empresas - Nacional	F	3	2	90	0	100		24.141
			F	3	2	90	0	144		55.259



23 691	2212 210C	Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato	F	4	2	90	0	100	17.823
23 691	2212 210C 0001	Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato - Nacional	F	3	2	90	0	350	2.113.210
2215		Política Econômica e Equilíbrio Fiscal							83.286
		ATIVIDADES							
04 121	2215 8861	Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário							83.286
04 121	2215 8861 0001	Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário - Nacional	F	3	2	90	0	144	83.286
TOTAL - FISCAL								30.641.775	
TOTAL - SEGURIDADE								6.000.000	
TOTAL - GERAL								36.641.775	

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25103 - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Recurso de Todas as Fontes RS 1,00						Crédito Suplementar
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							9.000.000
		ATIVIDADES							
04 122	0032 20TP	Ativos Cívicos da União							5.000.000
04 122	0032 20TP 0001	Ativos Cívicos da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	5.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0032 0181	Aposentadorias e Pensões Cívicas da União							4.000.000
09 272	0032 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Cívicas da União - Nacional	S	1	1	90	0	144	4.000.000
TOTAL - FISCAL								5.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE								4.000.000	
TOTAL - GERAL								9.000.000	

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25203 - Comissão de Valores Mobiliários

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Recurso de Todas as Fontes RS 1,00						Crédito Suplementar
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2215		Política Econômica e Equilíbrio Fiscal							848.418
		ATIVIDADES							
04 125	2215 210J	Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários							848.418
04 125	2215 210J 0001	Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários - Nacional	F	3	2	90	0	174	848.418
TOTAL - FISCAL								848.418	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								848.418	

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25206 - Superintendência Nacional de Previdência Complementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Recurso de Todas as Fontes RS 1,00						Crédito Suplementar
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.000.000
		ATIVIDADES							



09 122	0032 20TP	Ativos Cívicos da União										1.000.000
09 122	0032 20TP 0001	Ativos Cívicos da União - Nacional	S	1	1	90	0	174				1.000.000
TOTAL - FISCAL											0	
TOTAL - SEGURIDADE											1.000.000	
TOTAL - GERAL											1.000.000	

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25208 - Superintendência de Seguros Privados

ANEXO II											Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)											Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR		
2215		Política Econômica e Equilíbrio Fiscal									3.704
ATIVIDADES											
04 125	2215 20VH	Supervisão de Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta									3.704
04 125	2215 20VH 0001	Supervisão de Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta - Nacional	F	3	2	90	0	280			3.704
TOTAL - FISCAL											3.704
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											3.704

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25296 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

ANEXO II											Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)											Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR		
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo									2.000.000
ATIVIDADES											
22 122	0032 20TP	Ativos Cívicos da União									2.000.000
22 122	0032 20TP 0001	Ativos Cívicos da União - Nacional	F	1	1	90	0	174			2.000.000
TOTAL - FISCAL											2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											2.000.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25298 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

ANEXO II											Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)											Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR		
2212		Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade									299.774
ATIVIDADES											
22 661	2212 210L	Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Macapá e Santana (AP)									299.774
22 661	2212 210L 0238	Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Macapá e Santana (AP) - No Município de Boa Vista - RR	F	3	2	90	0	174			299.774
TOTAL - FISCAL											299.774
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											299.774

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25299 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

ANEXO II											Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)											Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR		



			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.878.275
		ATIVIDADES							
11 122	0032 2000	Administração da Unidade							1.878.275
11 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	144	1.791.526
			F	3	9	90	0	144	86.749
	2213	Modernização Trabalhista e Trabalho Digno							2.717.778
		ATIVIDADES							
11 571	2213 20YW	Produção e Difusão de Conhecimentos que Contribuam para a Promoção de Segurança, Saúde dos Trabalhadores e Subsídios Políticas Públicas no Campo do Trabalho							2.717.778
11 571	2213 20YW 0001	Produção e Difusão de Conhecimentos que Contribuam para a Promoção de Segurança, Saúde dos Trabalhadores e Subsídios Políticas Públicas no Campo do Trabalho - Nacional	F	3	2	90	0	100	270.000
			F	3	9	90	0	144	619.541
			F	4	2	90	0	100	23.145
			F	4	9	90	0	144	1.805.092
TOTAL - FISCAL									4.596.053
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.596.053

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25301 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ANEXO II		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recurso de Todas as Fontes RS 1.800							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							9.073.069
		ATIVIDADES							
04 121	0032 20U6	Pesquisas e Estudos Estatísticos							7.473.538
04 121	0032 20U6 0001	Pesquisas e Estudos Estatísticos - Nacional	F	3	2	90	0	100	7.473.538
			F	3	2	90	0	144	50.817
			F	4	2	90	0	100	6.396.773
									1.025.948
04 121	0032 20U7	Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico							1.000.000
04 121	0032 20U7 0001	Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico - Nacional	F	3	2	90	0	100	1.000.000
04 127	0032 20U8	Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos							56.730
04 127	0032 20U8 0001	Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos - Nacional	F	3	2	90	0	144	56.730
04 573	0032 2230	Gestão da Documentação e Disseminação de Informações							250.401
04 573	0032 2230 0001	Gestão da Documentação e Disseminação de Informações - Nacional	F	3	2	90	0	144	250.401
			F	3	2	90	0	144	250.401
		PROJETOS							
04 122	0032 15DM	Integração do Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional							210.731
04 122	0032 15DM 0001	Integração do Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional - Nacional	F	3	2	90	0	100	210.731
			F	3	2	90	0	144	36.410
04 121	0032 15MV	Atualização da Cobertura e da Produção Estatística e Geocientífica							81.669
04 121	0032 15MV 0001	Atualização da Cobertura e da Produção Estatística e Geocientífica - Nacional	F	3	2	90	0	144	81.669
			F	3	2	90	0	144	81.669
	2218	Gestão de Riscos e de Desastres							61.014
		PROJETOS							
04 182	2218 15DN	Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais							61.014



04 182	2218 15DN 0001	Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais - Nacional	F	3	2	90	0	100	61.014
			F	3	2	90	0	144	5.628
			F	3	2	90	0	144	55.386
5013		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							258.016
		ATIVIDADES							
04 364	5013 20U5	Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências							258.016
04 364	5013 20U5 0001	Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências - Nacional	F	3	2	90	0	144	258.016
			F	3	2	90	0	144	258.016
TOTAL - FISCAL									9.392.099
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.392.099

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25303 - Instituto Nacional do Seguro Social

ANEXO II		PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)								Crédito Suplementar
										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							50.000.000	
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
09 272	0032 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							50.000.000	
09 272	0032 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional	S	1	1	90	0	153	50.000.000	
0909		Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							7.000.000	
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
28 846	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							7.000.000	
28 846	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional	S	1	1	90	0	153	7.000.000	
TOTAL - FISCAL									0	
TOTAL - SEGURIDADE									57.000.000	
TOTAL - GERAL									57.000.000	

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25915 - Fundo de Amparo ao Trabalhador

ANEXO II		PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)								Crédito Suplementar
										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
5027		Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social							47.700.907	
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
11 331	5027 0581	Abono Salarial							47.700.907	
11 331	5027 0581 0001	Abono Salarial - Nacional	S	3	1	90	0	140	47.700.907	
TOTAL - FISCAL									0	
TOTAL - SEGURIDADE									47.700.907	
TOTAL - GERAL									47.700.907	

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II

ANEXO II		PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)								Crédito Suplementar
										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.000.000	
		ATIVIDADES								
12 368	0032 20TP	Ativos Civis da União							1.000.000	



12 368	0032 20TP 0033	Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	I	I	90	8	312	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes RS 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo			4.000.000						
12 364 0032 20TP			4.000.000						
12 364 0032 20TP 0052			4.000.000						
TOTAL - FISCAL									4.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes RS 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo			1.000.000						
09 272 0032 0181			1.000.000						
09 272 0032 0181 0024			1.000.000						
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes RS 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo			2.000.000						
09 272 0032 0181			2.000.000						
09 272 0032 0181 0033			2.000.000						
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.000.000
TOTAL - GERAL									2.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes RS 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo			2.000.000						



		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cívicos da União							2.000.000
12 364	0032 20TP 0051	Ativos Cívicos da União - No Estado de Mato Grosso							2.000.000
		F	1	1	90	8	342	2.000.000	
TOTAL - FISCAL								2.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								2.000.000	

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre

								Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)								Recurso de Todas as Fontes RS 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							4.000.000
		ATIVIDADES							
12 302	0032 20TP	Ativos Cívicos da União							4.000.000
12 302	0032 20TP 0043	Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio Grande do Sul							4.000.000
		S	1	1	90	8	144	4.000.000	
TOTAL - FISCAL								0	
TOTAL - SEGURIDADE								4.000.000	
TOTAL - GERAL								4.000.000	

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

								Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)								Recurso de Todas as Fontes RS 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0903		Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							307.782
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 845	0903 00NY	Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético (Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002)							307.782
28 845	0903 00NY 0001	Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético (Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002) - Nacional							307.782
		F	3	1	50	0	174	307.782	
TOTAL - FISCAL								307.782	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								307.782	

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32398 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP

								Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)								Recurso de Todas as Fontes RS 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.000.000
		ATIVIDADES							
19 122	0032 20TP	Ativos Cívicos da União							1.000.000
19 122	0032 20TP 0033	Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio de Janeiro							1.000.000
		F	1	1	90	0	300	1.000.000	
TOTAL - FISCAL								1.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								1.000.000	

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta

								Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)								Recurso de Todas as Fontes RS 1,00	



FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo									103.367.837
ATIVIDADES									
07 122	0032 20TP	Ativos Cívicos da União							103.367.837
07 122	0032 20TP 0001	Ativos Cívicos da União - Nacional	F	1	1	90	0	144	103.367.837
TOTAL - FISCAL									103.367.837
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									103.367.837

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO

									Crédito Suplementar
									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo									30.000.000
ATIVIDADES									
10 122	0032 20TP	Ativos Cívicos da União							30.000.000
10 122	0032 20TP 5027	Ativos Cívicos da União - No Município de Porto Alegre - RS	S	1	1	90	6	144	17.500.000
			S	1	1	90	6	153	12.500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									30.000.000
TOTAL - GERAL									30.000.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

									Crédito Suplementar
									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo									1.000.000
OPERAÇÕES ESPECIAIS									
09 272	0032 0181	Aposentadorias e Pensões Cívicos da União							1.000.000
09 272	0032 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Cívicos da União - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	144	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39101 - Ministério da Infraestrutura - Administração Direta

									Crédito Suplementar
									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo									23.204.972
ATIVIDADES									
26 121	0032 20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes							5.404.972
26 121	0032 20UC 0001	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - Nacional	F	3	2	90	0	100	5.404.972
OPERAÇÕES ESPECIAIS									
09 272	0032 0181	Aposentadorias e Pensões Cívicos da União							17.800.000
09 272	0032 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Cívicos da União - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	144	17.800.000



TOTAL - FISCAL	5.404.972
TOTAL - SEGURIDADE	17.800.000
TOTAL - GERAL	23.204.972

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes RS 1,00						VALOR
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	3006	Transporte Terrestre e Trânsito							41.000.000
		PROJETOS							
26 782	3006 3E50	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-101 (Manilha) - Entroncamento BR-116 (Santa Guilhermina) - na BR-493/RJ							41.000.000
26 782	3006 3E50 0033	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-101 (Manilha) - Entroncamento BR-116 (Santa Guilhermina) - na BR-493/RJ - No Estado do Rio de Janeiro	F	4	2	90	0	100	1.000.000
			F	4	2	90	0	144	40.000.000
TOTAL - FISCAL									41.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									41.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes RS 1,00						VALOR
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	6012	Defesa Nacional							39.400.000
		ATIVIDADES							
05 153	6012 218X	Operações de Garantia da Lei e da Ordem							39.400.000
05 153	6012 218X 0001	Operações de Garantia da Lei e da Ordem - Nacional	F	3	2	90	0	100	13.777.998
			F	4	2	90	0	100	25.622.002
TOTAL - FISCAL									39.400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									39.400.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes RS 1,00						VALOR
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							208.000.000
		ATIVIDADES							
		Ativos Cíveis da União							10.000.000
05 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União - Nacional							10.000.000
05 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional	F	1	1	90	0	342	10.000.000
		Ativos Militares das Forças Armadas							198.000.000
05 122	0032 2867	Ativos Militares das Forças Armadas - Nacional							198.000.000
05 122	0032 2867 0001	Ativos Militares das Forças Armadas - Nacional	F	1	1	90	0	144	198.000.000
TOTAL - FISCAL									208.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									208.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército



ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes RS 1,00						VALOR
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							113.000.000
		ATIVIDADES							
05 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.000.000
05 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional	F	1	1	90	0	342	1.000.000
05 122	0032 214H	Inativos Militares das Forças Armadas							16.000.000
05 122	0032 214H 0001	Inativos Militares das Forças Armadas - Nacional	F	1	1	90	0	144	16.000.000
05 122	0032 2867	Ativos Militares das Forças Armadas							96.000.000
05 122	0032 2867 0001	Ativos Militares das Forças Armadas - Nacional	F	1	1	90	0	144	96.000.000
TOTAL - FISCAL									113.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									113.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes RS 1,00						VALOR
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							41.000.000
		ATIVIDADES							
05 122	0032 2867	Ativos Militares das Forças Armadas							41.000.000
05 122	0032 2867 0001	Ativos Militares das Forças Armadas - Nacional	F	1	1	90	0	144	41.000.000
TOTAL - FISCAL									41.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									41.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes RS 1,00						VALOR
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.000.000
		ATIVIDADES							
05 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.000.000
05 122	0032 20TP 0035	Ativos Cíveis da União - No Estado de São Paulo	F	1	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54206 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes RS 1,00						VALOR
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.000.000
		ATIVIDADES							



13 122	0032 20TP	Ativos Cívicos da União									2.000.000
13 122	0032 20TP 0001	Ativos Cívicos da União - Nacional									2.000.000
TOTAL - FISCAL											2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											2.000.000

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta

ANEXO II											Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)											Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR		
0032											5.200.000
Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo											
OPERAÇÕES ESPECIAIS											
09 272	0032 0181	Aposentadorias e Pensões Cívicos da União							5.200.000		
09 272	0032 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Cívicos da União - Nacional	S	1	1	90	0	144	5.200.000		
5028											514.663.991
Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas											
ATIVIDADES											
08 244	5028 8442	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)							514.663.991		
08 244	5028 8442 0010	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Norte	S	3	1	90	0	144	78.920.728		
08 244	5028 8442 0020	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Nordeste	S	3	1	90	0	144	78.920.728		
08 244	5028 8442 0030	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Sudeste	S	3	1	90	0	144	245.334.723		
08 244	5028 8442 0040	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Sul	S	3	1	90	0	144	245.334.723		
08 244	5028 8442 0050	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Centro-Oeste	S	3	1	90	0	144	136.790.463		
TOTAL - FISCAL											0
TOTAL - SEGURIDADE											519.863.991
TOTAL - GERAL											519.863.991

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

ANEXO II											Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)											Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR		
0032											117.185.516
Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo											
ATIVIDADES											
28 331	0032 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes							117.185.516		
28 331	0032 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	F	3	1	90	0	144	117.185.516		
0909											183.508.754
Operações Especiais: Outros Encargos Especiais											
OPERAÇÕES ESPECIAIS											
28 846	0909 00LI	Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS (Lei nº 12.546, de 2011)							183.508.754		
28 846	0909 00LI 0001	Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS (Lei nº 12.546, de 2011) - Nacional	F	3	1	91	0	144	183.508.754		
TOTAL - FISCAL											300.694.270
TOTAL - SEGURIDADE											0



TOTAL - GERAL 300.694.270

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71104 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes RS 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0911	Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros							60.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0911 00M4	Remuneração a Agentes Financeiros							60.000.000
28 846	0911 00M4 0001	Remuneração a Agentes Financeiros - Nacional	F	3	2	90	0	100	60.000.000
TOTAL - FISCAL									60.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									60.000.000

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes RS 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							37.000.000
		ATIVIDADES							
28 122	0032 218K	Inativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara							1.000.000
28 122	0032 218K 0001	Inativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara - Nacional	F	1	1	90	0	100	500.000
			F	1	1	90	0	300	500.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0032 0181	Aposentadorias e Pensões Cíveis da União							36.000.000
09 272	0032 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Cíveis da União - Nacional	S	1	1	90	0	144	36.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									36.000.000
TOTAL - GERAL									37.000.000

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Economia

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes RS 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	1031	Agropecuária Sustentável							885.239.460
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
20 605	1031 00RW	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial destinadas a Empresas Cerealistas (Medida Provisória nº 897, de 2019)							5.560.000
20 605	1031 00RW 0001	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial destinadas a Empresas Cerealistas (Medida Provisória nº 897, de 2019) - Nacional	F	3	1	90	0	144	5.560.000
20 608	1031 0281	Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)							428.935.332
20 608	1031 0281 0001	Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	F	3	1	90	0	144	428.935.332
20 605	1031 0294	Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)							380.201.532



20 605	1031 0294 0001	Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	F	3	1	90	0	144	380.201.532
20 605	1031 0301	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)							380.201.532
20 605	1031 0301 0001	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	F	3	1	90	0	144	70.542.596
	2211	Inserção Econômica Internacional							70.542.596
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
23 693	2211 0267	Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)							589.007.316
23 693	2211 0267 0001	Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) - Nacional	F	3	1	90	0	144	589.007.316
TOTAL - FISCAL									1.474.246.776
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.474.246.776



15/12/2020

SEI/ME - 12427515 - Ofício



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria de Orçamento Federal
Subsecretaria de Gestão Orçamentária

OFÍCIO SEI Nº 315009/2020/ME

Brasília, 11 de dezembro de 2020.

Ao Senhor
Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 2º andar, sala 225
70048-900 - Brasília-DF

Assunto: Alteração do PLN nº 29/2020 – CN.

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 10080.101730/2020-90.

Senhor Secretário,

1. Encaminho, em anexo, Minuta de Ofício a ser enviado ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, que propõe modificação do PLN nº 29/2020 - CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Regional e do Turismo, crédito suplementar no valor de R\$ 48.338.517,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”, encaminhado ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 522, de 15 de setembro de 2020.

2. Em face do exposto, submeto à sua apreciação a citada Minuta de Ofício e seus Anexos, e informo que esta Secretaria aprova o teor e o encaminhamento proposto na Nota Técnica SEI nº 55506 SECAD/SOF/FAZENDA-ME, de 11 de dezembro de 2020 e manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento do ato.

Respeitosamente,

CLAYTON LUIZ MONTES

Subsecretário de Gestão Orçamentária, Substituto

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=14135181&infra_... 1/2



15/12/2020

SEI/ME - 12427515 - Ofício



Documento assinado eletronicamente por **Clayton Luiz Montes, Diretor(a)**, em 11/12/2020, às 20:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12427515** e o código CRC **10474C1B**.

Processo nº 10080.101730/2020-90.

SEI nº 12427515

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=14135181&infra_... 2/2



16/11/2020

SEI/ANATEL - 6194673 - Ofício



SAUS, Quadra 6, Bloco H, 7º Andar, Ala Norte - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-940
Telefone: (61) 2312-2089 - <http://www.anatel.gov.br>

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53500.049233/2020-98

Importante: O Acesso Externo do SEI (www.anatel.gov.br/seiusuarioexterno) possibilita o Peticionamento Eletrônico para abrir Processo Novo e Intercorrente, podendo utilizar a segunda opção para responder este Ofício. Página de Pesquisa Pública do SEI: www.anatel.gov.br/seipesquisa

Ofício nº 25/2020/SAF-ANATEL

Ao Senhor
ZARAK DE OLIVEIRA FERREIRA
Diretor do Departamento de Programas das Áreas Econômica e de Infraestrutura
Ministério da Economia
Sepn 516 s/n, Asa Norte
CEP: 70770/Brasília - DF

Assunto: **LOA 2020 - Agência Nacional de Telecomunicações.**

Senhor Diretor,

1. Por meio do Ofício nº 128/2019/GPR-ANATEL, de 17 de abril de 2019, a Anatel pleiteou o valor de R\$ 199,3 milhões para as suas despesas de custeio (excluídos os benefícios assistenciais) e investimentos para 2020.
2. Recentemente, em 13 de outubro de 2020, foi encaminhado o Ofício nº 24/2020/SAF-ANATEL informando sobre o pleito de cancelamento de dotação orçamentária no valor de R\$ 8.954.451,00.
3. Na ocasião, foram colocadas as questões decorrentes do cenário excepcional imposto pela pandemia de Covid-19 e a consequente necessidade de adaptação da atuação da Agência aos novos paradigmas, o que impactou de forma significativa a sua execução orçamentária.
4. Ainda neste contexto, identificamos novos recursos que não serão executados pela Anatel no montante de R\$ 2.953.548,00, da ação Administração da Unidade (2000), provenientes de projetos da área de TI e de infraestrutura e serviços que não serão realizados.
5. Tal valor foi disponibilizado por meio de um novo pleito de cancelamento, nº 212806, no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) para viabilizar o atendimento de eventuais demandas de outros órgãos.
6. Por fim, a Anatel reafirma o compromisso em planejar e formular sua proposta orçamentária de forma aderente às suas necessidades e à sua capacidade operacional, bem como em acompanhar constantemente a execução do orçamento para garantir que os recursos disponibilizados sejam utilizados de forma eficaz.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Simone de Oliveira Brandão, Superintendente de Administração e Finanças, Substituto(a)**, em 14/11/2020, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.

A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>,

https://sei.anatel.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=6994274&infra_sis... 1/2

Ofício nº 25/2020/SAF-ANATEL (12140141) - SEI 10080-101730/2020-90 / pg. 15



16/11/2020

SEI/ANATEL - 6194673 - Ofício

informando o código verificador **6194673** e o código CRC **1E4B7DAC**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53500.049233/2020-98

SEI nº 6194673



03/12/2020

SEI/MAPA - 12978174 - Ofício



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

OFÍCIO Nº 1386/2020/GAB-GM/MAPA

Brasília, 2 de dezembro de 2020.

Ao Senhor

MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA

Esplanada dos Ministérios - Bloco "P" - 5º andar
70048-900 – Brasília/DF

Assunto: Solicitação de alteração do PLN – 29/2020.

Senhor Ministro,

No sentido de viabilizar ações no âmbito do Programa de Regularização Fundiária, a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, solicito alteração do PLN nº 29/2020, em fase de tramitação no Congresso Nacional, para incluir suplementação no valor de R\$ 21 milhões na Ação Orçamentária 211A - Consolidação de Assentamentos Rurais - Nacional, na forma que segue:

SUPLEMENTAÇÃO

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Esfera: 10 – Orçamento Fiscal

Unidade Orçamentária: – 22201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Funcional Programática	GND	RP	FTE	Descrição	Valor (R\$ 1,00)
21.631.1040.211A.0001	3	2	100	Consolidação de Assentamentos Rurais - Nacional	21.000.000

Cabe ressaltar, por oportuno, que as dotações a serem canceladas serão indicadas pela Presidência da República, conforme entendimentos acompanhados por essa Pasta da Economia.

Atenciosamente,

TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS

Ministra

Documento assinado eletronicamente por **TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS, Ministra de**

https://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=24493602&in... 1/2



03/12/2020

SEI/MAPA - 12978174 - Ofício



Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 02/12/2020, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12978174** e o código CRC **27E75B3C**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 8º Andar – Telefone: (61) 3218-2800
70043-900 Brasília/DF - <http://www.agricultura.gov.br>

Referência: Processo nº 21000.078038/2020-10

SEI nº 12978174

https://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=24493602&in... 2/2





MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
GABINETE DO MINISTRO
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

Ofício Nº 1686/2020/ASSAD/GM

Brasília, 07 de dezembro de 2020.

Ao
Ministro de Estado da Economia
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 5º Andar
Brasília-DF

Assunto: Alteração do Projeto de Lei de Créditos Suplementares nº 29, de 2020.

Senhor Ministro,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, solicito os bons préstimos do Senhor no sentido de pleitear a inclusão no Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2020 (PLN 29/2020), com a inclusão de suplementação na Ação orçamentária 219Z - *Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União*, com a contrapartida da Ação 3E50 - *Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR 101 (Manilha) - Entroncamento BR 116 (Santa Guilhermina) - na BR 493/RJ*, ambas pertencentes à UO 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e da Ação 20UC - *Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes, da Administração Direta/Minfra*, conforme especificado abaixo.

SUPLEMENTAÇÃO

Órgão: 39000 - Ministério da Infraestrutura

Esfere: 10 - Orçamento Fiscal

Unidade Orçamentária: 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	GND	RP	FUNTE	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
39252- DNIT	26.782.3006.219Z.0030	4	2	0100	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Região Sudeste	1.000.000,00
				0144		40.000.000,00
39252- DNIT	26.782.3006.219Z.0001	4	2	0100	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União	5.404.972,00

CANCELAMENTO

Órgão: 39000 - Ministério da Infraestrutura

Esfere: 10 - Orçamento Fiscal

Unidade Orçamentária: 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	GND	RP	FUNTE	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
39252- DNIT	26.782.3006.3E50.0033	4	2	0100	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR 101 (Manilha) - Entroncamento BR 116 (Santa Guilhermina) - na BR 493/RJ	1.000.000,00
				0144		40.000.000,00
39101 - Administração Direta	26.121.0032.20UC.0001	3	2	0100	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (PO 0003 - Contratação de EVTEA dos projetos prioritários)	5.404.972,00

2. Ressalto, por oportuno, que a suplementação de recursos para conservação e recuperação de ativos de infraestrutura da União visa melhorar a trafegabilidade e a segurança dos usuários.

3. Certo da compreensão e apoio dessa Pasta, reitero os protestos de estima e consideração e informo que a equipe técnica deste Ministério encontra-se à disposição para prestar os esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

TARCISIO GOMES DE FREITAS
Ministro de Estado da Infraestrutura



Documento assinado eletronicamente por **Tarcísio Gomes de Freitas, Ministro de Estado da Infraestrutura**, em 07/12/2020, às 19:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3503483** e o código CRC **7D1B02FF**.



Referência: Processo nº 50000.040378/2020-76



SEI nº 3503483

Esplanada dos Ministérios, Bloco R - 6º andar - Bairro Zona Cívica Administrativa
Brasília/DF, CEP 70044-902
Telefone: (61) 2029-7007 / 7051 - www.infraestrutura.gov.br





Ministério da Economia

PROTOCOLO DIGITAL - RECIBO DA SOLICITAÇÃO

DADOS DA SOLICITAÇÃO

Número da Solicitação: 235876.0233746/2020

DADOS DO SOLICITANTE

CPF: 016.005.141-03

Nome: Antonio Marcos da Rocha Cunha

E-mail: antonio.cunha@infraestrutura.gov.br

Celular: (61) 99121-0199

Telefone: (61) 2029-7007

DADOS DA SOLICITAÇÃO

Tipo da Solicitação: 1 - Protocolizar documentos para o Ministério da Economia

Informações Complementares:

Número do Processo SEI Informado Pelo Solicitante:

Data de Encaminhamento: 07/12/2020

DOCUMENTAÇÃO VINCULADA À SOLICITAÇÃO

Tipo do Documento	Nome do Documento
Requerimento	Ofício nº 1686-2020-ASSAD-GM.pdf

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR VINCULADA À SOLICITAÇÃO (Preenchimento Opcional)

Descrição do Documento	Nome do Documento

O presente documento registra as informações inseridas no Portal de Serviços do Governo Federal (www.gov.br-pt-br/)



25/11/2020

SEI/MD - 2940764 - Ofício

URGENTE

MINISTÉRIO DA DEFESA
GABINETE DO MINISTRO
Esplanada dos Ministérios - Bloco "Q" – 6º andar
70049-900 – Brasília-DF
Tel.: (61) 3312-8709 – ministro@defesa.gov.br

OFÍCIO Nº 32343/GM-MD

Brasília, 19 de novembro de 2020.

Ao Senhor
Ministro de Estado da Economia
Esplanada dos Ministérios, Bloco P
70297-400 Brasília/DF

Assunto: Alteração do Projeto de Lei do Congresso Nacional – PLN nº 29.

Senhor Ministro,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, passo a tratar de solicitação para alteração do Projeto de Lei do Congresso Nacional – PLN nº 29, de forma a incluir crédito suplementar com vistas à aquisição de satélite radar, denominado Projeto *Lessonia*, integrante do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), no montante de R\$ 39,4 milhões em 2020, conforme detalhado no Anexo I.
2. Conforme informado pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), o sensoriamento remoto por imagens de satélites do *Projeto Lessonia* mostra-se vital para a adequada execução, na Amazônia Legal e respectiva faixa de fronteira, de uma variada gama de atividades, como ações de proteção ao meio ambiente, fiscalização de atividades produtivas, combate ao desmatamento, prevenção de incêndios florestais, além do enfrentamento a delitos transfronteiriços.
3. Para maiores informações, encaminho anexas as Notas Técnicas nº 1/ASAO CHOC/CHOC/EMCFA/MD/2020 e nº 5/GAB CHELOG/CHELOG/EMCFA/MD/2020, ambas de 19 de novembro de 2020, que apresentam detalhes do projeto, seus custos e a possibilidade de cancelamento, em igual montante, de recursos compensatórios atualmente destinados à realização da Operação Verde Brasil 2.
4. Ante o exposto, solicito a especial atenção para a demanda ora apresentada, de forma a viabilizar o atendimento de necessidades do país por imagens radar geradas a partir de satélites.
5. Na oportunidade, informo que documento de igual teor foi encaminhado ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Atenciosamente,

FERNANDO AZEVEDO E SILVA
Ministro de Estado da Defesa



25/11/2020

SEI/MD - 2940764 - Ofício



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Azevedo e Silva, Ministro(a) de Estado da Defesa**, em 25/11/2020, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **2940764** e o código CRC **60856B6E**.

GABINETE DO MINISTRO/GM
NUP Nº60300.000292/2020-80

https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3439056&infra_si... 2/2





MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
Esplanada dos Ministérios, Bloco "Q", 3º andar
CEP: 70049-900 - Brasília-DF
Telefone: (61) 3312-9095 - Endereço eletrônico: sg@defesa.gov.br

OFÍCIO Nº 33840/SG-MD

Brasília, 04 de dezembro de 2020.

Ao Senhor
Secretário de Orçamento Federal
Ministério da Economia
SEPN 516, Lote 8, Bloco D - Bairro Asa Norte
70770-524 Brasília/DF

Assunto: **Alteração do Projeto de Lei do Congresso Nacional – PLN nº 29.**

Senhor Secretário,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, passo a tratar do Ofício SEI nº 302166/2020/ME (2986426), de 2 de dezembro de 2020, que trata de demanda de readequação orçamentária em favor desta Pasta, constante do Ofício de nº 32343/GM-MD (2940764), de 19 de novembro de 2020, encaminhada ao Ministério da Economia.
2. Por meio do mencionado Ofício do Ministério da Defesa - MD, foi solicitada alteração do Projeto de Lei do Congresso Nacional – PLN nº 29, de forma a incluir crédito suplementar com vistas à aquisição de satélite radar, denominado Projeto *Lessonia*, integrante do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais - PESE, no montante de R\$ 39,4 milhões em 2020.
3. A Secretaria de Orçamento Federal - SOF, conforme o Ofício SEI nº 302166/2020/ME, informou a este MD a decisão da Junta de Execução Orçamentária – JEO, em reunião realizada em 18 de novembro de 2020, destacando a impossibilidade de atendimento do pleito, *“haja vista o atual cenário altamente restritivo para comprometimento de novas despesas, como a despesa do novo projeto apresentado, bem como sua repercussão para os exercícios seguintes”*.
4. Em relação ao posicionamento da SOF, destaca-se que o pedido de crédito encontra-se compensado com redução de despesa, não gerando qualquer impacto no resultado fiscal do Governo Federal em 2020.
5. Cumpre destacar, ainda, que, de acordo a Nota Técnica nº 004/SSC1/2020 (2999736), de 4 de dezembro de 2020, tendo em vista a alta relevância dessa aquisição para o País, o Comando da Aeronáutica considera viável o suporte das despesas orçamentárias no seu orçamento, a partir do exercício de 2021, desde que receba o crédito ainda no exercício de 2020. Dessa forma, os impactos decorrentes das despesas referentes à implantação do *Projeto Lessonia* serão absorvidos pela Força Aérea em 2021, com os referenciais monetários já conhecidos, e em 2022, dentro dos referenciais monetários a serem disponibilizados ao Ministério da Defesa. Ou seja, não haverá pressão junto à área econômica do Governo para recursos orçamentários adicionais.
6. Ademais, importa ressaltar, conforme a mencionada Nota Técnica, que o projeto em epígrafe mostra-se vital para a adequada execução, na Amazônia Legal e respectiva faixa de fronteira, de uma variada gama de atividades, como ações de proteção ao meio ambiente, fiscalização de atividades produtivas, combate ao desmatamento, prevenção de incêndios florestais, além do enfrentamento a delitos transfronteiriços. A capacidade incorporada pelo emprego do satélite a ser adquirido proporcionará sinergia na atuação conjunta dos órgãos de governo, melhorando sensivelmente o aporte oportuno de informações, com ganhos para a integração de informações, a geração de conhecimento e a atuação articulada, elementos fundamentais em uma região tão extensa e com características geográficas singulares.



7. Ante o exposto, solicito a especial atenção para a reavaliação da demanda apresentada por meio do Ofício nº 32343/GM-MD, de 19 de novembro de 2020, de forma a viabilizar o atendimento de necessidades do país por imagens radar geradas a partir de satélites, inclusive quanto a possibilidade de apresentação, se for o caso, na próxima reunião da Junta de Execução Orçamentária.

Atenciosamente,

FRANSELMO ARAÚJO COSTA
Secretário-Geral substituto



Documento assinado eletronicamente por **Franselmo Araújo Costa, Secretário(a)-Geral, substituto(a)**, em 04/12/2020, às 18:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **3000368** e o código CRC **F7D19964**.

SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA/SG
NUP Nº60300.000292/2020-80



01/12/2020

SEI/ME - 11529069 - Ofício



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa

OFÍCIO SEI Nº 277127/2020/ME

Ao Senhor
GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES
Secretário de Orçamento Federal
Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda
SEPN 516, Bloco K, Lote 8, 4º andar - Asa Norte
CEP 70.770-524 - Brasília - DF
gabin.sof@economia.gov.br

Assunto: Demandas de recursos para 2020 do Ministério da Economia

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 18339.100074/2020-41.

Senhor Secretário,

1. Venho tratar de demanda por recursos adicionais para o exercício de 2020, no montante de R\$ 2.134.800.000,00 (dois bilhões, cento e trinta e quatro milhões e oitocentos mil reais), para o atendimento a demandas inadiáveis com vistas a permitir o encerramento do exercício.
2. Esclareço que o montante solicitado destina-se ao atendimento a necessidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - SRFB, no valor de R\$ 293,3 milhões; do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS de R\$ 156,5 milhões; e para viabilizar a integralização de cotas ao New Development Bank - NDB de 1.685,0 milhões.
3. Encaminho em anexo a Nota Técnica SEI nº 48183/2020/ME (11456135), elaborada pela DFC/SGC/ME, contendo maiores esclarecimentos sobre o assunto.

Anexos:

I - Nota Técnica SEI nº 48183/2020/ME (SEI nº 11456135);

Atenciosamente,

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=13130325&infra_siste... 1/2



01/12/2020

SEI/ME - 11529069 - Ofício

Documento assinado eletronicamente
MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Pacheco dos Guarany's, Secretário(a) Executivo(a)**, em 04/11/2020, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11529069** e o código CRC **2F98F782**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 2º andar, Sala 240 - Bairro Asa Sul
CEP 70059-900 - Brasília/DF
(61) 2021-5566 - e-mail dfc.sgc@economia.gov.br - www.economia.gov.br

Processo nº 18339.100074/2020-41.

SEI nº 11529069



01/12/2020

SEI/ME - 11814248 - Ofício



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa

OFÍCIO SEI Nº 289643/2020/ME

Ao Senhor

GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES

Secretário de Orçamento Federal

Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda

SEP/516, Bloco D, Lote 8, 4º andar - Asa Norte

CEP 70.770-524 - Brasília - DF

gabin.sof@economia.gov.br

Assunto: Demanda de recursos adicionais para atender a passivos com Organismos Internacionais.

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 18339.100074/2020-41.

Senhor Secretário,

1. Venho tratar da apreciação do PLN 40, de 2020, que retirou em sua aprovação a suplementação destinada ao pagamento de passivos decorrentes de compromissos do país perante organismos internacionais, no valor global de R\$ 1.235.053.319,00 (um bilhão, duzentos e trinta e cinco milhões, cinquenta e três mil, trezentos e dezenove reais).
2. Ocorre que tal redução impactará negativamente na imagem do país perante os organismos internacionais e poderá ser tratado como falta de compromisso do Poder Executivo com os referidos passivos, que já foi objeto de alerta pelo Tribunal de Contas da União - TCU.
3. Assim, venho reencaminhar a solicitação em questão com vistas a verificação de alternativas para o seu atendimento no presente exercício. Encaminho em anexo a Nota Técnica SEI nº 50766/2020/ME (11750825) contendo maiores esclarecimentos sobre o assunto.

Anexos:

I - Nota Técnica SEI nº 50766/2020/ME (SEI nº 11750825);



01/12/2020

SEI/ME - 11814248 - Ofício

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente
MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Pacheco dos Guarany's, Secretário(a) Executivo(a)**, em 16/11/2020, às 19:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11814248** e o código CRC **18F46FF0**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 2º andar, Sala 240 - Bairro Asa Sul
CEP 70059-900 - Brasília/DF
(61) 2021-5566 - e-mail dfc.sgc@economia.gov.br - www.economia.gov.br

Processo nº 18339.100074/2020-41.

SEI nº 11814248



01/12/2020

SEI/ME - 12067450 - Ofício



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Executiva

OFÍCIO SEI Nº 300729/2020/ME

Ao Senhor

GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES

Secretário de Orçamento Federal

Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda

SEPN 516, Lote 8, Bloco D, 4º andar - Asa Norte

CEP 70.770-524 - Brasília - DF

gabin.sof@economia.gov.br

Assunto: Crédito adicional em favor do Ministério da Economia

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 18339.100074/2020-41.

Senhor Secretário,

1. Trata-se de proposta de remanejamento de dotações do Ministério da Economia, no valor de R\$ 73.177.064,00 (setenta e três milhões, cento e setenta e sete mil, e sessenta e quatro reais), no intuito de permitir o atendimento a compromissos com organismos internacionais no presente exercício.
2. Presente remanejamento decorre do apontamento por unidades deste Ministério de dotações que não serão utilizadas no presente exercício, e diante do previsto no § 10 do art. 165 da Constituição Federal, que prevê o dever de execução das programações aprovadas na LOA, busca-se conferir maior eficiência ao gasto público e efetividade no cumprimento do dever de execução.
3. Dessa forma, segue o pedido SIOP nº 214.201, que trata das referidas movimentações, para o qual solicito vosso apoio com vistas a viabilizar sua efetivação.

Anexos:

I - Pedido SIOP 214201 (SEI nº 12049198);

Atenciosamente,

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=13731428&infra_siste... 1/2



01/12/2020

SEI/ME - 12067450 - Ofício

Documento assinado eletronicamente
MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Pacheco dos Guarany's, Secretário(a) Executivo(a)**, em 26/11/2020, às 21:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12067450** e o código CRC **6C942A87**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 2º andar, Sala 240 - Bairro Asa Sul
CEP 70059-900 - Brasília/DF
(61) 2021-5566 - e-mail dfc.sgc@economia.gov.br - www.economia.gov.br

Processo nº 18339.100074/2020-41.

SEI nº 12067450



Término de prazos



Em **14-12-2020** esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 974, de 2020**, cuja vigência encerrou-se em **15-10-2020**, com a publicação da **Lei nº 14.072, de 2020**, sancionada em **14-10-2020** (§ 12 do art. 62 da Constituição Federal). Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Em **14-12-2020** esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 984 de 2020**, cuja vigência encerrou-se em **15-10-2020**, por perda de eficácia sem apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (§§ 7º e 11 do art. 62 da Constituição Federal). Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.



Veto



Publicação da Mensagem Presidencial nº 726, de 2020, em 10 de dezembro de 2020, **recebida em 10/12/2020**, que comunica as razões do veto **total** aposto ao Projeto de Lei nº 3.364, de 2020, que "Dispõe sobre o repasse de recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em caráter emergencial e em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, com o objetivo de garantir a prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros e de reequilibrar os contratos impactados pelos efeitos da pandemia da Covid-19; altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; e dá outras providências". (**Veto nº 55, de 2020**).

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional **encerrar-se-á em 18 de fevereiro de 2021**.

A matéria está publicada em avulso eletrônico.

São os seguintes, a Mensagem e o autógrafo do projeto:





CONGRESSO NACIONAL

VETO Nº 55, DE 2020

Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 3.364, de 2020, que "Dispõe sobre o repasse de recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em caráter emergencial e em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, com o objetivo de garantir a prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros e de reequilibrar os contratos impactados pelos efeitos da pandemia da Covid-19; altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; e dá outras providências".

Mensagem nº 726 de 2020, na origem
DOU de 10/12/2020

Recebido o veto no Senado Federal: 10/12/2020
Sobrestando a pauta a partir de: 19/02/2021

DOCUMENTOS:

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)

PUBLICAÇÃO: DCN de 17/12/2020



[Página da matéria](#)



MENSAGEM Nº 726

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 3.364, de 2020, que “Dispõe sobre o repasse de recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em caráter emergencial e em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, com o objetivo de garantir a prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros e de reequilibrar os contratos impactados pelos efeitos da pandemia da Covid-19; altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; e dá outras providências”.

Ouvido, o Ministério da Economia manifestou-se pelo veto pelas razões seguintes:

“A propositura legislativa dispõe que serão repassados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) habitantes, em caráter emergencial e em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, até R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais) mediante condições estabelecidas em termo de adesão, com o objetivo de garantir a prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros urbano ou semiurbano.

Entretanto, e embora a boa intenção do legislador, a medida fixa um teto para a realização de despesa, sem apresentar a estimativa do respectivo impacto orçamentário e financeiro, em violação às regras do art. 113 do ADCT, o qual não foi excepcionado pela Emenda à Constituição nº 106, de 7 de maio de 2020.

Além disso, a aplicação de dispositivos da propositura poderia ultrapassar o período de calamidade pública estabelecido no Decreto Legislativo nº 6, de 2020, podendo acarretar redução de receita após 2020, sendo necessária a apresentação de medida compensatória exigida pelos artigos 114 e 116 da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei



2

Orçamentária de 2020 e dá outras providências (LDO 2020) e artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

Por fim, quanto a sua implementação, poderia encontrar óbices em face do atendimento às recomendações do TCU a respeito do Regime Extraordinário fiscal, financeiro e de contratações (REFFC), uma vez que este exige prazo para sua utilização e limitações quanto às despesas que podem ser executadas sob o seu amparo, ou seja, só deve ser utilizado pela União durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional e apenas para as despesas necessárias ao enfrentamento da situação de pandemia.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me conduziram a vetar o projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 9 de dezembro de 2020.

Jair Bolsonaro



PROJETO VETADO:
Projeto de Lei nº 3.364 de 2020

Dispõe sobre o repasse de recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em caráter emergencial e em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, com o objetivo de garantir a prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros e de reequilibrar os contratos impactados pelos efeitos da pandemia da Covid-19; altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Serão repassados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) habitantes, em caráter emergencial e em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, até R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais) mediante condições estabelecidas em termo de adesão, com o objetivo de garantir a prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros urbano ou semiurbano.

§ 1º O termo de adesão de que trata o **caput** deste artigo será disponibilizado pela União e deverá prever, no mínimo, as seguintes condições para o acesso dos entes referidos no **caput** deste artigo aos recursos:

I – o compromisso de promover a revisão dos contratos de prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros até 31 de dezembro de 2021, de acordo com o disposto no art. 2º desta Lei;

II – o compromisso de adoção de instrumentos de priorização do transporte público coletivo de passageiros em relação ao transporte individual motorizado, nos termos da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, com ênfase em instrumentos de baixo custo, como faixas e horários exclusivos para o transporte coletivo;

III – o compromisso de adoção de instrumentos de priorização do transporte não motorizado em relação ao transporte individual motorizado, nos termos da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, com ênfase em instrumentos de baixo custo, como faixas de pedestre, ciclofaixas e sinalização operacional;

IV – a vedação à adoção compulsória de novas gratuidades sem a devida contraprestação pecuniária do titular do serviço público ou a permissão para que o operador do serviço de transporte público obtenha receitas acessórias, de forma a não onerar a tarifa dos usuários pagantes;



V – o total adimplemento, pelo ente, de obrigações contratuais perante os operadores dos serviços de transporte público coletivo de passageiros, incluída a quitação de dívidas e de contraprestações pecuniárias pendentes, excetuadas aquelas que, comprovadamente, foram originadas em razão dos efeitos do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020;

VI – os critérios para a repartição dos recursos, no âmbito do Município, do Distrito Federal ou do Estado, entre os diferentes operadores do serviço de transporte público coletivo de passageiros, quando for o caso;

VII – as diretrizes para a redução gradual e progressiva das emissões de dióxido de carbono de origem fóssil e de poluentes tóxicos, com a utilização gradual de combustíveis e de tecnologias mais limpos e sustentáveis; e

VIII – a possibilidade de o Município ceder, em favor do respectivo Estado, o direito de recebimento dos recursos estabelecido nesta Lei.

§ 2º A aplicação dos recursos a que se refere o **caput** deste artigo em empresas públicas ou em sociedades de economia mista somente será permitida em eventuais parcerias público-privadas ou concessões patrocinadas vinculadas a essas empresas, ou naquelas que realizam diretamente o serviço de transporte público coletivo de passageiros, de forma proporcional ao número de passageiros transportados pela respectiva empresa em relação ao total transportado sob a gestão do ente, e deverá ser direcionada exclusivamente aos fins previstos nesta Lei.

§ 3º A aplicação dos repasses de que trata esta Lei possui, para os entes beneficiados, natureza de despesa obrigatória.

Art. 2º A revisão dos contratos de prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros de que trata o inciso I do § 1º do art. 1º desta Lei deverá contemplar, no mínimo:

I – mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro que, combinados, resultem, no mínimo, em valor presente líquido igual ao dos recursos federais aportados, priorizadas a redução de custos, a otimização da rede de transportes e a adoção de receitas acessórias;

II – mecanismos que promovam a transparência na delegação, sobretudo no que se refere à composição da tarifa de remuneração da prestação do serviço;

III – auditoria independente dos balanços a partir do exercício de 2021;

IV – incentivo à adoção de procedimentos de bilhetagem eletrônica e de outras medidas tecnológicas que tragam melhorias à qualidade da prestação do serviço;

V – níveis mínimos de qualidade que, em caso de repetidos descumprimentos, levem à caducidade do contrato;

VI – implantação de sistema de informação que permita a auditoria e a transparência ativa de dados de bilhetagem e o monitoramento georreferenciado dos veículos;

VII – manutenção, pelo período que perdurar o estado de calamidade pública de que trata o art. 1º desta Lei, do quantitativo de empregados em número igual ou superior ao existente na data em que entrar em vigor esta Lei;

VIII – impossibilidade de prorrogação contratual após seu fim ordinário.



§ 1º Os contratos de serviços de transporte público coletivo por ônibus revisados nos termos desta Lei não poderão ter vigência superior a 15 (quinze) anos a partir de sua celebração.

§ 2º A vedação de prorrogação prevista no inciso VIII do **caput** deste artigo não incide sobre os contratos de transporte sobre trilhos, desde que:

I – sua vigência ordinária esteja prevista para se encerrar em até 10 (dez) anos, contados da data de entrada em vigor desta Lei; e

II – o novo prazo contratual se encerre em até 30 (trinta) anos, contados da data de entrada em vigor desta Lei.

§ 3º Caso comprovada a inviabilidade de oferta de contrapartidas em valor presente líquido equivalente aos recursos federais, nos termos do inciso I do **caput** deste artigo, as contrapartidas poderão ser adequadas às possibilidades locais.

Art. 3º Os recursos de que trata esta Lei serão transferidos aos entes referidos no **caput** do art. 1º desta Lei e somente poderão ser liberados às pessoas jurídicas beneficiadas em etapas, após o cumprimento das obrigações estabelecidas no termo de adesão a que se refere o mesmo artigo, e deverão ser utilizados com a finalidade de promover o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos do serviço de transporte público coletivo de passageiros e a adequação do nível de serviço necessária para atender aos parâmetros sanitários vigentes, em atenção à saúde da população, com alocação na seguinte ordem de prioridade:

I – pagamento pela aquisição de bens essenciais à prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros, desde que o ativo adquirido passe a integrar a relação de bens reversíveis do contrato;

II – aquisição antecipada de bilhetes de passagens, preferencialmente destinados aos beneficiários dos programas sociais do governo federal existentes ou que venham a ser criados durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e

III – contratação de prestação de serviços de transporte de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em veículos adaptados.

§ 1º Para fins de reequilíbrio dos contratos do serviço público de transporte coletivo de passageiros, poderá ser admitida destinação dos recursos para finalidade diversa das definidas nos incisos I, II e III do **caput** deste artigo, a depender das especificidades do sistema local, desde que expressamente prevista no termo de adesão e devidamente justificada pelo ente público responsável.

§ 2º No caso de os bens adquiridos na forma do inciso I do **caput** deste artigo serem veículos, estes deverão ser novos ou, se usados, ter sido fabricados há, no máximo, 5 (cinco) anos.

§ 3º Caso todos os bens essenciais à prestação do serviço de transporte coletivo já integrem a relação de bens reversíveis do contrato ou sejam de propriedade do titular, os recursos serão aplicados considerando-se como início da ordem de prioridade o inciso II do **caput** deste artigo.

§ 4º Os entes que receberem os recursos deverão aplicá-los de forma proporcional ao número de passageiros transportados por cada operador sob sua gestão.



Art. 4º Os entes beneficiados com recursos nos termos desta Lei que não promoverem a revisão dos contratos do serviço de transporte público coletivo de passageiros até 31 de dezembro de 2021 ficarão sujeitos, pelo período que durar a inadimplência:

I – à suspensão das transferências voluntárias de recursos pela União para ações nas áreas de transportes ou de mobilidade urbana; e

II – ao impedimento para celebrar, nas áreas de transportes ou de mobilidade urbana, acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como para receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União.

Art. 5º Os entes referidos no **caput** do art. 1º desta Lei que optarem por aderir às condições estabelecidas nesta Lei prestarão contas do uso dos recursos recebidos diretamente ao Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. O governo federal deverá divulgar amplamente, em portal de transparência específico, os valores aportados para cada ente que aderir ao programa, bem como os documentos envolvidos na adesão, e caberá a cada ente beneficiário a divulgação das informações no respectivo portal de transparência.

Art. 6º Às pessoas jurídicas beneficiadas com recursos de que trata esta Lei ficam vedados o pagamento de juros sobre capital próprio e a distribuição de lucros até 31 de dezembro de 2021.

Art. 7º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios referidos no art. 1º desta Lei deverão manifestar o interesse na assinatura do termo de adesão a que se refere o mesmo artigo no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação desta Lei.

§ 1º Os recursos referidos no art. 1º desta Lei serão divididos da seguinte forma:

I – 30% (trinta por cento) serão destinados aos Estados e ao Distrito Federal;

II – 70% (setenta por cento) serão destinados aos Municípios.

§ 2º Os recursos referidos no § 1º deste artigo serão distribuídos de acordo com os seguintes critérios:

I – no caso do Distrito Federal e dos Estados elegíveis, de forma proporcional à população de cada ente residente em Municípios que componham regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento ou aglomerações urbanas que incluam pelo menos 1 (um) Município com mais de 200.000 (duzentos mil) habitantes, conforme dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

II – no caso dos Municípios elegíveis, de forma proporcional à população residente, conforme dados do IBGE.

§ 3º No caso de não ter ocorrido, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de publicação desta Lei, a assinatura de termo de adesão para recebimento dos recursos por qualquer dos entes elegíveis na forma desta Lei, os recursos correspondentes serão distribuídos, de modo a manter a proporcionalidade definida neste artigo, para:

I – o respectivo Estado, na hipótese de não assinatura por Município elegível; e

II – os demais Estados, na hipótese de não assinatura por Estado elegível.

§ 4º No caso de região metropolitana que tenha entidade de natureza multifederativa responsável pela gestão do sistema de transporte público coletivo de



passageiros, a totalidade dos recursos poderá ser solicitada pelo respectivo ente multifederativo.

Art. 8º Os repasses aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de que trata esta Lei serão realizados com recursos aplicados em operações com compromisso de revenda e demais disponibilidades vinculados ao fundo das reservas monetárias na data de sua extinção, nos termos da Lei nº 14.007, de 2 de junho de 2020, após a liquidação pelo Banco Central do Brasil de eventuais obrigações do referido fundo e da transferência dos valores restantes para a conta única da União.

Art. 9º Fica vedado aos entes beneficiados com recursos nos termos desta Lei estabelecer elevação tarifária no serviço de transporte público coletivo de passageiros urbano ou semiurbano durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Art. 10. O art. 77 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 77.

§ 4º Em caso de grandes catástrofes, de epidemias, de pandemias ou de outras calamidades e situações de emergência que tragam risco à saúde coletiva e à segurança pública, com impacto relevante na rotina econômica, o valor da taxa de fiscalização prevista no § 3º deste artigo será reduzido em 1/12 (um doze avos) para cada mês de vigência do decreto de estado de calamidade.” (NR)

Art. 11. As disposições desta Lei serão regulamentadas pelo Poder Executivo.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS





SENADO FEDERAL

**ATO CONJUNTO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL E DO
PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Nº **6**, DE 2020

*Prorroga o prazo de funcionamento da
Comissão Mista Temporária destinada
a consolidar o texto da Reforma
Constitucional Tributária.*

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL E O PRESIDENTE DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no uso de suas competências regimentais e
regulamentares,

RESOLVEM:

Art. 1º Ficã prorrogado até 31 de março de 2021 o prazo de funcionamento da
Comissão Mista Temporária destinada a consolidar o texto da Reforma Constitucional
Tributária, criada pelo Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal e do Presidente da
Câmara dos Deputados nº 1, de 2020.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal,

de

de 2020.

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente do Senado Federal

Deputado RODRIGO MAIA

Presidente da Câmara dos Deputados



COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 11 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

1º VICE-PRESIDENTE: VAGO

2º VICE-PRESIDENTE: VAGO

3º VICE-PRESIDENTE: VAGO

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: VAGO

Relator do Projeto de Plano Plurianual: VAGO

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: VAGO

Relator da Receita: VAGO

Designação: 28/09/2020

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcio Bittar - MDB/AC ⁽⁸⁾	1. Dário Berger - MDB/SC ⁽⁸⁾
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽⁸⁾	2. Ney Suassuna - REPUBLICANOS/PB ⁽²⁷⁾
Ciro Nogueira - PP/PI ⁽⁷⁾	3. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽⁴⁾	1. Fabiano Contarato - REDE/ES ⁽⁴⁾
Leila Barros - PSB/DF ⁽⁴⁾	2. Jorge Kajuru - CIDADANIA/GO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽⁹⁾	1. VAGO
Plínio Valério - PSDB/AM ⁽²⁴⁾	2. VAGO
PSD	
Irajá - TO ⁽¹⁾	1. Sérgio Petecão - AC ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Rocha - PT/PA ⁽³⁾	1. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTES
Marcos Rogério - DEM/RO ⁽¹⁶⁾	1. Jorginho Mello - PL/SC ⁽¹⁶⁾
PODEMOS	
Lasier Martins - RS ⁽²⁾	1. Marcos do Val - ES ⁽²⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PSL, PP, PSD, MDB, PL, REPUBLICANOS, DEM, PSDB, SOLIDARIEDADE, PTB, PATRI, PSC, PROS, AVANTE	
Fabio Schiochet - PSL/SC ⁽²²⁾	1. Loester Trutis - PSL/MS ⁽²²⁾
Julian Lemos - PSL/PB ⁽²²⁾	2. Enéias Reis - PSL/MG ⁽²²⁾
Charles Evangelista - PSL/MG ⁽²²⁾	3. Helio Lopes - PSL/RJ ⁽²²⁾
Margarete Coelho - PP/PI	4. Beto Rosado - PP/RN
Aj Albuquerque - PP/CE	5. Professor Alcides - PP/GO
Cezinha de Madureira - PSD/SP ⁽²⁶⁾	6. Vermelho - PSD/PR
Júlio Cesar - PSD/PI	7. Júnior Ferrari - PSD/PA
Fábio Ramalho - MDB/MG ⁽¹⁵⁾	8. Jéssica Sales - MDB/AC ⁽¹⁵⁾
Fabio Reis - MDB/SE ⁽¹⁵⁾	9. João Marcelo Souza - MDB/MA ⁽¹⁵⁾
José Rocha - PL/BA ⁽²⁰⁾	10. Wellington Roberto - PL/PB ⁽²⁰⁾
Flávia Arruda - PL/DF	11. João Maia - PL/RN
Silas Câmara - REPUBLICANOS/AM ⁽¹⁸⁾	12. Roberto Alves - REPUBLICANOS/SP ⁽¹⁸⁾
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ	13. Severino Pessoa - REPUBLICANOS/AL ⁽¹⁸⁾
Beto Pereira - PSDB/MS ⁽¹³⁾	14. Edna Henrique - PSDB/PB ⁽¹³⁾
Domingos Sávio - PSDB/MG ⁽¹³⁾	15. Rose Modesto - PSDB/MS ⁽¹³⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA ⁽¹²⁾	16. Luis Miranda - DEM/DF ⁽¹²⁾
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO ^(12,21)	17. Leur Lomanto Júnior - DEM/BA ^(12,21)
Lucas Vergilio - SOLIDARIEDADE/GO	18. Gustinho Ribeiro - SOLIDARIEDADE/SE
Eduardo Costa - PTB/PA	19. Luisa Canziani - PTB/PR
Alcides Rodrigues - PATRIOTA/GO ⁽²³⁾	20. Pastor Eurico - PATRIOTA/PE ⁽²³⁾
PT	
Afonso Florence - BA ⁽¹⁴⁾	1. Marcon - RS ⁽¹⁴⁾
Nilto Tatto - SP ⁽¹⁴⁾	2. Paulo Guedes - MG ⁽¹⁴⁾
Paulão - AL ⁽¹⁴⁾	3. Paulo Pimenta - RS ⁽¹⁴⁾
PSB	
Danilo Cabral - PE ⁽¹⁷⁾	1. Lídice da Mata - BA ⁽¹⁷⁾
Gervásio Maia - PB ⁽¹⁷⁾	2. Bira do Pindaré - MA ⁽¹⁷⁾
PDT	
Fábio Henrique - SE ⁽¹¹⁾	1. Wolney Queiroz - PE ⁽²⁵⁾
Félix Mendonça Júnior - BA ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Bismarck - CE ⁽²⁵⁾
PODEMOS	
José Nelto - GO ⁽¹⁹⁾	1. Roberto de Lucena - SP ⁽¹⁹⁾
PCdoB	



TITULARES	SUPLENTES
Márcio Jerry - MA ⁽⁶⁾	1. Professora Marcivanía - AP ⁽⁶⁾
PSOL	
Sâmia Bomfim - SP ⁽¹⁰⁾	1. Marcelo Freixo - RJ ⁽¹⁰⁾
CIDADANIA	
Da Vitoria - ES ⁽⁵⁾	1. Carmen Zanotto - SC ⁽⁵⁾

Notas:

- Designados como titular e suplente, respectivamente, os Senadores Irajá e Sérgio Petecão. (Of. 56/2020 da Liderança do PSD)
- Designados os Senadores Lasier Martins e Marcos do Val, como titular e suplente, respectivamente. (Of. 35/2020 da Liderança do PODEMOS)
- Designados como titular e suplente, respectivamente, o Senador Paulo Rocha e a Senadora Zenaide Maia. (Of. 17/2020 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática)
- Designados como titulares os Senadores Acir Gurgacz e Flávio Arns; designados como suplentes a Senadora Leila Barros e o Senador Jorge Kajuru. (Of. 27/2020 do Bloco Senado Independente)
- Designados como titular e suplente, respectivamente, o Deputado Da Vitória e a Deputada Carmen Zanotto. (Of. 16/2020 da Liderança do Cidadania)
- Designados como titular e suplente, respectivamente, o Deputado Márcio Jerry e a Deputada Marcivanía. (Ofício nº 14/2020 da Liderança do PCdoB)
- Designado como titular o Senador Ciro Nogueira. (Of. 39/2020 da Liderança do PP)
- Designados como titulares os Senadores Márcio Bittar e Confúcio Moura; e, como suplente, o Senador Dário Berger. (Of. 27/2020 da Liderança do MDB)
- Designado como titular o Senador Rodrigo Cunha. (Of. 32/2020 da Liderança do PSDB)
- Designados como titular e suplente, respectivamente, a Deputada Sâmia Bomfim e o Deputado Marcelo Freixo. (Of. 230/2020 da Liderança do PSOL)
- Designados como titulares os Deputados Fábio Henrique e Félix Mendonça Júnior, conforme Of. 36/2020 da Liderança do PDT.
- Designados como titulares os Deputados Elmar Nascimento e Leur Lomanto Júnior; designados como suplentes o Deputado Luís Miranda e a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, conforme Of. 67 da Liderança do DEM)
- Designados como titulares os Deputados Beto Pereira e Domingos Sávio; designados como suplentes as Deputadas Edna Henrique e Rose Modesto. (Of. 71/2020 da Liderança do PSDB)
- Designados como titulares os Deputados Afonso Florence, Nilto Tatto e Paulão; designados como suplentes os Deputados Marcon, Paulo Guedes e Paulo Pimenta. (Of. SN/2020 da Liderança do PT)
- Designados como titulares os Deputados Fábio Ramalho e Fábio Reis; designados como suplentes a Deputada Jéssica Sales e o Deputado João Marcelo Souza. (Of. 80/2020 da Liderança do MDB)
- 28/09/2020: Designado como titular o Senador Marcos Rogério; designado como suplente o Senador Jorginho Mello. (Of.7/2020 da Liderança do Bloco Vanguarda)
- 28/09/2020: Designados como titulares os Deputados Danilo Cabral e Gervásio Maia; designados como suplentes a Deputada Lídice da Mata e o Deputado Bira do Pindaré. (Of. 38/2020 da Liderança do PSB)
- 28/09/2020: Designados como titulares os Deputados Silas Câmara e Rosângela Gomes; designados como suplentes os Deputados Roberto Alves e Severino Pessoa. (Of. 42/2020 da Liderança do Republicanos)
- 29/09/2020: Designado como titular o Deputado José Nelto; designado como suplente o Deputado Roberto da Lucena. (Of. 51/2020 da Liderança do PODEMOS)
- 29/09/2020: Designado como titular o Deputado José Rocha, em substituição ao Deputado Wellington Roberto; designado como suplente o Deputado Wellington Roberto, em substituição ao Deputado Zé Vitor. (Of. 91/2020 da Liderança do PP) ([DCN de 01/10/2020, p. 11](#))
- 29/09/2020: Designada como titular a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em substituição ao Deputado Leur Lomanto Júnior, que passa à suplência. (Of. 69/2020 da Liderança do DEM) ([DCN de 01/10/2020, p. 10](#))
- 29/09/2020: Designados como titulares os Deputados Fábio Schiochet, Julian Lemos e Charly Evangelista; designados como suplentes os Deputados Loester Trutis, Eneias Reis e Hélio Lopes. (Of. 92/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 01/10/2020, p. 12](#))
- 29/09/2020: Designado como titular o Deputado Alcides Rodrigues; designado como suplente o Deputado Pastor Eurico. (Of. 19/2020 da Liderança do Patriotas) ([DCN de 01/10/2020, p. 6](#))
- 30/09/2020: Designado como titular o Senador Plínio Valério. (Of. 32/2020 da Liderança do PSDB)
- 01/10/2020: Designados como suplentes os Deputados Wolney Queiroz e Eduardo Bismarck. (Of. 100A da Liderança do PDT) ([DCN de 08/10/2020, p. 8](#))
- 05/10/2020: Designado como titular o Deputado Cezinha de Madureira, em substituição ao Deputado Sérgio Brito. (Of. 93 da Liderança do PP) ([DCN de 08/10/2020, p. 7](#))
- 07/10/2020: Designado como suplente o Senador Ney Suassuna. (Of. 342/2020 da Liderança do Republicanos) ([DCN de 08/10/2020, p. 9](#))

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): 3216-6893

Local: Anexo II (Anexo Luís Magalhães) - Ala C Sala 12 - Térreo - Câmara dos Deputados



CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

**III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e
Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI**

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM



Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (MDB-PR)

RELATOR: Deputado Edilázio Júnior (PSD-MA)

Designação: 14/08/2019

Instalação: 28/08/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽¹⁴⁾	1. Marcio Bittar - MDB/AC ⁽¹⁴⁾
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽¹⁴⁾	2. Eduardo Braga - MDB/AM ⁽¹⁴⁾
Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽²⁾	3. VAGO
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽¹⁷⁾	1. Tasso Jereissati - PSDB/CE
Rose de Freitas - PODEMOS/ES ^(3,18,22)	2. Styvenson Valentim - PODEMOS/RN ^(19,22)
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Fabiano Contarato - REDE/ES ⁽⁴⁾	1. Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽⁵⁾
Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽¹⁵⁾	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽¹⁵⁾
PSD	
Sérgio Petecão - AC ⁽⁶⁾	1. Otto Alencar - BA ⁽²⁷⁾
Lucas Barreto - AP ^(27,34,35)	2. Angelo Coronel - BA ⁽²⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jaques Wagner - PT/BA ⁽⁷⁾	1. Telmário Mota - PROS/RR ⁽⁷⁾
Paulo Rocha - PT/PA ⁽⁷⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Zequinha Marinho - PSC/PA ⁽⁸⁾	1. Chico Rodrigues - PSL/AM ⁽⁸⁾

Câmara dos Deputados

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTES
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL	
Delegado Pablo - PSL/AM ^(18,25)	1. Delegado Waldir - PSL/GO ⁽¹⁸⁾
Átila Lins - PP/AM ⁽¹⁸⁾	2. Claudio Cajado - PP/BA ⁽¹⁸⁾
Edilázio Júnior - PSD/MA ⁽¹⁶⁾	3. Sidney Leite - PSD/AM ⁽³²⁾
Sergio Souza - MDB/PR ⁽⁹⁾	4. VAGO
Zé Vitor - PL/MG ^(10,30)	5. Raimundo Costa - PL/BA ^(10,30)
Aroldo Martins - REPUBLICANOS/PR ⁽¹¹⁾	6. Carlos Gomes - REPUBLICANOS/RS ⁽¹¹⁾
Luiz Carlos - PSDB/AP ⁽²¹⁾	7. Alan Rick - DEM/AC ⁽²⁹⁾
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
Leônidas Cristino - PDT/CE ^(18,23,28)	1. Acácio Favacho - PROS/AP ⁽¹⁸⁾
Roberto de Lucena - PODEMOS/SP ⁽¹²⁾	2. Léo Moraes - PODEMOS/RO ⁽²⁶⁾
PT	
Leonardo Monteiro - MG ^(13,33)	1. Nilto Tatto - SP ⁽¹³⁾
PSB	
Camilo Capiberibe - AP ^(18,20)	1. Lídice da Mata - BA ^(18,20)
PSOL ⁽¹⁾	
Talíria Petrone - RJ ^(18,24)	1. Edmilson Rodrigues - PA ^(18,31)

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PSOL-CD).
- Designado, como membro titular, o Senador Luis Carlos Heinze (PP), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 49/2019 da Liderança do PP.
- Designado, como membro titular, o Senador Styvenson Valentim (PODE), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 54/2019 da Liderança do PODEMOS.
- Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato (REDE), em 14.8.2019, conforme Memorando nº 94/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
- Designado, como membro suplente, o Senador Randolfe Rodrigues (REDE), em 14.8.2019, conforme Memorando nº 94/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
- Designado, como membro titular, o Senador Sérgio Petecão (PSD), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 17/2019 da Liderança do PSD.
- Designados, como membros titulares, os Senadores Jaques Wagner (PT) e Paulo Rocha (PT); e, como suplentes, o Senador Telmário Mota (PROS) e a Senadora Zenaide Maia (PROS), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 53/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
- Designado, como membro titular, o Senador Zequinha Marinho (PSC); e como suplente, o Senador Chico Rodrigues (DEM), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 42/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda.
- Designado, como membro titular, o Deputado Sérgio Souza (MDB), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 184/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB.
- Designado, como membro titular, o Deputado Raimundo Costa (PL); e, como suplente, o Deputado Zé Vitor (PL), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 212/2019 da Liderança do PL.
- Designado, como membro titular, o Deputado Aroldo Martins (PRB); e, como suplente, o Deputado Carlos Gomes (PRB), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 125/2019 da Liderança do PRB.
- Designado, como membro titular, o Deputado Roberto de Lucena (PODE), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 132/2019 da Liderança do PODEMOS.
- Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT); e, como suplente, o Deputado Nilto Tatto (PT), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 294/2019 da Liderança do PT.
- Designados, como membros titulares, os Senadores Eduardo Gomes (MDB) e Confúcio Moura (MDB); e, como suplentes, os Senadores Márcio Bittar (MDB) e Eduardo Braga (MDB), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 173/2019 da Liderança do MDB.
- Designado, como membro titular, o Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA); e, como suplente, a Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 101/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
- Designado, como membro titular, o Deputado Edilázio Júnior (PSD), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 314/2019 da Liderança do PSD.
- Designado, como titular, o Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 94/2019 da Liderança do PSDB.
- Parlamentares designados com base no art. 9º, § 1º, do Regimento Comum do Congresso Nacional e art. 4º, § 2º, da Resolução nº 4/2008-CN: Senador Tasso Jereissati (PSDB) e Deputados Luciano Bivar (PSL), Delegado Waldir (PSL), Atila Lins (PP), Claudio Cajado (PP), Damião Feliciano (PDT), Wolney Queiroz (PDT), Gonzaga Patriota (PSB), Atila Lira (PSB), Ivan Valente (PSOL) e Luiza Erundina (PSOL).
- Designada, como membro suplente, a Senadora Rose de Freitas (PODE), em vaga existente, em 15.8.2019, conforme Ofício nº 84/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 22/08/2019, p. 79](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Camilo Capiberibe (PSB), em substituição ao Deputado Gonzaga Patriota (PSB); e, como suplente, é designada a Deputada Lídice da Mata (PSB), em substituição ao Deputado Atila Lira (PSB), em 16.8.2019, conforme Ofício nº 203/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 22/08/2019, p. 80](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Carlos (PSDB), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 465/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 29/08/2019, p. 320](#))
- Designada, como membro titular, a Senadora Rose de Freitas (PODE), em substituição ao Senador Styvenson Valentim (PODE), que passa à condição de suplente, em 27.8.2019, conforme Ofício nº 98/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 29/08/2019, p. 316](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Leônidas Cristino (PDT), em substituição ao Deputado Damião Feliciano (PDT), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 309/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 29/08/2019, p. 318](#))
- Designada, como membro titular, a Deputada Talíria Petrone (PSOL), em substituição ao Deputado Ivan Valente (PSOL), em 28.8.2019, conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do PSOL. ([DCN de 29/08/2019, p. 317](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



25. Designado, como membro titular, o Deputado Delegado Pablo (PSL), em substituição ao Deputado Luciano Bivar (PSL), em 28.8.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 29/08/2019, p. 319](#))
26. Designado, como membro suplente, o Deputado Léo Moraes (PODE), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 195/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 05/09/2019, p. 97](#))
27. Designado, como membro titular, o Senador Lucas Barreto (PSD), em vaga existente; e, como suplentes, são designados os Senadores Otto Alencar (PSD) e Angelo Coronel (PSD), em vagas existentes, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 130/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 05/09/2019, p. 96](#))
28. Designado, como membro suplente, o Deputado Acácio Favacho (PROS), em substituição ao Deputado Wolney Queiroz (PDT), em vaga cedida, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 312/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 05/09/2019, p. 98](#))
29. Designado, como membro suplente, o Deputado Alan Rick (DEM), em vaga existente, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 762/2019 da Liderança do DEM.
30. Designado, como membro titular, o Deputado Zé Vitor (PL), em substituição ao Deputado Raimundo Costa (PL), que passa à condição de suplente, em 11.9.2019, conforme Ofício nº 229/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 12/09/2019, p. 225](#))
31. Designado, como membro suplente, o Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL), em substituição à Deputada Luiza Erundina (PSOL), em 02.10.2019, conforme Memo nº 192/2019 da Liderança do PSOL. ([DCN de 03/10/2019, p. 229](#))
32. Designado, como membro suplente, o Deputado Sidney Leite (PSD), em vaga existente, em 8.10.2019, conforme Ofício nº 444/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 10/10/2019, p. 823](#))
33. Designado, como membro titular, o Deputado José Airton (PT), em substituição ao Deputado Leonardo Monteiro (PT), em 3.12.2019, conforme Ofício nº 677/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 05/12/2019, p. 161](#))
34. Designado, como membro titular, o Senador Paulo Albuquerque (PSD), em substituição ao Senador Lucas Barreto (PSD), em 05.02.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do PSD/SF. ([DCN de 06/02/2020, p. 38](#))
35. Designado, como membro titular, o Senador Lucas Barreto (PSD), em substituição ao Senador Paulo Albuquerque (PSD), em 20.04.2020, conforme Ofício nº 45/2020 da Liderança do PSD/SF. ([DCN de 23/04/2020, p. 6](#))

Secretário: CAROLINA FREITAS MENDONÇA MARIANO

Telefone(s): (61) 3303-3229

E-mail: cocm@senado.gov.br



Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL/SP)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	Líder da Maioria Senador Eduardo Braga (MDB/AM)
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Deputado José Guimarães (PT/CE)	Líder da Minoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Claudio Cajado (PP/BA) ⁽⁶⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senadora Daniella Ribeiro ^(1,7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Carlos Zarattini (PT/SP) ⁽⁴⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Jaques Wagner (PT/BA) ⁽⁵⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Edio Lopes (PL/RR) ⁽²⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES) ⁽³⁾

Notas:

- Designada a Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) para a vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Maioria do Senado Federal, em 3.4.2019, conforme Ofício nº 141/2019 da Liderança da Maioria do Senado Federal. ([DCN de 04/04/2019, p. 276](#))
- Deputado Edio Lopes (PP) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 16.4.2019, conforme Ofício nº 6/2019 da CREDN-CD. ([DCN de 18/04/2019, p. 117](#))
- Senador Marcos do Val (Cidadania) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 22.4.2019, conforme Ofício nº 18/2019 da CRE-SF. ([DCN de 25/04/2019, p. 117](#))
- Designado o Deputado Carlos Zarattini (PT) para a vaga destinada à Minoria da Câmara dos Deputados, em 9.5.2019, conforme Ofício nº 20/2019 da Liderança da Minoria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 16/05/2019, p. 8](#))
- Designado o Senador Jaques Wagner (PT) para a vaga destinada à Minoria do Senado Federal, em 11.6.2019, conforme Memorando nº 14/2019 da Liderança da Minoria do Senado Federal. ([DCN de 13/06/2019, p. 234](#))
- Designado o Deputado Cláudio Cajado (PP) para a vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 13.8.2019, conforme Ofício nº 5/2019 da Liderança da Maioria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 15/08/2019, p. 153](#))
- 28/09/2020: Designado o Senador Diego Tavares, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. (Of. 42/2020 da Liderança do PP)

Secretário: Marcos Machado Melo

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 3 Senadores e 5 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Designação: 05/06/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Dário Berger - MDB/SC ⁽⁵⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁴⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente ⁽¹⁾ (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Flávio Arns - PODEMOS/PR ⁽⁶⁾	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL	
Delegado Waldir - PSL/GO ⁽³⁾	1. Delegado Marcelo Freitas - PSL/MG ⁽³⁾
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ ⁽³⁾	2. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - PP/RJ ⁽³⁾
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
Márcio Marinho - REPUBLICANOS/BA ⁽³⁾	1. Damião Feliciano - PDT/PB ⁽³⁾
PT	
Reginaldo Lopes - MG ^(3,9)	1. VAGO ⁽³⁾
PSB ⁽²⁾	
VAGO ^(3,8)	1. Pastor Eurico - PATRIOTA/PE ^(3,7)

Notas:

*. PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO (para efeito de participação brasileira na AP-CPLP, de acordo com o parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2/2014-CN): Presidente: Senador Davi Alcolumbre (Presidente da Mesa do Congresso Nacional); Vice-Presidente: Deputado Marcos Pereira (Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional).

**.. Composição da Câmara dos Deputados informada pelo Ofício nº 405/2019/SGM/P. Observações: 1) Deputada Rosângela Gomes (PRB) indicada para vaga de titular, cedida pelo PP; 2) Deputado Márcio Marinho (PRB) indicado para vaga de titular, cedida pelo PDT.

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (Bloco Senado Independente-SF).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (PSB-CD).
3. Designados, por meio do Ofício nº 405/2019/SGM/P, os seguintes Deputados: 1. Bloco PSL,PP,PR,PSD,MDB,PRB,PSDB,DEM,PTB,PSD,PMN: Titulares: Delegado Waldir (PSL) e Rosângela Gomes (PRB); Suplentes: Delegado Marcelo Freitas (PSL) e Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP); 2. Bloco PDT,SD,PODE,PROS,PCdoB,AVANTE,PV,DC: Titular: Deputado Márcio Marinho (PRB); Suplente: Deputado Damião Feliciano (PDT); 3. PT: Titular: (vago); Suplente: (vago); 4. PSB: Titular: Deputado Rodrigo Coelho (PSB); Suplente: (vago). ([DCN de 06/06/2019, p. 206](#))
4. Designado, como titular, o Senador Izalci Lucas (PSDB), conforme Ofício nº 77/2019, da Liderança do PSDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 204](#))
5. Designado, como titular, o Senador Dário Berger (MDB), conforme Ofício nº 160/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 203](#))
6. Designado, como membro titular, o Senador Flávio Arns (REDE), conforme Memorando nº 91/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 06/06/2019, p. 205](#))
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Pastor Eurico (Patriota), em vaga cedida, em 8.8.2019, conforme Ofício nº 201/2019 da Liderança do PSB ([DCN de 15/08/2019, p. 152](#))
8. Dispensada a participação do Deputado Rodrigo Coelho (PSB), em 23.9.2019 conforme Ofício nº 268/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30.08.19). ([DCN de 26/09/2019, p. 358](#))
9. Designado, como titular, o Deputado Reginaldo Lopes (PT), conforme Ofício nº 84/2020 da Liderança do PT. ([DCN de 19/03/2020, p. 18](#))



Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Deputada Elcione Barbalho (MDB-PA)

RELATOR: VAGO

Designação: 07/08/2019

Instalação: 14/08/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Simone Tebet - MDB/MS ⁽²⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Diego Tavares - PP/PB ^(3,24)	3. VAGO
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Mara Gabrilli - PSDB/SP ⁽¹⁶⁾	1. Juíza Selma - PODEMOS/ES ⁽¹⁹⁾
Rose de Freitas - PODEMOS/ES ⁽⁴⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Leila Barros - PSB/DF ⁽⁵⁾	1. Fabiano Contarato - REDE/ES ⁽⁵⁾
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽⁵⁾	2. VAGO
PSD	
Nelsinho Trad - MS ⁽⁶⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽⁷⁾	1. Paulo Paim - PT/RS ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁷⁾	2. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Maria do Carmo Alves - DEM/SE ⁽⁸⁾	1. Chico Rodrigues - PROS/RN ⁽⁸⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL	
Carla Dickson - PROS/RN ⁽²³⁾	1. VAGO
Margarete Coelho - PP/PI ⁽¹⁵⁾	2. Angela Amin - PP/SC ⁽¹⁵⁾
Flordelis - PSD/RJ ⁽⁹⁾	3. VAGO
Elcione Barbalho - MDB/PA ⁽¹⁰⁾	4. VAGO
Policial Katia Sastre - PL/SP ⁽¹¹⁾	5. Flávia Arruda - PL/DF ⁽¹¹⁾
Aline Gurgel - REPUBLICANOS/AP ⁽¹²⁾	6. Maria Rosas - REPUBLICANOS/SP ⁽¹²⁾
VAGO	7. VAGO
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
Flávia Moraes - PDT/GO ⁽¹⁷⁾	1. VAGO
Léo Moraes - PODEMOS/RO ⁽¹³⁾	2. VAGO
PT	
Luizianne Lins - CE ⁽¹⁴⁾	1. VAGO
PSB	
Vilson da Fetaemg - MG ⁽²¹⁾	1. VAGO ^(21,22)
PSOL ⁽¹⁾	
Áurea Carolina - MG ⁽²⁰⁾	1. Talíria Petrone - RJ ⁽²⁰⁾

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PSOL-CD).
- Designada, como membro titular, a Senadora Simone Tebet (MDB), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 156/2019 da Liderança do MDB.
- Designada, como membro titular, a Senadora Daniella Ribeiro (PP), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 48/2019 da Liderança do PP.
- Designada, como membro titular, a Senadora Rose de Freitas (PODE), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 55/2019 da Liderança do PODEMOS.
- Designadas, como membros titulares, as Senadora Leila Barros (PSB) e Eliziane Gama (CIDADANIA); e, como suplente, é designado o Senador Fabiano Contarato (REDE), em 7.8.2019, conforme Memorando nº 92/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
- Designado, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 18/2019 da Liderança do PSD.
- Designada, como membro titular, a Senadora Zenaide Maia (PROS); e, como suplentes, são designados os Senadores Paulo Paim (PT) e Jean Paul Prates (PT), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 52/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. [Obs.: A indicação da Senadora Renilde Bulhões (PROS) constou no ofício da liderança, porém a indicada não estava no exercício do mandato parlamentar na data da designação - 07/08/2019].
- Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo (DEM); e, como suplente, é designado o Senador Chico Rodrigues (DEM), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 41/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
- Designada, como membro titular, a Deputada Flordelis (PSD), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 235/2019 da Liderança do PSD.
- Designada, como membro titular, a Deputada Elcione Barbalho (MDB), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 185/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PT.
- Designada, como membro titular, a Deputada Policial Katia Sastre (PL); e, como suplente, a Deputada Flávia Arruda (PL), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 211/2019 da Liderança do PL.
- Designada, como membro titular, a Deputada Aline Gurgel (PRB); e, como suplente, a Deputada Maria Rosas (PRB), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 122/2019 da Liderança do PL.
- Designado, como membro titular, o Deputado Léo Moraes (PODE), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 131/2019 da Liderança do PODEMOS.
- Designada, como membro titular, a Deputada Luizianne Lins (PT), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 295/2019 da Liderança do PT.
- Designada, como membro titular, a Deputada Margarete Coelho (PP); e, como suplente, a Deputada Angela Amin (PP), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 121/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB.
- Designada, como membro titular, a Senadora Mara Gabrilli (PSDB), em 8.8.2019, conforme Ofício nº 93/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 15/08/2019, p. 148](#))
- Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes (PDT), em 13.8.2019, conforme Ofício nº 296/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 15/08/2019, p. 150](#))
- Instalação e eleição da Presidência em 14/08/2019.
- Designada, como membro suplente, a Senadora Juíza Selma (PSL), em vaga cedida pelo PSDB, em 14.8.2019, conforme Ofício nº 73/2019, da Liderança do PSL. ([DCN de 15/08/2019, p. 149](#))
- Designada, como membro titular, a Deputada Áurea Carolina (PSOL); e, como suplente, a Deputada Talíria Petrone (PSOL), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 155/2019 da Liderança do PSOL. ([DCN de 15/08/2019, p. 151](#))
- Designados, como membro titular, o Deputado Wilson da Fetaemg (PSB); e, como suplente, a Deputada Rosana Valle (PSB), em vagas existentes, em 16.8.2019, conforme Ofício nº 204/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 22/08/2019, p. 81](#))



22. Dispensada a participação da Deputada Rosana Valle (PSB), em 23/9/2019, conforme Ofício nº 273/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30/8/19). ([DCN de 26/09/2019, p. 389](#))
23. 10/07/2020: Designada como titular a Deputada Carla Dickson (PROS/RN). (Of. 74/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 16/07/2020, p. 7](#))
24. 28/09/2020: Designado como titular o Senador Diego Tavares, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. (Of. 42/2020 da Liderança do PP)

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br



Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Finalidade: A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul tem por finalidade ser o órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC)

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE PELO BRASIL NO PARLASUL: Deputado Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁾	1. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁾
Marcio Bittar - MDB/AC ⁽¹⁾	2. VAGO
Humberto Costa - PT/PE ⁽²⁾	3. Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽³⁾	1. VAGO
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽⁴⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo ⁽⁵⁾	1. Flávio Arns - PODEMOS/PR ⁽⁶⁾
Marcos do Val - PODEMOS/ES ⁽⁵⁾	2. Leila Barros - PSB/DF ⁽¹⁴⁾
PSD	
Nelsinho Trad - MS ^(7,27)	1. Angelo Coronel - BA ^(7,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Telmário Mota - PROS/RR ⁽⁸⁾	1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG ⁽⁹⁾	1. Jayme Campos - DEM/MT ⁽⁹⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
DEM, MDB, PL, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS ⁽¹⁰⁾	
Heitor Freire - PSL/CE ^(17,30)	1. Carlos Jordy - PSL/RJ ^(16,22,24)
Delegado Waldir - PSL/GO ^(16,21)	2. VAGO ⁽¹⁵⁾



TITULARES	SUPLENTES
Afonso Hamm - PP/RS	3. Fausto Pinato - PP/SP
Átila Lira - PP/PI (25,31)	4. Ricardo Barros - PP/PR
Dr. Jaziel - PL/CE	5. José Rocha - PL/BA (11)
Edio Lopes - PL/RR (11)	6. Giovanni Cherini - PL/RS
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	7. Cezinha de Madureira - PSD/SP
Vermelho - PSD/PR	8. Hugo Leal - PSD/RJ
Moses Rodrigues - MDB/CE	9. Celso Maldaner - MDB/SC
Vinicius Farah - MDB/RJ	10. Rogério Peninha Mendonça - REPUBLICANOS/SP
Celso Russomanno - REPUBLICANOS/SP	11. Carlos Gomes - REPUBLICANOS/RS
Lucas Redecker - PSDB/RS	12. Beto Pereira - PSDB/MS
Alexandre Leite - DEM/SP	13. Pedro Lupion - DEM/PR
Paes Landim (29)	14. Santini - PTB/RS
VAGO (19,28)	15. Bruna Furlan - PSDB/SP
AVANTE, CIDADANIA, DC, PATRIOTA, PCdoB, PDT, PODEMOS, PROS, PV, SOLIDARIEDADE (10)	
Paulo Ramos - PDT/RJ	1. Afonso Motta - PDT/RS
Aureo Ribeiro - SOLIDARIEDADE/RJ	2. Tiago Dimas - SOLIDARIEDADE/TO
Bacelar - PODEMOS/BA	3. Roberto de Lucena - PODEMOS/SP
Perpétua Almeida - PCdoB/AC	4. Jandira Feghali - PCdoB/RJ
Pastor Eurico - PATRIOTA/PE	5. Marreca Filho - PATRIOTA/MA
PSB, PSOL, PT, REDE (10)	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Maria do Rosário - PT/RS
Odair Cunha - PT/MG	2. Paulão - PT/AL
Heitor Schuch - PSB/RS (18)	3. VAGO (18)
Sâmia Bomfim - PSOL/SP (32)	4. Glauber Braga - PSOL/RJ
Zeca Dirceu - PT/PR	5. VAGO
NOVO (10)	
Marcel Van Hattem - RS	1. Gilson Marques - SC (12,20,26)
PTC (10)	
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ	1. Eros Biondini - PROS/MG (23)

Notas:

*. Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 30 de 2019 (art. 6º da Resolução nº 1 de 2011-CN). Publicação no DOU de 22.5.2019 e no DCN de 23.5.2019.

** A indicação dos Deputados foi encaminhada por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P (DCN de 23.5.2019). Observações: 1) Deputado Eros Biondini (PROS) e Deputada Bruna Furlan (PSDB) são indicados para vagas cedidas pelo PSC; 2) Deputado Zeca Dirceu (PT) é indicado para vaga de titular cedida pelo Partido REDE; 3) Deputada Rosângela Gomes (PRB) é indicada para vaga de titular cedida pelo PTC.

1. Designados, como titulares, os Senadores Marcelo Castro (MDB) e Márcio Bittar (MDB); e, como suplente, o Senador Mecias de Jesus (PRB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 38/2019 da Liderança do MDB. (DCN de 11/04/2019, p. 50; DCN de 23/05/2019, p. 101)

2. Designado, como titular, o Senador Humberto Costa (PT), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 9/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, com anuência da Liderança do PP. (DCN de 11/04/2019, p. 51; DCN de 23/05/2019, p. 102)

3. Designado, como titular, o Senador Rodrigo Cunha (PSDB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 61/2019 da Liderança do PSDB. (DCN de 11/04/2019, p. 52; DCN de 23/05/2019, p. 103)

4. Designada, como titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 15/2019 da Liderança do PSL. (DCN de 11/04/2019, p. 53; DCN de 23/05/2019, p. 104)

5. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB) e Marcos do Val (CIDADANIA), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 56/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. (DCN de 11/04/2019, p. 54; DCN de 23/05/2019, p. 105)

6. Designado, como suplente, o Senador Flávio Arns (REDE), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 71/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. (DCN de 11/04/2019, p. 55; DCN de 23/05/2019, p. 106)

7. Designados, como titular, o Senador Angelo Coronel (PSD); e, como suplente, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 22/2019 da Liderança do PSD. (DCN de 11/04/2019, p. 56; DCN de 23/05/2019, p. 107)

8. Designados, como titular, o Senador Telmário Mota (PROS); e, como suplente, o Senador Jaques Wagner (PT), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 21/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. (DCN de 11/04/2019, p. 57; DCN de 23/05/2019, p. 108)

9. Designados, como titular, o Senador Rodrigo Pacheco (DEM); e, como suplente, o Senador Jayme Campos (DEM), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 24/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda. (DCN de 11/04/2019, p. 58; DCN de 23/05/2019, p. 109)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
http://www.senado.leg.br/ordiacn



10. Indicação dos Deputados encaminhada à Mesa do Congresso Nacional por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P. ([DCN de 23/05/2019, p. 1303](#))
11. Designado, como membro titular, o Deputado Édio Lopes (PR), em substituição ao Deputado José Rocha (PR), que passa à condição de suplente, em 16.5.2019, conforme Ofício nº 179/2019 da Liderança do PR. ([DCN de 23/05/2019, p. 99](#))
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Gilson Marques (NOVO/SC), em 22/05/2019, conforme Ofício nº 70/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 23/05/2019, p. 100](#))
13. Designado, como membro titular, o Senador Luis Carlos Heinze (PP), em 4.6.2019, conforme Ofício nº 50/2019, da Liderança do PP. ([DCN de 06/06/2019, p. 208](#))
14. Designada, como membro suplente, a Senadora Leila Barros (PSB), em 12.6.2019, conforme Memorando nº 96/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. ([DCN de 13/06/2019, p. 238](#))
15. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL), em 13.6.2019, conforme Ofício nº 217/2019 da Liderança do PSL.
16. Designado, como membro titular, o Deputado Sanderson (PSL), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL), que deixa de compor a Representação. ([DCN de 15/08/2019, p. 155](#))
17. Designado, como membro titular, o Deputado Coronel Armando (PSL), em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 329/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/09/2019, p. 226](#))
18. Designado, como titular, o Deputado Heitor Schuch (PSB/RS), em substituição ao Deputado Átila Lira (PSB/PI), conforme Ofício nº 240/2019 da Liderança do PSB). ([DCN de 26/09/2019, p. 395](#))
19. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC), em substituição ao Deputado Eros Biondini (PROS), em 26.9.2019, conforme Ofício nº 101/2019 da Liderança do PSC. ([DCN de 26/09/2019, p. 394](#))
20. Designado, como membro suplente, o Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em substituição ao Deputado Gilson Marques (NOVO), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 105/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 03/10/2019, p. 232](#))
21. Designado como titular o Deputado Delegado Waldir (PSL/GO), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 376/2019 da Liderança do PSL.
22. Designado como suplente o Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 376/2019 da Liderança do PSL.
23. 10/10/2019: Designado como suplente o Deputado Eros Biondini (PROS/MG), conforme Ato do Presidente da Câmara dos Deputados de 10 de outubro de 2019. ([DCN de 17/10/2019, p. 14](#))
24. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL), em 31.10.2019, conforme Ofício nº 459/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 67](#))
25. Solicitado o desligamento da Deputada Jaqueline Cassol (PP) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 20.11.2019, conforme Ofício nº 394/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PP. ([DCN de 21/11/2019, p. 206](#))
26. Designado, como membro suplente, o deputado Gilson Marques (NOVO), em substituição ao Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em 21.11.2019, conforme Ofício nº 129/2019 da Liderança do Novo. ([DCN de 28/11/2019, p. 353](#))
27. Designado, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em substituição ao Senador Angelo Coronel (PSD), que passa à condição de suplente, em 10.12.2019, conforme Ofício nº 171/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 12/12/2019, p. 563](#))
28. Solicitado o desligamento do Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 18.12.2019, conforme Ofício nº 137/2019 da Liderança do PSC.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim (PTB), em substituição ao Deputado Maurício Dziedricki (PTB), em 10.03.2020, conforme Ofício nº 20/2020 da Liderança do PTB. ([DCN de 12/03/2020, p. 327](#))
30. Designado, como membro titular, o Deputado Heitor Freire (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Armando (PSL), em 12.03.2020, conforme Ofício nº 55/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/03/2020, p. 17](#))
31. Designado, como membro titular, o Deputado Atila Lira (PP), em 03.04.2020, conforme Ofício nº 60/2019 da Liderança do PP.
32. 10/09/2020: Designada a Deputada Sâmia Bomfim como titular, em substituição à Deputada Fernanda Melchionna. ([DSF de 17/09/2020, p. 6](#))

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefone(s): 3216-6871
E-mail: cpcms.decom@camara.leg.br



Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Destinada a apresentar projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, bem como à modernização e ao fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Notas:

*. A composição da Comissão designada em 7/3/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk
Telefone(s): 3303-4256



Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

(criada pelo Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal
e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2019)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as questões afetas aos movimentos migratórios nas fronteiras do Brasil e aos direitos dos refugiados.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Bruna Furlan (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

RELATOR: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP)

Designação: 27/11/2019

Instalação: 04/12/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Luiz Pastore ⁽¹⁷⁾	1. Jarbas Vasconcelos - MDB/PE ⁽¹⁷⁾
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁷⁾	2. Jader Barbalho - MDB/PA ⁽¹⁷⁾
Diego Tavares - PP/PB ^(2,23)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Flávio Arns - PODEMOS/PR ⁽³⁾	1. VAGO
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽³⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Mara Gabrilli - PSDB/SP ⁽⁴⁾	1. Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁴⁾
VAGO ^(5,20)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Paim - PT/RS ⁽¹³⁾	1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹³⁾
Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹³⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹³⁾
PSD	
Nelsinho Trad - MS ⁽⁶⁾	1. Lucas Barreto - AP ^(6,19,22)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO	1. VAGO
PODEMOS	
VAGO	1. VAGO



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
VAGO	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP ⁽⁷⁾	2. Gutemberg Reis - MDB/RJ ⁽¹⁶⁾
PT	
Carlos Zarattini - SP ⁽⁸⁾	1. Maria do Rosário - RS ⁽⁸⁾
PSL	
Luiz Philippe de Orleans e Bragança - SP ⁽¹⁸⁾	1. VAGO
PSD	
Stefano Aguiar - MG ⁽⁹⁾	1. VAGO
PL	
Marcio Alvino - SP ⁽¹⁰⁾	1. VAGO
PSB	
VAGO	1. VAGO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR ⁽²¹⁾	1. VAGO
PSDB	
Bruna Furlan - SP ⁽¹¹⁾	1. Eduardo Barbosa - MG ⁽¹¹⁾
DEM	
Luis Miranda - DF ⁽¹⁴⁾	1. VAGO
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽¹²⁾	1. Sílvia Cristina - RO ⁽¹²⁾
PODEMOS ⁽¹⁾	
Orlando Silva - PCdoB/SP ⁽¹⁵⁾	1. VAGO

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PODEMOS-CD).
- Designada, como membro titular, a Senadora Daniella Ribeiro (PP), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 75/2019 da Liderança do PP.
- Designados, como membros titulares, o Senador Flávio Arns (Rede) e a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 134/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar do Bloco Senado Independente.
- Designada, como membro titular, a Senadora Mara Gabrilli (PSDB); e, como suplente, o Senador Izalci Lucas (PSDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 115/2019 da Liderança do PSDB.
- Designado, como membro titular, o Senador Antonio Anastasia (PSDB), em vaga cedida pelo PSL ao PSDB, em 27.11.2019, conforme Ofício nº 116/2019 da Liderança do PSDB (com anuência do PSL).
- Designados, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD); e, como suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 156/2019 da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Deputado Baleia Rossi (MDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 356/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB.
- Designados, como membro titular, o Deputado Carlos Zarattini (PT); e, como suplente, a Deputada Maria do Rosário (PT), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 596/2019 da Liderança do PT.
- Designado, como membro titular, o Deputado Stefano Aguiar (PSD), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 473/2019 da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Deputado Marcio Alvino (PL), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 367/2019 da Liderança do PL.
- Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB); e, como suplente, é designado o Deputado Eduardo Barbosa (PSDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 582/2019 da Liderança do PSDB.
- Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadêlha (PDT); e, como suplente, é designada a Deputada Sílvia Cristina (PDT), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 346/2019 da Liderança do PDT.
- Designados, como membros titulares, os Senadores Paulo Paim (PT) e Telmário Mota (PROS); e, como suplentes, os Senadores Paulo Rocha (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 111/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
- Designado, como membro titular, o Deputado Luís Miranda (DEM), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 822/2019 da Liderança do Democratas.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



15. Designado, como membro titular, o Deputado Orlando Silva (PCdoB), em vaga cedida ao PCdoB, em 28.11.2019, conforme Ofício nº 279/2019 da Liderança do Podemos ([DCN de 05/12/2019, p. 155](#))
16. Designado como suplente o Deputado Gutemberg Reis, em 28.11.2019, conforme Ofício nº 226/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 05/12/2019, p. 153](#))
17. Designados, como membros titulares, os Senadores Luiz Pastore (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos); e, como suplente, os Senadores Jarbas Vasconcelos (MDB) e Jader Barbalho (MDB), em 3.12.2019, conforme Ofício nº 246/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 05/12/2019, p. 154](#))
18. Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL), em 11.12.2019, conforme Ofício nº 499/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 562](#))
19. Designado, como membro suplente, o Senador Paulo Albuquerque (PSD), em substituição ao Senador Lucas Barreto (PSD), em 05.02.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do PSD. ([DCN de 06/02/2020, p. 38](#))
20. 03/03/2020: Desligado da titularidade o Senador Antonio Anastasia. (Of. 24/2020 da Liderança do PSDB)
21. Designado, como membro titular, o Deputado Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS), em 11.03.2020, conforme Ofício nº 33/2020 da Liderança do REPUBLICANOS. ([DCN de 12/03/2020, p. 323](#))
22. Designado, como membro suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD), em substituição ao Senador Paulo Albuquerque (PSD), em 20.04.2019, conforme Ofício nº 45/2020 da Liderança do PSD. ([DCN de 23/04/2020, p. 6](#))
23. 28/09/2020: Designado como titular o Senador Diego Tavares, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. (Of. 42/2020 da Liderança do PP)

Secretário: Marcos Machado Melo



COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS
--

CMMPV 905/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 905, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 905, de 2019.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Sérgio Petecão (PSD-AC)

VICE-PRESIDENTE: Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE-GO)

RELATOR: Christino Aureo (PP-RJ)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 18/11/2019

Instalação: 11/12/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽¹⁾	1. Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁾
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽¹⁾	2. Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽¹⁾
Esperidião Amin - PP/SC ^(13,28)	3. Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Plínio Valério - PSDB/AM ⁽²⁰⁾	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽²²⁾	2. Major Olimpio - PSL/SP ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo ⁽²⁾	1. Fabiano Contarato - REDE/ES ⁽⁴¹⁾
Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽⁴¹⁾	2. VAGO
PSD	
Sérgio Petecão - AC ^(8,16)	1. Arolde de Oliveira - TO ⁽⁸⁾
Irajá - TO	2. Carlos Viana - MG ^(7,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Rocha - PT/PA ⁽²⁵⁾	1. Rogério Carvalho - PT/SE
Paulo Paim - PT/RS ⁽²⁵⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Eduardo Girão - CE ^(10,47)	1. Alvaro Dias - PR ⁽¹⁰⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
Christino Aureo - PP/RJ ⁽³⁾	1. Carlos Chiodini - MDB/SC ⁽²³⁾
Hildo Rocha - MDB/MA ^(23,38,39,43)	2. Átila Lira - PP/PI ⁽²⁴⁾
PT	
Paulo Pimenta - RS	1. Rogério Correia - MG ⁽¹⁷⁾
PSL	
Felício Laterça - RJ ^(4,15,31,33,36,45)	1. Dra. Soraya Manato - ES ^(4,15,29,34,40,42)
PSD	
Sidney Leite - AM ⁽³⁰⁾	1. Hugo Leal - RJ ⁽²⁶⁾
PL	
Lucas Vergílio - SOLIDARIEDADE/GO ⁽²¹⁾	1. Lincoln Portela - MG ⁽¹⁹⁾
PSB	
Danilo Cabral - PE ⁽¹⁸⁾	1. Bira do Pindaré - MA ⁽¹⁸⁾
REPUBLICANOS	
Julio Cesar Ribeiro - DF ⁽²⁷⁾	1. Ossesio Silva - PE ⁽²⁷⁾
PSDB	
Eduardo Cury - SP ⁽³²⁾	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Kim Kataguirí - SP ⁽⁵⁾	1. Fred Costa - PATRIOTA/MG ⁽¹⁴⁾
PDT	
Paulo Ramos - RJ ⁽³⁷⁾	1. Mauro Benevides Filho - CE ⁽⁹⁾
PODEMOS	
José Nelto - GO	1. Léo Moraes - RO ^(11,46)
SOLIDARIEDADE	
Paulo Pereira da Silva - SP ⁽⁶⁾	1. Orlando Silva - PCdoB/SP ^(12,35,44)

Notas:

- 18/11/2019: Designado como titular o Senador Eduardo Braga; designado como titular o Senador Confúcio Moura; designado como suplente o Senador Marcelo Castro; designado como suplente o Senador Eduardo Gomes. (Of. 230/2019 - Liderança do MDB)
- 18/11/2019: Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo. (Of. 140/2019 - Liderança do Bloco Senado Independente)
- 18/11/2019: Designado como titular o Deputado Christino Aureo. (Of. 387/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB)
- 18/11/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy. (Of. 441/2019 - Liderança do PSL)
- 18/11/2019: Designado como titular o Deputado Kim Kataguirí. (Of. 825/2019 - Liderança do DEM)
- 18/11/2019: Designado como titular o Deputado Paulo Pereira da Silva. (Of. 212/2019 - Liderança do Solidariedade)
- 19/11/2019: Designado como suplente o Senador Otto Alencar. (Of. 164/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 21/11/2019, p. 202](#))
- 19/11/2019: Designado como titular o Senador Carlos Viana, em substituição ao Senador Otto Alencar; designado como suplente o Senador Arolde de Oliveira, em substituição ao Senador Angelo Coronel. (Of. 162/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 21/11/2019, p. 201](#))
- 20/11/2019: Designado como suplente o Deputado Mauro Benevides Filho, em substituição ao Deputado Afonso Motta. (Of. 380/2019 - Liderança do PDT) ([DCN de 21/11/2019, p. 205](#))
- 20/11/2019: Designado como titular o Senador Lasier Martins, em substituição ao Senador Alvaro Dias; designado como suplente o Senador Alvaro Dias, em substituição ao Senador Eduardo Girão. (Of. 126/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 21/11/2019, p. 200](#))
- 20/11/2019: Designado como suplente o Deputado Pr. Marco Feliciano, em substituição ao Deputado Bacelar. (Of. 271/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 21/11/2019, p. 204](#))
- 20/11/2019: Designado como suplente o Deputado Lucas Vergílio. (Of. 213/2019 - Liderança do SOLIDARIEDADE) ([DCN de 28/11/2019, p. 339](#))
- 20/11/2019: Designada como titular a Senadora Mailza Gomes, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro; designado como suplente o Senador Luis Carlos Heinze, em substituição ao Senador Ciro Nogueira. (Of. 80/2019 - Liderança do PP) ([DCN de 21/11/2019, p. 199](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



14. 21/11/2019: Designado como suplente o Deputado Fred Costa. (Of. 829/2019 - Liderança do DEM) ([DCN de 28/11/2019, p. 347](#))
15. 21/11/2019: Designada como titular a Deputada Major Fabiana, em substituição à Deputada Bia Kicis; Como suplente, o Deputado Sanderson substitui o Deputado Carlos Jody. (Of. 473/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 28/11/2019, p. 345](#))
16. 21/11/2019: Designado como Titular o Senador Sérgio Petecão, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a assumir a vaga de suplente em substituição ao Senador Otto Alencar. (Of.166, Liderança do PSD) ([DCN de 28/11/2019, p. 338](#))
17. 26/11/2019: Designado como suplente o Deputado Rogério Correia, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 673/2019 - Liderança do PT) ([DCN de 28/11/2019, p. 346](#))
18. 27/11/2019: Designado o Deputado Danilo Cabral como titular, em substituição ao Deputado Tadeu Alencar; Como suplente, designa-se o Deputado Bira do Pindaré em substituição ao Deputado Elias Vaz. (Of.321, Liderança PSB) ([DCN de 28/11/2019, p. 342](#))
19. 27/11/2019: Designado o Deputado Lincoln Portela como suplente, em substituição ao Deputado Marcelo Ramos. (Of.395, Liderança PL) ([DCN de 28/11/2019, p. 343](#))
20. 27/11/2019: Designado o Senador Plínio Valério como titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha. (Of.122, Liderança PSDB) ([DCN de 28/11/2019, p. 337](#))
21. 27/11/2019: Designado o Deputado Lucas Vergilio como titular, em substituição ao Deputado Wellington Roberto. (Of.403, Liderança PL) ([DCN de 28/11/2019, p. 344](#))
22. 27/11/2019: Designada como titular a Senadora Soraya Thronicke, em substituição ao Senador Major Olímpio; designado como suplente o Senador Major Olímpio. (Of. 106/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 28/11/2019, p. 336](#))
23. 27/11/2019: Designado como titular o Deputado Herculiano Passos; designado como suplente o Deputado Carlos Chiodini. (Of. 223/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 28/11/2019, p. 340](#))
24. 27/11/2019: Designado como suplente o Deputado Atila Lira. (Of. 224/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 28/11/2019, p. 341](#))
25. 04/12/2019: Designado como titular o Senador Paulo Rocha, em substituição ao Senador Humberto Costa; designado como titular o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Telmário Mota. (Of. 110/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 05/12/2019, p. 175](#))
26. 04/12/2019: Designado como suplente o Deputado Hugo Leal, em substituição ao Deputado Diego Andrade. (Of. 722/2019 da Liderança do PSD) ([DCN de 05/12/2019, p. 176](#))
27. 10/12/2019: Designado como titular o Deputado Julio Cesar Ribeiro, em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus; designado como suplente o Deputado Osseio Silva, em substituição ao Deputado João Roma. (Of. 228/2019 da Liderança do REPUBLICANOS) ([DCN de 12/12/2019, p. 574](#))
28. 10/12/2019: Designado como titular o Senador Esperidião Amin, em substituição à Senadora Mailza Gomes. (Of. 84/2019 da Liderança do PP) ([DCN de 12/12/2019, p. 573](#))
29. 11/12/2019: Designada como suplente a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Sanderson. (Of. 505/2019 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/12/2019, p. 575](#))
30. 11/12/2019: Designado como titular o Deputado Sidney Leite, em substituição ao Deputado André de Paula. (Of. 531/2019 da Liderança do PSD) ([DCN de 12/12/2019, p. 576](#))
31. 11/12/2019: Designada como titular a Deputada Joice Hasselmann, em substituição à Deputada Major Fabiana. (Of. 513/2019 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/12/2019, p. 601](#))
32. 12/12/19: Designado como titular o Deputado Eduardo Curry, substituindo o Deputado Carlos Sampaio. (Of. 685 Liderança PSDB) ([DCN de 13/02/2020, p. 195](#))
33. 17/12/2019: Designada como titular a Deputada Major Fabiana, em substituição à Deputada Joice Hasselmann; designado como suplente o Deputado Sanderson, em substituição à Deputada Bia Kicis. (Of. 531/2019 da Liderança do PSL)
34. 19/02/2020: Desligado da Suplência o Deputado Sanderson, da Comissão Mista (Of. 33/2020 da Liderança do PSL).
35. 04/02/2020: Designado como suplente o Deputado Aureo Ribeiro. (Of. 2/2020 da Liderança do SOLIDARIEDADE) ([DCN de 06/02/2020, p. 40](#))
36. 04/02/2020 (às 15h39): Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição à Deputada Major Fabiana. (Of. 9/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 06/02/2020, p. 41](#))
37. 07/02/2020: Designado como titular o Deputado Paulo Ramos, em substituição ao Deputado André Figueiredo. (Of. 3/2020 da Liderança do PDT) ([DCN de 13/02/2020, p. 194](#))
38. 07/02/2020: Designado como titular o Deputado Darcísio Perondi, em substituição ao Deputado Herculano Passos. (Of. 2/2020 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB) ([DCN de 13/02/2020, p. 261](#))
39. 18/02/2020: Deputado Darcísio Perondi é desligado da Comissão (reassunção do Deputado Osmar Terra, titular).
40. 19/02/2020: Desligamento do Deputado Sanderson, da Comissão Mista (Of. 33/2020 da Liderança do PSL). ([DCN de 20/02/2020, p. 35](#))
41. 03/03/2020: Designado o Senador Randolfe Rodrigues como titular, designado como suplente o Senador Fabiano Contarato. (Of.012/2020, Liderança Senado Independente) ([DCN de 05/03/2020, p. 449](#))
42. 03/03/2020: Designada como suplente a Deputada Dra. Soraya Manato. (Of.37/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 05/03/2020, p. 451](#))
43. 03/03/2020: Designado como titular o Deputado Hildo Rocha, em substituição ao Deputado Darcísio Perondi. (Of. 51/2020 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB) ([DCN de 05/03/2020, p. 452](#))
44. 04/03/2020: Designado como suplente o Deputado Orlando Silva, em substituição ao Deputado Aureo Ribeiro. (Of.15/2020 - Liderança do Solidariedade) ([DCN de 05/03/2020, p. 450](#))
45. 10/03/2020: Designado como titular o Deputado Felipe Laterça, em substituição à Deputada Bia Kicis. (Of. 48/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/03/2020, p. 308](#))
46. 10/03/2020: Designado como suplente o Deputado Léo Moraes, em substituição ao Deputado Pr. Marco Feliciano (Sem Partido) ([DCN de 12/03/2020, p. 307](#))
47. 17/03/2020: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Lasier Martins. (Of. 030/2020 - Liderança do Podemos) ([DCN de 19/03/2020, p. 19](#))

Secretário: Marcos Machado Melo
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 915/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 915, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 915, de 2019.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 05/02/2020

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Dário Berger - MDB/SC ⁽⁴⁾	1. Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽⁴⁾
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽⁴⁾	2. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽⁴⁾
Esperidião Amin - PP/SC ^(3,13)	3. Daniella Ribeiro - PSDB/MA ⁽³⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽¹⁰⁾	1. Weverton - PDT/MA ⁽¹⁰⁾
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Sérgio Petecão - AC ⁽⁵⁾	1. Angelo Coronel - BA
Paulo Albuquerque ⁽⁵⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹¹⁾	1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹¹⁾
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Juíza Selma ⁽⁸⁾	1. Oriovisto Guimarães - PR ⁽⁸⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
Laercio Oliveira - PP/SE ⁽¹²⁾	1. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - PP/RJ ⁽¹²⁾
Marcos Aurélio Sampaio - MDB/PI ⁽⁷⁾	2. VAGO
PT	
Enio Verri - PR	1. Rui Falcão - SP
PSL	
Felipe Francischini - PR ^(2,14,15)	1. Nereu Crispim - RS ^(2,15)
PSD	
Diego Andrade - MG	1. Antonio Brito - BA
PL	
João Carlos Bacelar - BA ⁽⁹⁾	1. Wellington Roberto - PB ⁽⁹⁾
PSB	
Tadeu Alencar - PE	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. João Roma - BA
PSDB	
Rodrigo de Castro - MG ⁽⁶⁾	1. Adolfo Viana - BA
DEM	
Leur Lomanto Júnior - BA ⁽¹⁾	1. VAGO
PDT	
André Figueiredo - CE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
José Nelto - GO	1. Bacelar - BA
AVANTE	
Luis Tibé - MG	1. Pastor Sargento Isidório - BA

Notas:

- 05/02/2020: Designado como titular o Deputado Leur Lomanto Júnior. (Of. 3/2020 da Liderança do DEM) ([DCN de 06/02/2020, p. 51](#))
- 05/02/2020: Designada como titular a Deputada Bia Kicis; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy. (Of. 531/2019 da Liderança do PSL - DCN de 19/12/2019, p. 311)
- 07/02/2020: Designado como titular o Senador Vanderlan Cardoso (PP), em substituição à Senadora Daniella Ribeiro (PP), que passa à condição de suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (PP). (Of. 4/2020 da Liderança do PP) ([DCN de 13/02/2020, p. 229](#))
- 07/02/2020: Designados como titulares os Senadores Dário Berger (MDB) e Marcelo Castro (MDB), em substituição aos Senadores Eduardo Braga (MDB) e Márcio Bittar (MDB). Designados como suplentes os Senadores Eduardo Gomes (MDB) e Renan Calheiros (MDB), em vagas existentes. (Of. 4/2020 da Liderança do MDB) ([DCN de 13/02/2020, p. 228](#))
- 07/02/2020: Designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão (PSD) e Paulo Albuquerque (PSD), em substituição aos Senadores Otto Alencar (PSD) e Irajá (PSD), respectivamente. (Of. 4/2020 da Liderança do PSD) ([DCN de 13/02/2020, p. 230](#))
- 07/02/2020: Designado como titular o Deputado Rodrigo de Castro (MDB), em substituição ao Deputado Carlos Sampaio (PSDB). (Of. 2/2020 da Liderança do PSDB) ([DCN de 13/02/2020, p. 227](#))
- 07/02/2020: Designado como titular o Deputado Marcos Aurélio Sampaio (MDB), em substituição ao Deputado Baleia Rossi (MDB). (Of. 11/2020 da Liderança do Bloco MDB PP PTB) ([DCN de 13/02/2020, p. 232](#))
- 11/02/2020: Designado como titular a Senadora Juíza Selma e o Senador Oriovisto Guimarães, em substituição aos Senadores Álvaro Dias e Eduardo Girão. (Of. 15/2020 da Liderança do Podemos) ([DCN de 13/02/2020, p. 234](#))
- 11/02/2020: Designado como titular o Deputado João Carlos Bacelar, em substituição ao Deputado Wellington Roberto; designado como suplente o Deputado Wellington Roberto, em substituição ao Deputado Marcelo Ramos. (Of. 11/2020 da Liderança do PL) ([DCN de 13/02/2020, p. 233](#))



10. 11/02/2020: Designado como titular o Senador Alessandro Vieira, em substituição ao Senador Weverton; designado como suplente o Senador Weverton, em substituição à Senadora Leila Barros. (Of. 6/2020 da Liderança do Bloco Senado Independente) ([DCN de 13/02/2020, p. 231](#))
11. 14/02/2020: Designado como titular o Senador Jean Paul Prates, em substituição ao Senador Rogério Carvalho; designado como suplente o Senador Paulo Rocha. (Of. 7/2020 do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 20/02/2020, p. 48](#))
12. 20/02/2020: Designado como titular o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Arthur Lira; designado como suplente o Deputado Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr.(Of. n° 028/2020 da Liderança do Progressistas). ([DCN de 27/02/2020, p. 7](#))
13. 03/03/2020): Designado como titular o Senador Esperidião Amin, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso. (Of. 12/2020 da Liderança do PP) ([DCN de 05/03/2020, p. 456](#))
14. 04/03/2020: Designado como titular o Deputado Nicoletti, em substituição à Deputada Bia Kicis. (Of. 44/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 05/03/2020, p. 457](#))
15. 18/3/2020: Designado como titular o Deputado Felipe Francischini, como suplente, fica indicado o Deputado Nereu Crispim. (Of. 61/2020 - Liderança do PSL) ([DCN de 19/03/2020, p. 29](#))

Secretário: Marcos Melo
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 919/2020 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 919, de 2020

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 919, de 2020.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 05/02/2020

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽⁴⁾	1. Confúcio Moura - MDB/RO
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽⁴⁾	2. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽⁴⁾
Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽³⁾	3. Vanderlan Cardoso - PSD/GO ^(3,4)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Plínio Valério - PSDB/AM ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Jorge Kajuru - CIDADANIA/GO ⁽⁹⁾
PSD	
Nelsinho Trad - MS ⁽⁵⁾	1. Angelo Coronel - BA
Arolde de Oliveira ⁽⁵⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹²⁾	1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽¹²⁾
Paulo Paim - PT/RS ⁽¹²⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Elmano Férrer - PP/PI ⁽¹⁾	1. Lasier Martins - RS ^(1,8)



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. VAGO
VAGO (6,13)	2. VAGO
PT	
Enio Verri - PR	1. Rui Falcão - SP
PSL	
Felício Laterça - RJ (2,10,15)	1. Heitor Freire - CE (2,10,15)
PSD	
Diego Andrade - MG	1. Antonio Brito - BA
PL	
José Rocha - BA (14)	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Tadeu Alencar - PE	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. João Roma - BA
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Adolfo Viana - BA
DEM	
Efraim Filho - PB	1. Alexandre Leite - SP
PDT	
André Figueiredo - CE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
José Nelto - GO	1. Bacelar - BA
PSOL (11)	
Fernanda Melchionna - RS	1. Marcelo Freixo - RJ

Notas:

- 05/02/2020: Designado como titular o Senador Elmano Férrer; designado como suplente o Senador Romário. (Of. 8/2020 da Liderança do PODEMOS) ([DCN de 06/02/2020, p. 55](#))
- 05/02/2020: Designada como titular a Deputada Bia Kicis; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy. (Of. 531/2019 da Liderança do PSL - DCN de 19/12/2019, p. 311)
- Designado como titular o Senador Luis Carlos Heinze, em substituição a Senadora Daniella Ribeiro; designado como suplente o Senador Vanderlan Cardoso, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 8/2020 da Liderança do PP/SF). ([DCN de 13/02/2020, p. 254](#))
- Designado como titular o Senador Marcelo Castro, em substituição ao Senador Marcio Bittar; designados como suplentes o Senador Confúcio Moura e o Senador Renan Calheiros em vagas existentes (Of. 7/2020 da Liderança do MDB/SF). ([DCN de 13/02/2020, p. 252](#))
- Designados como titulares o Senador Nelsinho Trad e o Senador Arolde de Oliveira, em substituição, respectivamente, ao Senador Otto Alencar e ao Senador Irajá (Of. 12/2020 da Liderança do PSD/SF). ([DCN de 13/02/2020, p. 256](#))
- Designado como titular o Deputado Darcísio Perondi, em substituição ao Deputado Baleia Rossi (Of. 8/2020 da Liderança do PP-MDB-PTB/CD). ([DCN de 13/02/2020, p. 253](#))
- 07/02/2020: Designado como titular o Senador Plínio Valério, em substituição ao Senador Roberto Rocha, desligado da suplência o Senador Izalci Lucas. (Of. 14/2020 da Liderança do PSDB) ([DCN de 13/02/2020, p. 258](#))
- 11/02/2020: Designado como suplente o Senador Lasier Martins, em substituição ao Senador Romário. (Of. 18/2020 da Liderança do Podemos) ([DCN de 13/02/2020, p. 259](#))
- 11/02/2020: Designado como suplente o Senador Jorge Kajuru, em substituição à Senadora Eliziane Gama. (Of. 9/2020 da Liderança do Bloco Senado Independente) ([DCN de 13/02/2020, p. 255](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



10. 11/02/2020: Designado como titular o Deputado Carlos Jordy, em substituição à Deputada Bia Kicis; designada como suplente a Deputada Bia Kicis. (Of. 13/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 13/02/2020, p. 257](#))
11. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum: PSOL.
12. 14/02/2020: Designado como titular o Senador Paulo Rocha, em substituição ao Senador Rogério Carvalho; designado como titular o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Telmário Mota; designado como suplente o Senador Jaques Wagner. (Of. 10/2020 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 20/02/2020, p. 59](#))
13. 18/02/2020: Deputado Darcisio Perondi é desligado da Comissão (reassunção do Deputado Osmar Terra, titular).
14. 11/03/2020: Designado como titular o Deputado José Rocha, em substituição ao Deputado Wellington Roberto. (Of. 42/2020 - Liderança do PL)
15. 18/3/2020: Designado como titular o Deputado Felício Laterça, como suplente, fica indicado o Deputado Heitor Freire. (OF. 61/2020 - Liderança do PSL) ([DCN de 19/03/2020, p. 29](#))

Secretário: Marcos Melo
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 923/2020 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 923, de 2020

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 923, de 2020.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 05/03/2020

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcio Bittar - MDB/AC ⁽⁵⁾	1. Dário Berger - MDB/SC ⁽⁵⁾
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽⁵⁾	2. Jader Barbalho - MDB/PA ⁽⁵⁾
Ciro Nogueira - PP/PI ⁽²⁾	3. Mailza Gomes - PP/AC ⁽²⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽⁶⁾	2. Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽⁷⁾
PSD	
Omar Aziz - AM ⁽¹⁵⁾	1. Vanderlan Cardoso - GO ⁽¹⁵⁾
Angelo Coronel - BA ⁽¹⁵⁾	2. Otto Alencar - BA ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE	1. VAGO
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Marcos Rogério - DEM/RO
PODEMOS	
Eduardo Girão - CE ⁽¹¹⁾	1. VAGO



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB, AVANTE, DEM, PATRIOTA, PL, PROS, PSD, PSDB, REPUBLICANOS, SOLIDARIEDADE	
Felipe Francischini - PSL/PR ⁽¹⁴⁾	1. Delegado Pablo - PSL/AM ⁽¹⁴⁾
Fernando Monteiro - PP/PE ⁽¹³⁾	2. Cacá Leão - PP/BA ⁽¹³⁾
Cezinha de Madureira - PSD/SP ⁽⁹⁾	3. VAGO
Hildo Rocha - MDB/MA ⁽³⁾	4. VAGO
João Carlos Bacelar - PL/BA ^(3,12)	5. VAGO
Jhonatan de Jesus - REPUBLICANOS/RR	6. VAGO
Carlos Sampaio - PSDB/SP	7. VAGO
Efraim Filho - DEM/PB	8. VAGO
PT	
Enio Verri - PR	1. Rui Falcão - SP
PSB	
Felipe Carreras - PE ⁽¹⁰⁾	1. Elias Vaz - GO
PDT	
Eduardo Bismarck - CE ⁽⁸⁾	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Bacelar - BA ⁽⁴⁾	1. Eduardo Braide - MA
NOVO ⁽¹⁾	
Paulo Ganime - RJ	1. Vinicius Poit - SP

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum
- 05/03/2020: Designado como titular o Senador Ciro Nogueira; designada como suplente a Senadora Mailza Gomes. (Of. 18/2020 - Liderança do PP) ([DCN de 12/03/2020, p. 321](#))
- 05/03/2020: Designado como titular o Deputado Hildo Rocha. (Of. 57/2020 da Liderança do Bloco PSL, PL, PP, PSD, MDB, PSDB, REPUBLICANOS, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, PSC, AVANTE, PATRIOTA) ([DCN de 12/03/2020, p. 322](#))
- 11/03/2020: Designado como titular o Deputado Bacelar, em substituição ao Deputado Léo Moraes. (Of. 49/2020 - Liderança do Podemos) ([DCN de 12/03/2020, p. 320](#))
- 11/03/2020: Designados como titulares os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus (Republicanos), designados como suplentes os Senadores Dário Berger Nogueira e Jader Barbalho. (Of. 18/2020 - Liderança do MDB) ([DCN de 12/03/2020, p. 318](#))
- 10/03/2020: Designado como titular a Senadora Eliziane Gama, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues. (Of. 13/2020 - Liderança do Bloco Senado Independente) ([DCN de 12/03/2020, p. 317](#))
- 10/03/2020: Designado como Suplente o Senador Ranfolfe Rodrigues, em substituição a Senadora Eliziane Gama. (Of. 13/2020 - Liderança do Bloco Senado Independente) ([DCN de 12/03/2020, p. 317](#))
- 11/03/2020: Designado como titular o Deputado Eduardo Bismarck, em substituição ao Deputado Wolney Queiroz. (Of. 27/2020 - Liderança do PDT) ([DCN de 12/03/2020, p. 319](#))
- 12/03/2020: Designado como titular o Deputado Cezinha de Madureira, em substituição ao Deputado Diego Andrade. (Of. 066/2020 - PP) ([DCN de 19/03/2020, p. 26](#))
- 12/03/2020: Designado como membro titular o Deputado Felipe Carreras, em substituição ao Deputado Alessandro Molon. (Of. 020/2020 - Liderança do PSB) ([DCN de 19/03/2020, p. 24](#))
- 16/03/2020: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. 026/2020 - Liderança do Podemos) ([DCN de 19/03/2020, p. 25](#))
- 18/03/2020: Designado como titular o Deputado João Carlos Bacelar em substituição ao deputado Wellington Roberto. (Of. 71/2020 - Liderança do PP) ([DCN de 19/03/2020, p. 27](#))
- 18/03/2020: Designado como titular o Deputado Fernando Monteiro, em substituição ao Deputado Arthur Lira. Como suplente, indica o Deputado Cacá Leão. (Of. 64/2020 - Liderança do PP) ([DCN de 19/03/2020, p. 28](#))
- 18/03/2020: Designado como titular o Deputado Felipe Francischini, como suplente, fica indicado o Deputado Delegado Pablo. (Of. 61/2020 - Liderança do PSL) ([DCN de 19/03/2020, p. 29](#))
- 25/03/2020: Designados como titulares o Senador Omar Aziz em substituição ao Senador Otto Alencar, e o Senador Angelo Coronel em substituição ao Senador Irajá. Designados como suplentes o Senador Vanderlan Cardoso em substituição ao Senador Angelo Coronel, e o Senador Otto Alencar. (Of. 34/2020 - Liderança do PSD) ([DCN de 26/03/2020, p. 26](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Secretário: Marcos Melo
Telefone(s): 3303-4256

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



CMMPV 925/2020 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 925, de 2020

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 925, de 2020.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 23/03/2020

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM	1. VAGO
Marcio Bittar - MDB/AC	2. VAGO
Ciro Nogueira - PP/PI	3. Daniella Ribeiro - PSDB/MA
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Vanderlan Cardoso - GO ^(1,5)	1. Carlos Viana - MG ⁽¹⁾
Sérgio Petecão - AC ⁽¹⁾	2. Paulo Albuquerque - PT/SE ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE	1. VAGO
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Alvaro Dias - PR	1. Eduardo Girão - CE



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB, AVANTE, DEM, PATRIOTA, PL, PROS, PSD, SOLIDARIEDADE	
Wellington Roberto - PL/PB	1. VAGO
Arthur Lira - PP/AL	2. VAGO
Diego Andrade - PSD/MG	3. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP	4. VAGO
Arthur Oliveira Maia - DEM/BA ⁽⁴⁾	5. Leur Lomanto Júnior - DEM/BA ⁽⁴⁾
PT	
Enio Verri - PR	1. Nilto Tatto - SP
PSL	
Felício Laterça - RJ ⁽²⁾	1. Nereu Crispim - RS ⁽²⁾
PSB	
Alessandro Molon - RJ	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. Silvio Costa Filho - PE
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Samuel Moreira - SP
PDT	
Wolney Queiroz - PE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Léo Moraes - RO	1. Eduardo Braide - MA
CIDADANIA ⁽³⁾	
Arnaldo Jardim - SP	1. Paula Belmonte - DF

Notas:

- 19/03/2020: Designados como titulares o Senador Irajá e o Senador Sérgio Petecão; designados como suplentes o Senador Carlos Viana e o Senador Paulo Albuquerque. (Of. 38/2020 - Liderança do PSD)
- 19/03/2020: Designado como titular o Deputado Felício Laterça; designado como suplente o Deputado Nereu Crispim. (Of. 59/2020 - Liderança do PSL) ([DCN de 26/03/2020, p. 24](#))
- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum
- 25/03/2020: Designada como titular o Deputado Arthur Maia, em substituição ao Deputado Efraim Filho; designado como suplente o Deputado Leur Lomanto. (Of. 72/2020 - Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE, PATRIOTA) ([DCN de 26/03/2020, p. 28](#))
- 25/03/2020: Designado como titular o Senador Vanderlan Cardoso, em substituição ao Senador Irajá. (Of. 43/2020 - Liderança do PSD) ([DCN de 26/03/2020, p. 27](#))

Secretário: Marcos Melo
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 926/2020 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 926, de 2020

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 926, de 2020.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 25/03/2020**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM	1. VAGO
Marcio Bittar - MDB/AC	2. VAGO
Ciro Nogueira - PP/PI	3. Daniella Ribeiro - PSDB/MA
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Otto Alencar - BA ⁽²⁾	1. Angelo Coronel - BA ⁽²⁾
Carlos Viana - MG ⁽²⁾	2. Omar Aziz - AM ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE	1. VAGO
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Alvaro Dias - PR	1. Eduardo Girão - CE



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB, AVANTE, DEM, PATRIOTA, PL, PROS, PSD, SOLIDARIEDADE	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Vinicius Farah - MDB/RJ ⁽⁵⁾	4. VAGO
Dr. Zacharias Calil - DEM/GO ⁽⁴⁾	5. David Soares - DEM/SP ⁽⁴⁾
PT	
Enio Verri - PR	1. Nilto Tatto - SP
PSL	
Felício Laterça - RJ ⁽³⁾	1. Nereu Crispim - RS ⁽³⁾
PSB	
Alessandro Molon - RJ	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. Silvio Costa Filho - PE
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Samuel Moreira - SP
PDT	
Wolney Queiroz - PE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Léo Moraes - RO	1. Eduardo Braide - MA
PV ⁽¹⁾	
Enrico Misasi - SP	1. Célio Studart - CE

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum
- 25/03/2020: Designados como titulares o Senador Otto Alencar e o Senador Carlos Viana, designados como suplentes o Senador Angelo Coronel e o Senador Omar Aziz. (Of. 39/2020 da Liderança do PSD)
- 25/03/2020: Designado como titular o Deputado Felício Laterça; designado como suplente o Deputado Nereu Crispim. (Of. 59/2020 - Liderança do PSL) ([DCN de 26/03/2020, p. 24](#))
- 25/03/2020: Designada como titular o Deputado Dr. Zacharias Calil; designado como suplente o Deputado David Soares. (Of. 73/2020 - Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE, PATRIOTA)
- 27/03/2020: Designada como titular o Deputado Vinicius Farah. (Of. /2020 - Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE, PATRIOTA) ([DCN de 02/04/2020, p.](#))

Secretário: Marcos Melo

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 927/2020 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 927, de 2020

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 927, de 2020.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 25/03/2020

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM	1. VAGO
Marcio Bittar - MDB/AC	2. VAGO
Ciro Nogueira - PP/PI	3. Daniella Ribeiro - PSDB/MA
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Vanderlan Cardoso - GO ⁽¹⁾	1. Sérgio Petecão - AC ⁽¹⁾
Paulo Albuquerque ⁽¹⁾	2. Irajá - TO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE	1. VAGO
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Alvaro Dias - PR	1. Eduardo Girão - CE



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB, AVANTE, DEM, PATRIOTA, PL, PROS, PSD, SOLIDARIEDADE	
Zé Vitor - PL/MG ⁽²⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Hildo Rocha - MDB/MA ⁽⁵⁾	4. VAGO
Efraim Filho - DEM/PB ⁽²⁾	5. Kim Kataguri - DEM/SP ⁽²⁾
PT	
Enio Verri - PR	1. Nilto Tatto - SP
PSL	
Felício Laterça - RJ ⁽⁴⁾	1. Nereu Crispim - RS ⁽⁴⁾
PSB	
Alessandro Molon - RJ	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. Silvio Costa Filho - PE
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Samuel Moreira - SP
PDT	
Wolney Queiroz - PE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Léo Moraes - RO	1. Eduardo Braide - MA
REDE ⁽³⁾	
Joenia Wapichana - RR	1. VAGO

Notas:

*. A comissão está suspensa em virtude do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1 de 2020.

1. 25/03/2020: Designados como titulares o Senador Vanderlan Cardoso e o Senador Paulo Albuquerque, designados como suplentes o Senador Sérgio Petecão e o Senador Irajá. (Of. 40/2020 da Liderança do PSD)

2. 25/03/2020: Designados como titulares o Deputado Efraim Filho e o Deputado Zé Vitor, designados como suplente o Deputado Kim Kataguri. (Of. 74/2020 da Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE, PATRIOTA)

3. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum

4. 25/03/2020: Designado como titular o Deputado Felício Laterça; designado como suplente o Deputado Nereu Crispim. (Of. 59/2020 - Liderança do PSL) ([DCN de 26/03/2020, p. 24](#))

5. 27/03/2020: Designada como titular o Deputado Hildo Rocha. (Of. /2020 - Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE, PATRIOTA) ([DCN de 02/04/2020, p. 15](#))

Secretário: Marcos Melo

Telefone(s): 3303-4256



COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

Comissão Mista Temporária da Reforma Tributária

Finalidade: Destinada a consolidar o texto da Reforma Constitucional Tributária.

Número de membros: 25 Senadores e 25 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Hildo Rocha (MDB-MA)

RELATOR: Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)

Designação: 19/02/2020

Início da suspensão de prazo: 20/03/2020

Instalação: 04/03/2020

Fim da suspensão de prazo: 31/07/2020

Prazo final: 28/08/2020

Prazo final prorrogado: 10/12/2020

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PSD Deputado Hugo Leal (PSD/RJ)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senador Eduardo Braga (MDB/AM)
PODEMOS Deputado Léo Moraes (PODEMOS/RO)	Bloco Parlamentar Senado Independente Senador Veneziano Vital do Rêgo
PL Deputado Wellington Roberto (PL/PB) ⁽⁴⁾	Bloco Parlamentar PSDB/PSL Senador José Serra (PSDB/SP)
PP Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	PSD Senador Omar Aziz (PSD/AM)
PT Deputado Afonso Florence (PT/BA)	Bloco Parlamentar Vanguarda Senador Marcos Rogério (DEM/RO)
PV Deputado Enrico Misasi (PV/SP)	PODEMOS Senador Reguffe (PODEMOS/DF)
DEM Deputado Luis Miranda (DEM/DF)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Senador Rogério Carvalho (PT/SE)
MDB Deputado Hildo Rocha (MDB/MA)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senador Luiz do Carmo (MDB/GO)
PDT Deputado Mauro Benevides Filho (PDT/CE)	Bloco Parlamentar Senado Independente Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
PSB Deputado Tadeu Alencar (PSB/PE)	Bloco Parlamentar PSDB/PSL Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)
PSC Deputado Glaustin da Fokus (PSC/GO)	PSD Senador Angelo Coronel (PSD/BA)



CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PSL Deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL/MG) ^(1,6)	Bloco Parlamentar Vanguarda Senador Chico Rodrigues
PTB Deputado Santini (PTB/RS)	PODEMOS Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR)
NOVO Deputado Alexis Fonteyne (NOVO/SP)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Senador Jaques Wagner (PT/BA)
PROS Deputada Clarissa Garotinho (PROS/RJ)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senadora Simone Tebet (MDB/MS)
PSDB Deputado Vitor Lippi (PSDB/SP)	Bloco Parlamentar Senado Independente Senadora Kátia Abreu (PP/TO)
PSOL Deputado Marcelo Freixo (PSOL/RJ) ⁽³⁾	Bloco Parlamentar PSDB/PSL Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)
REDE Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)	PSD Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) ⁽⁵⁾
PCdoB Deputado Renildo Calheiros (PCdoB/PE)	Bloco Parlamentar Vanguarda Senador Wellington Fagundes (PL/MT)
AVANTE Deputado Luis Tibé (AVANTE/MG)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)
PATRIOTA Deputado Marreca Filho (PATRIOTA/MA)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)
CIDADANIA Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA/DF)	Bloco Parlamentar Senado Independente Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)
REPUBLICANOS Deputado João Roma (REPUBLICANOS/BA) ⁽²⁾	Bloco Parlamentar PSDB/PSL Senador Major Olimpio (PSL/SP)
SOLIDARIEDADE Deputado Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE/PE)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senador Ciro Nogueira (PP/PI)
PP Deputado Neri Geller (PP/MT)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senador Diego Tavares (PP/PB) ⁽⁷⁾

Notas:

- 05/08/2020: Desligado o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança. (Of. 77/2020 da Liderança do PSL)
- (05/02/2020): Deputado João Roma (Republicanos) é designado, em substituição ao Deputado Sílvio Costa Filho (Republicanos), conforme Ofício nº 20/2020 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 05/03/2020, p. 442](#))
- 04/03/2020: Designado como titular o Deputado Marcelo Freixo, em substituição à Deputada Fernanda Melchionna. (Of. 15/2020 da Liderança do PSOL) ([DCN de 05/03/2020, p. 441](#))
- 28/07/2020: Designado o Deputado Wellington Roberto, em substituição ao Deputado Marcelo Ramos. (Of. 84/2020 da Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE). ([DCN de 30/07/2020, p. 6](#))
- 31/07/2020: Designado o Senador Vanderlan Cardoso, em substituição ao Senador Otto Alencar. (Of. 60/2020 da Liderança do PSD).
- 19/08/2020: Designado o Deputado Marcelo Freitas. (Of. 81/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 20/08/2020, p. 216](#))
- 28/09/2020: Designado como titular o Senador Diego Tavares, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. (Of. 42/2020 da Liderança do PP)

Secretário: Reinilson Prado
Telefone(s): 3303-3492



Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

Finalidade: Constituída pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

RELATOR: Deputado Francisco Jr. (PSD-GO)

Designação: 31/03/2020

Instalação: 20/04/2020

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Confúcio Moura - MDB/RO ^(3,9)	1. Esperidião Amin - PP/SC ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽²⁾	1. Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽²⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁶⁾	1. Roberto Rocha - PSDB/MA ⁽⁶⁾
PSD	
Vanderlan Cardoso - GO ⁽⁵⁾	1. Lucas Barreto - AP ^(5,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE ⁽³⁾	1. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Wellington Fagundes - PL/MT ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,14,16)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
Reginaldo Lopes - MG ⁽¹⁾	1. Renildo Calheiros - PCdoB/PE ⁽¹⁾
PSB	
VAGO ^(13,15)	1. Mauro Benevides Filho - PDT/CE ⁽¹⁷⁾

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTES
PSL	
Felício Laterça - RJ ^(8,18)	1. General Peternelli - SP ^(8,18,19)
MDB, PP, PTB, AVANTE, DEM, PATRIOTA, PL, PROS, PSD, SOLIDARIEDADE	
Cacá Leão - PP/BA ⁽⁴⁾	1. Gustinho Ribeiro - SOLIDARIEDADE/SE ⁽⁴⁾
Francisco Jr. - PSD/GO ⁽⁴⁾	2. Paulo Azi - DEM/BA ⁽⁴⁾
Luiz Carlos Motta - PL/SP ⁽⁴⁾	3. Hildo Rocha - MDB/MA ⁽⁴⁾

Notas:

- Designado como titular o Deputado Reginaldo Lopes(PT/MG), designado como suplente o Deputado Renildo Calheiros (PC do B/PE). (Of. /2020 da Liderança do PT)
- Designado como titular a Senadora Eliziane Gama(CIDADANIA/MA), designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues(REDE/AP). (Of. 26/2020 da Liderança do Bloco Senado Independente)
- Indicados oralmente na reunião de líderes de 25.03.2020
- Designados como titulares os Deputados Cacá Leão (PP/BA), Francisco Jr. (PSD/GO) e Luiz Carlos Motta (PL/SP); designados como suplentes os Deputados Gustinho Ribeiro (SD/SE), Paulo Azi (DEM/BA) e Hildo Rocha (MDB/MA). (Of. /2020 - Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE, PATRIOTA)
- Designado como titular o Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), designado como suplente o Senador Paulo Albuquerque (PSD/AP). (Of. 42/2020 da Liderança do PSD)
- Designado como titular o Senador Izalci Lucas, designado como suplente o Senador Roberto Rocha. (Of. 27/2020 da Liderança do PSDB)
- Designado como titular o Senador Wellington Fagundes (PL/MT), designado como suplente o Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG). (Of. 5/2020 da Liderança do Bloco Vanguarda)
- Designada como titular a Deputada Joice Hasselmann; designado como suplente o Deputado Felício Laterça. (Ofício n° 65/2020 da Liderança do PSL)
- Designado como titular o Senador Confúcio Moura (MDB/RO). (Of. 25/2020 da Liderança do MDB)
- 02/04/2020: Designado como suplente o Senador Esperidião Amin, em substituição ao Senador Eduardo Gomes. (Of. 23/2020 da Liderança do PP) ([DCN de 09/04/2020, p. 232](#))
- 02/04/2020: Designada como suplente a Senadora Zenaide Maia. (Of. 15/2020 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 09/04/2020, p. 231](#))
- 20/04/2020: Designado como suplente o Senador Lucas Barreto, em substituição ao Senador Paulo Albuquerque. (Of. 45/2020 da Liderança do PSD) ([DCN de 23/04/2020, p. 6](#))
- 22/04/2020: Designado como titular o Deputado João H. Campos. (Of. 35/2020 da Liderança do PSB) ([DCN de 23/04/2020, p. 10](#))
- 22/04/2020: Designado como suplente o Senador Chico Rodrigues, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco. (Of. 6/2020 da Liderança do Bloco Vanguarda) ([DCN de 23/04/2020, p. 9](#))
- 15/09/2020: Desligado do cargo de titular o Deputado João H. Campos, conforme Of. 37/2020 da Liderança do PSB. ([DCN de 17/09/2020, p. 17](#))
- 16/10/2020: Desligado da suplência o Senador Chico Rodrigues. (Of. 35/2020 do Gabinete)
- 23/04/2020: Designado como suplente o Deputado Mauro Benevides Filho. (Of. 36/2020 da Liderança do PSB) ([DCN de 30/04/2020, p. 7](#))
- 22/05/2020: Designado como titular o Deputado Felício Laterça, em substituição à Deputada Joice Hasselmann; designada como suplente a Deputada Joice Hasselmann. (Of. 67/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 28/05/2020, p. 562](#))
- 10/07/2020: Designado como suplente o Deputado General Paternelli, em substituição à Deputada Joice Hasselmann. (Of. 73/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 16/07/2020, p. 6](#))

Secretário: Lenita Cunha
Telefone(s): 3303-3508



COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

Finalidade: Investigar, no prazo de 180 dias, os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

Número de membros: 16 Senadores e 16 Deputados

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

RELATOR: Deputada Lídice da Mata (PSB-BA)

Designação: 21/08/2019

Início da suspensão de prazo: 20/03/2020

Instalação: 04/09/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽²⁾	1. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽²⁾
Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽²⁾	2. Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽²⁾
Marcio Bittar - MDB/AC ⁽²⁾	3. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽²⁾
Ciro Nogueira - PP/PI ⁽³¹⁾	4. Esperidião Amin - PP/SC ⁽³²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo ⁽³⁾	1. Fabiano Contarato - REDE/ES ⁽⁴⁾
Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽³⁾	2. Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽⁴⁾
Kátia Abreu - PP/TO ^(3,24,43)	3. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ^(4,24,34)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA ⁽²¹⁾	1. Flávio Bolsonaro - REPUBLICANOS/RJ ⁽³³⁾
Soraya Thronicke - PSL/MS ^(26,44)	2. Major Olimpio - PSL/SP ⁽²⁶⁾
PSD	
Angelo Coronel - BA ⁽⁵⁾	1. Otto Alencar - BA ⁽⁵⁾
Nelsinho Trad - MS ⁽⁵⁾	2. Irajá - TO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Humberto Costa - PT/PE ⁽⁶⁾	1. Rogério Carvalho - PT/SE ^(6,68)
Jean Paul Prates - PT/RN ^(6,68)	2. Telmário Mota - PROS/RR ^(6,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTES
Chico Rodrigues ⁽⁷⁾	1. Jorginho Mello - PL/SC ^(8,35,48)
Wellington Fagundes - PL/MT ⁽⁴⁸⁾	2. Zequinha Marinho - PSC/PA ⁽⁴⁸⁾
PODEMOS	
Eduardo Girão - CE	1. Styvenson Valentim - RN

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PP, AVANTE, PL, PSD, SOLIDARIEDADE	
Hiran Gonçalves - PP/RR ⁽⁹⁾	1. Márcio Jerry - PCdoB/MA ^(45,59)
Ricardo Barros - PP/PR ⁽⁹⁾	2. David Miranda - PSOL/RJ ⁽⁵⁰⁾
Walter Alves - MDB/RN ⁽³⁷⁾	3. Juarez Costa - MDB/MT ⁽³⁷⁾
PT	
Luizianne Lins - CE ^(10,25)	1. Natália Bonavides - RN ⁽¹⁰⁾
Rui Falcão - SP ⁽¹⁰⁾	2. Carlos Zarattini - SP ^(10,25)
PSL	
Joice Hasselmann - SP ^(11,46,52,62,63,65,66,67,69)	1. Bozella - SP ^(11,36,60,62,63,67,69)
Nereu Crispim - RS ^(11,49,52,62,63,67)	2. Heitor Freire - CE ^(11,51,52,58,62,63,67)
PSD	
Delegado Éder Mauro - PA ⁽¹²⁾	1. Márcio Labre - PSL/RJ ^(38,56)
PL	
Marcelo Ramos - AM ⁽⁴¹⁾	1. Wellington Roberto - PB ^(13,41)
PSB	
Lídice da Mata - BA ^(14,28)	1. Alessandro Molon - RJ ^(14,23,28)
REPUBLICANOS	
Celso Russomanno - SP ⁽¹⁵⁾	1. Silvio Costa Filho - PE ⁽³⁰⁾
PSDB	
Alexandre Frota - SP ^(16,42,57)	1. Shéridan - RR ^(54,57)
DEM	
Arthur Oliveira Maia - BA ^(17,29)	1. Elmar Nascimento - BA ^(17,53,61)
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽¹⁹⁾	1. Paulo Ramos - RJ ^(22,55)
PODEMOS	
José Nelto - GO ^(20,47,64)	1. José Medeiros - MT ^(39,47)
SOLIDARIEDADE ⁽¹⁾	
Dr. Leonardo - MT ⁽¹⁸⁾	1. Aureo Ribeiro - RJ ^(18,40)

Notas:

- Rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (Solidariedade-CD).
- Designados, como titulares, os Senadores Eduardo Braga (MDB), Eduardo Gomes (MDB) e Márcio Bitar (MDB); e, como suplentes, os Senadores Renan Calheiros (MDB), Luiz do Carmo (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 195/2019 da Liderança do MDB.
- Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB), Randolfe Rodrigues (Rede) e Marcos do Val (Podemos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 102/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. Obs.: No período de indicações das lideranças, o Senador Marcos do Val estava filiado ao Cidadania.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



4. Designados, como suplentes, os Senadores Fabiano Contarato (Rede), Alessandro Vieira (Cidadania) e Weverton (PDT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 103/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente.
5. Designados, como titulares, os Senadores Angelo Coronel (PSD) e Nelsinho Trad (PSD); e, como suplentes, Otto Alencar (PSD) e Irajá (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 119/2019 da Liderança do PSD.
6. Designados, como titulares, os Senadores Humberto Costa (PT) e Rogério Carvalho (PT); e, como suplentes, os Senadores Jean Paul Prates (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
7. Designado, como membro titular, o Senador Chico Rodrigues (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 51/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
8. Designado, como membro suplente, o Senador Zequinha Marinho (PSC), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 50/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
9. Designados, como membros titulares, os Deputados Hiran Gonçalves (PP) e Ricardo Barros (PP), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 142/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB.
10. Designados, como membros titulares, os Deputados Carlos Zarattini (PT) e Rui Falcão (PT); e, como suplentes, os Deputados Nathália Bonavides (PT) e Luizianne Lins (PT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 421/2019 da Liderança do PT.
11. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, os Deputados Coronel Tadeu (PSL) e Carla Zambelli (PSL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PSL.
12. Designado, como membro titular, o Deputado Delegado Eder Mauro (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício 318/2019 da Liderança do PSD.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Capitão Augusto (PL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PL.
14. Designados, como membro titular, o Deputado Alessandro Molon (PSB); e, como suplente, a Deputada Rosana Valle (PSB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 194/2019 da Liderança do PSB.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Celso Russomanno (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 157/2019 da Liderança do Republicanos.
16. Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 363/2019 da Liderança do PSDB.
17. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Leite (DEM); e, como suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 601/2019 da Liderança do Democratas.
18. Designado, como membro titular, o Deputado Dr. Leonardo (Solidariedade); e, como suplente, o Deputado Zé Silva (Solidariedade), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do Solidariedade.
19. Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadelha (PDT), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 29/08/2019, p. 323](#))
20. Designado, como membro titular, o Deputado Bacelar (PODE), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 196/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 05/09/2019, p. 106](#))
21. Designado, como membro titular, o Senador Roberto Rocha (PSDB), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 100/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 05/09/2019, p. 104](#))
22. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta (PDT), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 311/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 05/09/2019, p. 108](#))
23. Designada, como membro suplente, a Deputada Lídice da Mata (PSB/BA), em substituição à Deputada Rosana Valle (PSB/SP), em 29/08/2019, conforme Ofício nº 230/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 107](#))
24. Designado, como membro titular, o Senador Weverton (PDT), em substituição ao Senador Marcos do Val (PODE), em 3.9.2019, conforme Memorando nº 119/2019 do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 05/09/2019, p. 105](#))
25. Designada, como membro titular, a Deputada Luizianne Lins (PT), em substituição ao Deputado Carlos Zarattini (PT), que passa à condição de suplente, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 503/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 05/09/2019, p. 109](#))
26. Designada, como membro titular, a Senadora Juíza Selma (PSL); e, como suplente, é designado o Senador Major Olímpio (PSL), em vagas existentes, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 78/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/09/2019, p. 100](#))
27. Designado, como membro suplente, o Senador Telmário Mota (PROS), em substituição à Senadora Zenaide Maia (PROS), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 86/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 05/09/2019, p. 101](#))
28. Designada, como membro titular, a Deputada Lídice da Mata (PSB), em substituição ao Deputado Alessandro Molon (PSB), que passa à condição de suplente, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 235/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 102](#))
29. Designado, como membro titular, o Deputado Arthur Oliveira Maia (DEM), em substituição ao Deputado Alexandre Leite (DEM), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 765 da Liderança do DEM. ([DCN de 05/09/2019, p. 130](#))
30. Designado, como membro suplente, o Deputado Silvio Costa Filho (Republicanos), em vaga existente, em 5.9.2019, conforme Ofício nº 172/2019 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 12/09/2019, p. 223](#))
31. Designado, como membro titular, o Senador Ciro Nogueira (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 221](#))
32. Designado, como membro suplente, o Senador Esperidião Amin (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 220](#))
33. Designado, como membro suplente, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL), em vaga cedida pelo PSDB, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 104/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 12/09/2019, p. 222](#))
34. Designada, como membro suplente, a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Memorando nº 123/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 12/09/2019, p. 219](#))
35. Senador Zequinha Marinho (PSC) deixa de compor a Comissão, em 11.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
36. Designado, como membro suplente, o Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/09/2019, p. 26](#))
37. Designado, como membro titular, o Deputado Walter Alves (MDB); e, como suplente, o Deputado Juarez Costa (MDB), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 317/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 19/09/2019, p. 27](#))
38. Designado, como membro suplente, o Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida pelo PSD, em 12.9.2019, conforme Ofício nº 406/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 19/09/2019, p. 29](#))
39. Designado, como membro suplente, o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODE), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 207/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 19/09/2019, p. 25](#))
40. Designado, como membro suplente, o Deputado Aureo Ribeiro (SD), em substituição ao Deputado Zé Silva (SD), em 16.9.2019, conforme Ofício nº 193/2019 do Solidariedade. ([DCN de 19/09/2019, p. 24](#))
41. Designado, como membro titular, o Deputado Marcelo Ramos (PL/AM); e, como suplente, o Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em substituição ao Deputado Capitão Augusto (PL/SP), em 18.9.2019, conforme Ofício nº 336/2019 da Liderança do Partido Liberal. ([DCN de 19/09/2019, p. 28](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



42. 19/09/2019: Designada como titular a Deputada Shéridan(PSDB/RR), em substituição à Deputada Bruna Furlan(PSDB/SP),(Of. 513/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 393](#))
43. Designada, como membro titular, a Senadora Kátia Abreu (PDT), em substituição ao Senador Weverton (PDT), em 25.9.2019, conforme Memorando nº 126/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 26/09/2019, p. 391](#))
44. Designada, como membro titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em substituição à Senadora Juiza Selma (PODE), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 92/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 03/10/2019, p. 231](#))
45. Designada, como membro suplente, a Deputada Jandira Feghali (PCdoB), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB (PP), em 02.10.2019, conforme Ofício nº 180/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 03/10/2019, p. 230](#))
46. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Julian Lemos (PSL/PB), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL/PR). (Of.395/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 17/10/2019, p. 12](#))
47. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP), em substituição ao Deputado Bacelar (PODEMOS/BA); designado como suplente o Deputado José Medeiros (PODEMOS/MT), em substituição ao Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP). (Of. 244/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 17/11/2019, p. 11](#))
48. 15/10/2019: Designados os Senadores Wellington Fagundes, Jorginho Mello e Zequinha Marinho como titular, 1º suplente e 2º suplente respectivamente. (Of.071/2019, Liderança Bloco Vanguarda. ([DCN de 17/10/2019, p. 10](#))
49. Designado, como membro titular, o Deputado Nereu Crispim (PSL), em substituição à Deputada Caroline de Toni (PSL), em 16.10.2019, conforme Ofício nº 417/2019 da Liderança do PSL.
50. Designado, como membro suplente, o Deputado David Miranda (PSOL), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB, em 17.10.2019, conforme Ofício nº 181/2019 da Liderança do Bloco. ([DCN de 24/10/2019, p. 194](#))
51. Solicitado o desligamento da Deputada Carla Zambelli (PSL), em 18.10.2019, conforme Ofício nº 426/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 192](#))
52. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Julian Lemos (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em vaga existente, em 22.10.2019, conforme Ofício nº 429/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 193](#))
53. Designado, como membro suplente, o Deputado Pedro Lupion (DEM), em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 24.10.2019, conforme Ofício nº 810/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 24/10/2019, p. 191](#))
54. Designado, como membro suplente, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição ao Deputado Luiz Carlos (PSDB), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 591/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 31/10/2019, p. 215](#))
55. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Ramos (PDT), em substituição ao Deputado Afonso Motta (PDT), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 358/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 31/10/2019, p. 214](#))
56. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Labre (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida, em 06.11.2019, conforme Ofício nº 483/2019 da Liderança do PSD (com anuência da Liderança do PSL). ([DCN de 07/11/2019, p. 69](#))
57. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição à Deputada Sheridan (PSDB), que passa à condição de suplente, em 06.11.2019, conforme Ofícios nºs 593 e 594/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 07/11/2019, p. 71](#); [DCN de 07/11/2019, p. 70](#))
58. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL), em 06.11.2019, conforme Ofício nº 468/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 68](#))
59. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Jerry (PCdoB), em 28.11.2019, conforme Ofício nº 225/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB. ([DCN de 05/12/2019, p. 157](#))
60. Designada, como membro suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em substituição ao Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em 4.12.2019, conforme Ofício nº 497/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/12/2019, p. 156](#))
61. Designado, como membro suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em substituição ao Deputado Pedro Lupion (DEM), em 10.12.2019, conforme Ofício nº 866/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 12/12/2019, p. 565](#))
62. Designados, como membros titulares, os Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL), em substituição aos Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, são designados a Deputada Professora Dayane Pimentel (PSL) e o Deputado Julian Lemos (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL) e ao Deputado Carlos Jordy (PSL), em 11.12.2019, conforme Ofício nº 510/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 564](#))
63. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, são designados a Deputada Carla Zambelli (PSL) e o Deputado Carlos Jordy (PSL), em 17.12.2019, conforme Ofício nº 528/2019 da Liderança do PSL.
64. Designado, como membro titular, o Deputado José Nelto (Podemos), em substituição ao Deputado Pr Marco Feliciano (Podemos), em 5.2.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do Podemos. ([DCN de 06/02/2020, p. 37](#))
65. 19/02/2020: Designado como titular o Deputado Otoni de Paula, em substituição ao Deputado Filipe Barros.(Of. 31/2020 da Liderança do PSL). ([DCN de 20/02/2020, p. 30](#))
66. 03/03/2020: Designado como titular o Deputado Filipe Barros, em substituição ao Deputado Otoni de Paula. (Of. 39/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 05/03/2020, p. 443](#))
67. 10/03/2020: Designados como titulares os Deputados Júnior Bozzella e Nereu Crispim, em substituição aos Deputados Filipe Barros e Caroline de Toni. Designados como suplentes os Deputados Delegado Waldir e Heitor Freire, em substituição aos Deputados Carla Zambelli e Carlos Jordy. (Of. 47/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/03/2020, p. 326](#))
68. Designado, como membro titular, o Senador Jean Paul Prates (PT), em substituição ao Senador Rogério Carvalho (PT), que passa a compor a Comissão como suplente, em 22.4.2020, conforme Ofício nº 16/2020 da Liderança do Bloco da Resistência Dmocrática. ([DCN de 23/04/2020, p. 7](#))
69. Designada, como membro titular, a Deputada Joice Hasselmann (PSL), em substituição ao Deputado Júnior Bozzella (PSL), que passa à condição de suplente, em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 04.06.2020, conforme Ofício nº 68/2020 da Liderança do PSL. ([DCN de 11/06/2020, p. 83](#))

Secretário: Marcelo Assaife \ Lenita Cunha
Telefone(s): 3303-3514
E-mail: coceti@senado.leg.br



CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Resolução do Senado Federal nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: titulares

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
MDB VAGO	MDB VAGO
PSDB VAGO	PDT VAGO
PT VAGO	PTB VAGO
	Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Vago (Art. 3º da Res. 02/1999-CN).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
scop@senado.leg.br



Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ)	Presidente Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)
1º Vice-Presidente Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS/SP)	1º Vice-Presidente Senador Antonio Anastasia (PSD/MG)
2º Vice-Presidente Deputado Luciano Bivar (PSL/PE)	2º Vice-Presidente Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)
1ª Secretária Deputada Soraya Santos (PL/RJ)	1º Secretário Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)
2º Secretário Deputado Mário Heringer (PDT/MG)	2º Secretário Senador Eduardo Gomes (MDB/TO)
3º Secretário Deputado Fábio Faria	3º Secretário Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS/RJ)
4º Secretário Deputado André Fufuca (PP/MA)	4º Secretário Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)
Líder da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	Líder da Maioria Senador Eduardo Braga (MDB/AM)
Líder da Minoria Deputado José Guimarães (PT/CE)	Líder da Minoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Felipe Francischini (PSL/PR)	Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senadora Simone Tebet (MDB/MS)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL/SP)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Atualização: 19/02/2019

Notas:

*. A composição da Conselho com Eleição Geral em 7/2/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Conselho de Comunicação Social

Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

Eleição Geral: 03/03/2020

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 09/03/2020



SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5258
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
PRESIDENTE

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º VICE-PRESIDENTE

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)
2º VICE-PRESIDENTE

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)
1ª SECRETÁRIA

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)
2º SECRETÁRIO

Deputado Expedito Netto (PSD-RO)
3º SECRETÁRIO

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)
4º SECRETÁRIO

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) PRESIDENTE	Deputado(a) Rodrigo Maia (DEM -RJ) PRESIDENTE
Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) 1º VICE-PRESIDENTE	Deputado(a) Marcos Pereira (REPUBLIC -SP) 1º VICE-PRESIDENTE
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) 2º VICE-PRESIDENTE	Deputado(a) Luciano Bivar (PSL -PE) 2º VICE-PRESIDENTE
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) 1º SECRETÁRIO	Deputado(a) Soraya Santos (PL -RJ) 1º SECRETÁRIO
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) 2º SECRETÁRIO	Deputado(a) Mário Heringer (PDT -MG) 2º SECRETÁRIO
Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) 3º SECRETÁRIO	Deputado(a) Expedito Netto (PSD -RO) 3º SECRETÁRIO
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) 4º SECRETÁRIO	Deputado(a) André Fufuca (PP -MA) 4º SECRETÁRIO
SUPLENTES DE SECRETÁRIO	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	1º - Deputado(a) Rafael Motta (PSB -RN)
2º - Senador Weverton (PDT-MA)	2º - Deputado(a) Geovania de Sá (PSDB -SC)
3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)	3º - Deputado(a) Isnaldo Bulhões Jr. (MDB -AL)
4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)	4º - Deputado(a) Paulão (PT -AL)



LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

Líder do Governo	Líder da Maioria	Líder da Minoria
Senador Eduardo Gomes - MDB / TO	Senador Roberto Rocha - PSDB / MA	Deputado Carlos Zarattini - PT / SP
Vice-Líderes	Vice-Líderes	Vice-Líderes
Senador Flávio Bolsonaro - REPUBLICANOS / RJ	Deputado Carlos Henrique Gaguim - DEM / TO	Senador Jean Paul Prates - PT / RN
Senador Marcio Bittar - MDB / AC		Deputado Afonso Florence - PT / BA
Senador Jorginho Mello - PL / SC		
Senador Sérgio Petecão - PSD / AC		
Deputado Celso Russomanno - REPUBLICANOS / SP		
Deputado Claudio Cajado - PP / BA		
Deputado Pedro Lupion - DEM / PR		
Deputado Pr. Marco Feliciano - REPUBLICANOS / SP		
Deputado Eros Biondini - PROS / MG		
Senador Marcos Rogério - DEM / RO		



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

